



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 16

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos do Senado Federal nº 1371, de 2021 e 1372, de 2021, para "apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios."

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues

RELATOR: Senador Renan Calheiros

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



ATA DA 41ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLÊNÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia dez de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Zenaide Maia e Jorge Kajuru. Deixa de comparecer o Senador Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 39ª e 40ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva - Helcio Bruno de Almeida**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do HELCIO BRUNO DE ALMEIDA, em atendimento ao requerimento 1169/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Helcio Bruno de Almeida, Presidente do Instituto Força Brasil, em atendimento a requerimento de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Eu vou pedir para o Coronel Helcio entrar e vou fazer aqui um pronunciamento em relação ao fato acontecido hoje. Logo após...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço a palavra pela ordem, depois de V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu também peço pela ordem, após V. Exa. e o Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para discursar.) – Enquanto abrimos esta importante sessão da CPI, o Brasil passa por um momento grave. Aqui do nosso lado, no Eixo Monumental, o Presidente Jair Bolsonaro comanda um lamentável desfile de blindados das Forças Armadas em uma clara tentativa de intimidar Parlamentares e opositores.

Bolsonaro imagina, com isso, estar mostrando força, mas, na verdade, está evidenciando toda a fraqueza de um Presidente acuado pelas investigações de corrupção, inclusive desta CPI, e pela incompetência administrativa, que provoca mortes, fome e desemprego em meio a uma pandemia sem controle.

O Presidente cria uma encenação, uma coreografia para mostrar que tem o controle das Forças Armadas e pode fazer o que quiser com o País. É um absurdo inaceitável. Não é um teatro sem consequências, mas um ataque frontal à democracia que precisa ser repudiado.

O papel das Forças Armadas é defender a democracia, não a ameaçar. Desfiles como este serviriam para mostrar força para conter inimigos externos que ameaçassem a nossa soberania, o que não é o caso neste momento. As Forças Armadas jamais podem ser usadas para intimidar a sua população, seus adversários, atacar a oposição legitimamente constituída. Não há nenhuma previsão constitucional para isso.

O Brasil vive o maior período democrático de sua história desde 1985. Temos eleições livres, instituições fortes e independentes dos Poderes. Bolsonaro não tem o direito de usar a máquina pública para ameaçar a própria democracia que o elegeu. Em apenas dois anos e meio de mandato, Bolsonaro colocou o País nessa situação vexatória; degradou as instituições e rebaixou as Forças Armadas, formadas, em sua grande maioria, por homens sérios e honrados, como pude presenciar de perto no meu Amazonas.

Todo homem público, além de cumprir suas funções constitucionais, deveria ter medo do ridículo, mas Bolsonaro não liga para nenhum desses limites, como fica claro nessa cena patética de hoje, que mostra apenas uma ameaça de um fraco que sabe que perdeu.

Não haverá voto impresso, não haverá nenhum tipo de golpe conta a nossa democracia. As instituições, Congresso à frente, não deixarão que isso aconteça. A democracia tem instrumentos para defender a própria democracia contra arroubos



golpistas. Agressões à Constituição não são legítimas. Defender golpe não é aceitável. E defender o fim da democracia precisa ser punido com o rigor da lei. Nós, os democratas, estamos aqui a postos para defender a democracia e o nosso País com os instrumentos que a Constituição nos confere.

Era este o recado que a CPI, eu, como Presidente da CPI, queria passar: a democracia é inegociável! Não se negocia a democracia. E aqueles que usam todos os meios para apoiar um golpe estão contra a democracia, estão cometendo um crime constitucional, independentemente do meio de comunicação – independentemente do meio de comunicação. Quem esteja, neste momento, apoiando esses tipos de atos, arroubos contra a democracia brasileira não pode passar impune. Nós já temos história, e a história da democracia brasileira cada ano se fortaleceu. Não é possível que, num país democrático, em que nós votamos e somos votados, em que perdemos ou ganhamos eleição, se questione isso num momento em que temos outros temas mais importantes para tratar na Nação. Pessoas morrendo todos os dias pela covid, a fome em vários cantos do País, o desemprego em alta, a economia cambaleando, e a discussão, a pauta é uma pauta superficial, golpista, que não leva o Brasil a lugar nenhum; nos torna um país pequeno, um país sem autonomia, um país sem rosto.

Nós não somos isso e não vamos permitir que aqueles que estão de plantão comandando qualquer instituição possam querer acabar com a democracia brasileira. Não aceitamos isso!

Em 1984, estava eu, aqui em Brasília, quando o General Newton Cruz colocou seus tanques contra o voto direto: não houve o enfrentamento, mas a história registra até hoje. E, lá atrás, quando esse tipo de atitude foi tomada e não houve punição... Está acontecendo de novo.

Por isso, o Congresso Nacional não pode se curvar a isso, é necessário que tome providências. Punição àqueles que, mesmo brincando, falam de golpe como se fosse uma coisa normal; àqueles que, de uma forma, de brincadeira, tratam a democracia como se fosse uma coisa que não deve ser respeitada. A democracia tem que ser respeitada, a divergência de opinião faz parte da democracia; o que não faz parte da democracia são arroubos e mostrar a força contra os próprios brasileiros. Mostre forças para aqueles possíveis inimigos de fora do País, aqueles que queiram atacar a soberania brasileira; não contra os brasileiros que construíram esta Nação! Não vamos permitir isso, e eu espero que a CPI da covid tome a frente disso e continue mostrando o desmando que esse Governo tem em relação à morte de milhares de brasileiros e à morte de milhões de sonhos neste momento.

Agora no último domingo, Dia dos Pais, milhares de filhos não puderam passar o dia dos pais com os seus genitores. Por quê? Porque perderam seus pais para a covid, numa omissão clara do Governo que poderia ter salvado vidas. Nesse sentido, eu quero dizer a todos aqueles que estão nos ouvindo: o Senado, nós Senadores não nos curvaremos a arroubos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, não somente devemos registrar aqui as coisas negativas, mas as coisas positivas. E, aqui, eu queria parabenizar os atletas brasileiros que participaram da Olimpíada, que tiveram grandes resultados. Isso, em grande parte, ainda se deve a programas que foram feitos, lá atrás, nos Governos do Partido dos Trabalhadores. Vários atletas de alto rendimento hoje ainda têm a bolsa atleta. E quero também, aqui, parabenizar os que não conseguiram o sucesso nessa competição, mas é importante registrar esse momento fundamental.



Segundo, eu quero parabenizar V. Exa. Cada dia me orgulho mais de ser integrante desta Comissão presidida por V. Exa., pela firmeza de suas posições, pela coragem cívica que V. Exa. demonstra a cada dia. E eu quero me colocar integralmente de acordo com a manifestação de V. Exa. E nós, além de integrantes de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, somos Parlamentares, somos representantes da população. E, nesses momentos, é nossa obrigação nos manifestarmos em defesa da democracia.

O Presidente da República, se tivesse tomado conta adequadamente do enfrentamento à pandemia; se tivesse implementado uma política econômica que fosse capaz de promover uma recuperação do País o mais rapidamente possível; se tivesse protegido trabalhadores, empresários, autônomos, certamente a situação do Brasil seria outra e a própria popularidade dele seria outra.

Na verdade, o Presidente da República, ao invés de trabalhar – ao invés de trabalhar –, passa 24 horas por dia gerando conflitos, fazendo campanha eleitoral antecipada e gastando dinheiro público. Quantas pessoas que estão morando nas ruas hoje porque não podem pagar um aluguel? Quantas pessoas que estão passando fome ou vivendo de donativos de cestas básicas? Quantas pessoas que estão sem ter a condição mínima de sobreviver? E o Presidente da República vai para o Amazonas para inaugurar uma ponte de R\$200 mil e gasta R\$700 mil; faz motocicletas gastando dinheiro público; e, hoje, essa exibição totalmente desnecessária, desproporcional.

É verdade que essa operação acontece há muitos anos, mas, em nenhuma vez, nós tivemos a passagem de tanques e lança-foguetes pela frente do Congresso Nacional, pela frente do Supremo Tribunal Federal, especialmente em momentos relevantes como este em que há um debate político, um debate parlamentar. Ninguém tem o direito de ganhar no grito. Ninguém tem o direito de intimidar o Parlamento brasileiro por conta de uma posição política. E tem mais: o apreço do Presidente a esse chamado voto impresso não é porque ele queira mais segurança na votação, é porque ele quer um pretexto para dizer que o sistema não é seguro, para desqualificar as urnas eletrônicas e, para o caso de ele perder a eleição, acusar a existência de fraude e tentar aplicar um autogolpe. Não! Trabalhe, melhore o Brasil que Vossa Excelência terá condições de disputar as eleições. Se continuar fazendo o que está fazendo hoje, não somente vai aprofundar a posição que o Brasil tem hoje de estar num buraco, como a população brasileira rejeitará, com toda a certeza, qualquer possibilidade de continuidade de um governo como este.

Muito obrigado. Mais uma vez, parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente Omar Aziz, colegas Senadores e Senadoras, democracia é o regime em que o povo, de forma soberana, escolhe, através do voto, os seus governantes. Democracia é o regime que estabelece liberdades indistintamente nos limites e na forma da lei. Democracia é o regime que respeita as minorias, sejam elas de que natureza forem. Democracia é o regime que respeita as diversidades. A minoria também é respeitada pelas suas opiniões, atos e gestos dentro da forma da lei.

Sr. Presidente, um desfile militar, no dia 7 de setembro, nada causaria neste País, porque nós estamos... E o povo brasileiro até gosta de ver o desfile militar no dia 7 de setembro. O que nos causa espécie e que causa espécie a todos aqueles que respeitam a democracia, protegem a democracia...

E aqui o Senado tem uma função constitucional muito séria, Senador Renan. Nós somos os guardiões das instituições democráticas, o Senado; o Senado tem essa responsabilidade. No dia em que o Senado vai acabar com uma lei que é resquício da



ditadura, a "Lei de Segurança Nacional", entre aspas, e vai votar a Lei do Estado Democrático, onde as liberdades estarão garantidas e as responsabilidades estarão garantidas na forma da lei.

No dia em que vamos fazer isto, botar uma pedra sobre um resquício do período da ditadura, no dia em que a Câmara dos Deputados deverá também colocar uma pedra definitiva sobre a tentativa de um retrocesso... Que retrocesso é esse, Senador Omar? Voto impresso. Eu comecei na vida pública 40 anos atrás e eu sei das deficiências do voto impresso, eu sei das deficiências do mapismo manual, eu já fui vítima disso.

As urnas eletrônicas brasileiras são seguras e podem ficar mais seguras, são seguras e podem ficar melhores. Agora nós estamos vivendo a época e a geração do *open banking*. Por que nós não podemos ter o banco de dados nas eleições salvaguardado em outro *mainframe* criptografado como *backup* das nossas eleições, podendo ser auditável em qualquer momento, em qualquer instante? Por que temos que propor uma lei em que lá em São Gabriel da Cachoeira, lá em Iauaretê, lá em Pari Cachoeira, nós vamos ter votos impressos que não vão chegar a Manaus com menos de cinco dias só para causar tumulto, só para causar instabilidade política, só para causar uma narrativa?

Neste dia, Sr. Presidente, em que a Câmara, pelo que se anuncia, coloca uma pedra definitiva sobre essa tentativa, e o Senado, de forma definitiva, bota uma pedra sobre um resquício grave à liberdade, a Lei de Segurança Nacional, aí vem o Presidente da República dar uma demonstração de força, com tanques e aparatos bélicos desfilando sobre a Esplanada dos Ministérios.

Quero dizer, Sr. Presidente, que fico com a democracia, fico com o artigo da Constituição que diz "todo poder emana do povo e em nome do povo será exercido". Fico também com a Constituição brasileira, que estabelece, nos seus direitos fundamentais, direitos individuais e coletivos, que asseguram a liberdade de expressão, que asseguram a liberdade da pluralidade da nossa sociedade, que asseguram um Estado laico, que asseguram, portanto, ao Brasil, o direito de ir e vir, e que, portanto, o fato de as Forças Armadas estarem indo e vindo não é uma questão jurídica; é uma questão do simbolismo democrático, do simbolismo do dia de hoje e do simbolismo dos tempos em que vivemos.

Portanto, Sr. Presidente, o MDB, um partido de 70 anos de tradição pela luta democrática, pela redemocratização brasileira, não poderia deixar de, lembrando Ulysses Guimarães, dizer que a nossa Constituição Cidadã é o farol que há de guiar a democracia brasileira. Já se vão 30 anos, e que nós possamos deixar um legado para as próximas gerações de mais 30, de mais 100, de mais 200 anos, como as democracias.

Apenas para encerrar. Esta madrugada, fazendo minha reflexão, Sr. Presidente, me dei conta de que o Brasil é a terceira maior democracia do Planeta. Depois da Índia, depois do Estados Unidos, o Brasil é a terceira maior democracia do Planeta; décima segunda economia, terceira democracia do Planeta. Portanto, 210 milhões de brasileiros acreditam na democracia, votam pela democracia. E a nossa verdadeira arma é aquele documento verdinho, que, no dia 3 de outubro ou no primeiro domingo de outubro, irá representar a vontade do povo brasileiro para eleger o novo Presidente da República Federativa brasileira. É para isto que estamos aqui no Senado: para proteger, zelar pelas instituições democráticas. Os Poderes são independentes, entretanto harmônicos. E assim faremos, pelo nosso partido, e tenho certeza de que pelo conjunto do Senado da República, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem lembrado, Senador Eduardo Braga, o Ulysses Guimarães. Teotônio Vilela foi outro homem que contribuiu muito pela redemocratização do País.

Eu quero ouvir agora o Senador Otto Alencar, que está...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois será o Senador Randolfe, e depois V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sras. Senadores e Senadoras, eu quero me associar à sua fala, Presidente Omar Aziz, e a dos outros Senadores que vieram na mesma direção.

Eu acredito que a Câmara dos Deputados, como foi noticiado, que poderia suspender hoje a votação sobre a questão do voto impresso, não deverá fazê-lo, deve manter a votação hoje no Plenário da Câmara dos Deputados. Também aqui no Senado Federal, deveremos votar a mudança na Lei de Segurança Nacional, retrógrada e completamente fora dos padrões de um regime democrático.

Quero dizer que não é só dessa vez que o Presidente da República busca, pelos métodos de usar o dele, como ele chama, o seu Exército ou suas Forças Armadas, intimidar o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, os outros Poderes – e não tem conseguido –, numa afronta que eu digo clara à Constituição Federal, no seu art. 5º, e também à legislação que garante a democracia em todos Poderes.

O Presidente da República, ao contrário da motociata, coloca, hoje, os blindados à frente do Palácio do Planalto, nessa tentativa de intimidação. E não nos intimida, até porque, no meu caso, no caso, sei, de vários Senadores e Deputados Federais, das Assembleias Legislativas, nós não vamos recuar absolutamente a essa ameaça. Se ele quer sangue, tem sangue generoso para ser ofertado à sua vontade de fazer um golpe militar no Brasil.

Sem dúvida nenhuma, ele deveria se preocupar em como, hoje, a inflação bateu 0,96%, a maior inflação desde 2002, com quase 590, 580 mil pessoas que perderam a vida – e como V. Exa. falou, no Dia dos Pais, os órfãos do Brasil andaram pelas ruas, porque houve uma ineficiência muito grande no Ministério da Saúde, comandado por pessoas que eram comprovadamente incompetentes –; se preocupar talvez em visitar um hospital de campanha, de estender a mão, de forma solidária, às pessoas que estão internadas e morrendo, quase mil pessoas ainda no Brasil, por dia; se preocupar em gerar emprego e renda para os 15 milhões de desempregados que perderam a carteira assinada. Nada disso comove o Presidente. O que o comove? O que o estimula a fazer é a proteção ao seu mandato, fazendo campanha antecipada e buscando proteger as pessoas, inclusive, do seu círculo familiar, protegendo-os para que não possam responder por suas responsabilidades frente à Justiça.

Portanto, eu acredito que nenhum chefe de Poder deve estar, hoje, ao lado do Presidente da República, para que ele, sozinho, possa permanecer nessa sua posição de querer estimular um golpe militar para intimidar as pessoas que deverão, o ano que vem, de forma livre e soberana, chegar às urnas e votar escolhendo um novo Presidente da República.

Sr. Presidente, esta Comissão Parlamentar de Inquérito tanto quanto o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara devem fazer esse pronunciamento que V. Exa. fez e que tem respaldo de todos os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, estaremos, aqui, vigilantes e dispostos a seguir a qualquer caminho que seja um



caminho de confronto para que ele não possa fazer aquilo que deseja ou a tentativa de um golpe militar no momento em que a democracia brasileira está sustentada por suas instituições.

Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu quero cumprimentar V. Exa. pela sua manifestação. Eu quero também recordar aqui, à época como membro da CCJ, em que presidia a sessão a Senadora Simone Tebet, quando houve o primeiro sinal autoritário deste Governo, quando o Eduardo Bolsonaro falou em reeditar o AI-5.

Eu, sentado na Comissão, fiz um questionamento e, por incrível que pareça, naquele dia ninguém discutiu o assunto. Eu me levantei, fiquei na porta deste plenário olhando pra todos estarecido, porque não se deve levar desaforo contra a democracia. Quem ocupa uma cadeira no Parlamento, quem ocupa um lugar trazido pelo voto popular não pode tolerar ato contra a democracia de nenhuma natureza, nem provocação, nem bravata. Ainda que o atual Presidente seja o maior bravateiro da história deste País – o maior bravateiro da história deste País! –, nós não podemos tolerar as bravatas dele. Ainda que esse Presidente passe o tempo todo acenando para o nazifascismo e tenha uma comunicação fascista, trejeitos fascistas, que se reúna com partidos nazistas, nós não podemos tolerar esse tipo de situação nem esse tipo de manifestação sob nenhum argumento. Nós somos uma Casa que representa a democracia, que representa o povo e nós não podemos ter nenhuma dúvida do que devemos fazer.

O voto impresso, como disse o Senador Omar Aziz, como disse aqui o Senador Humberto, como todos que me antecederam, é a forma que ele está buscando para questionar a derrota que ele terá. Ele será derrotado, sabe por quê? Porque ele não foi capaz de ter empatia com as 563.707 mortes. Ele não se indignou, ele não se solidarizou com família nenhuma, ele não visitou nenhum hospital neste País, ele não visitou nenhuma família, ele não prestou solidariedade a nenhuma vítima da maior tragédia que se abateu sobre a humanidade neste século. Portanto, ele é um homem sem empatia, sem amor, sem condição de liderar quem quer que seja. Líder carrega no coração amor, carrega no coração o desejo de cuidar de toda a sua nação. Ele cuida e ele carrega somente o desejo de cuidar dos seus interesses e dos interesses da sua família, do seu núcleo familiar, abrangido por algo que ele chama de patriotismo.

E queria, para concluir, Sr. Presidente, dizer que vamos ter essa votação na Câmara e vamos ter essa votação no Senado. É hora de a gente mostrar que essas Casas têm autonomia e que não se dobram a nenhum tipo de bravata, a nenhum tipo de intimidação, seja de que maneira e de que forma vierem, sob pena de a gente deixar que a bravata dele se transforme numa efetividade de força que ele não tem, porque esses tanques e essa armada não são de uma milícia pessoal do Presidente; são para defender o povo brasileiro.

Se é no dia 7 de setembro, como V. Exa. falou, é para mostrar ao mundo que a gente tem que defender e a gente está aqui para defender a nossa soberania. Mas ele vai defender a soberania contra o povo brasileiro? O que ele quer? Que soberania é essa de impor a força que é para defender o povo brasileiro contra o povo brasileiro?

Por isso, o nosso repúdio, repúdio indignado, a essa bravata desse Presidente que não honra o cargo e os votos que recebeu.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho. Senador Randolfe... Senador Randolfe, Senador Izalci, Senadora Simone Tebet, Senador Fernando Bezerra, Senador Eduardo Girão e Senador Luis Carlos Heinze. E não



se esqueçam de que o Coronel Helcio já está aqui para ser ouvido por esta Comissão. Então, eu só estou alertando.

Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.)

– Em primeiro lugar, Presidente, cumprimento o pronunciamento de V. Exa. na qualidade de Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito; é um pronunciamento em nome da maioria dos membros desta CPI.

Além disso, Sr. Presidente, só destaco que patética demonstração de fraqueza! Estamos vendo, nestes instantes, na Praça dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios, uma patética demonstração de fraqueza, mais patética que aqueles desfiles que Kim Jong-Un lá, em Pyongyang, na Coreia do Norte, porque aqueles pelo menos são para demonstrar a força para o inimigo externo; este daqui é para demonstrar a força diante de quem? A força a ser demonstrada hoje, Sr. Presidente... E talvez seja não para demonstrar força, mas para esconder, para esconder e para desviar a atenção do que realmente importa.

O que realmente importa é o balcão de negócios em que foi transformado o Ministério da Saúde quando mais de 3 mil brasileiros estavam morrendo. O que importa são os esquemas de corrupção que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está descobrindo. O que importa é a inflação acumulada no último período, de quase 9%. O que importa é o preço da carne, do óleo de soja, do arroz, do feijão que os brasileiros não estão tendo dinheiro para pagar no supermercado. O que importa são os mais de 14 milhões de brasileiros desempregados por conta dos erros da condução por parte deste Governo. O que importa, Sr. Presidente, são mais de 563 mil famílias brasileiras órfãs por conta do negacionismo, por conta do tratamento precoce sem eficácia comprovada, por conta da pior gestão da pandemia do mundo.

Ora, Sr. Presidente, nós ficamos cansados de tanto ouvir, nesta Comissão, alguns tentando desviar o curso desta Comissão, dizendo que esta era uma CPI circense, era uma CPI do circo, mas olha que hoje fizeram um espetáculo, com todo o respeito ao circo, mas hoje resolveram fazer um lamentável espetáculo circense na Esplanada dos Ministérios.

Sr. Presidente, a resposta tem que vir ao final do dia de hoje, rejeitando essa balela de voto impresso, em que nenhum brasileiro está interessado. Brasileiro está querendo é comida na mesa; brasileiro está querendo é vacina no braço; brasileiro está querendo é economia retomada; brasileiro está querendo é inflação contida; brasileiro está querendo saber se o seu Governo vai garantir o básico.

Eu quero acreditar na lealdade das Forças Armadas deste País não a qualquer inquilino de plantão. As Forças Armadas deste País são leais à sua Nação, ao seu povo. As Forças Armadas deste País não haverão de ser favoráveis ao descontrole inflacionário, às gastanças que estão querendo estabelecer em ano de eleição. As Forças Armadas deste País não serão leais a qualquer desafeto que quando esteve no Exército inclusive desonrou as próprias Forças Armadas.

Sr. Presidente, esse espetáculo circense vai passar, mas nestes momentos é sempre bom lembrar – o Senador Eduardo muito bem o fez na qualidade de Líder do MDB – o MDB de Ulysses Guimarães, o MDB, Senador Fernando Bezerra. E faço menção a V. Exa. elogiosamente, V. Exa. pode até arguir o art. 14, mas V. Exa. é desse MDB, do MDB de Ulysses Guimarães, que proclamou, quando instaurou a ordem vigente na Constituição de 1988:



Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos [conhecemos] o caminho maldito. [...] mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério.

[...]

Quando após tantos anos de lutas e sacrifícios promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos pela imposição de sua honra: temos ódio [e nojo] à ditadura, [em qualquer lugar que ela permeie, sobretudo na América Latina] [...].

Que essa lembrança desse pronunciamento do Dr. Ulysses fique presente na memória dos brasileiros e principalmente dos membros desta CPI e deste Congresso Nacional.

A resposta a *tyrannis*, a resposta a protótipos de *tyrannis* é a afirmação dos democratas e para a democracia, colegas inclusive que aqui procuram defender o Governo, para a democracia não tem partido. Para tudo há dois lados, para tudo há dois lados; quando está em jogo a vida dos brasileiros não pode ter dois lados, quando está em jogo a democracia não pode ter dois lados.

Não tentem aqui argumentar que é uma cerimônia comum essa que está acontecendo. Não é, não é. É uma tentativa desesperada de força, mas que se assemelha a um gesto patético de fraqueza de um Governo que já está derrotado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parabéns, Senador Randolfe.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, nada acontece por acaso.

Eu já fui, como militar e também como Deputado, convidado e participei de vários eventos. As Forças Armadas não agem no improviso como acontece em vários casos, há um planejamento. Eu não tenho nenhuma dúvida de que esse evento já estava previsto pelas Forças Armadas há muito tempo.

O que nós temos que apurar são essas coincidências, porque, por exemplo, essa matéria do voto impresso, e eu, como Presidente da Frente de Ciência, Tecnologia e Inovação, fiz, como Deputado, mais de três audiências públicas sobre esse voto impresso, porque, como auditor que sou, eu digo que nada que não é possível auditar não é confiável, e nós nunca tivemos, como Deputado, como Comissão, a autonomia e o acesso completo à questão do voto impresso, das urnas.

Mas eu não questiono as urnas. Eu acho que nós temos... E até porque o voto já acontece nas urnas há muitos anos. Inovação acontece todo dia, então a gente tem que estar atento a isso para dar mais segurança.

Mas uma matéria que foi votada na Comissão Especial, que foi derrotada por 23 a 11 e depois é pautada no Plenário exatamente no mesmo dia deste evento não é coincidência. Então, eu sinceramente gostaria muito de saber por que a Câmara agendou exatamente para o mesmo dia, porque, pode ter certeza, as Forças Armadas já tinham agendado isso. E por que também Parlamentares no Planalto, como o nosso colega Ciro Nogueira agora e a Deputada Flávia, não alertaram para isso com relação à votação do Plenário? Então, existe alguma coisa no ar que nós temos que descobrir.

E quero mostrar que a melhor forma de você mostrar a autonomia deste Congresso foi a questão de ordem que eu fiz quinta-feira. Este Congresso aprovou, o Senado aprovou por unanimidade a questão da banda larga nas escolas. Foi para a Câmara, e aprovamos na Câmara. O Governo vetou o projeto, nós derrubamos o veto, e, na quinta-feira, saiu uma medida provisória sobre o mesmo teor. Então, eu quero chamar a atenção aqui dos Líderes



– já falei com alguns – de que isto é que a gente não pode admitir: que a gente vote uma matéria por unanimidade, derrube o veto, e vem simplesmente, no mesmo dia, no dia seguinte, uma medida provisória mudando tudo isso. Isso é que nós temos que estar discutindo, porque internet nas escolas, internet para as crianças é a sobrevivência. Nós perdemos.

Ontem fiz uma reunião, participei da audiência pública na CDR com o ex-Presidente Collor, como Presidente, e ele lembrava, há trinta anos, quando ele foi Presidente, a implantação do Caic aqui, a política de educação integral, com merenda escolar, com tempo integral. E a gente vê aí duas gerações que se perderam por falta de investimento em ciência e tecnologia, inovação e educação.

Então, a nossa resposta, do Congresso, para dizer que somos autônomos, um Poder autônomo, é devolver essa medida provisória para que eu fiz a questão de ordem. E será inadmissível se a gente não conseguir fazer isso.

O Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, ficou de analisar; tem vários Líderes que estão ligando, mas eu vejo que isso, sim, é atentar contra a autonomia do Congresso.

Mas acho que vale a pena. Eu também vou apurar isso, vou tentar descobrir, porque nada acontece por acaso, algum jogo aconteceu para coincidir. As Forças Armadas não agem no improviso. Isso já está agendado, pode ter certeza, desde o início do ano, e fizeram essa manipulação para vincular uma coisa com a outra. Não estou aqui defendendo o Governo; muito pelo contrário, defendo aqui – sempre defendi – as Forças Armadas como instituição. E não vejo no Pazuello, como General da ativa, um representante das Forças Armadas. Acho que quem está no Governo tem que pedir para ir para a reserva. Não se admite um general da ativa num cargo civil e dizendo: "Manda quem pode, obedece quem tem juízo". Isso é muito ruim para as Forças Armadas, que ainda são, para mim, a instituição de maior credibilidade neste País; ainda são exatamente os membros das Forças Armadas.

Então, vale a pena, Sr. Presidente, apurar essa coincidência de votação no Plenário neste dia.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Izalci.

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Hoje, nesta manhã, Sr. Presidente, a voz de uma mulher precisa ser ouvida nesta CPI – e falo como Senadora da República. E falo a V. Exa. na linha um pouco diversa do Senador que me antecedeu, apenas para dizer que divirjo em achar que isso é mera coincidência. Não é, Sr. Presidente: a régua do retrocesso é a mesma.

Ontem, ainda ontem, nesta semana, foi imposto um sigilo de um século – de cem anos! – na análise de documentos que comprovam fraude e corrupção na tentativa de compras para a pandemia do coronavírus, de compra de uma vacina desconhecida chamada Covaxin. Impôs-nos a voz do silêncio. Hoje tanques nas ruas no dia em que a Câmara vai enterrar o voto impresso e esta Casa, como muito bem dito pelo Líder do MDB, vai transformar a Lei de Segurança Nacional em Lei de Estado Democrático de Direito. A resposta do Congresso Nacional não pode ser outra, tem que ser única: rejeitar o voto impresso na Câmara dos Deputados e aprovar, por unanimidade, a Lei do Estado Democrático de Direito, que vai ser relatada pelo Senador Rogério Carvalho, porque, Sr. Presidente, não vamos esquecer: as democracias não morrem mais com cabo e com



soldado, nem pelas mãos dos generais, mas eles servem para tentar nos intimidar. Não vão!

As democracias morrem nessa régua que está sendo tratada pelo atual Governo exatamente com a politização dos militares, a militarização da política, o enfraquecimento do processo eleitoral e das instituições democráticas e dos órgãos de controle. As democracias morrem levando dúvida naquilo que é mais sagrado para a população brasileira, através da desinformação e de *fake news*, que é uma das razões por que o Sr. Helcio também está aqui. As democracias morrem quando se não tem transparência, mas principalmente quando as instituições democráticas constitucionalmente criadas para defendê-la se calam. O Congresso Nacional não vai se calar!

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer que essa canetada do Presidente da República de ocultar documentos que são públicos fará com que esta CPI continue trabalhando e investigando a fundo a contratação fraudulenta, superfaturada, envolvendo propina no contrato da Covaxin. Mas, mais do que isso, uniformes, baionetas, sirenes não irão nos intimidar e não irão nos calar!

Vamos aos trabalhos, Presidente, porque à tarde temos uma lei de defesa do Estado democrático de direito para aprovar no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Nós temos inscritos o Senador Fernando Bezerra, o Senador Girão, o Senador Heinze e agora o Senador Marcos Rogério. Eu quero só pedir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, aqui, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro Vieira, perfeito.

Só quero pedir, até pela advertência que a Senadora Simone acabou de nos dar – nós teremos Ordem do Dia com tema importante na pauta... Obviamente eu vou procurar garantir isonomia de tempo, mas eu quero pedir a condescendência, o respeito quando os 15 segundos são acionados para a conclusão dos colegas, em virtude do adiantado do tempo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só corrigindo uma falha: eu disse que nada acontece por acaso. Existe sim...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ...alguma coisa entre que precisa ser apurada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, é o contrário do que foi dito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, Senador Izalci. Então, nós vamos, eu queria só pedir a atenção dos colegas em relação a isso para nós podermos dar prosseguimento ao depoimento do Coronel Helcio Bruno.

Na sequência, o Senador Líder do Governo, Fernando Bezerra, mas do glorioso MDB de Ulysses.

Senador Fernando.



O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/ MDB - PE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente Randolfe Rodrigues.

Meu prezado Relator, Senador Renan Calheiros, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, queria, inicialmente, trazer a informação de que a campanha de vacinação contra a covid terá o reforço de mais de 131 milhões de doses de vacina até setembro deste ano. O Ministério da Saúde deve receber quase 65 milhões de doses da vacina neste mês de agosto, e para setembro, Sr. Presidente, a previsão é receber 66,5 milhões doses de vacina da covid-19. Até o presente momento, 184,8 milhões de vacina foram distribuídas aos Estados e ao Distrito Federal. Dessas, 152 milhões foram aplicadas. O número de brasileiros vacinados com a primeira dose aumentou para 107,3 milhões, o que representa 67% do público alvo, e 45,6 milhões estão completamente imunizados com a segunda dose. Queria registrar também que nos últimos quatro meses houve uma queda de 46% na média móvel de casos e de 65% na de óbitos pela covid-19.

Sr. Presidente, é evidente que as manifestações todas que nós aqui acabamos de testemunhar retratam os posicionamentos dos Parlamentares em relação ao Governo Federal. Eu continuarei defendendo o Governo Federal, embora respeite aqueles que divergem, aqueles que criticam e aqueles que apontam falhas na condução do Governo Federal.

Eu quero aqui também trazer as informações das coisas positivas que o Governo Federal tem feito ao longo dos últimos meses, sobretudo, no enfrentamento da pandemia, na proteção às pessoas mais pobres, através da concessão do auxílio emergencial, na proteção à empresa, com os mecanismos de financiamento para capital de giro e investimento, como a proteção ao trabalho – mais de dez milhões de brasileiros não perderam seus empregos em função do auxílio –, através do benefício emergencial chamado Bem.

Quero lembrar do apoio que foi dado a Estados e Municípios, mais de R\$34 bilhões, que serviram para que os Estados e Municípios pudessem ter enfrentado melhor a questão pandêmica.

Quero também lembrar de uma série de ações concretas do Governo Federal que permitiram à economia brasileira ter uma redução no seu PIB de pouco mais de 4%, sendo a segunda melhor *performance* em toda a América, perdendo apenas para os Estados Unidos. E é evidente que, em função desse esforço, apesar de toda a pressão inflacionária que aqui foi colocada – e que não é uma coisa única do Brasil, mas de todos os países que estão em processo de recuperação em função do choque de oferta, aqui agravado pela questão da crise hidrológica –, quero dizer que o Brasil aponta para consolidar um crescimento econômico neste ano de mais de 5%, o que já está respondendo pela volta do emprego, com mais de 1,5 milhão de empregos de carteira assinada celebrados até 30 de junho deste ano.

Essas são as posições em que aqui a gente diverge, estamos em trincheiras distintas, mas nós somos do Parlamento brasileiro. Eu tenho uma história neste Congresso Nacional, eu sou subscritor da Constituinte Cidadã, eu aposto na democracia, eu aposto no Estado de direito democrático, e, por isso, Sr. Presidente, é evidente que eu quero compartilhar as preocupações de todos que aqui reverberaram, apenas, digamos assim, querendo retirar os excessos das falas que foram feitas, porque acho que, de fato, trabalhamos muito. Aqueles que divergem inclusive de determinados posicionamentos do Presidente não têm faltado a mim, ao Ministro Ciro Nogueira, a tantos outros, aos alertas, as ponderações para que a gente possa evitar os ambientes de radicalização. O nosso papel, como membros do Congresso Nacional, é criar e apostar num ambiente de diálogo para que a gente possa



pular essa situação de radicalização, de polarização excessiva, que não atende aos interesses nacionais.

Portanto, eu prefiro acreditar que nós vamos superar esses momentos de maior tensão, apostando e reforçando o nosso compromisso com o sistema democrático brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Inscreeu-se ainda o Senador Tasso Jereissati – S. Exa. também está inscrito –, mas, antes, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, neste momento tão delicado que a gente vive, relembrar aqui com todos vocês, meus colegas, que é exatamente em momentos difíceis como este que a gente tem que lembrar dos grandes pacifistas e humanistas que deixaram um legado para todos nós. Mahatma Gandhi dizia, de forma muito sábia, o seguinte: no olho por olho, dente por dente, a humanidade vai acabar cega e sem dentes.

É evidente que todos os que me antecederam aqui, tirando alguns excessos, estão com razão com relação a essa atitude hoje que poderia até ter sido cancelada. Acho que seria um gesto mais feliz se essa – entre aspas – "coincidência" do desfile aqui na Esplanada dos Ministérios fosse cancelada num dia em que tem votações, Senador Eduardo Braga, tão importantes na Casa. Um erro não justifica um outro erro. O que a gente está vendo, de forma muito serena – respeito quem pensa diferentemente –, é uma invasão de competência de alguns Poderes sobre outros.

Com todo o respeito ao nosso Supremo Tribunal Federal, ele tem se excedido não é de hoje, é de muito tempo!

Essa questão polêmica do voto auditável ou impresso, como se queira chamar... No meu entender, se a gente tirar um pouco essa polarização que existe hoje no País, que virou uma cegueira, porque um levanta a bandeira de que não se gosta, e já o assunto tem que ser excluído do debate, o que não é correto para a democracia... Fala-se tanto em democracia, mas não é papel nem do Poder Executivo, nem do Poder Judiciário determinar a situação. É aqui, é nesta Casa! Nós fomos eleitos para isso. Tem que ser deliberado no Congresso Nacional, e, ao que tudo indica, será hoje, neste dia emblemático. Mas o que não pode é interferência de outro Poder, com o Presidente do TSE se reunindo com lideranças partidárias, às vésperas da votação na Comissão Especial, para interferir, de alguma forma, nessa composição da Comissão. E acabou perdendo lá, coincidentemente. Isso é ruim para a democracia.

A questão da Lei de Segurança Nacional, que será votada hoje no Senado, também é fundamental; concordo com V. Exas. É uma lei do regime de exceção que precisa ser atualizada, mas não com açodamento. É uma lei importante que nós vamos votar hoje, mas que tinha que passar pelo menos – pelo menos! – pela Comissão de Constituição e Justiça, que já deve ser aberta nesta semana. Esse açodamento é perigoso, porque tem liberdades individuais ali, tem pontos polêmicos dentro dessa lei. A sociedade não está sabendo do que vai acontecer mais tarde.

Eu faço um apelo, mais uma vez, nos segundos que me restam, Sr. Presidente desta sessão, para que não se faça novamente uma manobra, como a que ocorreu aqui na semana passada, aos 47 minutos do segundo tempo. Em três meses e meio de CPI, Senador Marcos Rogério, nunca se teve votação extrapauta sem combinar aqui com os



colegas que a pauta seria deliberada. Foi feito no final da sessão. Isso é muito feio, isso não é algo democrático. Não é honesto se fazer esse tipo de coisa.

Eu faço aqui, para encerrar, um apelo: que não se faça mais isso e que a gente coloque a pauta do Ministro Wagner Rosário, que pode esclarecer, como a Senadora Simone Tebet colocou aqui, tanto a questão desse segredismo com relação à Covaxin – ele pode esclarecer isso –, como também com relação a Estados e Municípios, que receberam bilhões de reais do Governo Federal, e escândalo é o que não faltou nisso tudo. E ele pode trazer para cá as 53 operações e o tal do Consórcio Nordeste, que hoje virou um grande símbolo de corrupção nesta pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadoras e Senadores, divergindo um pouco do que os que me antecederam falaram, Senador Bezerra, é um Governo sério a que nós estamos assistindo neste instante, longe da corrupção, Senador Girão, que nós vimos em anos anteriores: fundos de pensão da Petrobras, da Eletrobras, dos Correios, as roubafeiras dentro da própria Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa Federal, do BNDES. A gente não ouve mais falar nesses fatos. Estão tentando buscar a corrupção na vacina que nem comprada foi. Então, esse é o ponto importante que eu quero colocar aqui.

É importante também: a gente tem defendido a questão dos tratamentos. É muito colocada aqui a questão das vacinas. Eu vou dar um dado importante, Senador Girão: um professor da Universidade de Viçosa, Professor Wesley Cota, comenta agora, no dia 10, que mais de 30% dos Municípios brasileiros não registraram mortes por covid agora, no mês de julho, percentual em cinco meses, maior percentual em cinco meses. São tão criticadas as vacinas, 46% apenas têm duas doses, do povo brasileiro. Uma dose, têm 107 milhões de doses... Quarenta e seis milhões com duas doses e 107 milhões com apenas uma dose, 154 milhões de doses aplicadas nesse instante. Veja aqui: 30% dos Municípios brasileiros não registraram morte por covid no mês de julho. É sinal de que tudo está funcionando, o tratamento que é tão demonizado aqui dentro funcionou. As vacinas funcionaram. Então a tudo isso, de uma certa forma, é importante que a sociedade brasileira que está ouvindo neste instante possa prestar atenção.

A economia brasileira, Senador Marcos Rogério, com o Presidente Michel Temer começou a crescer; quando ele foi Presidente, naquele ano e meio em que ele assumiu, o PIB voltou, que estava negativo há três, quatro anos; veio um PIB positivo. O PIB positivo em 2019, 2020, 2021, a queda foi no mundo inteiro, era para ser 9% a 10%, e a queda do PIB naquele instante chegou a ser 4,4%; caiu, mas caiu em todo o mundo. Como foi comentado aqui pelo Senador Bezerra, uma das menores quedas no mundo inteiro foi a queda do PIB brasileiro. Então, a economia está alinhada, está crescendo.

E aí, Senador Girão, vou me alinhar a V. Exa.: não podemos admitir... Eu sou a favor do voto auditável, do voto impresso, chame como quiser: sou a favor e sou cobrado por isso no meu Estado, e vejo no Brasil inteiro. E não podemos admitir, quando aqui se fala em democracia, o Supremo Tribunal Federal vir interferir aqui no nosso Poder, em certos Parlamentares e vários partidos. Então, o que está sendo visto aqui neste instante é a questão da eleição do ano que vem. Quem é contra o Presidente Bolsonaro, Senador Marcos Rogério... É o que está acontecendo neste instante. Então, a pressão é por isso aí. Eu não tenho problema nenhum com o voto auditável. Nós teremos que votar... Tomara



que a Câmara aprove esse voto hoje, e nós também temos que ver o que nós podemos fazer aqui no Senado Federal. Sou favorável a isso, acho que nós temos que deliberar também sobre esse tema – primeiro esperar a posição da Câmara.

Agora, é inadmissível que o Supremo Tribunal Federal, Ministros estejam interferindo em Deputados aqui dentro – quem sabe até Senadores, não sei, mas lá na Câmara, já se ouviu esse processo de eles interferirem dentro da Câmara dos Deputados. A mesma coisa se nós formos lá dentro do Supremo, interferir nos votos dos Ministros do Supremo. Então, é isso que está acontecendo nesse instante. Lamentamos esse fato e dizemos que o Brasil está no rumo certo.

E aqui, Senador Renan, quando se fala nas vacinas, concordamos com as vacinas, trabalhamos com as vacinas, e mais uma vez estamos aguardando o Ministro Marcos Pontes, que está em reunião no exterior, está em viagem ao exterior, está participando do G-20. Logo que ele aqui chegar, Senador Girão, nós vamos nos reunir de novo com ele, com os laboratórios, em cima de três vacinas brasileiras que já estão hoje na Anvisa para serem registradas – estão em fase final de aprovação na Anvisa –, para que esses laboratórios – são 16 grandes laboratórios – possam se somar ao esforço do Butantan, ao esforço da Fiocruz, que já estão também fabricando vacinas brasileiras. Como comentou aqui o Senador Bezerra, 130 milhões de doses serão ofertadas à população brasileira. Se somar às 184 já distribuídas, podemos chegar a quase duas doses pela população vacinal, que é de 160 milhões de brasileiros.

Então, isso está correndo, mas infelizmente não é o que a gente ouve todo santo dia na grande mídia brasileira e aqui nesta CPI. Isso é a realidade. Podemos chegar, com essas 130 milhões de doses, agora no mês de setembro, mês de outubro, quase à população vacinal do Brasil. Esse é o ponto importante que nós estamos colocando aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria fazer brevíssimas considerações a par do assunto que tomou conta do início dos trabalhos da CPI no dia de hoje, especialmente em razão do desfile das Forças Armadas, a apresentação que foi feita.

Já ouvi Senadores mencionando aqui... As Forças Armadas não agem por improviso. Obviamente que esse desfile, essa manifestação já estava preparada. E nada mais natural. Forças Armadas em desfile não me assustam e nem me constroem. Tem outras coisas que me assustam e me constroem profundamente. E o Brasil já vivenciou isso ao longo das últimas décadas, de maneira que, ao olhar no retrovisor do tempo, eu posso dizer: me constroem o desfile de corrupção, o desfile de roubalheira, o desfile de dinheiro público brasileiro saindo do Brasil e indo financiar obras e serviços em países dominados por ditadores, por comunistas, num alinhamento de esquerda que tirou do brasileiro para colocar em Cuba; tirou do brasileiro para colocar na Venezuela; tirou do brasileiro para colocar em tantos outros países. Esse desfile de dinheirama brasileiro saindo daqui e indo financiar obras lá fora, isso me constroem. Isso me dói, me dói muito: R\$60 bilhões saíram do Brasil, do nosso BNDES, para financiar obras mundo afora. E detalhe: o maior calote, porque o Brasil não está recebendo esse dinheiro – não está recebendo.

O dinheiro que faltou para fazer a reestruturação da rede de saúde lá no interior do Estado de Rondônia, Roraima, Amapá e tantos outros Estados da Federação, esse dinheiro saiu daqui em desfile público oficial, com a chancela dos Governos do PT e foram lá para fora. Esse desfile me constroem. Esse desfile me incomoda. Esse desfile me dói, me tira paz, me tira a paciência, porque faltou para os brasileiros.



Hoje nós vivemos o caos em razão da pandemia, mas talvez o impacto fosse menor se não tivessem roubado tanto. Falaram de Ulysses aqui. Ulysses soltou uma frase uma vez que é muito bom a gente lembrar hoje, não só na frase, mas na sua prática: "Não roubar, não deixar que roubem, punir os que roubam."

O desfile dos militares nas avenidas não me constrange, não me amedronta. Quem tem medo de militar tem suas razões, eu não. Não tenho medo dos militares, eu tenho medo é de quem usa o poder para tirar do povo, usa a República para atender os seus caprichos, o seu projeto de poder, a perpetuação. Felizmente, os brasileiros, nas urnas, apertaram o botão da mudança. Hoje falam em corrupção aqui, mas não conseguem mostrar um centavo de real desviado nos contratos que apontam, nenhum, mas os mesmos que apontam aqui, quando alertado, quando apontado para onde houve prática de corrupção, silenciam.

É bem verdade, Sr. Presidente, que o Brasil vive um momento delicado no plano nacional do ponto de vista do relacionamento, da harmonia entre os Poderes. Eu acho que isso tudo deve merecer de todos nós uma reflexão profunda, mas não é criticando, não é combatendo, não é fazendo de uma situação como esta de hoje esse palco de discussões que nós vamos pacificar o Brasil.

Eu concluo a minha fala dizendo que eu acredito no Brasil, acredito e defendo a democracia, assim como defendo e espero que a Câmara dos Deputados no dia de hoje dê um passo adiante aprovando o voto auditável.

O que me chama a atenção, e eu concluo aqui, Presidente, é o esforço que está havendo de pessoas e altas autoridades da República contra a transparência do voto, contra a segurança do voto. Isso está acendendo uma lâmpada amarela que me preocupa muito. Altas autoridades contra a segurança do voto...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, o tempo de fala por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...contra a transparência do voto. É isso que me assusta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, o voto auditável é um direito da cidadania e um bem para a democracia no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, o Senador Eduardo Braga e, depois, o Senador Tasso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – É só para um esclarecimento e uma questão de ordem.

Primeiro, eu acho que colocar no genérico certas frases, o que o Senador Marcos Rogério fez, é injusto com o Senado da República. Eu, por exemplo, não tenho nenhum comprometimento para não apurar nenhum malfeito, nenhuma corrupção, e já me manifestei aqui inúmeras vezes.

Segundo, não vamos cair na armadilha de que os fins justificam os meios. Esse discurso, Senador Marcos, quem lê a história do Brasil sabe que já foi usado várias vezes para aplicar golpe de Estado, para aplicar ditadura, seja no Estado Novo, seja em 1964, em vários instantes da nossa história. A democracia é um bem precioso, que nos assegura as liberdades, e criticar faz parte das liberdades democráticas. O que não está certo é você pegar tanques e colocar na Praça dos Três Poderes e colocar os canhões virados para o Supremo Tribunal Federal. Portanto, vamos colocar uma coisa aqui – V. Exa. que é advogado e do direito –, vamos colocar *modus in rebus*, porque isto precisa ter limite, e o



limite é constitucional, não é político; é constitucional, porque, se o Senhor Presidente da República é Presidente da República é porque assim prevê a Constituição da República, assim preveem as leis democráticas do Brasil.

Portanto, apenas pra fazer essa colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente Omar Aziz, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria de colocar uma coisa fundamental pra mim na vida, em toda a minha vida pública e de todos nós Parlamentares e a grande maioria dos brasileiros: a democracia é sagrada e nós estamos brincando com uma instituição sagrada para todos aqueles que acreditam na liberdade, na diferença de opinião, na convivência da diversidade. Canhões e tanques na Praça dos Três Poderes me constrangem e me aterrorizam, talvez porque eu tenha sido de uma geração cuja adolescência foi gritar, clamar pela liberdade. Esta divergência que nós temos hoje, essas discussões que nós temos hoje, aqui mesmo, dentro desta CPI, com opiniões diferentes, não existiam nessa época, não eram permitidas. As pessoas que divergiam viviam sob ameaças e, às vezes, eram presas e, às vezes, até torturadas.

As informações que nós poderíamos ter dos erros e de atitudes e de acertos dos governos nós não tínhamos, não era possível termos, porque eram censuradas. A imprensa não podia criticar, porque era censurada. O medo era a palavra de ordem. Voltar àqueles tempos, retroceder àqueles tempos, até porque na minha cabeça essa cena eu vi: tanques passando pelo Congresso Nacional, rodeando o Congresso Nacional, tanques rodeando o Supremo Tribunal Federal – é absolutamente um terror, é como se fosse um filme de terror, e isso se agrava porque não é um fato isolado, ela vem sequenciada por uma série de ameaças à democracia que têm sido feitas quase que semanalmente e quem sabe até diariamente.

Então, esse conjunto de fatos com mais este momento que absolutamente não é constrangedor, é aterrorizador... E, "coincidentemente" – claro que não, coincidentemente entre aspas –, no momento em que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal votam dois projetos de lei, duas leis que não são de agrado do Executivo, é absolutamente aterrorizante!

Eu acho que todos nós aqui, mesmo aqueles que defendem o Governo... E alguns desses Senadores que defendem o Governo eu conheço muito bem e sei que são democratas. Então, eu apelo a todos, a esses Senadores, inclusive, que sei que são democratas, que apoiam o Governo, suas ideias, mas que são essencialmente democratas: fazer com todos nós um coro de protesto veemente contra estes acontecimentos de hoje.

Este depoimento de quem viveu essa época é o que eu gostaria de deixar aqui, neste momento. Apesar de saber que a nossa CPI é sobre a pandemia, este momento não pode passar em branco.

Muito obrigado pela oportunidade, Presidente Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Tasso.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu serei breve.

Com relação a esses fatos que estão sendo referidos no início da sessão, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, usou a expressão de que foi "coincidência trágica": seria uma coincidência trágica você ter um evento militar ao mesmo tempo em que tem votações importantes no Congresso Nacional. A única



coincidência trágica é nós termos um Presidente da República incapaz no momento mais grave da Nação. Dessa consequência trágica, aí, sim, derivam os nossos problemas. Essa é a realidade.

Aproveito, Sr. Presidente, também para fazer um alerta, um alerta sincero e humilde para aqueles que hoje ou se banqueteam nas mesas do poder ou se encantam com os agrados das redes sociais e dos robôs militantes e que se empolgam com os gestos autoritários do Governo. O alerta é porque a caminhada de todo governo autoritário acaba cortando as cabeças, em primeiro lugar, dessa turma dos puxa-sacos, daqueles que tentam usar projetos autoritários para chegar a um poder ao qual não chegam pela sua competência e pela sua capacidade. Esse é um alerta, porque o Brasil já passou por isso.

Com relação ao voto impresso, a questão é tão anacrônica e tão sem sentido que pode ser resumida numa frase, Sr. Presidente: é a solução errada para um problema que não existe. Não existe nenhuma denúncia séria de fraude no sistema eletrônico de votação. Todos nós aqui fomos eleitos com o sistema eletrônico de votação, com as urnas eletrônicas, todos nós! E quem tiver um mínimo de idade e de vivência sabe dos traumas, das dificuldades, das fraudes que o sistema impresso trazia. Eu recorro, no meu Estado de Sergipe, um episódio de sequestro de urnas, com tiroteio, em um fórum eleitoral. Isso é absurdo demais!

E, segundo, é registrar aqui uma fala que o colega Marcos Rogério colocou do saudoso Ulysses Guimarães: não roubar, não deixar roubar e punir quem rouba. É justamente o que a gente está fazendo, meu caro Senador Marcos Rogério. A gente está aqui na CPI tentando trazer a verdade para que cada cidadão brasileiro tenha consciência de quem roubou a esperança, a convicção, as promessas falsas, que foram apresentadas no momento da eleição e que hoje se transformaram numa repetição de erros do passado, erros de um passado mais remoto, da ditadura, erros de governos que tiveram a corrupção como sua essência e que se repetem neste Governo, essa coalização de gente desqualificada, autoritária, ensandecida. Teremos certamente, no dia de hoje, oportunidade de exemplificar isso aqui materialmente.

O Brasil não comporta mais retrocesso, o Brasil não suporta mais retrocesso. Governar, ser gestor, ser representante do povo, mais do que tudo, é ter capacidade de eleger as prioridades certas. E, no momento em que o Brasil precisa de vacina e comida, o Presidente acha que o Brasil precisa de tanque na rua e espetáculo! Quando o Brasil precisa de união, o Presidente oferece briga, ofensa, mais discórdia.

O Senado certamente terá a ponderação, a capacidade de lidar com essa situação de forma equilibrada. O nosso Presidente tem a característica mineira do equilíbrio, mas certamente ele vai ser confrontado com a realidade, porque os fatos não têm paciência. Os fatos se materializam, queira você ou não, e não há mineirice e equilíbrio que possam sustentar o relacionamento com um governo que não quer equilíbrio, que busca o confronto, que busca a todo instante atacar a democracia, atacar os representantes eleitos do povo, atacar o sistema judicial.

Eu sou um crítico severo do Supremo Tribunal Federal, severo, mas da conduta de ministros, não da instituição, porque a história já nos mostrou com clareza: a ditadura não é solução pra nada. É só portas abertas pra mais problemas, pra mais corrupção, pra mais violência, pra mais dor. Chega! A gente não aguenta mais! E, em cada trincheira que estiver disponível, Sr. Presidente, estaremos lá na defesa da liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem, Senador Alessandro.



Senador Contarato, depois Senador Jorginho e depois eu vou passar... A gente trabalhar... Porque o nosso convidado aqui já está há bastante tempo aqui. Infelizmente teve esse fato extra e a gente teve que se posicionar.

Senador Contarato, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.)
– Obrigado, Sr. Presidente.

Eu inicio minha fala falando que a democracia é o terreno mais fértil pra coletar e semear direitos. Esse Presidente da República... Hoje esse desfile desses tanques aqui com essa, aspas, "coincidência trágica" é mais um capítulo do ataque do Presidente da República à democracia. Nós já presenciamos aqui, Senador Renan, o Presidente da República atacando a Ordem dos Advogados do Brasil; nós já presenciamos o Presidente da República participando de movimentos antidemocráticos pra fechar o Supremo Tribunal Federal, pra fechar o Congresso Nacional. É um Presidente da República que nega a ditadura e ovaciona torturador. Agora, eu quero alertar os colegas e a população brasileira: defender ditadura em plena democracia é fácil, difícil mesmo é defender democracia estando numa ditadura.

Ora, enquanto o Presidente fica desfilando com os tanques no meio de 563.707 corpos, eu nunca vi o Presidente da República estar dentro dos hospitais visitando essas famílias, se solidarizando com as vítimas. Eu nunca vi! Quem daqui viu o Presidente fazer isso? Quem daqui viu o Presidente falar pra todos se vacinarem, fazerem o distanciamento social?

A espinha dorsal do Estado democrático de direito chama-se Constituição da República Federativa do Brasil. E eu darei minha vida pra defender a Constituição Federal, as instituições, a autonomia e a harmonização dos Poderes, mas eu não posso me calar, porque esse é mais um ataque a nossa democracia. Enquanto o Presidente fica aí desfilando com seus tanques, pra intimidar o Congresso Nacional, ele sequer se solidariza com mais de 563 mil famílias que perderam seus parentes; ele sequer se solidariza com quase 20 milhões de contaminados que vão ficar com sequelas irreparáveis, mas fica com condutas espúrias, negando vacinas, difundindo tratamento precoce, imunização de rebanho, fechando a porta para aquilo que é o principal bem jurídico, que é a vida humana.

Agora, eu quero aqui também fazer um alerta que, em Direito, existe uma premissa muito simples: o ônus da prova cabe a quem alega. Quando eu vejo colegas defendendo voto impresso, pelo amor de Deus, parece que nós estamos na era medieval. Só o Presidente da República e seus familiares tiveram 76 anos de mandato pelo voto eletrônico, mas ninguém nunca questionou isso.

O que nós temos que fazer é dar dignidade à população brasileira, é dar efetividade aos direitos humanos essenciais. Não adianta a Constituição, no art. 6º, falar que todos têm direito à saúde se as pessoas estão morrendo nos corredores dos hospitais públicos. Não adianta a Constituição Cidadã, do dia 5 de outubro de 1988, falar que todos temos direito à educação se o filho do pobre não tem acesso aos cursos de grande concorrência nas universidades federais. Não adianta a Constituição Federal lá estabelecer que a União tem que instituir um salário mínimo digno, capaz de suprir as suas necessidades e da família, com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestiário, e nós termos esse mísero salário.

A população está morrendo, minha gente: 60 milhões de brasileiros e brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza, 25 milhões de desempregados subutilizados, e o Presidente da República desfilando com os tanques das Forças Armadas para intimidar o Congresso Nacional. Mas ele, como ele gosta de usar o Hino, eu também vou usar: "Veras



que eu filho teu não foge à luta", que nós, aqui, podemos lutar e devemos. Nós temos que dar uma resposta contundente. Passou da hora de o Presidente da Câmara receber um dos pedidos de *impeachment* desse Presidente, que já era para ter sofrido esse processo desde o primeiro ano. Passou da hora de nós darmos uma resposta a esse Presidente, e esta CPI vai lançar, já está lançando luz que tem a digital dele nessas 563.707 pessoas que pagaram com a própria vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por último, Senador Jorginho.

Obrigado, Senador Contarato.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não quero criar polêmica, Sr. Presidente, e vou ser bem rápido, até para que a gente comece a ouvir a testemunha, mas está se fazendo um cavalo de batalha tão grande com esse negócio do voto impresso. Isso é uma bobajada. As urnas que já se vendem hoje, no mundo, têm acoplada uma impressora, que já evoluiu o tempo do tijolão. Era uma coisa, agora é celular, iPhone.

Se todo mundo fala que a democracia é tão cara, por que não tem essa urna mais moderna? Você não vai levar voto para casa, ninguém vai contar, ninguém vai levar no bolso, ninguém vai... Enfim, eu acho uma perda de tempo isso, e o Ministro Barroso está tentando fazer uma queda de braço aí que não tem importância nenhuma. Se fosse cuidar de outras coisas, tocar os processos em que o Brasil está parado, enfim... É uma narrativa que é mais um componente para fortalecer a democracia. Pronto! E para que esse cavalo de batalha que está se fazendo?

Com relação ao desfile, desde 1988 se faz esse desfile. Agora, estão dizendo que isso assombra, que isso é um perigo para a democracia. Perigo para a democracia é meter a mão no baleiro, é roubar, como muita gente está acostumada neste Brasil. Entendeu? Operação Formosa da Marinha se faz há mais de 30 anos; agora, estão assustados, que a democracia está em risco. Que isso, gente? Vamos trabalhar, vamos fazer outra coisa. Isso é uma demagogia barata, é um discurso – é um discurso –, é fazer demagogia, é bancar o salvador da Pátria.

Não adianta, Senadores, fazer sinal com a cabeça, que o povo brasileiro sabe. A roubalheira parou faz tempo e talvez alguns aqui estejam preocupados com isso, que não voltou mais. Então, falam do medo dos tanques apontados... Tem muita gente aqui dentro do Congresso que tem o rabo sujo, nós sabemos disso. Agora, não, é só demagogia, é conversa mole. Vamos trabalhar!

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Jorginho está exaltado hoje, exaltado!

Senador Jorginho, a história se repete e eu acho que V. Exa. tem idade para saber da história do Brasil, para não brincar com certas coisas. Alguns Parlamentares aqui são novos, não têm obrigação de ter vivido isso, mas têm a obrigação de conhecer a história.

Eu vou citar aqui um trecho de um poeta que é brasileiro, mas ele escreveu *No caminho, com Maiakóvski*, porque naquela época ele não podia colocar o nome dele, é o Eduardo Alves da Costa, um poeta dramaturgo carioca:

Na primeira noite [Senador Jorginho] eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E [a gente não diz] [...] nada.



Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e [também] não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer [mais] nada.

Sempre que vocês lerem isso ou ouvirem esse belíssimo poema, lembrem-se, por favor, foi um brasileiro chamado Eduardo Alves da Costa, que escreveu Maiakóvski só no título. Esse é um trecho do poema que eu coloquei inteiro no *site* e veja *No caminho, com Maiakóvski*.

Isso representa aqueles que estão amenizando essa situação: "Não, não é nada". Pisar nas flores do teu jardim não é nada; entrar na tua casa e arrancar teu medo não é nada; matar o teu cão não é nada. Não, é! É a covardia daqueles que permitem que isso aconteça e ficam calados.

E isso nós não vamos permitir. Não há covardes para manter a democracia. A vida pode ser longa ou pode ser breve, mas temos que sair da vida com a cabeça erguida e com o orgulho de ter defendido a nossa Constituição, que nós juramos defendê-la quando assumimos o mandato, e não discursos vazios, simplistas, achando que não está acontecendo nada. Está, está!

E, Pra não Dizer que não Falei das Flores, de Geraldo Vandré, que eu cantei inúmeras vezes lutando pela democracia, não eram esses, não eram esses; foram brasileiros e grandes brasileiros que permitiram que hoje pessoas que estão instaladas momentaneamente, inquilinos momentâneos no Palácio do Planalto, pudessem se eleger democraticamente com o voto eletrônico e, ainda assim mesmo, dizer que foi roubado. Haja justificativa para tirar o estofado de dentro da sala. É aquele negócio, vamos tirar o estofado, que a gente resolve o problema. Não, o problema é muito mais profundo, e eu acho que o Senado tem que se posicionar.

O Congresso Nacional não pode ficar passivo a isso. Não minimize o que aconteceu hoje, por favor. Por favor, eu escutei o discurso de todo mundo, não minimize. Não façam isso. Não façam isso com a memória, com a história de cada Parlamentar que está aqui, independentemente de pensamentos, independentemente de tendência política. Democracia, sim; intimidação, não. Democracia, sim; golpe, não.

E eu vou aqui... Nós temos aqui uma decisão liminar da Ministra Cármen Lúcia no Habeas Corpus 205.134, nos seguintes termos:

Não há respaldo legal ao pedido do impetrante de "faculdade de se ausentar à sessão", considerando que o art. 206 do Código de Processo Penal dispõe que "a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor".

Tendo sido o paciente convocado na condição de testemunha, tem ele o dever de comparecimento, sob pena de frustrar as atividades investigativas da Comissão Parlamentar de Inquérito, que, nos termos do inc. V do § 2º do art. 58



da Constituição Federal, pode “solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão”.

Pelo exposto, defiro parcialmente a liminar requerida para assegurar ao paciente, ao ser inquirido pela Comissão Parlamentar de Inquérito [...], a) o direito de “ser assistido por seu advogado e com ele se comunicar pessoal e reservadamente, garantidas as prerrogativas da Lei nº 8.906/94”; b) de “não ser obrigado a produzir prova contra si mesmo e, via de consequência, de se manter em silêncio e não ser obrigado a responder às perguntas que possam lhe incriminar, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não abrigados nesta cláusula”; c) de “não ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício amplo do seu direito de defesa”.

Eu vou perguntar ao Coronel Helcio: V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

V. Exa., se quiser falar, teria 15 minutos, para poder se manifestar.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Exmo. Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Exmo. Sr. Relator, Senador Renan Calheiros; Exmos. Senadores, Senadoras; assessores e todos os que estão aqui presentes, bom dia.

Primeiramente, eu gostaria de externar meus sinceros sentimentos a todas as famílias brasileiras que perderam pessoas queridas durante a pandemia.

Meu nome é Helcio Bruno de Almeida. Nasci no Rio Grande do Sul e tive uma educação familiar tipicamente cristã e militar. Ingressei na Academia Militar das Agulhas Negras e fui declarado o aspirante oficial em 1978, tendo obtido o quarto lugar na arma de infantaria. A minha vocação de oficial de infantaria e combatente se confirmou, entre outras inúmeras ações, por vários cursos de combate, notadamente Ações de Comando e Forças Especiais.

Particpei da retomada do intercâmbio militar com os Estados Unidos com o 7º Grupo de Forças Especiais em Fort Bragg, na Carolina do Norte. E, depois de sete anos nas operações especiais, fui cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro, tendo obtido o terceiro lugar e o melhor conceito profissional na infantaria.

Em 1990, fui designado para compor o Grupo de Observadores das Nações Unidas no processo de desmobilização e pacificação da Nicarágua. Ao regressar da missão na ONU, fui escolhido para integrar a equipe de segurança pessoal do Presidente da República na época, o Senhor Presidente Fernando Collor. Permaneci sete anos na segurança da Presidência e fui Diretor de Operações e Inteligência na segurança pessoal dos Presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Minha última comissão no serviço ativo foi no Centro de Inteligência do Exército.



No início dos anos 2000, já na reserva, eu me dediquei ao trabalho filantrópico e missionário, desenvolvendo ações na Amazônia e principalmente na África, onde percorri 25 países e coordenei as atividades em mais de 30, tendo organizado o centro de capacitação e treinamento para a formação de missionários em pelo menos dez países e atuado em meio a conflitos tribais e étnicos, inclusive entre os hutus e os tutsis em Ruanda.

Após dez anos desta função espiritual e extraordinária, porém em meio a inúmeros problemas de saúde, tive de abdicar das responsabilidades religiosas, passando a dedicar exclusiva atenção à minha família. Retomei minha atividade profissional como consultor de defesa e segurança no segmento corporativo e empresarial. Fui contratado para compor a equipe do projeto Brigada Braço Forte, a fim de encontrar soluções para modernizar a força terrestre na importante participação do País nos grandes eventos – Olimpíadas, Copa do Mundo e outros. Na sequência e em vista de minha experiência, fui contratado como consultor e diretor de projetos de várias empresas.

Em 2014, comecei a desenvolver um plano vocacionado a servir a sociedade de meu País no campo civil, com a criação, inicialmente de maneira informal, do Instituto Força Brasil. O objetivo do instituto era o estudo e a proposta de soluções para os problemas sociais, econômicos e políticos do País. A partir de então, realizamos vários eventos, inclusive com a participação de destacados civis e militares, entre eles o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2020, o sonho da criação do Instituto Força Brasil se tornou realidade, e desde outubro nosso estatuto foi registrado e iniciamos a fase de implantação do IFB nacional, já com a estruturação de oito áreas temáticas e programas.

Registro que o IFB jamais recebeu qualquer dinheiro público ou de terceiros, sendo integralmente mantido por doações de seus membros. E foi assim que, em vista do enorme agravamento da pandemia da covid-19 e da tragédia por ela imposta, surgiu no IFB uma grande preocupação em relação à gestão da crise sanitária, razão pela qual o instituto passou a defender a possibilidade de empresas e entidades privadas passarem a participar do processo de imunização nacional. À época, essa possibilidade era discutida através de um projeto legislativo, mas alguns aspectos operacionais a respeito da vacinação privada acabaram não sendo disciplinados pelo Projeto de Lei 14.125, que foi promulgado em 10 de março deste ano.

Por essa razão, no dia 3 de março o IFB solicitou um encontro junto ao Ministério da Saúde para discutir uma maior regulamentação sobre a forma com que seria operacionalizada a participação do setor privado na vacinação. Aqui é importante esclarecer que a solicitação de agenda foi feita por via formal e em um momento em que eu sequer conhecia os Srs. Cristiano Carvalho e Luiz Paulo Domingueti.

Alguns dias depois, o IFB recebeu a confirmação da reunião no Ministério da Saúde, com a inclusão do encontro na agenda oficial da Secretaria Executiva do Ministério. Acontece que, no dia 9 de março, quando a reunião no ministério já havia sido devidamente agendada e confirmada para o dia 12 de março, às 10h, o Sr. Reverendo Amilton, pessoa que até então eu não conhecia, compareceu ao IFB. No encontro, o Reverendo Amilton informou que uma empresa de nome Davati pretendia oferecer uma grande oferta de vacinas ao Ministério da Saúde, mas que precisavam esclarecer ao ministério a forma com que poderiam disponibilizar as vacinas pois, embora não fossem representantes diretos do laboratório produtor das vacinas, eles teriam uma alocação de doses. Por isso, o Sr. Amilton aventou a possibilidade de o IFB compartilhar sua agenda no Ministério da Saúde com os representantes de tal empresa para que eles pudessem explicar ao ministério as condições de sua oferta de vacinas.



Em razão desse pedido de compartilhamento de uma pauta que já estava agendada para 12 de março, foram considerados três aspectos pelo IFB. O primeiro é que a pauta da reunião seria a vacinação privada e, caso o País recebesse doses suficientes para imunizar os grupos prioritários, isso permitiria o início mais célere da vacinação privada, que era o objetivo último da reunião. Em segundo lugar, foi feita uma breve pesquisa a respeito do trabalho da empresa Davati, e, a princípio, não encontramos nada que a desabonasse. Por último, é sabido que o Ministério da Saúde possui um procedimento extremamente rigoroso para a compra de qualquer insumo médico, razão pela qual o ministério certamente faria uma profunda averiguação sobre a seriedade e a higidez do negócio que lhe estava sendo proposto. E, caso houvesse alguma mínima possibilidade de irregularidade, evidentemente o Ministério da Saúde não evoluiria nas negociações.

Sendo assim, uma vez que o compartilhamento da reunião pré-agendada poderia acelerar a vacinação privada, e considerando que até então não havia qualquer elemento em desfavor da Davati, que certamente seria profundamente investigada pelo Ministério da Saúde antes de qualquer negociação, não se enxergou nenhum possível prejuízo no compartilhamento da agenda do IFB, vislumbrando-se, por outro lado, um potencial benefício à vacinação do País.

Nesse sentido, imbuído de boa-fé e acreditando na seriedade da Davati a partir do pedido da Senah, aceitou-se compartilhar a agenda do IFB no Ministério da Saúde com a referida empresa. E foi somente nessa ocasião que vim a conhecer o Sr. Cristiano Carvalho e o Sr. Luiz Paulo Domingueti.

A reunião no Ministério da Saúde contou com a participação de dez pessoas, e seu teor foi integralmente registrado em ata e memória da Secretaria Executiva.

No encontro, que ocorreu rapidamente – aproximadamente 20 minutos –, e no qual o IFB informou que estava à disposição para discutir e encontrar medidas ou aperfeiçoamentos normativos que pudessem acelerar a vacinação privada no País, o Ministério da Saúde solicitou à Davati a apresentação de uma carta de representação do laboratório fabricante, no caso, da AstraZeneca, ou das informações referentes aos lotes das vacinas. E, assim, ante a ausência de apresentação de tais documentos, soubemos que o assunto se deu por encerrado no Ministério da Saúde.

Também esclareço que tivemos conhecimento de que a Davati enviou ao Ministério da Saúde, em 15 de março, uma nova oferta de lotes de vacina, a qual recebemos em cópia de *e-mail*. Não tomamos conhecimento de qualquer resposta do Ministério da Saúde.

Depois do dia 12 de março, nunca mais vi ou estive com o Sr. Cristiano Carvalho e o Sr. Luiz Paulo Domingueti.

Igualmente informo que jamais participei de qualquer reunião ou encontro no qual teria sido oferecida ou solicitada vantagem indevida por quem quer que seja, e também informo que jamais estive presente em qualquer jantar com o Sr. Luiz Paulo Domingueti, muito menos naquele que teria ocorrido em 25 de fevereiro, até porque, nesta data, eu sequer o conhecia.

Ressalto que nunca tive relação de amizade ou qualquer proximidade com o Coronel Elcio Franco, apenas podendo eventualmente tê-lo encontrado em alguma solenidade militar de que não me recordo. Nunca frequentei a sua residência, não conheço a sua família, jamais almoçamos ou jantamos juntos, não fomos contemporâneos na Aman e tampouco servimos juntos.

Informo também que o STF tomou conhecimento das quebras de sigilo aprovadas por esta Comissão contra a minha pessoa, e, reconhecendo que a CPI tem me tratado como investigado, o STF concedeu a mim um *habeas corpus* assegurando direito ao silêncio em



relação aos fatos que eventualmente possam prejudicar a minha defesa. Assim, nos termos dos esclarecimentos do Ministro Luiz Fux, no Habeas Corpus nº 204.422, sobre o direito ao silêncio – abre aspas: "Por óbvio, o primeiro juízo sobre o conteúdo desse direito compete ao próprio titular, a quem cabe a avaliação inicial sobre os impactos da produção de determinadas informações sobre a sua própria esfera jurídica. Nesse sentido, é o titular do direito quem exterioriza a primeira manifestação de vontade em relação ao exercício da não autoincriminação." – fecha aspas.

Por isso, e nos termos da liminar a mim concedida pela Ministra Cármen Lúcia, informo que, exclusivamente, por orientação da minha defesa técnica, me reservarei ao silêncio quanto a toda e qualquer pergunta envolvendo os assuntos tratados nos requerimentos aprovados por esta Comissão e que, portanto, estão abarcados pela liminar do STF.

Assim, antecipo a V. Exas. que me reservarei ao silêncio quanto às perguntas relacionadas à empresa Davati ou seus supostos representantes, ao Ministério da Saúde e seus atuais e ex-servidores, ao Senah e seus membros, ao IFB e seus membros ou a *fake news* e matérias jornalísticas de terceiros e perguntas relacionadas à minha quebra de sigilo. Todos esses assuntos serão tratados, se necessário, no momento e no espaço oportuno, estando certo de que jamais pratiquei qualquer ato irregular. Quanto aos demais assuntos, responderei absolutamente os questionamentos de V. Exas., estando inteiramente à disposição desta Comissão para qualquer esclarecimento que não interfira em minha defesa.

Ao longo dos meus 63 anos, fiz de minha vida um exercício constante de dedicação ao próximo e ao Evangelho e compareço a esta Comissão com a serenidade daqueles que sempre lutaram pelo bem de nosso País.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Coronel, nós temos ciência do *habeas corpus* concedido a V. Exa. A sua interpretação é uma, a Mesa tem outra interpretação, e nós iremos seguir com o depoimento.

Nem tudo é permitido para V. Exa.; há limites nessa concessão de *habeas corpus*. Esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tem V. Exa. aqui como testemunha, testemunha que... V. Exa., na sua primeira fala, já demonstra que participou ativamente dessas conversações. E a gente quer saber... V. Exa., com 63 anos, com a experiência que tem, cai numa conversa de vigário da Davati. Não dá para entender um homem tão experiente como o senhor ainda sentar sem pesquisar o que era a Davati, sem pesquisar com quem o senhor está sentando para tratar de um assunto tão sério, que era salvar vidas com a compra da vacina.

Então, V. Exa... Nós temos conhecimento do seu *habeas corpus*. Seus advogados têm que orientá-lo como é que está o *habeas corpus* mantido, até porque o seu *habeas corpus*, a princípio, era para não comparecer à CPI. Foi negado esse direito, o senhor teve que comparecer à CPI. Mas, ao comparecer à CPI, o senhor tem restrições quanto a se autoincriminar; em relação a terceiros, V. Exa. terá que responder aqui à CPI.

Eu passo a palavra ao Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, hoje o Presidente da República faz nova coreografia novamente patética, como lembrou aqui o Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, um espetáculo dantesco com a utilização indevida, inconstitucional e oportunista das Forças Armadas.



A democracia, Sr. Presidente, é inegociável. Senadores como Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Rogério Carvalho, Simone Tebet, Alessandro Vieira, Humberto Costa e Fabiano Contarato, de uma forma ou de outra, fizeram questão de lembrar aqui o que falou Ulysses Guimarães, quando disse ter ódio e nojo das ditaduras.

As Forças Armadas não podem, a pretexto nenhum, apoiar aspirações de um Presidente da República amalucado, com comichões tirânicas, que vive a erosão da sua própria popularidade e hoje é tido pelo povo brasileiro como despreparado e desonesto – foi o que nos informaram as últimas pesquisas de opinião pública realizadas, sobretudo o Datafolha.

O Congresso Nacional – alguns disseram aqui também – tem sido tímido, à exceção desta Comissão Parlamentar de Inquérito, tem burocratizado as suas ações e precisa urgentemente sair desse imobilismo, para não continuar batendo palma para doido. O voto impresso recicla um passado, um atraso que a história já enterrou. Nós não podemos de forma nenhuma aceitar esses arreganhos autoritários.

Eu queria lembrar que o comportamento belicoso desestabilizador de Bolsonaro é indesmentível, rotativo em relação aos alvos e configura um método já visto em outros ladridos ditatoriais. O expediente, Presidente Omar, o expediente é o mesmo: na fraqueza, exibir força, hostilizar a imprensa, culpar a esquerda pelos próprios erros, a mitomania, a mentira como método, a propagação de mentiras, armar a população, militarizar cargos civis, deslegitimar as instituições, encorajar enfrentamentos, ódios às minorias, Estado policial e impulsionar as milícias. Ele vai, irresponsavelmente, alternando esses métodos para tentar enfraquecer aqueles que lhe fazem oposição.

Obviamente, não tem conseguido êxito e, por essa razão, vive o desespero, além de estar em um processo irreversível, vendo suas intenções de voto derretendo debaixo do calor da CPI e dos reveses do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de começar a fazer as perguntas ao Tenente-Coronel Helcio Bruno de Almeida, eu queria pedir à Izabelle que, por favor, fizesse a exibição de um tuíte do Coronel sobre esta Comissão Parlamentar de Inquérito. (*Pausa.*)

O tuíte diz o seguinte: "Resumo da CPI circense: picareta denunciando picareta, todos julgados por picaretas, enquanto a narrativa dos picaretas da Imprensa mira no presidente [da República]".

Eu, antes de qualquer coisa, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, gostaria de dizer ao Coronel que ouvimos hoje nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem uma missão, dita aqui em várias oportunidades: iluminar os porões da pandemia, colocar às claras a atuação de gente como o senhor, para que os brasileiros conheçam quem tinha voz e vez no Ministério da Saúde enquanto os brasileiros morriam. E, em nome deles e de todos que perderam as suas vidas, estamos aqui. Nós colocamos essa placa aqui sobre a mesa dos trabalhos para que, em nenhum momento, nós nos esqueçamos da quantidade de vidas perdidas, muitas – esta CPI também já demonstrou – que poderiam ter sido evitadas.

Eu faço, então, um breve resumo do que faz o instituto presidido pelo depoente de hoje.

As investigações desta CPI já provaram que o Instituto Força Brasil possui uma relação direta com a disseminação de *fake news* e apoio às redes que atuaram na pandemia contra medidas de isolamento, vacinas, máscaras e tantas outras que poderiam salvar vidas. Seu Vice-Presidente, Otávio Fakhoury, é investigado no inquérito de *fake news*. Chegou a afirmar que financiava alguns *sites* dos que investigamos aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.



Eu peço a Izabelle que, por favor, exiba o vídeo 2. (*Pausa.*)

Foto 2, por favor.

A foto 2, por favor. (*Pausa.*)

A Verdade dos Fatos, que combate a mídia tradicional e veículo de checagem de fatos, posta desmentidos sobre fatos reais e colocam em dúvida as medidas de controle da pandemia.

Vejamos um exemplo aqui: a Awake Brasil, que ataca o movimento que visa a desmonetização de sites disseminadores de *fake news* e discurso de ódio.

Eu pediria também para exibir a foto nº 3 rapidamente.

Foto nº 3 é um exemplo do desserviço do Crítica Nacional – Crítica Nacional, para quem não sabe, é um portal que veiculou inúmeras propagandas antimáscara, antivacina e a favor de medicamentos ineficazes, criminosamente.

Membros do Awake e A Verdade dos Fatos fazem parte da equipe do Instituto Força Brasil, comandado pelo depoente que hoje presta depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e que minimiza o conceito de *fake news*.

Eu peço também para que se exiba a foto nº 4. (*Pausa.*)

Vejamos o que o depoente pensa sobre *fake news*.

Antes de perguntar, eu digo ao Coronel: *fake news* não dependem de conceitos nem de ideologia; elas desinformam, confundem, segregam e mataram na pandemia. Esta CPI está mapeando essas notícias falsas e irá, Tenente-Coronel, responsabilizar todos os culpados.

Dito isso, a título de apresentação, eu gostaria de fazer algumas perguntas.

O que é o Instituto Força Brasil, Tenente-Coronel Helcio Bruno de Almeida?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, o Instituto Força Brasil foi criado em 2014 e funcionou de modo informal até 2020, quando teve o seu estatuto confirmado e iniciou as suas ações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, há quanto tempo existe o instituto?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Desde 2014.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua forma de organização societária?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – De 2014 até 2020, nós funcionamos de modo informal, com alguns colaboradores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A negociação de vacinas e outros produtos farmacêuticos é parte do escopo de atuação da entidade?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre a pergunta se a negociação de vacinas e outros produtos farmacêuticos é parte do escopo de atuação da sua entidade e o senhor vai permanecer em silêncio?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem são os diretores do Instituto Força Brasil?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Com respeito ao Instituto Força Brasil, seus membros e suas ações, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até com relação a quem são os diretores do instituto presidido por V. Sa.? Os advogados o orientaram a não responder, é isso? Só para que haja o entendimento desta Comissão e de quem está acompanhando nossos trabalhos.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Neste momento o Presidente sou eu; o Vice-Presidente é Otávio Fakhoury; e as principais diretorias... Diretoria de Projetos, Marcelo Lima; Diretoria da Administração, Coronel da reserva Aguiar; e Diretor Jurídico, Igor Vasconcelos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para que se coloque o vídeo 2, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. se aproximou dos gestores do Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com relação aos fatos, eles constam na minha declaração e, sobre este ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que se encontrou com Elcio Franco no Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Esse fato está relatado na declaração que eu fiz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na apresentação inicial... Eu pediria apenas em nome dos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, ele citou dez pessoas nessa reunião. O senhor lembra das dez pessoas que estavam, Coronel Helcio?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Essas pessoas fazem parte de um documento produzido pela Secretaria Executiva, memória da Secretaria Executiva do dia 12 de março, que registra o objeto, os participantes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... e as decisões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem isso? Essa reunião da secretaria? Podia passar para nós para sabermos quem estava presente, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Sa. confirma que se encontrou com Elcio Franco no Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – No dia 12 de março, pra atender uma agenda já previamente marcada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com ele, por favor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, além daquilo que foi declarado e que diz respeito aos episódios aqui, por orientação dos meus advogados, eu permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Instituto Força Brasil possui alguma atividade no ramo da saúde pública?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Nós temos duas áreas temáticas que têm ligação com saúde: defesa da vida e da família e o Brasil do futuro, gestão de crises sanitária, cibernética e logística.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que o recebimento da entidade seria importante para o SUS, especialmente durante a pandemia?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito aos fatos que deram motivo à minha vinda aqui nessa CPI, eu tenho a declaração e, além desse ponto, por orientação dos meus advogados, eu permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A declaração referida por V. Sa. é a introdução aqui no depoimento? É isso, Sr. Presidente? Só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em duas oportunidades, o Tenente-Coronel falou da declaração. Eu estou perguntando se a declaração é a sua introdução.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim, é a minha introdução. Exato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu gostaria apenas de perguntar, mesmo já contida na introdução, para que nós tenhamos a ênfase necessária neste depoimento, que, como sabe V. Sa., é um depoimento muito importante para o aprofundamento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Antônio Elcio Franco Filho estava na reunião no dia 12 de março.

Tem dez pessoas: Antônio Elcio Franco Filho, Secretário-Executivo; Marcelo Pires, Diretor de Programação; Luana Gonçalves, assessora; Cleverson Boechat Tinoco Ponciano, assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde; Max Nóbrega de Menezes Costa, Coordenador-Geral; Helcio Bruno de Almeida, Presidente do Instituto Força Brasil; Igor Morais Vasconcelos, Instituto Força Brasil; Cristiano, Davati; Luiz Paulo Pereira, Davati, que é o Domingueti; Vander Corteze, BR Med Saúde Corporativa. Vejam só... Aqui é só para fazer um comentário, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a cúpula do ministério, da Secretaria Executiva todinha para receber a Davati, ao mesmo tempo em que essa mesma cúpula não deu a importância a outras vacinas. Aqui é em março, nós estamos falando de março deste ano. Então, só esse fato já é gravíssimo para ver como é que foi conduzida a compra de vacina pelo Governo Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. conseguiu agenda no Ministério da Saúde para tanto, por favor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Isso consta da declaração que eu fiz. E, sobre esse ponto, Senador Renan Calheiros, por orientação dos meus advogados...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço apenas, gentilmente, que V. Sa. reproduza o que a declaração contém, para que nós possamos ter a ênfase necessária...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o foco que se quer no seu depoimento.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Na p. 3: "E assim que, em vista do enorme agravamento da pandemia da covid-19 e da tragédia por ela imposta, surgiu no IFB uma grande preocupação em relação à gestão da crise sanitária, razão pela qual o instituto



passou a defender a possibilidade de empresas e entidades privadas passarem a participar do processo de imunização nacional".

Cabe aqui salientar que meu filho mais velho mora em Manaus, eu tenho um neto que é deficiente físico, portador de necessidade especial, e eu os visitei em janeiro deste ano e pude perceber a gravidade da situação, e usamos todos os nossos esforços disponíveis para buscar soluções para a crise sanitária.

"À época, essa possibilidade era discutida através de um projeto legislativo, mas alguns aspectos operacionais a respeito da vacinação privada acabaram não sendo disciplinados pelo Projeto de Lei 14.125. Por essa razão, no dia 3 de março de 2021, o IFB...".

Esta Lei 14.125 foi promulgado no dia 10 de março. Nós solicitamos no dia 3, e, justamente dois dias antes da audiência, a lei foi promulgada.

"O IFB solicitou um encontro junto ao Ministério da Saúde para discutir uma maior regulamentação sobre a forma com que seria operacionalizada a participação do setor privado na vacinação. Aqui é importante esclarecer: a solicitação da agenda foi feita por via formal e em um momento em que eu sequer conhecia os Srs. Cristiano Carvalho e Luiz Paulo Domingueti. Alguns dias depois, o IFB recebeu a confirmação da reunião no Ministério da Saúde, com a inclusão do encontro na agenda oficial da Secretaria-Executiva do ministério."

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O fato de V. Sa. conhecer Elcio Franco, a quem cabia a coordenação da aquisição de vacinas, facilitou a obtenção da agenda na pasta?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a esses fatos relacionados que foram aqui citados, eu vou seguir, vou ressaltar... Está aqui na declaração: "Ressalto que nunca tive relação de amizade ou qualquer proximidade com o Coronel Elcio Franco, apenas podendo eventualmente tê-lo encontrado em alguma solenidade militar de que não me recordo. Nunca frequentei a sua residência, não conheço a sua família e jamais almoçamos ou jantamos juntos. Não fomos contemporâneos na Aman e tampouco servimos juntos".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual seria, portanto, o assunto tratado naquela reunião com Elcio Franco?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Consta da memória que está à sua disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pediria que V. Sa. respondesse porque V. Sa. está obrigado a responder todas as perguntas que não o autoincriminam...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre esse ponto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e V. Sa. se comprometeu em falar a verdade.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só não pode, repito, responder aquilo que possa eventualmente incriminá-lo. O que não puder incriminá-lo, V. Sa. estará obrigado a responder. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito precisa, sim, das suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, eu queria somente aqui destacar para o Coronel Helcio Bruno, para a douda defesa, o item dez da decisão de S. Exa. a Ministra Carmen Lúcia, que diz *ipsis litteris* o seguinte:



Pelo exposto, defiro parcialmente a liminar requerida para assegurar ao paciente, ao ser inquirido pela Comissão Parlamentar de Inquérito “da Pandemia”, a) o direito de “ser assistido por seu advogado e com ele se comunicar pessoal e reservadamente, garantidas as prerrogativas da Lei nº 8.906/94” [garantia assim assegurada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Destaque nosso]; b) de “não ser obrigado a produzir prova contra si mesmo e, via de consequência, de se manter em silêncio e não ser obrigado a responder às perguntas que possam lhe incriminar, sendo-lhe [e aqui eu queria destacar, Sr. Helcio Bruno], contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não abrangidos nesta cláusula”; c) de “não ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva [obviamente que não será tomada por conta desta Comissão, em virtude do respeito à decisão de S. Exa. a Ministra Cármen Lúcia e em respeito ao Supremo Tribunal Federal] [...]

Eu só queria aqui destacar esse trecho da decisão de S. Exa. a Ministra Cármen Lúcia.

V. Exa. tem o direito ao silêncio em relação aos fatos que eventualmente lhe incriminem, mas eu peço sua compreensão para responder aqueles fatos que obviamente não acarretam, objeto desta investigação, e que já foram, inclusive, ditos por V. Sa. na preliminar.

Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto, devo repetir a pergunta feita anteriormente: qual seria o assunto tratado nessa reunião com o Elcio Franco?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, o assunto consta em ata-memória da Secretaria Executiva, que eu acabei de lhe passar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Diante disso, Sr. Relator, eu faço, então, questão aqui de fazer a leitura da ata, porque eu acredito que talvez da ata decorrerão questionamentos.

A ata diz o seguinte: “A reunião foi aberta pelo Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, com a participação de representantes do Instituto Força Brasil, Senah, Davati e BR MED Saúde Corporativa, para tratar sobre vacinas contra a covid-19”.

Eu queria agradecer inclusive ao Coronel Helcio, porque até agora nós não tínhamos tido acesso à memória dessa reunião, embora tivesse sido aprovado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em mais um flagrante desrespeito, Sr. Relator, do Ministério da Saúde às decisões eivadas desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, pelo menos, tivemos acesso a esta ata.

E, no primeiro aspecto, queria só perguntar ao Sr. Coronel Helcio quem era a BR MED Saúde Corporativa, que me parece que é um ator novo que comparece a essa reunião. V. Sa. conhece?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – A BR MED participou da reunião porque era o grupo interessado na regulamentação da Lei 14.125, pelo qual nós fizemos o pedido da agenda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Qual é a lei?



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Coronel está se referindo à lei que foi aprovada pelo Congresso, mas eu acho que vamos ter uma divergência sobre qual a lei de fato a que estava se referindo.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, essa lei, Senador, me perdoe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... ela, a 14.125, ela, esse projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim, mas já era lei; 14.125 já é lei.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim, ela foi promulgada no dia 10 de março. Quando nós pedimos, ela não havia sido ainda promulgada; por isso, havia um espaço para, eventualmente, buscar uma melhor estruturação, um aperfeiçoamento no seu conteúdo, e esse foi o objeto do nosso pedido.

No entanto, quando a lei foi promulgada no dia 10, a reunião se manteve, mas aí foram tratados aspectos operacionais da própria lei, conforme o senhor pode ver aí, escrito na memória.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Prosseguindo aqui, na ata, Sr. Relator: "O Sr. Cristiano Carvalho registrou que seria representante da Davati, que teria 400 milhões de doses de vacina da AstraZeneca à pronta-entrega". Pasmem que essa reunião foi marcada com as 400 milhões de doses da AstraZeneca da Davati.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Esse seria o tema da reunião?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Está aqui: "O Sr. Cristiano Carvalho registrou que seria representante da Davati, que teria 400 milhões de doses de vacina da AstraZeneca à pronta-entrega, que já haviam oferta ao Ministério da Saúde há 60 dias. Afirmou que o lote de vacinas estaria na França e disponíveis em 72 horas". Prossegue a ata: "O Secretário-Executivo informou que havia um cenário de escassez de vacinas e que a União Europeia havia proibido a exportação". O Secretário-Executivo se refere ao Sr. Coronel Elcio Franco. "... e que havia proibido a exportação de vacinas.

Assim, havia a necessidade de confirmar a disponibilidade e o acesso a essas vacinas, uma vez que a União Europeia não deixa exportar para fora da Europa. Além disso, registrou a necessidade de representação no Brasil para os processos de aprovação da Anvisa e importação, bem como o envio de documentos, o que evidencia a vinculação da Davati com a AstraZeneca e a disponibilização das doses".

Este parágrafo, chamo a atenção dos senhores membros da CPI e do Sr. Relator.

No parágrafo seguinte diz o seguinte: "O Sr. Helcio Bruno disse que a Davati seria uma empresa de cotas de vacinas".

Eu lhe pergunto: O senhor não tinha dito que o senhor tinha ido para essa reunião por conta da Lei 14.125?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, se observar no meu depoimento, no dia 09 de março, quando a reunião no ministério já havia sido devidamente agendada e confirmada, o Sr. Reverendo Amilton...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quanto tempo durou entre o pedido da agenda e a confirmação dela?



O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Foi pedido no dia 03, não lembro, mas nos próximos dias foi confirmada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Próximos dias significa o quê em português claro?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Seria 03, 04, 05.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi pedido no dia 03 e a reunião se realizou no dia 12, então, nesse intervalo foi confirmado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente no momento, só para que todos possa acompanhar, em que o Governo se recusava a pelo menos responder as ofertas feitas pela OMS, pela Pfizer e pelo Butantan.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O contrato com a Pfizer ainda não tinha sido sequer assinado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se nós tivéssemos comprado as vacinas na hora certa, nós teríamos evitado um número significativo de mortes, não é?

Mas o governo no seu melhor estilo, recusava-se a negociar com esses laboratórios, com essas empresas que tinham filtros rígidos de *compliance* e preferia negociar com esse tipo de lobista, de vigarista, na improvisação de querer pedir propina em função da falta de controle.

Alguma coisa mais, Presidente? Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, pode prosseguir.

Eu vou disponibilizar para todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito a memória desta reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É muito importante, inclusive para mim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, prossiga, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, nós já sabemos qual o assunto tratado nessa reunião com o Elcio Franco.

Essa memória nos traz também informações e o Senador Randolfe já destacou aqui que nós não tínhamos, ou seja, da precisão, da formalidade, da oferta das 400 milhões de doses de vacinas da Davati, que, segundo informações da memória, também estaria disponível para ser entregue em 78 horas.

Eu peço, por favor, à Izabelle para colocar o vídeo 3 rapidamente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Instituto Força Brasil tinha algum interesse no mercado privado de vacinas contra a covid-19?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre este ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Relator, só complementando aqui, o Instituto Força Brasil já celebrou algum tipo de contrato ou termo de parceria com órgãos públicos?



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Fabiano Contarato pergunta – e nós agradecemos a pergunta – se o Instituto Força Brasil assinou algum contrato com o setor público.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca assinou?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Nunca.

O Instituto Força Brasil jamais recebeu qualquer centavo do poder público e nem poderia receber.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que outras pessoas facilitaram ou possibilitaram a realização de reuniões de V. Sa. com membros do Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre este ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não é por orientação do advogado. V. Sa., repito, só pode se recusar a responder as perguntas que o autoincriminem, e não vejo que é o caso dessa pergunta que acabo de fazer.

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A palavra com a doura defesa.

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA (Pela ordem.) – Apenas um esclarecimento de ordem técnica: tanto a Ministra Cármen Lúcia como o Ministro Fux, em consulta realizada por esta CPI, ambos deixaram registrado em suas decisões que o direito em decidir sobre o silêncio é exclusivo do convocado, cabe a ele manifestar-se se é o caso ou não, por orientação de sua defesa, de responder a pergunta, sob pena de não autoincriminar.

Então, a defesa, em respeito às decisões judiciais e em respeito ao exercício da ampla defesa, fez diversas ponderações ao depoente e dezenas de perguntas que serão formuladas. Assegurando a ele o direito da ampla defesa, ele irá exercer o direito do silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu queria dizer...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Parece que a Senadora Simone Tebet quer contraditar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Apenas para poder deixar muito claro, Sr. Presidente, que a subjetividade vale para ambas as partes. Isso está implícito na decisão do Supremo Tribunal Federal, até porque tivemos contato com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Fux. Eu estava ao lado do Presidente desta CPI quando nós tivemos a análise da interpretação do despacho da decisão do Ministro Fux. É verdade que o depoente tem o direito de permanecer calado porque tem o direito constitucional de não produzir provas contra si mesmo, mas naquilo que não o incrimine ele é obrigado a dizer a verdade e, mais, ele é obrigado a responder às perguntas. Se é, por parte do depoente, o direito subjetivo de permanecer calado, também é subjetiva a interpretação se aquela pergunta que está sendo feita pelo Relator ou qualquer membro desta Casa irá ou não incriminá-lo, e nesse aspecto o Presidente da



CPI tem o poder, sim, de dizer: "Esta pergunta não o incrimina, e eu gostaria de ouvir a sua resposta", e lá na frente podemos discutir na esfera judicial.

Mas o mais importante é deixar claro para o depoente, testemunha, que tome muito cuidado com o que diga, porque, se o que disser também não corresponder à verdade, isso é crime de falso testemunho, e nós poderemos utilizar de qualquer instrumento legal de investigação nos termos da Constituição para puni-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigdo, Senadora Simone.

Vamos... Esta Presidência ouviu a douta defesa, ouviu a contradita da Senadora Simone Tebet. Vamos prosseguir com a inquirição, a parte do Relator, e, à luz, inclusive, da decisão da Ministra Cármen Lúcia, nós procuraremos, dentro do possível, buscar a colaboração do Coronel Helcio Bruno às inquirições que aqui forem surgindo. Destaco que obviamente, à luz da decisão de S. Exa. a Ministra Cármen Lúcia, o item 6 ressalva não ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício amplo do seu direito de defesa. Nós somos os primeiros a respeitar as decisões do Supremo Tribunal Federal e assim nos comportaremos, em especial, em relação a este dispositivo. Aliás, eu saúdo a conversão do Coronel Helcio Bruno aos ditames do Estado democrático de direito: o seu Instituto Força Brasil outrora também advogava o fechamento do Supremo Tribunal Federal. É paradoxal ele agora ter recorrido a ele e compreender como é importante termos democracia e termos direitos individuais.

Relator Renan, prossiga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é uma conversão digna de registro, com relação ao Supremo Tribunal Federal, como também, pelo que nós estamos vendo aqui, há uma outra conversão que precisamos registrar: o presidente de um instituto negacionista – não é? – que vendia vacina. Isso é de uma contradição inacreditável!

E eu queria também, Sr. Presidente, lembrar que, a cada pergunta que não for respondida, eu vou indagar exatamente de o porquê da não resposta, exatamente de que forma isso autoincriminaria o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Perfeitamente, Sr. Relator.

Pode prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, repetindo a pergunta: que outras pessoas possibilitaram ou facilitaram as reuniões do depoente com membros do Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, a reunião do dia 12 ocorreu mediante pedido formal do IFB, no dia 3 de março, indicando qual era o objeto da reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E as outras reuniões?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Só tivemos reunião no dia 12 março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes V. Sa. esteve no Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito à questão do Ministério da Saúde, seus servidores e ex-servidores, eu sigo a orientação dos meus advogados e permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veja a contradição, eu fiz uma pergunta anterior, de que outras reuniões aconteceram, e o



depoente diz que não aconteceu nenhuma outra reunião. Eu faço a pergunta seguinte: quantas vezes V. Sa. esteve então no ministério? E ele...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, eu respondi com respeito ao episódio que está relatado na minha declaração. Mais do que isso, eu uso a orientação dos meus advogados e permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que pessoas V. Sa. se reuniu no Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, a declaração deixa claro que nós pedimos formalmente essa audiência, recebemos e nos encontramos, no dia 12, com as pessoas que estão indicadas na memória.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só lembrando, Sr. Relator, que estavam presentes à reunião o Coronel Antônio Elcio Franco, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde; Sr. Marcelo Pires, Diretor de Programas, se eu não me engano; Luana Gonçalves, assessora do gabinete; Cleverson Boechat Tinoco Ponciano, assessor da Secretaria Executiva; Max Nóbrega de Menezes Costa, Coordenador-Geral da CGP Clean; Helcio, o próprio Coronel Helcio Bruno aqui presente; Igor Moraes Vasconcelos, do Instituto Força Brasil também; Cristiano Carvalho, da Davati; Luiz Paulo Domingueti, da Davati; e Vander Corteze, da BR Med Saúde Corporativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, por favor, a exibição do vídeo 4, Izabelle.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a relação de V. Sa. com o Sr. Laurício Monteiro Cruz, que foi Diretor do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, eu não conheço e ele não faz parte daqui do contexto de que eu participei no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. negocia ou negociou outros produtos de saúde junto ao ministério?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – O IFB não negocia absolutamente nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como a Davati chegou a V. Sa.?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com relação aos acontecimentos, a Davati participou dessa reunião, sendo solicitada a sua presença pela Senah, e eles participaram, chegaram no dia 12, instantes antes da reunião, participaram da reunião, e, naquele dia 12, nunca mais os encontrei. Eles participaram de acordo com a orientação da Senah. Eu não sabia quem era representante da Davati. Os representantes da Davati foram chamados pela Senah. A Senah orientou, fez o contato, e eles apareceram na reunião do dia 12, pela manhã, participaram, e, naquele mesmo dia 12, não os vi mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, qual...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Lembrando, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... que a nossa participação nesse episódio começou no dia 9 e foi finalizada na reunião com o Secretário-Executivo, quando ele



determinou quais eram as condições que precisavam ser atendidas, conforme se vê na memória, e me parece que esse assunto se esgotou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Coronel, BRMed e Beep Saúde são a mesma coisa?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Eu acredito que sim, não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É importante, Sr. Relator...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Mas é a mesma pessoa que estava tratando desse assunto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu não captei aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu perguntei se BRMed e Beep Saúde são a mesma coisa. O Coronel respondeu que acredita que são. A BRMed estava presente na reunião e está registrado na ata.

Eu quero trazer aqui a esta Comissão, Sr. Relator, senhoras membros e senhores membros, a seguinte declaração dada por um executivo da Beep Saúde:

A reunião dos coronéis aconteceu na manhã do dia 12 de março e estava prevista na agenda oficial do ministério. Mas não era para falar com a Davati e, sim, para tratar do "Contrato Beep". Em tese, deveria servir para o dono de uma rede privada de vacinação do Rio de Janeiro [repetido], em tese, deveria servir para o dono de uma rede privada de vacinação do Rio de Janeiro, a Beep, dar sugestões para regulamentação da lei que permitia a compra de vacinas para o setor privado [...]. Mas a pauta da Davati tomou a maior parte dos 15 a 20 minutos reservados para os visitantes. Segundo um executivo [...] da Beep, o presidente da empresa ficou atrás do grupo no fundo da sala, enquanto Domingueti Carvalho e o Reverendo Amilton Gomes de Paula falavam da proposta das 400 milhões de doses da AstraZeneca – que havia começado a ser discutida a um preço de US\$3,50, mas já estava cotada a US\$17,50 por dose.

Temos um personagem a mais, Sr. Relator, que me parece ser a Beep Saúde, que também estava nessa reunião. E veja que paradoxal: quando a lei que havia sido sancionada só falava da aquisição de vacinas após os grupos prioritários serem vacinados, eles já estavam tratando sobre a regulamentação.

Não sei se é coincidência – e eu acredito que não seja –, no dia seguinte, é apresentado o projeto de lei da vacinação privada na Câmara dos Deputados, que é aprovado em prazo recorde.

Eu acho que nós estamos com peças se encaixando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para eu refrescar a minha memória, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quem propôs essa alteração foi, por acaso, o Deputado, Líder do Governo, Ricardo Barros?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O próprio.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pergunta feita pelo Senador Rogério Carvalho, para a qual gostaríamos de obter a resposta do depoente. (*Pausa.*)

Evidentemente, não o incrimina essa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Como Relator.) – Só recuperando a pergunta do Senador Rogério Carvalho, se a alteração ao projeto de lei é a alteração proposta pelo Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros, que era tema dessa reunião.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – O assunto que foi tratado do PL 14.125, antes da sua promulgação, era no sentido de buscar algum aperfeiçoamento ou que melhorasse as condições para que a iniciativa privada pudesse fazer as suas aquisições. O texto indicava que metade deveria ser cedida ao SUS e a outra metade deveria ser utilizada gratuitamente desde que o grupo prioritário fosse atendido. No dia 10, dois dias antes, o PL foi promulgado. Então, aquela tentativa de fazer alguma argumentação ainda antes da promulgação da lei se esvaziou completamente. Então, o assunto que foi tratado na Secretaria Executiva, inclusive, está relatado na própria memória. O senhor pode ver aí o que foi tratado por eles. Foi uma reunião de 15 minutos. (*Pausa.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, pode prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Continuando, qual é exatamente a sua relação com o Sr. Luiz Paulo Domingueti?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu já relatei aqui. Eu conheci o Sr. Luiz Paulo Domingueti – não me lembro nem que ele é – na manhã do dia 12. E, desde o dia 12, nós nunca mais nos vimos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como V. Sa. conheceu o Sr. Cristiano Carvalho?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu o conheci no dia 12, na reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. encontrou com ele em Brasília em algum momento? Para quê?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, ele foi convidado para participar da reunião como representante da Davati. E, como tal, ele foi recebido e encaminhado à Secretaria Executiva e participou da reunião, conforme o senhor está vendo aí na memória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. falou aqui, há pouco, que nunca esteve em jantar com o Domingueti. É isso mesmo?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Exatamente. Nunca participei de qualquer jantar com o Sr. Domingueti, até porque nem o conhecia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para a Izabelle, por favor, exibir a foto nº 6. (*Pausa.*)

O depoente acaba de afirmar, mais uma vez, que nunca esteve em jantar com o Domingueti. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos aí?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor... (*Pausa.*)

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, isso aí é na residência...



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia explicar essa foto, por favor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Essa foto é na residência do... Você está vendo ali. É da Senah. E foi imediatamente após a reunião do dia 12, num almoço. Fomos convidados pelo representante da Senah para almoçar com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veja de que forma V. Sa. trata esta Comissão Parlamentar de Inquérito! Disse aqui – insistiu – que nunca tinha participado de jantar...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não é jantar. Isso foi um almoço....

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é jantar, é almoço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é jantar, é almoço.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, o senhor estava perguntando sobre jantar que houve antes da reunião. Quando terminou a reunião, no dia 12, na Secretaria Executiva, estávamos em *lockdown*, os restaurantes estavam fechados, o Reverendo Amilton nos convidou pra almoçar nessa residência. Participamos do almoço, pode ver ali que está o Marcelo, participou da reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Ainda fizeram aglomeração. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sem máscara.

Coronel, mas veja o seguinte: o senhor disse que não tinha nenhuma intimidade. Pela foto, tem intimidade bastante.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Intimidade? Foi um almoço, convidado pra um almoço, está com fome, vai comer. Não tem intimidade nenhuma nisso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é essa a questão, Coronel. A questão é que V. Exa. está, ou V. Sa. está numa Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal. Eu alertei V. Sa.: V. Sa. tem o direito de ficar calado, mas V. Sa. não tem, com o *habeas corpus* da Ministra Cármen Lúcia, o direito de mentir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mentir, não pode; não pode mentir.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu não menti.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. acabou de falar com a verdade. Almoço ou jantar, a pergunta do Relator foi: o senhor tinha intimidade ou não com o nome proposto? V. Sa. jantou ou não, teve alguma comunhão de mesa...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – A senhora falou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... com os personagens? E V. Sa. disse mais de uma vez que não.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso é falar com a verdade, e V. Sa. não tem um HC para mentir nesta CPI.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não faltei com a verdade. Me foi perguntado sobre um jantar. Eu fui convocado a esta CPI por conta de ter participado supostamente de um jantar no dia 25 de fevereiro, quando se falou...



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. Me permita, Coronel.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é verdade também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é isso também. Também não é verdade. V. Sa., só pra esclarecer...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se isso foi usado como argumento no Supremo, caberia à Ministra novamente discutir o teor desse...

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em nenhum momento, V. Sa. foi acusado de participar desse jantar. Não é o mesmo jantar de que se está falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é acusado de ter favorecido a ida da Davati para a oferta dos 400 milhões de doses. É exatamente essa a acusação.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, cumpre salientar e esclarecer que, ao ser perguntado se participei de um jantar, eu julguei que se referia a esse jantar que houve e foi mencionado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas só esclarecendo...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – E esse momento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel Helcio, só esclarecendo: a razão de sua convocação aqui é eventual tráfico de influência seu para a realização dessa reunião dia 12 de março, em que existia um contexto de propina de US\$1 por vacina, e que poderia até ser mais. A razão é esta, só para que fiquem claras as razões de convocação de V. Sa. a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A douta defesa pediu pela ordem. Por gentileza.

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA (Para expor.) – Pela ordem, Sr. Presidente, só a título de esclarecimento, de boa-fé, quando foi realizada a pergunta pelo eminente Senador Renan Calheiros e foi dito se ele participou de um jantar e ele respondeu que não, existem diversas afirmativas contra o depoente no sentido de que ele teria... E aqui consta, inclusive, dos relatórios desta CPI, inclusive do requerimento aprovado por esta CPI, que ele teria participado de um jantar em referido restaurante, juntamente com Marcelo Blanco, e, aqui, narra-se esse jantar. Então... Não, está aqui no documento, é o requerimento, Excelência. Isso está documentado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, para dirimir qualquer dúvida...

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA – Não, só para concluir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para dirimir qualquer dúvida...



O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA – ... quando ele respondeu que não participou do jantar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço...

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA – ... a esse jantar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço que V. Exa. reproduza a apresentação do depoente no que se refere exatamente sobre o jantar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Cadê a apresentação?

Se o depoente quiser fazer a leitura... Está com o senhor?

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA – Está, sim.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – A declaração?

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA – Isto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – "Igualmente informo que jamais participei de qualquer reunião ou encontro no qual teria sido oferecida ou solicitada vantagem indevida por quem quer que seja e também informo que jamais estive presente em qualquer jantar com o Sr. Luiz Paulo Domingueti...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está aí.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... muito menos...".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está aí.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Qualquer jantar. É um jantar... Não é jantar, é...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel Helcio, me permita; douta defesa também me permita...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Veja...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, pelo amor de Deus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é feio. Isso é muito feio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Existiu uma grave... V. Sa., na sua preliminar...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – E ainda digo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... muito menos naquele que teria ocorrido dia 25...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ressalvou esse. É por isso que é feio.



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque, na medida em que ressaltou, implica que negou a possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... utilizou de omissão...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Veja, Coronel, me permita...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é muito feio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Me permita, Coronel.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É muito feio.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesse parágrafo...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu não posso ser incluído numa questão grave como essa, como tivesse faltado a verdade... A partir dos episódios todos de que eu tomei conhecimento, falei que, naquele dia 12, nós não nos vimos mais. Nós participamos da reunião. O Reverendo nos convidou para participar de um almoço. Fomos até o almoço e acabou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Como o Reverendo soube que o Instituto Força Brasil tinha agenda com o Governo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel Helcio, o Relator fez uma pergunta.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Eu vou me basear aqui na minha declaração.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – "Acontece que, no dia 9 de março, quando a reunião no ministério já havia sido devidamente agendada e confirmada, o Sr. Reverendo Amilton, pessoa que até então eu não conhecia, compareceu no IFB. No encontro, o Reverendo Amilton informou que uma empresa de nome Davati pretendia oferecer uma grande oferta de vacinas ao Ministério da Saúde, mas que precisavam esclarecer ao ministério a forma como que poderiam disponibilizar as vacinas, pois, embora não fossem representantes diretos do laboratório produtor das vacinas, eles teriam uma alocação de doses. Por isso, o Sr. Amilton aventou a possibilidade de o IFB compartilhar sua agenda no Ministério da Saúde com os representantes de tal empresa, para que eles pudessem explicar ao ministério as condições de sua oferta de vacinas. Em razão desse pedido de compartilhamento de uma pauta que já estava agendada para 12 de março, foram considerados três aspectos pelo IFB. O primeiro é que a pauta da reunião seria a vacinação privada e, caso o País recebesse doses suficientes para imunizar os grupos prioritários, isso permitiria o início mais célere da vacinação privada, que era o objetivo último da reunião. Lembrando que isso é dia 9; dia 10 a lei foi promulgada. Em segundo lugar, foi feita uma breve pesquisa a respeito do trabalho da empresa Davati e, a princípio, não



encontramos nada que a desabonasse. Por último, é sabido que o Ministério da Saúde possui um procedimento extremamente rigoroso para a compra de qualquer insumo médico, razão pela qual o ministério certamente faria uma profunda averiguação sobre a seriedade e a higidez do negócio que lhe seria proposto e, caso houvesse qualquer mínima possibilidade de irregularidade, evidentemente o Ministério da Saúde não evoluiria nas negociações".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o Reverendo soube – é a pergunta – que o IFB tinha agenda com o Governo, com o Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Ele soube no momento que comentou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como soube, já que o senhor disse que não o conhecia? Em que momento ele soube que o IFB, que é presidido por V. Sa., tinha agenda com o Ministério da Saúde, com o Governo? É uma pergunta concreta, pontual, objetiva. Gostaríamos de obter uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel Helcio...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – No encontro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel Helcio...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Acontece que, no dia 9 de março...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel Helcio... Coronel Helcio, por gentileza, doutra defesa, eu queria só chamar atenção: esta Comissão sempre assegurará as prerrogativas e os direitos fundamentais, que são, inclusive, assegurados pelo Supremo Tribunal Federal, e, obviamente, todas as prerrogativas dos advogados, mas eu queria advertir para o art. 204 do Código de Processo Penal, que diz, *ipsis litteris*, o seguinte: "O depoimento será prestado oralmente [V. Sa. o fez], não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito. Parágrafo único. Não será vedada à testemunha, entretanto, breve consulta a apontamentos".

V. Sa. pode fazer consulta a apontamentos à vontade, V. Sa. pode pedir um tempo para dialogar com a defesa. Agora, eu queria pedir à doutra defesa e a V. Sa. o cumprimento e o respeito ao art. 204 e a seu parágrafo único do Código de Processo Penal.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, baseado no que o senhor está propondo, está dizendo, a minha defesa está pautada na minha declaração e na preservação do meu silêncio naqueles pontos que o meu advogado me orientou. Portanto, é a declaração e, fora isso, eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Continuando: que tipo de acordo ou acerto V. Sa. firmou com a Davati para que encaminhasse seus representantes ao Ministério da Saúde em audiência anteriormente marcada para o Instituto Força Brasil?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a motivação para tanto e o que foi oferecido em troca dessa aproximação com o Governo?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. teve alguma tratativa diretamente com o Sr. Herman Cárdenas, dono da Davati?



O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De novo: qual a sua relação com o Reverendo Amilton Gomes de Paula?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Relator, V. Exa. me permite só uma complementação? Eu serei breve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, claro! Por favor, Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Temos notícia, depoente, de que o senhor atuou como representante comercial junto ao Ministério da Defesa em contratos de US\$33 milhões, e esta CPI investiga justamente isto: a tentativa de representantes comerciais de venderem vacinas para o Ministério da Saúde.

Por isso, é importante entender qual era a sua atuação profissional para além do Instituto Força Brasil. São perguntas que devem ser respondidas porque se referem a fatos anteriores.

O senhor confirma que atua ou atuou como representante comercial?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Como representante comercial, jamais.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Atuou como o quê?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sou consultor de defesa e segurança.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Da empresa Suntech Soluções de Inteligência?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim, a Suntech é uma cliente.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Esses contratos foram na ordem de US\$33 milhões com o Ministério da Defesa?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Desconheço o valor. Não trato de assuntos comerciais. Sou consultor de defesa e segurança na área operacional.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Só para eu entender, qual o tamanho do orçamento do Instituto Força Brasil? Qual o orçamento do instituto?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – O orçamento do Instituto Força Brasil nesse momento está na ordem de R\$25 mil.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O *site* Força Brasil afirma que é referência em gestão de excelência. Que tipo de gestão?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Gestão em excelência...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Qual é a gestão de excelência? Está no *site*.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – O IFB vive de acordo com as suas condições.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Mas aqui está falando que é excelência em gestão. Eu estou perguntando... A pergunta é simples: qual é... Me exemplifica qual é o exemplo de gestão de excelência que o Instituto Força Brasil proporciona à população brasileira.



O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, o instituto possui poucos meses de funcionamento desde a regulamentação do seu estatuto. Nós estamos numa fase de implantação, que é definição de objetivos...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Eu só vou recordar ao senhor, aspas, isso está lá no *site*: "celeiro de inteligência a serviço do Brasil". Que tipo de inteligência o instituto já produziu para o Brasil?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – O Instituto Força Brasil tem um conselho consultivo nessa fase ainda de implantação.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Que não produziu nada... É mais *fake news* do que tudo. Me perdoe, Relator, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Os parceiros, por favor, do Reverendo Amilton no negócio da vacina contra a covid foram apresentados de que forma a V. Sa.? Quando?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio. Eles se apresentaram... Os representantes da Davati foram chamados e se apresentaram no dia 12, antes da reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em quais outras oportunidades V. Sa. se encontrou com o Reverendo Amilton?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a este ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

E nós temos... Reuni no dia 9, me reuni no dia 12.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual sua relação com Roberto Ferreira Dias?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não o conheço, nunca estive com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tratou diretamente com ele ou com algum representante dele a respeito das vacinas?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Ainda que isso esteja dentro da orientação do meu advogado, eu digo que jamais encontrei Roberto Dias para tratar coisa nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. conhece o Coronel Marcelo Blanco da Costa?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, tampouco conheço o Coronel Marcelo Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem algum relacionamento com outros militares que atuavam no Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para lembrar, quando o General Pazuello foi para o Ministério da Saúde, levou mais de 60 militares, a maioria na reserva. Só em cargos de direção, 26 foram nomeados, sem nenhuma especialidade. Por isso, o Brasil teve o desempenho que teve no enfrentamento da pandemia.

Algum agente público pediu vantagem a V. Sa. tanto para que V. Sa. chegasse ao Ministério da Saúde ou diretamente sobre a venda de vacina?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a sua relação com o ex-Ministro Eduardo Pazuello?



O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que V. Sa. solicitou para facilitar a aproximação entre negociadores paralelos de vacina, Domingueti, Cristiano e outros, e o Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que foi acertado ou prometido como comissão ou outro tipo de participação para que V. Sa. fizesse essa aproximação?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Por orientação de meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quais Parlamentares V. Sa. tem relação?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o Presidente da República?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Conheço o Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece o Presidente da República.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já se encontrou com ele pessoalmente quantas vezes?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Em 2000... O Presidente da República é meu contemporâneo na Academia Militar. Ele é da turma de 1977, e eu sou da turma de 1978. Ele era atleta de pentatlo militar, eu era atleta de esportes coletivos. Não tínhamos nenhum contato naquela época. Posteriormente, ele seguiu a vida pública, vida política. E, em 2016, quando ele manifestou que estaria concorrendo ao cargo de Presidente da República, aproveitei, fiz uma visita e declarei a ele que nós poderíamos ajudá-lo dentro da nossa esfera de ação. Criei um grupo de trabalho JB18, e nós reunimos algumas pessoas para colaborar com ele. No ano de 2017, eu sofri duas intervenções cirúrgicas no meu quadril para colocar prótese e me afastei completamente da sua trajetória. Em 2018, eu acompanhava o trabalho do jornalista José Woitechumas, programa direto de Brasília. Era um programa de entrevistas, e ele me convidava para fazer algumas participações. E, numa daquelas ocasiões, o Presidente participou da entrevista dele, e eu o encontrei naquele momento. Então, durante a campanha, foi o último momento. Posteriormente, já quando o Presidente foi empossado, um pequeno grupo de militares da turma de 1976 – e eu conhecia um deles – foi fazer uma visita de cortesia ao Presidente. E eu, que tinha participado, digamos, numa primeira fase da sua campanha, o ajudando de alguma maneira, solicitei a eles se eu poderia ser incluído para cumprimentar o Presidente, uma vez que nunca mais tivemos qualquer contato. E foi o que aconteceu. Se não me engano, foi no dia 8 de março de 2019, quando eles fizeram essa visita, e eu solicitei, de maneira que eu pudesse participar e cumprimentar o Presidente. E que eu me lembro, foi a última ocasião que estive com ele. O Presidente não é da minha relação próxima. E é isso que eu tenho que declarar.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos encontros com membros do Governo Federal V. Sa. já articulou, inclusive para tratar de vacinas.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a esse ponto, por orientação de meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Que pessoas V. Sa. conhece na Presidência da República?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Por orientação de meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator...

Podemos voltar à foto que foi apresentada aqui pelo Sr. Relator novamente? O senhor pode descrever quem está à esquerda na foto?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não lembra quem estava almoçando com o senhor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não me lembro. São pessoas... Eu fui convidado pra ir...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, deixa eu lembrar para o senhor. Quem está à esquerda é o representante da Beep Saúde, que, como o senhor mesmo disse, estava presente na reunião que antecedeu esse almoço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, segundo informações que nós recebemos, era uma empresa que prometia vacina a domicílio, é uma empresa privada que prometia vacina a domicílio.

Então, Sr. Relator, pode perceber que, logo após a reunião, ocorreu um comensal com todos os integrantes da reunião, um almoço íntimo, presente, e com todos envolvidos no negócio: o Domingueti, mais à frente, está lá o Reverendo Amilton, está aí o representante da Beep. Então, percebemos que é um comensal com todos que estavam envolvidos no negócio. Causa espécie. Talvez seria importante saber o que comemoravam nesse almoço logo em seguida.

Muito obrigado, Sr. Relator.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – Desculpa, Sr. Presidente, só pra eu acompanhar também e formular as minhas perguntas: rapidamente, o depoente poderia dizer quem são os administradores e os diretores do *site* Força Brasil. Quem são os diretores do *site* ou membros?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senadora, com respeito à nossa plataforma, nós tivemos dificuldades. Essa plataforma é a terceira que a gente está tentando operacionalizar. Nós não temos mais do que 400 seguidores na nossa rede. Passamos por dificuldade, perdemos o domínio, tivemos que trocar o domínio. Então, esse é um assunto que nós somos carentes e estamos procurando...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, eu só gostaria de saber quem são os diretores do *site*.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Quem operacionaliza o *site*?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem são os diretores, os membros do *site*.



O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Hoje quem está cuidando do *site* é o Coronel Aguiar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coronel o quê?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Aguiar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É da reserva?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – É da reserva.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Somente ele é o administrador?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, ele que...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E V. Sa.?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... está coordenando os trabalhos, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E quem tem poder de mudar, retirar página, compartilhar?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, ele que tem feito a gestão da página.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. não manuseia?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, muito pouco, eu interfiro muito pouco nessa área.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Muito obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Relator.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Aliás, a minha consideração com respeito à comunicação é que o IFB se limite a questões institucionais. Eu mesmo, na minha maneira pessoal de me relacionar, pretendo tomar uma postura mais cautelosa e também não me engajar em questões polêmicas e políticas, até porque eu estou recuperando o meu ministério espiritual; tenho um *site*.

A palavra de Deus é de graça, e eu, a partir de 2012, por conta de necessidade de trabalhar, de uma certa forma, me afastei da minha vocação espiritual e digo que essa situação mudou, e eu pretendo assumir fortemente a minha vocação espiritual. Portanto, o engajamento político não combina com essa atividade, e eu pretendo assumir essa postura.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu parabeno V. Sa., e V. Sa. podia começar expiando os pecados de V. Sa., pedindo desculpas a esta CPI, porque, ao mesmo tempo em que fala que, a partir de agora, quer ter um *site*, os Twitters de forma institucional, V. Sa. foi muito infeliz quando chamou esta CPI de espetáculo circense e foi pior, é importante dizer, "picareta ouvindo picareta". O tema é exatamente este: "Picareta denunciando picareta, todos julgados por picaretas". Interessante que V. Sa. esteve com um picareta que denunciou outro picareta, e agora está diante de, entre aspas, "picaretas" que estão julgando todo o processo. E, só para lembrar, há uma diferença entre a lei de Deus e a lei dos homens; V. Sa., quando julgou todos nós, chamou todos nós de picaretas, infringiu o Código Penal, porque injuriou cada membro desta CPI. Então, acho que um pedido de desculpa evitaria qualquer tipo de processo criminal contra V. Sa.



O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Com certeza, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Prosseguindo, Senador Humberto Costa é o primeiro inscrito após o nosso Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores... Coronel Helcio Bruno, seja bem-vindo aqui ao Senado Federal, à CPI.

Eu queria começar perguntando a V. Sa. aqui: à frente do Força Brasil, não somente produziu notícias que não correspondem à realidade sobre o enfrentamento à pandemia, inclusive sobre vacinas, como também reproduziu *posts* até mais graves, inclusive tratando de um tema que é o da vacinação, o drama do Brasil, que ainda existe, que é a lentidão com que a população está sendo vacinada e o número de mortes que tem acontecido no nosso País.

Eu queria começar perguntando a V. Sa.: V. Sa. se vacinou?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Eu fui infectado pelo vírus da covid e estou aguardando o período para poder fazer a minha vacina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. vai se vacinar?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Provavelmente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual a vacina ou qualquer uma?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu ainda não sei – eu ainda não sei. Na minha casa, meu filho mais velho se vacinou, meu filho do meio se vacinou, meu filho mais novo também se vacinou, minha nora, que está grávida, não se vacinou por orientação médica.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem, bom que V. Sa. tenha mudado de opinião sobre a importância e a relevância das vacinas.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, me perdoe, eu queria fazer uma consideração.

A questão de postagem não necessariamente está relacionada com a opinião do IFB; é um espaço crítico que abrimos dentro do espaço da liberdade de opinião. E não somos negacionistas; entendemos, compreendemos a situação e procuramos o melhor caminho, a melhor solução para a sociedade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas, na verdade, há muitos *posts* aí que são claramente negacionistas, não sei se o pessoal pode passar alguns. Se for possível, eu queria mostrar.

Fico feliz que V. Sa. tenha mudado de opinião.

Esse aqui diz respeito aos ataques ao STF. Esse é um dos *posts* de V. Sa.: "Destituição já. Art. 38, é crime do STF".

Não quero nem me referir especificamente a V. Sa., mas é uma coisa tão contraditória, porque essas pessoas...

Esse deixa aí um pouquinho.

Porque as pessoas nas redes sociais, as pessoas nas manifestações, nas falas que fazem, defendem um conjunto de ideias; portanto, elas acreditam nessas ideias e elas não



acham que sejam criminosas. Só que quando a pessoa vem para cá, vem com a decisão do Supremo de que ela não pode responder sobre coisas que possam incriminá-la.

Veja qual é a consequência disso, num pensamento lógico: é que as pessoas tinham consciência de que aquilo que elas praticaram e continuam praticando são crimes. Deveriam assumir, não deveriam simplesmente chegar aqui e negar tudo o que aconteceu.

Veja o tratamento que é dado à CPI, a um Senador da República...

Pode passar.

Novamente aí a divulgação de um ato contra o Supremo.

Veja essa informação, Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Você pode voltar?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coronel...

Pode voltar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que bom que houve um avanço agora, não é, Senador Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está se utilizando do Supremo aqui nesta CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inclusive uma das que estão lá sendo propostas pelo Coronel Helcio à destituição foi quem concedeu a ele o *habeas corpus* para ele se proteger aqui.

Veja que paradoxal: uma daquelas que estão na foto, em que o Coronel Helcio pede a destituição, a Ministra Cármen Lúcia, é quem concede a ele o direito ao silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Acho que descobriram ali a importância do Supremo para a democracia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E ali é chamado de pilar da corrupção, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Viva a democracia, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Viva a democracia! Viva o Supremo!

Serve, inclusive, para aqueles que conspiram contra, aqueles que querem fechar o Supremo e destituir ministros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E ele é chamado pilar da corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Ministra, ao qual ele pede a destituição, concedeu a ele o *habeas corpus*.

Está vendo se ele fosse destituído o que é que dava? Se ela tivesse sido destituída?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode passar.

Pode passar.

Muito boa referência.



Veja isso aqui.

"Israel, infecção anterior protege sete vezes mais que vacina covid da Pfizer".

Veja!

E aí, veja, é V. Sa. que está postando, não é? Não é uma questão de um debate.

Quantas pessoas que acreditaram nisso aqui?

Quantas pessoas que não quiseram se vacinar?

Quantas pessoas que acham que a vacina da Pfizer faz mal?

Talvez a da Davati fizesse bem, mas a da Pfizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Sem dúvida.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está dito aqui, é mais um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Será que a da Davati era mais eficaz?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Talvez, é porque...

Pode passar.

Aí a proposição da ivermectina.

Amanhã a ivermectina vai ser discutida aqui.

Pode passar.

Aqui, essa chegou a ser retirada pelo... Não sei se foi YouTube, o que foi aí: "A maioria das pessoas é imune ao vírus da covid, diz Karl Friston".

Veja que uma notícia dessa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o nosso...

Quando alguém acredita, imagine.

Eu acho muito bom que V. Sa. esteja fazendo essa autocrítica, esse repensar, porque muitas pessoas certamente acreditaram nisso aqui.

Graças a Deus, hoje a própria população se convenceu de que a questão fundamental é a vacinação. Mais de 94% dos brasileiros querem isso.

Pode passar. (*Pausa.*)

Já falamos.

Bom, eu vou seguindo. Vocês vão passando aí, quando tiverem condição de passar.

Bom, o senhor tem alguma relação com o Coronel Roberto Criscuoli?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Roberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Criscuoli. Ele foi a pessoa que levou o Domingueti ao Ministério da Saúde – o Domingueti. O senhor o conhece?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a episódio do Ministério da Saúde, eu vou, por orientação dos meus advogados, permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Reverendo Amilton disse aqui que, se tivesse havido sucesso na venda da vacina da Davati, ele receberia, a entidade dele, a Senah, receberia uma doação provavelmente no exterior.

No caso do Instituto Força Brasil, se esse entendimento tivesse dado certo, haveria algum tipo de apoio em termos de recursos financeiros ou vantagens para o Instituto Força Brasil?



O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor já se mostrou aí uma pessoa preparada, inteligente, inclusive é consultor em defesa, com experiência internacional. Não lhe chamou a atenção essa falta de credibilidade dessa empresa Davati, das pessoas que estavam querendo envolvê-lo nessa negociação?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com relação a esse assunto, eu, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Aqui já é sobre esse tema da Pfizer.

Enfim, Sr. Presidente, principalmente eu acho que é importante nós apreciarmos nesse julgamento de hoje talvez até mais do que o tema da Davati, o tráfico de influência, mas isso que continua existindo, que é essa proliferação de notícias falsas no que diz respeito ao enfrentamento à pandemia.

Eu inclusive havia listado ali um grupo de postagens de alguns institutos, e eu pergunto a V. Sa. – não é possível que não possa nos responder – se o IFB dá algum tipo de apoio, se ele está por trás, se ele orienta ou pelo menos se ele apoia estes institutos aqui: Awake Giants Brasil...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a *fake news* e matéria jornalística de terceiros, eu vou seguir a orientação dos meus advogados e permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso vale também para A Verdade dos Fatos e Crítica Nacional?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Terça Livre, Conexão Política, nenhum desses? (*Pausa.*)

O.k.

O Instituto Força Brasil projetou a criação de um aplicativo para orientar o tratamento precoce. Depois o Vice-Presidente, Otávio Fakhoury, que está processado naquele inquérito que trata das organizações digitais criminosas que atentaram ou tentaram atentar contra a democracia, admitiu que o projeto não foi adiante. Esse aplicativo era o TrateCov ou algum aplicativo similar?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Boa pergunta, Senador, porque eu posso esclarecer essa questão.

O foco do IFB é buscar soluções para os indivíduos, para as pessoas, e nós entendemos que, no período da pandemia, uma grande possibilidade de infecção das pessoas era justamente no momento em que elas apresentavam os primeiros sintomas e se dirigiam ao posto de saúde ou ao hospital e, naquele ambiente ali, onde havia outras pessoas já efetivamente infectadas, elas eram contaminadas. Então, nós pensamos numa alternativa utilizando teleconsulta, de modo que a pessoa infectada tivesse a possibilidade de usar o seu telefone ou o seu *notebook* na sua casa e receber o diagnóstico do médico e a prescrição devida, sem precisar ir até a unidade de saúde ou se deslocar por ônibus ou qualquer outro instrumento e infectar.

Então, a nossa ideia era construir um aplicativo que pudesse oferecer a possibilidade de o usuário ter acesso a uma teleconsulta – e a teleconsulta evidentemente obedecendo aos critérios do médico: o médico vai fazer a sua prescrição de acordo com a sua convicção,



a pessoa vai receber a orientação e não precisaria ir até a unidade de saúde. Essa era a nossa motivação, no entanto, a operacionalização dessa solução não conseguimos fazer.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Humberto, será que é a convicção comprada pela Vitamedic, que comprou a convicção dos Médicos pela Vida?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Houve algum contato neste sentido: de que pudesse haver algum apoio por parte de laboratórios farmacêuticos?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não temos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Planos de saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – O que eu posso lhe dizer é que esta foi a intenção do IFB: promover ou produzir um aplicativo que pudesse favorecer o cidadão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. Vossa participou de algum entendimento para a contratação de equipamentos de espionagem junto ao Estado de Israel?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Com relação a esse assunto, Senador, é que a atividade profissional nessa área segue rígidos princípios de confidencialidade, e eu não posso lhe falar sobre esse assunto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bem, Sr. Presidente.

Na verdade, eu acho que esta audiência de hoje consolida mais alguns pontos que nós temos aqui o tempo inteiro falado. Primeiro o *modus operandi* do bolsonarismo, não é? Na verdade, o Coronel – e eu espero que seja muito sincero – aparentemente faz uma autocrítica em relação a certos enfrentamentos que pegou e admite, inclusive, que prefere agora caminhar por outro roteiro que não seja o da conflituosidade política. Mas o desenho é este: do que ele participou, do que ele fez, é este o desenho, quer dizer, é o ataque; é no meio da pandemia a tentativa de sabotar todas as medidas preventivas, importantes, essenciais que foram tomadas por Estados e Municípios; foi fazer ataques ao Supremo Tribunal Federal não porque o Supremo Tribunal Federal, como tal, eles considerassem que não deveria existir, mas, principalmente, pelo fato de que o Supremo impediu que o Presidente Bolsonaro transformasse esse processo de enfrentamento à pandemia em uma tragédia ainda maior.

Todos nós nos lembramos da decisão do Supremo de reafirmar que, no caso de enfrentamento a pandemias e que no caso da implementação de políticas de saúde, isso é uma atividade concorrencial entre Estados, Municípios e o Governo Federal, e foi isso que permitiu que houvesse autonomia de muitos Prefeitos e Governadores para adotarem medidas de restrição e de isolamento social, sob pena de, não tendo feito isso, nós termos aí um número muito maior do que esses 563.707.

E por último, Sr. Relator, eu acho que o capítulo das *fake news* nós precisamos aprofundar um pouco. Já temos muito material, precisamos trazer aqui – como foi feito, a pedido do Senador Randolfe Rodrigues –, as plataformas para que elas expliquem como é que essas coisas caminharam o tempo inteiro sem que houvesse uma interferência dessas plataformas, não é? Especialmente no momento que estamos vivendo agora, em que o Presidente da República acaba de mandar para o Congresso um projeto cujo objetivo é que não haja qualquer possibilidade de retirada do que quer que seja, por mais absurdo que seja, por mais dano que possa causar à nossa população. Então eu quero...



A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe, Senador Humberto, qual foi a pergunta que V.Sa. fez a ele, e ele disse que não poderia, por questão profissional, relacionada a...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente, Senadora Simone, eu iria até suscitar esse tema que V. Exa. destaca...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas eu gostaria, se ele pudesse perguntar novamente, eu gostaria de saber qual foi a resposta dada...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Deixe-me reiterar, então, a pergunta, Coronel.

V. Exa. disse que, em contratos de que V. Exa. participa, não poderia declinar informações por cláusula de confidencialidade. A que contratos se refere? E qual tipo de contrato o Instituto Força Brasil participa que tem confidencialidade?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Força Brasil?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é do Força Brasil, Sr. Presidente. A pergunta do Senador Humberto foi se ele, na condição de consultor, se haveria tido qualquer interferência numa possível contratação, pelo Ministério da Defesa, de um *software* ou *hardware* envolvendo a empresa Suntech Soluções de Inteligência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que foi adquirida pela companhia israelense de nome Verint Systems, que se refere a equipamentos de Israel relacionados a serviço de espionagem no Brasil. E V. Sa... Eu não escutei a resposta, só por isso que eu...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Eu sou consultor da Verint, pela HBA, desde 2015.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Desculpa, qual a diferença de consultor para representante comercial?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho, vamos garantir ao Coronel Helcio.

Por gentileza, Coronel.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Então, e contratação na linha operacional e técnica. Não participo de contrato; desconheço o trâmite da contratação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas V. Sa...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu sou consultor da empresa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas V. Sa. havia respondido para o Senador que não poderia, por questão de confidencialidade e dever profissional...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim, a confidencialidade diz respeito ao contrato, ao cliente, isso está protegido. O que eu posso lhe dizer que é o meu trabalho como consultor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Mas o senhor está apenas confirmando que V. Sa. foi representante dessa empresa no Brasil?



O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Eu sou contratado, desde 2015, para trabalhar como consultor operacional.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Qual é o percentual que o senhor recebe?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para a empresa Suntech?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Na época, Suntech.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – E o percentual que o senhor recebe?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Isso é confidencial.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Confidencial com o Ministério da Defesa? Um dos princípios que rege a administração pública é o da publicidade dos atos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso não o incrimina, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – É a Lei de Acesso à Informação.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com relação a isso...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É importante apenas, Sr. Presidente, que, desde o começo, ele está dizendo... Foi perguntado ao depoente...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... por orientação dos meus advogados, permanecerá em silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi perguntado ao depoente pelo Relator ou por outros Senadores se havia por parte dele, em nome dele, do instituto ou não, algum tipo de contrato que foi realizado com o poder público. Se houve, em algum momento, sucesso por parte dele na realização de contratos públicos com a administração pública, e ele havia dito que não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E, agora, eu tenho a informação, nas redes sociais do próprio depoente, que, pelo menos no atualizado currículo *lattes* dele, até 29 de junho de 2020, ele se apresenta nas redes sociais como representante sênior da empresa Suntech Soluções de Inteligência, hoje adquirida pela companhia israelense Verint Systems. Essa empresa tem pelo menos dois contratos firmados com o Ministério da Defesa. Fala-se num valor total de US\$33 milhões, mas pelo menos em um, especificamente, houve um aditivo, já neste Governo, relacionado. Por isto é que eu fiz essa pergunta para ficar muito claro aqui para que, assim, o depoente, assim, respire fundo, responda com mais vagar...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senadora, uma coisa é o IFB...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... as respostas para que não se incrimine aqui nesta CPI.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Outra coisa é o meu trabalho profissional como consultor operacional técnico. Não participo de negociação de contrato. Minha relação é com a empresa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O CPF é o mesmo, Sr. Helcio, e V. Sa. disse aqui que não tinha nenhuma relação com contratos públicos.



O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Contrato público?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quando eu, como advogada, como consultora, vou a um ministério do Governo Federal tentar intermediar, na função de lobista ou não, um contrato envolvendo dinheiro público... V. Sa. participou em determinado...

Eu não vou perguntar para V. Sa. e, se for para V. Sa. responder, eu prefiro nem perguntar para ele. Eu faço a afirmação e... A pergunta é para ele, não é para o advogado.

V. Sa. simplesmente intermediou, como lobista ou não, contratos públicos seja em relação a vacina, seja em relação a um *software* ligado a serviço de inteligência de espionagem de Israel no Brasil.

Era essa apenas a colocação, Sr. Presidente, porque, na linha do tempo desse depoimento, muita contradição está acontecendo, e nós aqui estamos perdendo a paciência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A propósito disso, Senadora Simone – e depois repasso para o Senador Humberto concluir a sua inquirição –, só informar a esta CPI que, inclusive, o Coronel Helcio Almeida teve uma reunião com o Ministério da Economia com a presença do Sr. Ulysses Melo, Secretário Adjunto da SGD do Ministério da Economia; com o Sr. Mauro César Sobrinho; com o Sr. Caio César dos Santos Cruz, Diretor Executivo da empresa Cognyte, que, inclusive, é a nova denominação da empresa, salvo melhor juízo. Ele teve essa reunião com o Ministério da Economia entre algumas das reuniões dessa consultoria. (*Pausa.*)

Perdão, Senador Humberto, concluiu?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – MUITÍSSIMO obrigado, Senador.

Por solicitação da defesa e também por conta do horário, nós vamos suspender...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... a Comissão Parlamentar de Inquérito por... São 13h25; acho que 30 minutos é razoável para retomarmos em seguida.

Só antes de suspender...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Há duas questões de ordem. Eu vou conceder as duas questões de ordem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tá.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Rogério Carvalho e Senadora Soraya Thronicke...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Há uma questão de extrema relevância que eu queria trazer aqui para a Comissão Parlamentar de Inquérito. É que as Regiões Norte e Nordeste receberam pelo



menos 7% menos vacinas do que as Regiões Sul e Sudeste. Para ter uma ideia, o Estado de V. Exa. recebeu menos 30% do que os Estados das Regiões Sul e Sudeste. E o meu Estado, por exemplo, recebeu 0,75% da média nacional.

Portanto, nós temos aí um problema que nós deveríamos, enquanto Comissão Parlamentar de Inquérito, encaminhar ao Ministro da Saúde, para solicitar explicações. Por que os Estados das Regiões Norte e Nordeste receberam menos vacinas? E qual a providência para garantir a compensação? Se o motivo foi por que os Estados das Regiões Sul e Sudeste têm mais idosos e mais profissionais de saúde, agora, em que já se ultrapassou essa fase, seria de bom tom, seria correto que houvesse uma equiparação, ou seja, que abastecesse, que compensasse as Regiões Norte e Nordeste com relação às vacinas.

Então, fica aqui um apelo à Presidência desta Comissão para encaminhar e solicitar informações dessa natureza ao Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É sobre o tema, Senador Marcos?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – É. Apenas quero concordar com o Senador Rogério Carvalho. Esse tema, inclusive, já suscitei junto ao Ministério da Saúde algum tempo atrás, porque Rondônia estava nessa mesma situação. Como ele disse aqui, Norte e Nordeste sofreram com isso. A explicação que eu recebi na época foi essa que ele mencionou: no mapa por idades, esses Estados ficariam para trás em razão do contingente. Mas, superada essa fase, promover essa compensação em razão do que aconteceu lá atrás, acho, seria uma medida de justiça para as duas regiões. Acho que é uma providência importante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria cumprimentar o Senador Rogério Carvalho pelo alerta. Como me parece que é um tema consensual nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, visto que houve posições de ambos os lados desta CPI favoráveis ao encaminhamento, eu queria determinar à Secretaria que oficiasse – acredito que não há necessidade nem de apresentar requerimento – ao Ministério da Saúde nos termos do pedido de explicações requerido pelo Senador Rogério Carvalho. Então, determino à Secretaria que faça o pedido, que providencie a requisição das informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde.

Senadora Soraya Thronicke... Poderemos, em seguida, suspender a sessão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, prometo não me delongar.

Durante o período de recesso, eu dediquei certa parte do meu tempo para analisar questões que estão sendo levantadas no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, sobre a utilização de recursos públicos federais para o combate à pandemia. E officiei, na oportunidade, ao TCE e também tenho conversado com o Deputado Estadual João Henrique Catan, que parabenizo pela tentativa – está com muitas dificuldades – de instaurar uma CPI na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, o que só teve a adesão de um Deputado, o Deputado Capitão Contar. Então, ele está passando por uma série de problemas lá. Eu gostaria de pedir que a população sul-mato-grossense o ajudasse nesse intento.

Agora o que me tem causado estranheza, Sr. Presidente, é a insurgência frequente dos meus colegas governistas em relação à investigação de Estados e Municípios.

Eu entendo – entendo – que o requerimento de V. Exa. para instalação da CPI tinha como objeto determinado a investigação no nível federal e que o requerimento do Senador Girão tem como escopo a investigação de níveis estaduais e municipais.



Eu soube há pouco, Sr. Presidente, que esta CPI já recebeu vários documentos em resposta aos requerimentos de informação advindos de Estados e Municípios; no entanto, gostaria de entender por que os meus colegas governistas têm bradado aqui na CPI que esta CPI se nega à investigação de Estados e Municípios. Eu não sou membro, mas eu acredito que eu tenha o direito de indagar de V. Exas. se há alguém que por ventura esteja se negando a dar acesso aos nossos colegas a tais documentos. É importante que membros desta CPI saibam que o País não se limita apenas ao Distrito Federal nem tampouco ao Nordeste, que é composto por nove Estados. Nós temos, afóra os nove Estados do Nordeste, mais 18 unidades da Federação. Então, aqui só se fala em Consórcio Nordeste, e eu gostaria que esta CPI pudesse nos franquear ou me franquear os documentos relativos aos requerimentos de informações que chegaram de Estados e Municípios, porque eu estou, assim, sem compreender o que está acontecendo nesta CPI. Não sei se não está sendo dado, se alguém da CPI não está dando acesso aos nossos colegas, mas isso me causa espécie, Senadora Simone, porque todos os dias só se fala aqui em Consórcio Nordeste. O País não se limita ao Nordeste, a investigar o Nordeste. E eu assinei o requerimento de CPI pra investigar todo o País. Então, eu gostaria de compreender o que está acontecendo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pra colaborar, Sr. Presidente, com a Senadora Soraya e fazendo coro, como Senadora que também não é membro, eu pediria a V. Exa., se pudesse, disponibilizar aos membros e não membros desta CPI a possibilidade de consulta pública a todos os documentos que envolvem denúncias de superfaturamento ou de irregularidade nos Estados brasileiros no que se fere à pandemia. Eu acho que essa abertura seria muito importante para que cada Senador e Senadora fizesse seu juízo de valor. E eu faço coro à Senadora Soraya, e parabéns pelo posicionamento: é importante a transparência e conhecimento de dados e informações que não são sigilosos nesta CPI para todos os Senadores e Senadoras do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Simone, Senadora Soraya, só para esclarecimento, os requerimentos solicitando, inclusive, todos os procedimentos que estão em curso por parte da CGU, por parte do Ministério Público Federal nos Estados, foram aprovados no início desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, esses requerimentos, pelo menos desde maio estão... Ou melhor, essas informações já chegaram a esta CPI, inclusive, no mês de maio. Desde o mês de maio, essas informações já estão disponíveis a todos os membros efetivos e suplentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Inclusive, a propósito disso, só quero destacar que esta CPI chegou até o caso Precisa, até o depoimento do servidor Luis Ricardo a partir de um requerimento, aprovado nesta Comissão, do Senador Eduardo Girão, que encaminhou para esta Comissão o processo que está no âmbito do Ministério Público Federal, da Procuradoria da República daqui do Distrito Federal, em inquérito que envolvia a empresa Precisa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É, mas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Assim, este...

A SRA. LEILA BARROS (S/Partido - DF) – Sr. Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Entendo...



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Assim como este, outros.

Eu queria aqui...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o que está acontecendo, então...

A SRA. LEILA BARROS (S/Partido - DF) – Sr. Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... que os nossos colegas... Eles não têm acesso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essas informações estão totalmente à disposição.

E eu queria só, Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (S/Partido - DF. Pela ordem.) – A Bancada Feminina não é membro... Eu gostaria de saber se o senhor está disponibilizando para a bancada também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O que nós queremos... Eu quero ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu iria falar isso, é porque eu ainda não tinha respondido...

A SRA. LEILA BARROS (S/Partido - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu não tinha respondido ainda à requisição da Senadora Simone Tebet. Então, respondendo também à requisição da Senadora Simone Tebet, *ad referendum* do Presidente – e S. Exa. há de concordar comigo –, eu queria determinar à Secretaria desta CPI facultar às Senadoras e aos Senadores do Estados-membros acesso às informações sobre processos oriundos desses Estados, mesmo para aquelas e para aqueles que não sejam membros desta CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Agradeço, Sr. Presidente. É importante...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só indago a V. Exa., Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Indago a V. Exa., porque eu, inclusive, fiz um apelo ao Senador Eduardo Girão, que foi quem fez o requerimento. Agora, essas informações que V. Exa. está pedindo para liberar são, inclusive, as sigilosas?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – São exatamente. Inclusive, a Secretaria da Comissão está me informando...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Segredo de Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que essas informações, que boa parte desses documentos já foram, inclusive, declinados... Retirado o sigilo por esta CPI e já estão à disposição.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas os que não foram retirados, aí são aos membros? Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, aos membros... Está facultado... E, repito, *ad referendum* da Presidência desta



Comissão Parlamentar de Inquérito; e o Sr. Presidente da CPI com certeza concordará em facultar para os não membros desta CPI o acesso a documentos relativos aos Estados de S. Exas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, então é bom que a população brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Às unidades federadas de S. Exas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... compreenda...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero restabelecer minha senha, então, Presidente, porque eu tinha a senha disso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Os procedimentos administrativos, Senadora Soraya e Senador Izalci, posteriormente esta Presidência debaterá com o Presidente Omar Aziz.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu estou sendo cobrada nas redes sociais e nas ruas que esta CPI não investiga os Estados e Municípios. Então, eu quero aqui me colocar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só esclarecendo mais uma vez a V. Exa. e a todos que estão nos assistindo: os documentos relativos a Estados e Municípios estão à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito desde maio. Estão disponíveis a todos os membros efetivos e suplentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Repito: a todos os membros efetivos e suplentes...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então compete aos Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E a partir de agora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... se debruçarem sobre esta documentação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... porque a CPI não se resume a estas oitivas. Tem um trabalho por trás desta sala aqui e deste momento das oitivas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

E eu quero só recuperar o que foi dito pelo Senador Izalci: a informação relativa à Precisa inclusive chega a esta CPI por conta de um inquérito em curso na Procuradoria da República do Distrito Federal, requerimento este aprovado de autoria do Senador Eduardo Girão, e que agora o Senador Izalci esclarece por sugestão de S. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu quero deixar o pedido para os Senadores membros governistas: que façam a distribuição de um trabalho sistematizado, para que a gente consiga entender o que está acontecendo nos Estados e Municípios e entregar uma resposta para a população brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.



A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... haja vista o tempo, que tem passado muito rápido.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, vamos suspender agora esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito por 25 minutos. É um intervalo para o almoço das Sras. e dos Srs. Senadores.

Às 14h, em ponto, nós retomaremos esta CPI.

(Suspensa às 13 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 05 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Retomando a oitiva do Coronel Helcio Bruno de Almeida, a próxima inscrita é a Senadora Simone Tebet, em permuta com o Senador Otto Alencar.

Como, após a Senadora Simone, eu serei o próximo a inquirir... *(Pausa.)*

Não, perfeito. Chegando agora o Senador Eduardo Braga. Então, a próxima inscrita é a Senadora Simone Tebet; em seguida, o Senador Eduardo Braga.

Durante a inquirição do Senador Eduardo Braga, como eu serei o próximo, eu passarei a Presidência, eu convidarei o Senador Rogério Carvalho a assumir a Presidência após a inquirição da Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes de iniciar, Sr. Presidente, só uma pergunta sobre o depoimento de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Amanhã o depoente vem na condição de testemunha ou de acusado? Está munido já de *habeas corpus*? Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pergunto à Secretaria se temos essas informações.

O depoente de amanhã, antecipo a V. Exa., vem na condição de testemunha.

Tem algum *habeas corpus* concedido para o depoente de amanhã? *(Pausa.)*

Não, não temos nenhuma comunicação quanto a alguma medida em relação ao depoente de amanhã.

Senadora Simone, V. Exa. tem 15 minutos. Vou acrescentá-los aqui.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, serão mais do que suficientes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. V. Exa. tem 15 minutos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vou procurar ser mais objetiva...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria pedir só para... *(Pausa.)*

Perfeito.

Agora, sim, a palavra está com V. Exa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.



Sras. e Srs. Senadores, Cel. Helcio, com h, para não fazermos confusão com Elcio Franco, sem h.

O senhor dirige um *site* de nome Força Brasil, que é um instituto considerado sem fins lucrativos. Quando eu fui visitar a página do *site* de V. Sa., eu fui em "Quem Somos" e não consegui enxergar outro nome que não o de V. Sa., embora V. Sa. tenha acabado de confirmar a mim nesta reunião que o administrador seria um coronel da reserva de nome Aguiar.

Pois bem, ali no item "Quem Somos", a única coisa praticamente que vi ao final e que me chamou a atenção foi que ali havia um espaço para possíveis contribuições financeiras de voluntários que porventura quisessem compartilhar e contribuir com o *site* de V. Sa.

O que me chama a atenção no instituto – entre aspas – "sem fins lucrativos" é que o objetivo principal desse *site*, e é o que consta ali...

Eu vou ler para não cometer nenhuma indelicadeza com V. Sa.

É um *site* que tem como lema a defesa da vida, da família, das armas – embora eu não saiba o que armas estejam fazendo ao lado de família, já que armas de fogo são a principal causa de morte de mulheres, de violência doméstica contra mulheres –, da liberdade, e tem o objetivo de fazer frente, entre outras coisas, ao crime organizado nas instituições.

Vem aqui a minha primeira pergunta a V. Sa.

O que V. Sa. e o *site* quiseram dizer com "crime organizado nas instituições"? Esse objetivo do Instituto Força Brasil é combater que tipo de crime organizado em que instituições do Brasil?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – A questão de combater o crime organizado nas instituições começa com um processo de transparência nas ações. Então, são medidas que podem contribuir para que haja, cada vez mais, um relacionamento correto, digno, nas instituições. Então, o IFB, primeiramente, apoia todas as ações nessa direção. Por exemplo: algumas ações que podem beneficiar, digamos, leis que nós conheçamos ou até mesmo possamos propor no sentido de que haja cada vez mais transparência e mais correção nas ações das instituições. É nesse sentido.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – É um posicionamento positivo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não vou entrar aqui na subjetividade da interpretação do que seria crime organizado nas instituições. Para mim, pode ser qualquer coisa, menos a defesa da transparência e, nesse aspecto, eu corroboro com V. Sa. Quem sabe, agora, quando sair da CPI, poderia postar no Instituto Força Brasil o repúdio ao Presidente da República que acabou de decretar um sigilo de cem anos na negociação da compra de vacinas da Covaxin, vacina essa que está sendo investigada por esta CPI no que se refere a superfaturamento, propina etc.? Mas vamos seguir, até porque também transparência não é algo que nesta CPI tem sido corrente no depoimento de V. Sa., que prefere o silêncio e muitas vezes acaba consentindo com o que é dito aqui e, às vezes, quando fala, acaba se contradizendo.

Bom, um sobrevoo sobre as manchetes das principais páginas do seu instituto, o que nós temos claramente ali são artigos e vídeos a todo momento negando a credibilidade de *sites*, de artigos de jornais de credibilidade mundo afora no que se refere a matérias ligadas à defesa da ciência, da vacina e contra o negacionismo, pregando, inclusive, o seu instituto, através de artigos, a tal da imunidade de rebanho por contaminação, que a tal da vacina muitas vezes provoca uma reação maior do que a própria imunidade natural.



V. Sa. disse aqui para o Senador Humberto que não é responsável pelo que é publicado. Só que eu queria lembrar a V. Sa. que o *site* de V. Sa. é um *site* privado, não é um *site* jornalístico. Eu defendo de forma absoluta e intransigente o direito à liberdade de expressão. V. Sa. tem o direito de dizer o que quer, V. Sa. pode, sim, se manifestar e direcionar o seu *site* para o que quer que seja. Ainda que eu não concorde, vou defender até a morte o direito de V. Sa. dizer. V. Sa. é um negacionista e nega o tempo todo, pelo Instituto Força Brasil, a importância da ciência, da vacinação e a importância do distanciamento social e uso de máscara.

Agora, V. Sa. tem a detenção da linha editorial do seu *site* e V. Sa. direcionou o *site* a todo momento a esse negacionismo. Diga-se de passagem, o negacionismo é como uma bomba mortal lançada sobre a população brasileira. Ontem, eu tive por parte de uma funcionária a seguinte informação: "Meu sobrinho de 42 anos, cuja metade da família se recusa a se vacinar, acabou de falecer, depois de eu já ter pedido três membros da família, porque ele é da linha do chefe maior da Nação, que acha que não precisa se vacinar". Depois de ter pedido três, ela perde um sobrinho de 42 anos que deixou uma criança menor de idade e mais dois adolescentes.

Por que eu estou dizendo tudo isso? Repito: o direito de liberdade de expressão é um direito constitucional, mas ele não é absoluto, Dr. Coronel Helcio. V. Sa. não poderia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só para não perder o raciocínio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença. Liberdade de expressão é uma coisa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou, se me permitir, só completar o raciocínio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Liberdade de expressão não é isso, não. Liberdade de expressão é uma coisa... Você...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, deixa eu só concluir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você colocar mentiras para o Brasil é outra totalmente diferente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou chegar lá, Presidente. Perdi a linha de raciocínio.

O direito à liberdade de expressão é um direito constitucional, mas não é absoluto. Quando V. Sa. coloca figuras do Supremo, Ministros do Supremo Tribunal Federal, nas páginas de seu *site* ou membros desta Comissão vestidos de palhaço e diz: "Picaretas tratando com picaretas, sendo julgado por picaretas", eu vou repetir o que eu já disse aqui: V. Sa. cometeu um crime de injúria com os membros desta Comissão. V. Sa. confirmou que tratou com picaretas, porque o picareta que V. Sa. disse se sentou aí e esteve no Ministério da Saúde com V. Sa. O picareta que esteve aí tratou e denunciou outro picareta que V. Sa. conheceu e que estava no Ministério de da Saúde com V. Sa. E esse dito picareta que denunciou outro picareta, que – entre aspas – "está sendo investigado por nós", está sendo denunciado por nós, diferente de V. Sa. Aí é que me vem a seguinte pergunta nessa contradição. E eu tenho duas contradições só muito fortes em relação ao depoimento de V. Sa. Repito: não é sobre o seu negacionismo, que eu repudio em nome das 563.707 mortes, vidas perdidas. Não é sobre isso! É um direito de V. Sa., e eu vou combatê-lo sempre. É a contradição, Dr. Helcio.



Vejam, eu vou ler para não ser aqui também de novo infeliz com V. Sa. Como imaginar que um homem da experiência de V. Sa., titular do bacharelado em Ciências Militares pela Aman, mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, tendo experiência profissional como Operador de Forças Especiais, se deixou levar por um grupo de picaretas? Ou levou o grupo de picaretas, num tráfico de influência, num *lobby* ou não sei o nome que se dá, ao Ministério da Saúde? Esta CPI, que V. Exa. aí chama de CPI – entre aspas – "do circo, que tem um bando de picaretas", esta CPI viu, esta CPI está investigando! V. Sa., com toda essa experiência, não conseguiu ver? É a primeira contradição que eu vejo.

Sabe qual é a segunda, mais grave do que essa? V. Sa. é um homem de estratégia militar, tem no seu currículo experiência... Eu não vou repetir aqui. V. Sa. não viu que estava lidando com um grupo armado de interesses privados, à custa da dor, da morte de milhares de pessoas? Então, como conciliar a imagem do Coronel Helcio, negacionista do Instituto Força Brasil, com a imagem do homem experiente de negócios, que depois negou a pandemia, a gravidade, depois nega que negou e, à custa da dor alheia, vai tentar levar vantagem em cima, tentando comercializar vacinas para a iniciativa privada, vacina essa que se recusa a tomar? A única – a única – conclusão a que nós podemos chegar é que V. Sa. estava nos dois lados do balcão.

V. Sa., sim, é um negacionista! V. Sa., sim, acredita na imunidade de rebanho por contaminação! Os documentos estão aqui, são irrefutáveis, ainda que se queira apagar. E aproveitou, já que não acredita nisso... Já que tantas vidas se perderam, vamos aproveitar! Isso está lincado com a função de V. Sa. como consultor lá no Ministério da Defesa. De novo, como *lobby*, como consultor, tentou intermediar, e os negócios aconteceram. Contratos de US\$33 milhões, tentando vender e venderam, de uma empresa Verint, a respeito de um sistema de *software* ou *hardware* de espionagem de Israel para o Brasil.

Então, diante de todos esses elementos, eu quero dizer o seguinte: talvez eu concorde com V. Sa. que esta CPI talvez – entre aspas – seja "a CPI do circo", porque aqui só desfilam malabaristas, como V. Sa., que tentam se equilibrar numa linha muito tênue e frágil da mentira e do silêncio, para não se comprometerem, e aí acabam se contradizendo, como V. Sa. fez em inúmeros momentos aqui. Negam a gravidade da pandemia e depois negam que negaram; compartilham e depois deixam de compartilhar.

Eu gostaria de perguntar a V. Sa., pra finalizar, apenas: em que momento V. Sa. conheceu o Coronel Elcio Franco?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senadora, já foi relatado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de ouvir novamente.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – "Ressalto que nunca tive relação de amizade ou qualquer proximidade com o Coronel Elcio Franco".

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não precisa ler, é tão simples responder, Coronel. Eu perguntei quando, não que nunca teve. Em algum momento V. Sa. teve conhecimento desse nome, até porque é um coronel também.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Naturalmente, uma pessoa que exerce um cargo público com a notoriedade de ter sido um profissional qualificado, competente que é a imagem Elcio...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quando V. Sa. soube que ele era Secretário Executivo?



O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Provavelmente quando aconteceu a nomeação dele.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nunca trocaram informações, mensagens, WhatsApp?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senadora, com relação ao Ministério da Saúde, seus servidores, eu, nesse ponto, por orientação dos meus advogados...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nunca trocaram informação sobre essa questão de tratamento precoce, de compra de vacinas?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... permanecerei em silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu não escutei. Desculpa.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu, pra encerrar, gostaria apenas de colocar aqui... E, como eu disse, eu fiz o dever de casa. Eu não conhecia o seu instituto, ainda bem, mas, no dia 27 de junho de 2020, V. Sa. compartilha... Em princípio, ou V. Sa. ou Coronel Aguiar compartilha ou reposta – eu não entendo o termo, peço desculpa a todos das redes sociais – uma mensagem do Facebook do Coronel Elcio Franco, que diz o seguinte: "Direito ao tratamento precoce da covid-19. O médico tem autonomia e, com aquiescência do paciente ou seu responsável, o tratamento poderá ser feito com cloroquina ou hidroxiclороquina".

Quando nós clicamos em cima do nome Elcio Franco, repito, repostado pelo *site* de V. Sa., aí nós vamos cair exatamente... Se puderem passar... (*Pausa.*)

Nós vamos cair exatamente no Facebook do próprio Coronel Elcio. Isso no dia... Em 27 de junho de 2020.

Como é só o Coronel Aguiar e V. Sa. que, em princípio, administram esse *site*... E, se puder passar ao próximo também... Eu acredito que vem daí talvez esse interesse comum, já que comungam do mesmo negacionismo, repito, negacionismo que, nesse caso, mata. Então, eu não vou fazer perguntas a V. Sa. Tudo o que eu queria extrair desse depoimento contraditório, eu já extraí.

V. Sa. disse que quer se converter. Essa é uma boa oportunidade de pedir desculpas a esta CPI, aos membros desta CPI que foram injustamente injuriados por V. Sa. na condição de serem chamados de picaretas. De repente, já que se diz cristão, seria uma boa oportunidade. A cortina de fumaça que no seu *site* é mencionada aqui, ela está sendo dissipada por esta CPI. E já que V. Sa. diz que é um homem de fé: "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará", nós conheceremos, Coronel Helcio.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós conheceremos a verdade.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Só um esclarecimento: esse *site* HBA não é o *site* oficial do IFB. Ele é particular, não é? Então, só pra caracterizar essa diferença. Outra coisa: o Aguiar é administrador; o responsável, sem dúvida nenhuma, sou eu, não é? Então, eu não quero me afastar dessa responsabilidade.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fico feliz.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – E eu quero lhe dizer, com toda a franqueza, que o princípio de autoridade, ele é muito claro na palavra de Deus, e, como lhe falei, eu



não pretendo ultrapassar essa questão. Sem dúvida nenhuma, pode ter certeza que esse princípio será assumido na minha vida.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Sa. E faço um pedido, então, apenas para encerrar, até para confirmar, perante a Nação, o arrependimento e a conversão, retire do ar o Instituto Força Brasil. Fará um grande serviço ao País e, provavelmente, vai estar expiando os seus pecados. Esse instituto não faz bem para o País, esse instituto ajuda a estimular, inclusive, o ódio. E é isso que eu queria, num desagravo ao Presidente da Comissão, que teve a sua cara pintada de palhaço.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sem dúvida nenhuma.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa., isto aqui estimulou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu não vi. O Coronel fez isso?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... o ódio, Coronel Helcio, e quem tem ódio no coração não pode falar de Deus. Então, que limpe esse seu coração e comece: tire do ar o Instituto Força Brasil, ajude a informar a população, como esse jovem de 42 anos do meu Estado, que faleceu ontem, porque não quis tomar a vacina, porque entende que o Chefe Maior da Nação disse que não é para tomar. Comece a estimular a aplicação de vacina, tire uma foto tomando vacina e divulgue no seu instituto antes de encerrá-lo. Esse pedido eu faço em nome dos milhares de futuros, infelizmente, cidadãos brasileiros que ainda irão morrer, fruto do negacionismo de pessoas como V. Sa. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não tinha... Eu não sabia, não, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Alguém colocou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Está aqui. O senhor quer ver?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não precisa, não precisa disso, não. Aqui, deixa a gente, deixa nós, que estamos na vida pública sermos constrangidos, que faz parte do dia a dia nosso. Constrangimentos políticos não são de hoje.

Mas eu vou ouvir agora o Senador Eduardo Braga, que, por 15 minutos, tem o direito de se posicionar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Presidente Omar, nobre Relator Renan Calheiros, senhor depoente, Sr. Helcio Bruno de Almeida, eu quero iniciar dizendo que, de igual modo à Senadora Simone Tebet, eu não conhecia o seu *site*. Como diria eu, muitos brasileiros ainda não o conheciam. O seu *site* deve ter ganhado alguma visibilidade no dia de hoje, e ainda bem que o senhor, ainda há pouco, reconheceu que a responsabilidade do seu *site* não é do administrador, porque aqui, no "quem somos", está dito o seguinte: "É um instituto sem fins lucrativos".

Eu queria pedir à assessoria que, quando a gente estiver usando a palavra, não atrapalhem, por favor.

Ele diz: "É um instituto sem fins lucrativos, com sede em Brasília e capilaridade nacional, organizado pela União de Patriotas, sob a liderança do Tenente-Coronel de Reserva Helcio Bruno de Almeida". Isso é V. Sa., não é? Portanto este *site* aqui é de responsabilidade de V. Sa.

Agora, eu não consigo entender como é que um *site*, como aqui mesmo dito, conservador, que divulga questões ideológicas, tem a ver, Senador Renan, com



intermediação de vacina ou com negócios. O senhor pode me dizer quais são os seus negócios, por favor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, nós não temos negócios.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Se V. Sa. não tem negócio, como é que o senhor pode explicar as declarações de depoentes? Porque V. Sa. não veio para esta CPI, porque caiu de paraquedas aqui. V. Sa. está nesta CPI, porque vários depoentes citaram o nome de V. Sa. como parte importante – aí sim, vamos usar a palavra certa – da picaretagem da Davati de querer vender vacinas que ela nunca teve e que o próprio dono da Davati, que até onde me provem o contrário é um picareta, disse o seguinte, *Folha de S.Paulo*: "A intenção nunca foi vender as vacinas, mas ser um facilitador do negócio". Sabe o que quer dizer facilitador de negócio, Coronel? Agenciador, lobista. Então, V. Sa. não caiu aqui por acaso.

E, mais, esta Davati, picareta, sim, e através de um Domingueti, que aqui nesta Comissão ficou provado ser um outro picareta, assim como o seu chefe, também outro picareta... E aí V. Sa. adjetiva a Comissão de forma errada. Os parceiros do negócio que disseram que o senhor intermediava, esses, sim, eram picaretas.

E aí dizem o seguinte: "São notórias as denúncias de demanda de propina para a execução de um possível acordo entre a Davati Medical Supply e o Governo brasileiro". Graças a Deus não houve pagamento, mas a tentativa houve. É como se diz claramente, a intenção era fraudar, a intenção era enganar, a intenção era corromper. Graças ao bom Deus isto não aconteceu.

Vamos em frente: "Com o objetivo de promover a aquisição de 400 milhões de doses da vacina AstraZeneca". Em depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o senhor foi apontado como peça-chave nessa negociação, já que supostamente intermediou o contato entre a equipe da empresa e o Coronel da reserva, ex-Secretário Executivo de Saúde e atual assessor da Casa Civil, Elcio Franco.

Tendo isso em vista, eu lhe pergunto: "Quando o senhor intermediou o contrato entre a Davati e o Ministério da Saúde, tinha conhecimento dessa informação? Alguém do Governo Federal o alertou sobre isso?"

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com relação a esse assunto da Davati, por orientação dos meus advogados, eu permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Esse é um direito constitucional que o senhor tem.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É lamentável porque, como V. Sa. sabe, o senhor usa exatamente o direito de expressão, que não significa poder mentir, ofender, denegrir, insultar.

A liberdade de expressão pressupõe o respeito ao próximo. Quando o senhor usa a liberdade de expressão pra agredir, pra difamar, pra ofender, etc., o senhor está incorrendo em crime, assim como o senhor está usando a mesma Constituição pra não esclarecer uma tentativa de crime que aconteceu no Brasil, o que eu respeito, porque é um direito constitucional que o senhor tem, mas lamento e quero aqui deixar claro.

Mas queria ir adiante.

Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, o dono da empresa da Davati Medical Supply, Herman Cárdenas, reconheceu que não tinha à mão nenhuma dos 400 milhões de doses da vacina AstraZeneca negociadas com o Governo brasileiro. Eles negociaram o que não tinham. O empresário disse ainda que a Davati seria apenas uma facilitadora do



negócio entre a fabricante da vacina contra a covid-19 e o Governo brasileiro mediante uma comissão, cujo valor não foi informado.

O senhor falou ainda agora em transparência, o senhor acha isso transparente? (Pausa.)

Como o senhor vai ficar calado, eu vou dizer: claro que isso não é transparente.

Sendo assim, eu vou lhe perguntar, mesmo achando que o senhor vai ficar calado: qual seria o interesse do Governo brasileiro em realizar a compra de vacinas por meio de uma empresa intermediária mediante pagamento de comissão, sendo que o negócio poderia se dar diretamente com a fabricante, sem valor adicional algum? Aliás, o Governo brasileiro comprou da AstraZeneca sem intermediários, via Fiocruz. Então, como é que o Governo brasileiro admite uma negociação com a Davati, se ele já tinha a negociação? É óbvio que há algo estranho nisso que não está explicado.

O que V. Sa. tem a dizer sobre isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre isso, por orientação dos meus advogados, ficarei em silêncio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quando o senhor tomou conhecimento das denúncias de demanda de propina para a compra da vacina AstraZeneca por intermédio da empresa Davati Medical Supply?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Por orientação dos meus advogados, ficarei em silêncio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor se apresenta como líder de uma organização que – abre aspas – "se propõe a fazer frente à hegemonia da esquerda como participante do poder, bem assim ao crime organizado nas instituições" – fecha aspas –, segundo o texto de seu próprio *site*, de seu próprio sítio.

O senhor poderia especificar as atividades de sua entidade, o Instituto Força Brasil, além de esclarecer como ela atua em conjunto com o Governo Federal e quem financia este instituto?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre este ponto, por orientação dos meus advogados, ficarei em silêncio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas, Coronel, o senhor não quer tornar público nem ser transparente como o senhor financia esse instituto? Como o senhor tem a relação com o Governo?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Essa informação já foi declarada. O instituto não recebe nenhuma contribuição, não recebeu jamais qualquer recurso do Governo Federal ou poder público e vive das contribuições dos seus membros.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, mas a gente não consegue ver com transparência, que o senhor defende, quais são as contribuições e de que membros. Isso não é transparente.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Membros do IFB.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas isso também não é posto – quando você clica em cima dos membros, aparece um *blank*, aparece uma página em branco. O senhor sabe disso...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – O *site* está em atualização, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ou seja, o senhor faz aquilo: aquilo que o senhor fala o senhor não faz – não é? –, lamentavelmente. E respeito o seu direito de ficar calado, mas é importante dizer à Nação brasileira que o senhor prega a transparência, mas o senhor não faz a transparência. O seu



instituto nós não sabemos nem quem financia. E pela estruturação do seu instituto, ele não é barato – ele não é barato. Tem dinheiro e tem dinheiro alto aqui nesse instituto, e o senhor não diz de quem é, nem demonstra com transparência de onde vem esse dinheiro. O.k., o senhor diz que não é do Governo, mas de onde vem esse dinheiro? O senhor não diz, o senhor fica calado.

Em depoimento prestado à CPI em 15 de julho de 2021, o Sr. Cristiano Carvalho, supostamente representante comercial da empresa Davati, afirmou que foi levado ao Ministério da Saúde para a tratativa dos 400 milhões de doses da vacina e que as tratativas deveriam ser centralizadas no senhor. Isso ele disse aqui sob juramento. Sendo assim, pergunto como se deu o seu contato com o Sr. Cristiano Carvalho e o Reverendo Amilton? Esses contatos foram feitos em nome do Instituto Força Brasil?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a esse assunto, eu seguirei a orientação dos meus advogados e ficarei em silêncio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor disponibilizou a estrutura do instituto para avançar nessas tratativas?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – De acordo com a orientação dos meus advogados, ficarei em silêncio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Em depoimento prestado, também no dia 3 de agosto de 2021, o Sr. Amilton de Paula, conhecido como Reverendo Amilton, afirmou que o senhor teria conseguido uma agenda no Ministério da Saúde no dia 12 de março de 2021 para avançar nas tratativas dos 400 milhões de doses, que nunca houve, da vacina AstraZeneca. Sendo assim, eu lhe pergunto... E eu vou fazer as três perguntas porque sei como é que o senhor vai responder.

Mais de um depoente afirmou que o senhor teria sido intermediador da reunião para as tratativas da compra da vacina AstraZeneca – mais de um! Como o senhor reage a essas declarações? Qual foi a sua participação efetivamente nesse triste episódio?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – A minha declaração, Senador, já mostra que nós tínhamos uma agenda solicitada com o Ministério da Saúde desde o dia 3 de março. Essa agenda foi confirmada para o dia 12 de março. No dia 9 de março, recebi a Senah, que apresentou a situação da oferta dos 400 milhões de doses, que estava sob deliberação da Secretaria Executiva. Foi nessa situação que nós, então, entramos para solicitar a participação desse objetivo dentro da nossa agenda. E aí o Secretário-Executivo, ao chegar, conforme está registrado, definiu a posição do ministério e encerrou as negociações ou qualquer tentativa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Apenas para ressaltar ao Relator Renan Calheiros que, ao responder essa pergunta, V. Sa. está confirmando a sua relação com a Senah, a sua relação com o Reverendo Amilton e a sua relação com a Davati na intermediação desse negócio, porque foi V. Sa. que marcou a *maledetta* reunião da tentativa de negociação de vacinas que não existiram.

Além disso, eu pergunto: qual a sua relação com o Reverendo Amilton? Como o conheceu?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Com relação a esse assunto, eu vou seguir a orientação dos meus advogados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor manteve algum contato com o Reverendo Amilton, o Sr. Cristiano ou qualquer outro personagem que se apresentou como intermediário para a venda dessas vacinas?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Seguirei a orientação dos meus advogados, Senador, e ficarei em silêncio.



O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, eu vou encerrar e quero dizer que lamento que o senhor pratique completamente diferente daquilo que o senhor fala e do que o senhor posta e estimula: nenhuma transparência sobre o financiamento do *site*, nenhuma transparência sobre a sua atuação nesta malfadada negociação com o Ministério da Saúde. E eu, em respeito aos seus cabelos brancos, vou ficar por aqui, dizendo que democracia se faz assim: fazendo as perguntas, estabelecendo a transparência. Não se faz nem com arrogância, nem com enfrentamento de forças, mas, sim, pela compreensão dos direitos individuais e coletivos da Nação brasileira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Eduardo Braga. Eu quero aqui endossar as suas palavras: democracia se faz respeitando as posições divergentes, e não com a tentativa permanente de impor uma verdade absoluta de um lado só.

Então, eu queria aqui passar a palavra ao eminente Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Rogério Carvalho, Sr. Coronel Helcio, Sr. Relator. O senhor já disse aqui que conhece o Presidente Jair Bolsonaro, perfeito? (*Pausa.*)

Pode colocar a foto? Nós já temos a foto aí?

O senhor pode informar quando foi essa reunião com o Presidente e quem são os participantes dessa reunião?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Eu já comentei. Essa reunião foi no dia, provavelmente, 8 de maio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Oito de maio deste ano?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, de 2019. Essa reunião foi solicitada pela turma de 1976 para cumprimentar o Presidente, apresentar algumas intenções, e eu pedi para participar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Achei interessante o "algumas intenções". E os personagens aí da reunião?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Ali estavam o General Ramos, o Coronel Barroso Magno, o Aristomendes – é uma família...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Aristomendes é sócio do senhor em alguma empresa?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi, mas já trabalhou junto com o senhor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Trabalhamos juntos, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, essa reunião foi para a turma de 1976 cumprimentar o Presidente...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – A turma de 1976 apresentou lá...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e tratar de alguns outros eventos, de alguns outros temas, como o senhor disse. Alguns outros temas tinham a ver com os negócios de V. Sa. com o Sr. Aristomendes e com o Governo?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não, foi uma espécie de um manifesto, alguma coisa nessa direção que foi apresentada pela turma de 1976, e eu pedi para participar e estar junto com eles.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor se considera influente no Governo?



O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não considero.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas deixe eu lhe contar... Pode tirar a foto?

Mas deixe eu informá-lo de que muitos talvez Parlamentares gostariam de ter a influência que o senhor, a fluência que o senhor tem nas agendas do Governo. Veja, temos aqui: dia 7 de abril, encontro do senhor e Marcelo Lima do IFB com o Vice-Presidente da República Hamilton Mourão; dia 21 de janeiro, encontro do senhor com Hamilton Mourão; dia 8 de maio, encontro de integrantes do Grupo Agir – do qual o senhor faz parte e que é um grupo que tem conexão com o IFB – com o Presidente da República Jair Bolsonaro e Luiz Eduardo Ramos. Veja, 8 de maio.

O senhor esteve...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Essa foi a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor esteve na reunião, em 2019, como declinou aqui, esteve de novo com o Presidente da República em 2020...

Mas ainda vai: dia 12 de março, a reunião aludida aqui, encontro seu com o Secretário-Executivo Elcio Franco. E vai mais adiante, Senador Humberto. Olha aqui: dia 4 de fevereiro, reunião sua com o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Algum assunto relativo ao IFB a ser tratado com o ex-Ministro Ricardo Salles? Algum assunto relativo ao IFB?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Provavelmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Em 9 de abril, encontro seu novamente com o Ministro Luiz Eduardo Ramos.

Agora combinam esses encontros seus... E, me permita, o senhor tem um grau de influência neste Governo que faz inveja talvez até a muitos Parlamentares que apoiam o Governo. O senhor vai do Ministro do Meio Ambiente, do Ministro da Articulação Política, do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, com todos personagens o senhor tem um livre trânsito. E, me permita divergir do senhor, o senhor é alguém que tem influência extraordinária. E talvez essa influência extraordinária no Governo também se explique pelas suas diversas *lives* em apoio ao Governo. Veja, o senhor faz *lives*: a política de Jair Bolsonaro; as forças inimigas do Governo Jair Bolsonaro; os desafios do Governo Jair Bolsonaro; 100 dias do Governo Jair Bolsonaro. Claramente, o senhor apoia o Governo – e isso não é crime, a democracia assegura isso ao senhor, eu quero deixar bem claro. A democracia... Inclusive, o Supremo Tribunal Federal assegura isso ao senhor, o Supremo Tribunal Federal tão atacado.

Mas, veja, o senhor não só tem uma posição clara de defesa, mas o senhor tem fluência, o senhor tem relação direta com integrantes do Governo, o senhor participa diretamente de relações com os personagens do Governo. Falo isso para nós fazermos uma ligação com o fato seguinte.

O Vice-Presidente do seu instituto, qual é o nome dele?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Otávio Fakhoury.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Otávio Fakhoury. Vamos ouvir o Sr. Otávio Fakhoury aqui. Talvez a gente o ouça depois, Senador Renan, pessoalmente, mas, por enquanto, vamos ouvi-lo pelo vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor, em resposta ao Senador Humberto, tinha dito aqui que o instituto não patrocinava. O seu Vice-Presidente está dizendo aí que ele patrocina os dois: Awake Giants Brasil e Verdade dos Fatos.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu desconheço se esse patrocínio não seja apenas o espaço para que eles se manifestem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não é isso que o seu Vice-Presidente diz.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu desconheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O seu Vice-Presidente diz isso.

Então, só para todos terem claras quais são as ações do Awake Giants Brasil, vejam só algumas das postagens que ele fez no decorrer da pandemia. Numa das postagens, no Twitter, Awake Giants Brasil diz aqui: "TwitterBrasil acaba de sinalizar como falsa publicação do Ministério da Saúde sobre tratamento [...] [da] covid-19. [...] o interesse público brasileiro é a exclusão de [...] [outras] informações [...]".

Aí temos mais aqui. Ainda o mesmo Awake: "Então, a única solução é vacina? Certo? Segura essa, milícia genocida!". Está se referindo ao G1. "Secretário de Saúde de Lins morre de covid-19 aos 83 anos." Está dizendo que ele morreu aos 83 anos depois de ter se vacinado pela segunda vez, ou seja, é campanha clara contra a vacina.

Vamos mais adiante! Ele também compartilha as publicações da Verdade dos Fatos. Nas publicações da Verdade dos Fatos... Aqui, diz o seguinte, entre as publicações da Verdade dos Fatos: "Analogicamente à situação dos imunizantes, você aceitaria voar em uma aeronave ao ser informado que os motores estão em teste?". É para questionar a vacina. Inclusive, coloca a turbina do avião e também a vacina, questionando a vacina mais uma vez!

E aí, mais adiante, também há outras publicações contra o uso de máscaras tanto da Verdade dos Fatos quanto de Awake Giants Brasil.

Sr. Helcio, o senhor e o Sr. Otávio, por isso, já seriam objeto de investigação desta CPI. Só que a vinculação não para por aí. Veja: o Sr. Otávio Fakhoury também assumiu o Diretório Estadual do PTB. V. Sa. tinha dito aqui que não tem vinculação partidária entre o Instituto Força Brasil e nenhum outro partido político. O seu Vice-Presidente assumiu a direção do Partido Trabalhista Brasileiro, a direção estadual de São Paulo. O senhor teria algo a dizer sobre isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito obrigado.

O senhor não sabia disso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Que ele assumiu uma posição?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A direção do Partido Trabalhista Brasileiro em São Paulo...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Com respeito a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... dirigido pelo ex-Deputado Roberto Jefferson?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a esse assunto, a *fake news*, a matérias jornalísticas de terceiros, eu sigo a orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito!



Sobre *fake news*, só para nós, então, e todos os brasileiros ouvirem, estão aí algumas das publicações. São publicações que estão, inclusive, na página agora do Instituto Força Brasil. Isto aí está no ar neste momento: publicações contra a vacina, publicações contra a democracia, publicações contra medidas preventivas.

Temos mais? Espaço pro Awake Giants, para o Crítica Nacional, pra todos esses sites. Só pra nós sabermos quais os tipos de campanha. Inclusive um dos agentes dessas campanhas, Senador Renan Calheiros, um dos criadores do Awake Giants Brasil, é o Sr. Richards Pozzer. Eu falo, Senador Renan e Senador Omar, do Sr. Richards Pozzer porque toda *fake news*, todos os ataques que nós estamos recebendo nesse momento nas redes sociais, que a CPI recebe, são feitos por esse senhor. Esse senhor é o criador do Awake Giants Brasil, que é vinculado ao Instituto Força Brasil. Todos os ataques de que o Sr. Relator tem sido objeto, todos os ataques ao Senador Humberto, inclusive aqueles que o senhor denunciou na semana passada, de que o senhor tem sido vítima na CPI, todos os ataques que o Presidente, que este Vice-Presidente, que os membros desta CPI têm tido, inclusive a reação deles neste momento nas redes, é organizado por esse senhor, que trabalha – é claro que o Coronel Helcio não vai falar sobre isso –, que trabalha com o Coronel Helcio.

Se eles só atacassem a nós, não tinha problema; o problema é eles fazerem campanha contra máscaras. O problema, Coronel Helcio, é quantos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é que é? Contra o quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fazer campanha contra máscaras, contra o uso de máscaras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles fazem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fazem muito. O problema é eles terem feito campanha contra a vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Contra vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São pessoas que induzem os brasileiros à morte, crime contra a vida...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... crime sanitário. Criminosos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel Helcio, eu ainda nem entrei na corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os palhaços aqui não são criminosos, não, viu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu nem entrei na corrupção. Mas veja essa publicação que está no Instituto Força Brasil: "a maioria das pessoas é imune ao vírus da covid". Eu queria saber quantas pessoas podem ter sido levadas à morte por publicações desse tipo. Isso está agora no site do Instituto Força Brasil. Eu não estou nem entrando na corrupção. E isso *per se*, Sr. Relator, já levou quantos brasileiros à morte? Quantos, dos 563.707, estão mortos por conta desse tipo de publicação? Quantos? É isto que os Srs. Senadores do Governo querem defender? Que a maioria das pessoas é imune ao vírus da covid? Querem defender contra a vacina?

E eu não estou falando de algo à toa, Coronel Helcio, eu estou falando de um instituto em que o senhor e os atores desse instituto têm relação direta com todos os personagens e atores deste Governo. O senhor não só é apoiador do Presidente da República: o senhor frequenta o gabinete do Presidente da República, o senhor tem estado sempre junto aos



personagens desse Governo. Não tem "dissociamento" entre o Instituto Força Brasil, entre essas redes de gabinete de ódio. Não tem aterramento... Não tem. Não existe. Todas as razões apontam a correlação entre essas redes, entre o instituto dirigido por V. Sa. e o Governo do Presidente da República.

Mas vamos mais adiante sobre isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O *site* acaba de cair do ar, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente agora saiu do ar! É porque é uma valentia, Sr. Relator, enorme. É uma valentia enorme nas redes sociais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe, essa é mais uma postagem criminoso – criminoso e irresponsável – desse *site* do Instituto Força Brasil.

Hoje nós estamos vendo aqui um triste espetáculo. Apesar do silêncio, não há como mudar a concepção desta Comissão Parlamentar de Inquérito e do povo brasileiro de que o Tenente-Coronel Helcio Bruno montou um instituto, o Instituto Força Brasil, para torpedear o SUS, entregar ao setor privado a venda de vacinas... E defende isso tudo aqui com ênfase, como se fosse uma coisa possível, e de maneira natural. Em plena pandemia, atacava o SUS criminosamente – a única alternativa de milhões de brasileiros. Quer dizer, isso não pode ficar impune de forma nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, e pior...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Coronel Helcio não é diferente do Sr. Carlos Wizard. É o pensamento completo.

E não se iluda, Coronel Helcio. O senhor pode até não dizer quem está bancando o seu *site*, mas nós vamos descobrir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não só o do senhor, não. Esses outros aí nós iremos descobrir, porque nós não iremos parar um segundo enquanto não soubermos quais são os recursos que entram na sua conta pessoal, nessa conta... Em todas as contas que o senhor tem.

Nós mandamos quebrar o seu sigilo fiscal, bancário, e não creio que alguém do Supremo vá nos proibir de investigar esse crime contra a Nação brasileira. Eu não creio que alguém... Podem até lhe dar um *habeas corpus* para o senhor não falar, mas daí a impedir de nós sabermos quem está financiando esse tipo de publicação...

Eu acho que é de interesse de todos os Senadores aqui da CPI, porque, independentemente de apoio ou não ao Governo, negacionismo ou não, essas publicações são muito fortes. São publicações que induzem as pessoas a tomar estas atitudes: a não usar máscara, a dizer que não pega em todo mundo... E isso foi acontecendo ao longo do tempo. Se tivesse advindo de uma pessoa que não teve possibilidade de fazer um treinamento...

Porque, se eu pego o seu histórico, Coronel Helcio, eu pego o seu histórico, o senhor é fruto da democracia. Todas as suas ações como Oficial do Exército foram dentro da democracia. Foi no Governo Itamar, foi no Governo Fernando Henrique Cardoso... V. Exa.



é fruto disso. A sua participação em atividades fora do País, indo para os Estados Unidos fazer treinamento, estando na Nicarágua, foi fruto da democracia. O senhor é fruto da democracia; o senhor chega ao oficialato como fruto da democracia; não foi no negacionismo. E, acreditando no senhor, é que o Brasil e os brasileiros apostam nas Forças Armadas – apostam nas Forças Armadas.

E o senhor me desculpa, mas eu vou dizer uma coisa: o senhor não pode falar que é cristão tendo essas atitudes, induzindo as pessoas ao suicídio. O senhor não pode falar isso. É muito fácil usar o nome de Jesus aqui, o nome de Cristo, mas induzir as pessoas à morte, num discurso único no mundo. Ninguém tem esse discurso, Coronel. Ninguém no mundo tem esse discurso. Nenhum líder político... A pior republiqueta do mundo não tem esse discurso negacionista e não tem um *site* desse para negar a ciência, para negar a vacina.

Então, o senhor pode até não nos responder, como o senhor não respondeu ao Senador Eduardo Braga, não respondeu a ninguém; mas a CPI vai descobrir. E não tenha dúvida de que nós iremos tomar as providências necessárias para que isso não aconteça mais.

Então, o *site* que está nos atacando aí, os robôs que nos atacam, Senador Randolfe, isso aí desde o primeiro momento, só que eles tentaram desconstruir a CPI... E para aqueles que pensam que o depoimento do coronel não nos ajudou saibam que nos ajudou, e muito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nos ajudou bastante, foi um dos melhores depoimentos que nós tivemos aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só três minutos para concluir.

Veja, Sr. Presidente, não somente... Nós não nos preocupamos, não nos importamos com os ataques a esta CPI, faz parte. Nós nos preocupamos é com as pessoas que eles levaram à morte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Com as 563 mil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Com as 563 mil, e eles as levaram à morte.

Veja, Sr. Presidente, a prova maior não é só a agenda do coronel, da relação com o Governo. A prova maior é que um dos *sites* mantidos pelo Instituto Força Brasil, o Crítica Nacional, era frequente em palestras na Fundação Alexandre de Gusmão, a histórica Fundação Alexandre de Gusmão, do Itamaraty, palco dos melhores debates da nossa política externa. Pois bem, serviu a esse tipo de palestra, serviu a palestras contra máscaras, serviu a palestras contra vacinas, serviu a essas palestras negacionistas.

O senhor me permita, Coronel, e eu sei que o senhor não vai responder sobre isso, mas, veja, a Fundação Alexandre de Gusmão é uma instituição pública e ela não abriria espaço para um *site* negacionista se não estivesse sob o comando também de negacionistas, se não estivesse patrocinando também isso.

Eu queria – já concluindo, Sr. Presidente – saber se o senhor poderia informar o nome do Diretor Jurídico do IFB.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor. *Fora do microfone.*) – Igor Vasconcelos.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor disse nesta CPI que o primeiro contato que o senhor teve com a Davati, o único contato que o senhor teve na Davati foi naquela reunião.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, eu não falei isso não. Falei que encontrei naquele dia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Encontrou naquele dia.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – O Dr. Igor foi a pessoa quem buscou no aeroporto o Cristiano e o Domingueti.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então vamos ao diálogo do Sr. Igor com o Cristiano, que nós temos aqui nesta CPI.

O senhor Igor disse – aconteceu no dia 13 esse diálogo, 13 de março –: "Bom dia, Cristiano." "Bom dia." "Me envia o modelo de contrato internacional de parceria com a Davati para assinarmos. Quero oficializar nossa relação." E aí é encaminhado o contrato. "Valeu. Não sei quando é o seu voo, mas posso dar carona hoje para te levar lá, só me avisar o horário." Teve um contrato assinado, Coronel! Tivemos um contrato assinado!

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com relação a esse assunto, eu vou seguir a orientação dos meus advogados e permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu já sei, o senhor vai seguir a orientação dos seus advogados e permanecer em silêncio. Perfeitamente.

Só para completar a informação: ainda hoje o Sr. Cristiano, em depoimento... Ou melhor, em entrevista ao jornal *O Globo*, disse que o instituto de V. Sa. pediu comissão – ou seja, comissão, só para todos os brasileiros terem traduzido, é o outro nome de propina – em negociação de vacinas – disse o representante da Davati.

Eu sei que sobre esse assunto o senhor vai permanecer em silêncio.

Só uma última pergunta: qual é a sua opinião sobre o Supremo Tribunal Federal?
(Pausa.)

O senhor vai permanecer em silêncio sobre o Supremo Tribunal Federal?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sou a favor do Supremo Tribunal Federal, sem dúvida nenhuma, como instituição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, que boa essa evolução sua, Coronel, que boa essa evolução sua! Quem sabe o Instituto Força Brasil possa refazer essas postagens aí.

Veja só, eu acho que é importante nós vermos essas postagens várias vezes, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Coronel Helcio Bruno de Almeida: "Destituição já! Art. 38: é crime do STF". Aí está lá a foto da Ministra Cármen Lúcia, que lhe concedeu o *habeas corpus*! Está lá a foto!

Mas vamos à outra, tem outra. A Ministra Cármen Lúcia, inclusive, nas suas publicações, ela é frequente, não é? (Risos.)

Mas vamos à outra, tem outra.

A Ministra Cármen Lúcia, inclusive, nas suas publicações, ela é frequente, não é?

Há outra foto, tem uma outra. Olha aí: "Dia 18 de julho, eu vou! Em todo o Brasil! STF, principal pilar da corrupção. Se eles caírem, o resto cai tudo". Ainda bem que não caiu, ainda bem que a Ministra Cármen Lúcia está lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou enxergando direito. Aquela é a Ministra Cármen Lúcia?



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a Ministra Cármen Lúcia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi ela quem concedeu o *habeas corpus*?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi a própria. Foi a própria que concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque não estou enxergando, está longe aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a própria Ministra Cármen Lúcia, presença, inclusive, destaque; ela é frequente. Foi exatamente ela que... Ainda bem que ela não caiu, não é, Coronel? Ainda bem que ela não caiu, porque isso possibilitou que o senhor utilizasse do direito ao silêncio.

Coronel, nessa sua conversão que o senhor relatou aqui, falo isso pra concluir, eu espero que o senhor reflita, de fato, sobre tudo isso. Eu espero que o senhor reflita sobre alguns valores invioláveis que nós temos. A democracia e a separação dos Poderes não é à toa que são consagradas na nossa Constituição como princípios fundamentais da nossa República. E dela o senhor fez uso.

Espero que o Instituto Força Brasil, aqueles que estão... O senhor que está alimentando os robôs agora, que tanto atacam nesse momento em que nós estamos nessa Comissão Parlamentar de Inquérito... Pensem duas vezes antes de pedir o fechamento do Supremo Tribunal Federal. Sempre vai ser necessário, depois, quem sabe, vocês recorrerem a ele para ter garantidos os seus direitos constitucionais.

Isso só nos lembra a frase de Churchill: alguns podem achar a democracia o pior dos regimes, mas não se inventou até hoje nenhum outro melhor que ela.

A democracia é um sistema tão completo que possibilita àqueles que atacam o regime se utilizarem dos benefícios dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar agora ao Senador Luis Carlos Heinze, mas, antes de passar, eu queria aqui dar uma informação.

A Senadora Soraya aqui cobrou em relação às informações. As informações, Senadora Soraya, estão todas no mesmo lugar das outras informações. Na primeira sessão nossa, o Senador Ciro Nogueira aprovou um requerimento aqui que teve o apoio do Senador Eduardo Girão, se eu não me engano, em que nós quebramos e pedimos as informações sobre todos os 27 Estados brasileiros de todos os recursos que foram repassados e em que foram gastos, e de Municípios acima de 200 mil habitantes. Essas informações estão aí há meses. Não chegaram ontem; estão há meses aí. E as assessorias de qualquer Senador que faz parte da CPI, dos 11 Senadores titulares e dos 7 suplentes, têm acesso a todas essas informações. Então, é só...

Àquele que pede, o que que eu digo sempre? Eu, pessoalmente, não pesquiso. O meu pessoal não pesquisa, porque eu não faço requerimentos de informação como Presidente. Aqueles que fazem o requerimento é que são responsáveis por aquilo que eles querem saber, porque, quando ele faz um requerimento de informação, ele deve ter uma razão para fazer aquele requerimento de informação.

Então, está à disposição da CPI não é de agora, faz tempo que está à disposição da CPI. Nós tínhamos dado 15 dias para os Governadores e Prefeitos com capitais acima de 200 mil, cidades acima de 200 mil habitantes. Os Governadores pediram uma contrainformação, e nós dissemos que estava muito claro o que nós queríamos, que eram os recursos repassados pelo covid. Não tinha erro em prestar conta. Então, essa prestação



de contas, as informações foram passadas pelos Governadores. Se alguém que pediu essa solicitação não checar, sozinha não será checada! Então, eu espero que...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Foi o Senador Ciro Nogueira quem pediu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi o Senador... Foi na primeira reunião nossa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Foi.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É que eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive, ele queria todas as cidades...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– O Senador Girão garante que ele ainda não foi lá olhar!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixe-me eu...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É, nós temos que investigar de norte a sul, de leste a oeste.

Eu agradeço. Eu não queria cometer nenhuma injustiça...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu só estou dizendo que estão aí as...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque eu fiquei sabendo... A "rádio corredor" me informou que não havia chegado ou que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, chegaram. Não chegaram?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... a Mesa não havia dado acesso... Eu achei um absurdo, mas eu resolvi perguntar. Então, se temos acesso e agora parece que esse acesso foi estendido a nós mulheres que queremos nos debruçar sobre essa documentação... Porque a CPI não tem mais tempo, com onze membros e sete titulares, de investigar tudo isso. Vai ter que se abrir nova CPI, porque é muita...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas todos os Senadores...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, então, eu peço aos Senadores governistas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só um pela ordem rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olhe aí, Senador Girão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... que me deem esse acesso. E que a gente consiga...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... trabalhar nisso, porque eu achei que tanto do Consórcio Nordeste como de nenhum lugar do Brasil a gente tinha obtido nenhuma informação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu vi o desabafo da minha querida irmã Senadora Soraya, desabafo legítimo seu. Infelizmente, a senhora não faz parte desta Comissão, nem como titular nem como suplente, e talvez não tenha tido acesso por causa disso, mas essa extensão que o...



Acho que foi o Senador Randolfe que iria levar para o Presidente para que a Bancada Feminina tivesse acesso a esses dados. É muito importante esse passo, porque isso vai dar transparência, vai dar ainda mais lisura ao processo.

Eu quero dizer que tanto eu já vi uma parte desses documentos e já analisei com a equipe que eu peço insistentemente aqui para que a gente convoque os Governadores, que o Supremo de alguma forma disse que não precisam vir, que não precisam falar a verdade, mas os Prefeitos também, o que já foi retirado de pauta aqui em um momento. Então...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Poderíamos abrir uma sessão só...? Poderíamos abrir uma reunião para que esta ala da CPI faça numa sexta-feira ou numa segunda? Porque o senhor há de convir comigo, Senador Girão, que o que tem que se investigar é uma gama muito grande de informações! Esse grupo que está focado no requerimento do Senador Randolfe não vai focar no seu requerimento. É óbvio! Porque já entrou numa linha de investigação, mas nós poderíamos nos focar para que a população entenda que nós estamos fazendo a nossa parte ou, então, desmembrar e abrir uma nova CPI.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É, deixe-me só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero lembrar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não vai dar tempo de convocar todo mundo. Então, que possamos fazer algumas oitivas nas segundas e sextas. Eu me proponho a participar. E vocês podem presidir ou não, não sei se isso é possível...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, isso aí...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas não vai dar tempo para investigar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe-me lhe dizer só uma coisa, Senadora Soraya. A senhora falou sobre informações, e as informações estão aí para serem vistas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É que o Senador Girão quer ouvir essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive, tem informações que estão no *site*, porque tem a obrigação de dar publicidade. Você está me entendendo? Isso não é uma coisa que... As próprias Câmaras Municipais, as Assembleias, os Tribunais de Contas têm obrigação de ver isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Têm o dever também de abrir CPI nas Assembleias Legislativas. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Têm obrigação de ver e fiscalizar.

Então, não é que faltem informações. Está faltando aqueles Senadores ou Senadoras que pediram as informações procurarem as suas assessorias para dar subsídio...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente Omar Aziz, só para concluir o raciocínio, rapidamente.

Concordo com o senhor: as informações tem. O que está faltando é uma deliberação desta Comissão...

Concordo com o senhor: informações há. O que está faltando é uma deliberação desta Comissão. Da mesma forma que foi rejeitada aqui a vinda do Sr. Gabas, do Consórcio Nordeste, tem outros requerimentos com base nessa informação pra que a gente possa votar democraticamente aqui. Inclusive o Ministro Wagner Rosário, que ficou combinado



que viria nesta semana, que ele possa vir pelo menos na próxima, porque ele vai trazer dados tão importantes pra gente investigar o Governo Federal como também investigar Estados e Municípios, com as 53 operações que ele desenvolveu lá.

Então, tanto se fala em Consórcio Nordeste... Eu vi o desabafo aqui da Senadora Soraya. Tanto se fala em Consórcio Nordeste... Se fala muito, é verdade, cobrando; não se faz é chamar as pessoas que têm que vir aqui pra dar explicações sobre esse dinheiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tem outros Estados padecendo também, Senador Girão. Tem outros Estados padecendo. Corrupção não tem só no Nordeste. É de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente pode tratar isso depois, numa reunião...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Vamos seguir a inscrição aí por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa, Senador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Desculpa, Senador Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É pra dar uma resposta à Senadora em relação às informações.

Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bora, Cacequi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Do Cacequi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador representante do Município de Cacequi, Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Senadora, Srs. Senadores, nosso depoente Coronel Elcio Franco, segundo o protocolo definido na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde quanto à oferta e negociação para a compra de vacinas, quais foram os documentos solicitados por ocasião das reuniões da natureza das quais o senhor participou?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, com respeito a esse assunto, eu vou seguir a orientação dos meus advogados.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Houve continuidade nas negociações e finalização de algum tipo de negócio?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sendo integrante das Forças Especiais do Exército Brasileiro e já estando na reserva remunerada, lhe pergunto: havia algum impedimento legal para o senhor representar algum tipo de negócio e para atuar frente à ONG Instituto Força Brasil?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Representar ou participar do Instituto Força Brasil, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – É absolutamente legítimo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quais outras atividades a ONG Instituto Força Brasil desenvolve? Já desenvolveu algum tipo de representação junto a algum governo estadual? Se sim, quais?



O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Muito obrigado.

Sr. Presidente, em julho deste ano, 31% dos Municípios brasileiros não registraram mortes provocadas pelo covid-19. De acordo com o levantamento feito pelo *site* G1, da Universidade de Lavras, de Viçosa, foram 1.750 cidades sem a notificação de óbitos no último mês e um aumento de 35% em relação ao mês de junho, que eram 1.293, crescendo, portanto, esse número.

E quero citar que no Vacinômetro que nós apresentamos no dia de ontem e hoje, 184 milhões de doses já foram distribuídas, 149 milhões de doses já foram aplicadas, Senador Girão, e que a previsão é de que nós tenhamos agora, até o final do mês de... Onde é que está o número aqui? Até o final do... Nós estamos no mês de agosto. Senador Marcos Rogério, nós devemos ter 230 milhões de doses já distribuídas e, até o final do mês de setembro, quase 300 milhões de doses distribuídas, para uma população vacinal de 320 milhões... de 160 milhões de brasileiros. Se forem duas doses, dá 320 milhões. Então, no final do mês de setembro, praticamente a população brasileira, com as duas doses, já terá recebido. Então, essa é uma informação que eu quero colocar aqui.

Então, é o Governo do Presidente Jair Bolsonaro que está fazendo esse trabalho junto com os seus ministros, que estão sendo criticados aqui.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, são 11 milhões, 140 milhões de doses distribuídas para uma população vacinal de 8,958. Já tem hoje, no meu Estado, 2,24 milhões de doses além da população vacinal. Também já tem 76% da população com uma dose e já tem 28% da população com duas doses aplicadas.

E, nesse sentido, aí eu faço a menção ao que eu citei anteriormente: que essas cidades que eu estou mostrando aqui, o estudo está mostrando, têm a ver, sim, com as vacinas, e têm a ver, sim, Senador Girão, com o tratamento precoce, tão demonizado aqui, nesta Casa, nesta CPI. De alguma forma, foram zero casos de covid, zero mortes em 1.750 cidades no mês de julho. E a gente viu que eram 1.293 do mês de junho; seguramente deve crescer agora, para o mês de agosto, quando fechar o levantamento.

E ainda essas faixas aqui, o maior percentual de Municípios sem mortes em julho foi registrado nas Regiões Norte e Nordeste, Senador Girão – essa é a informação que nós temos aqui. A cidade mais populosa sem mortes, registrada em julho, é Coari, no seu Estado, Senador Omar Aziz.

Nesse sentido, temos que ressaltar o protagonismo do Ministério da Saúde frente a distribuição de doses da vacina para combater a covid-19. E também nós já atingimos aqui 46 milhões de pessoas que já completaram o ciclo vacinal completo – apenas 46. Até o momento, 46 milhões de brasileiros receberam as duas doses ou dose única do imunizante, correspondendo a 21% da nossa população. O levantamento é do Consórcio de Veículos de Imprensa.

E também 636 mil pessoas com – deixa eu desligar aqui – a vacina completa.

Eu só quero citar uma coisa, falando em *fake news*, um assunto importante que eu vou trazer no dia de amanhã. Aqui, nesta CPI, criminalizaram aquele estudo de Manaus. Uma equipe de cientistas, aqui chamados de charlatões, já descobriu um medicamento que, por essas falas e essa imprensa, um grande órgão de imprensa foi condenado a, em 48 horas, se retratar, Senador Girão. Cientistas brasileiros, orgulho nosso, chamados aqui de charlatões, e essas pessoas descobriram um medicamento. E aqui, nesta CPI, parte do que foi falado nesse órgão de imprensa... E agora terão que se retratar. Amanhã eu vou trazer mais detalhes.



Eu estou falando isso porque nós temos que investigar as mortes. É importante, Senador Renan, essas 563 mil mortes eu lamento, mas vamos comemorar as 18,939 milhões de vidas salvas. Acho que esse também é um ponto importante para dizer que tem coisas importantes acontecendo a despeito de CPI ou não. Não foi a CPI que fez nós chegarmos ao final do mês de outubro – setembro, outubro –, com praticamente a população toda vacinada. Então, esse é um ponto importante, porque as coisas estão acontecendo a despeito de todos os processos que vocês estão colocando aqui.

Essa é a colocação que eu queria fazer, e chamo a atenção, que hoje eu vi essas 1.750 cidades brasileiras já sem nenhum caso no mês de julho, e esse voto está crescendo. Então, mostra que o tratamento precoce e que a vacinação têm que caminhar juntos, conforme a nossa grande Pfizer está preconizando; já estão registrando o seu produto e vão vender, tratamento precoce e vacina. Isso é o que a Pfizer está preconizando e que nós, há muito tempo, estamos batendo aqui.

Sr. Presidente, já tenho comentado alguma coisa sobre o caso Fauci dos Estados Unidos. Pedi algumas orientações e vou tentar chegar lá para buscar esse caso que é extremamente grave. O Senado americano – como nós temos esta CPI aqui – também está debruçado nesse caso envolvendo o Instituto Wuhan, na China, recursos americanos de universidades, da chamada Big Pharma, grandes...

E aqui também foi colocado... Eu só quero colocar sobre as redes sociais aqui. Aqui, Senador Girão, o Facebook, o Instagram e o YouTube, você fala em tratamento precoce e eles cortam. Da mesma forma que nos Estados Unidos, você não pode falar, lá eles cortam também, não sei porquê. Você não fala nunca que está sendo certo.

Eu desafiei aqui esta CPI, desafiei a Rede Globo, desafiei a CNN e outros meios de comunicação para debater a pesquisa em Manaus, ninguém quer debater. Nós vamos escalar um time e bote quem você quiser para debater, nós temos um time de cientistas que debatem esse caso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o debate que o senhor quer de Manaus, Senador Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O caso de Manaus, a pesquisa de Manaus...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O experimento em seres humanos, ele quer dizer.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vinte e três pessoas mortas. Vinte e duas pessoas mortas, publicado na grande revista *Jama*.

A *The Lancet* já se retratou, já mostrei aqui. Estou atrás dessa retratação também. Eu não, mas tem cientistas brasileiros cobrando desse grupo que fez a pesquisa, estão diretamente em contato com a revista *Jama* buscando retratação. São cientistas que estão se contrapondo ao que foi feito em Manaus, mas infelizmente... E eu quero que debatam nesta Comissão ou na imprensa, mas ninguém quer debater esse assunto, aquele assunto fechado. Não é fechado, 22 manauenses morreram em cima desse caso e criminalizaram um produto, criminalizaram um produto, que o caso Fauci vai explicar, esse e outros tantos casos nos Estados Unidos.

Estamos verificando, já recebemos uma parte do material do Senado americano e estamos buscando mais informações que são muito importantes e vão esclarecer interesses escusos em cima dessa questão.

Então, esse é o caso que eu queria colocar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Senador Tasso Jereissati. (*Pausa.*)

Senador Jorginho Mello, do Estado de Santa Catarina.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Muito boa tarde a todas as senhoras e a todos os senhores.

Eu quero cumprimentar o advogado Samuel Augusto de Oliveira e o advogado Sanzio Nogueira pelo trabalho que estão exercendo na defesa do Coronel Helcio de Almeida.

Sr. Presidente, eu vou me ater... Tenho dois assuntos.

Primeiro assunto, eu quero pedir ao Coronel Helcio... Em que momento o senhor começou a notar que o Domingueti, o Carvalho, o Reverendo e companhia limitada estavam tentando dar um golpe no Governo Federal, aproveitando-se da correria da compra de vacina? Quando é que o senhor sentiu isso pra pular fora?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, por conta da inconsistência dos documentos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Sr. Presidente Omar Aziz, eu queria pedir a sua atenção e a atenção do Senador Renan, por favor.

Foi feito um requerimento e aprovado aqui – o Requerimento 1.228, de 2021 – sobre a Brasil Paralelo.

Eu queria fazer um apelo a V. Exas., porque é uma empresa que faz documentário, uma empresa produtora de vídeos renomada, vídeos com conteúdo de grande qualificação. E eles estão... O mercado é uma coisa muito volátil, e a competitividade, a imagem, isso é muito caro pra quem está nesse mercado, vive de credibilidade.

Eu queria fazer um apelo a V. Exas. Hoje o Ministro Gilmar Mendes limitou – no dia de hoje – a quebra de sigilo deles do dia 20 de março pra cá, que só poderá ficar sob a guarda do Presidente da CPI em reunião secreta.

Então, eu queria fazer um apelo, se V. Exas... Diante até dessa decisão já do Supremo, do Ministro Gilmar, os senhores poderiam não requerer pra desentranhar do processo da aprovação? Não será necessário, porque só na pandemia, na pandemia não tiveram absolutamente nada.

Então, são empresas que estão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... que têm mercado e eu gostaria de fazer esse apelo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria saber, pedir uma informação sua. Quem pediu a quebra de sigilo e que empresa é? Porque eu...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A quebra de sigilo foi V. Exa. e o Senador Renan, como membros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a empresa?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Brasil Paralelo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não conheço, Senador. Sinceramente, eu não sei.

Agora, o Ministro Gilmar Mendes coloca na minha guarda o que eu encabecei?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu posso esclarecer, Sr. Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que tinha que ser para o Relator, que pediu, não é?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, se o senhor me permitir, eu posso esclarecer o colega Jorginho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – A Brasil Paralelo teve a quebra do sigilo decretada pela CPI, impetrou um *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal e o Ministro Gilmar apenas reduziu o período de alcance da quebra.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Nada além disso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E considerou que a fundamentação, ou seja, a medida é absolutamente necessária e justificável.

Apenas o lapso temporal que foi reduzido.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Renan, não é possível nós fazermos essa retirada dessa quebra de sigilo desse requerimento, mesmo já tendo sido aprovado?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobretudo agora, depois da decisão do Supremo Tribunal Federal, através do Ministro Gilmar Mendes.

Mais do que nunca nós precisamos dessas informações para levar essa investigação evidentemente adiante.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu só quero deixar consignada a importância dessa empresa, o trabalho sério que faz – o trabalho que faz. Isso prejudica a imagem da empresa – isso prejudica a imagem da empresa. Ela faz vídeos institucionais. É uma empresa privada que não tem nada a ver com vacina, com pandemia, com nada.

Enfim, eu só tenho a lamentar e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, eu me comprometo a analisar essa questão e discutir com os pares todos da CPI. Se houver alguma questão negacionista, alguma coisa, tenha certeza de que nós não vamos... Eu não voltarei atrás. Caso eu não veja nenhuma ligação com pandemia, com CPI que seja, uma questão ideológica somente... Cada um tem o direito de pensar da sua forma...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós estamos num país democrático.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu agradeço a V. Exa., então.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Eu me comprometo, Senador Jorginho, a analisar isso com carinho, até porque eu não quero cometer injustiça.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Independentemente de a pessoa votar em A, B, ou C, isso é um direito que qualquer um tem no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, pois é. Mas aí eu quero saber a razão principal da quebra de sigilo, e eu vou dar uma analisada, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está bom. Então, nós discutimos isso na próxima semana.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá.

O Senador Tasso Jereissati trocou com o Senador Alessandro, e passo a palavra ao Senador Alessandro, por favor. Desculpa, Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eu olhei e vi: com certeza até a Senadora Soraya, e depois eu fico na dependência do Presidente do Senado. Eu vou pedir... Porque ainda tem o Senador Izalci, Zenaide e Fabiano Contarato.

Mas, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado.

Sr. Helcio – Coronel Helcio –, é importante para que a gente possa compreender, CPI, Brasil, a forma como atua o Governo brasileiro neste momento nessa quadra histórica: a rede de relacionamentos que é estabelecida entre as pessoas e interlocutores. Em particular, o seu irmão foi colega de turma do Presidente Bolsonaro na Aman, correto?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor. *Fora do microfone.*) – Meu irmão mais velho...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor pode confirmar no áudio, por favor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim, o meu irmão mais velho, colega...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Seu irmão mais velho. Perfeito.

O senhor tem um relacionamento estreito com dois coronéis – salvo engano, são coronéis, e me desculpe se eu estiver equivocado –, o Coronel Aristomendes e o seu irmão, o Coronel Cláudio. Confere? Chegaram a ser sócio de alguma empresa?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não tenho... Eu conheço os dois, certamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor foi sócio?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Mas eu não tenho um relacionamento estreito com eles.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor foi sócio de algum deles, Coronel?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Já faz... O Aristomendes, dois anos atrás, chegamos a fazer uma sociedade, mas essa sociedade não se manteve.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mas ela está ativa ainda?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – A empresa BHJ, mas não tem nenhuma ação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ela está ativa na junta, mas não tem ação?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – É, não tem ação nenhuma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.



O senhor participou da criação do grupo Agir – não é? –, que é um grupo de pensamento conservador de direita.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não participei, não, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não participei. Eu não faço do parte do grupo Agir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Seu irmão é que faz parte então?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não sei se o meu irmão faz parte.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor não tem um relacionamento próximo com seu irmão também?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, tenho, mas o grupo Agir é uma iniciativa que não é geral. Eu, sinceramente, não conheço detalhes do grupo Agir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Para quem nos acompanha, o grupo Agir é um grupo com pensamento conservador de direita, formado quase que totalmente por militares da reserva e que apoia o Presidente Bolsonaro desde o período da pré-campanha, acompanha e tem várias interlocuções, inclusive interlocuções solicitando que ele seja mais duro na resposta ao Supremo e ao Congresso, conforme já foi ventilado em mais de uma oportunidade.

O Coronel Helcio que presta depoimento aqui, o Coronel Aristomendes, o Coronel Cláudio, juntos somam 23 agendas com o primeiro escalão e o segundo escalão do Governo Federal, do início do Governo até junho do corrente ano – 23 agendas. Todos têm envolvimento com empresas de consultoria e assessoria de empresas que tenham ou tentam ter relacionamento com o Governo Federal brasileiro. Mesmo assim o senhor informa que não faz intermediação de negócios, nem é lobista?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, a minha atividade profissional é consultor operacional.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu tenho aqui um documento, Presidente Omar Aziz, e esse documento foi extraído, em perícia, do celular que foi apresentado pelo Cabo Domingueti. O Cabo Domingueti, para ajudar o senhor a lembrar, é aquele que almoçou com o senhor e que o senhor não estava muito lembrado. O Cabo Domingueti encaminha, ou recebe, o *print* de uma tela do seu celular. É uma mensagem onde o senhor dialoga com um determinado interlocutor pedindo para que o Elcio – Elcio Franco – assine o NCNDA, que foi enviado pelo *e-mail* da Davati. Herman Cárdenas já assinou. Depois que ele assinar, vai enviar a FCO e a carta para AstraZeneca com o nome do alocador, aquela desculpa do alocador para revenda. Os detalhes de lote e tudo mais só depois da segunda assinatura. O senhor se recorda dessa mensagem que o senhor enviou?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a esse assunto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Só para ajudar na orientação dos advogados, obviamente com todo respeito aos advogados, cada vez que o senhor diz essa frase, conjugando essa frase com o conteúdo do *habeas corpus* que lhe foi concedido, o senhor está apontando que não tem condições de responder à minha pergunta sem se autoincriminar.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – É, com respeito a esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.



O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito, e tem todo o respeito, não se preocupe, não.

O senhor foi para a reserva remunerada com 42 anos, confere?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – É, no ano 2000.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – No ano 2000. E o senhor passou um tempo como membro da Igreja Árvore da Vida?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Da Associação Árvore da Vida, sim, que dava apoio...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E o senhor foi exercer uma função comissionada...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não é uma atividade, eu diria, religiosa. A Associação Árvore da Vida é uma associação, é uma associação civil.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Na linha do Instituto Força Brasil, ou não?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não tem absolutamente nenhuma relação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor teve também uma participação em alguma coisa denominada igreja local, da qual o senhor teria se desligado no período em que foi missionário na África?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – É chamado igreja local pelas pessoas que não a conhecem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Isso, e eu sou um deles.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... mas a própria não se identificam como igreja local.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Identifica-se como?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – A igreja em cada cidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O nome da igreja é igreja em cada cidade?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não. A igreja, por exemplo, em Brasília, a igreja, na cidade, se denomina a igreja. A igreja em São Leopoldo, a igreja em Porto Alegre. É isso que é a designação adequada com respeito à manifestação do corpo de Cristo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito. O senhor se desligou também deste agrupamento com algum tipo de atrito?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a esse assunto, eu vou seguir a orientação dos meus advogados e permanecer em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito, perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o assunto, Senador Alessandro?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É o desligamento dele de uma das entidades de fins religiosos, filantrópicos, das quais ele fez parte ao longo desses últimos anos.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Perfeito. Obrigado.



O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor tem um irmão que ocupa um cargo de nomeação direta pelo Presidente Bolsonaro, Comandante de Operações Aeroespaciais?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim, meu irmão é Comandante do Comae.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Como eu disse, o senhor tem essa vinculação com os irmãos Barroso, inclusive uma sociedade, todos com atividades muito parecidas, um currículo brilhante nas Forças Armadas e uma atividade de assessoramento de empresas ao saírem das Forças Armadas. O Coronel Claudio Barroso, ainda no início lá de 2020, se eu não estiver enganado, tem agenda para tratar de vacinas com Elcio Franco. O senhor faz o intermédio da reunião onde se trata sobre vacinas com o Ministério da Saúde e também com Elcio Franco. Elcio Franco foi comandado e foi mentorado pelo Coronel Barroso, Coronel Claudio Barroso, na sua carreira militar. O Coronel Criscuoli, também de Forças Especiais, como o senhor, faz a ponte do Domingueti com o Ministério da Saúde.

O senhor consegue entender – e seria muito bom se o senhor pudesse esclarecer para as pessoas – esse enredo de militares da reserva que se aproveitam dessa situação para atuar na intermediação de empresas, algumas delas efetivamente contratadas? Dá para dar um exemplo claro da CTU Security, que também está nessa esfera de atuação dos irmãos Barroso e que teve recepção recente pelo Governo; teve envolvimento em contratações canceladas por orientação da Controladoria durante a intervenção comandada pelo Braga Netto no Rio de Janeiro, um contrato de R\$40 milhões; tem possível envolvimento com o assassinato do Presidente do Haiti; e teve reunião agora com o Governo Bolsonaro – eu estou agora sem a data aqui – intermediada pelo Coronel Aristomendes, que foi seu sócio também na consultoria.

Seria interessante se o senhor pudesse traduzir para a gente como funciona esse mecanismo de ida para a reserva, ingresso imediato na consultoria empresarial de empresas que vão contratar com as Forças Armadas ou com o Governo brasileiro. Como é que isso funciona?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre esse assunto, eu vou seguir a orientação dos meus advogados e ficarei em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É uma boa orientação para quem não pode se explicar. Tem toda a razão e o direito de fazê-lo.

Eu não vou gastar mais tempo da nossa Comissão e das pessoas que estão acompanhando. O senhor é referido, Coronel Helcio Bruno de Almeida, em todos os diálogos do Domingueti, nos *prints* de conversa, como o responsável por fazer a interface entre esse grupo claramente de estelionatários – e aí não é necessário ser de Forças Especiais, não, bastavam dez minutos de conversa.

Mas a rede de relacionamentos é tão pesada, é tão hermética que o senhor preferiu confiar na palavra do Coronel Guerra. Eu não consegui identificar se o Coronel Guerra também foi parceiro de escola, de turma na Aman. O senhor pode dar essa informação?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Com respeito a esse assunto, Senador, eu vou seguir a orientação dos meus advogados.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Muito bem.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Mas ele não é colega meu de turma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Agradeço pela informação. Vamos localizar o nosso Coronel Guerra, afinal de contas, ele também aparece como consultor da Davati nessa negociata toda, que quase levou do Brasil



alguma coisa em torno de 4 bilhões, não é isso? O valor é astronômico. Só a propina seria de US\$400 milhões.

É muito claro o que aconteceu aqui, Coronel, e é muito lamentável, porque são oficiais da reserva com um currículo acima da média, o seu conceito foi muito bom, se eu não estiver enganado, e, ainda assim – ainda assim –, se deixam envolver numa situação como essa no pior momento do Brasil. Não foi num momento corriqueiro, foi no pior momento do Brasil. E, quando se tem um Governo como este, que é um Governo que gosta de atuação irregular, que gosta da rede de aconselhamentos paralelos e quem dá esse aconselhamento faz como V. Sa., abre as portas para estelionatários, é uma tristeza, é mais um vexame.

O documento que comprova a atuação direta do Coronel Helcio, Helcio Almeida, nessa negociação com a Davati já está na posse da CPI. Eu tenho certeza, Sr. Relator, que o indiciamento se imporá no relatório final, para que a gente possa ter a responsabilização criminal de quem estava buscando recursos financeiros enquanto os brasileiros precisavam de vacina e vida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Senador Marcos Rogério; em seguida, o Senador Rogério Carvalho; e, depois, o Senador Eduardo Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esta é a relação que está aqui, mas eu retificarei. Eu retificarei aqui. É só um alerta aos colegas Senadores...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos... Vamos procurar chegar... Vamos tentar garantir a fala do maior número possível dos colegas Senadores, mas eu queria pedir atenção ao tempo, para exatamente podermos garantir isso, visto que, a partir da inauguração da Ordem do Dia, por força do Regimento, nós vamos ter que concluir a oitiva. Então, peço, dentro do possível, o cumprimento dos colegas em relação ao tempo.

Senador Marcos Rogério, a palavra está com V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não vou fazer questionamentos ao depoente, porque ele já se escudou na orientação do seu advogado. Mas vou reiterar o que eu tenho alertado aqui já algumas vezes: a CPI perde tempo com depoimentos que não contribuem com nada. Fica-se aqui por cinco ou seis horas numa tomada de depoimento que não chega a lugar nenhum.

Talvez, a grande decepção da Oposição aqui seja a de acusar o Governo do Presidente Bolsonaro, mas, quando vão apurar os fatos, não acham nada, não conseguem apurar uma única prova de qualquer prática criminosa perpetrada pelo Governo. Falam de corrupção, mas não acham nada, não mostram uma prova sequer, uma única prova que demonstre que tenha havido o pagamento de um centavo de real a título de vantagem indevida a quem quer que seja. Até este momento, nenhuma prova, nenhuma evidência!

Certamente, os brasileiros que vêm acompanhando a história política mais recente do Brasil veem uma grande diferença entre a acusação de corrupção de hoje e a acusação, prova e condenação de corrupção de antes. Há uma diferença, mas aqui querem tratar



como se fossem iguais. A corrupção dos bilhões desviados no passado, dos bilhões de reais desviados do interesse público nacional para financiar ditaduras ao redor do mundo... E aí querem colar a marca de que estamos diante de um grande escândalo de corrupção. "Esta informação é importante!" Qual informação? Qual desvio? Quem recebeu? Quem pagou? Para onde foi? Quanto foi? Nada! Quando você aperta, não sobra nada, sobra apenas a narrativa acusatória de quem está aqui e não quer investigar corrupção de verdade. Vai vendo, Brasil! Não querem investigar corrupção de verdade!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas pela ordem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui estão relendo uma trama...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, reitero a conduta de ofensa aos colegas do Senador Marcos Rogério e de desinformação do cidadão brasileiro. Ele não é ignorante. Ele é uma pessoa que tem bacharelado em Direito. Imagino que tenha OAB também e seja advogado. Ele sabe perfeitamente que o crime de corrupção não exige o pagamento. E a cada sessão ele reitera a mentira aqui. Então, a gente precisa, meu caro Senador Marcos Rogério, ter respeito com a verdade antes de qualquer coisa. Se não for possível respeitar os colegas, respeite a verdade ao menos, respeite o cidadão brasileiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É crime formal de mera conduta, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou levar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós somos colegas, governistas. Por favor, Senador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E nem crime impossível, não fale crime impossível hoje, aqui, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir aos Senadores que deixem de ser açodados e queiram atropelar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Senador, só um detalhe: ninguém está sendo açodado aqui. Eu vou garantir a palavra a V. Exa. e vou, inclusive, repor o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Garanta, e peça que não seja interrompido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou, inclusive, repor o tempo de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque aqui parece que tem gente que acha que está numa delegacia de polícia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não, não. Estou no Senado da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E eu conheço...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Marcos Rogério... Senador Marcos...



O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E o Senado da República, Senador Marcos Rogério, não tolera sabujice...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu conheço...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... não tolera servilismo!

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu conheço as competências...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Respeite a lei! Ora!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeite a lei V. Exa.!

(Soa a campanha.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Então, não minta!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não minta V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério...

(Soa a campanha.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mas eu não estou mentindo, o senhor que está!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Marcos Rogério...

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu já disse isso aqui, o problema é que V. Exas. fazem ouvidos moucos quando interessa...

(Interrupção do som.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Eu não faço ouvidos moucos pra nada, nem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Inclusive V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu suspendi o microfone de V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Eu não faço ouvidos moucos pra nada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu suspendi o microfone de V. Exa. porque, no tumulto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – V. Exas. quando falam, falam as asneiras que querem falar...

(Tumulto no recinto.)



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Eu sei a diferença entre o que é o crime formal...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Não sabe. Não sabe.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, no tumulto, ninguém fala, por isso eu suspendi o microfone, inclusive o de V. Exa. V. Exa. tem o tempo repostado e garantido por esta Presidência. Eu só queria pedir de V. Exa., dentro do possível... Porque veja, todos os colegas falam, mas tentam respeitar os demais colegas. Eu queria só rogar a V. Exa. isto, tentar ter um pouco de condescendência e respeito aos colegas, sem limitar a sua capacidade de crítica, porque eu sei que V. Exa. é perfeitamente capaz.

O tempo está repostado e garantido a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou reiterar, porque acusam de corrupção sem achar uma prova de corrupção. Me mostre a prova! Saia da narrativa, saia da cantilena! Ah, é crime formal. É verdade. É crime formal. Agora eu pergunto: há provas da prática do crime? Ainda porque corrupção passiva acontece em dois momentos, talvez eu tenha que desenhar pra alguns aqui: ou solicitar ou receber. Mas vem cá, há provas de que alguém solicitou?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Está sendo apurado, Senador

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há provas de que alguém solicitou? Então veja, Presidente, aqui parte-se do pressuposto de que a acusação é verdadeira, mas, quando a presunção é de que o crime não aconteceu, não, não, não, aí não vale, não cabe, a presunção é sempre de culpa. Talvez estejam olhando para o atual Governo com olho no retrovisor do passado, do tempo. Eu sei que não é legal ouvir certas coisas, mas não estou acusando os colegas Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, os colegas que estão falando, tanta a Soraya quanto o Senador Alessandro, não apoiaram antigos governos: foram oposição aos antigos governos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha o esforço dos colegas... Quando eu faço aqui as ponderações que faço, Sr. Presidente, eu tenho as convicções. Eu votei a favor de todos os requerimentos pra investigar envolvidos no atual Governo. Eu não votei contra a convocação de Carlos Gabas. Eu não votei contra a convocação de Bruno Dauster, que, aliás, nem foi votada, nem pautaram ainda. Eu sou a favor de investigar.

Quando eu faço aqui as indagações que faço, o apelo que estou fazendo é: olha, estão falando de corrupção o tempo todo; a corrupção passiva pode se dar, repito, porque parece que querem colocar uma verdade... "Não, não; alguém disse que tem, tem", mas não busca apurar os fatos. Até agora, repito, não há uma prova sequer da prática de corrupção por parte do Governo do Presidente Bolsonaro – nenhuma, nenhuma, nenhuma!



Não adianta vir interromper minha fala, falar A, B, C ou D; prova, mostra. Eu não tenho problema com isso.

Mas, repito, Sr. Presidente, lamento que a gente fique gastando tempo da CPI e não aprofunde as investigações de verdade. Corrupção, esteja ela onde estiver... E tem uma coisa, no dia que eu identificar – espero que isso não aconteça, que não tenha havido, porque até agora não vi –, mas, no dia em que identificar: "Olha, houve aqui, dentro desse departamento do Ministério da Saúde, um ato de corrupção", não contem comigo. Não tenho compromisso com bandido, esteja no Governo Federal, esteja nos Estados, no Consórcio Nordeste ou nos Municípios. Não defendo bandido. Não tenho bandido de preferência.

Mas, repito, eu apresentei essa semana um conjunto de requerimentos para apurar o que aconteceu, por exemplo, em Cuiabá. Ainda não foi pautado; eu espero que seja. Estou solicitando informações da Polícia Federal, estou solicitando informações do Ministério Público Federal e estou pedindo a convocação de ex-Secretários. Parece que lá juntaram, numa trama, um grupo de empresas que pertencem ao mesmo grupo econômico para golpear os interesses da sociedade. Quase R\$50 milhões, segundo relatórios da Polícia Federal, estão envolvidos nessa trama golpista. E eu pergunto: será que a CPI vai investigar? Até agora não quis – até agora não quis.

Consórcio Nordeste, Senador Girão. Bom, nós votamos aqui o requerimento para convocação do Sr. Carlos Gabas. Eu pergunto: foi aprovado? Não. Mas lá há contratação, pagamento antecipado de quase R\$50 milhões sem nota fiscal, mas optaram, o grupo dominante da CPI optou por não convocar o Sr. Carlos Gabas. Por quê? Mas querem investigar a corrupção ou não querem? Querem investigar de verdade ou não querem? Eu quero investigar Governo Federal, estadual, municipal, consórcio... Não importa. Eu não tenho compromisso de proteger bandido.

Bruno Dauster: Bruno Dauster foi o Chefe da Casa Civil do Governador da Bahia. Foi afastado por envolvimento nesse escândalo do Consórcio Nordeste. O requerimento dele está aqui apresentado já há meses; sequer votamos o requerimento do Sr. Bruno Dauster. Por quê?

Eu até compreendo algumas manifestações, algumas resistências, agora, quando é em relação ao Governo Federal, um trambiqueiro vem aqui e diz que alguém pediu vantagem indevida. Eu fui o primeiro: "Tem que investigar! Aprofunde a investigação!". Tinha que estar é na cadeia esse cidadão e toda a sua patota! Mas daí a dizer: "Não, porque o fulano disse...". E já foi desmentido por outros dois... "Não, é verdade." Parte-se do pressuposto que o caso de corrupção passiva está caracterizado. Pedir ou receber, e houve pedido. Quem disse que houve? Está provado que houve? Então, parte-se do pressuposto de que o Governo seria parte de uma trama corrupta.

Eu não faço defesa personalíssima de quem quer que seja, e este caso aqui, envolvendo Domingueti, Cristiano e essa patota toda, me parece fazer parte de uma grande organização criminosa, uma grande quadrilha que deveria estar é presa. Só tem uma coisa: todo intento, toda movimentação, toda tentativa de usar dos acessos que tinha o Governo fracassaram, não prosperaram. O sistema de controle interno do Ministério da Saúde funcionou bem, diferentemente de outros tempos – na Petrobras foi uma roubalheira; estatais, nem se fale; ministérios, do mesmo jeito.

Então, eu tenho que dizer: o Ministério da Saúde, os órgãos de controle interno do Ministério da Saúde merecem reconhecimento, porque tentativa de golpe e de levar vantagem o tempo todo acontece nos governos federal, estaduais e municipais, a diferença está entre aqueles que aceitam e os que não aceitam. E o que eu tenho observado no



Ministério da Saúde... Não conheço quem integra a equipe de controle interno do Ministério da Saúde, mas o que eu tenho observado é que está funcionando, e está funcionando bem.

Acusam, mas não há provas de que tenha havido... E, neste caso especificamente aqui, envolvendo essa empresa Davati, é o clássico caso do crime inexistente. A única possibilidade que poderia ter aqui, e nesse ponto o Delegado Alessandro tem razão, seria o crime formal de corrupção passiva. Poderia ter havido e, a partir das investigações, pode-se identificar, porque nem isso foi provado até agora, porque ele independe do recebimento, ele independe de contrato, é um crime formal.

Mas dizer que o Governo tenha participado de qualquer ato de corrupção, que tenha levado em consideração o pagamento de um centavo de real... Não tem, não tem! E talvez essa seja a grande decepção de muitos, porque não dá para comparar, embora fazer comparação de quem rouba mais ou quem rouba menos seja algo inconcebível em qualquer momento. Não se trata de fazer comparação, trata-se de verificar, até este momento, que não há uma prova sequer a apontar, no campo da corrupção, para o Governo Federal, diferentemente do que aconteceu nos Estados e Municípios.

Eu concluo, Sr. Presidente, não vou gastar o tempo todo hoje, dizendo que, considerando que nós ainda temos muito tempo de CPI pela frente, quero fazer um apelo para que a gente continue a investigação com relação ao Ministério da Saúde, mas não abramos mão de investigar a corrupção de verdade, aquilo que aconteceu no Mato Grosso, aquilo que aconteceu em Santa Catarina, aquilo que aconteceu no Rio de Janeiro, aquilo que aconteceu no Consórcio Nordeste, aquilo que aconteceu no Pará, aquilo que aconteceu no Amazonas, aquilo que vem acontecendo em São Paulo e nos demais Estados da Federação onde há indícios. "Ah, mas não dá pra apurar todos os Estados". Vamos pegar os casos mais emblemáticos e vamos trazer pra CPI.

Aliás, parabéns à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Lá aprovaram, e a CPI vai investigar o que aconteceu no Consórcio Nordeste. O que nós não estamos fazendo aqui parece que eles vão fazer lá. Espero que seja um trabalho exitoso e que identifiquem o que aconteceu, quem participou, em que medida participou, e faça as recomendações pertinentes em relação a isso.

Eu agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de me manifestar. E, mais uma vez, reiterando minha expectativa de que a gente possa avançar com as investigações. Eu vou votar sempre a favor: se é pra investigar, tem meu voto a favor, em relação ao Ministério da Saúde e em relação aos Estados e Municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério. Eu exulto também a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, assim como convoco as Assembleias Legislativas pra cumprirem o papel que o Congresso Nacional e o Senado Federal estão cumprindo com essa Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o âmbito para investigação. Exulto e chamo a atenção da Assembleia Legislativa do meu Estado também em relação a esse tema, a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, as Assembleias Legislativas de todos os Estados onde ocorreram responsabilidades pelo agravamento da pandemia.

Só vou fazer uma leitura de um dos trechos de documento que o Coronel Helcio Bruno traz a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é a ata da reunião da qual ele participou junto com os representantes da Davati. Num dos trechos é dito o seguinte: "O Sr. Helcio Bruno disse que a Davati seria uma empresa de cotas de vacina". No final, também é dito o seguinte: "Adicionalmente, foi tratado com o Sr. Vander [o senhor Vander é da empresa BR Med Saúde Corporativa, que já foi citado aqui, também da Beep] quanto à necessidade



de regulamentação da Lei 14.125 determinando a possibilidade à doação de 50% das doses compradas pelas empresas privadas". Foram esses interesses republicanos, Senador Alessandro, Senador Renan, que foram tratados nessa reunião. Deus nos livre desse *compliance* do Ministério da Saúde e desse controle!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sigamos. Próximo, Senador Rogério.

Senador Renan, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu queria, Senador Rogério, só dizer pra quem está acompanhando os trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que este depoimento do Coronel Helcio Bruno de Almeida hoje é uma demonstração de que essa tragédia, esse flagelo, esse morticínio não é uma obra do acaso. Muitos, como o depoente de hoje, somaram fatos que nos levaram a essa catastrófica situação – cometeram ilegalidades, irregularidades e crimes.

Qualquer um, Coronel Helcio Bruno, qualquer um tem o direito de ser de direita. V. Sa. pode ser de direita, qualquer um pode, mas dentro do Direito, não fora do quadrado da Constituição Federal e da institucionalidade. O que nós verificamos hoje aqui – e esta Comissão Parlamentar de Inquérito está a verificar todos os dias – é a materialidade de alguns com relação ao agravamento da tragédia brasileira. Lamentavelmente, V. Sa. é parte disso tudo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe. Na verdade, Senador Rogério, não é V. Exa., não; é o Senador Eduardo Girão. Eu tinha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desculpe, Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu estava com a relação antiga. Então, mil desculpas aos dois colegas, tanto ao Senador Eduardo Girão quanto ao Senador Rogério Carvalho. Então, Senador Eduardo Girão e, em seguida, o Senador Rogério Carvalho.

Até para compensar, peço ao Senador Rogério assumir um pouquinho a Presidência, enquanto saio só um instante...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para informar que eu estava na Liderança. Quando eu vi que me chamaram, eu vim para cá pessoalmente. É só para lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Vou escrever aqui a sua inscrição.

Senador Eduardo Girão, por gentileza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente desta sessão.

Em primeiro lugar, eu quero começar citando uma filosofia que me inspira, Senador Marcos Rogério, já há alguns anos, que é um aprendizado de vida: o ódio aprisiona, o perdão liberta.



A gente vê um debate muito contaminado aqui nesta CPI com uma cegueira política sem precedentes. Eu já conversei com algumas pessoas que participaram de outras CPIs – esta é a minha primeira –, assessores, Senadores, jornalistas, e eles nunca viram nada parecido com o que está acontecendo aqui: o desrespeito com que muitos depoentes foram tratados, mulheres, médicas, pessoas cumpridoras de seus deveres, ameaças de prisão, dizendo que a pessoa está mentindo... É um negócio assim... É um tratamento que a gente não deve dar nem para criminoso! A lei tem que ser aplicada, quem errou tem que pagar, mas a gente não pode fazer julgamentos. Eu acho que é até uma questão de princípio. Madre Teresa de Calcutá dizia o seguinte: quem julga impede de amar. Então, eu queria...

Neste momento, eu tenho muitas perguntas para fazer, não sei se o senhor vai me responder – está com esse *habeas corpus* aí do Supremo Tribunal Federal, que, aliás, é uma instituição importante da República, sem dúvida nenhuma, mas acredito que essa escalada antidemocrática que nós estamos vendo no País tem muito a ver com a exacerbação do Poder Judiciário em cima dos outros Poderes. E o Senado é corresponsável por isso. A gente não pode aqui ficar criticando e não se autocriticar. Eu faço parte desta instituição e vejo que, por não analisarmos pedidos de *impeachment* de alguns ministros do Supremo, que têm indícios fortes apresentados para todos nós em requerimentos no Plenário do Senado, por não fazermos uma CPI da Lava Toga, que é algo que é um desejo legítimo cada vez maior da sociedade brasileira, que quer a coisa certa, a gente está hoje sofrendo as consequências de uma omissão dessa instituição.

Coronel Helcio, seja bem-vindo a esta Casa. Estava lendo uma reportagem do dia 7 de julho deste ano, onde o senhor foi citado por pessoas do mercado de laboratórios que o descreveram como alguém que, abro aspas, "abria portas no governo". Além do contato próximo com os militares, o senhor tinha como cartão de visitas o próprio Instituto Força Brasil. Embora tenha sido criado só em setembro do ano passado, oficialmente, a entidade vinha sendo planejada junto ao Sr. Otávio Fakhoury e outros sócios desde 2018, quando se juntaram para atuar em favor de Bolsonaro. Com quais servidores o senhor tinha contato ou tem contato no Governo Federal e de que forma utilizou e com qual objetivo?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor pode nos dizer com quais órgãos do Governo o senhor manteve contato – reforço essa colocação aqui – seja para as demandas do Instituto Força Brasil, seja para servir de intermediário a outra empresa ou instituição?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Talvez esta pergunta aqui seja mais objetiva e de alguma forma o senhor possa me responder: o senhor participou de alguma atividade no Palácio do Planalto, particularmente com o programa Pátria Voluntária?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor já havia trabalhado com o ex-Ministro Pazuella?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Segundo essa mesma reportagem que eu citei, do dia 7 de julho, o senhor teria como seu primeiro projeto desenvolver um aplicativo de teleconsulta e diagnóstico imediato pelo médico para oferecer o tratamento preventivo aos primeiros sintomas da covid. Isso chegou



a ser feito? Tinha acompanhamento de médicos com experiência nesse tipo de tratamento? Como é que funcionava isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não necessariamente o tratamento preventivo, mas um diagnóstico que pudesse orientar o paciente, no caso, a receber a prescrição médica e assim evitar que ele fosse até a instalação de saúde e eventualmente passasse por um ambiente de contaminação, quando nem sempre ele poderia já estar infectado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Esse aplicativo propiciava um atendimento personalizado por um médico que estudou o assunto pra prescrever qualquer tipo de tratamento?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sem dúvida. O médico era essencial nesse diagnóstico.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Que médicos foram consultados com relação a isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Isso foi uma visualização geral; nenhum médico especificamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Sr. Cristiano apresentou o Instituto Força Brasil como um intermediário para negociar vacinas com o Ministério da Saúde. O senhor tinha, oficialmente, autorização do Ministério da Saúde para negociar vacinas? Se não tinha, por que o fez?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O senhor não sabia que a Davati não tinha o cadastro na Anvisa e que a AstraZeneca já estava em avançados contratos com o Governo, via Fiocruz?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor, por formação, tem vasta experiência gerencial e profissional. O senhor não percebeu que essa transação proposta pelo Sr. Cristiano, Domingueti e os demais envolvidos era fundamentalmente impossível de ocorrer, ou seja, adquirir 400 milhões de doses de vacina no contexto pandêmico internacional de extrema dificuldade para adquirir qualquer vacina?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor não tinha conhecimento de que, naquele momento, a União Europeia havia – naquele momento – proibido a venda da AstraZeneca e de que havia escassez de vacinas no mundo? Como poderiam existir 400 milhões de vacinas para intermediários como esses que o senhor apresentou ao Ministério da Saúde?

Eu já emendo outra pergunta: por que o senhor, para proteger o Brasil de aventureiros, como militar de reserva, experiente, não encerrou este assunto quanto chegou ao senhor por absoluta falta de condições para prosperar?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tudo bem.



Eu já quero encerrar aqui. Não tenho perguntas. Vou até fazer agora apenas uma contextualização com relação ao que o Brasil hoje, neste momento, está debatendo na Câmara dos Deputados. É muito importante a gente não misturar as coisas. Está um momento de extrema polarização no País. Isso é verdade, mas as pautas não são pertencentes ao agente A, ao agente B; as pautas que estão hoje, como, por exemplo, o voto auditável, são pautas da sociedade. É um ledor engano dizer que isso é uma meia dúzia de pessoas. Não é verdade. Os Parlamentares que conversam com as pessoas nas ruas, nas feiras, nas cidades veem um crescente e legítimo pedido da população para mais transparência, mais segurança.

A pergunta não é por que disso; é por que não fazer. Se isso, de alguma forma, pode dar mais tranquilidade para que as pessoas exerçam esse grande valor da democracia, esse pilar, na verdade, que é o voto, por que não fazer?

Então, essa discussão está acontecendo agora na Câmara dos Deputados. Muito importante que, de forma pacífica e respeitosa, a população brasileira se manifeste, porque esse é um assunto do Congresso Nacional, não é um assunto de Palácio do Planalto, não é um assunto do Judiciário.

Eu acredito que o debate tem que ser feito aqui e tem que ser votado aqui em respeito a essas pessoas, não obstante a invasão de competências, que eu repito, é lamentável, e que ocorreu de um Poder sobre o outro. No caso, o TSE, em que o seu Presidente se reuniu com lideranças partidárias. Olha a que ponto nós chegamos no Brasil, uma militância, um ativismo político que não deveria acontecer numa instituição responsável pelas eleições. Então, é muito importante.

Nesse momento os olhos do País estão voltados para a Câmara dos Deputados, para essa votação importante que não é ser contra ou a favor de Governo; é uma pauta legítima, inclusive que foi abraçada durante décadas por muitos partidos políticos que agora, por uma questão pessoal, estão simplesmente voltando atrás.

Então, eu quero encerrar a minha participação, Senador Randolfe, agradecendo a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O próximo é o Senador Rogério Carvalho, na sequência, a Senadora Soraya e o Senador Izalci.

O depoente pede cinco minutos só para ir ao toalete.

V. Exa. fique à vontade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Enquanto o depoente vai, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já que ele vai ao toalete, eu queria aproveitar só para transmitir aqui uma mensagem que eu recebi de um professor de história, portanto, seu colega, Isaac Souza, do Piauí, Professor de História do Piauí.



Ele faz uma citação do conceito de máquina de guerra do Deleuze e do Guattari, conceito que é usado para falar dos devires minoritários, revolucionários, da desorganização do corpo, da ética como acontecimento.

Hoje, quando Bolsonaro e seus caninos gerais desfilavam – às custas do erário – sua impotência, materializada em tanques de guerra e outras armas móveis de alto poder de destruição, um outro tipo de metal ressoou na Esplanada.

Fabiano Trompetista apareceu com seu trompete fazendo soar a melodia do *jingle* de Lula. Há muito símbolo aí. Num país com quase 600 mil pessoas mortas por asfixia devido à necrogestão de Bolsonaro, Fabiano fez explodir dos pulmões uma música de afronta.

Pouco importa o que você pensa de Lula, ele é o pavor de Bolsonaro. O metal do trompete cortou como faca quente as engrenagens do medo (não me refiro ao medo que Bolsonaro pensa que faz, mas ao medo que ele sente).

Fabiano foi preso. Acossados como vermes que são – a defesa do verme é se enrolar e recrudescer – em suas máquinas de violência e intimidação, eles foram intimidados pelas notas de uma melodia, atormentados por uma memória, derrotados pelo poder de uma canção.

Quem é a verdadeira máquina de guerra?

Pergunta Isaac Souza, Professor de História do Estado do Piauí.

Portanto, fica aqui uma reflexão sobre por que prender um trompetista que tocava uma canção diante de uma máquina de guerra. Quem é a verdadeira máquina de guerra e quem de fato está com medo? Bolsonaro é que é o grande medroso.

Agora que voltou o depoente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O depoente está com o senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Muito obrigado.

Eu queria aqui...

Primeiro, com todo respeito ao Tenente-Coronel Helcio Bruno, quando os depoentes vêm aqui nesta CPI e não revelam ou tentam esconder os fatos acontecidos, eu acabo tentando mostrar de alguma forma, e, às vezes, causando constrangimento – e não é essa a minha intenção –, mas não posso me esquivar em dizer que na minha terra, lá em Lagarto, no Nordeste do Brasil, pessoas que escondem ou que contam... Ou que se escondem pra trás de uma palavra bonita chamada narrativa lá são chamadas de loroteiras ou pessoas loroteiras, são pessoas que falam lorota. Lorota são histórias malcontadas ou mentiras, exatamente o que a gente tem visto de forma sistemática nesta CPI. Muitos loroteiros vêm aqui, com suas narrativas, pra tentar ludibriar a inteligência de quem está do lado de cá da bancada tentando esclarecer para o Brasil tudo o que aconteceu ao longo desta pandemia. E tem aqui narrativas que tentam desqualificar inclusive os resultados que esta própria CPI já produziu.

Esta CPI já produziu, por exemplo, a interrupção da compra da Davati, da dita vacina AstraZeneca através da Davati. Nós estamos aqui vendo a mobilização de pessoas com relações pessoais, históricas, influenciando para colocar um bando de trambiqueiros de frente com o Estado brasileiro para vender o que não tinha. E isso não é narrativa; são fatos já apontados por esta CPI, a tentativa de colocar trambiqueiros para negociar com o Governo com intermediação.



E aqui a gente vê um Coronel do Exército que se envolveu – de alguma forma, se envolveu – na abertura de portas. Isso foi dito por vários dos depoentes que vieram aqui, dizendo que V. Sa. se envolveu na abertura de portas para colocar trambiqueiros, pessoas que não tinham a menor credibilidade pra vender 400 milhões de doses a US\$17 cada dose, ou seja, mais de R\$10 bilhões, e o senhor abre as portas pra que essas pessoas pudessem vender. E nisso eu não estou fazendo narrativa; isso é o que aconteceu, é o que já está aprovado.

E, graças a esta CPI, isso não foi adiante. Graças a esta CPI! É importante dizer que a gente exerceu pressão para que as vacinas pudessem ser disponibilizadas para brasileiros e brasileiras. Graça a esta CPI, a compra da Covaxin foi interrompida! Então, não é verdade que os fatos não ocorreram. Os fatos foram obstados por conta do funcionamento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, desde o começo, apontou o Presidente Jair Messias Bolsonaro como o principal efeito causador de contágio e de morte nesta pandemia no Brasil.

E aqui eu quero falar sobre o Instituto Força Brasil, ou melhor, o "Instituto Fake Brasil". Só para vocês saberem, o Vice-Presidente dessa instituição já é conhecido da CPMI da Fake News, financiador do Bolsonaro, o Sr. Otávio Fakhoury, investigado também por atuar nos atos antidemocráticos. Todos precisam ser esclarecidos: é um instituto, segundo uma nota emitida por eles mesmos, em que teoricamente defendem a vida, mas, na verdade, não perdem a oportunidade de desinformar sobre a vacina ou medidas preventivas no enfrentamento da covid.

Passa o vídeo aí para mim, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já é suficiente.

Veja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Criminoso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... essa é uma atuação que nós poderíamos chamar de "Sr. Fakehoury", não é? "Fakehoury", não "Fakhoury". E se dizem, então, como a gente estava dizendo aqui "sobre vacina ou medidas preventivas no enfrentamento da Covid", se dizem apolíticos, conservadores e cristãos, mas, desde o início, defendem o Presidente Bolsonaro, criticam as instituições democráticas e, além disso, quiseram a compra de vacinas para o setor privado, antes mesmo de se resolver o público, num período em que Bolsonaro ignorou a Pfizer e em que não havia vacinas para todos.

Outra questão que eu queria destacar sobre esse instituto que V. Sa. preside: são postagens tendenciosas e sem cabimento. O Instituto Força Brasil culpa os governos estaduais por encarecerem o valor do gás de cozinha! Veja que coisa! Quando a gente sabe que o valor do gás de cozinha, certo – porque nós estamos falando de *fake news* –, quem define é a Petrobras, que hoje é controlada e dirigida pelos interesses privados dos seus acionistas privados. Lá em Sergipe, Coronel, o gás de cozinha já é coisa de rico; pobre está cozinhando com lenha, com cavaco, como a gente diz lá no interior.

Vamos, então, mostrar outra narrativa, lorota, nessa postagem do tal instituto. Preste atenção: os impostos do gás de cozinha nos Estados e Municípios seguem a mesma lógica



de definição de preços, inclusive com Governadores e Prefeitos bolsonaristas. Então, não é bem assim como está na postagem do Instituto Força Brasil.

Agora a pergunta: o que V. Sa. e o seu grupo, tão bem-intencionados em promover ações relacionadas à saúde, acham de cobrar um imposto – vamos chamar de um pedágio da Davati – de um dólar por cada vacina no momento em que o País sofre com quase 600 mil vidas perdidas? O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, sobre esse assunto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é, dói meu coração que as famílias dos meus conterrâneos nordestinos, dos trabalhadores, dos brasileiros recebam através do celular, do seu zap-zap, mensagens do Instituto "Fake Brasil", com mentiras divulgadas sobre a eficácia da vacina, levando o nosso povo à morte.

Eu estou falando do Nordeste porque eu sou de lá, mas hoje eu recebi uma mensagem de uma moça de Uberlândia, D. Andreia, que perdeu o marido para a covid, com três filhos pequenos para criar. É disso que estou falando. Esse pai de família poderia estar vivo se tivesse recebido as orientações corretas e a vacina. D. Andreia conta que ela faz parte do grupo de viúvas da covid. Isso é muito cruel, muito triste.

Enquanto isso acontece, o Presidente Bolsonaro coloca tanque nas ruas, participa de reuniões às escondidas com o reverendo e os representantes da Davati! E o povo desempregado e com fome. Sabe por quê? Porque Bolsonaro não comprou vacina para as pessoas voltarem ao trabalho, largou os brasileiros à própria sorte para aumentar o contágio, porque ele acreditava na imunidade de rebanho, a imunidade adquirida naturalmente e que levou 563.707 pessoas ao óbito por pura negligência e por uma ação dolosa do Presidente Bolsonaro.

E foi esta CPI que obrigou o Bolsonaro a tomar iniciativas, a tomar iniciativas efetivas na compra de vacinas. E não tem outro caminho para a retomada da economia, mas sem pedágio, não é? Vacina sem pedágio! Porque ficou sem comprar vacina, a Pfizer querendo vender vacina, a Moderna querendo vender vacina, a OMS querendo vender vacina, mas, como não tinha pedágio para dar, não foram compradas essas vacinas. Foi preciso criar um espaço, ter a pressão para poder cobrar um pedágio para poder adquirir vacinas. Essa é a realidade que a gente viveu e que esta CPI está revelando a todos os brasileiros.

Mas vamos continuar a nossa apresentação do Instituto Força Brasil, ou "Fake Brasil", do qual V. Sa. é o Presidente. Tem aqui uma postagem no *site* de vocês dizendo que... Eu vou ler na íntegra:

Mentira!

Não há previsão legal no Código Penal Brasileiro ou leis especiais que tipifiquem a *fake news* como crime.

Além disso, a Constituição Federal é clara: Art. 5º, XXXIX: “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”.

Está aqui, olhe, do instituto de vocês. Eu quero saber de V. Sa.: o senhor assume, através dessa postagem, que *fake news* não é crime e compartilha isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, Senador, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor sabe que espalhar notícia falsa em saúde pública é sinônimo de morte. A



desinformação, numa situação tão grave como a da pandemia, leva as pessoas à desinformação e à morte, vítimas, como meu amigo Elder, lá de Santana de São Francisco, Sérgio da Larissa, de Estância, e tantos outros sergipanos e brasileiros, que, direta ou indiretamente, foram levados pela desinformação dolosa dizendo ou se colocando contra medidas que evitariam o contágio, que evitariam a doença e evitariam a morte. São mais de 300 mil brasileiros que morreram por conta deste ato leviano de desinformar a população.

Olhando nos seus olhos, eu digo que vocês ganhem votos enganando as pessoas, mas não matem os brasileiros dessa maneira. Por causa disso, eu agora te pergunto: o senhor já falou aqui que era o Coronel Aguiar quem cuidava das postagens, e o instituto conta com mais de 400 colaboradores, ou seja, um exército para destruir, que levou muita gente à morte. Esse instituto foi criado para ajudar o esquema de compartilhamento de mentiras do Bolsonaro?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor vai ficar calado? Eu já sabia.

Eu aproveito aqui para falar para o Brasil, para reforçar que estamos diante de um tenente coronel da reserva das Forças Armadas que veio aqui esconder o que de fato fez ao longo desse período, intermediando a venda de vacinas, promovendo a distribuição de notícias falsas, que desinformou a população e que levou milhares de brasileiros à morte.

Mas essas lorotas não são as Forças Armadas. As Forças Armadas do Brasil não são do Bolsonaro.

Eu quero dizer, em cada sessão desta CPI, que os quase 600 mil mortos têm um grande responsável: é o próprio Bolsonaro e quem com ele caminha junto.

Diante do que vimos hoje, eu também quero estender a nossa indignação para essas pessoas como V. Sa., Sr. Helcio Bruno, e muitos que ajudaram a eleger o Bolsonaro, que são os apoiadores do caos e que levaram milhares de brasileiros à morte. Como cristãos, vocês não seguem os ensinamentos de Cristo, e sua consciência deveria pesar com tantas vidas perdidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e, mais uma vez, fica aqui a minha indignação com a falta de humanidade e de respeito à vida demonstrada por Bolsonaro e seus apoiadores que vêm aqui construir narrativas ou lorotas para enganar a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Nós fomos advertidos do início da Ordem do Dia, mas eu quero, até em respeito, garantir... Vou passar a Presidência para o seu titular, que está retornando, mas queria pedir para tentarem buscar ocupar menos do que os 15 minutos, mesmo porque tem matéria importante a ser votada no Plenário do Senado.

Os dois últimos serão, então, a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Izalci.

Eu peço a condescendência de V. Exas. pela circunstância do início da Ordem do Dia.

Senador Omar, retome o seu posto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Senador Randolfe Rodrigues, Presidente, obrigada pela oportunidade. Tentarei ser breve.



Sr. Coronel Helcio Bruno, eu gostaria de saber como foi tramitada a solicitação de agenda com o Coronel Elcio Franco no Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Gostaria de saber de V. Sa. se houve alguma facilidade para isso devido à sua proximidade com o Coronel Elcio Franco.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Em relação ao Instituto Força Brasil, gostaria de saber de V. Sa. qual a finalidade do referido instituto.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Finalidade...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Finalidade.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... de produzir estudos, análises, encontrar soluções e promover programas e ações.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Como o instituto consegue recursos para o seu financiamento?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Os recursos do instituto são provenientes dos membros do instituto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Doação dos membros?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor, como presidente do instituto, eu gostaria que o senhor nos colocasse aqui por que a página do instituto caiu várias vezes e vem caindo e algumas postagens dele nós não conseguimos mais acessar durante o dia de hoje.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Desconheço, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem é que cuida da página? O senhor pode declinar, por favor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Já falei que...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Entre os membros.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... eu sou o responsável, sem dúvida nenhuma, por tudo que...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o senhor tem um braço, não é, uma pessoa que executa?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Já falei aqui que é o Coronel Aguiar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Coronel Aguiar.

O Coronel Aguiar passou alguma informação para o senhor hoje sobre esse problema de acesso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, estou sem telefone. Não sei.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só para dizer que o senhor pode se comunicar, não existe nada que o impeça. Seria algo interessante para que saibamos, para que não haja dúvidas.



O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu desconheço, Senadora. Deve ser algum problema técnico, alguma coisa dessa natureza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Satisfeita.

Eu gostaria só de... Assim, lamento muito porque V. Sa. poderia nos trazer muitas informações hoje. Algumas questões que eu tenho certeza de que não o incriminariam o senhor deixou de responder.

É bom que os demais depoentes saibam, com todo o respeito aos seus advogados – eu sou advogada –, cada um tem a sua linha de defesa, mas cada caso é um caso, óbvio, mas o seu silêncio também não pode importar em elemento que vá servir de justificativa para uma eventual condenação lá na frente, porque isso aqui é apenas uma CPI e ninguém está condenando ninguém, como disse o Senador, há poucos momentos, Senador Marcos Rogério, que as pessoas já estão condenadas. Não, isso aqui é um meio de produção de provas. Todos os dias, com esses depoimentos, nós levantamos informações, por meio também de documentos que chegam a esta CPI, e o correto é que, no final, o relatório do Relator, Senador Renan Calheiros, apure, extraia desses depoimentos provas que entender cabíveis.

Depois, esse relatório vai ser votado aqui, na CPI.

Então, para não desinformar toda a população que está nos assistindo e que vai nos assistir... Eu não sou professora de Deus, como disse o colega. Não tenho nenhuma pretensão de absolutamente nada. Mas desinformar a população não vou! Não vou aceitar... Enquanto eu tiver voz, eu vou falar.

Então, esse tipo de comportamento não cai bem. É importante que os depoentes pensem milhões de vezes até que tomem a decisão de falar ou não falar.

Mas, enfim, eu gostaria de pontuar aqui, para terminar, que, dentre os documentos já recebidos pela CPI, tem documentos... Eu aconselho – aconselhar, acho que eu posso, não é? – o Senador Marcos Rogério a analisar os documentos que vieram do seu Estado de Rondônia, falando que estavam na iminência de faltar oxigênio. O documento foi enviado no dia 10 de março. E a Superintendência Regional do Ministério da Saúde no Estado dele... Eu quero que ele olhe lá quando foi que a superintendência enviou uma resposta para esse Município que estava na iminência... Tem documentos lá do Estado dele.

Então, tem muita coisa aqui para se debruçar, mas só se fala em Consórcio Nordeste 24 horas por dia. Então, é lamentável! Tem muita documentação aqui, e tem Senador que não quer se debruçar sobre ela, porque, de repente, não interessa também, não é? Então, eu não sei o que é que está por trás de certas atitudes. Fico muito chateada, mas enfim... Então, tem muita documentação. Já chegaram esses documentos.

É óbvio que o Senador Randolfe Rodrigues vai se debruçar, junto com o seu grupo, sobre o requerimento que ele fez. Porém, nós devemos nos debruçar sobre Estados e Municípios sim, e tem documentação.

E aí vem dizer assim: "Será que a CPI vai investigar?". Eu digo ao Senador Marcos Rogério: ele é a CPI. Eu pergunto se ele vai investigar. Ele é parte da CPI. A CPI não é separada dele. Ele é membro desta CPI. Então, que os membros parem de acusar e façam o seu dever de casa! Meu Deus, está lotado de documentos! Então, a gente vai cansando! Sabe? Está lotado de documentos. Eu tive que pedir. Eu já deveria ter tido acesso naturalmente. Mas não precisava – sabe? – passar por isto aqui.

Quero pedir perdão pelo constrangimento gerado, mas essas questões de falar novamente em crime que não se consumou... Nós não estamos falando aqui para meia dúzia de pessoas. Tem muita gente que entende. Então, isso deixa a comunidade jurídica



um tanto ou quanto envergonhada, porque, sinceramente, é de uma atecnia abissal! E mais: crime impossível também não cabe aqui.

Então, por favor... Quando os juristas escreverem as falas dos seus Senadores, por favor, não deixem os Senadores de vocês passarem vergonha!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sou uma pessoa que tenha conhecimento jurídico, mas sou uma pessoa prática. Então, se eu der um tiro no Senador Izalci e ele não morrer... Mas a minha intenção era matá-lo, porque senão não ia atirar nele, e aí eu vou responder por crime de tentativa de assassinato, não é isso, Senador Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é o caso, que eu não iria fazer isso com o senhor. Estou dando um exemplo aqui porque V. Exa. é o próximo a falar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Até porque eu poderia fazer assim e pegar na Senadora Soraya...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, na Soraya não vou atirar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vou ser rápido, porque eu tenho que também orientar a bancada lá na votação.

Eu tenho aqui – eu tinha aqui, aliás – 18 perguntas, mas todas elas, tenho certeza de que vão ter a mesma resposta. Ele foi orientado pelo advogado a não responder, mas eu não poderia deixar... Primeiro, eu tive duas pessoas na família – já disse isso aqui uma vez – que tiveram paralisia infantil. O Brasil conseguiu, depois de muitos anos, com muita campanha da pólio, acabar com essa questão dessa doença, que é gravíssima. E, recentemente, nas últimas estatísticas, pesquisas que foram feitas, inclusive em Santa Catarina, se chegou a apenas 60% da imunização da pólio. Então, eu quero aproveitar a audiência pra dizer isto: a única solução pra essa pandemia, para o coronavírus é vacina do braço, qualquer que seja ela. Então, eu quero aproveitar pra incentivar mais uma vez isso.

Quero dizer também ao Senador Girão, que inclusive foi o autor do requerimento que pedi que ele fizesse, sobre as questões do DF, e informar a todos os Senadores e Senadoras que já tem, sim – inclusive ao Senador Marcos Rogério –, que existe mais do que prova suficiente pra demonstrar muita corrupção no Governo Federal e no Governo estadual. A Precisa é o exemplo disso, e foi exatamente neste requerimento que está estampado agora em todos os documentos. E nós vamos ter a oportunidade de falar com muitas pessoas. E eu agradeço a V. Exa., que me convidou pra próxima reunião, pra gente definir o calendário, inclusive do ex-Secretário que foi o que comprou no DF o teste da Precisa. E depois o Francisco Maximiano vai ter que dizer também sobre isso. Então há, sim, provas cabais sobre essa matéria.

Mas quero dizer que eu participei de todas as CPIs no meu mandato de Deputado Federal – todas, ou pelo menos umas seis CPIs – e, de fato, CPI não tem lado. Ninguém está aqui, não pode estar aqui, eu não estou aqui nem pra defender nem acusar ninguém, não, eu estou aqui para apurar as irregularidades e sugerir a mudança da legislação. A gente precisa aperfeiçoar isso. Então, esse é o objetivo nosso aqui na CPI.

Mas quero dizer que realmente existe em vários Estados e no DF... Eu não posso fazer aqui como alguém que elogiou, que foi fiscalizado na Câmara, muito pelo contrário: a



cúpula aqui foi toda presa e foi solta exatamente com o argumento de que o recurso era federal. Portanto, por isso que é motivo aqui desta CPI.

Portanto, eu agradeço. Eu sei que começou a Ordem do Dia, eu também tenho que ir lá orientar, mas pediria... Reforço ao Presidente aqui essa questão da próxima reunião, para a gente marcar o dia e a hora da convocação do ex-Secretário que fez aqui essa compra da Precisa.

Obrigado, Presidente. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu vou ouvir, por último, e respeitando o que o Senador Randolfe... Mas eu não vou deixar de ouvir a Senadora Zenaide, que está aqui...

Senadora Zenaide, eu queria que a senhora fosse bastante breve, por favor, que nós já começamos a sessão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E meu apoio pra ouvir a Senadora Zenaide também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Zenaide, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não pode faltar a inquirição da Senadora Zenaide nesta CPI, Sr. Presidente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu vou fazer só numa pergunta, mesmo sabendo que o nosso arguido vai dizer que tem o direito de se calar.

No *site* do Instituto Força Brasil, a definir quem somos, constam as seguintes informações, Sr. Coronel Helcio Bruno de Almeida:

Um instituto sem fins lucrativos, com sede em Brasília e capilaridade Nacional, organizado pela união de patriotas, sob a liderança do Ten Cel da Reserva Hélcio Bruno de Almeida, ex Operador de Forças Especiais do Exército, que se propõe a fazer frente à hegemonia da esquerda como participante do poder, bem assim ao crime organizado nas Instituições.

Diante disso que está no *site* do Instituto Força Brasil, eu queria fazer uma pergunta ao senhor: como o senhor, através do seu instituto, combateu, combate ou combaterá o crime organizado nas instituições?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senadora, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Olhe, Sr. Presidente, como eu estava dizendo aqui – eu quero parabenizar o Senador Omar Aziz e o nosso Relator Renan –, seria muito simples, Sr. Helcio, se V. Sa. pensasse: o senhor conseguiu advogado, como outros aqui, pelo direito de permanecer calado, mesmo os senhores tendo evidências fortes que os senhores contribuíram para mais de 563 mil mortes de brasileiros e brasileiras. Que pena, Sr. Presidente Omar Aziz, que nossos brasileiros e brasileiras foram calados para sempre, não tiveram o privilégio que o Coronel Helcio Bruno de Almeida teve.

Outra coisa que eu queria perguntar: o que foi que o senhor quis dizer quando o senhor afirmou aqui que se interessou humanitariamente... Difícil de acreditar nisto: o senhor disse que é pró-vida, mas sempre divulgou contra as prevenções que a Organização Mundial da Saúde dizia, contra a vacina, contra o uso de máscara, a favor de medicamento sem eficácia terapêutica. Então, a favor da vida, com certeza, o senhor nem seu Instituto



Força Brasil tiveram essa defesa da vida; pelo contrário, com o que o senhor divulgou, o senhor defendeu literalmente a morte.

Mas eu queria perguntar: o senhor disse que entrou na operacionalização da compra de vacina pela iniciativa privada devido à má gestão da crise sanitária. O senhor está dizendo a má gestão desse Governo e do Ministro Pazuello, que era ministro na época em que o senhor está aqui afirmando? Quando o senhor...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, Senadora. Acho que a frase não seria essa. É gestão da crise sanitária. É um programa. Não é má gestão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Gestão da crise sanitária. E o senhor se comprometeu, em defesa do povo brasileiro... Que o senhor quis dizer que tinha uma crise sanitária; e, se o senhor disse que a gestão não estava resolvendo, é porque o senhor estava criticando a gestão. Que todos nós estamos provando aqui que realmente a má gestão do Governo Federal é que levou a ser responsável pela maioria dos óbitos. Por isso que o senhor resolveu intermediar compra de vacinas. Não foi assim que o senhor disse? Vacinas para o setor privado...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senadora, sobre este ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, colega Relator, é triste a gente ver uma sequência de autoridades das Forças Armadas brasileiras, coronéis, generais... Eu diria, Sr. Helcio Bruno de Almeida, o senhor poderia voltar atrás e ter dito aqui a verdade, o que realmente aconteceu, mas o senhor ousou, com todo o seu direito que tem de ficar calado, de não criar provas para se incriminar... Mas eu digo aqui: cuidado, senhores! Os senhores estão atravessando o Rubicão, e, quando se atravessa o Rubicão, não tem retorno. Esse Governo passa, e não tenha dúvida de que, mesmo o senhor resolvendo aqui calar, podendo esclarecer os fatos para salvar vidas, nem que seja mais daqui para a frente, mas vidas salvas, porque a pandemia não acabou ainda, mas eu vejo que o senhor continua com a mesma opinião.

Apesar de a Constituição dizer que o réu pode ficar calado para não produzir provas contra si mesmo, eu costumo dizer no meu interior aqui do Rio Grande do Norte, aqui a gente diz que quem cala consente. Quem cala consente. Então, o senhor está afirmando, realmente, que o que foi dito aqui é verdadeiro. O instituto, esse instituto que o senhor criou... Outra coisa, como o senhor ficou na informalidade de 2014 até 2020? Que informalidade era essa? Que trabalho que o senhor fez? E quem financiava?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senadora, sobre este ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Que pena que os 563 mil brasileiros não tiveram o direito de se calar na hora que precisaram. O Governo Federal e o senhor contribuíram também para que eles se calassem para sempre.

Obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade. Parabéns, mais uma vez! Nós vamos chegar à verdade, não tenho dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Como última inscrita, eu quero aqui agradecer a presença dos advogados e do Coronel Helcio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que veio aqui prestar esclarecimentos.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... só a última informação aqui. *New York Times*, *The Guardian*, só dois dos grandes jornais internacionais que estampam a patética e ridícula exposição que o Senhor Presidente da República fez no dia de hoje das nossas Forças Armadas. Como se não bastasse o descaso com a Nação, agora ele envergonha o nosso País internacionalmente. Lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu quero agradecer ao Coronel Helcio e agradecer aos advogados que o acompanharam.

Eu vou encerrar a sessão convocando os Srs. Senadores para amanhã, às 9h30 da manhã, para ouvirmos o representante da Vermitec, empresa que...

Ah, só um minutinho. Eu quero votar a ata.

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 39ª Reunião e da 40ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Obrigado pela presença de todos. Está encerrada a nossa sessão, e tem reunião agora do Congresso.

(*Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 49 minutos.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia onze de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfê Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Jean Paul Prates, Simone Tebet, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Jailton Batista.**

Finalidade: Depoimento. Oitiva do Jailton Batista, em atendimento ao requerimento 785/2021.

Resultado: Depoimento realizado. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1330 de 2021** que : "Requer a realização de acareação entre o Senhor Onyx Lorenzoni, Ministro do Trabalho e Previdência, e o Senhor Luis Miranda, Deputado Federal." **Autoria:** Senador Randolfê Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/08/11>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Jailton Batista, em atendimento aos requerimentos de autoria do Senador Renan Calheiros.

Eu quero pedir para que o Sr. Jailton possa entrar. Eu peço para chamar o Sr. Jailton. (*Pausa.*)

Eu vou ler alguma coisa aqui, Sr. Jailton Batista.

V. Exa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade em tudo que souber e lhe for perguntado?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A partir deste momento, V. Sa. se submete ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Eu posso lhe passar a palavra por quinze minutos, caso o senhor queira falar; senão, passaria diretamente ao Relator.

O SR. JAILTON BATISTA - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor quer falar?

O SR. JAILTON BATISTA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por quinze minutos, Sr. Jailton.

O SR. JAILTON BATISTA - Sr. Senador Presidente desta Comissão, Exmo. Omar Aziz; Sr. Relator, Exmo. Senador Renan Calheiros; e demais membros desta Comissão, trabalho na indústria farmacêutica há 35 anos. Sou baiano da região da Chapada Diamantina. Atuo há seis anos como CEO da companhia Vitamedic, uma indústria aqui sediada no polo industrial de Anápolis, em Goiás, com mais de 45 anos de atuação no mercado, e, há seis anos, passou para o controle do grupo para o qual eu trabalho neste momento.

É com tranquilidade e com satisfação que atendemos a essa convocação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De antemão, ressalto aqui o belíssimo trabalho, o papel que vem desenvolvendo a CPI da Covid, porque tem levado uma nova conscientização à população de que superaremos esse dramático momento que vivemos a partir da imunização em massa da população. E é nisto que acreditamos: que vamos superar o momento social e econômico muito dramático que a população brasileira está vivendo.

Nós somos uma indústria nacional. Produzimos... Estamos passando por um momento de grande investimento, que se iniciou a partir de 2017, um investimento que remonta algo acima de 800 milhões na modernização do nosso parque fabril. Estamos construindo uma das mais modernas plantas farmacêuticas do País.

Estamos à disposição desta Comissão para responder os questionamentos que nos forem feitos, e agradecemos, e já fizemos, antecipadamente atendemos alguns requerimentos que foram enviados a esta Comissão, requerimentos feitos pelo Senador Humberto Costa e pelo Senador por Sergipe Alessandro Vieira. Portanto, nós temos tranquilidade para fornecer as informações que forem solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Jailton, só pra lhe informar, V. Exa. não foi convocado, quem foi convocado foi o proprietário da empresa, mas, como nós fomos informados de que quem dirige a empresa é V. Exa., V. Exa. está aqui hoje. Quem foi convocado foi o Sr. José Alves, e nós fomos informados. Conforme o seu depoimento, o Sr. José Alves não precisará vir aqui. Vai depender muito do que o senhor vai falar hoje aqui e vai conversar com a CPI; caso contrário, ele estará aqui para poder esclarecer algumas outras coisas que nós precisamos esclarecer.

Eu quero... Só um minutinho, eu vou dar a palavra pra V. Exa.

O primeiro a falar será o Senador Renan Calheiros. O segundo inscrito é o Senador Otto Alencar, via remota – ele está escrito via remota, o primeiro inscrito logo após o Senador Renan Calheiros.

Senador Humberto Costa, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Só para esclarecer que a vinda do Dr. Jailton é muito importante, mas ele é exclusivamente representante da Vitamedic, e o envolvimento nessa questão da ivermectina, especialmente em ações de estímulo à utilização da ivermectina, não é apenas da Vitamedic, é também de um conglomerado educacional que pertence ao Grupo José Alves. Inclusive quem banca o chamado iMed – ou /aimed/ –, que é um *site* para orientar esse tratamento precoce é uma universidade que faz parte do grupo. Então, acho que nós vamos ter de ouvir do Dr. Jailton tudo que ele tem para colocar e vamos reavaliar se vamos trazer ou não o Sr. José Alves, até porque ele participa também de *lives* defendendo ivermectina, etc.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Eu vou passar a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de pedir permissão para ir direto às perguntas.

O Presidente desta Comissão, Senador Omar, já colocou aqui: o Sr. Jailton Batista, que é Diretor Superintendente da Vitamedic Indústria Farmacêutica, está vindo fazer este depoimento em nome da Vitamedic e em substituição ao José Alves, proprietário daquela indústria, daquela empresa. Conforme o Presidente colocou, na medida em que esse depoimento atenda às expectativas e esclareça dúvidas que temos, nós não precisaremos ouvir o José Alves. Caso contrário, nós vamos, sim, precisar, na sequência, de ouvir o José Alves, que é o proprietário da empresa e que deu declarações públicas, apontou resultados, a evolução da produção da Vitamedic, especificamente da ivermectina.

Primeira pergunta: qual foi o faturamento da Vitamedic nos anos de 2020 e 2021?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Senador, atendendo ao requerimento do Senador Omar Aziz, inclusive nós enviamos essa informação para a Comissão em todos... E dos últimos cinco anos, não apenas da Vitamedic e dos produtos que nós produzimos, que entram no chamado *kit* covid, que não é apenas ivermectina; nós produzimos medicamentos polivitamínicos, produtos para melhorar a imunidade, corticoides, antitérmicos, analgésicos, produtos que também tiveram uma... E essas informações nós encaminhamos a esta Comissão. Realmente, houve, com a ivermectina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu pediria a V. Sa. que consultasse as comissões, porque, do ponto de vista do depoimento, é muito importante que esses números sejam efetivamente colocados.

O SR. JAILTON BATISTA - Exatamente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAILTON BATISTA - Tenho sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, qual o faturamento da Vitamedic nos anos 2020 e 2021?

O SR. JAILTON BATISTA - Só especificamente com ivermectina ou com todos os produtos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Faturamento da Vitamedic. A Vitamedic não é somente ivermectina.

O SR. JAILTON BATISTA - Nós faturamos, em 2020, o ano da pandemia, cerca de 540 milhões. Em 2021, até o mês passado, cerca de 300 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - O importante é em 2019, sem pandemia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em 2019?

O SR. JAILTON BATISTA - Cerca de 200 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - São 342 milhões a mais com a pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E quanto disso, por favor, corresponde ao incremento de vendas da ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA - Nós tivemos, realmente, um crescimento acima de 600% da ivermectina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quanto foi produzido em 2018?

O SR. JAILTON BATISTA - Em unidades? (*Pausa.*)

Nós produzimos, em 2018, 2,045 milhões de unidades - em 2018.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA - É... De uma... A ivermectina, desculpe, são 3,5 milhões, porque tem duas apresentações e mais uma outra apresentação. Em torno de 2,5 milhões de unidades.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu fiz a pergunta: qual foi o faturamento? Não foi especificamente a venda em unidades. Qual foi o faturamento em 2018, 2019, 2020 e 2021?

O SR. JAILTON BATISTA - Da ivermectina?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Da ivermectina em primeiro lugar.

O SR. JAILTON BATISTA - Nós temos três apresentações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. JAILTON BATISTA - Da ivermectina com dois comprimidos, nós faturamos, em 2018, 2,706 milhões de unidades; em 2019, 3,386 milhões de unidades; em 2020, 13,640 milhões; e, em 2021, até maio, 1,031 milhão.

Da apresentação com quatro comprimidos, nós vendemos, em 2018, 1,709 milhão de unidades; em 2019, 2,303 milhões de unidades; em 2020, 62,170 milhões; e, de janeiro até maio, 35,178 milhões de unidades.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E isso importa em quanto de faturamento em real?

O SR. JAILTON BATISTA - Só um minutinho. *(Pausa.)*

Vou lhe dar um dado aqui porque essa informação não havia solicitado anteriormente. O total que nós vendemos... Do mês de março de 2019 até março de 2020, o total que nós vendemos de ivermectina foi de 606 milhões, e as informações detalhadas mês a mês eu me disponho a encaminhar a esta Comissão com precisão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Porque números que chegaram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito demonstram que o faturamento passou de quase 15,7 milhões com a ivermectina, em 2019, para quase 470 milhões.

O SR. JAILTON BATISTA - É isso mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Aumento de 29 vezes em relação ao ano anterior. Estão corretos esses números?

O SR. JAILTON BATISTA - Estão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E em 2020, 264 milhões, de janeiro a maio, que V. Sa. já colocou aqui que já chega a - esse número está atrasado - trezentos e poucos milhões ou mais de trezentos milhões.

Qual foi o volume de vendas de ivermectina aos governos, em todos os níveis de Poder municipal, estadual, distrital e federal?

O SR. JAILTON BATISTA - Ressalto que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nos anos de 2020 e 2021.

O SR. JAILTON BATISTA - ... nós não vendemos nenhum comprimido para o Ministério da Saúde, para o Governo Federal. Para o governo estadual, esta informação também já passamos para os... Atendendo a um requerimento da Comissão. Nós vendemos apenas uma quantidade em torno de 350 mil unidades para um governo estadual. E para os governos municipais... Tenho um dado aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, as 350 mil unidades para um governo estadual: pode declinar o...?

O SR. JAILTON BATISTA - Posso: 350 mil unidades nós vendemos para o Estado de Mato Grosso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Estado de Mato Grosso.

O SR. JAILTON BATISTA - É.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) - Só para Mato Grosso?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Só. Diretamente. Eu falo venda direta. Nós passamos direto para o órgão. E...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - A venda indireta é através das distribuidoras?

O SR. JAILTON BATISTA - A isso nós não temos o controle, não é? Se tiver venda indireta, nós temos uma cadeia de distribuição. Mas o que nós vendemos diretamente só foi isso.

E para o Governo Federal nós não vendemos absolutamente nenhum comprimido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - E para os governos municipais?

O SR. JAILTON BATISTA - Governos municipais, nós vendemos 1,127 milhão de unidades. E aí foram vários Municípios espalhados pelo Brasil, em pequenas e médias cidades do Brasil - 1,127 milhão de unidades da ivermectina com 4 comprimidos e apenas 336 caixas com 500 comprimidos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Sr. Relator, uma questão que eu reputo importante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... é que esse medicamento é comercializado livremente nas farmácias e sem receita médica, no começo. E, ao que me parece, havia uma relação do laboratório com a entidade Médicos pela Vida, não é? Então, o consumo foi estimulado, e o principal quantitativo comercializado e vendido foi vendido nas farmácias em todo o Brasil.

Então, é importante saber...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós chegaremos lá. Nós começamos pelo faturamento, pelas vendas, pela evolução.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Ah, desculpe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Eu fiz uma pergunta - qual foi o volume de venda de ivermectina aos governos em todos os níveis? -, e o depoente acaba de responder que diretamente vendeu apenas ao Estado do Mato Grosso. Qual foi o ano da venda?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Foi 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual foi o aumento das vendas e do faturamento com relação a 2019 exatamente?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, em 2019, nós tivemos um crescimento entre 18... Nós tivemos um crescimento também, antes da pandemia, sendo de 2,7 milhões... E 6 milhões, a apresentação com 2 comprimidos; e 1,709 milhão, com 4 comprimidos; e 13 mil unidades com 500 comprimidos. Saltamos para 2019: a apresentação de 2, de 2,7 milhões para 3,386 milhões de unidades; a de 4 comprimidos, saltamos de 1,709 milhão para 2,303 milhões; e a de 500 comprimidos, que é a embalagem hospitalar, de 13 milhões para... De 13.000, desculpe, para 17.399. Houve um crescimento nesse período também do lucro da ivermectina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E, com relação à vitamina D, houve aumento na produção e nas vendas?

O SR. JAILTON BATISTA - A vitamina D, a gente a introduziu no mercado em 2019, e houve também um crescimento relativamente grande, porque ela entra também no processo de melhoria da imunidade dos pacientes.

Então, a vitamina D, por exemplo - só da nossa produção -, de 2 mil UI, que é a unidade terapêutica, ela saiu de 34 mil unidades em 2019 para 132 mil em 2020.

A outra apresentação de...

Desculpa, ela foi de mil unidades, que saiu de 34 para 132, e a com 2 mil UI saiu de 29 para 106 mil unidades. Houve um crescimento. E nós também lançamos produtos na sequência, e, nesses produtos todos que estão dentro do tratamento da covid, também houve uma elevação interessante, como a vitamina C.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Dados que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem em mãos, os ganhos com vitamina D foram grandes, passando de quase meio milhão em 2019 para 2,3 milhões em 2020, com o aumento, portanto, de 370%. É isso?

O SR. JAILTON BATISTA - Exato.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E que, em relação a 2019 - esse dado também é muito importante -, os lucros com a ivermectina cresceram 2.900%.

O SR. JAILTON BATISTA - A questão do lucro, Senador, o produto... O controle é rateado. Então, não só a ivermectina, mas a lucratividade da empresa toda, todos os produtos compõem na formação do lucro. Ele é rateado entre todos os produtos. Então, nós temos cerca de 120 produtos no nosso portfólio. Então, não só a ivermectina, mas temos uma série de outros produtos que tiveram maior demanda no período, e isso compõe naturalmente o resultado da companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Há um outro dado que demonstra aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito: em relação a 2019, os lucros com a ivermectina cresceram 2.900%, e os gastos - esse dado também é muito importante - de Municípios com o medicamento cresceram 5.537 vezes.

O SR. JAILTON BATISTA - Desses dados dos Municípios nós não temos controle.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quais foram os entes subnacionais que adquiriram ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA - Os Municípios, não tenho exatamente a lista, posso fornecer à Comissão. Posso lembrar de cabeça alguns que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Alguma capital?

O SR. JAILTON BATISTA - Hum?

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpellar.) - Alguma capital?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Certamente... Não lembro. Eu lembro mais... Não, Municípios, Municípios. Estou falando capital não. Não lembro. Não me recordo. Nós iremos entregar essa informação, Senador, com mais precisão, porque são muitos, o volume de operação que nós fizemos é muito grande. Nós temos operação no Brasil com todos os Estados, mas, Município, a gente vendeu para Município do Paraná, de Goiás, do Ceará, sul do Pará, do Acre, foram muitos Municípios, vários Municípios que fizeram aquisição. Alguns fizeram aquisição direto conosco. E essa lista a gente pode disponibilizar, vamos fornecer isso por *e-mail* ainda hoje ou até amanhã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Há algumas dúvidas.

V. Sa. poderia descrever em que casos podem ser prescritos e os dados da bula da ivermectina, por exemplo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA - A ivermectina é um antiparasitário, um anti-helmíntico, para verminose, consagrado terapêuticamente há mais de 35 anos no mercado. Na bula, ele especifica que é um produto para... Exatamente é um antiparasitário para pediculose e, portanto, é utilizado muito comumente para tratamento de verminose, sarna, piolho. É isso que está na bula.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Izabelle, por favor, daria para reproduzir o vídeo nº 1?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Dá para reproduzir, repetir?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Sr. Relator, se o senhor me permitir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) - É só uma pergunta complementar: qual são as contraindicações da ivermectina? Na bula tem, preciso.

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Está preciso na bula. É um produto historicamente de baixo impacto, Senador, em termos de efeitos colaterais, mas, como todo medicamento, a orientação é médica de como se deve administrar o produto. Lá tem as reações adversas, constam na bula. É algo obrigatório constar na bula todas as reações na posologia; tem lá, do produto. E é um produto considerado, historicamente, de baixo impacto em termos de efeitos colaterais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor tem a bula aí?

O SR. JAILTON BATISTA - No momento, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Mas o senhor pode providenciar a bula?

O SR. JAILTON BATISTA - Posso sim, posso pedir a bula. Posso sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Se fosse possível fazer uma pesquisa rápida pela rede, porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito precisaria exatamente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Com a sua permissão, Sr. Relator: Isabelle - agora é minha vez de chamar Isabelle -, faça aí uma rápida pesquisa na bula da ivermectina. Deve ter aí, e você pode trazer aqui para mim e para o Relator.

Sr. Relator, pode continuar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) - Relator, só um detalhezinho porque eu vi V. Exa. perguntar pelo faturamento e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Mas tem um detalhe assim: o preço unitário sempre... A gente pensa que, quando vende mais, o preço é menor. O preço unitário da ivermectina de quatro comprimidos, em 2019, era 3,29, quando eles venderam 2,3 milhões; depois, eles venderam 62 milhões, e o preço foi para 6,68, quer dizer, mais do que o dobro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mais do que o dobro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - ... no preço unitário. Então, foi um aumento assim só para a questão unitária. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Bom, estamos aqui com a bula da ivermectina:

Quais as reações adversas e os efeitos colaterais da ivermectina? As reações adversas são, em geral, de natureza leve e transitória. Durante o tratamento com ivermectina podem ocorrer [...] as seguintes reações: diarreia e náusea, astenia, dor abdominal, anorexia, constipação e vômitos.

Relacionadas ao sistema Nervoso Central podem ocorrer: [...] sonolência, vertigem e tremor. As reações epidérmicas incluem: prurido, erupções e urticária.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - O Presidente da República, que nós vimos em vários vídeos aqui exibidos, e seus familiares se transformaram em verdadeiros propagandistas da ivermectina. V. Sa. pode nos dizer o quanto a propaganda da família ajudou na elevação dos negócios da Vitamedic e o que isso significou precisamente em termos de elevação do faturamento?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Não temos como medir e, antes que houvesse alguns pronunciamentos... A ivermectina, desde a eclosão da pandemia, quando os primeiros estudos *in vitro* feitos pela Universidade Monash em Melbourne, na Austrália, apontaram que o produto tinha alguma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação, isso desencadeou, na comunidade médica científica e nos debates todos pelos médicos, o interesse pelo produto. Então, ele começou realmente, a partir desses estudos, a ter uma visibilidade maior, mas não temos como medir o que impactou a fala do Presidente nos nossos negócios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas deve ter tido algum impacto.

O SR. JAILTON BATISTA - Nós não temos como medir, Senador, porque a ivermectina teve também momentos de picos... Em junho e julho, foi onde a pandemia teve um pico muito acentuado, teve uma demanda também muito maior do nosso produto. Na medida também em que a mídia começou a debater e também a dizer, a colocar em questionamento essa questão da eficácia do produto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É comum um Presidente da República fazer propaganda de um produto? Há quanto tempo existe a Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA - Há mais de 40 anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor, ao longo desses 40 anos, tem notícia de algum outro Presidente que propagandeou qualquer medicamento útil ou inútil, como o caso da ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Vitamedic...

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Sr. Relator, se o senhor me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor relatou aqui que em junho e julho, no pico da pandemia, houve um aumento do faturamento das vendas.

O SR. JAILTON BATISTA - Houve um aumento da demanda.

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Houve um aumento da demanda, do faturamento, das vendas.

O SR. JAILTON BATISTA - É.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – A partir do momento que começou a ser questionado, houve uma redução?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Teve uma redução. Depois, quando a pandemia voltou novamente a tornar-se crítica, que foi no final do ano passado, a partir de novembro e dezembro, a demanda voltou a aquecer um pouco. Mas também tem momentos de redução por conta da crítica – a mídia às vezes faz críticas, quer dizer, não favoráveis –, e aí há uma redução também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá.

Veja, Sr. Relator, que o aumento exatamente nos momentos de pico da pandemia está diretamente relacionado com a campanha que o Senhor Presidente da República empreendeu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Esse dado também é muito importante.

A Vitamedic conduziu algum estudo que indicasse a eficácia da ivermectina para tratamento da covid-19?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conduziu?

O SR. JAILTON BATISTA – Ainda não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Definitivamente?

O SR. JAILTON BATISTA – Ainda não conduzimos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda não conduziu.

Então por que a Vitamedic continuou vendendo a ivermectina aos governos para sua inclusão no chamado *kit* covid se não há evidências que deem suporte a essa indicação?

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, houve uma demanda do produto. Nós somos fabricantes. Houve uma demanda do produto, natural, e nós somos fabricantes, nós produzimos o que o mercado demanda. Foi só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve uma demanda para...?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA – Para produzir mais o produto. Havia mais solicitação de pedidos da nossa cadeia de distribuição. Hospitais e instituições de saúde começaram a demandar o produto, e nós produzimos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta exatamente é: por que a Vitamedic continuou vendendo, mesmo depois de comprovada a não eficácia do produto para o tratamento da covid?

O SR. JAILTON BATISTA – O nosso produto já está no mercado há muitos anos e ele tem a indicação terapêutica para outras doenças e está na nossa cadeia. Isso é para qualquer produto nosso, não é? A gente vai produzindo de acordo com a demanda do mercado, pela sazonalidade ou por uma doença ocasional que afeta alguma região. O Brasil tem diferentes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. precisa convir que o Presidente da República não fez propaganda do produto para outras utilizações, ele fez para utilização no tratamento da covid. Eu estou fazendo uma pergunta pontual.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator, só para tentar ajudar no esclarecimento desse tema: no ano de 2020 surgiu um grupo de médicos pelo Brasil, foram mais de 2,5 mil médicos que tiveram...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. A informação que eu tenho... Não, eu estou querendo trazer uma informação. São 2,5 mil médicos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Rogério já colocou isso aqui, Senador Fernando, só a título de informação, e nós dissemos que chegaríamos lá. Nós estamos, por enquanto, tratando do produto, da especificação, do que a bula contém, da propaganda do Presidente da República e sua família, da elevação das vendas em função disso. Depois, a indústria elevou a produção – tem mais isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas isso foi em função da demanda que ele explicou, porque os médicos receitavam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, aí eu fiz... Por que continuou vendendo para tratamento da covid depois de demonstrada a ineficácia do produto? É uma pergunta pontual, concreta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Porque os médicos recomendavam. O senhor não está querendo acreditar que houve a manifestação de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhares de médicos recomendando o uso da ivermectina no tratamento inicial, para diminuir a carga viral.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - As instituições científicas, todas elas condenando.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, só estou tentando ajudar na explicação. Não se pode cobrar da empresa...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Senador Renan... Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Senador Fernando, Senador Fabiano, Senador Humberto, vamos tentar deixar o curso da inquirição...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... porque me parece que isso inclusive está no curso da inquirição do Sr. Relator.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Se V. Exas. assim me permitem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, Izabelle, reproduza o vídeo dois.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Algum representante da Vitamedic promoveu reuniões com pessoas do Ministério da Saúde ou de outros órgãos do Governo Federal durante a pandemia?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Não, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em nenhuma circunstância?

O SR. JAILTON BATISTA - Em nenhuma circunstância nós estivemos com algum representante do Ministério da Saúde ou do Governo Federal para tratar esse assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nenhum representante esteve presente em nenhuma reunião?

O SR. JAILTON BATISTA - Com o Ministério da Saúde, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ou com outros órgãos do Governo?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Com a Casa Civil?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Com outros órgãos do Governo, com a Casa Civil, com o gabinete paralelo? São perguntas importantes que gostaríamos de lhe fazer.

O SR. JAILTON BATISTA - A Vitamedic não teve nenhum encontro com gabinete paralelo ou com qualquer autoridade do Ministério da Saúde para tratar dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Qualquer autoridade do Governo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Do Governo, qualquer outro órgão?

O SR. JAILTON BATISTA - Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Vitamedic patrocinou ou custeou propaganda sobre o suposto tratamento precoce contra a covid?

O SR. JAILTON BATISTA - A Vitamedic foi solicitada a dar apoio e suporte à chamada associação Médicos pela Vida no patrocínio de um documento técnico, médico, e ela o fez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Olha aí, Senador Fernando, a resposta: a Vitamedic patrocinou propaganda dos Médicos pela Vida.

Em que circunstâncias esse patrocínio se efetivou?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA - Não, foi apenas a publicação nos jornais de um manifesto da associação, em que a empresa assumiu o custo da veiculação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) - Quem requereu o patrocínio?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - A associação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - A associação...

O SR. JAILTON BATISTA - Associação Médicos pela Vida.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - A associação requereu patrocínio...?

O SR. JAILTON BATISTA - Foi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pediu o patrocínio à Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA - Sim, e a Vitamedic o fez.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Desculpe-me, Sr. Relator, mas o senhor considera isso ético? A empresa ia lucrar com isso, a empresa não tinha nenhum estudo patrocinado sobre a eficácia do medicamento para o tratamento da covid. E...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ético do ponto de vista dos médicos e do ponto de vista da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Da empresa.

O SR. JAILTON BATISTA - Senador, antes mesmo da publicação desse manifesto, que aconteceu em 16 de fevereiro, a empresa já tinha registrado uma forte... Atendimento da forte demanda do mercado, independente da opinião dos médicos, independente da publicação desse manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Desculpe, Sr. Jailton, mas o senhor está informando aí que isso era a partir da demanda de mercado.

O SR. JAILTON BATISTA - É.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - A gente está falando da vida e da saúde das pessoas. Tem algum estudo que mostrasse a eficácia para o enfrentamento da covid?

O SR. JAILTON BATISTA - Oficialmente, ao redor do mundo, tem uma quantidade - eu tenho aqui - muito grande de documentos. E tem uma associação médica que reúne uma quantidade muito grande...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Vou ser mais objetivo. Me permita.

O SR. JAILTON BATISTA - ... de profissionais de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Eu vou ser mais objetivo.

O SR. JAILTON BATISTA - E nós não... Desculpa, Senador. Nós não entramos no conteúdo, no mérito do conteúdo da informação médica.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Não, mas eu vou ser mais objetivo. Vocês patrocinaram um manifesto a favor da utilização de um medicamento, gastaram dinheiro com isso para aumentar os lucros; e não gastaram dinheiro investindo na pesquisa científica sobre a eficácia de medicamentos.

O SR. JAILTON BATISTA - Esclareço que o manifesto não foi para a ivermectina. O manifesto não tem nenhum caráter...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Sr. Presidente, isso em Direito Penal chama-se estelionato: "Art. 171 - Obter, [...], vantagem [...] [indevida], [...] induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento. Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa [...]". Me perdoe. Isso fere a ética e fere o dispositivo do art. 171, porque está sendo violada a vida humana. Me perdoe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E o custo foi pago em vidas. Está aqui a tragédia. E, com certeza, a Vitamedic colaborou para que isso acontecesse ao continuar produzindo e comercializando, para tratamento da covid, um medicamento inútil, ineficaz, tido como tal pela ciência, por todos de responsabilidade no Brasil e no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Só para completar, Sr. Relator, antes de devolver a Presidência para o seu titular, eu fui advertido aqui de que os efeitos colaterais do uso contínuo da ivermectina são muito graves, os efeitos colaterais estabelecidos na bula são relacionados ao uso estabelecidos para fins definidos. No protocolo do tratamento precoce, assim



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como foi recomendado, é gravíssimo, pois algumas pessoas tomavam doses altas contínuas, que levavam à toxicidade do fígado. Eu acho que... Essa informação é prestada por cientistas.

O uso, como estava sendo preceituado no tal do *kit* covid e patrocinado pela própria empresa que estava lucrando, é gravíssimo.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Mais grave do que isso, Randolfe, é passar para a população que ela está imune usando essa medicação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Era exatamente esse o sentido da propaganda.

Qual é a relação entre a Vitamedic e a associação Médicos pela Vida? - entidade que defende insistentemente, como já falei aqui, a adoção do chamado tratamento precoce contra a covid.

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Senador, esclareço, antes de tudo, que o manifesto não é exclusivo da Vitamedic, da ivermectina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não é o...

O SR. JAILTON BATISTA - Não é favor da ivermectina, é um estudo que trata de uma série de produtos lá, e não tem... Nós não nos beneficiamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas é exclusivo da ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA - Não. Não é exclusivo da ivermectina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ah, por favor!

O SR. JAILTON BATISTA - Não é exclusivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor!

O SR. JAILTON BATISTA - O.k.?

Quanto à outra questão do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você tem aí o manifesto?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Eu tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos colocar o manifesto aqui, por favor.

Vamos colocar o manifesto para ver se aclara um pouco essa questão, porque... Para vocês verem a... Eu não tenho nem adjetivo para isso. Eu me perdi aqui no adjetivo que eu posso chamar isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Oito jornais...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, mas eu queria só... Não precisa nem colocar o veículo, mas eu queria o manifesto em si, para que se botasse aqui e a gente pudesse ler o manifesto, para que as pessoas que não tiveram oportunidade de ver esse manifesto possam ver muito bem como um laboratório, mancomunado com alguns profissionais, se protege a partir do momento... "Não, isso aí quem está prescrevendo é o médico; o laboratório só está produzindo." Mas a responsabilidade é mútua, é mútua. Envenenar as pessoas... Não é só quem envenena, não, porque, se o veneno for proibido de ser vendido, você não pode vender, correto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E, diante da materialidade, é inevitável que nós tenhamos, como consequência para a Vitamedic e para outras indústrias, a cobrança pelas mortes. Alguém, de uma forma ou de outra, vai ter que pagar esses custos. Como ela não pode dimensionar qual foi - já foi perguntado isso aqui - o impacto e a evolução da venda e da produção do remédio em função da propaganda do Presidente e da sua família, vai sobrar para a indústria o pagamento dessas óbvias indenizações. Esta terá que ser uma consequência da Comissão Parlamentar de Inquérito e, talvez por isso, nós tenhamos que ouvir, na sequência, Presidente, o proprietário da empresa, o Sr. José Alves. Isso é fundamental, fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Uma informação: quem inventou a ivermectina, qual o laboratório? Porque o senhor produz genérico...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Quem é o dono da patente inicial?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - No começo era a Merck que tinha a patente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A Merck. E qual é a posição da Merck em relação à ivermectina para o combate à covid?

O SR. JAILTON BATISTA - A Merck deixou de produzir esse produto...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não, eu estou lhe perguntando qual é a posição da Merck, de quem inventou o produto...

O SR. JAILTON BATISTA - É, foi a Merck...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... não é de quem copia. O senhor... O laboratório que o senhor está representando copiou. É de quem inventou, de quem fez a fórmula para a ivermectina. Qual é a posição de quem inventou? Vamos falar com o inventor, não vamos falar com o subsidiário.

O SR. JAILTON BATISTA - Temos duas informações. Quem inventou a fórmula foi um cientista japonês, que tem uma posição muito positiva em relação ao produto. E, depois, ela foi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAILTON BATISTA - Exatamente. Depois ela foi patenteada pela Merck e desenvolvida pela Merck, que, após 20 anos, perdeu a patente e se desinteressou do produto, o que é uma prática normal quando se perde a patente, porque o preço baixa via genérico. E a posição da Merck... É a Merck que se manifesta, não é? E ela, num documento publicado, ela disse que o produto não tinha indicação como antiviral.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Renan Calheiros...

O SR. JAILTON BATISTA - Mas também não tinha um estudo, a Merck,...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A Merck diz o seguinte... O senhor está dizendo aí que a Merck produzia, que foi o primeiro... Disse que não tinha eficácia para a covid. Mesmo assim - mesmo assim-, vocês vendiam e não recomendavam, dizendo: "Olha, esse medicamento serve para isso, isso e isso, mas não salva vidas no caso da covid". Não, vocês se omitiram, mas patrocinaram, e, agora, um manifesto pela vida... E, aí, sabe quantos amazonenses morreram por causa disso? O senhor tem noção de quantos amazonenses, no meu Estado, no Amazonas, morreram por causa desse tratamento precoce?

O SR. JAILTON BATISTA - Senador, eu não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, o senhor não tem, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas terá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas as vidas dos amazonenses se perderam...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas terá, essa é uma obrigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito!

O SR. JAILTON BATISTA - É, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor não tem noção, não é, doutor? O senhor não tem noção, não é? Mas pergunta para os que perderam a vida, para os amazonenses que perderam a vida, com esse tratamento precoce... E ainda tem sujeitos que querem defender isso. Faltou oxigênio no meu Estado. O que levaram para a gente não foi oxigênio. Levaram sabe o quê? Ivermectina.

E vocês têm responsabilidade sobre isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E fizeram um experimento com humanos nesse tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O amazonense foi usado como cobaia, e lá há omissão de muitos, que não vão ficar impunes, nem quem levou para lá ficará impune. Primeiro, como disse o Senador Renan, não ficarão impunes pela Justiça brasileira; depois a justiça divina também se encarregará dessas pessoas.

Mas aí, Senador Fernando Bezerra, eu ouvi, há pouco, o senhor dizer "Não, os médicos...". Foi isso que aconteceu com o meu povo, com o Amazonas, com pessoas que eu conheço, que, em vez de a gente dar oxigênio, de darem oxigênio para eles, deram ivermectina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Cloroquina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Cloroquina. E de uma forma até engraçada, né: "Kkkkk", serve para não sei o quê, "pá-pá-pá"...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tem alguma restrição na bula da ivermectina contra a utilização por homossexual, bicha, como falou o Presidente da República?

O SR. JAILTON BATISTA - Absolutamente não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - E como é que ele fala uma irresponsabilidade dessa? - recomenda para todo mundo, e não recomenda para utilização por homossexual, desdenha disso, diz que mata. Do ponto de vista da produção, da indústria, o senhor acha isso correto?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Senador, não me cabe fazer esse tipo de inferência sobre opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não cabe? Um produto que a sua indústria...

O SR. JAILTON BATISTA – O meu produto não tem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... coloca no mercado, ganha milhões e milhões com ele...

O SR. JAILTON BATISTA – O meu produto não tem relação com gênero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que afeta vidas humanas? O senhor tem a dimensão da responsabilidade que a Vitamedic vai assumir em função de vidas que foram levadas com essa irresponsabilidade da sua prescrição?

O SR. JAILTON BATISTA – Mas o ato da prescrição médica não é de nossa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minuto...

Alguém...

À sociedade brasileira, aos colegas médicos, aos órgãos de imprensa, aos Conselhos Regionais de Medicina e ao Conselho Federal de Medicina [Olha o manifesto bancado por essa empresa, por esse laboratório, bancado por vocês].

Somos um grupo de médicos que que têm se dedicado a levar aos pacientes o melhor da prática profissional neste momento tão delicado do enfrentamento da pandemia causada pelo vírus [...]

Pela análise das melhores evidências disponíveis na ciência, pelo Código da Ética médica, pelos princípios da [biotécnica] [...].

O SR. JAILTON BATISTA – Bioética.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Bioética.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) –

[...] bioética e pelo posicionamento do Conselho Federal de Medicina.

Para tal, nos pautamos em estudos científicos [...].

Quais foram esses estudos científicos? Como é que vocês... Não, como é que você paga uma nota dessa? Qual é o estudo científico feito por vocês?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA - Nós não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele já respondeu, disse que não fez estudos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Como é que você paga uma nota dessa? Eu quero saber cadê o estudo científico.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Presidente, V. Exa. pode baixar um pouquinho o manifesto? Acho que tem uma parte mais interessante aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não dá para ler direito porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Não, embaixo, embaixo, ali na parte que está destacada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Lê aí para mim, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Lê aí, Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeitamente!

Com o propósito de compartilhar informações, experiências, atualizações e resultados positivos mais recentes referentes ao Tratamento Precoce da COVID-19, na primeira semana de março, o "Médicos Pela Vida" realizará uma Jornada Médica com a programação trabalhada por médicos muito exitosos. INSCRIÇÕES: [...].

Claramente, aqui, faz a campanha do tratamento precoce, e, nesse *kit*, consta a ivermectina.

Os senhores patrocinaram um manifesto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Isso!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... para que fosse vendido o remédio que é comercializado pelos senhores, sem que sequer mesmo a empresa tivesse patrocinado um estudo científico sobre isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso é criminoso!

Qual é a relação entre a Vitamedic e o centro universitário Unialfa, Centro Universitário Alves Faria?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA - É uma empresa que pertence ao mesmo grupo controlador da Vitamedic.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É uma empresa que...

O SR. JAILTON BATISTA - É uma instituição que pertence ao mesmo grupo que controla a Vitamedic.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - São empresas do mesmo grupo com os mesmos sócios ou com sócios diferentes?

O SR. JAILTON BATISTA - São os mesmos sócios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - São os mesmos sócios, quer dizer, a Vitamedic e a Unialfa fazem parte do Grupo José Alves.

O SR. JAILTON BATISTA - Exato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. confirma que a Unialfa promoveu evento virtual em defesa do tratamento precoce e que foi a Unialfa que desenvolveu o cadastro eletrônico de médicos iMed, utilizado pela associação Médicos pela Vida?

O SR. JAILTON BATISTA - A Unialfa deu apoio à associação para a reestruturação do *site* do Médicos pela Vida, no intento de melhorar o *site*, porque ele estava com dificuldade de acesso. E o apoio foi neste sentido, o de dar suporte. Como a universidade tem um centro de tecnologia e pesquisa que dá suporte a várias instituições que precisam de apoio nessa área, ela também atendeu e ajudou na reestruturação do *site* do Médicos pela Vida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso também é algo criminoso, porque a Unialfa desenvolveu o cadastro eletrônico de médicos iMed, utilizado pela associação de Médicos pela Vida, e promoveu *lives* com o título "Tratamento precoce de Covid como forma de acabar com a quarentena", disponível ainda hoje no YouTube. O *site* da Médicos pela Vida direciona para a plataforma iMed, para que os interessados possam assinar manifestos, participar das jornadas e acessar a biblioteca de arquivos. O *site* é <https://www.medicospelavidacovid19.com.br/imed>.

Eu peço para reproduzir o vídeo seguinte.

Nós estamos, Presidente Omar, diante de um dos mais tristes depoimentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - ... Senador Renan.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês patrocinaram... Quem pediu o patrocínio para a Vitamedic para essa nota? Quem foi que pediu?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - A associação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque a associação não saía de dentro do Gabinete do Presidente. O Presidente não... Alguém do Palácio do Planalto não ligou: "Olha, tem aqui uns médicos que são gente boa, tal, e eles têm aqui uma fórmula mágica para salvar. Isso é bom para a empresa", não houve isso, não?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, senhor. Não distribuiu nenhum...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Presidente, não precisa. O interesse da empresa patrocina aqueles que prescrevem. Então, uma mão lava a outra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É, era interesse mútuo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Mútuo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Vitamedic tinha interesse em manifesto, em propagandear, em aplicativo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Como cultura dos laboratórios, eles mandam representantes aos consultórios para poder vender e apresentar medicamentos novos, etc. Neste caso, eles se utilizaram de uma associação criada para estimular a comercialização, a prescrição em massa diante de uma catástrofe sanitária e de uma emergência sanitária, o que torna a situação ainda mais gravosa e criminosa, por se tratar de um medicamento que deixava as pessoas imobilizadas diante da não adesão das medidas não farmacológicas. Portanto, isso é um crime sanitário sem precedentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, e a irresponsabilidade maior...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Do Presidente da República, que estimula.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, desse...

Srs. Senadores, esse manifesto, Senador Renan, é do dia 16 de fevereiro e ele também foi publicado no dia 23 e 24 de fevereiro de 2021, depois do caos que tinha acontecido em Manaus. Eles já sabiam, por experiência na cidade de Manaus, que isso não funcionava. Mesmo assim, mesmo assim, os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médicos – os médicos que eu digo, esse pessoal aqui – assinam o manifesto depois do caos de Manaus, que foi conhecido não foi pelos brasileiros, não, foi pelo mundo. Esse manifesto é após a morte de mais de 200 pessoas por dia na cidade de Manaus. E nem isso sensibilizou o laboratório em perceber que era um engodo, que era uma mentira, que eram *fake news*, não. Visou lucro, mancomunado com alguns médicos. Se isso não for crime, não tem mais nenhum crime para a gente investigar aqui nesta CPI. Não foi antes. Não foi falta de conhecimento, Senador Renan. Não era falta de conhecimento. O TrateCov já tinha sido tentado na cidade de Manaus em janeiro – em janeiro. E esse documento é um mês depois, mais de um mês depois; depois, Senador Fernando Bezerra, Senador Eduardo Girão, que milhares de amazonenses perderam a vida, inclusive o meu irmão. Mas isso não sensibilizou; era o lucro que eles queriam. E utilizando da boa-fé da população brasileira. Todo mundo fazendo propaganda: eram *sites*, o Presidente, médicos e o laboratório, que tinha um faturamento de R\$200 milhões, vai para R\$534 milhões à custa de vida de brasileiros, rapaz – à custa de vida de brasileiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Enquanto o Presidente recusava a comprar as vacinas, que é o agravante dessa circunstância toda.

O senhor – eu queria perguntar novamente – tem consciência de que esse enorme preço pago em vidas será cobrado da Vitamedic, em função desse conluio com manifesto, com publicidade com plataforma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Todos os amazonenses que morreram vão pedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... com essa associação Médicos pela Vida? O senhor tem consciência disso?

O SR. JAILTON BATISTA - Senador, o manifesto não se trata...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - ... contra o Governo, contra quem prescreveu isso e contra os laboratórios que venderam isso.

O SR. JAILTON BATISTA - Nós não somos o único fabricante de ivermectina nem dos produtos que entram no tratamento precoce.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quem é que disputa com a Vitamedic esse mercado na venda de ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA - Tem mais três laboratórios que produzem esse produto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quais são os laboratórios, por favor?

O SR. JAILTON BATISTA - Tem o EMS Legrand que produz o produto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - EMS...

O SR. JAILTON BATISTA - Legrand.

A Neo Química e a Abbott produzem esse produto.

Depois o manifesto, o conteúdo dele não é exclusivo de ivermectina. Ele fala de corticoides e produtos para melhorar a imunidade, produtos anticoagulantes, tem uma série itens aí. Ele não é um manifesto em favor da ivermectina, eu queria deixar claro isto, que ele é um documento, inclusive, cujo conteúdo é de inteira responsabilidade dos próprios médicos e não da nossa empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual foi o gasto com esse patrocínio de médicos para que recomendassem e defendessem o uso da ivermectina contra covid-19?

O SR. JAILTON BATISTA - Foi em torno de R\$700 mil, cujos dados já repassei. Nós já passamos a esta Comissão no requerimento...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) - Nós só recebemos aqui três informações dos jornais. Essas três davam R\$300 mil, três jornais nacionais.

O senhor está informando que os outros cinco...

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Eu tenho a documentação aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... representaram...

O SR. JAILTON BATISTA - Eu tenho o documento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu gostaria.

O SR. JAILTON BATISTA - Pode repassar aqui ao Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Então, foram R\$800 mil gastos?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, mais precisamente R\$717 mil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Quem é o médico oftalmologista Antônio Jordão, que assinou o termo de responsabilidade para que os anúncios sobre o tratamento precoce, pagos pela Vitamedic, pudessem ser veiculados em jornais de grande circulação?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Ele é um dos líderes da associação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele é um dos líderes da associação Médicos pela Vida?

O SR. JAILTON BATISTA - Exato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Vitamedic fez algum tipo de *lobby* junto ao Governo Federal pelo apoio público ao uso da ivermectina?

Pediu em alguma oportunidade para o Presidente da República fazer propaganda?

O SR. JAILTON BATISTA - Absolutamente não.

Nós não tivemos nenhum contato com o Senhor Presidente da República nem com nenhum ente do Ministério da Saúde para fazer esse tipo de apelo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E qual é, portanto, a relação da Vitamedic com a Secretária Mayra Pinheiro, do Ministério da Saúde, que defende publicamente o chamado tratamento precoce?

O SR. JAILTON BATISTA - Eu sou o CEO da companhia e nunca estive com a Dra. Mayra, nem nenhum dos nossos diretores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor, tudo bem, está respondida especificamente, pontualmente, mas qual é a relação da Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA - Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não tem nenhuma relação?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Vitamedic patrocinou movimentos ou propagandas em favor do Presidente da República ou do Governo Federal?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, nós, como indústria, a nossa conduta... Temos uma conduta muito... Não podemos nos envolver nesse nível de ação política.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não patrocinou?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Alguma vez custeou o impulsionamento de notícias em redes sociais?

O SR. JAILTON BATISTA - Acerca do?

Não. Nós temos e usamos as redes sociais para promover os nossos produtos, para falar das nossas ações de mercado. Isso, sim, a gente utiliza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Utiliza a rede social com que propósito?

O SR. JAILTON BATISTA - Para promover os nossos produtos, para algumas ações comerciais e para falar dos produtos que a gente pode, por exemplo, propagar, porque eles estão fora do alcance da legislação, porque são produtos livres, de venda livre. A gente divulga nossos produtos nas redes sociais.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) - Só um minuto. O senhor tomou ivermectina ou alguém da sua família?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Pra tratamento da covid?

O SR. JAILTON BATISTA - Sim. Tomei.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu tomei também.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Meu Deus.

Sr. Presidente...

O SR. JAILTON BATISTA - Por recomendação médica.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Aliás, vários médicos recomendaram.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Então, eu queria o seguinte: em que pesem as tentativas do depoente de informar que apenas atendeu a demanda do mercado, essas compras são claras violações ao interesse público e às normas que regem as compras públicas no País. Eu sugiro que seja feito um pedido cautelar à Justiça Federal pra que bloqueie recursos suficientes pra garantir o ressarcimento aos cofres públicos enquanto durar essa investigação. Eu acho que essa é uma medida cautelar que a CPI deve tomar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Um absurdo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu peço que a Comissão Parlamentar de Inquérito, por favor, implemente a sugestão feita pelo Senador Fabiano Contarato.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Seria bom registrar...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Senador Fabiano, a CPI fará o encaminhamento que V. Exa. acaba de solicitar, atendendo o seu requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Seria bom registrar, Sra. Presidente, que o México, através das autoridades sanitárias, recomendou expressamente o uso da ivermectina. Então, essa tentativa de criminalizar o uso da ivermectina vai encontrar muita dificuldade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Por que a Anvisa determinou o recolhimento de lotes de medicamentos produzidos pela Vitamedic, incluindo a ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Senador, nós passamos por um processo de inspeção. E, ao contrário de imaginar que a pandemia nos beneficiou, também nos prejudicou, porque nós temos, desde 2018, um plano de investimento muito intenso e forte, e isso atrasou um pouco a instalação de equipamentos que nós importamos da Alemanha, da Itália e de outros países para... Isso é um processo que vem desde 2018. E, ao fazer a implementação dessas tecnologias, a gente tinha que homologar a colocação dessas máquinas na área. Em função da inspeção, a Anvisa determinou o recolhimento, mas isso foi feito de acordo com as normas e a lei. Nós passamos pela inspeção, recebemos nossa certificação de boas práticas de fabricação e estamos regularmente operando a nossa empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu fiz uma pergunta: por que a Anvisa determinou o recolhimento de lotes de medicamentos produzidos pela Vitamedic, em inspeção, inclusive da ivermectina? Qual foi a resposta exatamente?

O SR. JAILTON BATISTA - Em função de que a gente estava fazendo um processo que é chamado *tech transfer* dentro da indústria, esses produtos precisavam estar homologados na nova área que nós estamos construindo. O processo é um pouco demorado, e a gente não poderia produzir ainda nesse local. A Anvisa determinou que a gente suspendesse e recolheu... Nós fizemos isso de acordo com as normas, de acordo com as regras estabelecidas pela própria Anvisa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Portanto, quais foram as normas sanitárias descumpridas pela Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA - Dentro desse processo de que eu estava falando de transferência de tecnologia, é um processo muito complexo de explicar, mas só resumindo, quando você tem que colocar uma máquina, mesmo sendo uma área nova e qualificada, ou uma tecnologia substitui essa máquina velha por uma máquina nova, você precisa passar, esperar que esse processo seja homologado pela Anvisa. E, naquele momento, a gente estava... Por atraso nessa instalação, porque alemães e italianos não estavam vindo para o Brasil, a gente estava operando ainda com essas máquinas numa área que precisava ser homologada. A Anvisa, numa inspeção, constatou que não poderia e por isso ela pediu que aqueles lotes produzidos naquela área a gente deveria recolher. Isso foi feito. Depois passamos por uma inspeção e já recebemos nossa certificação de boas práticas de fabricação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a relação da Vitamedic com empresários que apoiam o tratamento precoce, como Carlos Wizard?

O SR. JAILTON BATISTA - Nenhuma. Nós nunca tivemos contato com o Sr. Carlos Wizard, a empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - De acordo com dados bancários e fiscais aos quais esta Comissão Parlamentar de Inquérito teve acesso, é possível visualizar relacionamentos indiretos da Vitamedic com a empresa Precisa. O vínculo é o seguinte: a empresa Nutriex enviou, em 07/04, o valor 250 mil para a Vitamedic, que tem entre seus sócios Thatiana Zaiden Rezende, que também é sócia da Nutriex, a qual transferiu, entre 17/02/21 e 26/02/21, 25 milhões para a Precisa Medicamentos. Outra empresa do mesmo grupo da Nutriex, a Equilibrium, cujo sócio é o marido da Thatiana, Leonardo Rezende, transferiu, no dia 13/01/2021, 5,206 milhões para a Precisa. Qual a relação da Vitamedic com a empresa Precisa Medicamentos?

O SR. JAILTON BATISTA - Absolutamente nenhuma, Senador. A única relação com a Nutriex é que nós vendemos - não sei precisar exatamente a data - a ela, vendemos uma máquina, um equipamento usado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vendeu uma máquina para...

O SR. JAILTON BATISTA - Vendemos um equipamento usado para essa empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Para a Precisa?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, não, para a Nutriex. Com a Precisa não temos nenhum contato. E aí não entendemos qual a relação que pode ter, nós nem sabíamos da existência de Precisa, não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos nenhum negócio com essa empresa. E essa relação com a Nutriex... Também é uma empresa que não nos pertence, pertence a um empresário lá de Goiás. E ele nos comprou, no ano passado, se não me engano, um equipamento usado. Só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou satisfeito, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Muito obrigada, Sr. Relator.

Nós vamos agora à lista de inscritos. Eu vou passar aqui a palavra ao Senador Otto e pedir ao Senador Randolfe Rodrigues que conduza os trabalhos, porque eu serei a próxima inscrita, logo após o Senador Otto, que fará as perguntas pelo sistema remoto.

Senador Otto Alencar, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência.*) - Quero agradecer à Senadora Eliziane Gama e a todos os Senadores e Senadoras.

E começo a perguntar ao Sr. Jailton Batista a respeito da origem da empresa Vitamedic. Ela começou Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Não, era a antiga empresa... Chamava antigamente Vitapan.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Vitapan?

O SR. JAILTON BATISTA - Vitapan. Quando o grupo assumiu, trocou de nome.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Dessa empresa Vitapan, quem era o proprietário dela, quando era Vitapan?

O SR. JAILTON BATISTA - O nome da acionista chamava Andréa Aprígio.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não, o nome do proprietário.

O SR. JAILTON BATISTA - Andréa Aprígio que era a acionista da empresa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - E o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, Carlos Cachoeira, era proprietário também?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, a informação...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - E tem ainda relação com a Vitamedic?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA - Não, absolutamente nenhuma.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Tem, sim.

O SR. JAILTON BATISTA - Nenhuma.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Tem, sim, tem. Ele ainda é... Nós temos aqui evidências de que a Vitapan era de propriedade do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

O SR. JAILTON BATISTA - A Sra. Andréa, a informação que temos, é ex-esposa desse Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Pois é, então a Vitapan inicialmente foi realmente uma empresa do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, Carlos Cachoeira, que esteve envolvido na CPMI aqui na época, em 2012, com problemas gravíssimos. Depois foi vendida ao Sr. José Alves, que hoje é o proprietário de um conglomerado de empresas que incluiu a Unialfa, Colégio Alfa, negócios imobiliários, Vitamedic e outras tantas empresas. Portanto, a origem já é uma origem que deixa muito a desejar.

Mas eu quero começar falando, e ouvi com atenção as coisas que foram colocadas pelo Senador Renan Calheiros, e uma coisa que se precisa esclarecer do ponto de vista científico e médico é o que se fala de tratamento precoce ou preventivo, e, nesse ponto, nenhuma medicação - ou ivermectina, ou hidroxicloroquina, ou doxiciclina, ou nenhuma vitamina - previne a entrada do vírus na mucosa da boca ou do nariz. Portanto, a utilização de medicamentos para prevenir a doença é completamente anticientífica, médica, não tem nenhuma sustentação. Naturalmente que muitos médicos, até hoje, quando o paciente está infectado pelo vírus, ainda receitam a ivermectina ou outros medicamentos. Então, o grande problema, o grande crime cometido do ponto de vista sanitário e médico foi o que eu ouvi aí do Presidente da República, dizendo que a medicação previne a contaminação de um paciente. Eu, por exemplo, tomei duas vacinas, estava imunizado, e tive a infecção vacinado, e já com imunidade constatada.

O grande crime cometido nesse caso foi a empresa estimular o tratamento precoce ou preventivo, ou seja, se você toma essa medicação, você não vai contrair a doença. Portanto, esse estímulo de usar medicação e também fazer e dar publicidade a isso através de notas em jornais... Por exemplo, a sua empresa, a empresa do senhor colocou *outdoors* pela Bahia aqui estimulando o tratamento precoce, e até na cidade onde o senhor foi secretário, em Feira de Santana, eu sou aqui da Bahia, passava e via lá *outdoors*, notícias em jornais, tudo para estimular a venda da ivermectina. Esse é que é o grande crime que aconteceu. Por exemplo, o senhor falou aí que a medicação é vendida por outros laboratórios. A ivermectina da Vitamedic é uma medicação que é vendida como medicamento genérico, não é isso?

O SR. JAILTON BATISTA - Exato.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Genérico. Por exemplo, a Abbott não é o genérico, é revectina. O senhor vendeu, eu acho, seiscentos e tantos milhões de ivermectina em 2020, e no ano de 2019 não passou de 40 milhões. Pois bem, a Abbott, que tem medicamento de marca, vendeu 2% disso. Então, o que aconteceu? Aconteceu uma promoção da medicação por meios de comunicação para promover uma medicação que não evita você contrair a doença. Quando o paciente está acometido da doença, até hoje não se tem ideia se funciona ou não funciona, para ser honesto com meus princípios de formação acadêmica e médica. Tem médico que receita, mas não tem ainda um laboratório, nenhum estudo científico que possa identificar uma cura por esse método de tratamento.

Mas eu pergunto a V. Sa., Sr. Jailton Batista: essa empresa pagou alguma bonificação a algum médico, para que ele pudesse estimular isso?

O SR. JAILTON BATISTA - Senador, obrigado pelas suas colocações.

Primeiro, esclareço que nenhum *outdoor* foi patrocinado pela empresa defendendo o tratamento precoce, inclusive na Bahia, que é minha terra. Deve ter sido iniciativa de algum médico, de alguma instituição. Não fomos nós que patrocinamos.

Segundo, o aumento do consumo de... A indústria farmacêutica, em geral, foi muito impactada, não só ivermectina, mas muitos produtos, com crescimento bastante forte no consumo de medicamentos em todas as fases, inclusive dentro dos hospitais. Vou dar um exemplo aqui. Por exemplo, midazolam, que é um anestésico, cresceu 171% em 2020, o crescimento do consumo. O rocurônio cresceu quatrocentos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Esse medicamento é para paciente internado...

O SR. JAILTON BATISTA - Exatamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Esse ambiente... Eu estou falando em ambiente... O senhor está falando em ambiente hospitalar.

O SR. JAILTON BATISTA - Exato.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Nós estamos tratando de medicamento comprado na farmácia, em ambiente ambulatorial. Aí é uma comparação que não deve ser formulada, na minha opinião.

O SR. JAILTON BATISTA - Não, estou só lembrando que a indústria toda foi impactada com...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Pois é, mas é por medicamentos de uso hospitalar. A ivermectina se compra até... se comprou sem receita, a hidroxicloroquina, a doxiciclina, as vitaminas todas usadas, azitromicina também, que é um antibiótico para tratamento de infecções bacterianas do trato superior respiratório. Então, todos esses medicamentos não têm nenhuma condição de evitar que o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paciente venha a contrair a doença, e esse foi o grande crime não só do Presidente da República, estimulando, mas também da empresa do senhor, estimulando que se usasse isso como medicação preventiva.

Mas o que eu perguntei ao senhor é se o seu laboratório pagou bonificação a médicos para estimularem o uso da ivermectina.

O SR. JAILTON BATISTA - Senador, nunca o fizemos. Nós não temos... Nós não fazemos propaganda médica. Nossos produtos são genéricos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não, eu perguntei se o senhor se pagou alguma bonificação.

O SR. JAILTON BATISTA - Não, não houve nenhuma bonificação. Não houve nenhuma bonificação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Olha, eu acho que o senhor está errado, está enganado. Eu tenho aqui pagamento do seu laboratório, da Vitamedic, que pagou ao Dr. Flávio Adsuara Cadeiani, médico indicado no Requerimento nº 150, de 2021, R\$10 mil. Pagamento feito pela Vitamedic. Não só a ele; a outras pessoas também foram feitos pagamentos. Vou citar dois que estão aqui também: Helen Araújo de Meneses Ramos; o Hospital Maternidade Therezinha de Jesus. Ou seja: isso aqui é só o começo, fora tantas diárias que foram pagas a pessoas para promoverem palestras, essa medicação para uso preventivo, ou seja, precoce, para que, tomando a medicação, como disse de forma errada, equivocada, o Presidente da República, o paciente não viesse a contrair essa virose.

Não existe nenhuma virose cuja contaminação possa ser evitada por medicamento preventivo. São vinte e tantas viroses que nós temos aqui no Brasil, todas elas só evitadas ou redutíveis por vacinação, inclusive, as viroses da infância, o sarampo, a varíola, a paralisia infantil, H1N1, a hepatite. Todas essas doenças causadas por vírus, Sr. Jailton, elas são evitadas pela vacina.

Então, essa história é malcontada, irresponsável, criminosa ao dizer que, usando qualquer medicamento, seja antibiótico, seja ivermectina, hidroxicloroquina, não evita contrair a doença. Eu estava vacinado duas vezes e fui reinfestado, porque nem a vacina dá 100% de tranquilidade ou imunidade às pessoas. Portanto, essa propaganda que se disseminou pelo Brasil levou ao enriquecimento ilícito da sua empresa pela propaganda enganosa.

Por exemplo, o senhor disse aí de forma errada, não sabia nem dizer o que foi faturado com sua empresa. Eu vou lhe dizer: ivermectina de dois comprimidos e de quatro comprimidos, no ano de 2018, 5,060 milhões; depois, 5,231 milhões, em 2018; em 2019, de dois comprimidos, 6,806 milhões, e, de quatro comprimidos, em 2019, 7,577 milhões. Sabe pra quanto subiu em 2020? De quatro comprimidos, 415 milhões; e, de dois comprimidos, R\$44 milhões foram faturados. Portanto... E medicamento



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ivermectina com 500 comprimidos, 10,419 milhões, ou seja, houve um faturamento muito grande. Inclusive, nessa questão dos medicamentos genéricos, até porque...

Eu quero até chamar atenção dos Senadores e Senadoras, que eu tenho um projeto aí que vai ser relatado pelo Senador Nelsinho Trad que se chama pós-registro, que é superimportante, que hoje a Anvisa não faz a busca do medicamento no pós-registro pra saber se contém a medicação que está estipulada na bula. Muitos medicamentos de marca e até genéricos e outros não estão trazendo a quantidade real do medicamento que tem na bula. Eu estou apresentando esse projeto pra que a Anvisa comece chegar à farmácia, pegar a ivermectina, hidroxicloroquina, antibiótico, azitromicina e levar pra fazer o exame, até porque, no caso dos antibióticos, isso é muito grave, que dá resistência quando você toma uma dose aquém daquilo que está preestabelecido na bula.

Quanto aos efeitos colaterais da ivermectina, realmente, ela sendo tomada como está na bula, de acordo com o que está prescrito, não tem nenhum problema. Aí, o médico vai receitar e vai dizer quanto o paciente vai tomar, a depender do seu peso corporal. Mas o que aconteceu com a ivermectina? É que ela sendo indicada por pessoas leigas, muitas vezes, sem formação médica... E quantos charlatões surgiram pelo Brasil afora que não tinham a formação médica e começaram a receitar? Se se toma em altas doses, em superdose, em overdoses, o que é que acontece? Ela pode ser neurotóxica, causar convulsões cerebrais e pode ser também hepatotóxica em doses altas.

Portanto, a prescrição médica era fundamental, mas, quando um Presidente da República vai e dá uma receita e manda tomar ou um leigo manda tomar e não estabelece o critério para tomar a medicação, o que acontece é a superdose, e o paciente vai pagar com os efeitos colaterais. Portanto, a sua empresa estimulou o uso da medicação, pagando por fora agentes da área de saúde - como eu citei aqui e posso comprovar; posso mandar pro senhor - que receberam recursos. Esse é um dos principais estimuladores do uso dessa medicação.

O SR. JAILTON BATISTA - Senador, só pra esclarecer: nós não fizemos realmente bonificação pra nenhum médico. Ocorreu nesse caso, falando do Flávio, que não foi como médico, mas como um pesquisador que ele é, da Organização Mundial de Saúde.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Pesquisador? Pagou como pesquisador? Que pesquisa ele fez sobre ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA - Deixe-me concluir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Qual foi a pesquisa?

O SR. JAILTON BATISTA - Deixe-me concluir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Qual foi a fase que ele fez? Ele fez a pesquisa *in vitro*, com camundongo, fez a fase clínica? Como foi que ele fez a pesquisa? Por R\$10 mil se fazer uma pesquisa para saber os efeitos da ivermectina, Sr. Jailton?

O SR. JAILTON BATISTA - Senador, deixe-me concluir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Aí, sinceramente, o senhor não está falando a verdade.

O SR. JAILTON BATISTA - Não, não...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Está faltando com a verdade.

O SR. JAILTON BATISTA - Não, deixe-me concluir, Senador. Eu vou concluir o raciocínio. Eu queria dizer que ele é... Eu estou dizendo que eu... Nós não o contratamos pra fazer pesquisa, nós pedimos a ele que fizesse um levantamento para uma metanálise de documentos pra gente, e isso não foi adiante. Queríamos entender... Como ele era um pesquisador - ele era um pesquisador inclusive ligado à Organização Mundial de Saúde -, nós pedimos que ele nos desse dados e informações sobre o produto. E isso não foi adiante, tanto que uma pesquisa pra estudo clínico custa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sinceramente...

O SR. JAILTON BATISTA - ...quase R\$10 milhões. Com R\$10 mil...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sinceramente, a resposta de V. Exa. é muito frágil, não é verdadeira. Não é verdadeira.

Eu tenho aqui também quem recebeu R\$9.418 da sua empresa: Rute Alves Pereira e Costa, que possui vínculo societário com Quarter Soluções Científicas. Também da mesma maneira. E assim foram vários agentes da área de saúde que receberam estímulo, pagamento para divulgar o uso da medicação como tratamento preventivo ou precoce.

Ou seja, todas as perguntas formuladas pelo Senador Renan Calheiros ou que eu formulei agora... Tenho que, sinceramente, dizer a esta Comissão, da qual participo agora no sistema remoto, que não há como não se fazer o requerimento de convocação do senhor proprietário, o Sr. José Alves, inclusive pelo conglomerado de empresas que participaram na divulgação do tratamento precoce, do *kit covid*.

Quando fazem a divulgação, entram todos os medicamentos: hidroxiquina, hidroxilina, azitromicina, vitamina D, todos eles praticamente sem comprovação. E não se tem nenhuma condição de dizer que evitam a contaminação pelo coronavírus, seja qualquer uma das suas variantes, a P1, a Delta, qualquer uma dessas. O paciente não usando máscara e tendo contato com a pessoa... Porque a transmissão do coronavírus é pessoa a pessoa, não tem intermediário. Se está sem a máscara ou se descuida da máscara, será contaminado, independentemente de estar tomando uma carreta de ivermectina ou de hidroxiquina ou hidroxilina ou de azitromicina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a empresa que o senhor dirige é uma empresa que trabalhou para o povo brasileiro ser ludibriado, enganado. E só o lucro favoreceu o senhor, absolutamente, como disse aqui o Senador Omar Aziz, pela crise sanitária de Manaus, pelo crime cometido com o povo de Manaus, do Amazonas, e que aconteceu também em outros vários Estados.

Sr. Presidente, eu agradeço. Essa é a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Obrigado, Senador Otto Alencar. É uma satisfação sempre ouvi-lo. Esperamos o quanto antes, já que o senhor está em restabelecimento, o seu retorno presencial a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A próximo inscrita é a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Senador Renan, eu inicio a minha pergunta, Sr. Jailton, que é, na verdade, o foco principal desta Comissão quando ela foi instituída, exatamente o entendimento da implantação, no Brasil, de uma ação negacionista em detrimento da ciência. É bem verdade que, no caso da covid-19, foi um fato novo no mundo inteiro, e aí, portanto, lá na primeira fase, inicial, havia, por falta de informações mínimas do ponto de vista científico, a adoção de algumas medidas que foram implantadas. Logo, um mês, dois meses, três meses após o início da pandemia, a gente já viu várias recomendações da Organização Mundial de Saúde para todo o mundo, com orientações básicas e elementares, exatamente no sentido de impedir o negacionismo e, portanto, evitarem-se mortes em todo o mundo.

Eu pergunto ao senhor: a empresa do senhor chegou a ter acesso a algum estudo sobre o uso prolongado desse medicamento? Teve acesso? Chegou a promover, chegou a incentivar, por exemplo, algum estudo dessa natureza, para o uso da ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Senadora, obrigado pela pergunta.

Claro que conhecimento sobre todos os estudos que foram feitos ao redor do mundo, em vários países - e temos alguns deles aqui -, a gente tinha que acompanhar porque fabricamos um produto que estava envolvido nisso. Diretamente, até reportando ao Senador Otto Alencar, nós começamos a buscar informação, fonte de informação, mas não fizemos, em nenhum momento, uso dessas informações pra dizer que a ivermectina tinha uma ação antiviral, porque não tínhamos ainda documentos científicos sobre isso. Por exemplo, o que nós pagamos, inclusive, a esses médicos que ele relatou, que são pesquisadores, nem são médicos... São médicos, mas são pesquisadores.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Médicos pela Vida, a que o senhor se refere?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA - Não, não, não, não. Não são os Médicos pela Vida, são outros profissionais. Pra levantar informações técnicas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAILTON BATISTA - É. Vários médicos, pessoas que trabalham com a academia e com pesquisa, e nós pedimos que fizessem levantamentos. Inclusive a que ele citou, a Dra. Rute, é o mesmo caso. Pedimos... Porque o estudo clínico tem um custo mínimo em torno de R\$10 milhões. Com R\$10 mil, com R\$9 mil, você não faz um estudo clínico.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Não há dúvida.

O SR. JAILTON BATISTA - Não há dúvida, não é? Então o pagamento não foi pra estimular, foi só pra levantar informações que embasam...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - E qual foi o resultado?

O SR. JAILTON BATISTA - Não; estão sendo processadas ainda. Não se concluíram. Esse relatório...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Mas esse relatório que vocês pediram, foi quando?

O SR. JAILTON BATISTA - Esse relatório da Dra. Rute, por exemplo, nós ainda vamos receber nos próximos dias. Mas nós fizemos o pagamento adiantado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Então, mas a gente está com mais de ano de pandemia, Sr. Jailton.

O SR. JAILTON BATISTA - Não, mas o estudo foi pedido, esses dados foram pedidos recentemente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Sim, mas vocês não tiveram interesse de pedir lá atrás?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, não, eu falo do que nós financiamos, que nós pagamos para levantar os dados, são esses que nós vamos receber proximamente, o.k.?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Mas a minha pergunta é exatamente essa.

O SR. JAILTON BATISTA - E os demais estudos que temos são de outras universidades, como citei aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Porque a grande preocupação não é o uso apenas de uma vez da ivermectina. O que a gente percebia, por exemplo, a partir da campanha que foi implantada pelo Presidente da República, é que as pessoas usavam ivermectina de forma deliberada. Vou dar um exemplo para o senhor: agora há pouco, por exemplo, a minha assessora estava relatando um fato de um amigo próximo dela, quando ele tinha contato com alguém, ele tomava ivermectina; quando ele saía, ele voltava de novo e tomava ivermectina; ou seja, ele passou a tomar ivermectina de forma continuada. Então, é exatamente o que eu preciso entender. A Vitamedic lá atrás - a gente está com mais de ano de pandemia - não teve interesse, por exemplo, de pelo menos... Eu já não digo nem um financiamento, porque, como o senhor coloca, o financiamento é um financiamento significativo, apesar de a Vitamedic ter, sim, recursos suficientes para isso, porque o volume, por exemplo, de 2019, que foi apresentado pelos senhores inclusive, foi de R\$15 milhões; em 2020, foi de R\$466 milhões. É um aumento de mais de 3.000% na comercialização. Então, lá atrás vocês não fizeram esse tipo de estudo. E o que a gente tem? As pessoas tomando de forma deliberada. Então, há um impacto na vida dessas pessoas. Quando você faz esse uso prolongado, naturalmente nisso há um desdobramento e há uma repercussão grande em relação a essas pessoas que usam.

Então, minha pergunta é esta: por que não foi feito lá atrás? O senhor ainda nem recebeu o resultado, depois de ter um lucro aí de quase meio bilhão de reais de uma movimentação, eu diria - de quase meio bilhão de reais.

O SR. JAILTON BATISTA - Senadora, esse medicamento que nós produzimos é uma droga genérica, portanto, tem vários fabricantes. A minha... Eu conduzi exclusivamente um estudo patrocinado só pela minha empresa, e isso beneficiaria também várias outras empresas que produzem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Não há dúvida. Com certeza.

O SR. JAILTON BATISTA - ... vários outros produtos. Então, eu, individualmente... Como é uma droga genérica, se eu patrocinar um estudo, eu estou beneficiando todos que produzem o mesmo medicamento. Essa é a razão por que eu não posso financiar outras empresas com essa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - E nem teve acesso.

Sobre o TrateCov, Sr. Jailton, vocês chegaram a participar de algum momento? O TrateCov apresentava o *kit* covid, em que estava lá a ivermectina, não é? Vocês chegaram a participar, em algum momento dessa elaboração? Tiveram conhecimento?

O SR. JAILTON BATISTA - Não. Não participamos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Mas tiveram conhecimento da elaboração desse aplicativo?

O SR. JAILTON BATISTA - Sim, isso foi publicamente divulgado pelas redes sociais, todo mundo tem acesso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Em nenhum momento vocês se sentaram para reunir sobre isso?

O SR. JAILTON BATISTA - Não. Nós não nos envolvemos no conteúdo daquilo que é exclusivamente da autonomia do médico. Nós não podemos interferir. Nós não temos como fazer, senão seríamos... Tendo uma ação direta aí... Seria responsabilidade do médico essa informação. Nós não interferimos no conteúdo de qualquer publicação científica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Sr. Jailton, a gente tem informações de que há indícios, por exemplo, de movimentação atípica na sua empresa, na Vitamedic, e também de pagamentos atípicos, inclusive com já documentação do próprio Coaf. O senhor tem informação nesse sentido?

O SR. JAILTON BATISTA - Precisaria saber que pagamentos ativos. Nossa empresa é totalmente fechada, regulada, todos os processos são documentados fiscalmente. Eu desconheço quais...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - O senhor não recebeu nenhuma informação nesse sentido?

O SR. JAILTON BATISTA - Não. Como essa que foi levantada há pouco, em relação à Nutriex, nós esclarecemos que nós não temos... Desconhecemos qualquer pagamento atípico. Nossa empresa é muito... Nós somos auditados inclusive. Somos uma empresa que somos auditados por auditorias internacionais e não podemos ter esse tipo de procedimento na nossa companhia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Vocês têm, por exemplo, costume de fazer pagamentos a empresas ou profissionais que não são necessariamente desta área, da área de medicamentos, da área médica?

O SR. JAILTON BATISTA - Só se for por natureza de algum contrato, e a gente precisaria entender a natureza desse contrato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - A forma de comercialização ou de pagamento, por exemplo, de publicidade, agora nesse período de pandemia... Vocês tinham esse mesmo costume de fazer esse tipo de pagamento em outros tempos, em tempos anteriores?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA - Não, a empresa assumiu todo... Tudo o que a empresa fez foi publicamente assumido, nós autorizamos, isso é documentado, é fiscalmente registrado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Mas vocês tinham este mesmo costume de pagar esse tipo de publicidade em anos anteriores?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, não tivemos, foi o primeiro caso que nós... Uma publicação médica como essa foi a primeira vez...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Por que essa mudança de prática de tempos anteriores para agora?

O SR. JAILTON BATISTA - A realidade mudou. A gente entendia que uma publicação de cunho médico-científico poderia ter o nosso interesse de patrocinar, e foi isso que delineou a nossa decisão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - O senhor assegura que em nenhum momento, por exemplo, representantes de vocês se sentaram com agentes políticos, agentes públicos de qualquer esfera do Governo Federal?

O SR. JAILTON BATISTA - Para tratar de venda de... Asseguro, sim. Para tratar da venda de ivermectina ou de algum interesse comercial, não. Nós atuamos na área privada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Mas para tratar de quê que foi "sim"?

O SR. JAILTON BATISTA - Não tratamos em relação a tratamento precoce ou uso de ivermectina com nenhum órgão do Governo Federal...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Mas vocês já sentaram em reuniões agora em período de pandemia...

O SR. JAILTON BATISTA - Com quem?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Com órgãos do Governo Federal?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Neste período, então, de pandemia, não há registro, digamos assim, da presença de representações de vocês em reuniões com o Governo Federal?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Não há nenhum registro?

O SR. JAILTON BATISTA - Não há.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - O senhor acabou de dizer aqui - só me confirme mais uma vez - em relação a pagamentos para órgãos publicitários, algo em torno de R\$717 mil. Foi isso?

O SR. JAILTON BATISTA - Exato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Por que o senhor obstruiu, por que o senhor omitiu essa informação quando enviou documentação à CPI? Porque os dados que o senhor mostrou para a CPI eram algo em torno de R\$1,2 mil, de R\$10 mil, enfim, eram valores bem pequenos.

O SR. JAILTON BATISTA - Não, Senadora, nós não omitimos essa informação. Essa informação deve ter sido obtida por outra fonte. Nós não teríamos razão para não dar a informação real.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Mas vocês não mandaram esse dado para a CPI, o senhor está dizendo esse dado agora.

O SR. JAILTON BATISTA - Se foi solicitado... Tudo o que a CPI solicitou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Solicitamos todos os pagamentos publicitários da empresa.

O SR. JAILTON BATISTA - Eu tenho aqui, inclusive, esse documento para entregar à Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Então, é bom que o senhor o entregue, porque, veja bem, quando a gente solicita uma informação e a informação não vem, ela pode vir através das quebras dos sigilos.

O SR. JAILTON BATISTA - Não, mas está aí a informação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - A CPI tem, na verdade, poderes para buscar essas informações, e isso se torna crime de desobediência, por exemplo, quando você, na verdade, não apresenta as informações que são solicitadas pela Comissão. O senhor encaminha agora?

O SR. JAILTON BATISTA - Já entreguei, já entreguei o documento ao Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - O nosso tempo, na verdade, já está acabando, mas eu quero dizer para o senhor aqui, Sr. Jailton, que eu sou da Região Nordeste brasileira, eu sou do Estado do Maranhão, nasci no interior do Estado do Maranhão e conheço a realidade da população pobre, porque a minha família... E eu nasci, na verdade, nesse ambiente, em um ambiente realmente de pobreza, de pouco acesso, por exemplo, a aparelho público. Portanto, o acesso à ivermectina é o acesso mais fácil que se tem por conta do custo. Quando você busca, por exemplo, a compra desse medicamento, ela é atingida...

Por exemplo, esse volume que o senhor tem aqui, de R\$466 milhões, saiba que foi um volume cujo valor teve um percentual significativo vindo dessa população pobre, dessa população miserável que se agarra àquilo que está diante dela para poder salvar sua própria vida.

O que nós tivemos agora, neste período de pandemia, Sr. Jailton? E isto é muito grave, isto é criminoso, isto é desumano: nós temos um Presidente da República que se apresenta para a população brasileira e diz que tem que tomar ivermectina. Ele é o maior formador de opinião do Brasil. Ele vai para a televisão, vai para as redes sociais e incentiva o uso deliberado desse medicamento.

Nós temos do outro lado o quê? Uma população pobre que compra ivermectina e a usa de forma prolongada, com efeitos, como o senhor diz, que ninguém nem sabe o que são, porque o estudo dessa natureza, alguns ainda nem temos de forma cabal, muito embora haja recomendações da Anvisa e haja recomendações da Organização Mundial de Saúde, exatamente deixando claro que esse não é um medicamento com eficácia comprovada para o tratamento da covid-19.

Então, nós temos um Presidente da República que incentiva, nós temos uma empresa que sai de um faturamento de R\$15 milhões para um faturamento de R\$466 milhões, com 3.000% de faturamento, e um percentual vem da população pobre. E o que nós temos dessa empresa? Um pagamento, um custeio de publicidade a entidades que estimulam *fake news*, que faz, na verdade, a propagação de notícia mentirosa. E o que nós temos? Temos 564.890 mortos no Brasil. Ou seja, esse é um ciclo que é incentivado na sua origem pelo Presidente da República, e as empresas, ao invés de trabalharem na pesquisa científica - porque R\$10 milhões é pouco diante de R\$466 milhões... As empresas, ao invés de trabalharem na publicidade para a informação correta, incentivam empresas que fazem o incentivo de *fake news*, investem em entidades que fazem a propagação de *fake news* no Brasil.

Vejam que é um ciclo muito ruim, é um ciclo criminoso, é um ciclo de morte. Nós recebemos aqui, Dr. Jailton, a Dra. Jurema, e ela fez uma exposição naquele momento. E, quando ela chegou aqui - nós estávamos ainda próximos de 500 mil mortes -, ela já colocou que pelo menos 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas com informações elementares, com o uso de medidas não farmacológicas, com a utilização do álcool em gel, da máscara. E aí não é uma informação minha, não - com o impedimento, por exemplo, de aglomeração; são informações da academia, de entidades que pesquisam todos os dias o que deve ser realmente implantado para se coibir, para se diminuir a propagação da covid-19 no Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lamento que os senhores, com uma empresa tão ampla, tão bem estruturada e que saiu de uma movimentação média, eu diria assim, para uma mobilização e para uma movimentação financeira milionária, quase bilionária – o Coaf mostra, no meio dela, movimentação atípica, que mostra, no meio dela, pagamentos atípicos –, e, infelizmente, não usou de tudo isso para salvar vidas no Brasil.

É apenas um lamento que eu posso deixar aqui nesta Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

O próximo inscrito é o Senador Humberto Costa. Como eu serei o próximo, após o Senador Humberto, eu convido a Senadora Eliziane para assumir aqui, interinamente, a Presidência, para que, em seguida ao Senador Humberto, eu possa inquirir o depoente.

Senador Humberto, 15 minutos para V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores...

Sr. Jailton Batista, seja bem-vindo ao Senado Federal.

Eu quero começar, Sr. Jailton, dizendo que o principal problema é o fato de que já existe comprovação científica de que a ivermectina e outros medicamentos do chamado *kit* covid não têm qualquer eficácia contra a covid-19. Não se trata de discutir que ainda não está comprovado; está comprovado que não têm.

Toda essa situação se criou a partir de estudos que são acusados, inclusive, de fraude, de fraude! Há um estudo que foi publicado aqui nesta revista que mostra que o "maior estudo de ivermectina para covid-19 tem sinais sérios de fraude", identificados por profissionais que são investigadores científicos como seu principal ofício. Os estudos *in vitro*, ou seja dentro de um tubo de ensaio, que mostraram eficácia para covid-19, se forem transpostos para uma eficácia *in vivo*, ou seja, em animais ou pessoas, a dosagem que deveria ser atingida para ser eficaz tem que ser sete vezes maior do que aquela que foi identificada *in vitro*. São cem cápsulas do comprimido para poder dar uma concentração mínima no pulmão que pudesse gerar, então – e não se sabe se geraria –, realmente, o enfrentamento à covid-19. Então, não há nada disso.

V. Sa., na condição de gestor da empresa Vitamedic, contestou a decisão da Merck, que publicou um material dizendo:

[...]



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- nenhuma base científica para [admitir] um efeito terapêutico potencial [da ivermectina] contra covid-19 [...];
- nenhuma evidência significativa para atividade clínica ou eficácia clínica em pacientes com doença covid-19; e
- a preocupante falta de dados de segurança na maioria dos estudos.

E, se é verdade que é inócuo do ponto de vista das doses para matar piolho, para matar parasita, as doses que são aplicadas para enfrentar a covid-19 causam, sim, dano. O Senador Otto disse que podem romper as barreiras de proteção cerebral e causar uma série de danos cerebrais, podem destruir os dutos biliares e provocar hepatite gravíssima, levando a uma lesão permanente do fígado. E já são vários os casos de pessoas que estão esperando que possam ter um transplante para se recuperarem do dano desse medicamento.

E sabe o que é que V. Sa. escreveu na nota da Vitamedic? "O crescimento do mercado da ivermectina, um produto de baixo custo e terapêuticamente de baixo risco, naturalmente, incomoda e pode ser o motivador de campanhas contra na mídia, especialmente provocadas por empresas que têm interesse em lançar produtos patenteados [...]." Quer dizer, V. Sa. entendeu que a empresa que criou o medicamento, que poderia ganhar bilhões e bilhões de dólares neste momento se dissesse que ele tem eficácia, teria feito essa colocação por outras razões que não seriam as razões científicas.

Tenho mais aqui um documento da Associação Médica Brasileira – é agora de julho –, onde, a partir de pesquisas feitas, bases consultadas etc., a Associação Médica Brasileira faz uma recomendação em relação à ivermectina – está aqui na página 5 –, que diz concretamente:

Não há evidência consistente disponível que suporte o uso de Ivermectina, seja em pacientes sob risco de COVID-19 ou em pacientes com doença leve. Não há diferença no risco de hospitalização, na mortalidade ou de eventos adversos quando comparado com o uso de placebo. [...]

RECOMENDAÇÃO

O uso de Ivermectina na profilaxia de COVID-19 ou no tratamento de pacientes com COVID-19 leve não é recomendado.

V. Sa. teve acesso a esses estudos ou não?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Sr. Senador, tivemos acesso a esse e a outros de várias também instituições médicas que têm posições um pouco diferentes, não é?

Relativamente à questão da nota da Merck, o que nós buscamos foi que, quando foi publicada a nota da Merck sobre a ivermectina... A Merck já não produz esse produto há muito tempo, Senador, está fora do mercado há muito tempo no Brasil. Nós fomos buscar... Se ela diz que o produto tem ou não tem uma ação, nós fomos buscar dados de um estudo que comprovasse que não tivesse. Nós não encontramos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E só relacionamos aquilo em relação a achar estranho, porque, naquele mesmo momento, ela estava em fase de desenvolvimento de um produto chamado MK-4482, que é o molnupiravir, com interesse de... E a nota foi nesse sentido de conceituar. Nós não queríamos desacreditar ninguém.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Bom, mas não há lógica nenhuma. A Merck Sharp poderia simplesmente fazer uma leve maquiagem no medicamento, dar um outro nome e se utilizar da condição de ter sido a detentora da patente inicial para vender para o mundo inteiro. Não tem lógica o raciocínio de V. Sa.

Outra coisa que eu queria abordar: V. Sa. conhece a Lei nº 6.360, de 1976, e a Resolução da Anvisa 96, de 2008? Com certeza conhece, é óbvio.

O SR. JAILTON BATISTA - Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Não é?

O SR. JAILTON BATISTA - Especificamente... São muitas legislações...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - É o que rege a publicidade na área...

O SR. JAILTON BATISTA - Sim, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... na área médica.

O SR. JAILTON BATISTA - Sei, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - V. Sa. conhece.

O SR. JAILTON BATISTA - Claro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - E lá está escrito: é vedada a concessão de benefícios e vantagens a prescritores e dispensadores, ou seja, os médicos; a vedação ao estímulo ou indução ao uso indiscriminado de medicamentos - está aqui V. Sa. estimulando; e a ausência de advertências claras sobre os riscos. Isso também não está aqui e nem está em nenhuma publicidade que foi feita pela empresa.

Então, eu só posso ter a conclusão de que V. Sas. não aplicaram diretrizes de *marketing* na Vitamedic que cumprissem essa legislação. Pagaram esse informe publicitário cujo objetivo é exatamente difundir a noção de que há médicos que defendem esse tratamento. São dez mil, são poucos no conjunto do Brasil e que não são fiscalizados por quem deveria fiscalizar: o Conselho Federal de Medicina,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dominado por bolsonaristas e que lavou as mãos em relação a isso. Lavou as mãos. Eu tenho insistido para trazer o Presidente do Conselho Federal de Medicina aqui para ele defender o que ele fez. E, no entanto, não vem. E a empresa de V. Sa. não vem porque não foram convidados. Eu já pedi várias vezes ao Presidente, não foi? Já foi aprovado inclusive. Ele deveria vir aqui para nos ouvir.

Então, isso é uma estratégia da empresa? Pagar a pessoas ou criar benefícios para pessoas que são prescritores de um medicamento que não tem eficácia?

O SR. JAILTON BATISTA - Senador, eu repito que o conteúdo do material informativo não é especial da Vitamedic, nem é da ivermectina, e também nós não interferimos no conteúdo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Os senhores trabalharam com influenciadores digitais com esse medicamento?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, não, de forma alguma.

Então, é um conjunto de informações que estão lá, e a empresa não exigiu, inclusive, contrapartida ao dizer: "A ivermectina não assinou o documento como incentivo...". Ele trata de uma série de produtos e não é exclusivo da Vitamedic; portanto, a gente não teve esse interesse de ter algum benefício do ponto de vista comercial direto em relação a esse assunto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Essa plataforma que foi implementada... Veja, a Unialfa, que é empresa do Grupo José Alves, oferece cursos na área de saúde?

O SR. JAILTON BATISTA - Ela oferece cursos na área de tecnologia. É uma empresa de negócios, então...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Qual é a formação do Reitor da Unialfa, o senhor sabe?

O SR. JAILTON BATISTA - Ele é da área de tecnologia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Da área de tecnologia.

Vocês sabem quem ofereceu o iMED para os Médicos pela Vida? Foi um centro universitário que não tem curso de saúde - não tem curso de saúde! Como pode?

Isso é mais um profundo equívoco desse grupo. Na verdade, o dono desse grupo é que devia estar aí no seu lugar, o senhor não tem culpa, não, o senhor é um representante meramente da empresa. É um cidadão negacionista, bolsonarista, que colocou, a serviço desse grupo de médicos bolsonaristas, algo que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem fundamentação científica e que foi desenvolvido por uma universidade que não tem curso de saúde.

Veja que grande contradição que nós estamos vendo aqui.

Eu queria terminar a minha fala, porque eu disponho de pouco tempo e acho que V. Sa. já respondeu por outras perguntas que eu iria fazer - chega na nossa vez já não tem muita coisa -, e daqui a pouco aquela moça fala "15 segundos", e a gente fica meio desorientado. Mas eu queria dizer que não entenda como nada dirigido a V. Sa., mas essa empresa em que V. Sa. está atuando, ela cometeu um erro, porque nós não estamos aqui tirando a responsabilidade das outras empresas que produzem estes medicamentos: cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina. Aquelas outras se aproveitaram, mas ficaram, ó, caladas.

A empresa que V. Sa. representa é que ficou muito ansiosa e aí resolveu desenvolver esses canais para ampliar a venda desses medicamentos, principalmente seduzindo profissionais da área de saúde e agiu, na minha opinião, como se fosse uma empresa abutre, infelizmente. Não entenda isso como qualquer conotação pessoal, mas foi isto que aconteceu na prática, adotou uma linha abutre: "Vamos ganhar dinheiro agora com esse negócio que está indo bem, que está dando bem".

Eu pergunto a V. Sa.: em algum momento a Vitamedic fez alguma publicidade incentivando o uso de máscara, medida preventiva, afastamento, isolamento social? Em algum momento?

O SR. JAILTON BATISTA - Desde o primeiro momento, Senador. Aliás, nossa empresa, eu diria que é um exemplo do ponto de vista de cuidar das pessoas, não só das pessoas, mas da comunidade, pois nós fizemos, inclusive, doações à cidade onde nós estamos sediados para ajudar na instalação de leitos para covid.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Publicaram alguma coisa como essa no jornal, na televisão? Porque teve muitas empresas que, inclusive, não são da área de saúde que fizeram isso.

O SR. JAILTON BATISTA - Nós temos... Nossa empresa tem um programa muito forte de acompanhamento de todas as pessoas. Nós fizemos uma movimentação muito forte em termos de cuidar das pessoas. Tivemos que alterar turnos, colocar pessoas em *home office*, as pessoas que tinham alguma comorbidade, todas elas, foram afastadas. E, quando surgiu a ideia de vacinar todos os nossos funcionários dentro de um programa da Federação do Comércio, das instituições ligadas ao nosso setor industrial, nós fomos os primeiros a incentivar todos os nossos funcionários a serem vacinados. Talvez seja por isso que nós não tivemos... Nós temos mil funcionários - mil funcionários - e nenhuma morbidade, nenhum caso de morte.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Deveriam ter investido bastante na área de estimular, com medidas de publicidade, a questão das medidas preventivas, não é? Mas estavam preocupados era em vender a ivermectina.

Eu queria dizer só duas coisas mais. A primeira é o seguinte: é bom que agora as pessoas estão vendo, o Brasil nem conseguiu vacinar uma parcela importante da população, mas a quantidade de casos e mortes está diminuindo dramaticamente. Sabe o que é que isso prova? Que não é cloroquina, que não é ivermectina, que não é azitromicina, que não é com nada disso, com as ações que enganaram as pessoas, iludiram a população, que foi possível derrubar ou começar a derrubar a covid. É a vacina. É a vacina e não tem outra, não. É a vacina. É isso que está acontecendo agora, tirando completamente o argumento de quem defendeu esse tratamento precoce ou de quem defendeu esses medicamentos.

Por último, eu queria dizer – está vendo, ela falou – aqui a vocês o seguinte: na verdade, V. Sa. e as outras empresas que se locupletaram, se deram bem e ficaram caladinhas não têm culpa ou têm culpa em parte. A culpa principal é do Presidente da República. O Sr. Jair Bolsonaro atuou como se fosse um curandeiro, anunciando cura infalível para uma doença em que isso efetivamente não existe. Eu já falei com o Relator e eu sei o que ele vai fazer. Ele vai indiciá-lo pelo descumprimento do Código Penal, no art. 284: prescrever, ministrar ou aplicar qualquer substância com o discurso de que é milagrosa ou infalível. Vai ser indiciado, sim. Tenho certeza, tenho convicção. Esse cidadão, só a resolução da Anvisa que trata de publicidade ele violou 18 vezes – 18 vezes. Inclusive, uma vez com a caixa, querendo dar cloroquina para uma ema. Esse é o grande responsável. Esse é o grande responsável pela tragédia sanitária, econômica, social, política que nós estamos vivendo neste momento. E o fez, infelizmente, contando com a colaboração ativa ou passiva de quem produz medicamentos que têm utilidade para várias coisas, mas que para a covid-19 não têm utilidade nenhuma, a não ser enriquecer o bolso dos donos dessas empresas.

Muito obrigado, Sr. Presidente... Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Sr. Senador Humberto. E a moça falou duas vezes para o senhor – não é? – os "15 segundos". (*Risos.*)

Vamos reclamar para esta moça, para ela falar menos.

Senador Rodolfo Rodrigues, pelo prazo de até 15 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Eliziane.

Sr. Jailton... Sr. Jailton, qual a dose recomendada na bula para uso da ivermectina? Quantos comprimidos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Olha, nós temos com dois e com quatro. Aí, o médico tem que... É de acordo com o peso da pessoa, não é? A recomendação é a cada 30kg você dar um comprimido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dois ou quatro. Quantos comprimidos?

O SR. JAILTON BATISTA – Tem com dois e com quatro comprimidos a apresentação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Durante quanto tempo?

O SR. JAILTON BATISTA – Aí, o médico é quem decide.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Mas a dose recomendada, então, é de...

O SR. JAILTON BATISTA – Dois e quatro comprimidos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Durante quantos dias?

O SR. JAILTON BATISTA – De novo, tem médico que recomenda que se tome sequencialmente um, um e um comprimido. Tem médico que recomenda que você pode tomar os dois, e tem até caso de médico que recomendou que se tomassem quatro. Isso é uma autonomia do médico de dizer como deve ser feita a posologia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual é a consequência da superdosagem?

O SR. JAILTON BATISTA – Bom, nós não temos essa informação. O que a gente tem que orientar é que siga o que está prescrito na bula.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sempre?

O SR. JAILTON BATISTA – Sempre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sempre o que está prescrito na bula?

O SR. JAILTON BATISTA – O que está prescrito na bula.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, eu quero voltar a perguntar: a recomendação sua é para que sempre use o que está prescrito na bula?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA - Na bula ou recomendação. O médico tem autonomia para fazer a sua prescrição, do jeito que ele entender, de acordo com a condição do paciente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor tomaria cinco comprimidos de ivermectina durante cinco dias?

O SR. JAILTON BATISTA - Eu tomei quatro comprimidos, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Durante cinco dias?

O SR. JAILTON BATISTA - Durante quatro dias, um por dia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Um por dia?

O SR. JAILTON BATISTA - Um por dia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor tomou cinco por dia?

O SR. JAILTON BATISTA - Eu tomei quatro comprimidos, um por dia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor tomaria cinco por dia?

O SR. JAILTON BATISTA - Se o médico recomendasse, se eu confiasse no médico...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Mas o senhor não tomou?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Isso consta na bula?

O SR. JAILTON BATISTA - Não tomei. Tomei quatro comprimidos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeito. Não, isso não está na bula - isso não está na bula.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Isso consta na bula?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Não, não consta. Ele acabou de dizer que não consta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, vamos lá, o que diz o protocolo do TrateCov. Vamos lá. Protocolo do TrateCov, vamos lá ao que diz. Na primeira parte aqui, são as manifestações clínicas. Aí, teve uma simulação aí, se teve contato domiciliar; mais adiante, quais os sintomas, diarreia, dor abdominal, náuseas... Enfim, aí segue.

Pode descer mais. Pode descer.

Aí, tem um escore de gravidade. Isso é o protocolo TrateCov.

Vamos mais adiante. Vamos mais adiante.

Aí, está aqui: ivermectina 6mg. Tomar cinco comprimidos ao dia, por cinco dias. Senador Omar, isso aí foi recomendado para Manaus.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone.*) - É, isso aí que matou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Cinco comprimidos ao dia, por cinco dias! O senhor mesmo acabou de dizer que não tomaria cinco durante cinco dias. Cinco ao dia por cinco dias. São 25 dias... Consequência disso - aí vamos ao que diz a ciência, vamos ao que diz o Dr. Marcelo Beltrão, não sou eu que estou dizendo...

Ah, não, volte àquela, volte àquela.

A Vitamedic apoiou o tratamento precoce em Manaus?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - E essa foto aí? Essa foto é doação de ivermectina da Vitamedic para um médico que foi para Manaus.

O SR. JAILTON BATISTA - Olha, eu precisaria saber quem é o médico...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Bom, parece-me aí que são três caixas, está lá. Essa é a logo da Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, é sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeito. Doação. Está aqui, olha: doação de 180 caixas de ivermectina do laboratório Vitamedic por intermédio da Adial Brasil, na pessoa do Sr. Herculano Anghinetti, Presidente Executivo da Adial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Randolfe, eu vou pedir à Defensoria Pública do Estado do Amazonas para que as famílias que perderam entes queridos sejam acolhidas pela Defensoria Pública e entrem com um processo de indenização contra as pessoas que induziram os pacientes que faleceram no meu Estado, principalmente na cidade de Manaus, à morte. Isso aí é claro,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisas que nós já sabíamos, mas ninguém dava atenção para a gente. Então, a Defensoria, que tem esse papel, o papel da Defensoria é esse papel. É simples, é só pegar, tem os nomes, tem as pessoas, por quem foram atendidos, e a Defensoria fazer uma ação em nome dessas pessoas que foram medicadas com isso e foram a óbito acreditando nisso, principalmente aqueles que estão hoje com problemas hepáticos por terem tomado em excesso medicação. Excesso de vitamina D mata. Não é... Excesso de vitamina D mata, é só perguntar para qualquer médico.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, então, com relação a isso, vamos ouvir o que diz um dos maiores especialistas do Brasil em ivermectina, o Dr. Marcelo Beltrão Molento. O senhor o conhece?

O SR. JAILTON BATISTA – Já o vi na rede.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois bem, ele é o maior... É conhecido como um dos principais e pesquisa ivermectina há 25 anos. No estudo dele diz aí: "Se o paciente for submetido a uma dosagem entre 10 a 30 vezes maior que a dose terapêutica indicada para parasitas," - indicada para parasitas - "como é o que está sendo prescrito para a covid-19, há uma grande possibilidade de intoxicação. Entre um a dois dias após a ingestão, já podem começar as reações adversas.". Isso daí é o Dr. Marcelo Beltrão, admitido por todos os principais especialistas em ivermectina, que fala.

Mas o que aconteceu? Vamos lá ao anúncio, àquele outro que passou? Entre os efeitos negativos da ivermectina estão as doenças hepáticas, como degradação das células e parede do fígado, e a hepatite medicamentosa, problemas de intestino como diarreia, problemas relacionados a disfunções do sistema nervoso central, como tonturas e vômitos. Por que não é repetir, Sr. Presidente? No TrateCov está lá o protocolo: cinco, por cinco dias. Cinco! Cinco! Cinco! São 25 comprimidos de ivermectina por cinco dias. Se isso não for superdosagem... Foi isso que foi encaminhado para Manaus, e me permitam, acabamos de mostrar a foto da Vitamedic...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... encaminhando, a Vitamedic fazendo doação do medicamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pior ainda, Senador Randolfê, é que o momento mais grave foi em janeiro, e essa nota é de fevereiro. Quer dizer, é de um mês e pouco depois. Quer dizer, é você menosprezar completamente a vida e pensar só no lucro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E ainda sobre isso, Sr. Presidente, veja isto aqui. Em 15 de julho de 2020 – em 15 de julho de 2020 –, sua empresa, no Instagram, 15 de julho do ano passado, fez um anúncio com o seguinte texto: "Diante de várias



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações desencontradas sobre o nosso medicamento ivermectina que surgiram no mercado e também nas redes sociais, viemos a público informar: a ivermectina é um medicamento que está sendo testado em várias partes do mundo, com uma grande expectativa de que ela reduza a carga viral do coronavírus".

Esse anúncio foi de julho de 2020. Mas vamos adiante, porque é o seguinte: no dia 4 de fevereiro de 2021, a Merck, farmacêutica, lançou a seguinte nota... Vamos à nota da Merck, já traduzida para o português... A Merck, produtora internacional da ivermectina, lançou a seguinte nota... No texto, a farmacêutica informa que o cientista da empresa continua examinando cuidadosamente as descobertas de todos os estudos disponíveis da ivermectina para o tratamento da covid-19. Aí diz: "Nenhuma base científica para o efeito terapêutico potencial contra a covid-19 de estudos pré-clínicos; nenhuma evidência significativa para atividade clínica ou eficácia clínica em pacientes com doença de covid-19".

Esse anúncio da Merck, Sr. Presidente e Sr. Jailton, é de agora, dia 4 de fevereiro. Qual foi a posição da Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, é que nós procuramos, no meio científico, se tinha um estudo da Merck... Porque você pode fazer um estudo para dizer que ele tem ação terapêutica, e você pode ter um estudo para dizer que ele não tem. Você cria metodologias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quanto a Vitamedic investiu em estudos para dizer que tem?

O SR. JAILTON BATISTA – Aí nós não encontramos estudo da Merck dizendo que não tinha. Foi por isso que nós dizemos: "Olha, é preciso que se avancem nas pesquisas e estudos para provar isso". Foi só nesse sentido.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a atenção de V. Exa.

Presidente, segure o meu tempo, por gentileza?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Colegas... Não, não, tudo bem. É porque estava...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado.

Volte.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não.

O SR. JAILTON BATISTA - Eu estava dizendo que, pra você provar que um medicamento tem uma ação "x", você tem que fazer um teste, um estudo clínico, e como você também quer provar que ele não tem aquela ação, você pode ter metodologia de trabalho para também provar que ele não tem aquela ação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Eu lhe pergunto: qual o investimento que a Vitamedic fez para que comprovasse a eficácia da ivermectina no combate à covid-19?

O SR. JAILTON BATISTA - Nós... Como disse, nós somos produtores de uma droga genérica, e tem mais três fabricantes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Não, a pergunta não foi essa. A pergunta foi: qual foi o estudo que a Vitamedic investiu, aliás, fez?

O SR. JAILTON BATISTA - Nós não fizemos estudo. Nós iniciamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeito. Essa é a resposta que eu gostaria.

O SR. JAILTON BATISTA - Senador, só para concluir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Não fez, mas gastou dinheiro fazendo anúncio para algo que não tinha estudo favorável.

E mais, Sr. Jailton, me permita: vocês rebateram a Merck em duas notas seguidas, dizendo que eles não tinham estudo, mas não apontando os estudos que tinham favoráveis... Não apontando seus estudos favoráveis.

O SR. JAILTON BATISTA - Existe, Senador. Eu não quero entrar nesse aspecto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Sabe quem fez propaganda para vocês? Foram o Presidente da República e os Deputados bolsonaristas, como a Deputada Carla Zambelli. Ela disse que a Vitamedic, fabricante da ivermectina, estava certa e a Merck estava errada.

Mas vamos mais adiante: em decorrência disso, o senhor recebeu alguma notificação da Anvisa?

O SR. JAILTON BATISTA - Sobre esse assunto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA - Não. Sobre esse assunto específico, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Em 6 de abril de 2021: "Vitamedic é proibida de fabricar e vender ivermectina pela Anvisa".

O SR. JAILTON BATISTA - Ah, mas aí foi decorrente de uma outra ação, não foi em relação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Mas então, mas foi em decorrência de quê?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, porque acabou de falar que houve uma inspeção na nossa empresa, e a Anvisa teve essa ação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Exatamente.

O SR. JAILTON BATISTA - Não foi em relação à Merck.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - E essa inspeção da Anvisa identificou a ausência de boas práticas na produção. Isso não é mais agravante?

O SR. JAILTON BATISTA - Eu acabei de explicar que a gente passou por um processo de investimento muito forte na transferência de tecnologia. Acabei de responder a um colega, outro Senador. E o processo de homologação da tecnologia nova estava em curso, não foi concluído. A Anvisa entendeu que a gente não deveria... E depois ela fez uma inspeção e nós obtivemos a certificação de boas práticas de fabricação, Senador. E temos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não foi só a Anvisa nacional. O órgão também fiscalizador de Goiás teve também a mesma decisão. Não foi isso, Sr. Jailton?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Vocês receberam duas notificações do órgão da vigilância sanitária de Goiás...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - De Goiás...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... e também da Anvisa.

O SR. JAILTON BATISTA - A fiscalização é feita conjuntamente entre Suvisa e Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Mas ali a necessidade de, a toque de caixa, abrir uma nova planta sem os cuidados necessários sanitários foi pela procura da ivermectina, não foi isso também, doutor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Não, Senador. A gente, desde 2018, vem num processo intenso de investimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, mas quando foi fechado... Quando foi fechado, quando foi proibido...

O SR. JAILTON BATISTA - Não foi em função da produção de ivermectina. A planta toda, foi alterada a sua estrutura e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, a fiscalização da Anvisa, juntamente com a fiscalização do órgão de Goiás... Qual foi o dia em que eles foram lá e mandaram fechar a planta?

O SR. JAILTON BATISTA - Ah, sim. Isso foi durante o... O decorrer foi no começo desse ano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Foi no começo desse ano. E vocês já estavam produzindo nessa planta há quantos meses ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA - Para explicar, nós temos uma planta que é feita em fases, a ampliação da nossa planta fabril. A mudança do processo todo de tecnologia... Nós estamos saindo de uma tecnologia bastante velha para uma tecnologia ultramoderna. E o processo, à medida que você vai ocupando, fazendo novas fases, você vai ocupando a fábrica. Aí, é feito um trabalho chamado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Necessariamente...

O SR. JAILTON BATISTA - ... certificação dessas novas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sr. Jailton, necessariamente, muitas indústrias no Brasil estavam, antes da pandemia, ampliando, na perspectiva de melhorar a economia e tal. Elas pararam naquele momento, porque a economia não estava respondendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Mas a Vitamedic lucrou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... diferentemente de vocês, que não esperaram nem estar tudo regularizado e já botaram para funcionar. Por isso que eu estou lhe perguntando qual foi a data em que a Anvisa e o órgão fiscalizador de Goiás foram lá e disseram: "Olha, para a produção" e há quanto tempo vocês já estavam produzindo medicamentos ali. Essa minha pergunta é simples.

O SR. JAILTON BATISTA - O tempo foi curto. Posso lhe precisar depois?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quanto é o curto?

O SR. JAILTON BATISTA - A gente foi... No mês de abril que nós sofremos essa inspeção.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E quando foi que vocês começaram a produzir nesse local?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, a gente já vinha produzindo desde... Anteriormente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) - Presidente, eles receberam duas notificações - duas -, da Anvisa e de Goiás, e ainda uma advertência para, inclusive, a nossa vergonha, uma advertência de uma multinacional estrangeira sobre o uso da ivermectina.

Sr. Jailton, o senhor, o grupo José Alves tem uma universidade, não é?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Qual o nome da universidade?

O SR. JAILTON BATISTA - Unialfa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Unialfa. Essa universidade é especializada em?

O SR. JAILTON BATISTA - Tem uma série de cursos, especialmente da área de negócio e tecnologia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Saúde tem? Curso de saúde?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Não tem curso de saúde. O Dr. José Alves é médico?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Então, o senhor pode responder? O Dr. José Alves é médico?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Ele não é médico. Então, vamos ouvir o Dr. José Alves, o que ele tem a dizer para a gente sobre a covid. Ouçamos o Dr. José Alves. Diga lá, José Alves.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A gente viu que o Sr. José Alves, que não é médico... E me permita, Dr. Jailton, não era o senhor que deveria estar aqui. Sr. Presidente, quem deveria estar aqui era esse senhor aí. Ele está aí *on-line*, da universidade dele, da Unialfa, e, ao contrário do que o senhor falou, informando que está em contato com Prefeitos, ou seja, contatos políticos tinha, e falando e recomendando tratamento precoce. Recomendando o tratamento precoce com a ivermectina para que a empresa dele, do grupo dele, faturasse, tivesse os lucros astronômicos. E, como o senhor disse, sem ser médico. Mas parou por aí, Presidente, Sr. Relator? Não parou. Esse tipo de *live* e esse tipo de propaganda foram utilizados também pelo próprio reitor da Unialfa. E, mais, apresentando a plataforma do Médicos pela Vida.

Veja lá, vamos lá, vamos ver...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Você tem a data disso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos aí ao...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É esse o...?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, o próprio. O próprio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é esse?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o reitor da Unialfa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Reitor da Unialfa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pronto, aí já é a apresentação da plataforma. Eu vou deixar por aí, porque o restante da história a gente já sabe, a gente já conhece.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Randolfe, se me permite...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – No primeiro vídeo, quando o Sr. José Alves fala, ele fala que contratou e pediu a médicos que encontrassem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um caminho. Diga-se de passagem: um caminho forçado, forçado. Não é encontrar um caminho viável, real, que está apontando, é forçar um caminho. Forçar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, veja: o Sr. José Alves não é médico, o Sr. José Alves faz a recomendação, faz contato com o Prefeito, busca médicos para lucrar com a venda da ivermectina. E depois a Unialfa, que é a universidade do grupo do Sr. José Alves, faz uma *live* com o Médicos pela Vida, apresentando a plataforma do Médicos pela Vida. Qual o detalhe? É que a Unialfa entra em uma campanha em favor da Vitamedic, que vai lucrar com isso.

Sr. Presidente... O meu tempo já se encerrou, Sr. Jailton, mas me permita: primeiro, o senhor não deveria estar aqui. Quem tinha que estar aqui era o Sr. José Alves, é ele que, sem ser médico, faz campanha pra lucrar com a empresa dele. O que nós acabamos de mostrar é que isso foi utilizado... Houve superdosagem de ivermectina no TrateCov de Manaus. Isso – segundo a ciência, não é segundo o Randolfe, não – traz consequências pro fígado, traz gravíssimas consequências hepáticas, entre outras, segundo estudos científicos. E tudo isso foi incentivado por apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro e pelo Presidente Jair Bolsonaro, e o povo de Manaus, do Amazonas, lamentavelmente, Presidente Omar, foi feito de cobaia com esse tipo de tratamento, com alguns lucrando. Alguns lucrando à custa das mortes de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o pior: a Dra. Nise Yamaguchi, que foi uma das precursoras desse tratamento precoce, ela foi ao meu gabinete logo no início da pandemia, Senador, acompanhada do advogado que estava aqui, pedindo pra ser convocada pra CPI, pedindo pra vir explicar o que era o tratamento precoce, e depois me processa. Quer dizer, eu sou processado por quem promoveu o óbito de pessoas. Eu não estou entendendo, o negócio está muito complicado. Mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... eu vou suspender a sessão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, antes de suspender, eu queria só, garantindo a extensão do que foi proposto aqui por V. Exa. com relação ao Amazonas, dizer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito deverá ter no seu relatório final uma recomendação às advocacias dos Estados, da União nos Estados, em solidariedade às pessoas que perderam entes queridos e a muitos deles que estão sequelados, que a advocacia ajude essas pessoas a entrarem na Justiça, pedindo a indenização por esse crime absurdo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, se V. Exa. me permite, eu queria sugerir que no relatório final fosse responsabilizada a União pelas vítimas da covid-19 e por todas aquelas pessoas que tiveram eventuais efeitos colaterais no tratamento com medicamentos que não têm eficácia comprovada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como também a responsabilização, como sugere o Senador Randolfe, da União...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - E solidariamente das empresas que lucraram com isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E solidariamente dessas empresas, sobretudo da Vitamedic, que é a empresa que nós estamos ouvindo agora, através do Sr. Jailton.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - E eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu espero, Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Sr. Presidente, eu queria só recomendar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque eu conheço a Defensoria Pública do meu Estado. Quando governei, nós a tornamos autônoma, com orçamento próprio, e isso facilitou muito. Eu espero que a Defensoria Pública do Estado do Amazonas possa tomar a frente, juntamente com a OAB no meu Estado. Tenho certeza de que isso é importante, pra que isso não aconteça nunca mais. Não pode acontecer mais. Isso aí tem que servir hoje... Nós temos que fazer com que sirva de exemplo. Muitos de nós podem até não estar mais aqui, mas não será a primeira nem a última pandemia que nós teremos. Então eu espero que isso nunca mais aconteça.

Eu ouço o Senador Jorginho, que me pediu. Pois não, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) - Muito bem. Eu quero... A minha participação é bem breve, Sr. Presidente. Primeiro, eu quero lembrar V. Exa. do pedido que fiz ontem sobre a Brasil Paralelo. Se V. Exa. puder decidir hoje, eu ficaria muito satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou ter uma reunião daqui a pouco, inclusive na hora do almoço, agora - vou dar um tempo de 30 minutos -, e vou consultar a assessoria aqui pra saber até onde está esse comprometimento.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Antes de V. Exa. suspender, Sr. Presidente, só queria também, independente do relatório final do Senador Renan Calheiros com as recomendações aqui já aportadas, eu queria sinceramente que todos os brasileiros que foram prejudicados já de imediato procurassem a Defensoria Pública, procurassem a assessoria jurídica necessária e buscassem, primeiro, a indenização para aquelas famílias, para aqueles familiares que foram tirados pela covid, busquem essa indenização por parte da União. E aqueles que foram prejudicados por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento precoce sem eficácia comprovada busquem responsabilizar não somente a união, mas também as empresas que lucraram com isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Antes de encerrarmos para o almoço, eu queria comunicar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que nós estamos entrando hoje, para tramitação no Senado Federal, com um projeto de decreto legislativo que susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o ato de servidores do Ministério da Saúde que negaram acesso a documentos e processos atinentes à contratação do imunizante contra covid-19 denominado Covaxin, inclusive atribuindo para esse processo um longo período de sigilo. Então, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em função de tudo isso, apresenta... Já temos a assinatura minha, a do Senador Randolfe Rodrigues e a do Senador Omar Aziz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Sr. Relator e Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Humberto Costa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... só a informação que V. Exa. pediu: o segundo vídeo, da Unialfa, do reitor da Unialfa fazendo a recomendação, pasmem, é de abril deste ano - abril deste ano.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Abril deste ano?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Abril deste ano, durante a segunda onda da pandemia, com as pessoas morrendo e já existindo vacina. É de abril deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está suspensa a nossa sessão por 30 minutos.

Eu peço ao Sr. Jailton que fique à vontade pra se alimentar. Fique à vontade.

(Suspensa às 12 horas e 39 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 12 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Boa tarde a todos e a todas.

Declaro reabertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Hoje estamos ouvindo o Sr. Jailton Batista, que é executivo da Vitamedic Indústria Farmacêutica.

A gente retoma aqui a lista dos inscritos.

Com a palavra o Senador Jorginho Mello, pelo prazo de até 15 minutos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem. Cumprimento V. Exa., Senadora Eliziane, que preside a CPI neste momento.

Quero saudar, sempre faço isso para ressaltar e prestigiar os advogados do Brasil, a Ordem dos Advogados, o Luiz Antônio Faria de Sousa, que é o assistente jurídico do Dr. Jailton, que está aqui. Quero saudá-lo e cumprimentá-lo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós estamos na 42ª Reunião da CPI da Pandemia e voltamos a falar do tratamento inicial. Volta e mais volta. Até parece o cachorro correndo atrás do rabo, não é? Voltamos a tratar da ivermectina, do tratamento inicial.

Eu não sou médico, portanto deixo a opinião para quem entende da área, não adianta ficar com achismo aqui. O próprio Conselho Federal de Medicina deixou para os médicos a decisão do tratamento para seus pacientes. É claro que eu não defendo automedicação – muitos brasileiros gostam disso, não é? –, mas a liberdade que o médico tem de receitar e julgar o seu paciente.

Dr. Jailson, como o senhor recebeu o convite para vir a esta CPI, já que esta Comissão tem por objetivo investigar omissões e atos de corrupção na pandemia?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Recebi com tranquilidade, porque nós somos uma empresa que tem padrões éticos elevados, temos consciência de que não fizemos nada que fugisse ao aspecto legal e não nos beneficiamos de maneira exacerbada de algum oportunismo mercadológico em função da pandemia. Na verdade, houve uma demanda, e a empresa, como qualquer empresa, atendeu essa demanda.

Portanto, recebemos com tranquilidade, e a todas as informações que forem necessárias nós estamos dispostos. Já encaminhamos muitas delas, solicitadas por iniciativa de dois Senadores, e, no que formos demandados, nós daremos as informações necessárias.

Portanto, temos tranquilidade em relação à nossa ação nesse processo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu pergunto a V. Sa.: quais os maiores clientes dos senhores? Quem comprava ivermectina? O senhor já falou do Estado do Mato Grosso. O senhor se recorda de alguns Municípios, de algum grande Município do Brasil?

O SR. JAILTON BATISTA – A nossa maior venda é para a iniciativa privada. O grande volume nosso é para a iniciativa privada, para as grandes cadeias de farmácias e distribuidores que fazem repasses para as redes de farmácias. Isso responde por mais de 80% do nosso mercado. O restante vai para a venda hospitalar, que pode ser pública ou privada.

Para o Governo Federal, por exemplo, nós não vendemos um comprimido sequer em 2020 e em 2021, não houve demanda do Governo Federal e nós não vendemos diretamente para o Governo Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto aos Estados, nós vendemos apenas para um Estado diretamente e para alguns Municípios que... Eu acabei citando em torno de 1,7 milhão de unidades durante o ano de 2020 e 2021. Então, é muito pouco.

Ainda há pouco foi citado na Comissão que a gente doou 180 unidades de um produto. Imagine, numa população... Não tenho exatamente a população, mas deve ser de mais de 5 milhões de habitantes a população do Amazonas, e a gente doou... Deve ser doação de 160 unidades de consumo. O impacto que isso tem é nenhum para o espectro do total da população; 180 unidades de um produto, isso não tem o menor impacto para o contexto da pandemia num Estado importante como é o Amazonas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor não lembra nenhum Município que vendeu?

O SR. JAILTON BATISTA – Que comprou? Lembro. Nós vendemos para Itajaí, para Paranaguá, vendemos para... Foram vários Municípios. Em Goiás, vendemos para vários Municípios em Goiás, no Ceará... Para poucos diretamente, porque a maioria das vendas é feita através de nossos canais de distribuição. Quando se trata de pequenos volumes, eles compram diretamente dos distribuidores, que às vezes são clientes nossos, e eu não tenho controle sobre o que os nossos clientes vendem para os outros. Mas houve alguns Municípios, não foram muitos, a que nós vendemos direto.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Qual o *feedback* que os seus representantes de vendas, a sua equipe comercial recebia dos médicos sobre esse produto?

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, cresceu muito, a partir de março e abril, o receituário médico. A ação foi dos médicos; os médicos que passaram a incluir não só a ivermectina, mas uma série de outros produtos. A gente está centrado na ivermectina, mas tivemos outros produtos: azitromicina, nós tivemos os polivitamínicos, vitamina D, vitamina C, zinco. Foram produtos que começaram a aparecer no receituário médico. E isso, naturalmente, refletiu na demanda pelos nossos produtos, não só a ivermectina; nós produzimos vários produtos que entram nesse chamado tratamento da covid: corticoides e polivitamínicos, enfim, analgésicos. Isso, sim, de certa forma, beneficiou o setor como um todo. Todo o segmento farmacêutico foi afetado na economia positivamente, em função de que houve uma demanda muito forte para muitos produtos, tanto para pacientes que estão em processo de tratamento como aqueles que estão internados.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O que o senhor acha e por que politizaram tanto essa questão do tratamento inicial? O senhor tem uma ideia? Vocês que estão no olho do furacão tem uma ideia de por que isso aconteceu?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA - Infelizmente, a questão da politização no Brasil é um aspecto mais genérico. Isso afetou a pandemia, lamentavelmente, porque ciência é algo que não deveria chegar a esse nível de paroxismo, de contradição ou de polemização, porque isso nos remete a tempos muito antigos. Tivemos uma situação parecida com essa lá no século passado, com a revolta da vacina. Não é surpresa que isso tenha voltado, mas eu acho que cabe, num contexto brasileiro, da politização de vários, não só deste, mas de outros temas também.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - No *site* dos senhores, dizem que a visão da Vitamedic é ser uma empresa das mais notáveis da indústria farmacêutica do Brasil. Vocês têm mais de 40 anos de mercado, se apresentam como uma das maiores geradoras de emprego formal em Goiás, com quase mil colaboradores. Qual o impacto que causou essa convocação da CPI na imagem da Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA - Naturalmente, nós tomamos todos os cuidados. Nós defendemos com veemência aquilo que fazemos naquilo que acreditamos. Eu acho que o impacto é muito mais na opinião pública que... Quando há uma informação negativa, em se tratando de saúde, naturalmente os volumes de negócios diminuem. O impacto é econômico e financeiro, na medida em que a mídia começa a falar. Isso vale para o nosso produto, mas vale para qualquer outro produto.

Então, foi esse, sim... Em alguns momentos, a gente reduziu, houve uma redução dos volumes de negócios em função de uma, inclusive, propaganda negativa em torno de um dos produtos importantes nossos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - É por isso que eu sempre tenho preocupação para que a gente cuide quando a gente convoca alguém, para que não prejudique a iniciativa privada ou mesmo um funcionário público, ou alguém que tem só opinião. É o caso esse do Brasil Paralelo, que está sofrendo. Isso abala a empresa, os seus conceitos, enfim.

Então, eu quero, para finalizar, Sra. Presidente...

Infelizmente, tem pessoas que sentam aí na frente, no mesmo lugar que sentaram aquelas pessoas que tentaram dar o golpe no Governo, o que não é o caso de uma empresa como a sua.

Quero, portanto, para finalizar, dizer, Sra. Presidente e Srs. Senadores, do outro lado da pandemia: nós conseguimos, fechamos já o valor de R\$62 bilhões, porque o Senado da República aprovou o Pronampe. Nós emprestamos R\$62 bilhões, para deixar vivas as empresas, as micro e pequenas empresas. Aprovamos no Senado, com a participação de todos os Senadores que aqui estão e dos que também não estão, a criação do parcelamento no Relp para tantas e tantas empresas que estão com dificuldade. Isso é uma demonstração de que nós do Senado da República e o Governo Federal estamos preocupados com as empresas que produzem, que trabalham neste País. Então, nem tudo está perdido. Em nem tudo, a gente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perde tempo aqui. A gente está trabalhando para que o Brasil continue firme e forte, porque é isso que a sociedade espera de nós.

Eu agradeço, Sra. Presidente. Fiquei em haver mais um tempo, mas para que a CPI tenha velocidade e para que a gente consiga concluir o mais rápido possível...

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Jorginho Mello.

Seguiremos, então, com os inscritos.

Há um entendimento de permuta de inscritos?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, é o Senador Rogério Carvalho, que faz uma permuta com o Senador Girão.

É o Senador Rogério Carvalho, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Eu quero, inicialmente, Sra. Presidente, agradecer ao Senador Girão por essa generosidade dele, porque eu vou ter uma entrevista às 2h. Então, vou aproveitar bastante o tempo.

Primeiro, eu queria cumprimentar o Sr. Jailton e o seu advogado.

E me deixa um pouco estarecido uma certa frieza do dono da empresa Vitamedic, o Sr. José Alves, quando, de alguma forma, como se diz lá em Sergipe, tenta engambelar o povo brasileiro para ganhar dinheiro. Lá na minha terra, só pelo fato de ganhar dinheiro a qualquer custo, o cidadão é conhecido como "usurento". Na sua também, não é, Presidente? É "usurento". Sabe o que é "usurento", não é? É o camarada que só quer ganhar dinheiro a qualquer custo. Mas, no Nordeste e, na verdade, acho, no País inteiro, ganhar dinheiro com o sofrimento dos outros é difícil até denominar.

O que chama mais a minha atenção é que V. Sa. articulou com Bolsonaro para que sua empresa vendesse mais ivermectina e para que seu faturamento aumentasse em 1.229%, porque Bolsonaro foi o grande garoto-propaganda, como a gente viu em todas as manifestações feitas até agora, em todos os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vídeos aqui. É um constrangimento ver o Presidente da República se prestar a um papel desses, ou seja, de charlatão, ao prescrever sem autorização para tal.

Para piorar, a Vitamedic enrolou, engambelou o povo com a conversa de tratamento precoce, ivermectina para covid. Isso é muito, mas muito, muito complicado, pensando na situação que vivíamos de uma pandemia. Há documentos que mostram que sua empresa financiou grande parte da promoção do consumo da ivermectina.

Há uma publicação de 23 de janeiro de 2021, em sete veículos nacionais de grande circulação, com o informe publicitário chamando de "Manifesto pela Vida", que dizia que a ivermectina era eficaz para covid, o que a gente sabe que é uma narrativa criada ou, como se diz lá na minha terra também, uma lorota.

V. Sa. sabe que foi a Vitamedic que comprou os espaços publicitários, e, assim, a gente prova que a Vitamedic financiou a embromação para levar os brasileiros à morte.

Sabe quanto custou para publicar este informe em três veículos de comunicação? Cerca de R\$300 mil - e ele disse que gastou mais do que isso, chegou a R\$740 mil, R\$750 mil. Isso foi de janeiro de 2021. Sabe quantos mil mortos por covid no Brasil tinha até esta data? Eram 220 mil mortos. Hoje são 564.890 mortos.

O Senador Otto Alencar, meu companheiro lá da Bahia, citou aqui o caso do *outdoor* em Feira de Santana. Está aqui, olha. Eu tenho a imagem do *outdoor* aqui. Olha isto: "Covid tem cura". Quando a gente sabe que a covid... Quando foi dito e quando foi provado, em algum lugar que a covid tem cura? Esse *outdoor* foi de abril desse ano, dizendo que a covid tem cura e a cura é ivermectina. E sabe o número de mortes e infectados em Feira de Santana até hoje? Quase 50 mil, mil mortos aproximadamente - em sua terra, Sr. Jailton. Foi a associação Médicos pela Vida, financiada pela Vitamedic, que colocou este *outdoor* - pela Vitamedic -, dizendo que a covid tem cura.

O que o senhor tem a dizer sobre esta informação?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Senador, dos pontos levantados pelo senhor, primeiro, a nossa empresa não fez qualquer articulação com o Presidente Bolsonaro na promoção e divulgação do produto. Se ele o fez, fez espontaneamente. Nós não tivemos qualquer participação nisso.

Segundo, o pico, vamos dizer assim, de venda ou de produção nosso da ivermectina aconteceu... Aliás, os picos aconteceram em três ocasiões. Junho e julho, não tinha sido divulgado qualquer manifesto, qualquer documento da associação médica em relação à promoção de tratamento precoce e não se falava nesse assunto. Em janeiro, também foi um momento de grande volume. A pandemia cresceu e foi também um momento de grande produção nossa, aumentou muito a demanda, e o manifesto foi publicado em fevereiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu fiz uma pergunta objetiva.

O SR. JAILTON BATISTA – É só para dizer...

E o terceiro...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O que o senhor tem a dizer sobre o financiamento das empresas?

O SR. JAILTON BATISTA – Vou chegar lá.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De forma objetiva, porque o meu tempo são só 15 minutos.

O SR. JAILTON BATISTA – Só estou respondendo os pontos que o senhor levantou.

E, o terceiro, é que o *outdoor* foi iniciativa, imagino, individual de alguém lá em Feira de Santana.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. JAILTON BATISTA – Não fomos nós que patrocinamos, pagamos para divulgação do *outdoor*.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Mas aqui está dizendo que foi: "Covid tem cura. Aos primeiros sintomas não espere. Médicos...". Aí fala "Médicos pela Vida, covid-19".

O Médicos pela Vida, e o senhor vai me permitir agora o meu raciocínio, foi financiado e foi patrocinado pela Vitamedic.

Dá para perceber que V. Sa. e todos os apoiadores, financiadores do Bolsonaro, gostam mesmo é de um mito, mas o mito de que eu falo não é o herói lendário, como vocês tentam insinuar, que é este Presidente que causou um genocídio no Brasil; é mito no sentido de criar uma história fantasiosa, fora do comum, normalmente excessiva e deturpada pela imaginação. Estes são os mitos do Bolsonaro: "covid tem cura", "a Terra é plana", "voto impresso", "a volta da ditadura" – esses são os mitos de Bolsonaro! Para completar, Bolsonaro e a turma, sua turma, inventaram até troca de bula, mais um mito fantasioso que levou milhares de brasileiros à morte, ou seja, tentaram trocar bula da cloroquina para poder enganar os brasileiros.

Por falar nisso, a Sindusfarma, sindicato das indústrias farmacêuticas, fez uma videoconferência com o então Ministro da Casa Civil, Braga Netto, em abril de 2020. A Vitamedic é associada da Sindusfarma, e certamente o senhor ou alguém da sua empresa participou deste encontro. A partir daí, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ivermectina e o tratamento precoce viraram uma narrativa, como a gente chama, uma grande lorota para enganar as pessoas de boa-fé Brasil afora.

Foi nesse encontro que se definiu essa estratégia de promover a cloroquina? Sim ou não?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Obrigado.

Pois bem, eu vou voltar à questão de investir em publicidade com *fake news*.

Como a empresa de V. Sa. comprou espaços publicitários em grandes veículos, usou a associação de Médicos pela Vida para colocar *outdoor*, certamente investiu em influenciadores nas redes sociais - imagino eu. Me responda sim ou não para dizer se a Vitamedic ou a associação investiram em publicidade com essas personalidades.

Alexandre Garcia? Sim ou não?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Nem o senhor, nem o Médicos pela Vida?

O SR. JAILTON BATISTA - Eu respondo pela nossa empresa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - O.k.

Leda Nagle?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Ana Paula Henkel?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Bernardo Küster, Brasil sem Medo?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Allan dos Santos, Terça Livre?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Raul Nascimento dos Santos, Conexão Política?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Paulo Eneas, Crítica Nacional?

O SR. JAILTON BATISTA - Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – José Pinheiro Tolentino Filho, Jornal da Cidade?

O SR. JAILTON BATISTA - Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tarsis de Souza Gomes, Renova Mídia?

O SR. JAILTON BATISTA - Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Arthur Weintraub?

O SR. JAILTON BATISTA - Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Filipe Martins?

O SR. JAILTON BATISTA - Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – V. Sa. sabe, todas essas personalidades são conhecidas por disseminarem *fake news*, inclusive alguns são investigados na CPMI das Fake News.

Qual a explicação da Vitamedic em investir em pessoas como essas? Porque tem associação de patrocínio desses *sites*, essas pessoas representam *sites* direta ou indiretamente, via Médicos pela Vida.

Veja, mas vou modernizar um pouquinho e falar a linguagem da internet. O V. Sa. e sua empresa fazem é *cringe*. Sabe o que é *cringe*? Algo vergonhoso. O que a Vitamedic fez com o Brasil é *cringe*. Como eu disse, lá em Sergipe, isso é lorota.

Como médico, eu não posso me eximir de falar sobre o Código de Ética Médica no que diz respeito à Vitamedic, uma empresa farmacêutica que financiou médicos e ainda criou uma plataforma que orientava os médicos a indicar a ivermectina. Veja o que diz o nosso código de ética sobre o que é vedado ao médico:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permitir que interesses pecuniários, políticos, religiosos ou de quaisquer outras ordens, do seu empregador ou superior hierárquico ou do financiador público ou privado da assistência à saúde, interfiram na escolha dos melhores meios de prevenção, diagnóstico ou tratamento disponíveis e cientificamente reconhecidos no interesse da saúde do paciente ou da sociedade.

[...]

Exercer simultaneamente a medicina e a farmácia ou obter vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela comercialização de medicamentos, órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza, cuja compra decorra da influência direta em virtude de sua atividade profissional. [...]

Permitir que sua participação na divulgação de assuntos médicos, em qualquer meio de comunicação de massa, deixe de ter caráter exclusivamente de esclarecimento e educação da sociedade. [...]

Divulgar informação sobre assunto médico de forma sensacionalista, promocional ou de conteúdo inverídico. [...]

Divulgar, fora do meio científico, processo de tratamento ou descoberta cujo valor ainda não esteja expressamente reconhecido cientificamente por órgão competente.

Isso foi feito pelo Presidente da República, isso foi feito pela Médicos pela Vida, com o patrocínio da Vitamedic.

É alarmante saber que o senhor contou com dados do Conselho Federal de Medicina para construir a sua plataforma. Quem do CFM ajudou a Vitamedic nesta ação de estelionato médico? Quem ajudou? Quem repassou o cadastro dos médicos a Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA - Posso responder?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Pode.

Diretamente, quem passou?

O SR. JAILTON BATISTA - O conteúdo, insisto, de toda a informação...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu perguntei o cadastro...

O SR. JAILTON BATISTA - Sim. Não, primeira coisa, o conteúdo das informações é de estrita responsabilidade dos médicos que fazem parte da associação. Segundo, o cadastro já existia, a associação médica já tinha o cadastro; a empresa apenas ajudou a estruturar o cadastro com a informação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - O.k. Está respondido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. teve acesso ao cadastro dos médicos do Brasil, dado pelo Conselho Federal de Medicina.

O SR. JAILTON BATISTA - Não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Sim, é isso que o senhor acabou de dizer.

O SR. JAILTON BATISTA - Não falei isso, não. Falei dos Médicos pela Vida, do cadastro da associação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Está bom, mas quem forneceu? Foi o Conselho Federal de Medicina?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - V. Sa. pode tomar ivermectina, porque eu sei que este é o remédio que mata verme, e, para mim, quem ganha dinheiro com dor e sofrimento do povo não se difere daquilo que o remédio mata.

Diante do que vimos aqui, eu quero listar todos os crimes dos agentes públicos e da Vitamedic por prescreverem medicamentos sem eficácia - vamos lá: crime de epidemia, Código Penal, art. 267; crime de curandeirismo, Código Penal, 284; crime de infração de medida sanitária preventiva, Código Penal, 268; crime de advocacia administrativa, Código Penal, 268; crime de corrupção passiva, Código Penal, 317; crime de publicidade enganosa, Código de Defesa do Consumidor, arts. 67, 68 e 69; crime de corrupção ativa, Código Penal, art. 333. Eu quero solicitar a esta CPI que encaminhe uma denúncia à Procuradoria da República contra a Vitamedic e seus representantes por todos esses crimes.

E mais - para concluir, Sra. Presidente -, o pior de tudo isso é que o Brasil viveu essa pandemia com mais de 564 mil mortos, e, neste período, duas medidas sanitárias foram adotadas pelo Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Um, ampliar o contágio. De que forma? Vetando o uso de máscaras - a senhora se lembra disso, que a gente aprovou; dois, promovendo aglomeração; três, tentando impedir que Estados e Municípios restringissem circulação; quatro, negando a compra da vacina, como nós vimos ontem aqui a proibição da compra da vacina. Todos esses - vou concluir -, todos esses atos do Presidente dialogam com o aumento do contágio para aquisição da imunidade de rebanho adquirida naturalmente.

E o outro crime qual foi? A propaganda enganosa. Qual foi a outra ação, qual foi a outra medida de controle sanitário adotada pelo Governo Bolsonaro? A propaganda enganosa, *fake news*, a lorota, a narrativa de que havia um medicamento capaz de curar, como a gente está vendo aqui: ivermectina cura, cloroquina cura, cloroquina mata o vírus, cloroquina previne e a ivermectina cura.

Veja, essas foram as duas ações que geraram os diversos crimes pelos quais o Presidente Jair Messias Bolsonaro terá que responder, os seus assessores terão que responder, sem contar o que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu em Manaus, que foi teste clínico em seres humanos no meio de um pico pandêmico, onde as pessoas estavam morrendo asfixiadas.

Por isso, esta CPI já cumpriu e vem cumprindo um grande papel de desvelar a forma cruel como se conduziu essa pandemia por este Governo mítico, no sentido fantasioso da palavra.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Rogério Carvalho.

Então, vamos aqui retomando, voltando aqui ao Senador Eduardo Girão...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Heinze, desculpa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, o.k.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Luis Carlos Heinze, pelo tempo de até 15 minutos.

Antes, porém, eu queria fazer aqui um registro que eu acho muito pertinente. A gente tem falado desses medicamentos sem eficácia comprovada que são apresentados e que são comercializados no meio desta pandemia – não é? –, com informações que são totalmente contrárias àquilo que a ciência orienta. E a gente tem uma informação aqui de que já há inclusive livros sendo comercializados no Brasil orientando o suicídio com a hidroxiquina – isso é muito grave, isso é muito sério –, sites inclusive comercializando livros desta natureza, ou seja, hidroxiquina. De fato, seus efeitos colaterais, sem a orientação médica para a finalidade específica para que ele, na verdade, foi criado, ele mata, e mata mesmo, não é? E aí, portanto, já há livros, inclusive, sendo comercializados nessa natureza dolosamente, porque há, na verdade, um indicativo claro para o suicídio.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze, pelo tempo de até quinze minutos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sra. Presidente, colegas Senadores, Senadoras, Dr. Jailton, prazer estar com V. Sa.

Algumas perguntas. Qual é a sua experiência e da Vitamedic com medicamentos no Brasil? Atua há quantos anos no mercado? É um laboratório nacional ou estrangeiro?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – A Vitamedic é um laboratório genuinamente nacional, e eu, pessoalmente, estou no mercado há 35 anos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - O.k.

O senhor possui conhecimento dos estudos realizados com ivermectina no mundo e no Brasil? Qual é a sua experiência com esse remédio no combate a viroses como zika e chikungunya?

O SR. JAILTON BATISTA - Eu tenho, inclusive, vários... Por estarmos no mercado e termos interesse em saber o que se faz ao redor do mundo sobre pesquisas, nós temos vários estudos e ensaios que foram feitos ao redor do mundo, nos Estados Unidos, na Inglaterra, Egito, Israel, Peru, Argentina, só que nós não temos feito, de certa forma, só acompanhando o que se discute no mundo científico a respeito desse assunto.

Então, tem realmente vários estudos que foram feitos, a gente vai acompanhando e temos iniciativa de levantar dados aqui no Brasil também porque a gente tem interesse nessa droga, de dialogar com a academia e verificar se, em algum momento, a gente pode fazer algum apoio ao desenvolvimento de um estudo que possa, do ponto de vista legal, ter alguma comprovação em termos da ação antiviral do produto que fabricamos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Inclusive, só não me ocorre agora o nome, Senador Girão, é um médico brasileiro, professor de uma universidade americana que foi o primeiro a falar no tratamento com o zika. Eu já citei na CPI o nome de um médico brasileiro, cientista nosso, professor de uma universidade americana.

Poderia citar grupo de médicos que desenvolveram pesquisas com a ivermectina no Brasil?

O SR. JAILTON BATISTA - Sim, sim. A gente dialoga com eles, mas não temos avançado nesses estudos, estamos aguardando. Acabamos de falar que estamos aguardando... Inclusive, nós pedimos que se levantassem ao redor do mundo todas as metanálises em torno dos estudos que já foram executados para que a gente tenha conhecimento. Já que nós somos fabricantes, temos que ter um olhar cuidadoso em relação a esse produto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Só para citar, Satoshi Omura, que é o pai da ivermectina...

O SR. JAILTON BATISTA - Exatamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - ... é um médico japonês, prêmio Nobel de Medicina, é um dos que recomendam; Luc Montagnier, Nobel de Medicina francês, também recomenda; Dr. Zelenko, médico ucraniano naturalizado americano, também hoje está sendo proposto como Nobel da Paz justamente por esse tratamento; Peter McCullough, dos Estados Unidos, vi agora um debate dele no Senado americano; Dr. Didier Raoult, também um cientista francês, um dos maiores virologistas do mundo, só para citar alguns casos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a ivermectina tem sido categorizada em relação à sua tolerância, segurança e toxicidade por parte dos pacientes?

O SR. JAILTON BATISTA - As informações que a gente tem, historicamente, antes mesmo da pandemia, sempre foram de que é um produto de baixo impacto em termos de efeito colateral, exatamente porque ele tem uma leve hepatotoxicidade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - O.k.

O senhor poderia informar o crescimento do seu laboratório? Os colegas já falaram. Só para o senhor checar para nós: em 2019, 2020, 2021, o crescimento da venda desse produto pelo seu e por outros laboratórios... Ouvi falar que são quatro laboratórios que produzem hoje no Brasil.

O SR. JAILTON BATISTA - De todos os produtos... A indústria... Eu reafirmo que, em todas as indústrias que produzem produtos que, de alguma forma, são utilizados tanto na fase inicial da doença quanto na fase de internação, houve um crescimento exponencial. Eu lembrei aqui que houve drogas que cresceram quase 500% que são utilizadas nos hospitais enquanto as pessoas estão internadas: antibióticos, anestésicos, uma série de produtos antitrombóticos e também os produtos que foram utilizados para melhorar a imunidade das pessoas, seja consumo de zinco, vitamina C, vitamina D... Isso teve um crescimento muito forte não só para, naturalmente, a Vitamedic, mas todos os produtores se beneficiaram disso, porque houve uma busca, uma corrida em relação a esses produtos, porque as pessoas precisavam se proteger. Então, de fato, houve um impacto muito forte para a indústria farmacêutica de 2020 para cá, sobretudo para quem fabrica produtos que são demandados para o tratamento de covid.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Senador Girão, eu vi o crescimento exponencial da empresa, desta e de outras tantas. Agora, também é o seguinte: essa pandemia, digamos, começou em fevereiro, março do ano passado. Bom, esse é um produto que se pode usar e foi recomendado - esse é um dos produtos - pelo Conselho Federal de Medicina.

A Associação Médicos pela Vida - que a gente defende, não é, Girão? - são 14, 15 mil médicos que, abnegadamente, foram contra tudo e todos, resolveram adotar esse procedimento e eles que botaram a cara para bater, mas com o respaldo do Conselho Federal de Medicina, que, *off-label*, preconiza que seja recomendado.

Existe, da sua parte, algum sentimento de perseguição que seu laboratório esteja experimentando atualmente? O senhor poderia nos descrever se existe algum sentimento?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, o que há, em função da polemização do tema, é que, quando a mídia bate forte, em relação ao tratamento precoce e o faz especificamente sobre a ivermectina, isso, sim, tem um natural impacto no volume de negócios da empresa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um videozinho de um colega Senador... Se pudesse expor ali para nós...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Senador Heinze, a CPI, a nossa CPI está com o foco específico no debate. O vídeo que V. Exa. traz a esta Comissão não tem pertinência, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - É sobre ivermectina. É sobre ivermectina o que nós estamos tratando aqui, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - V. Exa., por favor, eu vou falar aqui... Além de não ter pertinência, V. Exa. traz um vídeo de um colega que se recupera, neste momento, da covid-19 e que não está em plenário. Aí, portanto, V. Exa. não permite que este colega faça, inclusive, a sua defesa. Então, em função disso, eu indefiro a apresentação desse vídeo e peço que V. Exa. dê continuidade às suas intervenções junto ao depoente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu acho que a senhora não pode indeferir, porque eu estou aqui, Girão e outros tantos, desde às 9h da manhã. Se o colega está presente ou não presente... Ele deve estar assistindo à sessão virtualmente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Não, ele não está presente, Senador. E o vídeo de V. Exa. não tem pertinência com o tema...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Por que não tem pertinência? O colega critica um produto...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - E, em função da ausência do colega Senador Otto Alencar, o vídeo de V. Exa. não será apresentado. Quando ele estiver presente, V. Exa. o apresenta e ele fará a defesa necessária.

A gente não vai tumultuar a CPI. A CPI está com a sua atividade, a gente não tem espaço para isso agora.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não é tumultuar. Sra. Senadora, não é tumulto. Não é tumulto, senhora. Quando vocês querem, fazem o que querem, e, quando nós queremos mostrar, não pode mostrar? Qualquer Senador mostra o que quiser aqui dentro. Eu não posso mostrar por quê?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Está indeferido, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Qual é o problema? Não, a senhora não pode indeferir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - V. Exa. pode dar continuidade às suas intervenções.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Tem um minuto. Não tem problema. Ele pode entrar e me rebater - pode entrar e me rebater.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Senador Heinze, em nome da honestidade com o colega, o senhor tem a data da exposição desse áudio?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Acho que está sendo, inclusive, desrespeitoso com V. Exa...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Desrespeitoso com o colega...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... na condição de Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Já parei.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Pois é.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Já parei, agora vocês viram... Não sou desrespeitoso.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Senador Heinze, não. Senador Heinze, por favor...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não... Eu debato com ele.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Eu quero dizer apenas ao senhor o seguinte: o senhor apresenta um áudio totalmente descontextualizado...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Por quê? Nós estamos tratando de ivermectina. Como é que é descontextualizado?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - V. Exa. apresenta um áudio sem a presença do Senador Otto Alencar para fazer a sua devida defesa. Eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversei aqui com ele no celular. Esse áudio foi apresentado lá atrás, no início da pandemia. A ciência evolui, Senador. Há décadas, há milhares de anos, o entendimento da ciência era outro. Já se pensou que a Terra era plana; a ciência mostrou que não era plana. Alguns insistem hoje ainda nessa mesma tese.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu estou lhe dizendo, Sra. Senadora, eu estou lhe dizendo...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - No início dos trabalhos... No início da...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - ... eu citei nomes de cientistas do mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - No início da pandemia no mundo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - ... cientistas mundiais.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - ... havia, na verdade, questionamento, inclusive, da hidroxiquina.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - E qualquer um me rebata, me rebata quem quiser. Não...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Depois, a Organização Mundial da Saúde...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Por quê?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - ... os órgãos de ciência mostraram que não tinha eficácia comprovada.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - A Organização Mundial da Saúde foi retratada... A Organização Mundial da Saúde...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - V. Exa. apresenta, com todo o respeito ao senhor, desonestamente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não é desonesto! Eu não sou desonesto! Não fale isso, não sou desonesto!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - V. Exa. apresenta um áudio na ausência do seu colega...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - A senhora não me chame de desonesto! Eu não sou desonesto. A senhora não me chame de desonesto!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - V. Exa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não me chame de desonesto, não sou desonesto!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - V. Exa. apresenta um áudio na ausência...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu sou sério, Senadora! Sou sério!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Recorra depois. Depois V. Exa. recorre.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu estou falando...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Eu quero dizer a V. Exa. que V. Exa. apresenta um áudio na ausência de um colega seu de Parlamento que está se recuperando da covid-19. O seu áudio é descontextualizado, porque V. Exa. apresenta um áudio de uma forma intempestiva. Ele falou no início da pandemia, quando os entendimentos eram outros. A Organização Mundial da Saúde, o próprio Ministério da Saúde e a Anvisa, ao longo dos meses seguintes, mostraram claramente a ineficiência dessa medicação. E V. Exa., nesse sentido, não está sendo honesto com o seu colega de trabalho, o Senador Otto Alencar, que não está presente para fazer a sua defesa própria. Então, eu pediria a V. Exa. que V. Exa. desse continuidade a sua fala e se mantivesse no foco e minimamente tivesse respeito a um colega seu, que se recupera, inclusive, da covid-19.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - E à Presidente da Comissão. V. Exa. é autoridade neste momento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Presidente, ele está presente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Se V. Exa. não me respeita como Presidente desta Comissão, ao indeferir o seu áudio, respeite pelo menos o seu colega Otto Alencar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Ele está presente, ele registrou presença. Ele registrou presença e está presente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O seu colega está se recuperando da covid-19, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bom, isso é um fato. Isso é um fato. As pessoas falam o que querem e não querem ouvir. Aqui nesta CPI... Vou dar outro fato agora – caso gravíssimo, Senador Girão – e, dessa forma, forma vocês estão conduzindo esta CPI.

Nesta sessão, eu gostaria de informar que a Justiça deu 48 horas para o jornal *O Globo* tirar do ar possível *fake news* debatida inclusive nesta CPI contra o cientista brasileiro Dr. Cadeiani. A Justiça considerou como equivocada o fato de o jornal ter tentado acusar o cientista de fraude em um estudo que associou o uso de proxalutamida à redução das hospitalizações por covid-19.

Aqui nesta CPI, falaram inverdades, e a própria Conep... A própria Conep liberou informações criminosas, que não poderia. Liberou informações...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi um estudo criminoso, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como criminoso? Deixa eu ler aqui, deixa eu ler. Escute o que eu vou lhe dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Heinze, um dos maiores propagadores de *fake news* aqui é o senhor, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Por que *fake news*?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É o senhor, porque o senhor traz tanta informação errada nesta CPI.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Escute...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O povo inteiro está acompanhando.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Qual é a CPI?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é só hoje, é em várias sessões.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, senhora. A senhora vai me dar o tempo, vai me repor o tempo que vou falar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu reponho, sim, o tempo de V. Exa. Eu vou lhe repor mais um minuto de fala para o senhor concluir a sua fala.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A Conep liberou, imagina, para o jornal *O Globo*, a que esta CPI também libera informações. O citado cientista é autor de um artigo resultado de um estudo duplo-cego, randomizado, que verificou a redução de hospitalizações por covid-19, apresentando, portanto, alta eficácia ao covid-19. Não é *fake news*.

A Anvisa autorizou nesta segunda-feira mais dois estudos clínicos no Brasil para o combate ao covid-19. Um deles vai avaliar a segurança e a eficácia do remédio proxalutamida na redução da infecção do novo coronavírus.

A cada dia são publicados mais estudos randomizados e metanálises que demonstram que o conhecimento sobre remédios e sua eficácia no combate à covid-19 pode ser considerada uma alternativa adicional ao uso das vacinas. Portanto, não cabe à mídia defender certos tratamentos e condenar outros tratamentos, mas, sim, aos médicos avaliarem todas as possibilidades.

O grupo de médicos que se denomina Médicos pela Vida tem exercido a Medicina de forma a combater o covid-19 com o uso de medicamentos reposicionados e, nesse contexto, conta com mais de 14 mil médicos espalhados pelo Brasil – isso aqui não é *fake news* – e tem sido responsável por salvar vidas e seu trabalho refletido na redução da letalidade de diversos Estados brasileiros.

Cito a Índia como o país que adotou o tratamento com remédios reposicionados, no caso da ivermectina – não é *fake news* –, que hoje está com a letalidade de 1,71, contra a letalidade brasileira de 2,8. A Índia vacinou pouco mais de 37% da população. Os Estados Unidos da América do Norte, letalidade de 1,71; o Reino Unido, 2,13, não usa esse tratamento; o Brasil, 2,8, e alguns lugares utilizam. Porto Feliz, Prefeito Cássio Prado, letalidade 1,37, enquanto que Serrana, Senador Girão, que vacinou toda a população já nos meses de janeiro, fevereiro, está com 2,27. Acho que há alguma coisa errada nesse processo aqui. Então, não é *fake news*, Senadora.

Preste atenção no México: o país México está com letalidade de 8,2. A Cidade do México, que adota vacina e tratamento precoce, está com 4,41.

Voltando à proxalutamida, ainda sobre o remédio que foi estudado por cientistas brasileiros, mas que aqui tentam denegrir a sua imagem, informo que a empresa Kintor Pharmaceuticals recebeu a autorização para o uso emergencial de proxalutamida para o tratamento de covid no Paraguai. Esta mesma empresa farmacêutica já detém a patente deste remédio em diversos países, dentre os quais os Estados Unidos da América do Norte, a China e a África do Sul. Dr. Youzhi Tong, fundador, Presidente e CEO da Kintor Pharmaceuticals, comentou: "Estamos muito satisfeitos em ver que a proxalutamida está salvando vidas no Paraguai após a sua liberação via uso emergencial. Estamos explorando ativamente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizações de uso emergencial adicionais à proxalutamida em outros países e regiões para ajudar os pacientes com covid-19 em todo o mundo". A empresa está agora conduzindo ensaios clínicos multirregionais da Fase II, registrada a proxalutamida para o tratamento de pacientes ambulatoriais com covid-19, e MRCT da Fase III para pacientes internados com covid em países e regiões, incluindo Estados Unidos, América do Sul, União Europeia e Ásia.

Senadora, eu não uso *fake news*. Eu falo a realidade e trago os fatos. Fatos. Realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Seu tempo acabou, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Aqui não são *fake news*. Respeite o que eu estou falando. Eu sou um senhor de idade e não vou mentir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sra. Presidente, pela ordem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - E vou colocar aqui; em julho desse ano... Vou repetir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Senador Heinze, V. Exa. acabou seu tempo, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - A senhora me... Não, senhora. Não, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - E eu não vou lhe dar tempo para o senhor falar *fake news* aqui na CPI.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Outros me interromperam. Outros me interromperam, e a senhora tem que me repor o tempo. Me interromperam...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Eu já repus, e o senhor já acabou...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não repôs o tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - ... o tempo que foi repostado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não repôs o tempo. Não repôs o tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Olha, veja, Senador Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Tomou três, quatro minutos, eu tenho que falar.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Senador Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Senadora, por favor. Senador Girão...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Senador Heinze, o senhor tem mais um minuto, e o senhor vai finalizar sua fala, porque eu não vou ficar aqui... A gente não vai ficar aqui a tarde inteira ouvindo o senhor falar...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Pois é, quando a gente vai falar coisas que não lhes interessam...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - ... aliás, fatos que não são nem verdadeiros.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Quando se vai falar coisas que não lhes interessam, ao G-7, nós somos cortados, como votam contra, Girão, no Consócio Nordeste.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - V. Exa. finalize o seu raciocínio.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Em julho deste ano...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Eu não vou permitir que V. Exa. extrapole mais do que os outros.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Em julho deste ano, 31% dos Municípios brasileiros registraram... não registraram mortes provocadas pelo covid. De acordo com o levantamento feito pelo G1, 1.750 cidades sem notificação de óbito, que era 1.293 em junho, cresceu 35%. O que eu quero dizer? Está havendo, sim, alguma coisa. É o tratamento precoce, é a vacinação...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Senador Heinze, seu tempo acabou. Eu não vou mais dar um segundo a mais, até mesmo porque muitas informações que o senhor passa aqui não são verdadeiras, então é um desserviço à população brasileira. V. Exa. ocupou seus quinze minutos, eu dei mais dois minutos para V. Exa. Acabou seu tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Vamos aqui seguir aos convidados.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão, pelo tempo de até 15 minutos.

Senador Eduardo Girão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sra. Presidente, apenas brevemente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Pela ordem, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) - Eu peço que esse trecho, os últimos 30 a 40 minutos, seja, por favor, encaminhado ao nosso Conselho de Ética, para que seja anexado ao processo que já tramita no Conselho de Ética em relação ao Senador Heinze, que, com todo o respeito, reitera a apresentação aqui de documentos e informações que já foram derrubados pela ciência há muito tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Então, muito brevemente... Não vou causar debate aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Recolhida a sua questão de ordem, Senador Alessandro Vieira, e os 30 minutos serão, sim, encaminhados.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Eu quero só deixar claro aqui que o papel desta Comissão Parlamentar de Inquérito também, além do processo de investigação, é fazer bons encaminhamentos para o Brasil, é trazer a verdade, é informar aquilo que está à luz da ciência - o que está à luz da ciência. O que está à margem da ciência é negacionismo, é *fake news*, e isso não será tolerado por esta Comissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Girão, pelo tempo de até 15 minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Senador Eduardo Girão, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Muito obrigado, Presidente Eliziane Lins. Eliziane...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Gama.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Gama. Perdão.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Com todo respeito, aliás, e minha admiração pela Deputada Luizianne Lins, mas o meu é Eliziane Gama. É minha colega.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) - Que é lá do Ceará.

Eu queria saudar também o Sr. Jailton Batista.

Esse clima um pouco tenso a gente vê de vez em quando aqui na CPI. Eu compreendo o Senador Heinze, porque é uma pessoa que tem se mantido fiel aos seus ideais. Eu acho que a gente chegar a falar que a pessoa está fazendo *fake news* é muito grave. Intimidar colega também é grave. Esse é o *modus operandi* que não deveria acontecer jamais no Estado de direito democrático, ainda mais com colegas.

Mas eu queria aproveitar este momento importante onde o assunto está voltando à tona, o tratamento está voltando à tona. Eu não sei se a Comissão Parlamentar de Inquérito perdeu completamente o rumo e, em vez de investigar a corrupção, volta de novo a esse assunto que já tinha sido vencido. Mas é importante que a gente possa aqui aproveitar essa oportunidade, o tempo de cada um aqui, para fazer algumas perguntas pertinentes a esse caso que foi amplamente politizado. Este foi o grande problema, é o grande problema do País: a politização, Senador Marcos Rogério, chegando ao ponto de se politizar campeonato de futebol, se politizar voto auditável, que é uma pauta antiga aqui desta Casa, se politizar até a Lei de Segurança Nacional, aprovada sem debates nesta Casa, na noite de ontem.

E é muito importante que a gente perceba que, desde que Medicina é Medicina, existe tratamento. Nós estamos numa guerra, uma guerra que matou 564.890 brasileiros. São vidas. São famílias chorando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nessa guerra, nós precisamos usar todos os instrumentos para salvar vidas – todos. Vacina é importante, distanciamento físico é importante, uso de máscaras é importante, álcool em gel nas mãos é importante e – por que não? – com recomendação médica o tratamento, seja ele preventivo, precoce, do que se queira chamar, porque criminalizar algo... Eu fiz um debate aqui, Senador Heinze. Eu fiz um debate nesta Casa aqui, Casa democrática, há cerca de três, quatro meses, antes da CPI, chamamos aqui uma quantidade de cientistas e médicos renomados contra o tratamento profilático e uma quantidade também de médicos renomados. Equilibrado, foi equilibrado o debate de cientistas renomados e médicos a favor do tratamento, Senador Marcos Rogério. Foram quatro horas de debate, vários colegas Senadores participaram desse debate, e foi interessante porque todos tiveram tempo igual e não surgiu, em nenhum momento naquele debate – e foi agora, recentemente, este ano –, nenhum dado de que, por exemplo, esse medicamento que está sendo falado aqui... Porque o composto é de 17 medicamentos do tratamento. Mas esse medicamento, ivermectina, em nenhum momento, pelos cientistas e médicos renomados contrários, foi dito que causa problema.

Repito: sou contra a automedicação, completamente contra, mas a autonomia médica tem que ser garantida. E, nesse ponto, eu concordo com o Senador Humberto Costa, e eu tenho requerimento nesse sentido também, para que a gente possa chamar a esta Casa o Presidente do Conselho Federal de Medicina, que acho que é o posto máximo, que é o Dr. Mauro Ribeiro, que já concedeu entrevistas a grandes veículos de comunicação. Tem já o requerimento aprovado aqui. Por que não a gente ouvir o outro lado? Eu acho que é saudável para a democracia que se possa ouvir os dois lados. O bom jornalismo pede isso, o contraditório, a ampla defesa – no caso, usando um termo jurídico –, porque é importante que as pessoas que não têm voz hoje, porque se politizou tanto a coisa...

E, nesse aspecto, o Presidente da República, no meu modo de entender, pode ter as melhores intenções, mas se equivoca ao mostrar um remédio, ajuda a politizar isso. Isso é coisa dos médicos, que travam um debate.

Hoje existe uma clara perseguição, inclusive aqui nesta CPI. Quando nós tivemos uma audiência para ouvir quem era contra e quem era a favor... E, no dia em que veio quem era a favor, Senador Marcos Rogério, o que foi que aconteceu? Foram embora, deram as costas e deixaram os médicos aqui falando sozinhos. Aliás, sozinhos não, porque muitos ficaram para tirar as suas próprias conclusões.

Mas eu quero aproveitar este momento e fazer aqui uma pergunta para o senhor, porque, como foi colocado pelo colega anteriormente aqui, o Rogério Carvalho, existe o Código de Ética Médica. Essa indústria, com todo respeito, não é demérito ser uma indústria poderosa, bilionária... Aliás, alguns aqui querem, de alguma forma, colocar a fortuna, colocar os ganhos como algo criminalizado também, o que em outros países é diferente, vira referência. Será que não é possível ganhar de uma forma honesta? Mas essa indústria farmacêutica é uma indústria bilionária, poderosa, que faz *lobby*, e muito me preocupa, por exemplo – e eu quero lhe fazer a primeira pergunta –, no momento em que o povo brasileiro estava desesperado, procurando medicamentos, com recomendação médica, repito, o que... Existe uma lista de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preços de medicamentos, que é uma portaria nacional da Anvisa, e eu lhe pergunto: esses picos que foram – o senhor revelou aqui – estratosféricos do preço deste medicamento específico, ivermectina, a sua empresa não obedeceu o que é permitido pelo Cmed? Isso é que eu queria saber, em termos de por que esse abuso tão grande de preço e salto durante o período crítico da Nação.

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Senador, obrigado por fazer essa colocação; nos permite esclarecer. O nosso setor é regulado, o preço nosso é regulado pela Cmed, que é uma câmara de medicamentos composta por vários órgãos do Governo, entre os quais o Ministério da Economia, Justiça e pelo Ministério da Saúde. Nenhuma indústria, inclusive a nossa, pode praticar preços acima dos preços determinados pela Cmed, o.k.? É tabelado, e anualmente há um reajuste desses preços. Só podemos vender dentro do que está regulado nesses preços.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual foi o aumento permitido, Dr. Jailton?

O SR. JAILTON BATISTA – O aumento do preço do ano passado, deste ano, foi em torno de 4%, pela Cmed. A nossa empresa tem um limite, tem um *range*; você pode, eu posso vender menos, abaixo daquele preço; mais do que aquilo determinado pelo Governo é proibido. Portanto, os nossos preços estão abaixo. E foi por isso que teve uma ação contra um determinado órgão público, a que nós vendemos, uma prefeitura, e houve uma ação do Ministério Público. Depois nós entregamos a documentação, mostrando que estávamos exatamente de acordo com a lei, e o Ministério Público, o Tribunal de Contas de União cancelou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas quanto variou...

O SR. JAILTON BATISTA – ... e arquivou essa ação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A pergunta que eu faço para o senhor é: quanto variou o preço do medicamento ivermectina do período do início da pandemia até hoje, em percentual?

O SR. JAILTON BATISTA – É, houve... Exatamente, houve uma variação acima de 60% no preço, mas, nesse período também, Senador – nós temos um produto, que a matéria-prima nossa é importada –, houve uma variação cambial, nesse período, em torno de 46% também, logo após a pandemia. Então, houve uma variação cambial de 46%, houve um aumento de custos internos em função da própria pandemia, que você teve que restabelecer, reconfigurar a sua empresa, no sentido de criar turnos, reduzir o número de pessoas trabalhando, afastar pessoas. Então, houve também um aumento do custo também da matéria-prima, houve um aumento de custo da matéria-prima em torno de 15%, houve uma elevação cambial na faixa de 46%, e tudo isso fez com que... E, ainda assim, o produto continua



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito em conta, o preço é muito baixo, em torno de seis... O preço que nós vendemos para o mercado é em torno de R\$6,30, R\$6,50 uma unidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Agora eu queria chegar a um ponto. Foi revelado aqui, nesta CPI, que foram pagos pela sua empresa, que o senhor representa, anúncios em jornais do Brasil diretamente com a associação Médicos pela Vida. Altamente questionável; uma empresa queria se beneficiar disso. Eu acho que é um conflito de interesse forte fazer esse tipo de investimento.

A pergunta que eu quero fazer para fechar esse ciclo é a seguinte: os médicos são remunerados pelo aumento de vendas que, de alguma forma, esses anúncios ou essas recomendações propiciaram, essas ações de *marketing* propiciaram? Porque a gente sabe que a indústria farmacêutica - repito -, ela tem muitas estratégias de comercialização, de levar para hotéis, para *resorts* no mundo os médicos, para apresentar os seus produtos. Eu lhe pergunto se, de alguma forma, tem algum tipo de benefício em dinheiro ou em alguma vantagem, em viagens, para esses médicos que recomendaram o medicamento ivermectina.

O SR. JAILTON BATISTA - Absolutamente não. Nós não fazemos contato e propaganda médica diretamente com os profissionais de saúde, até porque a ivermectina é um produto genérico. Então, não se demanda a necessidade de você fazer propaganda médica de um produto já consagrado terapêuticamente, usado popularmente, um produto... Vamos dizer assim: é um medicamento de pobres, não é? É um medicamento para combater sarna, piolhos e verminoses.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Alguns depoentes que aqui estiveram disseram que o uso do tratamento sem outras medidas seria responsável por milhares de mortes, ou seja, pessoas teriam morrido por terem acreditado no tratamento preventivo, precoce ou profilático, como se queira chamar. Inclusive, hoje, aqui, nesta sessão, foi estimulado que as pessoas entrassem contra a União, através da Defensoria Pública, para receberem indenização com relação isso, inclusive com relação à sua empresa. Era bom que esse mesmo argumento, Senador Marcos Rogério, fosse utilizado também para as famílias entrarem para buscar indenização por causa da corrupção, porque a corrupção deixou, durante décadas, em vários governos, hospitais sucateados, sem leitos, e mata tão ou mais do que as medidas que estão sendo adotadas.

Eu queria, para encerrar, lhe perguntar: o senhor tem dados que rebatem essas afirmativas desses depoentes que vieram aqui dizer isso?

O SR. JAILTON BATISTA - Primeiro, Senador, o tratamento precoce envolve um arco muito grande de produtos, e de muitos deles nós não somos fabricantes. Nós não fabricamos todos esses produtos, fabricamos apenas alguns deles. E tem muitas indústrias que fabricam esses produtos. Nós não temos nenhuma ação direta com médico do ponto de vista de tratar o problema. Não somos nós que incentivamos a prescrever esse ou aquele produto, até porque não temos contato com a comunidade



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médica direto. Portanto, não nos sentimos responsáveis por estar causando a morbidade de nenhuma pessoa, muito pelo contrário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O.k.

Para encerrar dentro do meu tempo rigorosamente, Senadora Eliziane, tem duas frases que muito me estimulam na vida, como filosofia. Uma delas é: "O tempo é o senhor da razão". A gente está no meio de um furacão, cada um fazendo o que pode para salvar vidas, alguns com interesse financeiro – isto é preocupante – para lucrar e incentivar certas situações com esse objetivo. Mas eu quero dizer também uma frase interessante, em homenagem a muitos médicos que, por idealismo, fazem esse trabalho, que é uma frase do grande humanista e pacifista Chico Xavier: "O bem que praticares em algum lugar é o teu advogado em toda parte". Essa reflexão, que fique! E o tempo, o senhor da razão, vai mostrar, realmente, quem perdeu vidas, quem salvou. Eu, particularmente, acredito que a gente deve defender sempre a autonomia médica.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Obrigada, Senador Eduardo Girão.

Com a palavra...

O Senador Jorginho Mello já participou. O Senador Marcos Rogério está inscrito, não é?

Senador Marcos Rogério, pelo tempo de até 15 minutos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Jailton Batista e seu patrono que o acompanha, minhas saudações.

Eu inicio fazendo um questionamento direto, até para sedimentar a compreensão de todos aqui: o Governo Federal, o Ministério da Saúde comprou ivermectina para o tratamento da covid-19 na sua empresa?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Nenhum comprimido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Qual a quantidade?

O SR. JAILTON BATISTA - Nenhum comprimido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não comprou?

O SR. JAILTON BATISTA - Nós não vendemos nenhum comprimido para o Governo Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O senhor tem a relação de Estados que compraram? Quanto Rondônia, meu Estado, comprou? Quanto o Estado do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amapá comprou? Quanto o Estado de Alagoas comprou? Quanto Mato Grosso, Bahia ou Pará? O senhor sabe dizer?

O SR. JAILTON BATISTA - Diretamente de nossa empresa, somente um Estado, que foi Mato Grosso. Os demais podem ter comprado, mas através de distribuidoras.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É possível o senhor declinar posteriormente, ainda que indiretamente, essas compras à CPI?

O SR. JAILTON BATISTA - Posso levantar posteriormente, Senador, e encaminhar a esta CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então, outros Estados podem ter comprado. A informação que fica aqui por parte de V. Sa. é a de que outros Estados podem ter comprado, não tendo sido essa compra feita diretamente com a empresa?

O SR. JAILTON BATISTA - Exatamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Por que estou perguntando isso aqui? Estou perguntando sobre esses Estados não para criminalizá-los, não para condená-los. É porque, aqui na CPI, estão tentando criminalizar o uso de remédio, de medicamento sem eficácia comprovada, o famoso tratamento *off-label*. Isso está sendo criminalizado desde o início desta CPI.

Quantos medicamentos não são administrados ao paciente dentro desse protocolo chamado protocolo *off-label*, sem indicação na bula para tratamento daquela moléstia específica? E isso não é questionado. É uma prática que o Brasil e o mundo adotam. Agora, em razão da politização do tema - o tema covid -, muitos medicamentos estão sendo... Muitos médicos estão sendo constrangidos em razão da indicação desse ou de outro fármaco. O tema virou político, e não de ciência. Eu ouço muito aqui se reafirmar: "A ciência... A ciência...". A CPI parece que se tornou a mãe da ciência. Mas que ciência? Qual medicamento é indicado especificamente para isso?

E vou, desde logo, dizer: eu não recomendo medicamento A ou B para nada. Quem tem autoridade para prescrever e indicar ao paciente, seja pela sua experiência clínica, seja em razão, enfim, dos estudos que tem, é o médico - é o médico! Eu não sou defensor de medicamento A ou B, mas eu defendo, de forma muito firme, o papel do médico, o direito do médico, a autonomia do médico. Muitos médicos, inclusive, continuam indicando esse medicamento e outros. Ou alguém aqui quer tapear a verdade?

Eu falei, agora recentemente, com uma pessoa, um amigo que foi reinfectado, e ele me dizia: "Olha, Marcos, com tudo isso que está acontecendo, quando eu fui, me submeteram ao médico. Os medicamentos que me foram indicados...". E me mencionou quais são. E eu vou condenar esse médico porque, na sua experiência, recomenda? Eu não tenho esse direito, eu não tenho esse direito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos convocar os médicos à CPI para virem aqui passar pelo crivo da CPI? "Olha, o teu protocolo está errado, V. Sa. não pode fazer". Aí vai perguntar assim: "Está bom, Senador, como pai da ciência, qual o protocolo que eu devo seguir?". Aí o Senador é que vai dizer para o médico: "Olha, então, o seguinte, o senhor ignora esse título que V. Exa. tem, V. Sa. tem, a prática médica, a experiência médica, e, a partir de agora, indique chá de boldo".

Como? Eu repito, eu não acho que...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Só para registrar que quem receitou chá foi o Presidente da República.

Só para deixar registrado isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu não acho que quem não é da área tenha que fazer indicação de medicamento A ou de medicamento B.

O problema é que parece que tem muita gente que está no mundo da lua, parece que não vive no Brasil, e, no Brasil, tem uma prática - e não estou dizendo que é correta - de automedicação, de receitas das mais diversas possíveis.

Tenho um problema de saúde, alguém logo vai vir com a receita pronta, Senador Girão: "Olha, você toma o chá da folha do capim-santo e isso é um santo remédio". "Olha, está com um problema? Não, olha o medicamento tal". Isso é cultural no Brasil.

Eu não estou afirmando que isso aqui é o correto, eu estou dizendo que isso é uma prática comum no Brasil e vou apresentar aqui dados de uma pesquisa sobre isso, mas daí a, no meio de uma pandemia, quando a gente nem sequer venceu a guerra, criminalizar o ato médico? Não acho que seja adequado, não acho que seja correto.

Quem administra medicamento aos pacientes e deve continuar administrando, dentro da liberdade que o exercício pleno da profissão lhe assegura, é o médico. Eu não quero competir com o médico, eu não quero competir com o médico, meu papel é de ser legislador.

Será que nós vamos criminalizar também, Senador Girão, a prescrição de medicamentos sem eficácia comprovada para outras enfermidades? É isso que nós estamos inaugurando aqui? Será que nós vamos começar agora a fazer uma campanha? Vamos terminar essa CPI e começar outra para investigar a prescrição de medicamentos para as mais diversas enfermidades, mas cujos medicamentos não têm ainda eficácia comprovada, não houve ainda essa comprovação.

Quantos medicamentos foram indicados para uma situação em que, dentro da experiência médica, dentro do conhecimento de cada um, se utiliza de maneira livre essa recomendação e que tem produzido inclusive resultados? Não acho que seja esse o nosso papel.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre ouvir os especialistas da CPI e os médicos de verdade, eu prefiro dar crédito a quem tem autoridade no assunto: ouço o médico, acato o médico.

Eu tenho amigos, Senador Girão, que adotaram dois extremos e parece assim, porque, se falar isso aqui vão falar: "Não, estão seguindo o Bolsonaro". Então, seguir o Bolsonaro e os outros anti-Bolsonaro... Eu tenho um amigo, e foi muito recentemente isso, e uma notícia muito triste de que não quis tomar a vacina - não quis tomar a vacina. Mesmo tendo idade pra tomar a vacina, não quis. E, quando pegou a covid, também não quis tomar medicamento; seguiu a orientação de alguns pais da ciência; ficou em casa. E, quando teve o quadro dele agravado, a consequência foi ir para uma UTI. E, dias depois, a família teve que receber a notícia do seu falecimento.

Por que eu estou dizendo isso aqui? Essa politização em relação a protocolo A, protocolo B, tratamento farmacológico, tratamento não farmacológico ou enfrentamento não farmacológico veio pra política, e se debate isso como se fosse uma seara da política. Os próprios médicos hoje são acuados, porque, entre os próprios colegas, há muitos que, às vezes, se alinham com um pensamento e outros, com outro. Esse tema virou tema de discórdia entre os próprios profissionais.

Aqui o Relator sugeriu, agora há pouco, ações contra quem ofereceu tratamento farmacológico, com entrega de medicamentos sem eficácia comprovada. Eu ouvi agora há pouco. Olha, é bem verdade que as procuradorias municipais, estaduais, para além do Ministério Público, têm autoridade pra promover ação, ação civil pública, representar contra gestor que dá causa ao empobrecimento da administração e da assistência aos seus cidadãos.

Mas eu queria fazer uma ponderação no sentido de que tem uma outra medida que também poderia ser intentada, para que a Defensoria Pública, ou a procuradoria, ou mesmo os familiares proponham ações contra quem não deu atendimento, não ofereceu suporte clínico ou farmacológico, mandou ficar em casa, e morreu ou ficou sequelado. Porque, do mesmo jeito que eu não posso afirmar aqui que quem seguiu o protocolo do tratamento *off-label* foi acertado e garantiu o salvamento dessa vida ou a redução do sofrimento, eu também não posso afirmar - e talvez até possa ousar afirmar - que quem ficou em casa seguindo a recomendação do "não tome nada" antecipou a sua morte. É induzimento ao suicídio. É induzimento ao suicídio. Quantos, por orientação, deixaram de cuidar na fase certa e acabaram não tendo uma segunda chance de vida? Então, que haja também, por parte de familiares, por parte das autoridades competentes, propositura de ação contra quem recomendou o "fique em casa". Muitos seguiram essa orientação. Repito, não teve ou não tiveram segunda chance, perdeu a vida. E eu vou repetir pra ficar claro: eu não indico medicamento, não sou defensor de medicamento A ou de medicamento B, mas quem tem autoridade para orientar o paciente é o médico, a autoridade é do médico.

E aí eu queria concluir trazendo um dado da questão da automedicação. Como eu disse aqui, o Brasil tem uma tradição na tal da automedicação, é um perfil dos brasileiros. Não sei se é de conhecimento de todos aqui uma pesquisa do Conselho Federal de Farmácia realizada pelo Instituto



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Datafolha, de 2019 - anterior, portanto, à pandemia -, que aponta que a automedicação é um hábito comum a 77% dos brasileiros - 77%. Vejam V. Exas.: pesquisa realizada antes da pandemia demonstra que aproximadamente oito de cada dez pessoas se automedicam. E esta CPI quer, a todo custo, criar narrativas para responsabilizar o Presidente da República.

No caso desse fármaco aqui, não tenho recordação de ele fazer parte de qualquer protocolo do Ministério da Saúde ou da recomendação pessoal do Presidente. Agora, a opinião - repito, opinião - com relação a achar medicamento A, medicamento B o brasileiro tem, e - repito - não acho que seja adequado.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Com todo respeito, Senador, com todo respeito, o senhor não sabe a diferença...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Acho que quem tem autoridade para recomendar medicamento é o médico.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - O senhor não sabe a diferença entre médico e cientista. O médico não pode usar o paciente como cobaia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas eu gostaria de concluir a minha...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Ciência se faz dentro do laboratório. Respeite a ciência!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu gostaria de concluir a minha fala.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Respeite a ciência!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu estou ouvindo aí vozes que de repente estão se antecipando ao seu momento de falar, incomodadas que são.

Além disso, Sr. Presidente, quase metade, 47% se automedicam pelo menos uma vez por mês e um quarto, 25%, faz todo dia ou pelo menos uma vez por semana a automedicação. Eu estou dizendo que isso é certo? Não, mas não dá para, num momento como esse, querer criminalizar o médico, querer criminalizar as pessoas porque estão buscando justamente vencer um mal que assola a humanidade.

Então, vejam, a automedicação já era uma realidade desde antes do início da pandemia. Não é um fenômeno decorrente da crise sanitária decorrente do coronavírus e não decorre de qualquer responsabilidade do Presidente - e aqui acrescento -, dos Governadores e dos Prefeitos, porque muitos deles - sim, senhores, e nós sabemos disso -, muitos solicitaram porque a população pedia e eles deram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas respostas. Vamos criminalizar esses gestores? Vamos trazer todos aqui, colocar no rol de culpados? Não, aqui na CPI só tem um culpado, é só o Presidente da República.

Então, eu concluo, Presidente, agradecendo já a tolerância de V. Exa., mas dizendo que essa é uma reflexão que todos nós temos que fazer. Não dá pra querer, num momento como esse, criminalizar algo que é uma prática da sociedade e criminalizar algo que é um direito do médico, exercer plenamente a sua função orientando o seu paciente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, em defesa e em combate, na verdade, às *fake news*, eu me sinto na obrigação de fazer dois registros importantes. O primeiro: a autonomia médica tem um limitador, a vida e a ciência. E, segundo: quem faz a prescrição médica sem a receita é o Presidente da República, que prescreveu para o Brasil inteiro hidroxicloroquina e ivermectina. Então, que isso fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou ouvir agora, remotamente, o Senador Marcos do Val. E fico feliz em vê-lo já retomando os trabalhos, Marcos estava aí com covid, e espero que a sua esposa esteja bem também.

Com a palavra, por quinze minutos, o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar. *Por videoconferência.*) - Obrigado; obrigado, Sr. Presidente.

Eu até vou dar um depoimento sobre isso, porque eu tomei a primeira dose em maio da Pfizer e a segunda dose foi agora em 27 do mês passado. E, certo de que já estava imunizado, a minha esposa também tomou a AstraZeneca, as duas doses, e foi contaminada quando saiu para jantar com uma amiga, e acabou me contaminando. Eu, certo de que já estava imunizado - assim, total certeza -, acabei sendo pego de surpresa e sendo contaminado pela esposa, não foi nem porque eu estava na rua ou em aglomeração, ou sem uso de máscara, ou sem o álcool gel.

Mas sabe o que mais me surpreendeu, dando continuidade aí até à fala do Girão e do amigo Marco Rogério, é que, quando eu fui me consultar, me prescreveram... Eu fui contaminado... Eu fui vacinado na terça-feira com a segunda dose, passou quarta, na quinta eu fui contaminado pelo vírus, então meu organismo estava sendo superatacado, gerando anticorpos pela provocação da vacina e pelo vírus ativo. Bom, fiquei muito preocupado com isso, com o que poderia ocorrer; eu tenho problema de coração, todo mundo sabe, tenho um problema sério de coração. Procurei um médico, e o médico, de forma surpreendente, me recomendou ivermectina, hidroxicloroquina e azitromicina, o mesmo médico que me acompanhou quando eu tive - porque já é a segunda vez que eu estou tendo isso - lá atrás, antes de começar o desenvolvimento das vacinas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, e eu, para não ficar em dúvida – e era um assunto já encerrado para mim, eram medicações que fizeram, acredito muito, eficiência na primeira cepa por conta do perfil da primeira cepa; e já repeti para vocês que eu tenho família, eu tenho um pai, eu tenho ex-sogra, ex-sogro, ex-cunhado, primo, tio, avô, tudo, que são médicos, então sou rodeado de médicos e assuntos voltados à Medicina –, procurei um segundo médico, em São Paulo, por telefone, fizemos uma chamada e ele me acompanhou. Sem saber que o outro médico tinha me receitado, ele também me receitou exatamente as mesmas medicações. Aí eu falei assim: "Não é possível. Não é possível que, depois de tomar a segunda vacina da Pfizer, que todo mundo dizia que era a melhor, de ser contaminado, ainda eu tenho que tomar essa medicação que ainda não foi comprovada que é eficiente ou ineficiente".

Dizem esses médicos que só depois de dezembro ou no próximo ano nós vamos ter resultados sobre isso. Bom, então, eu não queria tocar nesse assunto, que é um assunto que já está mais do que debatido e rebatido. O que eu quero só fortalecer é o que o nosso amigo Senador Marcos Rogério colocou da importância do médico. Tem médicos que concordam e tem médicos que não concordam, mas eu não posso achar que os que concordam foram mal formados, que devem devolver os diplomas ou que devem ser processados. Eu não posso achar isso. Então, eu acho que, quando tem Senador que coloca como uma verdade absoluta que o remédio não faz efeito, eu fico na dúvida, porque eu escuto também o outro lado dizendo que faz efeito.

Bom, eu não preciso nem dizer se eu tomei ou não tomei. Eu estou no meu décimo dia, já passei a parte grave. Já saí da parte grave, fiz exame de sangue, fiz os exames pulmonares, está tudo já saindo da fase crítica, graças à vacinação, que não me levou pra UTI nem pra ser intubado. Isso não se questiona.

Bom, uma coisa... Eu pontuei algumas coisas aqui que eu fiquei escutando – estou desde cedo acompanhando todo mundo, vou tentar ser breve –, que é o seguinte: a questão da divulgação da ivermectina partiu dos médicos para o Presidente. Tal grupo, foi uma parte dela que disse ao Presidente que esse *kit* dá resultado, dentro daquela realidade em que não se tinha vacina pronta ainda, mas partiu dos médicos para o Presidente. Não foi o Presidente que pegou uma receita médica e, dentro do seu gabinete, saiu prescrevendo receita pra todo mundo. Não foi isso. Então, se a gente tem que ir em busca de algum responsável que induziu o Presidente, são os médicos, foram os médicos. E a gente sabe e escuta muito do tal *off-label*. Eu escutei de médicos psiquiatras, com os quais eu conversei muito, por conta do alto índice de suicídio que a gente acabou vivenciando, e disseram que tem remédio de tratamento psicológico que é usado pra parar de fumar, que é usado pra emagrecer, que não foram feitos para aquilo mas são usados para aquilo. Então, eu não discuto mais essas questões.

Agora, eu só queria perguntar o seguinte: a Anvisa, quando viu o alto aumento da hidroxiquina, exigiu receita médica, e eu queria perguntar ao nosso convidado se a Anvisa também fez alguma exigência pra que a venda da ivermectina também fosse só através da receita médica. É a primeira pergunta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - No primeiro momento, a ivermectina não foi incluída na sequência. A Anvisa publicou uma RDC incluindo também a ivermectina no receituário médico, mas como esse produto também tinha um farto uso para doenças populares, como eu acabei de falar, pra verminose, pra pediculose, sarna, e, no período pré-escolar, entrada das crianças nas escolas, era muito utilizado, já era um produto consagrado, que não estava incluído, na sequência, a Anvisa retirou a obrigatoriedade de retenção da receita.

É um produto sob receita médica, mas não precisa reter a receita na farmácia. Ela colocou, mas depois reconheceu que aquilo causaria um prejuízo para uma parcela importante dos consumidores, sobretudo aqueles de baixa renda que não teriam condições de ir ao médico apenas pedir pra tomar como um vermífugo ou como um produto para combater sarna ou piolho. Então, ela foi retirada, na sequência, da necessidade de retenção da receita médica.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Os seus funcionários... Qual o número de funcionários que vocês têm hoje?

O SR. JAILTON BATISTA - Cerca de mil funcionários.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Vocês fazem o tratamento precoce com eles ou incentivaram a vacinação?

O SR. JAILTON BATISTA - Fizemos as... Tem duas coisas: desde o início da pandemia, nós mobilizamos nosso departamento médico, nos estruturamos, contratamos mais pessoas para acompanhar as pessoas. Então, a empresa disponibilizou, sim, com orientação médica, produtos para os funcionários que quisessem fazer uso não só de ivermectina, mas todos os produtos que estavam sendo utilizados pra melhorar a imunidade das pessoas, como vitamina C, zinco e outros produtos. A gente disponibilizava com orientação médica.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Houve alguma baixa, alguma morte?

O SR. JAILTON BATISTA - E também, mais recentemente, só pra concluir... Mais recentemente, nós incentivamos nossos funcionários todos a serem vacinados, porque tinha um programa no Estado de Goiás para vacinar os operários das empresas, de modo a evitar risco de que houvesse prejuízo na operação dessas empresas. E nós incentivamos todos os funcionários a tomarem a vacina.

Quanto à questão da... Nós tivemos vários casos de covid e temos felizmente a informar que não registramos nenhum óbito até essa data. Houve caso de acompanhamento médico, mas não tivemos entre os nossos funcionários nenhum óbito decorrente da covid.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Bom, outro ponto é o seguinte: eu também já tive empresa e eu lembro muito bem o que eu passei no período



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes do Plano Collor, do nosso querido Senador Fernando Collor de Mello. Eu só fui entender o que gera a inflação e por que determinados pontos, quando a gente está em alta produção, a gente precisa aumentar o preço, naquele momento.

Muita gente acha que, quando a gente está vendendo muito, a gente quer aumentar o preço pra tirar vantagens, mas eu queria explicar pra muita gente que isso não é verdade. É claro que isso deve, pode acontecer em alguns casos, mas a grande parte das empresas, ainda mais empresas com tantos anos de funcionamento... Quando você começa a produzir muito, você perde a quantidade, você não tem insumo suficiente, a qualidade começa a cair, você não tem funcionários suficientes já capacitados pra produzir mais. Então, a qualidade é perdida. Quando se perde a qualidade, você perde o seu mercado; perdendo o seu mercado, muito provavelmente você entra em falência e fecha. E há uma movimentação natural de aumento de preços pra que haja, diminua o seu consumo, mas que a empresa continue tendo a sua lucratividade e se mantendo no mercado.

Então, eu não condeno o fato de ter feito aumento de preço porque a produção aumentou, se devia ser menor o preço, isso tudo... É muito complexo você falar: "Eu fiz uma compra, comprava cem, agora eu estou comprando um milhão, tinha que me dar desconto". Claro que isso também tem dentro do desconto, mas quando vai uma explosão do mercado, você tem que tomar algumas atitudes pra que você não entre com a empresa à falência.

Vou tentar continuar aqui.

Sobre a interdição. Eu vi meus colegas solicitando a possibilidade de interdição. Gente, eu queria pedir encarecidamente uma reflexão pra que nada seja tomado aqui sob emoção. Ele está informando que essa empresa que funciona há 40 anos, de que provavelmente já tomei muita medicação, não me lembro quais, mas já tomei, e provavelmente me ajudou a chegar até aqui, vivo... Nós temos, como ele disse, mil funcionários. Se botar quatro pessoas dependentes de cada funcionário, são mais de 4 mil pessoas que vocês simplesmente colocaram como se: "Vamos interditar, porque teve más intenções e quis lucrar num momento difícil e tudo mais". É muito mais complexo do que isso. E eu peço compreensão aos amigos e companheiros Senadores que admiro muito pra que nenhuma decisão seja tomada à flor da pele, com os nervos aflorados. Eu acho que a gente tem que ter muita ponderação, muito equilíbrio e dar o exemplo de equilíbrio e de ouvir, como disse o Girão, o contraditório, ouvir os outros lados. E depois, lá na frente, tomar as decisões após o relatório ficar pronto, não é?

Bom, responsabilizando os médicos... Eu acho que pra mim está mais claro que, quando a gente fala de tratamento precoce ou não, quem usou ou não, nós temos... Praticamente todos os Senadores que são médicos são contrários ao tratamento precoce, mas eu escuto uma grande parte do Brasil de médicos que são favoráveis, médicos renomados. Então, eu não posso achar nem que um, nem que outro está certo e nem que o outro também está errado. Nós temos que ouvir. E cada um faça o uso dentro da sua responsabilidade, sabendo que ele pode ser processado e perder seu diploma como médico, como tem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médicos aí que deveriam estar presos e estão molestando os seus clientes. Então, nós temos que ter essa ponderação.

Ninguém está aqui com a verdade absoluta. E meu questionamento é este: eu não vi, hora nenhuma, o Presidente da República pegando uma receita médica e receitando e entregando pra alguém. Eu vi, sim, ele indicando e dizendo que funciona, mas eu escuto isso dos médicos, principalmente da minha família, que dizem que funciona. O meu pai, com 82 anos – de 82 anos, ele ficou 60 anos trabalhando –, eu não posso achar que ele é um charlatão. E eu pediria até aos meus colegas que pudessem manejar na forma de falar, porque, quando vocês falam que tem médico charlatão receitando...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Charlatão e genocida.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... eu visualizo parentes meus, do mesmo jeito que eu não gostaria de ouvir ninguém falando que tem um Senador que é charlatão e genocida. Eu queria pedir respeito a isso. Pelo menos, se não puder ter respeito à minha família, que possa ter respeito a mim. Eu peço isso encarecidamente, inclusive ao Senador que acabou de dizer aí agora, reforçando o pedido; acabei de pedir, ele reforça a fala.

Mas, bom, eram essas colocações que eu queria fazer.

Obrigado, Presidente, por desejar a minha recuperação. Graças a Deus e graças à vacinação e graças ao tratamento – eu usei tudo, eu usei máscara, usei álcool em gel, usei *kit* e usei vacina, usei tudo, isolamento –, eu estou saindo. Não sei se eu vou ser contaminado de novo, porque ninguém sabe como vai ser essa nova cepa, já estão dizendo que está surgindo uma outra. Morro de saudade de estar aí, presencialmente, com vocês. E gostaria de pedir isto: equilíbrio, ponderamento. E a gente tem tempo pra que possamos fazer um bom relatório e apresentar esse relatório e ele ser votado por todos.

Então eu agradeço a todos, agradeço aí a participação do que está passando aí pela oitiva e digo aos nossos amigos Senadores que, por favor, evitem também entrar em confronto um com o outro, desrespeitando... Eu tive uma situação recente entre mim e Randolfe, mas, graças a Deus, a gente sentou, conversou, e tudo foi resolvido, graças à intervenção de outros Senadores também. Eu acho que a gente tem que mostrar pra sociedade esse equilíbrio. Até parabênizo o Presidente, que tem sempre colocado as coisas com muita ponderação e tentando sempre manter o equilíbrio desta CPI.

Muito obrigado a todos, e que todos tenham bastante saúde!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Só para as pessoas que estão nos ouvindo agora, nesse momento, e nos vendo nas suas casas: especificamente, o Senador Marcos do Val estava vacinado, e talvez por isso que não houve o agravamento. Isso acontece, de a pessoa estar vacinada e contrair o vírus.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Assim como o Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Assim como o Senador Otto. E já outros Senadores não tiveram essa oportunidade de se vacinar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É importante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi o caso de três Senadores, companheiros nossos aqui: Maranhão, grande amigo nosso, da Paraíba; o meu querido amigo Major Olímpio; e um grande companheiro que eu tive aqui de partido, o Senador Arolde. Eles não tiveram a oportunidade de se vacinar e foram a óbito. E com certeza também devem ter usado essas medicações aí que falaram. Então, não é a medicação que salvou muitas pessoas, não. A vacina é que salva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O tratamento precoce, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem provas científicas – quem está nos ouvindo – de que quem se vacina duas vezes pode adquirir o vírus, mas ele não precisa se agravar, tanto é que hoje a gente recebe uma ótima notícia: menos de 80% das UTIs no Brasil estão sendo utilizadas. Isso por quê? Há vacina. Você se contamina, mas não vai pro estado grave, em que tem que ser intubado e ir pra uma UTI, em razão da vacina. Por isso que está essa luta pela vacina.

Mas também, Senador Randolfe, acabo de receber da querida – por que eu tive um carinho muito grande como Governador e dei autonomia – Defensoria Pública do Estado do Amazonas, do Dr. Ricardo Paiva, uma mensagem: "Senador Omar, espero que esteja tudo bem. Tomei conhecimento hoje da sua manifestação na CPI em relação ao encaminhamento de expediente à Defensoria Pública do Amazonas para tutelarmos os interesses das vítimas da covid que foram induzidas à utilização da ivermectina. Assim que recebermos o expediente, encaminharei ao Defensor com atribuição para atuar na matéria".

A sempre atuante Defensoria Pública do meu Estado já tomou conhecimento. Nós estamos encaminhando um ofício. E eu espero, Dr. Ricardo, que você e seus companheiros e companheiras, tanto na capital como no interior, possam atuar junto a essas famílias que perderam pessoas.

E essa propagação continuou, apesar da grande crise do Amazonas, porque isso foi em janeiro, mas em fevereiro ainda estavam dando publicidade nos principais jornais e sendo utilizado o Estado do Amazonas, a população do meu Estado, Senador Alessandro, como cobaia para um tratamento que não funcionou. Parece que só funciona em algumas pessoas. Na grande massa do meu Estado, que chegou a ter mais de 200 óbitos por dia... Era um *boeing* caindo todo dia na cidade de Manaus, um *boeing*. Eu estou dando um exemplo pra vocês terem uma ideia de como foi trágico aquilo pra todos nós e ainda temos que ouvir defesa em cima disso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lógico, para que eles pudessem acreditar num tratamento que não tinha solução, eles foram as vítimas, mas teve gente que lucrou, Senador Renan, e lucrou muito com vidas perdidas. E nós vamos procurar justiça; primeiro, na justiça dos homens, mas tenha certeza de que aqueles que utilizaram a boa-fé da população brasileira, a boa-fé do povo do Amazonas... Médicos foram pra lá explicar e, quando o médico não queria usar: "Não, então vamos fazer aqui um hospital de campanha e colocar enfermeiras para prescrever" - até isso fizeram no Estado do Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Aplicativos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Aplicativos e outras coisas mais que não deram resultado nenhum, porque, se tivesse dado resultado, não teria acontecido o que aconteceu em Manaus, na capital.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu queria só, de tudo que fiz anteriormente, lembrar que, por sugestão do Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, será item obrigatório do relatório final uma recomendação, tanto à Advocacia do Estado do Amazonas quanto às demais Advocacias de todos os Estados do Brasil, da defesa da tutela dessas vítimas, de seus familiares e das pessoas que ficaram sequeladas em função da prescrição de medicamentos inúteis, sem eficácia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Só uma questão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O Dr. Luiz Martins, que representa a Defensoria Pública federal, inclusive me ligou, agora no horário do almoço, dizendo que a Defensoria aqui mesmo em Brasília e que tem esse conteúdo nacional vai nos procurar para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ótimo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... conversarmos sobre uma ação nacional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Jailton Batista, eu confesso que não iria fazer hoje nenhum questionamento, até porque o senhor é apenas o superintendente da empresa, e quem deveria estar sentado aí é o Sr. José Alves Filho, que foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem traçou toda a estratégia comercial da Vitamedic nesse momento. Mas eu me fiz presente aqui, Sr. Presidente, em razão do tsunami de desinformação que nós presenciamos aqui nesta Comissão Parlamentar. Nós tivemos falas dos Senadores Heinze, Girão, Marcos Rogério, Marcos do Val, todas elas encadeadas no mesmo sentido de desinformar o cidadão brasileiro. E isso é grave, é profundamente lamentável.

A gente precisa garantir que as pessoas sejam razoavelmente informadas, porque, veja, nós temos aqui prosperando teorias conspiratórias que beiram o ridículo para pessoas que tenham sua sanidade preservada. Por essa teoria conspiratória, alguém, em alguma sala refrigerada do mundo, decidiu que era para morrerem milhões de seres humanos, contaminar dezenas de milhões, paralisar a economia do planeta, porque alguém queria vender algum remédio, alguma vacina, alguma coisa, e essas mesmas pessoas decidiram que determinados remédios mágicos não poderiam ter suas pesquisas aprovadas.

Sr. Jailton, o senhor tem conhecimento de que já há muito tempo as pesquisas que apuram a efetividade da ivermectina apontam no sentido de que essa eficácia não é comprovada, inclusive o próprio fabricante aponta isso. Por que vocês continuaram fazendo propaganda desse remédio como efetivo no combate à covid?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Senador, eu já... Vou ratificar: nós não fazemos propaganda médica da ivermectina, nós não fazemos propaganda médica desse produto, ele é um medicamento genérico...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É verdade.

O SR. JAILTON BATISTA – ... já consagrado terapêuticamente para outras terapias, como anti-helmíntico para verminoses...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Como é que o senhor chama o financiamento de entidades que fazem essa propaganda?

O SR. JAILTON BATISTA – Então, o que a gente fez não foi, inclusive, um exclusivo financiamento de propaganda da ivermectina, mas, sim, de um conjunto de medicamentos que, por orientação e restrita responsabilidade dos médicos em relação ao conteúdo, nós financiamos, mas não foi uma propaganda em cima da ivermectina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Vamos tentar só traduzir isso de novo aqui para não ficar tão complicado. Então, o senhor agora diz que fizeram a propaganda ou que não fizeram? Só para matar a primeira questão.

O SR. JAILTON BATISTA – Não, não, a peça informativa, publicitária, que foi publicada, o conteúdo dela não é de nossa orientação. Nós financiamos a veiculação tão somente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

O SR. JAILTON BATISTA - E não se trata de ivermectina, se trata de um conjunto de produtos que estão contidos...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Digamos que, por hipótese, para facilitar o nosso entendimento, se eu preparo uma peça publicitária que recomenda para tratamento de qualquer doença alguma coisa que claramente não funciona para essa doença e terei vantagem econômica com a venda do medicamento, é razoável que seja financiado por quem vai se beneficiar da vantagem financeira? O senhor acha que eticamente - não vou nem falar do crime neste momento - isso é razoável?

O SR. JAILTON BATISTA - Nós não... Nós não interferimos nas informações, porque achamos que é da autonomia do médico, ele é que tem essa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Permita-me só um ponto aí, que é muito importante, seria meu segundo tópico aqui: autonomia do médico.

Veja, desinformação é um negócio interessante de se estudar, tem técnica, tem estratégia. Essa estratégia que o senhor tenta usar agora e que alguns colegas ridiculamente repetem aqui em plenário tenta colocar os médicos como alvo da CPI, como se a CPI estivesse atacando os médicos, atacando a independência dos médicos. De forma alguma. O que se ataca é a política pública baseada no equívoco, na anticiência. O médico que recomenda um medicamento assume uma responsabilidade e está dentro da sua esfera, tem limitadores óbvios éticos, legais, mas está dentro da sua esfera. A CPI não é para isso. Essa desinformação repetida agride a inteligência dos brasileiros. Então, a peça veiculada, ela inclusive refere - e o senhor referiu agora em seu depoimento há coisa de 20 minutos - a mudança na questão de reter ou não reter a receita, e o senhor apontou o seguinte: compreenderam na Anvisa que reter a receita prejudicaria os mais pobres, que não podem ir ao médico. Não foram essas as suas palavras? Então, o senhor está recomendando a automedicação?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, não, não, não é isso. É que, para aquela...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - É consectário lógico, não é?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, mas tem duas coisas. O receituário médico é necessário. A questão é um outro procedimento, que é de retenção da receita.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Eu compreendi perfeitamente. Acho que o senhor não compreendeu o seu ato falho. Vou tentar desenhar aqui. Quando o senhor diz: "Não pode reter a receita porque o pobre não tem acesso ao médico", o senhor



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está dizendo "o pobre tem que ir à farmácia e comprar sem receita". Porque, se ele foi ao médico e tem a receita, tanto faz se ela vai ficar retida ou não. É difícil? Não é difícil de entender isso.

O SR. JAILTON BATISTA - Não, estou entendendo, é que...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Essa medida, como o senhor reconhece, facilitou a automedicação, e o problema está aí. Sem dúvida nenhuma, o problema está aí, na automedicação, porque essas figuras lamentáveis repetem o tempo inteiro, desinformando as pessoas.

Veja, já temos aqui comprovado, o senhor reconhece, a empresa a qual o senhor representa... E eu repito: quem tem que estar nessa cadeira é o dono, não é o senhor. Mas a empresa que o senhor representa financiou a disseminação de uma informação que não tinha base na ciência, fez isso estimulando a automedicação. A automedicação, além de ter consequências físicas para quem toma o remédio, tem um outro problema muito grave e que também não é de difícil compreensão: gera uma falsa sensação de segurança. As pessoas passam a imaginar que essa é uma doença que tem remédio. "Eu posso me expor, porque tem remédio, e é barato, é o da caixinha vermelha". É o remédio que um pateta na cadeira de Presidente levanta para a ema.

Consegue discernir o tamanho do prejuízo para a saúde pública? Porque, quando o Marcos do Val, meu colega Senador, aparece lamentando, meio choroso, porque está na segunda vez com covid, eu, que sou amigo dele, torço imediatamente pela recuperação, mas é preciso reconhecer que o retardo no combate, devido a uma pandemia - que só se combate com informação e vacinação -, o retardo é justamente o que possibilita o surgimento de mais variantes. E essas variantes seguem aumentando a nossa curva de infecção.

Hoje, a gente tem em quadro que é trágico, porque o Brasil não pode ficar anestesiado, achando que morrer mil pessoas por dia está bom: "Está tudo normal, estão morrendo mil pessoas por dia". Não está normal coisa nenhuma, é uma tragédia, mas são mil, e não 5 mil, por conta do processo de vacinação que este Governo retardou, e, com esse retardo, a sua empresa, a empresa que o senhor representa teve uma expressiva vantagem financeira. Esses são os fatos - esses são os fatos.

Eu agradeço ao senhor por ter reconhecido o estímulo à automedicação.

Eu pergunto, só para complementar aqui: a Vitamedic conta com um corpo técnico capaz de fazer uma análise de pesquisas divulgadas na ciência a ponto de confrontar o fabricante original do medicamento, que é a Merck?

O SR. JAILTON BATISTA - São processos distintos, Senador. Nós temos capacidade de analisar todos os nossos produtos e o fazemos de maneira rigorosa. O outro aspecto...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Eu falei das pesquisas, não dos produtos, senhor.

O SR. JAILTON BATISTA - O outro aspecto é fazer um estudo clínico. Esse normalmente as empresas fazem constituições fora da sua... São plataformas científicas separadas. Então, você faz isso, normalmente, com outros centros de pesquisa, você pode participar do processo, mas, normalmente, tem centros de pesquisa que só fazem esse tipo de trabalho e de estudo clínico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - A pergunta é se vocês fizeram isso, se vocês têm alguma base científica para continuar defendendo o uso do medicamento quando o próprio fabricante original disse que não servia para nada nesse sentido de covid. É um medicamento excelente para carrapato, para verminose, piolho, não é? Mas para covid me parece que não tem nenhuma pesquisa consistente, recente, que tenha mostrado isso.

O SR. JAILTON BATISTA - Tem... Eu já citei, ao redor do mundo, vários ensaios, mas nós não temos, neste momento, um estudo clínico que comprove essa ação antiviral do produto. Então, por isso, não houve nenhuma ação para alterar inclusive a indicação na posologia da bula - não houve nenhuma alteração.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Até porque não seria esse o sistema para alterar...

O SR. JAILTON BATISTA - É, mas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Tivemos aqui uma aula com a Anvisa, explicando sobre isso.

O SR. JAILTON BATISTA - Você teria que fazer estudo clínico, ou a Anvisa entender que o... Emergencialmente, ela tem autonomia para analisar. Se tiver dados seguros, ela pode até fazer essa alteração. Mas não houve, não foi feito isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

Sra. Presidente, eu vou agradecer, preservar o tempo e reforçar novamente: a informação com relação à covid hoje já é consistente e produzida no mundo. Nenhuma pessoa tem razoabilidade de acreditar que o mundo se envolveu numa fraude, numa conspiração, que deixou morrer o cidadão do seu país em troca de favorecer determinado comércio de uma vacina ou de algum medicamento. Isso não faz o menor sentido. Mas essa repetição de mentiras para aquela camada mais ignorante da população é mortal. E, agora, a gente consegue mostrar com clareza o quanto teve gente ganhando dinheiro com isto, com desinformação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao contrário do que falou o Marcos do Val também ou o Marcos Rogério, tanto faz, que o lucro está sendo demonizado, não, obter lucro é normal, é do capitalismo, mas obter lucro em cima de vidas que se perdem por desinformação, não, é eticamente condenável e é criminalmente condenável. E, ao final da CPI, eu espero que a gente consiga fazer isso, em justiça aos quase 600 mil mortos que o Brasil tem.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O Senador Marcos do Val está pedindo... Ele está fazendo referência ao art. 14.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para explicação pessoal. *Por videoconferência.*) – Obrigado.

Obrigado, Presidente.

É porque eu fui citado aí e queria deixar claro... Parece que as pessoas acabam só vendo o que querem ver. Eu disse, repeti e deixei muito claro que eu só não fui para a UTI ou fui intubado ou hospitalizado graças à vacina; não foi graças à medicação. A medicação eu citei com a surpresa de que, completando dois anos de pandemia, ainda os médicos continuam receitando.

Então, eu queria deixar claro para o amigo Senador Alessandro Vieira, que, às vezes, vem com uma fala muito bonita, mas muito agressiva... Eu queria pedir que pudesse ponderar principalmente quando um companheiro fala. Eu acho que não é entrando contra um companheiro que tem uma posição ou sendo agressivo com um companheiro que tem uma posição, com a desculpa de que quem está vendo vai ser influenciado ou vai ser não sei o quê... Isso é debatido em todos os canais de todas as formas. O que eu não posso fazer como Senador da República é omitir, é deixar de falar. Eu sou uma pessoa pública agora. Se alguém me perguntar ou me questionar, porque o médico disse que fez para mim, eu vou dizer: "Sim, isso é verdade". "Ué, mas por que você não tornou isso público? Por que escondeu?"

Hoje a minha vida é pública. Uns pedem para tirar a placa preta do carro nossa, do carro de Senador da República, porque é melhor contra assalto, é melhor para não ser reconhecido, para poder trabalhar com mais frequência. Eu falo que eu continuo com a placa preta, para todo mundo saber onde estou e o que estou fazendo.

Então, eu queria pedir ao digníssimo amigo Alessandro Vieira que pudesse puxar um pouquinho aí o freio de mão com os companheiros e não ter uma fala com tanta agressividade, mas continuar com essa técnica, com essa postura de interrogatório, que eu admiro. Eu o admiro como ex-delegado. Agora é um Senador, está como Senador. Mas eu queria que pudesse pensar muito antes de agredir, seja verbalmente... Enfim, é só para reforçar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vou reforçar de novo, tá? Se não fosse a primeira dose, porque a segunda veio junto com a própria doença, a própria cepa, mas, se não fosse eu tomar a primeira dose três meses antes, com toda a certeza eu estaria hoje, no mínimo, hospitalizado. Então, fica aqui clara para todo mundo a minha defesa à vacina; fica clara aqui para todo mundo a minha defesa à vacinação.

Pronto, eu espero que esteja claro.

Muito obrigado, Presidente. Obrigado a todos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) - Sra. Presidente, apenas para rapidamente registrar: não há nenhuma intenção de ataque a colega nenhum...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Com a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - ... e que não tenho a preocupação do Senador Marcos com relação à placa preta, branca ou azul. Eu não uso carro oficial.

Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) - Presidente, só uma questão, eu acho, para ficar bem claro.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Não se trata de nenhuma agressão a nenhum colega, mas se trata de prestar as corretas informações que a ciência ampara nos dias de hoje, para que esta CPI, que investiga os crimes cometidos e o agravamento da pandemia no País, não se torne também uma CPI da desinformação.

Um, não existe tratamento precoce para covid. O tratamento precoce que existe - único - é uso de máscaras, álcool em gel, medidas preventivas de isolamento. Dois, o que enfrenta e derrota covid é vacina, ponto final. Fora disso, é desinformação. E, assim, em especial colegas... Respeitamos as posições de quaisquer colegas aqui, mas, em relação à ciência, não existem dois lados; em relação à vida humana e à saúde dos brasileiros, não existem dois lados.

O próprio depoente do dia de hoje registrou, aqui nesta CPI, que o medicamento produzido pela empresa dele não é para tratar a covid. Então, é a insistência em relação a isso que tem sido questionada e que tem sido denunciada; e é dever desta CPI esclarecer. Não existe tratamento precoce, e isso está comprovado pela ciência. O tratamento que existe são as medidas que a ciência ampara e a vacina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O próprio Ministério da Saúde hoje não indica nada nesse sentido. E eu entendo que seja a autoridade máxima sanitária do País. Então, quem somos, não é?

O senhor deseja falar? (*Pausa.*)

Nós temos aqui... O Senador Izalci não está *on-line*, o Senador Fabiano Contarato também não. Então, nós podemos passar para a Senadora Zenaide Maia.

Senadora, adiantando aqui a tua fala, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Sra. Presidente Soraya.

Colegas Senadores, vocês que estão nos assistindo, eu vou fazer só uma pergunta, porque todas... A gente, quando fica no final, quase todo mundo... O convocado já está sabatinado.

Sr. Jailton, o senhor chegou, alguma vez, a sentar com José Alves – porque a gente já está sabendo que o José Alves é quem realmente deveria estar aqui para ser sabatinado – sobre a deslealdade de os senhores pagarem, patrocinarem campanhas a favor de um medicamento sem eficácia terapêutica – como, em março do ano passado, já se sabia?

Gente, vamos deixar claro: o mundo não pode estar errado, Sra. Presidente. E outra coisa: não dá para a gente ficar mostrando aqui à população que estamos politizando. É politizado, sim. Quem definiu politicamente que queria uma imunidade de rebanho natural, independentemente do número de pessoas que fossem morrer? A Presidência da República, seja orientada por alguns médicos ou não.

Quem foi que estimulou e continua estimulando as aglomerações, o não uso de máscara, enfim, estimulando o uso de medicamentos sem eficácia comprovada?

Quem foi que decidiu politicamente – essas decisões são políticas, gente – não comprar as vacinas, mesmo oferecidas em tempo hábil? No ano passado, já tinham essas negociações tanto com o Instituto Butantan como com a Pfizer. Isso foi uma decisão política da Presidência da República. As decisões são políticas!

Quem decidiu não investir em campanhas informativas em grandes meios de comunicação para propagar o que a ciência diz?

É como o Senador Randolfe diz, tudo bem, aqui eu não vou condenar A, B ou C. Aqui a gente não está para condenar médicos, mas eu sou médica, gente. O curso de Medicina é um curso de aprendizado do que a ciência já descobriu, Senadora, não é tatear, não é às cegas, e me preocupa quando aqui informam, por exemplo, que um psiquiatra diz que um ansiolítico é usado para diminuir o peso. Claro, porque a gente sabe que a ansiedade, na maioria dos pacientes, faz com que ele sinta mais fome e se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimento mais. Isso não é uma descoberta científica, não é aleatório. E o médico não é Deus, eu sou médica, e a grande maioria... Eu tenho um respeito muito grande, porque são eles que estão na linha de frente, juntamente com todos os trabalhadores da saúde, salvando vidas. Agora, não dá o direito de eu prescrever... Eu insisto aqui: nós não podemos fazer experiência como foi feito principalmente em Manaus, usando medicamentos sem eficácia num momento em que os pacientes precisavam de oxigênio.

Quem dera que a gente tivesse um medicamento precoce para essas viroses, mas, na prática, a gente praticamente não tem. O medicamento é manter o paciente bem enquanto o vírus passa aquele período pelo organismo, tentar salvar. É isso que tem que ser feito.

Vacina, gente! E as vacinas, como mostrou o colega Marcos do Val, evitam que tenhamos os casos mais graves e nós tenhamos aí novas cepas. Vacina, uso de máscara, higienização das mãos e distanciamento. Esta CPI tem obrigação de ficar falando isso tudo. E não é aqui querendo criminalizar A, B ou C, é porque não tem como deixar de criminalizar aqueles que foram responsáveis pela maioria das mortes dos 564 mil, mais de 564 mil brasileiros e brasileiras.

E mais senhor, antes de o senhor me responder sobre isso. O lucro, como mostrou o Senador Alessandro... A empresa é para ter lucro, mas o que foi feito contra o povo brasileiro... Para mim, o mais grave não foram as doses altíssimas que levavam à insuficiência hepática aguda. O mais grave foi dar falsa esperança, impressão ao povo brasileiro de que, tomando esses medicamentos, não teria a doença ou se a tivesse não seria grave. E não é assim.

A gente sabe que a ciência estudou, e não tem alteração. Graças a Deus, a grande maioria das pessoas tem a forma leve, independentemente de tomar esses medicamentos, hidroxicloroquina, ivermectina. Quem dera, gente, que a gente tivesse um medicamento realmente pra essas viroses.

Então, povo brasileiro, a CPI está de parabéns, está prestando um serviço à população, mostrando que poderiam ter sido evitadas milhares de mortes. Não teríamos mais de 50 mil, como o IBGE está mostrando aí, Sra. Presidente, órfãos neste País.

Então, a ciência... Ninguém pode estar acima da ciência. As pessoas estudam esse... Os cientistas conseguiram vacinas em um ano, coisa que a gente nunca viu, pra salvar vidas. E cabe a nós aqui divulgar: são as vacinas, não escolha que tipo de vacina, não ouça - eu tenho que dizer - o Presidente da República, não ouça, porque ele desmerece as vacinas, ele não respeita a ciência quanto a distanciamento social, uso de máscara, higienização das mãos. Ele estimula isso aí. E isso gente... Me desculpe, mas isso é criminoso, é não querer salvar a vida das pessoas.

E, digo mais, aqui ninguém entrou pensando que iria encontrar, porque pra mim doeu muito mais não só saber que o Presidente não quis comprar... Eu não boto culpa no Ministério da Saúde, porque, na verdade, o Ministro da Saúde é o Presidente, quem não fizer o que ele quer ele tira. É uma prerrogativa dele. Então, o que acontece? Por que o Ministério da Saúde não pode fazer uma propaganda



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclarecedora pra população? Como ele vai fazer que use máscara se o próprio Presidente disse que não é pra usar? Não é simples. Aqui a gente está mostrando à população, investigando quais são as ações e as omissões, que são muitas. Isto aqui está comprovado, gente: a maioria dos óbitos poderiam ter sido evitados.

E sabe o que é que dói também, Soraya? É que é um país rico, que tinha dinheiro pra comprar vacina, que tinha dinheiro pra se antecipar comprando *kit* intubação ou ter oxigênio em Manaus antes de faltar. Então, nesses países mais pobres que dependem da Organização Mundial de Saúde e que precisam que os outros doem, se justifica, mas, na décima economia do mundo? O próprio Congresso Nacional liberou 20 bilhões – e quantos bilhões ele quiser – pra salvar a vida do povo brasileiro.

Então, colegas Senadores aqui da CPI, povo brasileiro, a ciência diz que temos que continuar usando máscaras; a ciência diz, sim, que a gente tem que se vacinar, porque ainda é a única maneira de salvar vidas, e a prova está aí. Quantos morreram esperando um leito de UTI e agora os leitos estão vagos? A ciência diz que precisa manter o distanciamento. Eu sei que não é simples, mas precisamos fazer, apesar... Você pode... Aqui eu não estou... Aqui não é uma campanha de direita ou de esquerda. Aqui é uma campanha...

Esta CPI são Senadores que resolveram dar as mãos, pelo menos frear esse número de mortes e mostrar que realmente poderiam ter sido evitadas. As vacinas poderiam ter sido compradas, porque o recurso não faltou – poderiam ter sido compradas. As campanhas grandes mostrando o que a ciência recomendava – e ainda recomenda – no mundo não podem estar erradas. O mundo está conspirando? Nós não estamos conspirando, tem culpados e têm que ser punidos. Eu vejo aqui muitos lutando por uma condenação em segunda instância. E quem condenou as pessoas a morrerem intencionalmente vai ser condenado em que instância? Em que instância é isso? – porque condenou, essas pessoas foram condenadas.

Então vamos: quem hoje ainda insiste em prescrever – e, mesmo, prescreveu, porque é desde março do ano passado – medicamentos não eficazes, dando a falsa segurança de que não tem a doença e que se tiver vai ser simples, por favor, vacina, gente! Esse povo tem que acionar a Defensoria Pública do mesmo jeito, porque são eles que ainda defendem os mais carentes e vulneráveis e que estão ou foram deixados à deriva.

Então, por favor, vamos respeitar a ciência e vamos tomar as vacinas. Independentemente do gestor, diga "não" aí, diga "não"! E essa CPI vem mostrando ao povo brasileiro um grande serviço, porque senão ninguém ia saber que realmente uma quantidade imensa de brasileiros e brasileiras não teriam morrido e não teríamos tantos órfãos crianças e adolescentes deste País.

Obrigada, Sra. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma pergunta ao Sr. Jailton Batista. O senhor chegou a falar com o Sr. José Alves alguma vez?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Sim, claro. Sim, Senadora, é claro que as ações da nossa empresa são discutidas pelos nossos diretores. Sim, isso acontece.

Eu quero também – nós, da nossa empresa – me solidarizar com seus argumentos em relação à vacinação. Até que nós também, à guisa de cuidar dos nossos funcionários, dos nossos familiares, também somos defensores da vacinação e a estimulamos na nossa empresa, dentro de um programa de lá do Estado de Goiás, que tem uma política de incentivar as indústrias de maneira que não prejudique a economia do Estado, para que os operários, os funcionários todos sejam vacinados. E nós somos os primeiros a incentivar o nosso corpo de funcionários a também proceder à vacinação, porque achamos que essa é a melhor maneira de a gente superar o mais rápido possível essa tragédia da pandemia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A ivermectina não é eficaz na covid-19.

Eu termino assim, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Requerimento 1.330, que requer a realização de acareação entre o Ministro Onyx Lorenzoni e o Deputado Federal Luis Miranda.

Diante da relevância e da urgência do tema, vamos colocar em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Passo a palavra à Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Jailton Batista, boa tarde a todos que estão nos acompanhando.

Eu gostaria de saber, Sr. Jailton, quando os senhores iniciaram o investimento no aumento da produção de ivermectina e de outros medicamentos e vitaminas para o tratamento do covid, isso foi baseado em quê, exatamente? Em quais estudos?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Senadora, o nosso processo de investimento, aumentando a nossa capacidade de produção, nasceu lá em 2017. Nós estamos num planejamento desde 2017, 2018, 2019, e ele deve ir até 2023...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Em relação ao covid-19: por que vocês aumentaram em relação ao covid-19? Não se falava em covid-19 em 2017.

O SR. JAILTON BATISTA - Sim, em 2019 ainda não tinha demanda de nenhum produto para covid. A gente continuou a expansão do nosso parque fabril, e ela só termina em 2023. É um processo, não foi em função da pandemia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas e quando vocês então iniciaram a propaganda e o aporte de recursos relacionando ivermectina com covid? Foi baseado em que tipo de estudo?

O SR. JAILTON BATISTA - Isso aconteceu apenas um mês, foi em fevereiro 2021 que houve a publicação. Como eu já reiterei, ela foi uma ação exclusivamente de um grupo de médicos, nós não fizemos nenhum estudo. Nós apoiamos a publicação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - É, depois o senhor peça para o seu advogado lhe explicar o que é responsabilidade solidária, porque se você investe numa campanha publicitária seja de quem for, como vocês investiram em propaganda desses médicos aí, sei lá, pela vida, mas aí existe uma responsabilidade solidária de quem paga, de quem banca.

Enfim, mas então o senhor está me dizendo que vocês passaram a propagar ivermectina para a covid com base em nada, com base em nenhum estudo científico, é isso? Vocês investiram, aumentaram a produção, mas não tinham uma base científica, teórica, para tomar essa atitude dentro da empresa.

O SR. JAILTON BATISTA - Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Desde 2017 vocês já estavam com essa programação de aumentar absurdamente a fabricação de ivermectina, é isso?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, não, a demanda de ivermectina começou, ampliou a partir da eclosão da pandemia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Isso, exatamente aqui que eu quero que o senhor fale para mim, com base em que exatamente?

O SR. JAILTON BATISTA - O aumento...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Qual é o estudo em que vocês decidiram: "Ó, hoje nós aqui descobrimos, com base nesse estudo," - lá atrás, tá, lá no começo do covid - "que ivermectina seria um remédio bom para resolver o covid". Quando? Qual foi o documento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA – Senadora, nós atendemos a uma demanda do mercado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A demanda do mercado.

O SR. JAILTON BATISTA – Foi a demanda que nos impulsionou a elevar a nossa produção.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Foi uma demanda, não foi um estudo, certo? Foi uma demanda de mercado, não existe um estudo científico.

Porque, quando você tem uma doença, uma virose, sei lá o quê – não é minha área –, e aí você sabe que a comunidade científica indica tal medicação, já fez testes, já publicou, aí você começa a produzir um medicamento para aquela determinada doença. Aí o senhor está me dizendo que não foi com base em estudos científicos. O senhor está me dizendo que foi uma demanda de mercado?

O SR. JAILTON BATISTA – Foi exatamente, os médicos passaram a prescrever o produto, e isso aumentou a demanda pelo produto. Nós só fabricamos o produto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E aí vocês investiram. O.k.

O SR. JAILTON BATISTA – Nós só fabricamos o produto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Aí a gente vê... E agora, em 2021, vocês intensificaram, no mês dois. E, neste momento, vocês estão ainda com essa produção tão aquecida? E qual é a programação de investimento em mídia para agora em diante

O SR. JAILTON BATISTA – Não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Neste... Mídia igual. Vocês têm uma programação, certo?

O SR. JAILTON BATISTA – Certo.

Nós esclarecemos que nós não fazemos propaganda médica. Portanto, com essa finalidade, nós não estamos fazendo investi... Não tem planejamento para investir em mídia para propagar ivermectina.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É, vocês não fazem: R\$717.896, e vocês não fazem.

O SR. JAILTON BATISTA – Não, isso não foi propaganda médica. Isso foi financiamento de uma peça publicitária, e a produção nossa a gente planeja de acordo com o impulso do mercado. Isso acontece com...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Vocês pretendem continuar investindo tanto na ivermectina e aumentar, inclusive, a produção a partir de agora?

O SR. JAILTON BATISTA - Não, a gente vai investir tanto quanto para qualquer produto nosso se houver demanda. Nós temos um planejamento de investimento que não está focado num único produto. Nós temos planejamento até 2023...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Não, eu vi, eu vi. Tem outros produtos. É que a ivermectina...

O SR. JAILTON BATISTA - São mais de 120 produtos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... é o assunto.

O SR. JAILTON BATISTA - Exatamente.

Mais de 120 produtos fazem parte do nosso portfólio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Olha aqui, ó: no dia 5/02 a Vitamedic posta nota - de 2021, tá? -, nota em defesa da ivermectina e afirma que interesses da grande indústria farmacêutica estariam por trás da campanha de difamação do medicamento. Olha só: aí é que entra a *big pharma*, tão falada pelo nosso colega e amigo Senador Heinze - não sei se ele está aqui... Não está. Ele fala muito da *big pharma*. E aí eu já falo... Aí tem uma briga da *big pharma* então, não é? Concorde? Temos uma briga entre as *big pharmas*, porque o remédio pode ser barato, mas quanto custa uma vida, não é? E eu digo para o senhor: esse estímulo à aquisição desse medicamento e de automedicação já levou muitas pessoas a terem hepatites derivadas da utilização desenfreada desse medicamento, certo? Eu mesma tive. Eu tomei ivermectina, comprei acho que de vocês - certo? - e tomei, assim, aleatoriamente. Sou leiga no assunto, acreditei, não precisava de receita, fui à farmácia e tive problema sério de fígado.

Então, quando o senhor disse "alguém estava inquirindo" e o senhor disse que as reações adversas não eram tão sérias, eu estava nos corredores, aqui, do Congresso Nacional, escutando pelo meu celular. Naquela hora, se eu estivesse aqui, eu iria pedir a palavra. Mas o senhor disse hoje aqui que, pelo fato de as reações adversas não serem sérias, vocês investiram. O senhor fala isso de novo? O senhor reafirma isto, que não são sérias as reações adversas do uso desenfreado de ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA - Senadora, eu não estou falando de uso desenfreado. Estou falando que o uso regular, de acordo com a bula, de acordo com a orientação médica, não temos registro de histórico de reações adversas graves dessa medicação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Quando o Sr. José Alves Filho, proprietário aqui da Vitamedic, fala nos seus pronunciamentos, nas suas *lives*, a gente vê que ele nem sequer fala sobre a posologia correta. Porque a posologia correta - que alguém me corrija aqui - para uma espécie de vermífugo, que é o caso, um antiparasitário, a gente recebe a orientação médica de tomar de seis em seis meses, uma vez por ano, e muita gente passa mal, não é? Mas as pessoas estão tomando diariamente esse medicamento. Então, é muito grave! E eu não vi aqui ninguém dando receita - esse calhamaço aqui de informações que vocês passaram na mídia e em notas em jornais, em tudo o mais aqui -, dizendo para tomar cuidado na posologia, no mau uso. Não: está dizendo que cura a covid.

Então, graças a Deus, eu estou aqui, estou viva, mas esse tipo de medicação não salvou as 18 milhões de vidas que estão ali. Eu sou uma daquelas vidas que estão naquela placa que não foi salva com isso aí. Pelo contrário, se não tivessem mandado eu parar, ou falassem "oh, acorda, porque o problema que você está tendo é em relação à ivermectina", eu ia continuar, mas, graças a Deus, eu fui muito bem atendida. Então, isso é muito sério.

E eu vejo... Porque não é errado, Sr. Jailton... É errado... Não é pecado errar; errar é humano, mas o que nós não podemos é persistir no erro. Eu vejo que muitos Parlamentares, muitos políticos, muita gente que antes defendia, e defendia em suas redes sociais - tem até aqui nomes que hoje foram citados -, não citam mais, não fazem mais essa defesa deste tratamento. Não fazem mais por quê? Porque errar é humano, nós não podemos persistir no erro, continuar errando.

Porém, quando a gente tem todo um... Leva pessoas a agirem de uma forma que seja perigosa, nós precisamos frear esse tipo de ocorrência. Nós que não somos da área médica precisamos de informações legítimas, fidedignas da ciência - da ciência! Eu me atrevo a falar na minha área, e, mesmo assim, a gente precisa continuar se atualizando diariamente para que a gente não fique para trás; a ciência é a mesma coisa.

Naquele momento nos diziam que era isso, nós acreditávamos, mas, neste momento, precisamos fazer a informação correta e a contracampanha. Isso é muito sério! Quem deveria estar aí - eu acho que passou uma rasteira nesta CPI - seria o Sr. José Alves Filho, que com certeza deverá ser ouvido nesta CPI.

E aí, o que vocês precisam é começar a fazer a campanha contrária - a campanha contrária, dizer, se retratar e dizer que não... O senhor acabou de me dizer que o senhor não tem base científica, foi apenas uma demanda de mercado em que o senhor, em que a empresa se baseou para aumentar a sua produção. E que produção!

E eu pergunto para o senhor: eu já vi que o Governo Federal não comprou de vocês, mas eu vi que vocês venderam para Municípios e venderam para Estados, porque isso aí estava sendo doado pelo poder



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público nos Municípios e Estados. Eu gostaria de saber do senhor se vocês já informaram a quantidade e quais são os Municípios e Estado que adquiriram.

O SR. JAILTON BATISTA - Houve uma demanda do Senador Humberto Costa. Ele pediu as informações e os volumes que nós vendemos para Município, Estado e União. Essa informação nós passamos à Comissão da CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Já informaram?

O SR. JAILTON BATISTA - Já.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas a maior venda foi para Municípios?

O SR. JAILTON BATISTA - Direto, não. Foi pouco, não foi muito. Nós não vendemos pra... Foram poucos Municípios. E também Estado foi apenas um. Nós vendemos, em grande parte do Brasil, foi para as empresas privadas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O.k.

O SR. JAILTON BATISTA - ...para as distribuidoras e redes de farmácias.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Agradeço.

Eu gostaria que vocês passassem aquele vídeo do - mais uma vez, são poucos segundos - Sr. José Alves Filho.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O.k. "Encontrássemos um caminho da adoção do atendimento precoce". Forçar um caminho. Isso significa que estão manipulando a comunidade científica no intuito de encontrar um caminho pra venda desenfreada desses medicamentos, ou seja, se o senhor, como falou pra mim agora, não... Se vocês não se basearam em estudos científicos, vocês criaram uma demanda, vocês enganaram a população brasileira, pegaram... "Ah, eu sou fabricante de ivermectina, vi que lá não sei em que lugar do mundo estão falando e estão fazendo um teste, que ainda não tem nada certo... E vamos... Já que eu fabrico isso aí, vou me aproveitar". E criaram, forçaram uma demanda de mercado, enganaram os leigos, enganaram gestores - enganaram! -, enganaram, inclusive, médicos.

Então, aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, nós conseguimos ver que existe um veio da tal da *big pharma*, da indústria da doença, buscando, forçando o uso de um medicamento para uma determinada



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia, forçando. Este é um veio. Enganaram brasileiros, enganaram gestores, por que não? Eu sou leiga. Então, se falar pra mim: "Ah, vai tomar lá...". Hoje em dia eu estou freando muito, mas eu vou na onda, é um erro meu. Então, eu digo para as pessoas: não façam isso, porque sofrer de abuso de ivermectina... Eu posso falar porque eu sofri.

Então, eu só peço a Deus que tenha piedade, compaixão de vocês. Que vocês revertam os investimentos - dobrado, triplicado - que usaram para desinformar a população e que informem corretamente agora. E, por favor, Sr. Relator, Sr. Presidente, que possamos ouvir este Sr. José Alves Filho, que passou uma rasteira nesta CPI. Eu fico envergonhada com isso, mas a gente já pegou o fio da meada. E gestores foram também enganados pela *big pharma*, não é? Sem generalizar, sem generalizar, porque aqui nós somos direto generalizados, não é? "Todo político é assim, todo político é assado". Não, não é toda indústria farmacêutica que age dessa maneira, mas aqui me parece que temos elementos suficientes pra saber, já de antemão, que a coisa não está brincadeira e o mar não está pra peixe para os senhores. E peço a Deus que abençoe as 564.890 famílias. Sabe-se lá quantos se intoxicaram de ivermectina por causa desse tipo de comportamento de gente que só pensa no seu, só pensa em lucrar e suja as suas mãos de sangue, dane-se o resto do País, dane-se o planeta.

Muito obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Muito bem, Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Senadora Soraya, cumprimento V. Exa. pela inquirição e, já acatando, inclusive, o encaminhamento de V. Exa., quero comunicar que esta CPI deverá analisar ainda esta semana o requerimento também de convocação, agora sim, do Sr. José Alves.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - De convocação. Perfeitamente, acatando inclusive o encaminhamento e a recomendação de V. Exa.

Próximo inscrito, Senador Izalci Lucas, pelo sistema remoto.

Senador Izalci? *(Pausa.)*

Senador Izalci não está.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Também não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Fabiano Contarato? (*Pausa.*)

O Senador Fabiano Contarato também não está.

A Senadora Zenaide já falou.

Senador Jean Paul Prates. Então é o último inscrito do depoimento de hoje.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente.

Como sempre, como a Senadora Zenaide assinalou, chegamos ao final aqui do depoimento com muitas das perguntas esgotadas, mas, se é possível fazer um resumo geral da coisa aqui hoje, é espantosa, não é? Porque nós temos desde Parlamentares querendo confundir os conceitos, querendo alegar, como há meses ainda colava essa história, que a pandemia estava sendo politizada em função das coisas, dos medicamentos, da discussão sobre medicamentos. Fico feliz em ver que a CPI retorna a esse assunto, porque esse assunto é, sim, objeto de investigação e um dos itens que levaram à criação, ela mesma, desta CPI. Não é por outra razão – e a CPI está sendo cabal em comprovar – que o Brasil tem cinco vezes mais mortes do que a média mundial, levando o critério de proporção junto à população.

Nós não estamos aqui criminalizando o Ato Médico, absolutamente. Nós estamos investigando crimes, isso sim: crimes de charlatanismo, crimes de exercício ilegal da medicina, crimes de lucrar com a tragédia do covid, dando segurança às pessoas com medicamentos comprovadamente ineficientes.

Está aqui o Sr. Didier Raoult, mais uma vez: agora parece que ele investiu em, segundo a revista *Le Point*, testar o Vick VapoRub para o covid. Isso é de agora. Ele continua insistindo em teses fajutas. Essas teses fajutas, minha gente que nos ouve, elas têm um e somente um propósito, o Senador Alessandro salientou muito bem: fazer as pessoas, desde meados da pandemia, sentirem o conforto de saírem e ter uma vida normal. Normalmente, pessoas simples, humildes, precisam trabalhar, força bruta de trabalho, e não por acaso os medicamentos escolhidos foram os medicamentos que são muito familiares a essas pessoas, a essas partes do mundo: medicamento pra verme, medicamento para malária, agora até o Vick VapoRub – e a própria Vick VapoRub, a própria fabricante mais uma vez se apressa em negar qualquer tipo de eficiência desse medicamento.

Então, é disto que está se falando aqui: de oportunizar a pandemia – olha que coisa horrorosa isso aqui – em igrejas, em eleições, em redes sociais, em propaganda oficial do Governo Federal e até na própria inércia dos conselhos e associações médicas, Sr. Presidente, que nós teremos também que inquirir e perguntar por que não tomaram providências. Uma coisa era a ignorância geral e o desespero inicial em 2020, vamos tolerar aí até meados de maio, junho; outra coisa é gente que oportunizou e até agora, como constatou o Senador do Val, continua receitando esses medicamentos como uma forma de cura ou alívio



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o covid. Isso não é prática de sociedade, isso não é chá de capim-santo, não há como comparar essas coisas. Isso é charlatanismo, isso é malícia pura, isso é maldade, isso é crime.

Eu queria fazer perguntas aqui ao depoente sobre a política de *marketing* da Vitamedic.

Essa Vitamedic tem mais de 40 anos, Presidente. Pertence ao grupo José Alves hoje, desde 2015. Anteriormente, tinha o nome de Vitapan e foi propriedade nada menos do que de Carlinhos Cachoeira. Segundo a Polícia Federal, era usada pelo contraventor para lavar dinheiro de esquemas e jogos ilegais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - A origem não é boa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Segundo as informações do *Valor Econômico*, o faturamento total da Vitamedic em 2020 teria sido de 422 milhões, um salto de 200% - 200% - em relação a 2019, impulsionado claramente pela venda de ivermectina.

Eu quero saber que prática de publicidade, que política de *marketing*, senhor depoente, tinha a Vitamedic? Porque aqui na CPI agora ficou comum essa coisa de responder estranho. "O senhor estava no jantar...". Ontem eu ouvi: "O senhor estava no jantar com alguém?". "Não, não estava". Aí aparece a foto do jantar, o cara diz: "Não, era um almoço". Ora, pelo amor de Deus! Isso é fazer todos nós, inclusive o público, de palhaço. Eu acabei de ouvir outra resposta à Senadora Thronicke dessa forma: "O senhor investiu em propaganda médica?". "Não, eu só financiei uma peça publicitária". Pelo amor de Deus!

Eu quero saber: o senhor financia publicidade de fato, trabalha com publicidade e canais de influenciadores digitais? "Sim" ou "não"? De qualquer forma, em dinheiro, em contrapartida, em venda, em caixinha de ivermectina. Como é que o senhor trabalha a sua política de *marketing*? O senhor paga pessoas ou empresas como: Alexandre Garcia, Leda Nagle, Ana Paula Henkel? Conhece essas pessoas? Brasil Sem Medo, Allan dos Santos, Conexão Política, Paulo Eneas, Crítica Nacional? Já ouviu falar dessas pessoas? Tolentino Filho, Jornal da Cidade, Renova Mídia? Arthur Weintraub, o senhor conhece pessoalmente? Já tratou com ele? Filipe Martins? Eu gostaria que o senhor me esclarecesse a respeito da relação institucional e da política do uso de *marketing* para as suas operações, os seus trabalhos, por favor.

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) - Senador, só pra esclarecer, a origem da nossa empresa é anterior... Ela tem mais de 40 anos. Teve um período em que ela pertenceu a esse acionista e ela pertenceu a um empresário chamado Lucimar de Melo anteriormente, no início da sua fundação. Depois, o grupo realmente comprou a empresa, mudou completamente a administração e implementou lá uma nova filosofia de trabalho.

Segundo, quando eu falo em propaganda médica... A propaganda médica enseja um conjunto de ações sistêmico de visita ao médico periodicamente para você divulgar os seus produtos. Isso se chama



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propaganda médica, isso nós não fazemos. Não podemos confundir propaganda médica com a publicação apenas de um estudo médico, com uma atividade deliberada de fazer visitação e ativação junto aos médicos. Nós não fazemos propaganda médica, é nesse sentido que eu quis dizer.

Depois, sobre as personalidades e donos de *sites* que o senhor citou. Nós não temos realmente, não patrocinamos e não tivemos nenhuma ação com esses *sites*. São *sites* que têm sua autonomia e eles dizem o que querem, estão nas redes sociais. Nós não fizemos... Não patrocinamos Alexandre Garcia, Leda Nagle ou qualquer outro *influencer* digital para difundir os nossos produtos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Como é que o senhor gastou, então, esses R\$300 mil de campanha publicitária? Para quem foi?

O SR. JAILTON BATISTA - Não foi campanha publicitária, foi apenas o financiamento de um anúncio, única e exclusivamente um anúncio publicado uma única vez.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Em que canais mais ou menos?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Senador Jean Paul, só um minutinho.

Sr. Jailton, foi um anúncio publicado nos principais jornais do País.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Só para não relativizar o tamanho da publicação, o impacto da publicação e o que foi gasto na publicação: como o senhor mesmo já prestou informações a esta CPI, foi publicado no jornal *O Globo*, no jornal *Valor Econômico*, em *O Povo*, em *O Dia*, enfim, numa infinidade dos principais meios de comunicação deste País. Então, é só para deixar claro que não foi um anúncio qualquer.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Exato.

O senhor utiliza intermediários para pagar ou financiar patrocínios, como a Pátria Comunicação Ltda.? O senhor usa alguma agência que não deixe claro ou que permita que fiquem indiretamente mencionados os nomes dos *sites* ou os nomes dos beneficiários dessa publicidade? O senhor tem uma agência de propaganda?

O SR. JAILTON BATISTA - A agência Pátria é a agência que atende a conta da nossa empresa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os senhores poderiam, e o Presidente vai me ajudar aí presencialmente... Poderíamos receber de V. Sa. a lista completa, inclusive do que foi pago através da agência, para a gente poder constatar como foi essa campanha publicitária?

O SR. JAILTON BATISTA - Esses dados, eu já forneci esta manhã à Comissão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Ah, muito bem.

O senhor... Para terminar: a relação com esse movimento Médicos pela Vida, como é que funciona isso? É para a gente entender.

O SR. JAILTON BATISTA - Já esclareci também: foi no financiamento de divulgação desse documento e na estruturação de um *site* do Médicos pela Vida a que nós demos apoio.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - É o *site* iMed?

O SR. JAILTON BATISTA - É o *site* do movimento, da associação Médicos pela Vida, através da universidade, da qual também faz parte o grupo que controla a nossa empresa. A gente deu apoio para que houvesse uma estruturação melhor do *site*.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - É a Unialfa, o Centro Universitário Alves Faria?

O SR. JAILTON BATISTA - Exatamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Esse centro não tem nenhum curso superior ligado às ciências biológicas. Por que ele teria interesse em fazer uma plataforma voltada aos médicos?

O SR. JAILTON BATISTA - Isso foi no contexto só de apoio de tecnologia, já que a universidade é voltada para a ciência e tecnologia. Assim como ela fez, também tem outras instituições a que ela também deu apoio. Posso citar aqui a Associação Comercial, alguns conselhos profissionais e tal. A empresa faz isso, a universidade faz isso dentro do contexto do seu programa de apoiar divulgação de artigos científicos ou estudos. É nesse sentido. Tem outra?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - O senhor disse, agora há pouco, numa outra resposta, que alega: "Nós só fabricamos o produto", aspas. Mas não é verdade, não é, amigo? Porque vocês tiveram... O faturamento subiu, como eu mencionei aqui, da empresa como um todo, mas ivermectina, especificamente, teve um aumento de 1.229%, de 2019 a 2020. O senhor não fabrica só o produto; o senhor se beneficia das campanhas que organiza, direta ou indiretamente, para que esse remédio seja vendido muito mais do que o normal para o fim a que ele se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destina e ao qual, inclusive, faz referência a própria fabricante original, a Merck, da Alemanha, que soltou uma nota justamente para evitar processos que vocês vão receber, certamente, processos judiciais, por se beneficiar dessa falsa informação, dessa desinformação de que a ivermectina teria algum efeito em relação à covid, porque, se não fosse isso, certamente, as vendas estariam no mesmo crescimento orgânico de sempre. Esse pico de vendas e, portanto, de lucro e de benefícios para a sua empresa, apesar de a nota da origem, da *holding* ser em contrário, resultará, certamente, em processos bastante volumosos contra a empresa de vocês. É bom só para ter a noção disso aí.

O Senador Otto também apresentou nomes de médicos que receberam pagamentos da Vitamedic. Eu também acho que seria bom solicitar, pela CPI, a relação dos profissionais de saúde – profissionais de saúde – que fizeram qualquer tipo de contrato para levantamento de dados ou, de alguma forma, foram remunerados pela Vitamedic, em função da história da ivermectina.

Enfim, mais uma vez, como todos nós aqui, racionais e presos à realidade, reconfirmo que não existe tratamento precoce para a covid – não existe – e o que salva é vacina. É bom a gente falar isso várias vezes; a gente está sendo repetitivo propositadamente. Aqueles que financiam teses falsas, e financiaram, pagarão pelos seus crimes com certeza.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jean Paul Prates.

Só para... Antes de concluir a inquirição de hoje, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, só para informar também que o chamado... Foi falada e foi dita muito aqui a tal autonomia médica. Só destaco que o TrateCov foi adotado exatamente tendo como uma de suas orientações obrigar os médicos a adotá-las. Então, para todos aqueles que argumentaram aqui pela chamada autonomia médica, não tem nada que tenha ofendido mais a autonomia médica do que a adoção desse famigerado TrateCov, que, entre outras coisas, recomendava o uso de cinco comprimidos de ivermectina por dia durante cinco dias – entre outras coisas –, e foi deixado claro nesta CPI o quão criminosa é essa recomendação nesse dito aplicativo que foi utilizado, que utilizou, lamentavelmente, os manauaras, a população do Amazonas, como cobaia.

Complementarmente, também acho que ficou claro... Sr. Jailton, quero reiterar o já foi dito aqui por várias Senadoras, como a Senadora Soraya, e por vários outros Senadores: não era o senhor para estar aqui; quem deveria estar aqui era o Sr. José Alves, e ele estará, ele fatalmente virá a ser convocado por esta CPI. Mas, mesmo com sua presença aqui, o seu depoimento foi muito esclarecedor sobre o papel dessa empresa, em especial para esclarecer a todos que estão assistindo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que o tratamento para a pandemia, para a covid, até hoje desenvolvido pela ciência é somente um, a vacina, e, fora disso, as medidas preventivas recomendadas amplamente pela ciência. É essa a medida necessária para evitarmos, todo dia, que esse dramático e trágico número aumente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 41ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convoco-os para o depoimento de amanhã do Deputado Federal Ricardo Barros, às 9h30, e declaro encerrada esta sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 59 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfê Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Jean Paul Prates, Mailza Gomes, Simone Tebet, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Otto Alencar e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva - Ricardo Barros. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Ricardo Barros, em atendimento ao requerimento 976/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/08/12>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

Esta reunião destina-se a ouvir o Deputado Ricardo Barros, em atendimento ao requerimento de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Sr. Deputado, V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade em tudo que souber e lhe for perguntado?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V.Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu recebi há pouco no meu gabinete a Presidente e a Vice-Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, a Sra. Rivana Ricarte e a Dra. Rita Lima. Elas ressaltaram a importância do trabalho da CPI e vieram reafirmar o compromisso da Defensoria Pública dos Estados e do Distrito Federal na defesa do direito à saúde da população brasileira vulnerável. Informaram que os defensores dos Estados e do Distrito Federal já iniciaram um debate sobre as medidas a serem adotadas em razão das irresponsabilidades para com os consumidores brasileiros vitimados pela indicação indevida de medicamentos ineficazes para o tratamento da covid-19. A associação se comprometeu a mobilizar suas comissões de defesa da saúde e do consumidor para traçar estratégias de defesa das pessoas vulneráveis atingidas por esta política irresponsável no tratamento da covid-19.

Eu fico muito feliz que um órgão tão importante como as defensorias públicas brasileiras, que estão nos Estados e no Distrito Federal, possa nos ajudar, principalmente em relação ao depoimento deprimente de uma indústria farmacêutica que produziu Ivermectina, que teve um aumento de 200 milhões de faturamento para 530 de faturamento, em um ano, baseado numa ineficácia de um medicamento que foi propagado irresponsavelmente por muitas pessoas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As defensorias públicas fazem o seu papel neste momento, contribuindo para aqueles brasileiros vulneráveis que, muitas vezes, sem conhecimento, adotaram a prática de comprar esse remédio, tomar esse remédio e, mesmo assim, foram a óbito, e hoje essas famílias sentem a perda desses familiares, muitas vezes por irresponsabilidade disso.

Nesse sentido, eu fico muito grato, porque a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos pode contribuir com a CPI.

Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) - Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Sr. Presidente, o senhor depoente do dia de hoje, Deputado Ricardo Barros, notificou este membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, extrajudicialmente, nos seguintes termos - me permita aqui declinar -, sobre reportagem realizada esta semana pelo programa jornalístico da TV Globo Profissão Repórter. Teria este depoente, e este depoente assim o fez, neste programa jornalístico, dito o seguinte: "O *modus operandis* é literalmente igual, integralmente igual. No passado era Global, agora é Precisa. Os sócios da Global são hoje também os sócios da Precisa.

O resultado é o mesmo. No passado não teve medicamentos para pessoas com doenças raras; hoje faltou ter vacina no tempo certo para salvar os brasileiros da covid."

O Senhor Presidente da República mais do que sabe, sabe dos personagens, e é o Senhor Presidente da República que diz para o Deputado Luis Miranda o seguinte: "Quem está envolvido nesse rolo aqui? É esse daqui - e aponta para a foto do Deputado Ricardo Barros, seu Líder do Governo na Câmara dos Deputados. De lá para cá, o Presidente não tomou nenhuma providência, e Ricardo Barros segue como Líder do Governo na Câmara, intocável como Líder do Governo na Câmara." Essa é a minha fala no programa Profissão Repórter.

Pede o senhor depoente no dia de hoje que nós nos retratemos dessa fala nos seguintes termos: "Notifica-se o Senador Randolfe Frederico Rodrigues Alves para que, ainda nesta data, proceda a retratação quanto aos fatos falsamente veiculados por meio da divulgação da seguinte nota de esclarecimento." Pede o senhor depoente que eu faça uma nota de esclarecimento me retratando do que foi declarado no programa Profissão Repórter.

Sr. Presidente, adicionalmente, só aqui acrescentar que, em depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Luis Miranda relatou - notas taquigráficas desta Comissão -: "É mais um rolo desse..." E falou o nome da pessoa. Segundo o Deputado Luis Miranda, a pessoa é o depoente do dia de hoje, o Deputado Ricardo Barros. Mais adiante, o senhor depoente Luis Miranda, naquele dia, chegou a dizer o seguinte: "Olha, isso é coisa de um Deputado, ou daquele Deputado."



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, diante disso e do que foi dito a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu quero acreditar que tanto o senhor depoente quanto a douta banca de advogados que o assessora, que o acompanha, deve ter conhecimento das prerrogativas desta Comissão Parlamentar de Inquérito, deve ter conhecimento total do art. 53 da Constituição da República sobre a garantia constitucional de imunidade por opinião, palavras e votos, imunidade esta garantida, inclusive, aos membros deste Parlamento para que não possam sofrer, em nenhum momento, da parte de qualquer um dos poderosos deste País, qualquer tipo de intimidação. Dito isso, eu acredito que essa notificação não deva ter se prestado a nenhum papel de desconhecimento, porque acredito que uma banca de advogados tão capacitada, obviamente, orientaria o senhor depoente do dia de hoje. Portanto, quero acreditar que se assemelha mais a uma tentativa, fracassada, de intimidação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Diante disso, Sr. Presidente, quero informar ao senhor depoente, olhando para ele, olhando nos olhos, que reafirmo tudo dito no programa Profissão Repórter. Aliás, o dito lá ainda está incompleto, será completado aqui, na minha inquirição a este depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou... Até hoje, a CPI... Vamos deixar claro aqui, as acusações feitas contra o Deputado Ricardo Barros foram feitas pelo Deputado Luis Miranda, não desmentidas pelo Presidente da República. A presença do Deputado aqui, baseado... O Presidente poderia ter evitado esse constrangimento para o seu Líder se tivesse desmentido o Deputado Luis Miranda. Não desmentiu. Por isso, a presença do Deputado Ricardo Barros aqui; por isso é que ele foi convocado.

Eu troquei a convocação por convite e expliquei à CPI por que nós trocamos. Porque é uma praxe nossa, fizemos isso com o Deputado Osmar Terra, fizemos isso com o Deputado Luis Miranda. É uma praxe, não muda absolutamente nada. O depoente já fez o seu juramento da mesma forma, como os outros convocados ou convidados o fizeram, prometeu e se comprometeu a falar a verdade. Então, não houve nenhum tipo...

O Senador Randolfe não tirou essas palavras dele, tirou essas palavras do depoente que esteve aqui. Vamos deixar claro isso. Então, a ação movida contra o Senador Randolfe não cabe. Cabe mover uma ação contra o Deputado Luis Miranda e pedir ao Presidente Bolsonaro que desmint a o Deputado Luis Miranda, coisa que não fez até hoje.

Eu vou passar, por 15 minutos, a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) - O depoente, como qualquer outro depoente que esteve nessa cadeira, pode e deve estar assistido por sua



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistência técnica, pelos seus advogados, mas, nesta data, ele também se faz acompanhar por familiares, que merecem todo o nosso respeito, mas que não devem estar presentes neste recinto, até por uma questão de respeito à igualdade de tratamento com os demais depoentes e à questão sanitária que preocupa a todos nós. Então, peço a V. Exa. que tome as providências adequadas.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas pra constar que são nossos colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Não, eu não vou... Eu não vou... Eu só vou pedir para que o afastamento aqui seja respeitado, por favor. É uma questão muito complicada, Senador Alessandro. Eu sinceramente vou permitir que eles possam acompanhar o depoente. Eu só peço que haja o respeito aqui, porque nós temos essa preocupação também.

Eu vou passar, por 15 minutos...

Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ontem eu fiquei sabendo, pela orientação, inclusive, do Senador Renan, como Relator, que, a princípio, estaria sendo apresentado um PDL para sustar os atos ou o ato abusivo de poder de um servidor do Ministério da Saúde que, representando um órgão ligado à Secretaria Executiva do Ministério, teria decretado, repito, com abuso de poder, porque nem tem competência para tal, o sigilo de cem anos do contrato da Covaxin. Ontem, no final da tarde, conversando com o Relator, o Relator me informou que ele e mais alguns membros desta Comissão estariam entrando com um mandado de segurança contra essa autoridade.

Eu não sei como responder a isso, Sr. Presidente, a não ser com algo que não é comum de minha parte: além da indignação, com ironia. E eu digo isso, Sr. Presidente e estou interpelando V. Exa., porque, na reunião que tivemos – eu não sou membro –, como o processo era público, alguns colegas me pediram que passasse o recesso olhando as mais de 1,5 mil páginas desse processo. E eu li, reli, destaquei, já estou conversando com os Senadores a respeito das inúmeras irregularidades, para não dizer dos inúmeros casos de crimes cometidos nesse processo administrativo da Covaxin.

Pois bem, agora eu pergunto, de forma irônica: o que eu faço? Devolvo, apago da minha mente, finjo que não li o que li, aguardo a decisão judicial? Porque é irônico. Se não fosse trágico, seria muito irônico. E eu me lembrei... Se me permitir, eu vou aqui responder, talvez pela primeira vez neste Parlamento com ironia, porque eu me lembrei de uma anedota que falam ou que dizem de Rui Barbosa,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tinha uma inteligência excepcional. E, como eu não tenho essa inteligência, eu vou ler rapidamente essa anedota e aí fazer a pergunta a V. Sa.

Num determinado momento, dizem que Rui Barbosa flagrou um ladrão de galinha no seu quintal. Ele acende a luz e diz o seguinte: "- Não o interpele pelos bicos de bípedes palmípedes, nem pelo valor intrínseco dos retrocitados galináceos, mas por ousares transpor os umbrais de minha residência. Se foi por mera ignorância, perdoo-te, mas se foi para abusar da minha alma prosopopeia, juro pelos tacões metabólicos dos meus calçados que dar-te-ei tamanha bordoadá no alto da tua sinagoga que transformarei sua massa encefálica em cinzas cadavéricas."

O ladrão todo sem graça, com as duas galinhas, uma de cada lado pergunta: Tudo bem, seu Rui, mas e aí, eu levo ou não levo as galinhas?

E eu pergunto, Sr. Presidente, o que eu faço com tudo que li, com tudo que vi, com todas as irregularidades e crimes que eu vi investigando o contrato da Covaxin? Devolvo a V. Exa. e espero decisão judicial ou vamos passar por cima desse ato abusivo desse servidor público que mandado - e malmandado e mal-orientado - decretou, de forma inconstitucional, o sigilo de um documento que já é público, que já está nas redes sociais e de que metade da população brasileira detém conhecimento. Levo ou não levo as galinhas, Sr. Presidente?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu acho que é muito simples. Essa Comissão já tratou de sigilos indevidos colocados sobre documentos que não tinham sigilo. Se o sigilo está fora da lei, se não há competência do servidor para decretar sigilo, portanto, a CPI pode deliberar por retirar o sigilo desses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Seguindo a orientação do Senador Rogério Carvalho, eu colocarei em votação a quebra de sigilo desse contrato, que é público, que não tem nada. Como é que vai esconder um contrato? E me explica como Governo tenta esconder um contrato. O que eu fui informado ontem à noite, o Senador Randolfe me informou que a sua assessoria recebeu uma mensagem do Ministério da Saúde... Estou errado, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor, V. Exa. pode me auxiliar nisso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) - Perfeitamente. Sobre esse tema, Sr. Presidente, só para comunicar, ontem o Ministério da Saúde fez contato com a nossa assessoria informando que não se tratava de sigilo, que era, abre aspas, "informação restrita".

Só quero comunicar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que, por determinação de V. Exa. e do Sr. Relator, esta Comissão Parlamentar de Inquérito também acionou, através da advocacia do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, a Justiça Federal e está sob a guarda da 2ª Vara do Distrito Federal, em Brasília, mandado de segurança para garantir o acesso ao sigilo. Isso, Sr. Presidente, sem embargo de reafirmar aqui a proposta feita pelo colega Rogério Carvalho para que a própria CPI, como fez anteriormente, delibere pela abertura de sigilo desses documentos por incabível, desnecessário e violador do art. 37 da Constituição, sobretudo a partir do princípio da publicidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone, a senhora pode fazer uma boa canja com o contrato porque ele será público.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já fiz, Sr. Presidente. Só vamos servir agora, no momento oportuno.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, Simone.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente, apenas alertando que um dos princípios que regem a administração pública expresso no art. 37 é a publicidade de seus atos. Nós temos a Lei de Acesso à Informação, nós temos aqui um contrato que versa com o dinheiro público. Então, ordem manifestamente ilegal não se cumpre. Defendo a publicidade desse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação a publicidade do contrato.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Ricardo Barros, por 15 minutos.

Eu peço que o senhor possa expor os seus pensamentos nesses 15 minutos.

Depois, logo em seguida, passarei ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Presidente Omar Aziz, eu gostaria de pedir autorização para distribuir o material, que é a impressão das lâminas que vou apresentar, para que os Senadores tenham mais facilidade, eventualmente, de consultar e pedir... Autorizar a distribuir o material, e pedir se eu poderia fazer uma apresentação inicial de 20 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, primeiro, queria saudar o Senador Omar Aziz, Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Senador Izalci, Senador Alessandro, Senador Rogério, Senador Alessandro Vieira, Senador Girão, Senador Fernando, Senadora Eliziane, Simone, Fabiano Contarato, Jorginho Mello, Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze.

Srs. Senadores, obrigado pela presença, porque, para mim é muito importante esta oportunidade que os senhores me dão de esclarecer as questões que envolveram o meu nome nessa questão do contrato da Covaxin. (*Pausa.*)

Então, eu vou primeiro fazer uma apresentação da minha participação como Ministro da Saúde, como foi aqui o Senador Humberto Costa.

Na minha gestão, economizei R\$5 bilhões justamente questionando contratos, questionando a forma de compra de medicamentos de alto custo no Governo Federal. Desses R\$5 bilhões, 3,7 bilhões foram exatamente na compra de medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deputado Ricardo Barros...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Muitos aqui são Senadores de primeiro mandato e não lembram quando o senhor foi Ministro da Saúde. É só dizer a data que o senhor foi ministro, de que Governo, só para a gente...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu fui ministro do Governo Temer de 2016 a 2018, quando me desincompatibilizei para concorrer à eleição de Deputado Federal.

Aqui, nós publicamos um *site*, naquele tempo - eu estou falando isso para o contexto da explicação da Global Saúde - com todos os preços que nós praticávamos, um *site* de acesso público, para que os fornecedores pudessem nos oferecer mais barato do que o ministério vinha comprando esses medicamentos. Na Alfaepoetina, nós reduzimos 120 milhões em uma compra. No Micofenolato de Sódio, 54 milhões em uma compra. No Adalimumabe, 34%; Sofosbuvir, 40% - são medicamentos que o ministério compra em grande quantidade. Tacrolimus, 122 milhões de economia. Spinraza, que era um medicamento de alto custo, um desses que nós estamos tratando, Eculizumab, também 50% - nós conseguimos reduzir o preço de um medicamento que tem patente que só tem um vendedor, então foi uma luta muito grande. Compramos ambulâncias para renovação do Samu. Nosso objetivo sempre foi salvar muitas. E fiscalização.

Esta planilha que está aqui é do Denasus. Eu mandei o Denasus em todas as pessoas que tinham uma liminar de Soliris, casa em casa, para verificar. E aí vocês veem: 28 não foram localizados; 5 não residem no endereço; 6 se recusaram a prestar informação; 13 faleceram, mesmo com o medicamento disponível. Então, há também uma grande... A Polícia Federal eu coloquei para apurar isso, porque é um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande conluio de associação de portadores da doença com escritórios de advocacia para assaltar o Erário brasileiro. No caso do Soliris, fizemos economia de R\$220 milhões.

Acordo com o Conselho Nacional de Justiça nos permitiu ainda sermos mais eficientes no combate à judicialização, que custa 7 bilhões por ano para os brasileiros. Veja bem isto, Senador Renan: 108 pacientes desistiram da sua liminar. O paciente tem uma doença, ele vai à Justiça, pede uma liminar para ter o medicamento que custa R\$1 milhão por ano, Eduardo Braga, e, aí, quando a gente manda fiscalizar, ele desiste da liminar. Obviamente, há fraude nesse processo - 108 desistiram de liminares!

Eu sou Presidente da Frente Parlamentar da Indústria Pública de Medicamentos desde 2015, antes de eu ser ministro, por conta do Tecpar, do Paraná, que é um instituto de tecnologia que eu quis apoiar. Está aí uma reunião dessa frente parlamentar com o Ministro Mandetta, com o Ministro Pazuello, com o Ministro Queiroga. Nós sempre fizemos... Todas essas agendas estão... As fotos estão na agenda do ministério. O Presidente...

Aí vem a situação do Luis Miranda. Finalmente vem aqui o Luis Miranda, faz um teatro aqui e fala que o Presidente falou meu nome. Claro, ele, Luis Miranda, levou ao Presidente a minha fotografia numa matéria do caso Global e, provavelmente, é a esse fato que o Presidente se referiu. Mas eu vou ser correto aqui e agradecer ao Deputado Luis Miranda, porque ele deu muitas entrevistas, ele deu muitos depoimentos, ele foi à Polícia Federal e, em todas as falas do Luis Miranda, ele disse "o Presidente perguntou se o Ricardo Barros estava envolvido na Covaxin", nunca afirmou. Da Global, obviamente, porque ele levou para o Presidente a minha foto com a matéria da Global, mas, da Covaxin, em todos os depoimentos do Luis Miranda, o Presidente perguntou a ele.

Vamos ao vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Então, eu agradeço ao Luis Miranda, porque todos... E isto aqui é a transcrição da fala dele na Polícia Federal. Ele fala de novo: "Vocês sabem me dizer se ele está envolvido no caso Covaxin?" E eles disseram que não. E todas as pessoas que vieram depor aqui também disseram que não, todos que trataram do envolvimento. E o Presidente colocou sua posição dias atrás - não é a entrevista de hoje do Presidente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Muito bem, então, o combate à corrupção está no DNA do Governo Bolsonaro. O Presidente criou, já no Ministério da Saúde, lá em 17 de maio de 2019, com o Ministro Mandetta, a Diretoria de Integridade, e os outros ministérios todos têm núcleos de integridade, e agora o Presidente anunciou o Sistema de Integridade do Governo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, começa essa versão de que o Presidente falou que eu estava envolvido no caso Covaxin e que o Presidente deveria desmentir. O Presidente nunca afirmou e não tinha como desmentir o que ele não afirmou. Eu acho correto que o Presidente não se dirija ao Deputado Luis Miranda, porque o Deputado Luis Miranda fez uma quebra de confiança no relacionamento com o Presidente. Mas o Presidente nunca afirmou que eu estava envolvido no caso Covaxin, ele perguntou. E aí, todas as falas do Luis Miranda são nesse sentido, não há nenhuma em que ele tenha colocado de forma diferente.

Aí, para confirmar essa narrativa, que não é verdadeira, foram tentando criar fatos que me envolvessem.

Está aí a questão da Regina Célia. Quem nomeou a Regina Célia fiscal de contrato foi o Ministro Marcelo Castro. Eu a mantive no meu Governo, com um salário um pouco menor, e ela, até hoje, é fiscal de contrato de todos os Ministros que passaram por lá. Então, ela disse aqui que não me conhece.

Aí vem o tal Roberto Dias... Olha como é que a imprensa trata o assunto: "Indicado de Ricardo Barros pediu propina". E muitos Senadores aqui repetiram essa narrativa. Ele não é meu indicado. Ele é indicado do Deputado Lupion. E, veja bem, quando o Mandetta fala que pediu a indicação para o Lupion, disse por quê: "... num esforço de Mandetta para tirar de áreas sensíveis do ministério indicados do PP". Portanto, nós não temos ninguém lá. Vocês vão chamar todo mundo aqui, e todo mundo vai dizer que não, porque essa é a verdade, esse é o fato concreto do que nós estamos vivendo. Está aí o Deputado Abelardo Lupion, que indicou o Roberto Dias, que eu considero uma pessoa correta. Assim como o Ministro Mandetta diz que ele sempre teve uma pessoa correta, eu também, nunca, em nenhum dos momentos, o vi envolvido em qualquer outra questão.

Aí veio a história da emenda do Líder do Governo que possibilitou a importação da Covaxin. Não possibilitou nada, tanto que não resolveu nem pra Sputnik... O Presidente Omar Aziz tinha pedido à Rússia e à Índia. A Rússia não resolveu a Sputnik, e a Índia também não resolveu. Vários outros Senadores e Deputados fizeram emendas, e nós colocamos, no final, 11 países nessa lei. Todos esses Parlamentares, o irmão do Relator, Renildo Calheiros, colocaram, seis Deputados do PCdoB, porque era interesse da Fiocruz, que estava negociando com a Índia. E todos eles com a mesma boa intenção. O Senador Randolfe, que está aqui, foi o Relator e acatou as emendas. Naquele momento, todos nós sempre trabalhando; e eu até hoje para que o Brasil tenha mais vacinas, vacine mais rapidamente as pessoas e nós possamos voltar à normalidade. Então, vejam como era o contexto daquele momento em que a emenda foi apresentada.

Pode passar o vídeo do Senador Randolfe.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Pra liberar as vacinas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Todos nós no mesmo espírito de colaboração com o País. A ineficácia da... A lei não serviu pra nada. Não teve nem Covaxin, nem Sputnik, nem mais nada. Então, como se aquela emenda fosse a solução - a minha; as dos outros, não -, todo mundo fez de boa intenção, só eu que fiz de má intenção. Muito mal colocado esse contexto.

Está aqui a programação do Ministério da Saúde de vacinas, em 12 de março de 2021. Tem lá 20 milhões de doses da Covaxin e 10 milhões de doses da Sputnik, que nós não compramos. E 30 milhões de doses são 15 milhões de brasileiros que podiam estar imunizados em março, abril e maio. Quantas mortes teríamos evitado, Senador Flávio Bolsonaro? Quantas internações de UTI? Quantas internações hospitalares? Quanto sofrimento podíamos ter economizado se tivéssemos comprado as vacinas que o Governo contratou, mas que a Anvisa não quis liberar, embora estejam sendo usadas em diversos outros países?

Aí vem uma outra notícia: "Ricardo já ameaçou enquadrar a Anvisa para aprovação da Covaxin". Outra mentira! Eu enquadrei a Anvisa efetivamente quando apresentei um projeto que suspendia a exigência de Fase III no Brasil, um PDL, e no mesmo dia em que eu apresentei o PDL a Anvisa se reuniu e retirou a exigência, entendeu que eu estava certo na minha posição.

E temos também a questão dos intermediários. Aqui se fala muito de intermediário, por que é que tem intermediário? Porque a Lei 8.666 exige, está lá: "[...] devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente" as empresas estrangeiras que não funcionem no País.

Então, a Janssen tem Janssen no Brasil, Johnson & Johnson do Brasil; a Pfizer tem Pfizer do Brasil; a AstraZeneca tem a Fiocruz; a CoronaVac tem o Butantan, mas e as que não têm? As que não têm são obrigadas pela lei a nomear um representante no Brasil para tratar dos seus assuntos. E por isso é que tem as empresas que foram escolhidas pelos fabricantes pra representá-las no Brasil. Não tem esse negócio de intermediário, é representante legal exigido por lei.

Bom, aí entra a situação da Global. Na Global, Senador Humberto Costa, a Global ganhou uma chamada pública de compra de medicamentos para doenças raras. A Anvisa nega a licença de importação pra ela, dizendo que tem um representante exclusivo do laboratório e que só pode dar licença pra esse representante. A Global entra na Justiça, ganha uma liminar, a Anvisa não cumpre. A Global entra na Justiça de novo, ganha outra liminar, a Anvisa não cumpre, atrasa em mais de um mês a autorização de importação dos medicamentos. Portanto, a Anvisa tem culpa no atraso dos medicamentos. A AGU entra contra a Anvisa, ganha a liminar, aí finalmente a Anvisa libera a licença de importação. Aí a Global faz uma entrega parcial de medicamentos e não consegue entregar o resto porque o fabricante proibiu os distribuidores no resto do mundo de vender pra ele como ele tinha pré-contratado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, descumpriu-se o prazo de entrega já depois que eu saí do ministério. Eu saí do ministério em abril para concorrer à eleição e depois é que venceu o prazo de entrega dos medicamentos. Portanto, as medidas tomadas para suprir essa falha da Global foram do ministro sucessor.

Aí, fez-se um acordo com a Global, acho que desse já - não sei qual ministro que fez - para devolução dos valores, ela já devolveu 2,8 milhões e chamou-se a segunda colocada, a Sanofi, que é a dona da patente. A dona da patente também atrasou a entrega dos medicamentos.

Então, essa narrativa do atraso de entrega de medicamentos tem culpa da Anvisa, tem culpa da Sanofi, tem culpa também da Global, mas a Global sempre esteve ganhando na Justiça o direito de exercer o contrato. Portanto, o contrato não podia ser encerrado porque estava *sub judice*.

O Tribunal de Contas da União fala aí da forma de pagamento, que poderá ser antecipado a critério da administração. Esta é... Esse é o documento que mostra a entrega parcial de Aldurazyme e Fabrazyme. São dois medicamentos daqueles que foram comprados da Global. Ela entregou uma parte. Tem uma narrativa insistente de que não entregou nada: não é verdade. E foi feita uma... Depois, em 2019... Aqui estão os pagamentos que a Global fez, devolvendo uma parte do dinheiro já, e depois... Está aí a liminar deferindo a autorização pra dar licença de importação pra Global. Aí, a Anvisa...

Essa é a ação que a AGU ganhou, aquela era da Global, não é?

E isso aqui é uma resolução da Anvisa, Senador Fernando Bezerra. Em 2019, no ano seguinte, a Anvisa se convenceu de que ela estava errada, perdeu na Justiça em todas as instâncias. Aí ela mudou a sua portaria e disse: "Não precisa mais de autorização de importação pra cumprir medida de medicamento de ordem judicial". Tudo não precisava ter acontecido se a Anvisa tivesse antes entendido que era essa a regra que tinha que ser cumprida.

Ricardo Barros tem o último encontro da Precisa... com o dono da Precisa em Ministério. É verdade, ele não veio depor ainda, mas está aqui a confirmação.

(Procede-se à exibição de áudio.)

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Então, vocês vão receber aqui o Sr. Maximiano e ele vai explicar que não falou comigo sobre Covaxin em nenhum dia e em nenhum momento.

Aí vem a VTCLog, em que me colocaram. "Bom, já não deu nada aqui, vamos tentar em outra situação envolver o Ministro Ricardo Barros".

VTCLog. Eu, quando assumi o ministério, tinham 15 contratos de logística. Sumiu um medicamento, você fala de quem? De quem pegou no porto e entregou no depósito? De quem pegou num depósito e transportou pro outro? De quem levou até o...? Não tinha quem responsabilizar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encomendei um estudo no Ipea. O estudo no Ipea mostrou que haveria 20% de redução de gastos se nós centralizássemos a logística, que acabou sendo em Guarulhos. Os Correios não puderam participar porque o TCU não permitiu, dizendo que essa parte de logística não fazia parte do seu monopólio. E vem depois, ao estudo do Ipea, o elogio do TCU ao modelo que foi estabelecido. E também eu não contratei a VTCLog. VTCLog foi contratada 90 dias depois que eu deixei o ministério. Então estão aí os elogios do Tribunal de Contas. A VTCLog foi contratada depois que eu saí do ministério.

Eu fui ao STF pra ser ouvido aqui na Comissão; não consegui. Eu queria ser ouvido antes do recesso, pra não ficar com esta versão inverdadeira, mentirosa sendo repetida várias vezes. Até ontem tinha repórter falando que eu fui, que o Presidente falou que eu estava envolvido. Ele nunca falou isso, não é? Segundo o Miranda, porque nós estamos tudo na versão do Luis Miranda.

Bom, aí pedi aqui à CPI providências sobre vazamentos de dados que vazaram aqui da CPI sobre o nosso envolvimento. E vou reiterar aqui: sempre busquei transparência, diálogo na vida pública. Estou à disposição pros esclarecimentos e faço questão de estar aqui. Queria ter vindo antes.

Aí eu descobri, Senador Fernando Bezerra, que tinha esse programa Profissão Repórter que era pra ter sido mês passado, não foi. Aí foi exatamente antes de eu vir aqui à CPI. Então, provavelmente, uma coincidência de fatos, mas não tem problema. O Senador Randolfe foi notificado, porque fez afirmações naquele programa que não são verdadeiras, e eu vou provar isso aqui.

Então, vai ser um bom debate. Vamos para uma boa oportunidade de esclarecimentos.

Obrigado de novo aos Srs. Senadores. Pra mim, que sou político com 32 anos de vida pública... Fui eleito Prefeito da minha cidade de Maringá em 1988. Depois, tenho seis mandatos de Deputado Federal, fui Secretário de Estado da Indústria e Comércio, e Ministro da Saúde.

Eu estou aqui, como tantos outros de vocês, há tantos anos na vida pública, por ser correto. Porque só tem dois tipos de políticos: os que querem servir à comunidade e os que querem se servir da comunidade. Mas ninguém é eleito se não estiver bem-intencionado. Diz na Bíblia: "toda autoridade vem de Deus". Então, ninguém é eleito se não estiver bem-intencionado. Depois, pode mudar a sua conduta, mas não eleito para gerir mal recursos públicos.

Então, pra mim que faço da política a minha vida, a missão de servir é que me move, é muito... Vocês me causaram um dano à imagem muito grande, muito grande. E eu espero poder reparar isso.

O Senador Humberto Costa já foi vítima de linchamento moral, o Senador Renan Calheiros também, o Senador Omar Aziz também, muitos aqui já foram vítimas de linchamento moral.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas para atentar ao tempo do depoente. Já passou bastante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Obrigado. Eu vou encerrar.

Então, diante deste fato, do fato de todos os convocados por vocês que trataram do processo da Covaxin dentro do ministério terem negado qualquer ligação comigo, eu espero que esse mal-entendido de que eu teria participado desta intermediação da Covaxin fique esclarecido de uma vez por todas.

Muito obrigado aos senhores.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só esclarecendo ao senhor depoente que não é ele que determina a data em que esta Comissão Parlamentar de Inquérito ouve investigados. É esta Comissão Parlamentar de Inquérito que determina a data que deve ser ouvido. Então esta CPI... A direção da CPI não se submeteria à vontade de quando ele iria querer depor. Esta CPI define o momento mais adequado pra depor.

Aliás, senhor depoente, no meu entendimento, o senhor deveria, inclusive, ter vindo mais tarde, e não nesse momento, mas aqui seço a posição dada pela direção desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sobre... E, mais uma vez, já disse pro senhor aí, na condição do Plenário: costume, no exercício da Presidência, não abusar das prerrogativas. Como eu fui citado por V. Exa., me permita: reafirmo tudo o que foi dito ao Profissão Repórter e daqui a pouco, ao senhor inquirido, o senhor terá inclusive mais outros elementos a fazer eventual interpelação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro: infelizmente faleceu o ator Tarcísio Meira, vítima de covid. Segundo noticiam os diversos *sites* neste momento, já estava internado há bastante tempo. É mais um desses quase 600 mil brasileiros que perderam sua vida, dentre outras coisas, porque o Governo não soube fazer o seu trabalho na hora certa, não teve responsabilidade e seriedade pra isso. Então, o registro está feito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro, lamentável e triste registro. Um dos principais expoentes da cultura nacional, das artes de nosso País. E eu queria, em homenagem a Tarcísio Meira e a todas demais vítimas da covid neste País, pedir a todos um minuto de silêncio.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com a palavra o Sr. Relator pelo tempo necessário para inquirir o depoente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu peço, em primeiríssimo lugar, para exibir o vídeo nº 1.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu vou diretamente, em função do vídeo exibido, começar fazendo as perguntas.

V. Exa., Deputado Ricardo Barros, está aqui pelo que acabamos de ouvir do Deputado Luis Miranda, fato este que até hoje não foi desmentido pelo Presidente da República, ao contrário, foi confirmada a existência do encontro no todo, inclusive em entrevista que ele próprio deu à emissora de rádio no Rio Grande do Sul.

Em função disso, eu queria perguntar o seguinte: A que V. Exa. atribui a menção ao seu nome pelo Presidente da República? A menção, repito, ao Deputado Luis Miranda e ao seu irmão no episódio em que irregularidades no processo de compra da Covaxin foram relatadas pessoalmente ao Presidente da República.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Senador Renan Calheiros, mostrei agora mesmo no vídeo do Luis Miranda.

Ele diz: "Levei ao Presidente uma matéria da imprensa com a fotografia do Ricardo Barros..."

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, nós...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - ... falando do caso Global.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós mostramos o depoimento.

Eu não estou mostrando, nem prestando atenção em entrevista que o Deputado Luis Miranda deu. Estou mostrando ao País o depoimento que ele prestou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - E, no depoimento, Sr. Relator, ele não disse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, são questões diferentes.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - O senhor vai me permitir responder ou não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu vou me permitir pedir para repetir o vídeo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Então, por favor, se o senhor me permitir, eu vou responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, repita o vídeo.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - O Presidente não afirmou que eu estava envolvido no caso Covaxin.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Presidente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Presidente, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Repita o vídeo, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Presidente, pela ordem.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - O Deputado Luis Miranda não afirmou em nenhuma de suas entrevistas, nem no depoimento à Polícia Federal...

(Tumulto no recinto.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - O depoente tem a hora de falar, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - ... que eu tivesse participação no caso da Covaxin.
Não afirmou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O Sr. Ricardo Barros é depoente, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Mostre o vídeo, mostre o vídeo.

Mostre o vídeo do Luis Miranda.

Mostre o vídeo do Luis Miranda.

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Mostre o vídeo do Luis Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, só um minutinho.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. *Fora do microfone.*) - Eu assisti a várias sessões da CPI. Quando a gente vai responder uma coisa que não interessa para a narrativa da CPI, vocês interrompem, fazem outra pergunta...

Quando... Quando a narrativa que vai ser construída desinteressa para a sua narrativa, todo mundo falou ao mesmo tempo para o senhor. Todos falam ao mesmo tempo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deputado Ricardo Barros...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deputado Ricardo Barros, por favor, V. Exa. responda às perguntas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas tem que deixar responder, não é, Presidente? Tem que deixar responder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

Os seus comentários sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor fale daquela porta para fora; aqui, não.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Desculpe, eu estou na CPI, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deixa eu lhe dizer uma coisa: no meu Estado, o caboclo é sábio, muito sábio. E aquele cara que morre pela boca é chamado de tucunaré. Devagar com o andor, porque o santo é de barro. Não dê uma de tucunaré aqui, Deputado, por favor. Com todo o respeito que nós estamos tendo pelo senhor, o senhor respeite a Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós não criamos versões, não, são fatos! E aqui o Deputado Luis Miranda disse claramente para todos nós aqui que a pessoa a que se referia era V. Exa. E digo mais: se eu fosse o Líder do Presidente na Câmara dos Deputados, eu não pediria, não, eu exigiria que o Presidente se retratasse e falasse para todo o Brasil, nas *lives*, que ele nunca citou seu nome. Ele nunca disse isso. Então, Deputado, por favor, eu ouvi o senhor dizendo: "Olha, a CPI cria uma versão...". Não é versão.

Eu quero...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, só um minutinho.

Eu quero que traga, primeiro, o depoimento do Deputado Luis Miranda quando ele diz como foi a conversa e aí ele insinua que era um Deputado e não quis falar o nome do Deputado naquele momento. No final, ao ser perguntado pela Senadora Simone Tebet, ele cita o seu nome. E eu disse, em todas as declarações, Deputado Ricardo Barros, que não era necessária a sua presença aqui, bastava o Presidente ter desmentido o Deputado Luis Miranda, coisa que ele não fez em momento algum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas, Presidente, deixe-me fazer um apelo a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.? Porque é o seguinte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... senão o depoimento não vai ter serventia a esta CPI, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por que não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, se não tiver uma ordem, não vai ter.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, eu estou querendo colocar ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não é dessa... Sr. Presidente, respeitosamente, faço um apelo a V. Exa. para que controle os trabalhos da CPI, mas no sentido de o Relator fazer a pergunta e permitir que o depoente responda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas claro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... sem querer conduzir a resposta do depoente. Ele faz isso repetidas vezes. Não se pode.

Outra coisa, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Vai atropelar o Relator, Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... aqui nesta CPI já teve depoimento aqui que começou de um jeito, aí o cara pede um intervalo comercial para ir ao banheiro, o advogado vai lá e buzina no ouvido dele, ele volta aqui, muda a versão, e aí os mesmos que estão agora fazendo esse ataque todo dizem: "não, ele se arrependeu, ele mudou de versão." Aí, está tudo certo.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Presidente, restitua a palavra ao Relator, por favor. Restitua a palavra ao Relator.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, o pedido que faço a V. Exa. é que permita ao depoente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo!

E aqui eu não estou interessado, eu não estou interessado na opinião de depoente aqui sobre a CPI – deixar muito claro isso. A opinião do depoente sobre os membros da CPI ou da CPI ele faz daqui para fora; aqui dentro, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem faz isso o tempo todo são os próprios membros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É diferente, os membros podem falar. Agora, depoente não vai...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O tempo todo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... vai fazer conceito dos trabalhos da CPI aqui, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Comentário em cima do depoimento? Está errado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! O Deputado Ricardo Barros não pode e não deve fazer, ter opinião sobre o comportamento dos membros da CPI. Ele está aqui como depoente e convidado por mim, a pedido do Deputado e Presidente Arthur Lira. Fiz a isonomia, quando convoquei o Deputado Osmar Terra e me pediram para trocar para convite. Fiz da mesma forma com o Deputado Ricardo Barros. Opinião sobre os membros não, aqui não!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Respeito é via de mão dupla, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lá fora sim!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Respeito é via de mão dupla!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Respeito é via de mão dupla.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele começou e, com três minutos, já está sendo desrespeitado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por quem?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Pelo Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pelo Relator!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele só estava perguntando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não estava perguntando, não!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Presidente, por favor, retome o depoimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele estava querendo conduzir as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos conduzir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Esse teatro aí só interessa a quem quer atrasar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E tem gente aqui querendo ensinar como é que a gente trabalha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, a base do Governo está querendo tumultuar a CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Tem Senador aqui querendo ensinar como a gente trabalha!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Renan, com a palavra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, portanto, para repetir a exibição do vídeo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pedi para repetir o vídeo para que o Deputado Ricardo Barros saiba que ele está aqui na condição de depoente. E



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faço um apelo a ele para que colabore com o depoimento, com a Comissão Parlamentar de Inquérito, e se limite a essa condição.

Nós não vamos permitir que haja tumulto, bate-boca. Também não vou interromper. Também não vou interromper, mas não permitirei que V. Exa. manipule a verdade, que manipule a verdade e cite uma entrevista qualquer que foi dada pelo Deputado para desqualificar o que aqui ele falou. Então, é muito importante que todos vejam o que o Deputado falou aqui, para que a verdade prepondere.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Mas o Deputado não manipulou a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espere aí, espere aí!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É uma acusação grave! O Relator afirma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas vocês estavam aqui!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... que o Deputado manipulou a verdade!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espere aí! Mas vocês estavam aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele falou que o Deputado não havia dito isso!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, pelo contrário!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele falou aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, absolutamente não! É só pegar as notas taquigráficas, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Agradeceu ao Deputado porque o Deputado, em nenhum momento, o tinha acusado com relação a isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Nada disso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós nunca dissemos que o Deputado o acusou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Ele falou do contexto!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não é verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Ele falou do contexto! Pegue a nota taquigráfica!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sr. Presidente, isto aqui é uma amostragem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O que é isso?

(Tumulto no recinto.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É uma amostragem do nível de provocação!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Presidente, estão tumultuando a inquirição do Relator!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não se está tumultuando, não! Estamos chamando a atenção do Relator!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O único papel da base do Governo hoje aqui é tumultuar, é impedir que o depoimento siga!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa é uma amostragem do nível de provocação a que nós vamos estar expostos hoje!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pergunte!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - É o único papel aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É só perguntar e ouvir a resposta!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O único papel que a base do Governo quer aqui é esse.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É só perguntar e ouvir a resposta! É simples!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Ele está respondendo. Como ele pode dizer que está manipulando a verdade?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas não quer é conduzir!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Ele está dizendo a verdade dele!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, a base do Governo quer tumultuar, Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu lhe mostrei que está manipulando!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É ridículo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu demonstrei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - A base do Governo veio programada para tumultuar a CPI!

(Tumulto no recinto.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Nada disso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu demonstrei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - O senhor não pode permitir isso aqui!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Nada disso! Nada disso!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Estão, desde os primeiros minutos da CPI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - ... tentando criar tumulto aqui, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou pedir aos Srs. Senadores, não às Senadoras porque elas estão tendo o comportamento que sempre tiveram, um comportamento equilibrado... Eu vou pedir aos Senadores para a gente esperar o Senador Renan Calheiros perguntar, e o outro responde. É simples! Vamos dar uma de Pazuello! É simples assim! Um manda, o outro obedece.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Tente fazer, Presidente. Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos lá! Vou tentar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pergunta e resposta. Embora!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É isso aí! Embora lá!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Desta vez, respondendo ao Senador e querido amigo Fernando Bezerra, eu peço para exibir mais uma vez o vídeo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Olhe aí, Presidente! Está vendo, não é, Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu peço para exibir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Vai vendo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... mais uma vez, o vídeo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Veja quem está fazendo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Isso não é possível!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, eu não posso continuar a exercer o meu papel debaixo de provocação toda hora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Essa é a pergunta!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Quer ensinar como é que a gente trabalha?!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não precisa!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Para responder ao...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Tem 200 anos e não aprendeu? Não aprende agora, não!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Para responder ao querido amigo Fernando Bezerra, eu peço para repetir o vídeo, a exibição do vídeo, para que fique claro que é verdade.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A que V. Exa. atribui a menção de seu nome pelo Presidente da República no episódio em que os irmãos Miranda denunciaram irregularidades na aquisição da Covaxin?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu peço... Sr. Presidente, eu poderia também repetir o vídeo? Sr. Presidente... Então, por favor... Por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Não, Sr. Presidente, isso é um procedimento totalmente impróprio!

(Tumulto no recinto.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Deixe o cara fazer a defesa dele!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Impróprio e...

(Tumulto no recinto.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Impróprio quando não interessa! Impróprio quando não interessa!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Olhe aí! Olhe aí! Vai vendo, Brasil! Vai vendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - E qual o precedente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É um ditadorzinho mesmo, não é?

(Tumulto no recinto.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual o precedente que nós temos de algum depoente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo, Brasil!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bota 50 vezes e não quer...

(Tumulto no recinto.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... a bagunça, por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual é o precedente que nós temos de algum depoente nesse sentido? A partir de agora, vamos mudar procedimento?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Deixe ele fazer a defesa dele (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*) Caramba! Que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Fernando, não fique vermelho, não! Senador Fernando, não fique vermelho que nem camarão, não!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Deixe ele fazer a defesa dele!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual o precedente que nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senadores...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Senador Randolfe está tolhendo, tirando o direito de ele responder!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Censura! Censura! Quer censurar o depoente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Fernando, não fique vermelho que nem camarão que não condiz...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quer censurar o depoente?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – As cores que o senhor defende, inclusive, não são vermelhas, o senhor alega isso. Então, não fique vermelho que nem um camarão, não!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que é isso? Não precisa agredir, Senador Randolfe!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não precisa agredir!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse tipo de procedimento...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. está partindo para a agressão pessoal!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Todo mundo recebeu já isso. Todo mundo já recebeu isso aqui. Nós vamos abrir para este depoente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Deixe o depoente falar! Ele pode falar, Presidente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... um precedente que nenhum outro depoente teve até agora!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, vai assegurar a palavra ao depoente ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Assegurar a palavra ao depoente eu vou! Agora, ele estar mostrando vídeo aqui... Eu não sei que vídeo que o depoente pode mostrar que muda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o depoimento do Deputado Luis Miranda.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Então, deixe-me mostrar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Uma condução técnica para isso: se a defesa quer fazer juntada de algum documento - e vídeo é documento -, faz a juntada, e a CPI decide se vai apresentar ou não. O depoimento é responder à pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O Relator também! O Relator também! Mesma coisa, mesmo procedimento, paridade de armas. Parece que alguém fugiu à aula de Direito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Presidente, não é a mesma coisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Não tem o menor sentido isso, esse teatro todo, Rogério! Pare com isso!

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Esperem aí, esperem aí, esperem aí...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - O depoimento teve os minutos iniciais, Presidente, para apresentar o que ele queria, para apresentar vídeo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou conduzir os trabalhos em relação ao Deputado Ricardo Barros como conduzi todas as outras 42 sessões, mais de 40 sessões que já tivemos aqui. Não é diferente o Deputado Ricardo Barros. Ele está aqui não é como investigado. Senador Flávio Bolsonaro... Cadê o Senador Flávio Bolsonaro? *(Pausa.)*

Ele não está aqui como investigado, ele está aqui como testemunha, está certo? Então, ele não tem que se defender, ele tem que responder!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acusado não! Quem acusa? Quem o está acusando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem o está acusando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem o está acusando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em que planeta nós estamos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só me responda, por favor: quem está acusando o Deputado Ricardo Barros?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe o que está acontecendo na CPI!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele não consegue nem falar, nem se defender!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Deputado Marcos Rogério! V. Exa. estava...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não consegue porque vocês interrompem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. estava ao meu lado quando o Deputado Luis Miranda veio aqui se oferecer para falar! V. Exa. é testemunha!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, estava.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém procurou o Deputado Luis Miranda para vir aqui falar de A ou de B. Ele procurou a CPI! Há uma diferença muito grande quando você quer trazer uma pessoa para falar... Ele não! Ele veio aqui. E, coincidentemente, Senador Marcos Rogério, V. Exa. é testemunha. Eu até brinquei: "Vamos tomar um café?" E, quando nós chegamos lá, nós vimos o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Luis Miranda. Eu perguntei: "Quem é?" V. Exa. me disse: "É o Deputado Luis Miranda, aqui de Brasília." Foi nesse momento que ele virou para V. Exa.: "Vou derrubar a República, eu tenho não sei o quê..." V. Exa. se lembra disso.

E, aí, quando ele veio depor, ele citou o seguinte... É só para lembrar, acho que isso está no Brasil todo. Ele disse que, quando chegou ao Presidente e levou... No sábado, dia 20, ele chegou lá com o Presidente, e o Presidente disse: "Isso é coisa de fulano". Não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - "Eu não aguento mais." Segundo as palavras, não do Senador Omar, não do Senador Renan, mas do Deputado Luis Miranda! Ninguém está fazendo acusação aqui, prejulgamento de ninguém não. Todos vocês se lembram, vocês estavam aqui!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. estava aqui, Senador Marcos Rogério!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ou é mentira também isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Ninguém está...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, ninguém está discordando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só quero que você faça...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho. Agora não. Quem vai decidir...

Só um minutinho.

Eu quero que você pegue aquela parte que o Deputado Luis Miranda diz, quando entra conversando com o Presidente, o que ele fala. Só isso. Enquanto não tiver essa fala, a sessão está suspensa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - E não está construída a narrativa acusatória contra o Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – A sessão está suspensa.

Eu quero essa fala agora. Quem está determinando sou eu. (*Pausa.*)

Para quem não lembra da sessão: quando o Deputado Luis Miranda esteve aqui – e foi ele que se ofereceu para vir aqui –, ele contou um contexto aqui para a gente. Nesse contexto, ele relata a conversa que ele teve com o Presidente da República. Quando... E aí quase todos os Senadores perguntavam a ele quem era o Deputado, e ele dizia: "Não me lembro, não me lembro." No final da sessão, faltando dois Senadores para falar – acho que Senadora Simone era a penúltima naquele momento –, a Senadora pergunta a ele e ele responde. O Senador Renan Calheiros colocou nesse contexto, na hora em que a Senadora... Agora vamos pegar o contexto inicial – por que aparece o nome de um Deputado? –, para não dizer que nós criamos uma narrativa aqui. Não há narrativa, quem esteve presente na sessão se lembra muito bem disso.

Então, eu peço à Secretaria que coloque o depoimento do Deputado Luis Miranda da conversa que ele teria tido. Eu não posso afirmar se teve ou não, mas estou dizendo que ele disse que teve uma conversa com o Presidente e levou um documento, e o Presidente teria dito que iria encaminhar isso ao Diretor-Geral da Polícia Federal para investigar.

Por favor.

É aí que entra o contexto do...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem: "Isso é coisa de fulano. Não me recordo [o nome]". Depois, todos os Senadores que se sucederam perguntavam: "Qual é o nome do Deputado?" "Qual é o nome do Deputado?" E não vamos ser hipócritas, todos nós sabíamos porque ele já tinha dito ali na antessala qual era o Deputado, só que eu não podia dizer quem era o Deputado porque não tinha prova nenhuma. O penúltimo... O antepenúltimo a falar, se eu me lembro bem, foi o Senador Alessandro Vieira, que fez uma pergunta e disse bem assim: "É a sua história, coloca ele. Você está aqui, não sei o que e tal..." Aquilo fez com que, na pergunta da Senadora Simone Tebet, ele respondesse.

Então, Deputado, nós não criamos nenhuma versão. Não foi a CPI que criou essa versão, não foi a CPI que criou uma retórica para isso. É o depoimento dele. Se tem alguém aqui que falou no senhor não fomos nós, foi ele. E, a seguir, nos outros depoimentos, Deputado... Lógico que um ou outro Senador perguntava assim: "O Deputado Ricardo Barros alguma vez falou contigo?" E várias pessoas que estiveram aqui sempre negaram que tivessem tido alguma conversa. Então vamos deixar as coisas claras,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a CPI está investigando; ela não é uma CPI que começa às 7h da manhã, cria um fato e, ao meio-dia, está condenada a pessoa.

Então, não houve, por parte dos membros da CPI, de nenhum de nós... Eu tenho dez ou vinte entrevistas falando sobre V. Exa., e em todas eu digo, uma única vez: "Eu acho que o Deputado Ricardo Miranda não deveria nem vir aqui. Só era o Presidente desmentir..."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, não... O Deputado Ricardo Barros não precisava vir aqui. Era só o Presidente desmentir a conversa que ele teve com o Luis Miranda. Sempre falei isso. Não o acuso, e não acuso ninguém. Dizer que não há isenção... Tem isenção.

Então, vamos lá. Esse fato. Retorne o vídeo, por favor, para que fique bem claro que todos nós estávamos aqui, pessoal. Por favor! Querer tapar o sol com a peneira não dá.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, depois dessa fala dele – "Isso é coisa de fulano" –, todo mundo queria saber quem era esse fulano, o Brasil queria saber quem era esse fulano. Não era a CPI, não; todos queriam saber quem era o fulano, e todos os que se sucederam a essa fala do Deputado Luis Miranda faziam a mesma pergunta. "Não, não me lembro." "Como é que você não se lembra?" "Não, mas eu não posso falar, eu não quero..." Até que, já no finalzinho, ele cita o seu nome, Deputado.

Então, é baseado nisso que o Senador Renan Calheiros está lhe fazendo uma pergunta. O que o Deputado Luis Miranda disse depois, em entrevista, o que nós estamos aqui investigando – daí a sua presença aqui – é ele aqui, na CPI. Agora, o que ele faz na casa dele, o que ele fala numa rádio, o que ele fala numa televisão...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... isso é problema dele, não é nosso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é nosso!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, mas tem um depoimento do Deputado Luis Miranda na Polícia Federal que o depoente apresentou. Por favor, o senhor poderia botar...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Mas quem está sendo interrogado não é o Deputado, mas o Deputado Ricardo Barros. Ele é que tem que responder.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - É ele que tem que responder!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Mas...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Se o Relator pega um vídeo e faz uma pergunta sobre o vídeo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Mas qual é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Peraí, só um minutinho.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - ... compete ao depoente...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Renan Calheiros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O depoente responde sobre os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Se o Deputado Ricardo Barros não puder responder, é simples, é só ele dizer: "Tem um depoimento do fulano lá, tem uma fala dele lá." É simples!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E a gente tira as nossas conclusões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Perfeito! Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Randolfe... Senador Renan, por favor. É tudo com "r", é o Ronaldinho Gaúcho e o Ronaldo Fenômeno, os dois!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Comparou muito bem, Presidente. Eu agradeço!

Sr. Presidente, nós estamos aqui, e até a gente vê a consequência disso nas ruas, vivendo todos os dias de perto a angústia de assistir a um verdadeiro teatro aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns depoimentos, de testemunhas, de investigados, de acusados, apesar das formalidades, chegam a ser cômicos!

Mas nós estamos aqui é em cumprimento do dever funcional. Eu fiz essa pergunta e exibi esse vídeo porque, na sua introdução e nas suas palavras, o depoente chegou ao cúmulo de agradecer ao Luis Miranda - "Queria aproveitar a oportunidade e agradecer ao Luis Miranda, porque nunca citou meu nome especificamente." Não dá para permitir que se manipule a verdade dessa forma! Nós estamos aqui reunidos para esclarecer fatos, só nos interessa esclarecer fatos, nada mais, absolutamente nada mais.

Então, em função do que aqui se colocou, eu perguntei: a que V. Exa. atribui a menção do Presidente da República ao Deputado Luis Miranda no episódio em que foram denunciadas as irregularidades na negociação da Covaxin?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Vou responder então.

O contexto dessa fala do Deputado Luis Miranda é porque ele levou ao Presidente matérias de imprensa, com a minha fotografia, tratando do tema da Global. O irmão do Deputado Luis Miranda, Ricardo, depôs à Polícia Federal nesse caso da Global, que foi objetivo de inquérito anterior. Então, ele identificou, na relação da Global com a Precisa, que poderia esta compra criar algum embaraço para o Governo e foi lá falar isso ao Presidente.

O Presidente sabe que o caso da Global está com a minha participação, eu respondo a um processo - e provarei minha inocência ao final do processo, com absoluta tranquilidade -, mas o Deputado Luis Miranda, na Polícia Federal - eu tinha pedido para repor o vídeo aqui da fala dele, que é a mesma tanto nas entrevistas quanto na Polícia Federal -, diz o seguinte: "O Presidente bate o olho na matéria e diz: 'Esse cara de novo. Vocês sabem me dizer se ele está envolvido neste procedimento da Covaxin?'" E eles dizem que não, que não estão trazendo nenhum nome.

Então, o Deputado Luis Miranda não foi lá para me acusar do caso Covaxin. Ele foi levantar uma possível suspeita de que houvesse algum problema com a empresa. O Tribunal de Contas da União já decidiu, à época consultado, que nem Global nem Precisa tinham impedimento de contratação com o Governo, até porque já eram fornecedoras regulares do ministério. Aí o Presidente da República, Sr. Presidente Omar Aziz, diz o seguinte - eu já passei o vídeo aqui no começo para os senhores, está aqui na minha apresentação que coloquei a todos. "Até o momento eu não tenho nada contra o Ricardo Barros, tanto que eu não o afastei da Liderança do Governo. Eu não posso, com denúncias, afastar pessoas, tem que ter alguma materialidade nessa denúncia e, até que se prove o contrário, o Ricardo Barros continua no meu Governo, continua tendo credibilidade para tratar dos assuntos nossos dentro do Parlamento brasileiro."

Então, o tal desmentido, que tanto o Senador Omar Aziz, o Relator e outros pedem, já foi feito, está absolutamente claro que não há nada contra mim com o Presidente Bolsonaro. Logo, se este contexto da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala do Luis Miranda, que está distante algumas horas esta fala dele da fala final... Por que citou Ricardo Barros? Porque eles levaram a minha fotografia para o Presidente. É óbvio isso.

Então, eu quero deixar claro aos Srs. Senadores...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, o senhor me permite falar pela ordem?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - ... que trata-se de um mal-entendido.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Desculpa, Deputado...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Trata-se de um mal-entendido.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Pela ordem.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - V. Exa. - desculpa - pode repetir, por favor, até em sua defesa, entre aspas, como é que foi dito o...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - "Esse cara de novo."

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não... Poderia repetir, por favor? É porque não está batendo com a minha descrição o que ele falou.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Está aí na publicação que eu entreguei.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - O senhor poderia... Quando o senhor falou...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - É o que está escrito. É a fala dele na Polícia Federal.

O Presidente bate olho na matéria e diz assim: "Esse cara de novo. Vocês sabem me dizer se ele está envolvido nesse procedimento?"

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - "Se ele está envolvido?" ou "Se o Ricardo Barros está envolvido?"

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - "Vocês sabem me dizer se ele..." "Ele" é a pessoa que está na fotografia na mão do Presidente, sou eu. "Você sabe me dizer se ele está envolvido nesse procedimento?" Aí ele fala...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Abre aspas: "Esse cara de novo. Você sabe dizer se o Ricardo Barros está envolvido nisso?" – entre aspas. É isso?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – As palavras do Presidente nesse...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, este é um documento que eu recebi da sua assessoria, que foi colocado ali.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim, isso é o que está na entrevista que eu queria repetir agora e não pude. Isso é o que está no depoimento da Polícia Federal. Em seguida, ele fala...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ou seja, é o Presidente que cita o nome de V. Exa. e não o Deputado Luis Miranda?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, o Deputado Luis Miranda relata uma conversa que teve com o Presidente que nunca foi confirmada, de outra parte, o seu conteúdo. Então, o que nós temos é uma fala do Luis Miranda.

Aí, nesse mesmo depoimento da Polícia Federal, Senadora Simone, ele fala: "As palavras do Presidente nesse sentido, perguntando se a gente sabia alguma coisa do Ricardo Barros." E a gente fala assim: "Desculpe, Presidente, a gente não tem nomes para dar." Então, nem o Miranda foi lá me acusar, está claro, e nem o Presidente me envolveu com a Covaxin. Ele estava se referindo ao caso da Global, porque foram lá e levaram a minha fotografia pra ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O detalhe...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Só um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O detalhe aí, Deputado Ricardo Barros: "É esse de novo?"

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas a foto era sua, Deputado?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quando falou em corrupção, ele teve essa lembrança.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas, se a foto era sua, não precisaria nem fazer a citação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse é o detalhe, Deputado.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Também, eu não...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - "É esse de novo?"

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - "É esse de novo?" é uma narrativa do Luiz Miranda, que pode ou não corresponder ao que o Presidente falou. Para mim... Para mim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Deputado Ricardo, mas a fotografia era sua?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Presidente não negou em nenhum momento.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Era a minha fotografia. Ele fala isso em várias entrevistas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Ou seja, ele se referia ao senhor?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, se o senhor me permitir, pela ordem.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - No caso da Global.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Se está se referindo à fotografia... A fotografia era sua e era o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vou garantir a palavra ao Relator.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - A fotografia, no caso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A outra pergunta, Senador.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Só pra concluir, Sr. Presidente. Só pra concluir. A fotografia que foi levada de uma matéria à época em que aconteceu o problema com a Global, uma matéria de jornal da época...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Tudo bem, o que importa é se a fotografia é do senhor ou não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não, Deputado! Não, Deputado! O Deputado Luis Miranda levou um documento da Madison, nós estamos falando do contrato da Covaxin.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Chegaremos à Global. Nós estamos tratando da Covaxin.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Chegaremos lá.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não é a Global.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Mas, só pra concluir a minha resposta...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, apenas pela ordem, para que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor, Senador Renan.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Só pra eu concluir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Com a permissão do Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) - Nós acompanhamos 20 minutos de apresentação de eslaides, foram 66 eslaides apresentados pelo depoente Deputado Ricardo Barros, mas faltaram algumas informações que são relevantes do período que ele citou.

Primeira delas: uma evolução patrimonial de R\$4 milhões no período em que ele esteve como ministro, compatível com o período dele de ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Essa que estava... Isso está no eslaide.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Há uma multa na Receita Federal, me parece que ainda em tramitação, porque ele não conseguiu justificar depósitos de 2,2 milhões em suas contas; e o fato de ser um político com 30 anos de atividade e sócio em 12 empresas.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu vou responder a tudo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu peço que não interrompa o Senador.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Aqui é CPI da Pandemia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Eu não estou lhe fazendo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não interrompa o Senador Alessandro!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Eu não estou lhe fazendo perguntas, eu estou acrescentando informações que foram omitidas na sua apresentação.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Desculpa, mas o senhor quer falar e não ter a explicação...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Se o senhor quiser se referir ao período em que o senhor foi Ministro do Governo Temer, Ministro da Saúde, é importante referir que, neste mesmo período, o senhor teve uma evolução patrimonial de R\$4 milhões.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Muito bem, então, também não falamos da Global, se não formos falar no período em que eu fui Ministro, desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não interrompa, por favor.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - É impossível. Não é objeto da CPI, mas eu respondo a tudo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho. Só um minutinho.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu tenho resposta para tudo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só deixe eu colocar aqui o seguinte: eu vou pedir, por favor, que o Senador Renan Calheiros faça as perguntas; o Deputado responde, para a gente depois...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Presidente, e que a gente siga a ordem de inscrição, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas é isso que eu estou tentando fazer, Senador Rogério Carvalho, pra que não haja interrupção. A contribuição sempre é válida? É válida, mas, se a gente for, toda hora em que ele estiver respondendo... E eu queria também, Deputado Ricardo Barros, que V. Exa. fosse bastante objetivo.

Senador Renan Calheiros, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu peço ao Deputado Ricardo Barros, a exemplo do que fez o Presidente, que seja objetivo. Não precisa se apressar em querer responder tudo de uma vez só. Não é conveniente ficar nervoso. Nós estamos colhendo o seu depoimento em benefício da sua defesa. Esta é uma oportunidade, nós vamos respeitar, claro, pra



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvirmos todas as suas versões sobre qualquer coisa perguntada. Nós vamos ter tempo aqui, nós não temos limitação de tempo. Se for necessário prorrogar esse depoimento por mais um dia, por outro dia, por outro dia, nós vamos fazê-lo. O seu depoimento é muito importante a partir dos vídeos que foram exibidos aqui da conversa dos irmãos Miranda com o Presidente da República, que não pode ser desfeita, porque o fato que está sendo investigado é este fato. Então, é sobre este fato que nós vamos fazer a maioria das perguntas.

Eu peço para a Isabelle exibir o vídeo 2, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como eu dizia, agora chegou a vez da Global.

E eu queria fazer a pergunta: por que o Ministério da Saúde, durante sua gestão, fez o pagamento adiantado à Global Gestão em Saúde de R\$20 milhões, por medicamentos contra doenças raras?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Presidente, e a covid de 2018? Só para eu tirar uma dúvida aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele acabou de falar em Global, citou isso como exemplo ao se defender...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Não, é só uma dúvida se existia covid...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu disse que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Ele vai falar o que ele quiser.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - E o que é problema?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E eu disse que nós chegaríamos lá. Não haveria problemas, até em benefício....

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - A Global é dona da Precisa.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - A Global fez contrato e não entregou o medicamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não receberam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a mesma empresa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Depois veio a Precisa fazendo um contrato totalmente viciado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São empresas coligadas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É só a continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que o Deputado Ricardo Barros, Senador Flávio Bolsonaro, tem uma oportunidade ímpar...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Vamos responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para responder a todas as perguntas aqui, até para esclarecer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone.*) – É para lembrar que não tinha pandemia em 2018...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, em 2018 tinha a Global, que é sócia da Precisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Global e Precisa são a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que fez a negociação da Covaxin.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a mesma coisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o mesmo dono: Francisco Maximiano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, não fez só no Governo Federal, fez no Distrito Federal, fez em outros locais, queria receber 45 milhões adiantados da Covaxin, e esta CPI não permitiu. É por isso que nós estamos investigando tudo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E são empresas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A Global está no meio

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - São empresas do mesmo dono.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente... Presidente... Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - E a Global recebeu R\$25 milhões e não entregou os medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Empresas do mesmo dono.

A pergunta, Presidente: por que o Ministério da Saúde, durante a gestão do Deputado Ricardo Barros, fez o pagamento adiantado à Global Gestão em Saúde, do mesmo grupo da Precisa, de R\$20 milhões, por medicamentos contra doenças raras?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Não se relacionam as mortes com a falta dos medicamentos. Como eu mostrei na apresentação inicial, da nossa auditoria no Soliris fomos a 400, a mais de 400 pessoas que tinham liminar, e, destas, algumas tinham vindo a óbito mesmo, morreram, com o medicamento disponível para o seu tratamento. Os medicamentos de doenças raras não são medicamentos que curam as pessoas, eles apenas melhoram a qualidade de vida das pessoas. Por isso, mesmo tomando os medicamentos, elas vêm a óbito.

Quanto ao atraso na entrega dos medicamentos pela Global, nós não podemos cancelar o contrato com a Global porque ela estava com liminares a seu favor contra a Anvisa, para conseguir a licença de importação. A Anvisa descumpriu decisões judiciais seguidas, sucessivas, atrasando a entrega dos medicamentos. Quando a Global não pôde, não conseguiu, entregou parte dos medicamentos e não conseguiu entregar o todo, foi chamada a empresa Sanofi, que é a detentora da patente. E também está no processo, já mostrei aqui, que a Sanofi também atrasou a entrega dos medicamentos.

Então, eu não vou... Não posso aceitar, Relator, que venham relacionar a minha responsabilidade à morte de qualquer brasileiro. E eu, como Ministro, economizei 5 bilhões, reapliquei tudo em novas ações de saúde e ampliei de forma muito significativa o acesso de todos os brasileiros à medicação. O pagamento feito por antecipação à Global eu já mostrei também na apresentação inicial que é autorizado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Tribunal de Contas. E este pagamento não foi por mim autorizado, mas foi feito pela minha equipe. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O pagamento foi autorizado, o adiantamento, pelo Tribunal de Contas?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não, a norma do Tribunal de Contas é que autoriza pagamentos antecipados...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor!

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - ... quando se apresentam as condições necessárias. Era...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, o Tribunal de Contas, diferentemente do que V. Exa. colocou, não autorizou. É isso?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não, não. Eu estou dizendo que tem uma portaria que autoriza. Eu não estou dizendo que este...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Autoriza o pagamento do adiantamento?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Está aqui a portaria na minha apresentação. Eu já vou ver qual é a página.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sem a entrega do medicamento?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim. Isso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) - Sem a entrega do produto?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Isso foi feito por várias vezes...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - De quem é a portaria?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - ... nas compras...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - De quem é a portaria?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – De quem é a portaria? Quem assinou essa portaria?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem é o Ministro que assinou a portaria?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Tribunal de Contas da União, Acórdão 276/2012.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode ler, por favor?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Pode, claro... Está na apresentação dos Srs. Senadores, que foi distribuída. Lamentavelmente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, se puder ler, não...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – ... eu não numerei.

"Destaca-se mais uma vez, que conforme se verifica quanto a forma de pagamento encaminhada na solicitação de..."

Deixe eu pôr meus óculos, que eu já estou dos 60 para frente, amigo Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, já estou além.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – "... na solicitação de cotações por parte do [...] [Dlog], determina que a forma de pagamento poderá ser antecipado ou postecipado, a critério da administração." Acórdão 276, de 2012, Tribunal de Contas da União.

Então, este pagamento antecipado, Senador Renan, era frequente quando de pagamento de medicamentos para cumprimento de decisão judicial, por conta da necessidade da agilidade em que o serviço público deveria atender àquela demanda judicial. Por isso é que, em janeiro de 2019 – nós estamos falando de assuntos ocorridos em 2018, 2017 –, a Anvisa também baixou uma portaria nova, que também está aqui na apresentação que eu fiz aos senhores, dizendo que a autorização de importação para atendimento de decisões judiciais não precisariam mais da licença de importação, que foi objeto da disputa judicial da Global com a Anvisa e da AGU com a Anvisa, em que o Judiciário determinou à Anvisa que não exigisse essa licença de importação. A Anvisa perdeu no Judiciário, vamos dizer, o questionamento, o mérito. E, depois, produziu uma portaria dispensando. Então, hoje, uma compra como esta que nós estamos tratando seria feita rapidamente sem essa...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - A Anvisa contradiz o senhor.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - ... licença de importação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - A Anvisa contradiz o senhor.

O Ministério da Saúde, na época, não conseguiu fazer a entrega dos medicamentos em tempo hábil, no depósito do Ministério da Saúde, para chegar às pessoas. As pessoas morreram, concretamente, por conta da ausência do medicamento: 20 pessoas morreram pela ausência do medicamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Sr. Relator, eu tenho uma questão...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Essa afirmação não pode ser feita, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu tenho uma questão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Estou afirmando. A Anvisa contradiz o senhor.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Está afirmando equivocadamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... contradiz o senhor.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Tem aqui um parecer da AGU dizendo que não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - A Anvisa o contradiz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E a portaria diz - só para repetir...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu não vou aceitar ser acusado aqui sem poder me defender, Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós não estamos acusando.

E a portaria diz exatamente que pode ser adiantado o pagamento, como faziam - e foi dito aqui pelo Deputado Ricardo Barros -, a depender da administração.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Foi V. Exa. que assinou a autorização para o pagamento?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Não, não foi. Nem a compra, nem a autorização foi assinada por mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quem assinou a autorização?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Os departamentos competentes que a estrutura...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não sabe quem foi que assinou a autorização?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não sei. Não tenho essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a sua relação com Alexandre Lages Cavalcante?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Alexandre Lages Cavalcante era uma das pessoas que trabalhava no ministério no período em que eu era Ministro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Sr. Relator, uma questão que me parece conexa é por que foi adquirido esse medicamento da Global e não da Sanofi diretamente, porque aí me parece que a Global virou uma intermediária, se tinha a compra direta para ser feita com o laboratório Sanofi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Claro, claro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Essa é uma questão que me parece conexa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É uma questão preliminar, porque é o *modus operandi* que depois nós verificamos em todas as negociações que acusam de ter a interferência e a participação do Deputado.

E este depoimento, como eu disse e queria repetir, é pra que o Deputado se defenda e esclareça absolutamente tudo isso.

Nós não queremos imputá-lo indevidamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E é uma pergunta objetiva, Sr. Relator: tem alguma portaria no serviço público que autoriza pagamento antecipado sem a entrega do produto? Onde está isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estamos com mais de três perguntas ao depoente. Ele poderia responder uma a uma, mas aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço, Senador Renan... Você tem razão, Senador Fernando Bezerra.

Eu peço aos colegas Senadores que a gente faça uma pergunta por vez. O Deputado Ricardo Barros tem todo o tempo necessário pra respondê-las. E é importante que a gente as responda.

Essa questão de remédios que não são oferecidos pelo SUS é um problema nacional, são remédios de quarta, quinta geração que não tem na prateleira nem nos depósitos. Têm que ser adquiridos através de rapidez porque viu aí a dependência de pessoas pra viver e que não têm acesso. São remédios caríssimos. São remédios caríssimos.

Então, eu quero que o Deputado Ricardo... Pode responder uma pergunta por vez, e eu vou pedir aos colegas Senadores que a gente se atenha primeiro às perguntas do Senador Renan Calheiros, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual sua relação com Francisco Emerson Maximiano, sócio-proprietário da Global e da Precisa, que utilizaram os mesmos métodos tanto na venda de remédios para doenças raras quanto na venda da vacina Covaxin?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Eu não tenho relação pessoal com o Sr. Maximiano. Eu o recebi no gabinete como Ministro, com a nossa equipe de compras, e está também nos registros aqui que ele alegou, e eu também aleguei, que a última vez em que nos encontramos foi quando eu era Ministro. Portanto, nunca tratei de Covaxin – já afirmei isso várias vezes –; em nenhum momento, tratei qualquer assunto relativo à venda da Covaxin.

Mas quero responder ao Senador Rogério Carvalho que compramos da Global em vez da Sanofi, porque ela ofertou preço menor, e é essa a obrigação da administração pública.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Deputado, mas...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – E também é o Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A atravessadora ofertou um preço menor do que a...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Deputado, mas isso não é verdade.

Ela não tinha autorização da fabricante, ela não tinha registro DDR.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Desculpa, Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O ministério não podia usar intermediário pra comprar esse remédio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A atravessadora apresentou um preço menor?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não tem atravessadora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é inacreditável.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não tem atravessador.

A minha disputa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No caso da Global.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Vou deixar claro aqui. A minha disputa com a Anvisa, na qual vencemos a AGU e a fornecedora, todas as disputas judiciais, é exatamente por isto: não pode um laboratório nomear um representante exclusivo e só ele poder fornecer. Por quê? Porque o registro – e o Senador Izalci sabe bem disso – dado a um laboratório é da vistoria feita lá na fábrica das boas práticas de fabricação e do insumo farmacêutico ativo que ela utiliza. Então, para mim, como Ministro, estava muito claro que, se a fábrica de um medicamento, em qualquer lugar do mundo, foi vistoriada pela Anvisa e recebeu o registro do medicamento, se este medicamento produzido naquela fábrica chegar ao Brasil por qualquer caminho que seja, ele está com registro.

Esse monopólio que se criou por anos aqui de que só o representante exclusivo, nomeado pelo laboratório, podia vender para o ministério assaltou o Tesouro Nacional por muitos anos. Não é à toa que eu economizei, só em compra de remédio, R\$3,7 bilhões. Foi com esta prática de abrir concorrência.

Agora, a Sanofi, uma vez que a Anvisa demorou pra cumprir a licença de importação, teve tempo de ameaçar todos os seus fornecedores no mundo de que não vendessem para a Global para entregar nessa compra aqui, e a Global não pôde fazer o cumprimento do contrato. Se vocês não querem entender como funciona, isso é um mercado selvagem – selvagem. E é assim que funciona. E é isto que eu enfrentei e por isso consegui economizar R\$3,7 bilhões, Senadora Simone, que salvaram milhares de vidas no Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Baixamos o preço dos tratamentos de hepatite, baixamos... Eu mostrei tudo aqui pra vocês na apresentação inicial. Vocês podem olhar. Isso é fato concreto. Então, o pagamento antecipado, em que o Senador Randolfe continua insistindo, está autorizado nas normas tanto pela AGU quanto pelo TCU. E foi feito em diversas compras quando se tratava de cumprimento de decisões judiciais. Isso é a prática regular do ministério. Eu estou absolutamente tranquilo quanto a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A depender da vontade da administração.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim. Era uma prática...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É o que está na portaria.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Era uma prática regular do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que em português claro significa dizer que dependeu da vontade de V. Exa.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não minha, porque não autorizei, mas foi uma decisão da administração.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não precisaria autorizar. V. Exa. era o Ministro.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu estou respondendo, Senador Renan, o processo e vou provar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E aí, então, quais medidas V. Exa. adotou contra a Global por não ter entregue os medicamentos pagos pelo Ministério da Saúde?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu não pude adotar nenhuma medida porque eu saí do ministério no dia 2 de abril para concorrer às eleições de Deputado Federal, e o prazo de entrega da Global terminou posteriormente à minha saída do ministério. Então, as providências tomadas contra a Global, que eu saiba - ela foi suspensa um período de não vender para o poder público e fez um acordo administrativo para devolver os recursos, e já devolveu R\$2,8 milhões -, foram tomadas por administrações posteriores à minha. Na minha administração, ela ainda estava apta a entregar os medicamentos - e com decisão judicial a seu favor para fazer isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O contrato foi assinado quando exatamente, Deputado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - O contrato com a Global?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu vou buscar esse dado, Senador Renan, porque o contrato foi assinado anteriormente, na minha gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Na sua gestão.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Mas o prazo para ela...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E quanto depois, presumivelmente, de assinar o contrato V. Exa. se desincompatibilizou pra disputar a eleição?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Deve ter um prazo de entrega no contrato, mas, como a Anvisa se negou a entregar a ela a licença de importação, ela entrou na Justiça. A Justiça determinou à Anvisa que entregasse. A Anvisa descumpriu, sob multa de R\$100 mil por dia. Aí ela entrou de novo, reiterou o pedido. A Anvisa de novo perdeu, com multa de R\$200 mil por dia. Aí a AGU (Advocacia-Geral da União) entrou também, pedindo a entrega da licença de importação, e venceu também. Aí, sim, a Anvisa cumpriu.

Então, houve um atraso por conta da insistência da Anvisa em não autorizar a importação, a não ser por aquele representante exclusivo, o que eu acho um absoluto absurdo administrativo a Anvisa dar registro ao representante. Não é possível! A Anvisa dá registro a uma fábrica de medicamentos. Qualquer medicamento que sair daquela fábrica e chegar ao Brasil está autorizado e registrado. Então, esse *lobby* que existia, esse modelo nós rompemos, graças a Deus, e a Anvisa, em janeiro de 2019, baixou portaria e não exige mais a licença de importação, não emite mais licença de importação para produtos comprados para cumprir decisão judicial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, porque o Ministério da Saúde, à época, resistiu e não acatou a recomendação do Ministério Público Federal de desclassificar e punir a Global, optando pela segunda colocada da licitação dos medicamentos?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Porque a Global detinha liminar a seu favor determinando a emissão da licença de importação para que ela pudesse cumprir o contrato.

Eu não posso romper um contrato cuja parte tem uma decisão judicial a seu favor para o cumprimento do contrato, é impossível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. conhece Thiago Fernandes da Costa?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim, trabalhou conosco no ministério também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele foi o coordenador de compras na época do caso da Global na sua gestão?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E correu na mesma ação de improbidade que V. Exa. responde?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E também participou, coincidentemente, da negociação da Covaxin?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu não tenho aí...

Desculpa, Senador, eu mostrei aqui, na apresentação inicial, que o Ministro Mandetta, quando assumiu, pediu indicações para retirar do ministério todos os indicados do PP, meu Partido Progressista, que estivessem em posições sensíveis, esta é uma posição sensível. Então, se ele permaneceu lá é porque não era indicado nosso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, mas eu aleguei apenas a coincidência, não é?

Ele foi o coordenador de compras na época do caso da Global, na sua gestão, e correu, portanto, na ação de improbidade e também coincidentemente participou da negociação da Covaxin.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Mas isso não tem nada a ver com a nossa ação política, me desculpa, está claro isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor conhece, mas não tem ligação com ele, é isso?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não, são pessoas...

O senhor sabe, o senhor já foi Ministro da Justiça. O senhor sabe quantas pessoas estão subordinadas ao ministério, não é uma pessoa da minha relação pessoal, mas estava na equipe do ministério, como estava a Regina Célia, que o Ministro Marcelo Castro nomeou e que eu mantive, obviamente ela tinha qualificações quando foi indicada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós chegaremos já na questão da Regina Célia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a sua participação na nomeação de Roberto Dias no Ministério da Saúde?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E que exerceu cargo de confiança no Governo da Sra. Cida Borghetti, esposa de V. Exa.?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Se o Presidente me permitir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que, aliás, aproveito para agradecer a presença honrosa dela aqui nesta CPI.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Se o Presidente me permitir, Presidente, eu tenho todas as portarias de nomeação do Sr. Roberto Dias, eu posso apresentar aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor tem as portarias aí?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim, estão disponíveis para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, Roberto Dias.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Ele era da Dlog na época da Global? Diretor da Dlog?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Quem era da Dlog?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Era...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual o cargo que ele exercia na época da Global?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Acho que Davidson.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Davidson.

Qual o sobrenome, por favor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Era o Sr. Davidson...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Davidson Tolentino.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... Tolentino.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Alguma relação com Marcos Tolentino?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não, não tem relação nenhuma.

Marcos Tolentino é um amigo meu pessoal, dono da Rede Brasil Televisão. Eu tenho rádio há 40 anos e sempre nos encontramos nos eventos de radiodifusão em todo o Brasil.

Por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) - Desculpa, Deputado, qual é a relação do senhor com o Roberto Dias?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Roberto Dias?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - É.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Roberto Dias é uma pessoa que eu conheço, indicado pelo Deputado, ex-Deputado Abelardo Lupion, participou do Governo Beto Richa. O ex-Deputado Abelardo Lupion era Presidente da Cohapar (Companhia de Habitação do Paraná), o Sr. Roberto Dias era funcionário concursado da Cohapar, transformou-se em Diretor naquele período em que Abelardo Lupion presidiu a Cohapar e, quando a minha esposa, Cida Borghetti, assumiu o Governo do Paraná, o ex-Deputado Abelardo Lupion foi nomeado Diretor de Infraestrutura e Logística... Foi nomeado Secretário de Infraestrutura e Logística da Governadora Cida Borghetti, levou o Roberto Dias com ele para ser o seu Diretor-Geral na Secretaria de Logística. Depois, vencida a eleição pelo Presidente Bolsonaro, Abelardo Lupion veio para Brasília nomeado no Palácio do Planalto e indicou Roberto Dias, seu escudeiro, seu companheiro, para o cargo de...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Ele é amigo do senhor? Ele é amigo do senhor?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Diretor do Dlog.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Ele é amigo do senhor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não, amigo, não, mas é uma pessoa...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Mas ele usou o apartamento funcional do senhor, não é?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não, usou, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Ele não usou o apartamento?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não, nunca usou, Senador. Ele já esteve lá, o Deputado Pedro Lupion mora no andar debaixo do meu apartamento, o Deputado Francischini mora no mesmo andar do meu apartamento, e nós reunimos pessoas do Paraná que estão em Brasília com uma certa frequência, obviamente para confraternização. Mas nunca usou o meu apartamento.

Aqui estão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Que cargo ele exerceu no Ministério da Saúde quando V. Exa. era ministro?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Não, ele não exerceu cargo nenhum, ele estava no Governo do Paraná na Cohapar, como está aí a nomeação dele na Companhia de Habitação do Paraná, junto com Abelardo Lupion na gestão do Governador Beto Richa; depois, a Governadora Cida o nomeou para Secretário de Infraestrutura e Logística, e o Deputado Abelardo Lupion o convidou e ele foi nomeado Chefe de Gabinete da Secretaria de Infraestrutura e Logística; depois... Aí traz a nomeação de outros servidores, mostrando que ele foi exonerado numa equipe que acompanhava o Deputado Lupion, e ele é nomeado também para o Conselho da Administração dos Portos de Paranaguá pelo Secretário de Infraestrutura e Logística... A cessão funcional da Cohapar para o Ministério da Saúde, porque ele é funcionário de carreira... Depois, Roberto Dias é nomeado pelo Ministro Mandetta, também numa relação enorme, numa entrada de equipe - você vê que tem muitas nomeações no mesmo decreto - para Diretor de Logística. E o Ministro Mandetta deu entrevistas dizendo que foi com esse contexto que ele nomeou Roberto Dias. Em toda a trajetória da vida pública do Roberto Dias, nunca se levantou uma questão contra ele. Eu não acredito que ele tenha feito aquele pedido que o delator ou que o acusador fez, mas eu não estou aqui para defendê-lo até porque está claro que não é uma pessoa que é da minha equipe, é da equipe do companheiro Lupion, que tem confiança nele e conseguiu com ele fazer uma conduta em vários cargos públicos sem nenhum questionamento até agora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. atuou no Ministério da Saúde para que o processo de importação da vacina Covaxin, de alguma maneira, fosse consumado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, em nenhum momento, ninguém ligado a esta empresa ou a este laboratório Covaxin me procurou nesse período. Não tive nenhum contato com nenhuma das pessoas envolvidas nisso. Nunca me procuraram para auxiliar na venda de vacinas para o Brasil, que é um objetivo de todos nós, mas, nesse caso, nunca fui procurado, e os senhores já sabem disso porque todas as pessoas que tramitaram... pelas mãos de quem tramitou o processo já afirmaram isso aqui nesta CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. concorda que o pedido de pagamento antecipado, solicitado pela Precisa Medicamentos, pelas doses da Covaxin guarda alguma similaridade com o caso do calote cometido pela Global, que possui, coincidentemente, o mesmo grupo proprietário?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Como eu disse, Senador, eu não tenho pessoas no Ministério da Saúde. As poucas que eu tinha levei junto, porque, quando eu saí para ser candidato a Deputado, minha esposa assumiu o Governo do Paraná. Então, eu tinha cinco pessoas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu estou falando apenas: concorda que há similaridade entre os casos?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim, deve ser o *modus operandi* da empresa, porque os governos são totalmente diferentes. As pessoas são outras. E o *modus operandi* de que o senhor deve estar tratando é o *modus operandi* de a empresa lidar com o poder público.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – *Modus operandi* do quê?

Desculpa, Relator!

Modus operandi do quê?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da empresa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. O que V. Exa. perguntou ao depoente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei se concorda que há similaridade do contrato da Global com...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em relação ao pagamento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em relação ao pagamento, em relação a outras questões do contrato...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Eu gostaria de pedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... com o caso da Covaxin.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Eu gostaria de pedir ao Presidente Randolfe... Se pudéssemos juntar e disponibilizar para os Senadores o acórdão citado pelo depoente, o do Tribunal de Contas da União, que é o Acórdão 276, de 2012, que, segundo ele, pelo menos nesse primeiro, teria a previsão de pagamento antecipado... Pelo menos nesse primeiro acórdão, eu não consegui enxergar esse pagamento antecipado como possibilidade. É apenas para que possa constar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Determino à secretaria o cumprimento da requisição feita pela Senadora Simone Tebet, para que providencie o acórdão do Tribunal de Contas da União e o disponibilize para as Sras. e Srs. Senadores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - V. Exa. acabou de dizer que, talvez, esse seja o *modus operandi* da empresa, perguntado pela similaridade.

Eu queria perguntar o seguinte: faz sentido a Precisa Medicamentos, que tem como principal sócia a própria Global, empresa que causou prejuízos ao ministério e causou, como vimos aqui, a morte de pacientes ao não entregar os medicamentos na hora certa para doenças raras, ser admitida como intermediária para a compra de milhões de doses da vacina Covaxin?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Olha, Sr. Relator, eu tenho na memória que o ministério consultou o Tribunal de Contas, até porque não havia nenhuma medida contra nem a Precisa nem a Global, e o Tribunal disse que eles estavam habilitados a contratar com o poder público. Eu pedi aqui à minha assessoria para localizar esse documento, porque fez parte, evidentemente, de uma busca de respostas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Faço uma segunda pergunta: o ministério verificou ou não verificou os antecedentes das empresas e de seus sócios?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não sei, Sr. Presidente, porque... Eu estou dizendo aqui que eu tenho memória de que consultou o tribunal sobre a possibilidade de contratação. Então, verificou. Só que não havia nenhuma medida efetiva que impedisse a empresa de contratar com o poder público. Agora, não é da minha alçada, não é da minha gestão, não tinha pessoas minhas lá no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministério. Eu estou tomando conhecimento dos detalhes agora por sua... Eu nem sabia que a Precisa tinha pedido adiantamento de pagamento da Covaxin.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Depois da demissão de Roberto Ferreira Dias, V. Exa. ainda exerce algum tipo de influência no Ministério da Saúde?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu não nomeei Roberto Ferreira Dias, não era indicação minha, portanto não era influência minha, Sr. Senador. E já disse que as pessoas que eu trouxe para Brasília, cinco apenas, quando fui Ministro, todas elas foram ao Governo do Paraná contribuir com a gestão da Governadora Cida Borghetti.

Portanto, desde então, quando saí do Ministério da Saúde, não tenho nenhum indicado lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. indicou o nome de alguma pessoa para o Ministério da Saúde desde o início do atual Governo?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual sua relação com a servidora Regina Célia Silva Oliveira?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Segundo ela disse, nunca me viu. E eu também não me lembro de tê-la visto, mas ela foi nomeada na minha passagem pelo Ministério da Saúde na mesma função em que já tinha sido nomeada em 2016 pelo Ministro Marcelo Castro - de fiscal de contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ela foi nomeada...?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Com um salário... Ela apenas trocou outro cargo, por um salário menor, mas permaneceu com a mesma responsabilidade a que tinha sido conduzida pelo Ministro Marcelo Castro, que é a de fiscal de contrato, em que ela permanece até hoje, depois de mais de três ou quatro ministros se sucedendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas ela foi nomeada - e o senhor falou aqui na introdução - pelo Marcelo Castro?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Marcelo Castro a designou fiscal de contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Designou-a fiscal de contrato.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Fiscal de contrato.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - De contrato, mas o senhor também a nomeou para cargo em comissão.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu mudei o cargo dela para um DAS menor, mas ela foi mantida com a mesma função.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ela já depôs aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela foi designada meses depois da assinatura do contrato para ser fiscal do contrato da Covaxin e permitiu a entrada da Madison Biotech na execução do contrato da Covaxin, que não estava sequer citada no contrato.

Fora nomeada pelo então Ministro Marcelo Castro - ela é servidora concursada - e depois foi nomeada para uma outra função em confiança pelo Ministro Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Senador, Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Se o senhor me permitir, eu tenho todas as portarias de nomeação da Regina Célia. Posso mostrar aos Srs. Senadores da CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, o senhor não a nomeou?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não, todas as nomeações, porque ela foi nomeada por vários ministros sucessivamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós temos e temos o depoimento dela aqui...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... de que foi nomeada. Ela quase não conseguiu lembrar, mas, ao final, ela lembrou que tinha sido nomeada para uma função em confiança pelo senhor. Se quiser, eu posso...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... mostrar aqui rapidamente.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - É, eu tenho todas as portarias de nomeação dela. Apenas para demonstrar que ela é servidora de carreira e que, em vários governos, exerceu a função.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É, deu muito trabalho...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Inclusive no meu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... para nós sabermos dessa nomeação. Ela ocultou, ocultou, ocultou, ocultou...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - A nomeação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E, no final, na insistência...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Desculpe, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... ela, ela...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - ... mas a nomeação dela está no *Diário Oficial*, não dá trabalho para saber.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, eu falo com relação ao depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Não, mas a depoente aqui procurou ao máximo negar que a autoria da nomeação tinha sido a sua.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É, exatamente.

V. Exa., como Líder do Governo na Câmara dos Deputados, foi consultado sobre a exoneração de Eduardo Pazuello do ministério?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não. Eu defendi publicamente, em várias entrevistas, a permanência dele no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. ou seu partido atuou em favor da exoneração de Eduardo Pazuello?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não participei da exoneração. E, repito, é só buscar nos artigos de imprensa, defendi a permanência dele. Em função do momento de crise que nós estávamos passando, achei que a continuidade do trabalho seria melhor...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa., mas a pergunta inclui também o seu partido. E com relação ao seu partido?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - O meu partido eu não posso responder, Sr. Presidente, porque não participei de nenhuma reunião do meu partido onde algum membro tivesse proposto essa medida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. conhece o Tenente-Coronel Alex Leal Marinho?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não conhece? Nunca ouviu falar?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não conheço, nunca o vi. Ouvir falar eu ouvi, porque ele é uma pessoa que faz parte da estrutura do ministério, mas nunca falei com ele e nunca o vi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi um militar, e isso já foi levantado aqui pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que fez pressão sobre o servidor Luis Ricardo Miranda.

Qual é a sua relação com o Coronel Marcelo Bento Pires?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Conhece-o?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a sua relação, Deputado, com a empresa M18 Serviços Administrativos?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Nunca ouvi falar, Sr. Relator. Não conheço, por esse nome não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nunca ouviu falar? Essa empresa recebeu duas transferências da Precisa Medicamentos, totalizando 721 mil, fica sediada em Curitiba em endereço muito próximo a uma empresa de Roberto Dias.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Desculpa. Desconheço a empresa de Roberto Dias, nem sabia que ele tinha, e também desconheço essa empresa M18.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quem solicitou a V. Exa. que apresentasse emenda à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, propondo o aproveitamento pelo Brasil da aprovação de vacinas sanitárias da Índia pela Anvisa e não de qualquer outro país?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Por que eu fiz a proposição? Porque a Índia é o maior fabricante de vacinas do mundo. Então, era absolutamente natural que ela tivesse a possibilidade de que os estudos feitos lá fossem aproveitados pela Anvisa e pelo Governo Federal, mas, lamentavelmente, não houve efeito nem para a Índia e nem para qualquer outro país. Dos 11 países que foram relacionados naquela lei que poderiam ser beneficiados pelo aproveitamento dos estudos, não tivemos novas autorizações da Anvisa para outras vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que a emenda de V. Exa. não abrangia o aproveitamento da autorização de outras autoridades estrangeiras sanitárias?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Porque elas já estavam contempladas com outras emendas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em sua avaliação, a aprovação de sua emenda atendia ao interesse da Precisa de facilitar a autorização do uso da Covaxin no Brasil?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu nem sabia que a Precisa representava a Covaxin ao momento da apresentação da emenda, Sr. Relator. Fato totalmente desconhecido da minha parte.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Os outros Parlamentares também apresentaram a Índia.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Como?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - O senhor que não apresentou dos demais países porque já havia sido apresentado pelos demais Parlamentares.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) - Mas os demais Parlamentares também haviam apresentado a Índia num conjunto de vários países e de entidades sanitárias internacionais. O seu caso é diferente. O senhor apresentou exclusivamente para a agência sanitária da Índia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Senadora Eliziane Gama, não vamos poder concordar com a sua narrativa. Isso não tem nenhum sentido, nenhum sentido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Por que não sentido, Deputado?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Porque não. Porque vários Senadores e de Deputados apresentaram emendas das mais diversas, e o Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Em um conjunto de países, o senhor só se preocupou exclusivamente com a Índia, que tinha um contrato com a Precisa.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Porque é o maior fabricante de vacinas do mundo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - E depois teve a antecipação...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Desculpa, eu não vou aceitar ilação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Tinha o caso da Rússia e de outros países mais, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Senadora...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não vou aceitar a sua ilação e vou deixar claro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Não é ilação, é uma constatação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Senadora Eliziane Gama...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - O Senador Randolfe era o Relator; era só ele recusar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Não é ilação, Deputado. É um fato. Ilação é se não tivesse a constatação documental.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Senadora Eliziane Gama, vou devolver a palavra para o Relator.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Assegurar a palavra ao Relator para ele concluir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, por favor, Izabelle, para exibir o vídeo 3.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Por que V. Exa. defendeu que a Anvisa fosse enquadrada?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Porque ela estava com procedimentos que não condiziam com o momento da pandemia. Ela estava atuando como se não houvesse uma emergência. Então, a supressão da exigência de Fase III no Brasil, para a autorização de vacinas, ela acatou a nossa visão, fez uma resolução e, imediatamente, retirou essa exigência.

Os prazos de manifestação da Anvisa nós reduzimos; nós porque Senado e Câmara votaram a mesma redução de prazo. E a mesma fala que eu fiz o Senador Randolfe fez. Eu acabei de apresentar. Está aqui também a fala do Senador Randolfe na apresentação, onde ele diz que a Anvisa não pode tratar tempos de paz como tempos de guerra.

Então, o entendimento era geral nesse sentido. Por isso, essas matérias que enquadram a Anvisa nos seus prazos e procedimentos foram aprovadas por unanimidade na Câmara e no Senado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O entendimento era geral, mas a sua emenda era uma emenda específica e tratava exatamente dessa questão que não tinha caminhado na Anvisa com relação à Covaxin.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Desculpa, Senador. Eu já disse que não sabia, a essa época, nem que a Covaxin estava ofertando vacinas ao ministério. Os senhores vão quebrar o meu sigilo, os senhores ouviram todas as pessoas, os senhores não vão achar nenhuma possibilidade de ligação minha com esse assunto, Covaxin. E, obviamente, não é adequada essa tentativa de raciocínio de que eu estava interessado em favorecer especificamente a Índia por causa da Covaxin. A Índia é a maior produtora de vacinas do mundo. Aliás, as vacinas que chegam para nós, AstraZeneca, são fabricadas no Instituto Serum, da Índia. Nós temos um excelente relacionamento com a Índia lá, no Ministério de Ciência e Tecnologia, nas transferências tecnológicas, e a Fiocruz é parceira da Índia nesse processo.

Eu quero deixar claro que não se encontrará nenhuma evidência, vocês não encontrarão nenhuma evidência da relação minha com a Covaxin. Por favor, continuem procurando.

Mas todas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É óbvio que a emenda...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - A emenda não é... Não tem nada com a... Desculpa, Senador. Não tem nada uma coisa com a outra. Zero!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, a emenda apresentada por V. Exa. à Medida Provisória 1.026 tinha a intenção de fazer esse enquadramento?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - A emenda tinha intenção de quê? De que os estudos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Inclusive para esvaziar as atribuições da Anvisa...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não, os estudos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... na aprovação das vacinas?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Os estudos feitos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Claro! Como é que não tem?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Senador, os estudos feitos na Índia seriam aproveitados no Brasil, como em mais 11 países que o Senador Randolfé, como Relator, acatou na lei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, em que aspecto o enquadramento seria benéfico?

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Talvez o Deputado não saiba, talvez o Deputado não saiba...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Parecer do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... como ele já citou pela segunda vez, o Sr. Líder do Governo também sabe muito bem que a medida provisória chegou aqui prestes a vencer, e teve, naquela circunstância, naquele momento uma definição de todos os Líderes em fazer a medida provisória tramitar com celeridade pela urgência das vacinas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - É por isso que o parecer foi para não ter nenhum tipo de modificação...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - No que veio da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... no que veio da Câmara dos Deputados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Então, uma circunstância não tem relação com a outra que está sendo inquirida e questionada pelo Sr. Relator. A emenda foi feita na Câmara dos Deputados, houve um acordo amplo no Senado para não ter modificações em virtude da urgência do tema, da urgência da medida provisória e da necessidade de sanção do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Essa pressão sobre a Anvisa beneficiaria a Bharat Biotech na aceleração das vendas da vacina Covaxin ao Ministério da Saúde, ou não?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Especificamente não, mas beneficiaria a todos os brasileiros se a Anvisa fosse mais ágil na liberação de vacinas. Eu já demonstrei aqui também que 30 milhões de doses de vacinas deixaram de ser compradas pelo ministério porque a Anvisa não deu a autorização, embora elas estivessem sendo aplicadas em vários países.

E, quando o Senador Randolfe citou nominalmente a Covaxin naquele vídeo que ele postou nas suas próprias redes, ele fala que ele apela à Anvisa, o quanto antes possível, de imediato: "Nós temos que ter autorização para ampliar nosso arsenal de vacinas. Para se ter uma ideia, a Covaxin - ele citou nominalmente, vocês não vão achar nenhuma entrevista minha falando de Covaxin nesse período em que nós estávamos votando essa medida provisória e nem posteriormente, talvez -, por exemplo, já disponibilizou 8 milhões de dólares de vacinas, 20 milhões até vinte de maio.". Todos nós queríamos ter recebido as vacinas e ter evitado mortes, internações por ter imunizado a população...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Sabe qual é a diferença nossa, Deputado?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - ... porque...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Sabe qual é a nossa diferença?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Eu vou explicar claramente qual é a nossa diferença.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Por que só eu, por que só eu faria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - É porque o senhor só fez a emenda para a Covaxin.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não fiz a emenda para a Covaxin.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor não fez nenhum tipo de posicionamento sobre a Pfizer...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Claro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor não fez nenhum tipo de posicionamento sobre a Janssen...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu não fiz a emenda para a Covaxin.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor não fez nenhum tipo de posicionamento pela Coronavac, o senhor não fez nenhum tipo de posicionamento pela AstraZeneca, o senhor não fez nenhum tipo de pronunciamento sobre as outras vacinas que nós temos. O senhor só fez uma emenda para a Covaxin.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não fiz a emenda para a Covaxin.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - É essa a nossa diferença gigantesca.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu não aceito o que o senhor está afirmando. É mentira!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Em outubro, quando o senhor estava defendendo imunidade de rebanho, porque a gente tem vídeo aqui e vamos mostrar o senhor defendendo imunidade de rebanho, a gente já estava defendendo vacina. Em outubro o senhor estava defendendo imunidade de rebanho e a gente estava defendendo já a vacina.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - O senhor está presidindo a sessão, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor defendeu, e utilizou, e apresentou uma emenda somente para a Covaxin.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Não apresentou nenhum tipo de emenda, não apresentou nenhuma defesa para a Pfizer, para a Coronavac, para a AstraZeneca, para a Janssen e para todas as outras vacinas que estão hoje sendo utilizadas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - A nossa diferença é gigantesca...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... é abismal, entre mim e o senhor.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não é verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O que é isso?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Simplesmente não é verdade.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Então, vamos ficar na narrativa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Pela ordem, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Quem é que apresentou um projeto que suspende a regra da Anvisa para exigir Fase 3...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não tem ordem para falar não, na CPI?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Presidente, a gente viu que o Relator ia terminar, estamos todos apelando...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não, vou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Pela ordem, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria agradecer a gentileza da equipe, que prontamente atendeu a um pleito desta Senadora tirando cópia do acórdão do Tribunal de Contas da União que foi citado pelo Deputado. Acontece que o Acórdão 236, de 2012, citado, só para que possamos ler o acórdão correto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, por favor, por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Ele não trata de vacinas, ele é do BNDES, relacionado a obras, e não tem nada de pagamento antecipado.

Então, eu só gostaria de saber qual é o acórdão certo, pelo advogado, para que possamos ter uma cópia enquanto o depoente...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Está impresso. É esta página.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - O 276, de 2000... Não. Eu estou com ele aqui. Eu estou com o Acórdão 276, de 2019. Eu já li na íntegra e não achei pagamento antecipado nesse acórdão.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Senadora, está impresso. Nós retiramos disso...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Isso não é impressão do acórdão, isso deve ser de alguma decisão do Ministério da Saúde.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Aqui está dito assim...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Eu estou dizendo que eu estou em mãos, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor tem o acórdão aí? O senhor tem o acórdão?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se tiver o acórdão, facilita.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que não seja o seu eslaide, o senhor tem o acórdão?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só pra eu ir acompanhando, enquanto o Relator vai fazendo...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Essa autorização.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem o acórdão?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Essa autorização foi dada pelos órgãos técnicos do ministério para o pagamento da...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Do Ministério da Saúde, não é cópia do acórdão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deputado, o senhor disse aqui que é o Acórdão 276, a Senadora está dizendo que o Acórdão 276 não tem esse dispositivo.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Está escrito aqui, Senadora. Está escrito aqui o contexto. Se ele está equivocado, vamos ler o que está escrito aqui, porque esse é o contexto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. O senhor tem o acórdão? Onde o senhor tem ele?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Tem que ler o acórdão, Deputado.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Está aqui.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, eu vou...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O acórdão não fala isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou esclarecer, porque eu não quero tumultuar, Deputado. É que pode ser que seja o número errado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim. Mas então...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Está aqui:

Ressalta-se ademais que o [...] [TCU] no acórdão 276/2012 e acórdão 158/2015, determinou de forma clara no caso de aquisições e virtude de demandas judiciais, fica a cargo da administração a forma de pagamento antecipado [...].

6. Destaca-se mais uma vez, que conforme se verifica quanto a forma de pagamento encaminhada na solicitação de cotações por parte da [...] [Dlog], determina que a forma de pagamento poderá ser antecipada [...].

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Em virtude de demandas judiciais.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Isso aqui parece-me ser, e V. Exa. acaba de confirmar, uma decisão do Ministério da Saúde com base no acórdão. O acórdão está na minha mão, ele não fala em pagamento antecipado. Então, eu pergunto se devo ler o outro acórdão também, porque aqui não fala de nada a não ser de um financiamento do BNDES.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Senadora, Simone Tebet, aqui fala: Acórdão 276. Isso é um despacho interno do Ministério da Saúde. Não fui eu que escrevi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Então, perfeito. Não é um acórdão, é o despacho do Ministério da Saúde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Mas V. Exa. traz para justificar pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - V. Exa. disse que era um acórdão.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Posso responder?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E anuncia como um acórdão perante esta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor anuncia como acórdão o que é uma decisão do Ministério da Saúde.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Está aqui no despacho...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não. Não é isso. Ele cita o acórdão para justificar o pagamento antecipado, por isso que eu quero apenas... De repente, foi erro do ministério. O número está errado, eu só estou pedindo uma correção.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu vou pedir à sua equipe, que está muito eficiente, que verifique o Acórdão 158, que também é citado aqui, o Acórdão 871, de 2018, o Acórdão 554, de 2017, e o Acórdão 276, de 2002. Todos eles tratam de pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O 256 é esse. O 256 é esse.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Deputado, eu já li o Acórdão 158 também, ele fala em relação a obras excepcionalmente, não cita remédios, fala sobre decisões específicas, não genéricas.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não fui eu que...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Os outros acórdãos V. Exa. não apresentou aqui.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Desculpa, Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Eu sei. Eu não estou querendo aqui ir para o embate, eu só estou querendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Deputado, vamos ser claros, o senhor apresentou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não há nos acórdãos, claramente, a determinação de pagamento antecipado...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Na sua apresentação, o senhor inclusive...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... na aquisição de medicamentos, para justificar que o Ministério da Saúde possa a torto - a torto, nunca a direito - antecipar ou tentar antecipar pagamento na compra de vacina, como foi o caso da Covaxin, e no caso da Global, que nem idônea era e nem registro pela Anvisa tinha para poder ser contratada pelo Ministério da Saúde.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Senadora... A Pfizer recebeu adiantado também, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Deputado, o senhor coloca...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - A Pfizer recebeu adiantado também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Só deixar claro, Deputado, aqui na sua apresentação inicial, o senhor alega...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Mas entregou, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor alegou, aqui na sua apresentação final, um acórdão que não existe e que não diz o que o senhor aqui alegou neste acórdão. Depois, o senhor informa um outro acórdão que também não tem. Pelo que senhor está dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É essa a manipulação a que eu me referia há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... o senhor traz um outro caso gravíssimo aqui.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu vou, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O Ministério da Saúde está se utilizando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Calma, Presidente Randolfê! Presidente Randolfê, não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... de acórdãos inadequados, está se utilizando de acórdãos indevidos pra justificar procedimentos ilegais. O que o senhor traz é mais uma alegação gravíssima...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Não tem nada de ilegal...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Vamos seguir, Presidente; vamos seguir!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O que é isso, o que é isso, o que é isso, Presidente?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Eu vou pedir um minuto, Sr. Presidente, e vou ler o TC 006... Anotem, por favor, pra conferência, não é? TC 006.789/2021-8: "Em relação às investigações pretéritas que envolvem a empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. e sua sócia, empresa Global Gestão em Saúde, como foi salientado, no âmbito do exame de admissibilidade dessa instituição, não existe nenhuma sanção aplicada contra elas que as impeça de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratar com o Poder Público, o que pode ser confirmado às bases dos dados à disposição do TCU". Então, lá no 83 deste acórdão TC 006.789/2021-8, está expresso pelo Tribunal de Contas que não havia impedimento pra contratação nem da Global, nem da Precisa. Fica respondida, Senador Renan Calheiros, uma pergunta que o senhor fez no início, e que eu disse que tinha de memória, mas não tinha os dados. Estão aqui os dados.

Muito obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Acórdão de 2021, e o Ministério já sabia antes que não tinha.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) - O que isso tem a ver com a alegação primeira que o senhor fez?

O SR. RICARDO BARROS - Eu não sei. A Senadora que entrou perguntando, e eu estou respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Não, mas a questão central aqui é a contradição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Essa parte diz... Essa parte diz que tem condições de contratação; não fala que tem condições de pagar antecipado essa parte especificamente.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Tem vários...

Desculpa, Senador, tem vários acórdãos do TCU...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, por favor...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - ... que autorizam o pagamento antecipado e decisões da AGU também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas não é o caso deste, não é o caso deste.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu vou, eu vou até o final, eu vou até o final...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Ninguém está discutindo que não se pagam antecipadamente contratos administrativos.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu vou até o final...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso é regra, mas não é o caso específico.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Desculpa, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. não foi feliz na colocação que fez.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Até o final eu vou... Como encontrei esse acórdão, que não fala que podia contratar com a Global e a Precisa, que foi uma pergunta do Relator, eu também, até o final do nosso diálogo aqui, vou dar os acórdãos que autorizam pagamento antecipado e, inclusive, vou mostrar para os senhores que a Pfizer também recebeu antecipado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas entregou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como disse a Senadora Simone, a Pfizer entregou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Recebeu antecipado, mas entregou o produto. É completamente diferente.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim, mas...

Mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem não entregou e recebeu adiantado foi o Consórcio Nordeste; esse, não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O Consórcio Nordeste, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse é...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E a Global, e a Global!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não compare a Pfizer com a Precisa!

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não compare a Pfizer com a Precisa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - E a Precisa tentou antecipar, e a CPI impediu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O Consórcio Nordeste que recebeu adiantado sem entregar nota fiscal...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - A Global que recebeu adiantado, e não pagou, e não entregou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... e não entregou. E a CPI não quer investigar? Isso, não. Aí, não investiga, há uma blindagem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - A Global recebeu e não entregou. A Precisa tentou receber antecipado, e a CPI impediu que isso acontecesse.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Acho que esse é um bom tema para a gente discutir aqui, mesmo; é uma boa oportunidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Simplesmente isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Bola de cristal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Uma boa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Vamos retomar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ainda dá tempo de chamar aqui o Carlos Gabas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Vamos retomar a inquirição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... chamar todo mundo aqui.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Vamos lá, vamos lá, Senador!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - V. Exa. já participou de encontros para facilitar a aproximação da Belcher Farmacêutica de Maringá, então representante da vacina CanSino, com o Ministério da Saúde?

Antes de responder, eu queria só lembrar aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que, no caso da CanSino, o Ministério da Saúde expediu, no dia 04/06/2021, para a empresa Belcher Farmacêutica de Maringá, que representava o laboratório chinês CanSino, documentação de intenção para compra de 60 milhões de doses da vacina - um outro dado muito importante - ao custo de US\$17, bem superior aos US\$10 negociados para a CoronaVac e a Pfizer. O documento de intenção de compra foi assinado pelo Secretário de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, Arnaldo Correia de Medeiros. Após a divulgação, o próprio laboratório descredenciou a Belcher em 10/06/2021.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Muito bem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em função disso, eu queria repetir a pergunta: V. Sa. já participou de encontros para facilitar a aproximação da Belcher, de Maringá, então representante da vacina CanSino antes do descredenciamento em função da proposta recebida pelo ministério, com o Ministério da Saúde?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu não estive presente em nenhuma reunião com a Belcher para tratar da CanSino. Se o senhor me permitir, Sr. Presidente, eu tenho também os dados da Belcher. Se puderem, se o senhor permitir, eu vou apresentar os dados referentes a essa resposta no telão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor já participou? É a pergunta.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não participei de nenhuma reunião para tratar desse assunto. Tem uma audiência que está no Flickr do Ministério da Saúde, com todas as fotografias, onde o CEO da Belcher foi tratar com o Ministro sobre um medicamento chamado Avifavir, que é um antiviral que foi distribuído largamente na Rússia, segundo eles com um efeito muito positivo, e que está aguardando definição da Anvisa. Teve registro negado. Eles estão recolocando a nomeação.

Mas, se o senhor permitir, eu apresento a Belcher. Se não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu chegarei lá.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Pode ser, Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu quero primeiro apresentar a fotografia, já que V. Exa. disse que nunca trate todo o assunto.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Então faz primeiro. Pode fazer. Claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E dizer antecipadamente que, pelo que V. Exa. fala, é mais uma coincidência, uma mera coincidência.

Por favor, a foto número um. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Veja aí um encontro com o Ministro Queiroga, no Ministério da Saúde. Quem é essa pessoa sentada ao seu lado?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Ao meu lado é Nardi. Foi meu Secretário-Executivo aqui, Secretário de Estado da Saúde no Governo da Governadora Cida Borghetti, e hoje é diretor de um hospital lá na minha cidade de Maringá, e que veio pedir recursos para o Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Emanuel da Belcher, o Emanuel Catori, está aí?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Está ali do lado dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá, muito obrigado.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - O Emanuel Catori foi lá nesta audiência para tratar do Avifavir, conforme já respondi à imprensa. A imprensa já publicou todas as pessoas. Acho que tinham seis assuntos diferentes que nós tratamos nessa audiência com o Ministro e todas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Uma mera coincidência, porque...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não é coincidência, não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele tinha recebido um pedido do Ministério da Saúde para vender 60 milhões de doses de vacina a um preço de US\$17 a dose da vacina.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Poucos dias depois que recebeu essa proposta, o laboratório o descredenciou.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Pois não, pode mostrar por favor a Belcher? Sr. Presidente Omar Aziz, o senhor autoriza, por favor, que eu possa mostrar os documentos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E eu vou fazer outras perguntas e V. Exa. responde, na sequência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Sim.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Só para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Ele vai responder...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O depoente, quando quer responder e apresentar documentos, eu acho que é importante. Isso garante a paridade de armas, o equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Correto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ele está na condição de depoente e quer oferecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Daqui a pouco, quando ele responder, ele vai mostrar o...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim, vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Qual é a relação de V. Exa. com Francisco Feio Ribeiro Filho, empresário de Maringá?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - É meu amigo pessoal. Foi Diretor da Urbanização de Maringá quando eu fui Prefeito da cidade, no período de 1989 a 1992. Meu amigo pessoal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. conhece Daniel Moleirinho Feio Ribeiro?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim, filho dele, meu amigo também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a sua relação com ele?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - De amizade de muitos anos. E ele foi meu colaborador quando Prefeito. E foi colaborador também da Governadora Cida, se não me engano, no Conselho da Sanepar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Daniel, para quem não sabe, é um dos sócios da Belcher e filho de Francisco Feio Ribeiro Filho, empresário de Maringá que tem sido apontado - e o depoimento confirma, de certa forma - como próximo ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Está confirmado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a sua relação com Flávio Pansieri?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Flávio Pansieri...

Aliás, vou citar aqui: estão aqui o advogado Diego Campos e o advogado Tiago Ayres, que estão me acompanhando aqui. Diego Campos é meu genro. Flávio Pansieri foi sócio dele no escritório de advocacia até dezembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É seu amigo? Foi seu advogado? É sócio do seu genro?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim, foram meus advogados. O escritório em que eles eram sócios advogou para mim, com certeza. E eu o conheço, tenho proximidade com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Só para quem não sabe - eu quero aproveitar a oportunidade para dizer -, o advogado apontado como sócio - e confirmado aqui - do genro do Deputado Ricardo Barros e que teria atuado como representante legal da vacina CanSino. O Diego Campos, que é o genro.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não... Sim, Flávio Pansieri.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Flávio Pansieri foi autuado neste processo como advogado legal da vacina CanSino.

Eu peço para exibir o vídeo nº 4, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é sua relação, Deputado Ricardo Barros, com Emanuel Ramalho Catori?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Ele é sócio da Belcher, com o Daniel Moleirinho, que é filho do meu amigo Francisco Ribeiro Filho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É sócio da Belcher?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sócio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E qual é a sua relação com ele?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - É de... É um relacionamento que... É sócio do meu amigo, eventualmente estamos juntos em alguma confraternização.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. conhece o empresário Carlos Wizard?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não conhece?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não tem relação com ele?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. tem algum contrato ou relacionamento com a empresa Belcher Farmacêutica do Brasil?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Nenhum contrato. Eu apenas, como empresa da minha cidade de Maringá, gostaria que ela fosse ainda mais bem-sucedida nos seus negócios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá.

V. Exa. tem conhecimento de que a Belcher, assim como a Precisa Medicamentos, foi alvo da Operação Falso Negativo, da Polícia Federal, deflagrada por conta de fraudes em contratos com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. mantém relações com Luciano Hang?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que relações?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não sou amigo dele, mas eu o conheço de vários encontros que tivemos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é, então, seu relacionamento com Alan Eccel?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Com quem?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Alan Eccel.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É diretor da Havan.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não conhece.

Qual é sua participação no pedido de autorização de uso no Brasil do imunizante Convidecia, da CanSino?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu, como disse, não participei de nenhuma reunião para tratar disso, até porque não fui solicitado e porque, eventualmente, não havia ainda a necessidade de ajudar a tramitação, até porque, que eu saiba, houve o pedido do ministério para a compra das doses, o que foi interrompido justamente pelo descredenciamento da empresa. A Belcher Farmacêutica deixou de representar o laboratório CanSino, e nós perdemos a grande oportunidade no Brasil de comprar 60 milhões de doses da vacina CanSino, de dose única, a US\$17, portanto mais barata do que a CoronaVac, mais barata que a Pfizer, mais barata que a maioria das vacinas que foram compradas pelo Brasil. É uma vacina de dose única, Senador Renan Calheiros, por isso não é adequado o senhor dizer que era a mais cara que estava sendo negociada, é metade do preço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. conhece o Sr. Arnaldo Correia de Medeiros...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... Secretário de Vigilância em Saúde?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, conheço sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é sua relação com ele?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Uma relação profissional. Eu não o conhecia pessoalmente, eu o conheço por ser o Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério e por participar conosco, em algumas das nossas reuniões, da Frente Parlamentar em Defesa dos Laboratórios Públicos, onde a sua secretaria e o Ministro também, o Secretário Hélio Angotti, que é Secretário de Ciência e Tecnologia do ministério - de quem não sou próximo, mas conheço, já tive audiências com ele -, participam para atender as demandas dos laboratórios públicos que querem, através das parcerias de desenvolvimento produtivo, produzir no Brasil tecnologias que hoje são totalmente importadas.

Então, a política de PDPs (parcerias para o desenvolvimento produtivo) busca trazer tecnologia para o Brasil, para que aqui nós possamos desenvolver depois autonomamente desde medicamentos biológicos a tantos outros que fazem parte dessa política que foi implementada ainda pelo Ministro Padilha, quando da sua passagem pelo Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. usou, então - ou não usou? -, a proximidade adquirida junto ao Ministério da Saúde pra facilitar assinatura de intenção de compra da vacina CanSino, realizada pelo Secretário Arnaldo Correia de Medeiros?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu não facilitei, não participei. Eventualmente, se solicitado, posso ter buscado auxiliar não só a Belcher, mas todos os que me procuraram, Senador Renan. Todas as pessoas que me procuraram pra vender equipamento de proteção, pra vender vacina, pra vender qualquer coisa ao ministério ou para tentar uma parceria pra trazer a sua tecnologia pro Brasil ou pra qualquer outra questão que tenha relação com a minha atividade de Presidente da Frente Parlamentar, eu ajudei, colaborei e procurei fazer com que se tornasse mais um ativo do Brasil para se fortalecer no combate à pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então V. Exa. está dizendo que usou essa proximidade para facilitar alguns encaminhamentos no ministério?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Não usei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não usou.

E qual é a sua relação com a empresa VTCLog?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Eu posso mostrar os documentos da Belcher ou os senhores estão satisfeitos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, por mim pode mostrar, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - É porque o senhor vai mudar de assunto, Sr. Relator, então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, pode mostrar. Da minha parte não há nenhuma objeção.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Eu quero... Eu gostaria de ver, depoente, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Belcher. *(Pausa.)*

Aí estão as versões da imprensa sobre a questão de um eventual relacionamento meu com a Belcher. Essas matérias não são verdadeiras.

Pode seguir. *(Pausa.)*

Pode seguir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Não é a sua ida ao ministério, Deputado Ricardo Barros, que impressiona a gente, que impressiona a nós, Senadores; é a não atenção que o Governo de que o senhor é Líder deu para a Pfizer, por exemplo. Eles não tiveram a facilidade que tiveram essas outras empresas que não tinham vacina: conseguiram chegar ao Ministro da Saúde, agora com o Queiroga.

Aliás, o senhor até disse que queria que o General Pazuello continuasse no cargo?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pelo amor de Deus, Deputado!

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Bom, eu vou apenas... Então, Senador Renan Calheiros, pra encerrar o assunto Belcher.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - A vacina que a Belcher representava no Brasil era uma vacina de dose única a US\$17. Portanto, uma compra muito vantajosa para o Brasil e que... A CanSino descredenciou o representante no Brasil e não colocou outro lugar. Portanto, mostra que não tem mais interesse em vender pro Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lembrar aos Srs. Senadores que o mundo inteiro quer comprar vacinas. O mundo inteiro quer comprar vacinas, e eu espero que esta CPI traga bons resultados para o Brasil, produza um efeito positivo para o Brasil, porque o negativo já produziu muito: afastou muitas empresas interessadas em vender vacina no Brasil, que não se interessam mais...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Isso não é verdade!

(Tumulto no recinto.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Isso não é verdade!

(Tumulto no recinto.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O depoente, de qualquer forma, tem alguma razão... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Afastamos as vacinas de que vocês, do Governo, queriam tirar proveito.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente, quando essa CPI foi instalada...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não afastou o Consórcio Nordeste, não afastou o que aconteceu nos Estados de Santa Catarina...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... quando esta CPI foi instalada já tínhamos quase 400 mil vidas perdidas no Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... não afastou o que aconteceu no Pará, no Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A reunião está suspensa e vamos avaliar o convite do Deputado...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... Federal a esta Comissão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Vem aqui para destratar a CPI!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E vamos avaliar o convite.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Pela ordem, Sr. Presidente, eu não posso ficar calada!

Esta CPI foi instalada não tem 90 dias. Há três meses, antes de esta CPI estar instalada, Sr. Líder do Governo Jair Bolsonaro, nós já tínhamos quase 400 mil vidas perdidas. Dizer que nós afastamos fabricantes idôneos de trazer vacinas para o Brasil... Nós queremos...

(Tumulto no recinto.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - É exatamente isso!

(Tumulto no recinto.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Aceite a realidade!

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Negociadores! Negociadores!

(Tumulto no recinto.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Não calunie, não cometa crime, Presidente!

(Tumulto no recinto.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) - Sr. Presidente, foram afastadas as vacinas sobre as quais havia pagamento de propina.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) - Sr. Presidente, nós temos que trazer o depoente depois de toda a análise do contrato da Covaxin, antes não dá para trazê-lo para poder indagar sobre nada. Temos muito a anunciar para a Nação a respeito do contrato da Covaxin.

(Suspensa às 13 horas e 15 minutos.)

(Suspensa às 13 horas e 15 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 11 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está reaberta a sessão para ouvirmos o depoente Ricardo Barros.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) - Sr. Presidente, apresento questão de ordem a V. Exa. baseado em dois pontos.

Primeiro, registro a benevolência que V. Exa. vem manifestando ao longo dessas sessões e que manifestou nesta semana ao converter o que era uma convocação de testemunha, aprovada pela CPI, num convite. Fez isso em atenção ao Sr. Deputado Arthur Lira, que merece nossa consideração, mas claramente esse seu gesto não foi suficiente para garantir o bom andamento dos trabalhos.

Então, a questão de ordem, Sr. Presidente, tem dois pontos. O primeiro deles: que se faça uma consulta ao Supremo Tribunal Federal para avaliar quais são as medidas que podem ser aplicadas ao depoente, Parlamentar, que mente perante a CPI.

Exemplifico uma das mentiras, que, como toda mentira, tem perna curta: o suposto desinteresse de empresas fabricantes de vacinas em vender para o Brasil por conta da atuação da CPI. Um dos principais fabricantes, a CanSino, já desmentiu o depoente, informando que mantém integralmente o seu interesse em fazer as vendas e que suspendeu a relação com a Belcher, da cidade natal do depoente, por questões de *compliance*, ou seja, ela não tinha confiança na relação com essa distribuidora. Primeira questão: consultar o Supremo Tribunal Federal quais são as medidas que se pode adotar com relação ao depoente Parlamentar que mente.

E, segundo ponto da questão, Sr. Presidente: que se faça o encerramento desta sessão e que se retome com o depoente na condição de convocado, não de convidado, e após essa resposta, para que o Brasil tenha efetivamente um depoimento.

É um momento grave da vida nacional, que não comporta molecagem, que não comporta brincadeira, existem respostas sérias, existe quem tem a verdade, e não temos como fazer isso com essas circunstâncias e com esse depoente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou acatar a sua questão de ordem, Senador Alessandro, até porque eu agora tenho que concordar com o Presidente Bolsonaro quando ele disse "de novo", porque, no pouco espaço de tempo em que nós estávamos ouvindo aqui o Deputado Federal... Parece que tudo gira em torno dele, é um girassol das vacinas! E, para querer comprometer o trabalho, coisa que o Presidente que tem como Líder o Deputado Ricardo Barros já tentou desde o primeiro dia, e outros aqui tentaram desconstruir...

E, como o bicho-preguiça anda devagar, pegar um mentiroso é mais fácil do que pegar um bicho-preguiça.

A empresa chinesa já desmentiu, como também a indiana disse que tem interesse de vender vacina para o Brasil, mas, coincidentemente - e aí a população brasileira vai ver -, todas que tinham intermediário e queriam receber adiantado... Parece que é o modo já que se opera nesse sistema: a Precisa e outras empresas, que têm que receber adiantado, queriam pagar US\$45 milhões em Singapura - correto? - para fazer o contrato. Aí esta CPI atrapalhou, sim. A CPI não atrapalhou a vinda das vacinas; pelo contrário, se hoje o Brasil está vacinando é porque negacionistas... Inclusive, o Deputado que está aqui ao meu lado disse que não ia se vacinar; aliás, pregava a imunização de rebanho para criança, o que é crime!

Então, eu quero colocar bem claro aqui à população: se hoje estamos vacinando, e se estamos vacinando com uma vacina que está chegando a um preço justo, é graças a esta CPI.

Eu acato a sua questão de ordem. A reunião está encerrada, e o Deputado será convocado numa próxima data para estar aqui.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 16 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e sete minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Rose de Freitas, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, Auditor do Tribunal de Contas da União, em atendimento aos requerimentos 779/2021 e 789/2021. **Resultado:** Oitiva Realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1392 de 2021** que : "Requer ao Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, no prazo de até 72h, informações relacionadas ao planejamento e operacionalização da aplicação da 3ª dose das vacinas contra a Covid-19." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1290 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira de Danilo Berndt Trento e da empresa Primarcial Holding e Participações LTDA. (CNPJ 58.923.756/0001-92), referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1079 de 2021** que : "Transferências dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de DANILO BERNDT TRENTO" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 1435 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas informações pela Senhora Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Marilena Lazzarini." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 1405 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, no prazo de 5 dias, sob pena de desobediência, o acesso dos servidores indicados pela Secretaria desta CPI aos seguintes processos SEI do Ministério da Saúde:." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 1397 de 2021** que : "Requer que seja concedido, pelo Senhor Ministro da Saúde, no prazo de 5 dias, sob pena de desobediência, o acesso dos servidores indicados pela Secretaria desta CPI aos processos SEI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 1364 de 2021** que : "Requer a transferência de dados, protegidos por sigilo, da empresa Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A, CNPJ 25.446.930/0001-02." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 1352 de 2021** que : "Requer informações ao presidente do Conselho Regional de Medicina do Ceará (CREMEC), Helvécio Neves Feitosa, relacionadas à apuração de denúncias contra a Unimed Fortaleza por práticas adotadas durante a pandemia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 1351 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas da Sra. PAMELA PUERTAS DIAS, CPF nº 422.383.338-35, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente."

Autoria: Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 1350 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas do Sr. RICHARDS DYER POZZER, CPF nº 031.986.259-39, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO Nº 1349 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas do Instituto Força Brasil, CNPJ 40.091.898/0001-75, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO Nº 1348 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas do Sr. LEANDRO PANAZZOLO RUSCHEL, CPF nº 969.463.930-15, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO Nº 1347 de 2021** que : "Solicita informações complementares ao presidente da Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda, Fernando Parrilo, sobre compra de medicamentos do chamado kit-Covid." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO Nº 1346 de 2021** que : "Solicita informações ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Ceará, Manuel Pinheiro Freitas, bem como a remessa de cópia integral de documentação relacionada a procedimentos eventualmente instaurados para apurar a conduta, pela operadora de planos de saúde Unimed Fortaleza, de pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado "tratamento precoce" para a Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO Nº 1345 de 2021** que : "Solicita informações ao presidente do Conselho Regional de Medicina do Ceará (CREMEC), Helvécio Neves Feitosa, relacionadas à apuração de denúncias contra a HapVida por impor a seus profissionais a prescrição do tratamento precoce da Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO Nº 1344 de 2021** que : "Solicita informações à presidente do conselho diretor do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), Marilena Lazzarini, sobre procedimento de notificação da empresa HapVida por impor aos seus profissionais a prescrição do tratamento precoce da covid." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO Nº 1343 de 2021** que : "Solicita informações ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, Manuel Pinheiro, a respeito da apuração de denúncias relacionadas à operadora de planos de saúde HapVida." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO Nº 1342 de 2021** que : "Solicita informações à presidente do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Marilena Lazzarini, relacionadas à notificação da Unimed Fortaleza por práticas adotadas durante a pandemia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 1341 de 2021** que : "Solicita informações à Unimed Goiânia relacionadas ao atendimento prestado a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela operadora de plano de saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO Nº 1340 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Financeira (RIF) do Sr. BERNARDO PIRES KUSTER, CPF nº 057.385.519-66, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO Nº 1339 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Dr. EVERSON HENRIQUE DE OLIVEIRA, CPF nº 100.495.086-10, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO Nº 1338 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF), da Sra. FLÁVIA REGINA VIANA, CPF nº 858.076.057-72, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO Nº 1337 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. FLÁVIO GORDON, CPF nº 084.570.337-43, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. .A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/08/17>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) - Bom dia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, em atendimento aos Requerimentos 779, de autoria do Senador Humberto Costa, e 789, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Eu peço que alguém possa acompanhar o nosso depoente até aqui. (*Pausa.*)

A Comissão foi notificada da decisão liminar do Ministro Gilmar Mendes, no Habeas Corpus nº 203.381, nos seguintes termos:

[...] concedo parcialmente a ordem de *habeas corpus*, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia assegure ao paciente Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques:

- (i) o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não abrangidos nesta cláusula;
- (ii) o direito a ser assistido por advogado [...] durante todo o depoimento; e
- (iii) o direito a ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito, ao qual, de resto, fazem jus todos depoentes, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaças de prisão ou de processo, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos acima explicitados.

Os direitos acima explicitados são para não responder àquilo que possa incriminá-lo, mas não pode faltar com a verdade daquilo que não diretamente o incrimine.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade ao que souber e lhe for perguntado?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, eu vou me valer do *habeas corpus* que me foi deferido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O *habeas corpus*...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Mas vou esclarecer todos os fatos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O *habeas corpus*... Vou esclarecer: o *habeas corpus* do Ministro Gilmar Mendes garante a V. Exa. não se comprometer. Caso o senhor minta em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma questão em que nós entendemos que o senhor esteja mentindo, eu posso tomar as providências necessárias.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa., se quiser, tem 15 minutos para falar. Depois eu passarei ao Relator.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Senador Omar Aziz, Presidente desta Comissão; Senador Randolfe Rodrigues, Vice-Presidente desta Comissão; Senador Renan Calheiros, Relator desta Comissão; Sras. e Srs. Senadores; bom dia.

Meu nome é Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, tenho 42 anos, sou casado e pai de dois filhos.

Ingressei na Marinha do Brasil, aos 14 anos, para cursar o ensino médio no Colégio Naval. Sou bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval, tendo concluído o curso de formação de oficiais fuzileiros navais em primeiro lugar na minha turma. Também sou bacharel em Direito, tendo me graduado na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ.

Trabalhei como oficial da Marinha do Brasil até 2006, quando, por questões familiares, decidi continuar servindo ao Brasil, só que não mais fardado. Passei a exercer o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental após ser aprovado no concurso público respectivo. Fiquei menos de dois anos no Ministério do Planejamento, uma vez que, logo em seguida, fui aprovado no concurso para o Tribunal de Contas da União. Assumi o cargo de Auditor Federal de Controle Externo em janeiro de 2008.

Venho aqui hoje em um compromisso pessoal e de cidadania e estou à disposição pelo tempo que for necessário.

No TCU, sempre atuei na área finalística, em fiscalizações e instruções de processos. Alguns dos trabalhos dos quais participei obtiveram o Prêmio Reconhecer pela sua qualidade e relevância. Minhas avaliações de desempenho sempre foram excelentes e, no último período avaliativo, fui escolhido servidor destaque da minha unidade técnica.

Como supervisor de auditoria, o meu papel era de contribuir com a equipe de fiscalização na realização da ação de controle, seja por meio da verificação da aderência aos normativos que regem os trabalhos, bem como através de uma supervisão ativa que ajude na elaboração de trabalhos com mais efetividade, seguindo as novas práticas de gestão de projetos incorporadas aos trabalhos de fiscalização do TCU a partir de 2018.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na fase de planejamento da fiscalização, cabe à equipe de auditoria e não ao supervisor definir, por meio da aplicação de técnicas de diagnóstico, a estratégia global de auditoria, o nível de assegurar, o escopo e o não escopo do trabalho, dentre outras questões. Fui designado para supervisionar o sexto ciclo do acompanhamento das medidas adotadas pelo Ministério da Saúde para o combate à crise gerada pela covid-19 no início de maio deste ano. Por já terem sido realizados anteriormente cinco ciclos neste acompanhamento, muita informação foi produzida, culminando cada ciclo com um relatório da equipe de auditoria, bem como apreciação e deliberação pelo plenário do TCU por meio de acórdãos.

Ao longo das primeiras semanas de trabalho, procurei inteirar-me dos relatórios, votos do Ministro Relator e acórdãos dos quatro primeiros ciclos, bem como o relatório da equipe de auditoria referente ao quinto ciclo, o qual não havia ainda sido apreciado pela corte. Também participei, junto com a equipe, de algumas reuniões virtuais realizadas com a Fiocruz, Anvisa e Ministério da Saúde, além de termos feito algumas reuniões internas.

Em um cenário no qual não havia previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual 2021, de recursos para o combate à pandemia e em função da Deliberação 9.5.2 do Acórdão 2817-TCU-Plenário, comecei a pensar que seria bom discutir com a equipe se eventuais inconsistências de notificação poderiam causar uma distribuição dos recursos federais sem equidade e sem proporcionalidade às reais necessidades de cada ente subnacional. Assim, comecei a pesquisar na internet alguns pontos para começar a provocar essa discussão junto à equipe de auditoria.

Peguei dados oficiais de óbitos no Portal da Transparência do Registro Civil, um *site* mantido pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais e desenvolvido para disponibilizar ao cidadão informações e dados estatísticos sobre nascimentos, casamentos e óbitos em conformidade com o Provimento nº 46 do Conselho Nacional de Justiça. Ao contrário do que foi divulgado na imprensa, apresentei essa compilação de informações à equipe de auditoria na segunda-feira, dia 31 de maio, às 14h58, em um arquivo de formato Word, dentro da área de postagens da equipe no Microsoft Teams, e falei por escrito com a equipe para ficarem à vontade para comentar, criticar ou mesmo ignorar o que eu havia escrito para provocar esse debate, uma vez que um arquivo em formato Word dentro do ambiente Microsoft Teams é um documento colaborativo e editável por todos os membros.

Na conversa que tive com a colega que está coordenando o trabalho e que é aberta para toda a equipe, concordamos que seria impossível haver um conluio para deliberadamente supernotificar os casos de óbitos de covid-19. Ao longo da conversa, a fim de acrescentar mais informações ao debate, apresentei algumas considerações sobre se o próprio formulário de declaração de óbito poderia gerar inconsistências de lançamentos e, conseqüentemente, de notificações. No entanto, consideramos a dialética encerrada, sem que o tema entrasse no escopo do sexto ciclo de acompanhamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No domingo, dia 6 de junho, estava em casa com a família e aproveitei para incluir essas considerações sobre o formulário de declaração de óbito, que havia conversado com a equipe, no arquivo Word, para que, se, um dia, fosse revisitar o assunto, teria essas ideias arquivadas.

Importante destacar que ainda estávamos na fase de planejamento, a qual estava prevista para se encerrar no dia 18 de junho, quando, então, seria concluída a matriz de planejamento com as questões de auditoria que seriam respondidas na execução do trabalho.

Desde muito jovem, sempre conversei com meu pai sobre diversos assuntos, pois sempre tivemos uma relação franca e aberta, e ele é meu amigo e confidente. No domingo, depois de trabalhar no arquivo Word, encaminhei-o ao meu pai via Whatsapp. Assim que ele viu essa compilação de informações, perguntou-me qual era a fonte, e eu respondi que era eu, pois eu tinha compilado essas informações da internet. E, logo em seguida, mudamos de assunto, fomos conversar sobre outras coisas. Em nenhum momento, passou pela minha cabeça que ele compartilharia o arquivo com quem quer que fosse.

O compilado de informações públicas que organizei para provocar um debate junto à equipe de auditoria estava em formato Word para ser trabalhado de forma colaborativa por todos os membros da equipe, sem cabeçalho nem qualquer menção ao TCU, exceto a citação da Deliberação 9.5.2 do Acórdão 2817/2020-TCU-Plenário, que é de domínio público.

Como eu falei anteriormente, após conversar com a coordenadora da equipe, o debate não prosseguiu. O arquivo não era um papel de trabalho, uma instrução processual, um documento oficial do TCU, nada do tipo. Era apenas um debate preliminar e aberto, mas que foi considerado encerrado.

Em nenhum momento, afirmei que houve supernotificação de óbitos por covid-19 no Brasil. Apenas havia compilado algumas informações públicas para provocar um debate junto à equipe de auditoria.

A pandemia da covid-19 afeta gravemente a vida de tanta gente. Eu, assim como milhões de brasileiros, perdi pessoas próximas a mim por conta dessa doença. E, em meu trabalho no TCU, eu estava preocupado apenas com que os recursos públicos federais utilizados no combate a essa terrível doença chegassem aos entes subnacionais na proporção correta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra ao Relator, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, V. Sa., Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, é auditor e está aqui perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque foi o responsável por produzir esse relatório referido por Jair Bolsonaro, irresponsavelmente, como de auditoria de Tribunal de Contas da União para justificar o seu discurso negacionista. O tribunal imediatamente desmentiu o Presidente da República, que teve que se retratar publicamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana passada, descobriu-se adicionalmente, Senador Girão, que o relatório do Alexandre Figueiredo, não bastassem as informações equivocadas, ainda foi falsificado na Presidência da República para divulgação em redes sociais.

Antes de fazer a pergunta, eu gostaria de pedir à Isabele que, por favor, exiba o vídeo 1 e, se puder, também o vídeo 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. confirma que produziu o relatório citado pelo Presidente da República, segundo o qual haveria supernotificação intencional do número de óbitos pela covid no Brasil?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Senador, eu produzi um arquivo em Word com algumas informações públicas, mas não era conclusivo esse arquivo. Como eu falei, ele foi feito pra gerar uma discussão dentro da equipe de auditoria. Não havia uma conclusão nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - De onde foram, por favor, retiradas as informações que embasaram esse relatório desse artigo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Foi do Portal da Transparência do Registro Civil. É um *site* da Associação Nacional dos Registradores das Pessoas Naturais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu peço para exibir, por favor, o vídeo 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em relação ao seu interrogatório, Sr. Alexandre Figueiredo, no Tribunal de Contas da União, V. Sa. confirma que o relatório elaborado sobre supernotificação de mortes por covid no Brasil foi falsificado e utilizado indevidamente pelo Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Senador Renan, só uma questão. Não era um relatório. Era simplesmente um arquivo em Word, sem nenhuma oficialidade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, mas o Senador Renan fala em relatório porque o Presidente Jair Bolsonaro fala que recebeu um relatório do TCU.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Relatório, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é o Senador Renan Calheiros que está dizendo.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Sim. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ali o Presidente fala que recebeu um relatório do TCU, mas o TCU não vai mostrar e a imprensa não vai publicar. Por isso é que ele está falando de relatório.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Certo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É porque é como foi chamado, segundo o Presidente - é isso mesmo -, pelo Presidente da República.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - O senhor pode só repetir a pergunta, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em relação ao interrogatório no Tribunal de Contas da União que acabamos de ver, V. Sa. confirma que o relatório elaborado por V. Exa. sobre notificação de mortes por covid-19 no Brasil foi falsificado e utilizado indevidamente pelo Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Senador, isto eu não tenho como confirmar, que foi falsificado, que o que ele utilizou foi falsificado. Eu recebi - acho que circulou nas redes sociais, no WhatsApp - uma versão em PDF desse arquivo e com a inscrição do Tribunal de Contas da União no cabeçalho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sr. Relator, o senhor me permite uma pequena colaboração?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) - Objetivamente, o senhor só fez envio do documento para o seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Exatamente, em Word.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - E seu pai lhe informou que fez o envio para quem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Para o Presidente da República, o mesmo arquivo em Word.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi o que ele me falou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então a pergunta: V. Exa. confirma que esse material foi utilizado indevidamente?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Sim, indevidamente no sentido de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. disse isso no interrogatório do Tribunal de Contas.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Exatamente.

Indevidamente pelo fato de se atribuir ao Tribunal de Contas da União um arquivo de duas páginas não conclusivo que não era um documento oficial do tribunal.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Me permita, Relator? Serei breve: 30 segundos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Eu sugiro que esta Comissão recolha e solicite ao Tribunal de Contas da União todas as provas que foram coletadas, porque essa medida é autorizada nos termos do art. 372 do Código de Processo Civil, bem como com a Súmula 591. Eu acho que todas as provas coletadas no Tribunal de Contas da União no âmbito administrativo podem contribuir, e muito, para a apuração aqui na CPI.

Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa falsificação...

Muito obrigado, Senador Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, desculpe-me.

Eu vou pedir aos Senadores, por melhor que seja a contribuição, eu vou pedir aos Senadores que esperem a sua vez para citar qualquer coisa em relação... É anotar, e a gente cita, senão a gente começa a tumultuar. Eu vou pedir encarecidamente aos meus colegas Senadores para a gente se pautar nessa questão, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM (Para expor.) – Sr. Presidente, é só um esclarecimento ao Senador: as provas já estão compartilhadas, por requerimento de V. Exas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E aí eu volto para a pergunta feita pelo Senador Alessandro.

Então, essa falsificação foi feita após o envio dos documentos por seu pai à Presidência da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Sim, senhor, foi feita após.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. afirmou também que presume que o documento foi editado depois de enviado por seu pai à Presidência da República. Em sua opinião, quem poderia ter sido o responsável pela edição, pela falsificação?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, isso realmente não tem como eu responder, porque, a partir do momento em que o arquivo cai na mão de outras pessoas... E, hoje em dia, a internet tudo viraliza, não é? Tudo é compartilhado rapidamente. Então, não tem como eu presumir de ninguém, a autoria de ninguém dessa alteração.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. declarou em seu interrogatório também que ficou atônito com o discurso do Presidente da República em que se divulgou seu relatório, seu documento, seu material. V. Sa. disse que o discurso do Presidente da República foi totalmente irresponsável e lhe causou indignação. V. Sa. confirma isso?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor, eu confirmo que falei isso no depoimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode detalhar esse espanto, essa indignação?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Bom, Senador, a minha indignação foi pelo fato de ter sido atribuída ao Tribunal de Contas da União a responsabilidade por um documento que não era um documento oficial, que não era uma instrução processual, que não era nada do Tribunal de Contas da União.

Então, vincular o nome do Tribunal de Contas da União a um arrazoado de duas páginas não conclusivo eu achei irresponsável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguém determinou elaboração desse documento, ou sua elaboração decorreu de motivação pessoal?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor, não houve determinação. Dentro da nossa atuação como auditores do Tribunal de Contas da União, nós temos a nossa competência de prospecção, de identificar teses, linhas de possíveis investigações nos nossos trabalhos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais uma vez, em que sistema corporativo esse relatório foi inserido? Ou esse documento estava apenas em suas pastas pessoais ou da unidade no Tribunal de Contas?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, como eu falei, eu compartilhei esse arquivo em Word no Microsoft Teams, que é uma sala de trabalho virtual. Hoje em dia, o tribunal trabalha muito remotamente, os servidores lotados em diversas unidades da Federação. Então, nós usamos o Microsoft Teams como uma área de trabalho virtual, mas não houve inclusão no e-TCU, que é o sistema processual formal do tribunal. Isso nunca aconteceu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. compartilhou, discutiu esse relatório com outros auditores?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor. Conforme eu falei, no dia 31 de maio foi quando eu coloquei para discussão junto à equipe de auditoria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obteve apoio para o documento, para o relatório de outros auditores? Ou todos negaram peremptoriamente?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Na verdade, Senador, só a Cristiane, que era a coordenadora do trabalho, foi quem conversou, por *chat*, comigo. Nós conversamos, concordamos que seria impossível haver um conluio para deliberadamente supernotificar os casos, o número de óbitos de covid-19. E a proposta não andou e não entrou no escopo. A dialética foi encerrada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A versão que V. Sa. inseriu no sistema do Tribunal de Contas corresponde a esta que a Comissão Parlamentar de Inquérito recebeu? Dá para exibir aí, Izabelle, por favor? Ou eu posso ler:

Considerando-se agora a menor variação anual antes de pandemia, de 4,1% de 2016 para 2017 [...].

Repete-se o que foi supramencionado, que não há evidências de que os entes subnacionais estejam supernotificando o número de casos da doença a fim de receberem mais recursos federais. No entanto, [...].

Eu quero saber sobre a versão. A versão é essa? É essa a versão...?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor. Essa é versão que eu passei para o meu pai, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No suposto relatório disseminado pelo Presidente da República, há uma tentativa de análise do crescimento de mortes que utiliza a menor variação percentual observada entre os anos 2015 e 2020, que é a que ocorreu entre 2016 e 2017, de 4,1%. A aplicação proposital desse menor percentual resultaria no cenário fantasioso de maior supernotificação dos óbitos por covid-19, correspondente a 140 mil mortes – na verdade, seriam 139.251. Essa análise foi feita por V. Exa. ou por seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi feita por mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi feita por V. Sa.

Novamente, não dá para antever quem foi o responsável pela adulteração.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas pela ordem, muito rapidamente, sem interromper o Relator: quero pedir que retire meu nome da lista de inscritos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... porque o depoimento já foi concluído, sob ponto de vista do que é necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outra diferença percebida no documento apresentado pelo Presidente da República consiste em quatro parágrafos que tentam defender a ideia de que a declaração de óbito poderia estar sendo preenchida de maneira equivocada por médicos ou que os dados estariam sendo lançados indevidamente por agentes administrativos das secretarias de saúde, quando são informados os campos denominados "doença ou estado mórbido que causa diretamente a doença" e, dois, "outras condições significativas que contribuíram para a morte", respectivamente.

A versão de Bolsonaro induz à concepção de que as informações desse segundo campo da declaração de óbito estariam sendo usadas no registro dos dados como causa principal da morte, o que inflaria o número... os números, melhor dizendo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós perguntamos mais uma vez: essa análise foi feita por V. Sa. ou por seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Foi feita por mim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Até o ano passado, V. Sa. estava lotado na Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde), envolvido diretamente no acompanhamento das ações do Ministério da Saúde de enfrentamento à pandemia. V. Sa. confirma que mudou de unidade neste ano de 2021?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Sim, senhor. Mudei este ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a unidade em que está lotado e em qual secretaria do Tribunal de Contas atualmente?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Senador, a secretaria se chama Soma, é a Secretaria de Orientações, Métodos... Tem um nome muito grande. Eu confesso que eu nem decorei o nome inteiro da secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em que unidade V. Sa. estava lotado quando na SecexSaúde?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Na 1ª Diretoria Técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quais as competências dessas duas unidades em que V. Sa. atuou desde o ano passado?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - A SecexSaúde é a unidade técnica responsável pelas ações... pela função saúde em geral.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E dentro dessas competências, quais V. Sa. exercia?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Eu era um auditor da 1ª Diretoria e instruí processos ou participava de equipes de fiscalização.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que V. Sa. mudou de secretaria?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - O tribunal tem um Núcleo de Supervisão de Auditoria. Em função das demandas administrativas e que muitos diretores não conseguem supervisionar com a vontade que gostariam, com a qualidade que gostariam, as fiscalizações,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, esse núcleo de supervisão concentra alguns supervisores pra serem cedidos às unidades técnicas, para efetuar essa atividade de supervisão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A alteração da sua lotação foi feita a pedido ou a convite?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Foi um processo seletivo de que participaram vários auditores, e eu fui um dos selecionados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a sua relação com a família Bolsonaro?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Eu não tenho relação com a família Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. conhece algum dos filhos do Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhor. Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O pai de V. Sa., Sr. Ricardo Silva Marques, é militar da reserva, correto?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Correto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Seu pai mantém relações de amizade com o Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Ele mantém relações de contato sim. Eles foram colegas na Academia Militar das Agulhas Negras e trabalharam juntos depois, no Exército.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. confirma que seu pai, Sr. Ricardo Marques, é Gerente Executivo de Inteligência e Segurança Corporativa da Petrobras?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Sim, sim. Essa eu trabalhei eventualmente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. confirma que foi indicado para a diretoria do BNDES em 2019?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor. Fui indicado, mas não fui cedido pelo TCU.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi cedido pelo TCU.

Para qual diretoria foi indicado?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Era a Diretoria de Compliance.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diretoria de Compliance.

Quem o indicou, por favor?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi o próprio Presidente. O então recém-nomeado Presidente do BNDES, Gustavo Montezano, que fez essa indicação, a indicação de todos os diretores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que razão não assumiu o cargo ou não foi liberado pelo Tribunal de Contas?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, existe uma resolução administrativa do tribunal que veda a cessão de servidores do TCU para outros órgãos, excetuados casos excepcionais, que são deliberados pelo colegiado. E, na ocasião, entendeu-se que não seria o caso de haver a minha cessão e não foi deferido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sabe quanto ganha um diretor do BNDES?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. inseriu esse documento com dados e informações equivocadas nos sistemas eletrônicos do Tribunal de Contas?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, eu só coloquei esse arquivo no ambiente de trabalho Microsoft Teams, que era, como eu falei, que é uma sala de trabalho virtual do tribunal, mas ele não foi incluído no sistema processual e-TCU do tribunal, nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, qual era a intenção de V. Sa. ao utilizar a autoridade do Tribunal de Contas para respaldar esse discurso negacionista?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Desculpa, Senador. Eu não entendi a pergunta. Pode repetir, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual era verdadeiramente a intenção ao utilizar a autoridade do Tribunal de Contas da União para dar respaldo a esse discurso negacionista?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Na verdade, Senador, eu coloquei esse arquivo para discutir com a equipe. Não me vali de autoridade do tribunal nem nada disso. Foi uma discussão interna da equipe apenas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. recebeu promessa de alguma vantagem para agir dessa maneira?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - De forma alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Além do Presidente da República, V. Sa. entregou o relatório ou deu conhecimento de sua existência a seus filhos ou a outros integrantes do Governo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhor. Só apresentei para o meu pai.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, se puder detalhar, como seu pai teve acesso ao relatório?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Então, como eu falei já no meu discurso inicial, Senador, no domingo à noite, dia 06/06, 06 de junho, eu, conversando com o meu pai, passei para ele, por WhatsApp, esse arquivo em Word, mostrando o que eu tinha trabalhado na semana. Como eu falei, sempre meu pai foi confidente meu, sempre tive uma relação muito boa com ele. Estávamos conversando sobre o tema e, logo em seguida, conversamos sobre outros temas também. Não foi só sobre esse assunto no dia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, como o pai de V. Sa. fez a entrega desse relatório, desse documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Senador, o que meu pai me falou depois, ao longo da semana seguinte, foi que ele repassou esse arquivo em Word para o Presidente da República, simplesmente isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - O senhor informa uma informação do órgão oficial para o seu pai, sabendo que ele vai ter vínculo com o Presidente da República. Isso é muito claro para mim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, Senador. Não era um documento oficial.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Sim, mas que ocasionou um dano irreparável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O documento que foi publicizado pelo Presidente da República corresponde ao relatório que V. Sa. havia produzido, ao documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Senador, eu não tive acesso ao documento que o Presidente da República apresentou, entregou, mostrou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas o citado naquela entrevista que nós exibimos aqui?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Eu acredito que tenha sido o que eu repassei para o meu pai e que ele repassou para o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. forneceu informações sobre outros processos de controle externo a integrantes do Governo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. participa de alguma estrutura de aconselhamento sobre políticas de saúde, de contrainformação ou de apoio ao Governo Federal?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. é primeiro-tenente fuzileiro naval da Reserva da Marinha, como colocado aqui na introdução. V. Sa. tem relacionamento com os militares que estão atuando no Governo Federal?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A determinação de seu afastamento do Tribunal de Contas se deu sob que fundamentos?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Foi em função do processo administrativo que está averiguando a realidade dos fatos que aconteceram, em que eu estou explicando o que efetivamente aconteceu.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. já voltou ao desempenho regular de suas funções?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Ainda não. O processo ainda não terminou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministra Ana Arraes, enviou ofício à Polícia Federal formalizando pedido de abertura de inquérito contra V. Sa. V. Sa. já prestou esclarecimentos à Polícia Federal?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Ainda não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou satisfeito, Sr. Presidente, inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Muitíssimo obrigado, Senador Renan.

O próximo inscrito... Eu peço a lista de inscritos, que não está aqui, mas acredito que o próximo inscrito, o primeiro inscrito, melhor dizendo, após o Relator, seja o Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Perfeitamente, Senador Humberto Costa.

E eu queria pedir, após o Senador Humberto Costa fazer a sua inquirição, que ele venha assumir a Presidência, porque, após o Senador Humberto Costa, eu serei o seguinte a inquirir o depoente.

Senador Humberto Costa, V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores...

Sr. Alexandre Figueiredo, seja bem-vindo aqui ao Senado Federal.

Eu queria fazer algumas questões, embora, para mim, a principal questão já está respondida. Concordo plenamente com o Senador Alessandro Vieira, mas, como nós aqui não somos apenas inquiridores nem estamos fazendo uma investigação, mas estamos tentando entender, eu queria levantar alguns pontos.

O senhor apresentou o trabalho que fez à sua equipe no dia 31 de maio, certo? Mas somente o inseriu no sistema em pleno domingo, dia 6 de junho. Por que esperar esses dias todos?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Senador, essa informação foi divulgada na mídia, mas não é verdade. No dia 31 de maio, como eu falei, às 14h58,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi quando o documento, esse arquivo em Word, foi inserido dentro da plataforma Microsoft Teams, e isso está registrado no tribunal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Perfeito.

Agora... Então, na verdade, o senhor não inseriu no dia 6, inseriu no dia 31...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - No dia 31 de maio, no Microsoft Teams, não no sistema processual do tribunal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - E em qual dia V. Sa. transferiu a informação para o seu genitor?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Foi no dia 6 de junho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Quer dizer, na verdade, o que foi no dia 6 de junho foi o *e-mail* que V. Sa. mandou...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Foi por WhatsApp mesmo, uma conversa no WhatsApp.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O.k.

O objetivo de compartilhar esse documento com o seu pai V. Sa., de certa forma, já respondeu. Seria mais por uma curiosidade, alguma coisa assim?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Sim, foi uma conversa íntima entre pai e filho, falando sobre um tema que eu tinha trabalhado durante a semana, falando um pouco sobre o meu trabalho durante a semana, o que eu tinha feito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Qual as diferenças entre o texto que o Presidente da República exibiu, pelo que o senhor viu, e aquele que o senhor mandou para o seu genitor?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Então, Senador, eu não vi o texto que o Presidente da República apresentou. Eu recebi, via WhatsApp, um arquivo em PDF que viralizou, e nesse arquivo em PDF havia uns destaques grifados em amarelo e a inscrição "Tribunal de Contas da União" na parte superior.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Bom, pelo que V. Sa. está dizendo, na medida em que o genitor de V. Sa. disse que não foi ele que fez essas alterações, isso aconteceu dentro do Palácio do Planalto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Aí realmente eu não tenho como afirmar, Senador. O meu pai me falou que repassou o mesmo arquivo em Word. Agora, onde foi feita essa alteração, realmente não tenho como afirmar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas V. Sa. tem alguma ideia de quem poderia ser o autor dessa fraude?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, nas suas redes sociais, o senhor compartilha diversas informações que coincidem com informações de blogs ou informações que circularam e que na verdade são desinformações, não é? O senhor escreve ou produz qualquer tipo de conteúdo pra *sites*, blogs ou para outros órgãos do Governo Federal, como, por exemplo, a Funag?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Fumac?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Fundação Alexandre de Gusmão.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nunca? Agora, isso aqui foi o senhor que publicou, falando sobre ivermectina: "Autoridades médicas defendem o uso da ivermectina no tratamento da covid".

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, eu compartilhei... Não fui eu que escrevi isso. Eu compartilhei em algum momento no passado, sim, uma publicação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, só pra lembrar a V. Sa., que deve estar muito por dentro disso, pela lei e pelo Código de Ética do Tribunal de Contas da União, está dito claramente que é obrigação dos servidores do TCU "manter neutralidade no exercício profissional [...], conservando sua independência em relação às influências político-partidária, religiosa ou ideológica, de modo [...] [que possa] evitar que estas [...] [questões afetem] [...] a sua capacidade de desempenhar [...]". V. Sa. tem conhecimento disso, do Código de Ética?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Do Código de Ética, sim, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Considera que não transgrediu isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu considero que não, e o tribunal está apurando isso, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Aqui também fala: "manter sob sigilo dados e informações de natureza confidencial obtidas no exercício de suas atividades ou, ainda, de natureza pessoal de colegas e subordinados que só a eles digam respeito [...]".

O senhor acha também que não descumpriu?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Como eu falei, as informações que estavam nesse arquivo em Word eram informações públicas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Está bem.

Eu queria só, então, fazer alguns comentários.

Uma pergunta: o senhor conhece o Sr. Wizard?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Sr. Wizard foi o gênio que teve a ideia, quando passou um mês no Ministério da Saúde sem ser funcionário, sem ser nomeado, portanto usurpando a função pública, e deve ser – peço a V. Exa. – indiciado por essa razão... É a terceira vez que eu peço, acho que V. Exa. já está com raiva de mim, mas o crime dele foi tão grave, que não é possível que aquele cidadão não seja indiciado e processado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Os crimes, não é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Os crimes. É.

Ele, inclusive, lá no Ministério da Saúde, teve essa ideia genial de mudar o critério de divulgação das mortes acontecidas em cada dia, que era pra promover uma maquiagem e, com isso, falsificar a verdade. E aí é um debate, na minha preocupação com V. Sa., que o objetivo era reforçar o discurso negacionista do Presidente, que dizia "não está morrendo tanta gente assim; estão botando esse número porque uma parte do dinheiro é contabilizada, o que vai pra Estado e Município, pelo número de pessoas que estão mortas", não é? No entanto, o grupo do qual V. Sa. faz parte lá no TCU disse que considerava praticamente impossível, porque exigiria um conluio tão grande de gente, que era impossível acreditar que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso pudesse acontecer. Portanto, V. Sa., pelo que eu estou entendendo, involuntariamente deu uma contribuição a isso.

E eu queria, na verdade, nesse meu tempinho que resta, fazer uma reflexão com V. Sa. Essa decisão impensada de V. Sa. poderia ter gerado no País um conflito interfederativo grave, colocando Prefeitos, Governadores em conflito com o Governo Federal, mas muito mais importante do que o conflito com o Governo Federal foi algo que é um crime, que é bloquear a realização de medidas que impedissem a disseminação da pandemia da covid-19.

Eu, no meu Estado... E olhe que não é dos Estados onde essa extrema direita primária, tosca, bolsonarista tem tanta força, mas muita gente teve dificuldade, Senador Randolfe. Prefeitos, Governadores, tiveram dificuldade de implementar medidas preventivas, para evitar a disseminação da covid-19, porque o negacionismo atrapalhava. O discurso era esse: "Não morreu tanta gente, é mentira; estão dizendo que morreu tanta gente pra receber mais dinheiro do Governo Federal; querem quebrar o País pra prejudicar o Presidente Bolsonaro!".

Então, além de um conflito interfederativo, involuntariamente, se essa notícia e essa informação que V. Sa. colocou num relatório, numa espécie de relatório, ela poderia contribuir negativamente para o enfrentamento à pandemia, e é um dos crimes do Código Penal disseminação de pandemia, não adoção de medidas sanitárias de pandemia, de epidemia, diz respeito a medidas sanitárias adotadas pela necessidade do controle da doença.

Mas tem um outro dado grave. Por exemplo, no Estado do Mato Grosso, em que o Governador tentou mandar para a Assembleia Legislativa uma proposta prevendo o fechamento das atividades durante um certo período, a Assembleia Legislativa derrotou essa proposição. E o decreto que havia foi desrespeitado de forma organizada.

Então, houve estímulo à desobediência civil, ou seja, a quantidade de pessoas que, pela visão negacionista, fizeram festas com milhares de pessoas, insistiram em não fechar as suas atividades econômicas, as pessoas que agrediram outras pelo fato de terem sido cobradas quanto ao uso de máscaras em ambientes em que isso estava determinado, tudo isso contribuiu para todo esse negacionismo que nós enfrentamos e que, aparentemente, graças a Deus, está superado, pelo menos no que diz respeito às vacinas.

Houve reforço a acusações falsas que foram feitas contra Governadores. Aqui tem gente que todo dia fala que tem de chamar o Governador não sei de onde, tem de chamar não sei quem para... Isso acontece, em grande parte, porque se criou no Brasil um clima de que os Prefeitos e os Governadores estavam roubando dinheiro público e estavam, na verdade, decretando aquelas medidas para fazer uma disputa política com o Presidente da República, quando, na verdade, eles estavam tão somente tentando evitar que essa tragédia chegasse ao ponto em que chegou: quase 570 mil pessoas mortas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais do que isso, aí muito mais para uma reflexão de V. Sa.: V. Sa. tem uma função pública nobre, é um Auditor do Tribunal de Contas, uma função que tem reconhecimento social importante, uma função que é extremamente bem remunerada e que cumpre um papel social muito importante, porque o Tribunal de Contas é um órgão de apoio ao Poder Legislativo, embora tenha adquirido uma autonomia hoje em dia que aparentemente esse vínculo quase não exista mais. É muito nobre fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, impedir que se utilizem ilicitamente os recursos arrecadados, transferidos e aplicados pelo próprio Governo Federal. Num ambiente como esse, numa situação como essa que aconteceu, eu acho que - me permita fazer, com todo o respeito aqui, um comentário - V. Sa. não cumpriu adequadamente essa sua responsabilidade, inclusive social.

Acho que V. Sa., estimulado por essa verdadeira loucura que se espalhou no Brasil, especialmente propagada por esse cidadão que ocupa a Presidência da República, e que é um desrespeito, inclusive, ao sofrimento das famílias... Essas 569 mil mortes são de pessoas que tinham nome, CPF, pai, mãe, filhos, sobrinhos. Hoje, só de órfãos da covid-19... São muitos! Talvez, em vez de V. Sa. fazer essa dedução que fez, devesse ter procurado saber quem era cada um desses. Como eu disse, têm nome, têm CPF, e essas vidas foram perdidas. Então, que isso sirva...

Eu não quero lhe desejar mal, que V. Sa. venha a ser punido ou perca o seu emprego, mas que seja um fator de reflexão pra V. Sa. e pra todos os outros que trabalham num órgão tão importante quanto é o Tribunal de Contas da União, que têm que cumprir regras, que têm que cumprir leis, mas, acima de tudo, que precisam ter a consciência da relevância social do trabalho que fizeram. E eu creio que V. Sa., naquele momento, não tinha. Espero que adquira agora e que isso também seja um fator pra que a população brasileira reflita - reflita: quem é o governante do País que é capaz de mandar falsificar um documento pra poder justificar as suas posições? Isso é um crime. É um criminoso o governante que faz isso, não tem nenhum respeito pela sua população, não tem nenhuma empatia, não tem nenhuma capacidade de estabelecer a compreensão do sofrimento das pessoas.

Então, apesar de curto - eu acho que o depoimento de V. Sa. vai ser curto -, ele foi extremamente importante pra nós aqui. Além de tudo que esse Presidente é, ele é capaz de mandar falsificar um documento pra defender essas suas ideias toscas, que estão colocando o Brasil na situação que nos envergonha em nível mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Eu vou passar ao Senador Randolfê, mas antes eu queria fazer duas perguntas ao Alexandre.

No dia 31 de maio, você encaminha ao seu pai esse documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Não, senhor; foi no dia 6 de junho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Hã?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - No dia 6 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Junho?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Junho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E a entrevista do Presidente é dia 6 de junho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone.*)
- Não, dia 7.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Dia 7.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Dia 7.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Um dia depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Um dia depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois é.

Como é que, se você encaminha dia 6 para o seu pai, dia 7 o Presidente já apresenta um documento com timbre do TCU e tudo mais? Como é que é? Que rapidez é essa? Porque não dá pra... As datas são importantes, porque...

Eu vou te fazer uma outra pergunta: do nada você foi fazer esse estudo? Alguém superior a você pediu pra você fazer esse estudo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhor. Ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Ninguém solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Foi você, como um servidor bastante zeloso, que queria saber se os recursos que estavam sendo passados eram realmente os valores que competiam por cada número de mortes?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É, não é?

Pois é. De servidores como você que o Brasil precisa: esse zelo todo, não é? Só que a tua eficiência é tão grande que, no dia 6, tu passas para o teu pai, segundo você, um Word, um documento



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não tinha nenhum tipo de timbre do TCU; e, no dia 7, logo cedo – porque essa é aquela famosa entrevista que o Presidente dá no cercadinho dele –, ele já tem um documento timbrado, já apresenta e diz que vai mandar pra três jornalistas em que ele confia, porque nos outros ele não confia... Você não acha muito rápida essa mudança? E sem o Presidente ter a responsabilidade, pelo menos, de olhar se era verdadeiro ou não esse documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, como eu falei na minha oitiva, no meu depoimento no tribunal, eu achei irresponsável ter sido atribuída ao Tribunal de Contas da União essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, e teu pai também não teve o zelo de te preservar, não é? Se você passa um documento para ele como filho, o pai, já querendo bajular o Presidente, já o passa para o Presidente. Isso é bajulação, ouviu? Não é outro nome, não! Isto é bajulação: querer prestar serviço sem confirmar se aquele documento é verdadeiro ou não. O nome disso é bajulação. Teu pai, bajulando o Presidente: "Olha, Presidente, meu filho que trabalha no TCU descobriu que estão enganando! Não é esse número de mortes, é um número bem menor!". Eu queria ouvir essa conversa entre o Presidente e o seu pai, para saber qual era o teor, qual era a... Festejaram! Devem ter aberto um champanhe, para dizer: "Olha, estão mentindo, não é esse o número de mortes". Até parece que dor se mensura! A dor é intransferível, a dor não se transfere. Se você está sentindo uma dor, não dá para transferir para terceiros. O máximo que você tem de terceiros é a solidariedade. Então, o Presidente festeja...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, tem irresponsabilidade de ambas as partes, não é só do Presidente, não. Há uma irresponsabilidade dos três – dos três!

Você, por fazer um documento que... Tu colocas números aqui – eu estava analisando esses números, Senador Renan, e é brincadeira! –, passas para o teu pai, porque é teu confidente, e teu pai, imediatamente... Nós não estamos falando de dez dias, não, pessoal! Nós estamos falando do dia 6 para o dia 7! Passa imediatamente para o Presidente, que, no dia 7 de manhã, já está dando uma entrevista sobre isso.

Eu pergunto: quando você viu o Presidente, no dia 7, dar essa entrevista, falando sobre esse documento, por que você não o desmentiu imediatamente?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, eu tenho... Eu já me apresentei para conversar com a minha chefia imediata.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual o dia em que você se apresentou?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - No próprio dia 7, eu conversei com meu chefe imediato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você falou que era você que tinha feito isso?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Sim! Expliquei toda a situação e me coloquei, desde aquele dia, à disposição do tribunal para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

Olhem só, Srs. Senadores e Senadoras, o fato... É importante se ressaltar isso, porque, se ele passa esse documento no dia 6 e se o Presidente, no dia 7, acho que pela manhã, porque ele... O Presidente se apresenta ali, de manhã, naquele famoso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Cercadinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... cercadinho.

Está aqui o documento. Olha! Este documento aqui... É este que eu tenho aqui, o do Tribunal de Contas da União. É este o documento que você fez ou não?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (*Fora do microfone.*) - Não, senhor. O que eu fiz não tinha essa inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Olhe aqui! Então, veja bem: o documento está aqui, o que o Presidente apresenta no dia 7, um dia após... Tem aqui "Tribunal de Contas da União". O próprio Presidente diz: "Olha, é do Tribunal de Contas. Não sei se eles vão divulgar e tal". Mas essa rapidez... Essa rapidez com que o Governo se apressa em dizer que o número de óbitos...

Eu vou, aqui, em nome da CPI, em nome de todos nós Senadores que estamos investigando - e a gente não quer tirar conclusões -, pedir desculpas. Em nome desse servidor público, que diminui o número de mortes, achando que vai diminuir o número de sofrimento, a gente pede desculpas às famílias que perderam seus entes queridos, a filhos que ficaram órfãos, a maridos que perderam as esposas, à esposa que perdeu o marido, a 569 mil vítimas do covid; fora, servidor Alexandre, os milhões de sequelados que estão morrendo, que estão perdendo a vida ainda, porque essas pessoas que saíram sequeladas da covid não estão tendo atendimento que alguns poucos podem ter - fazer fisioterapia, ter um bom atendimento de um especialista.

Não! Elas tão dependendo daquilo que é possível você encontrar na rede pública de saúde, principalmente em Municípios onde você não tem estrutura nenhuma pra fazer uma fisioterapia de pulmão. Há pessoas falecendo por problemas cardíacos, memórias perdidas, porque a covid traz sequelas, às vezes, irreversíveis, com que essas pessoas vão ter que conviver o resto da vida. E a gente espera que o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado se prepare - o Estado que eu digo é o Governo Federal, estadual e municipal - pra cuidar desses irmãos brasileiros que estão sequelados.

Então, a diferença de horas entre o que o seu pai passa para o Presidente e o Presidente, já no dia seguinte, anuncia pra Nação... E há até uma pessoa rindo, não é? "Olha, 50%...". E aí tem uma pessoa rindo. "Legal. Não morreram dez, não; só morreram cinco. Bacana. Olha, legal." Parece até que têm o que comemorar. Não se comemora nenhum óbito - nenhum dá pra comemorar. "Só morreram tantos." Não é só morreram tantos; infelizmente, morreram tantos. Se são 570, se são 800, se são 100 mil, se são 200 mil, são vidas que se perderam.

E eu lhe digo: o seu trabalho em nada serviu para o Brasil, em nada serviu pra contribuir com a dor das pessoas; pelo contrário, você estava procurando uma justificativa para o Presidente da República. E eu não sei quem pediu pra você fazer isso, mas eu tenho certeza, servidor Alexandre, de que isso não nasceu da sua cabeça. Não é possível que você vá fazer um estudo pra saber se o número de óbitos era verdadeiro ou não - se o número de óbitos era verdadeiro ou não. Não adianta chegar aqui e justificar. Este serviço que você está dizendo que fez, sinceramente, não contribuiu absolutamente em nada; pelo contrário, contribuiu para desmerecer o trabalho de milhares e milhares de servidores da área de saúde que, diuturnamente, tentavam salvar vidas. E, infelizmente, como foi o caso do meu Estado, para as pessoas faltou o oxigênio pra sobreviver. E você vai fazer um trabalho desse? Você não contribuiu em nada, absolutamente nada! Você, como servidor, fez um desserviço à Nação brasileira e um desserviço às famílias enlutadas pelo óbito do covid.

Eu vou passar a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Só uma pergunta antes, Sr. Presidente.

Ele falou que é formado pela federal. Qual é a sua formação?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Eu sou bacharel em Ciências Navais, pela Escola Naval, e...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Bacharel?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Em Ciências Navais, pela Escola Naval, e em Direito, pela UFRJ.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Tá. Não é economista então. Achei que fosse economista.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Tá. Obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sr. Relator...

Dr. Alexandre, eu considero o seu depoimento muito importante aqui. Eu queria, de antemão, agradecer as informações que V. Sa. vem aqui prestar. São informações que demonstram, Sr. Relator, o *modus operandi* desde o começo da pandemia por parte do Governo, uma busca insensata para obscurecer, esconder o número de brasileiros que estão mortos, quando se, em vez disso, o mais importante não fosse combater a pandemia.

O depoimento de V. Sa. a esta Comissão traz, eu acho, até que ponto chegou essa obsessão, que eu diria que é macabra. Esconder o número de mortes numa pandemia, acho que chega a ser uma obsessão macabra e uma obsessão que vem de antes, conforme, senhor depoente, Sr. Presidente, Sr. Relator, nós podemos ver.

Vamos ao que diz já há algum tempo o Presidente Jair Bolsonaro sobre o número de mortos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Veja, Sr. Presidente, chegou ao ponto de incentivar as pessoas a invadir hospitais, ou seja, não bastasse os que estavam lá internados, incentivar outras pessoas a se submeterem ao risco de mais contaminação.

Mas vamos adiante, teve mais.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Mas não parou por aí, os apoiadores do Presidente também, ao longo da pandemia, negavam o número de mortes que nós tínhamos.

Vamos adiante. *(Pausa.)*

Esse aí é objeto de uma outra pergunta.

"Carlos Wizard acusa gestores de inflacionar número de mortos por covid-19. Na ocasião, sugeriu recontagem dos óbitos". Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, veja que é uma obsessão macabra do Presidente da República e dos seus apoiadores, tentar obscurecer, tentar apagar os mortos - apagar os mortos. Eu não sei porque tanta maldade, me lembro até um trecho de uma célebre obra de Hannah Arendt sobre a banalidade do mal.

"Secretário de saúde disse que saúde recontará número fantasioso de mortes da Covid". Ele incentivava e o Governo, através do Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde - na época, secretaria exercida por ele -, chegou a anunciar uma iniciativa nesse sentido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, Sr. Alexandre, passado isso...

Ah, mas ainda tem mais um, tem mais um.

Vamos mais adiante.

A própria secretaria da propaganda do Governo, a secretaria de propaganda... É que o termo mais adequado secretaria de propaganda mesmo para fazer a remissão histórica. A própria secretaria de propaganda fez uma divulgação dessa natureza. Vamos a ela.

Temos aí, por favor? (*Pausa.*)

"O segundo país do mundo que mais cura é também o que menos registra óbitos por milhões de habitantes". E aí, embaixo, o anúncio: "O Brasil tem dados transparentes e é uma das grandes nações com menos óbitos por milhão de habitantes".

Mas tem um outro. Além de a comparação ser indevida, temos uma outra postagem que é mais grave. Essa é da parte da secretaria da propaganda.

Temos aí? Se não, tenho aqui para mostrar: "Secom minimiza gravidade da pandemia. Uma nação que trabalha unida, pelo bem de todos, não se deixa abalar por quem politiza até a doença".

Mas tem uma outra postagem, que eu acho que não está aí, mas que nós temos aqui: "A construção de uma...". É muito comum, inclusive, este termo, Sr. Relator, Sr. Presidente: "A construção de uma narrativa mentirosa não apagará a verdade dos fatos". E, mais uma vez, fazendo uma campanha clara de subestimar o número de mortos.

Eu queria, Sr. Alexandre, primeiramente, então, lhe perguntar - aí é a sua opinião particular, fique à vontade - sobre essas campanhas, sobre essas declarações do Presidente da República e sobre essa ação de apoiadores da própria Secretaria de Comunicação do Governo Federal para subestimar o número de mortos que existe no País e minimizar a gravidade da pandemia.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Eu não entendi a pergunta, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Eu queria pedir a sua opinião sobre essas posições do Presidente da República, sobre essa campanha da Secretaria de Comunicação, da secretaria de propaganda do Governo, minimizando a gravidade da pandemia, e de redução, de diminuição, de subestimar o número real de mortos por conta da pandemia.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Senador, como eu falei no meu discurso inicial, eu considero uma doença extremamente grave. Eu fui afetado também pela doença, tive pessoas próximas a mim que faleceram. Então, é uma doença muito grave.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Sa.

Tem mais? Ainda tem mais uma declaração do Presidente da República – vamos lá! – sobre isso, que registra: "Bolsonaro ironiza pandemia e diz que covid-19 matou o mosquito da dengue". Isso foi uma das declarações do Presidente, subestimando e ironizando a morte de pessoas. Veja a gravidade da banalidade do mal: ironizando a morte de pessoas.

Mas prossigamos. Só para ficar... Sr. Presidente e colegas, só para ficar claro, eu acho importante aqui nós registrarmos, deixarmos claros os fatos da produção desse documento.

O senhor disse que o documento foi produzido pelo senhor em que data?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu o produzi, incluí no Microsoft Teams, no dia 31 de maio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o senhor compartilhou com o seu pai em que dia?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – No dia 6 de junho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, segundo a revista *Crusoé*, compartilhando o dado do Tribunal de Contas da União, a data da criação está no próprio dia 6 de junho e modificado no dia 6 de junho.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor. A data de criação... Essa informação não procede. A data de criação foi dia 31 de maio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, segundo a revista *Crusoé*, é uma matéria, aliás, é uma publicação do *print* do próprio Tribunal de Contas da União, do sistema do Tribunal de Contas da União.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Mas, no sistema, no Microsoft Teams, está registrado em 31 de maio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor reafirma que foi dia 31 de maio...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... a criação e o dia 6 de junho?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, pois bem, então, o senhor cria no dia 31 de maio. No dia 6 de junho, o senhor compartilha o documento com seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No mesmo dia, o Presidente da República, ou melhor, o seu pai encaminha para o Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi o que o meu pai me falou, que encaminhou no próprio dia 6.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No mesmo dia 6 de junho?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, no dia 7 de junho, o Senhor Presidente, logo pela manhã, o Presidente da República faz a declaração que o Senador Renan aqui colocou.

Sr. Alexandre, eu quero dizer que eu acredito no senhor, eu acredito no senhor, Senador Renan e Presidente Omar, porque o próprio Presidente da República, em *live* do dia 1º de julho, admitiu que editou a tabela do Tribunal de Contas da União.

Vamos lá à edição, vamos lá à declaração do Presidente da República.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Volta mais uma vez?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá para voltar para a gente ver de novo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Voltemos, por favor. Só um pouquinho mais, só para ver essa parte.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, Presidente, vai mais adiante.

Em uma outra declaração pública do Presidente da República, ele diz o seguinte: "Eu só me equivoquei no dia em que eu troquei acórdão por tabela, mas continua valendo a mesma coisa. E, se a gente depois, na tabela, que não foi feita por mim, foi feita por gente que está ao meu lado...".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Alexandre, eu quero, se o senhor me permite e sua douta defesa também me permite, uma sugestão até para o PAD que V. Sa. responde no Tribunal de Contas da União: o senhor pode arguir esse depoimento em *live* do Presidente da República em seu favor, porque, de fato, não houve edição feita pelo senhor. O próprio Presidente da República, nessa *live* e, depois, em declarações públicas, admite publicamente que foi feito por ele, que ele é que fez a edição do número de mortos.

E, Sr. Presidente, antes de concluir... O senhor me permite só, Sr. Alexandre... Me permita – por isso eu estou dizendo que o depoimento de V. Sa. é muito importante, um dos mais importantes, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito –, até pela sua disposição de contribuição com esta CPI... Eu queria lhe pedir o seguinte – para, inclusive, não ter necessidade de nós tomarmos nenhuma medida de eventual quebra de seu sigilo, porque V. Sa., ao contrário de outros, ao contrário, por exemplo, do depoente de quinta-feira, está vindo aqui para esta CPI colaborar, para contribuir –: V. Sa. poderia disponibilizar para esta CPI os arquivos de compartilhamento do arquivo do Word, seu, para o seu pai? E, se possível, seu pai poderia também disponibilizar livremente o compartilhamento dele para o Presidente da República? Somente o compartilhamento do dado?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, Senador. Acho que não teria nenhum problema a gente compartilhar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado.

Inclusive isso impede, Sr. Presidente, qualquer medida desta CPI de eventual quebra de sigilo, o que não é nosso interesse fazer com alguém que está de pronto e com ampla disposição de contribuir com essas investigações. Então, nós gostaríamos de receber esse compartilhamento.

E, Presidente, segundo dados do próprio Ministério da Saúde, não existe uma subnotificação... Segundo dados do Ministério da Saúde, não existe uma supernotificação. Há suspeitas de uma subnotificação. Veja, gráficos do Ministério da Saúde evidenciam um grande excesso de casos em 2020 em relação a 2019 sobre casos de síndrome respiratória aguda. E a única coisa que pode levar a um aumento do número de casos é a covid. Então, na verdade, toda a ciência aponta que o grande problema não é subnotificação, é o contrário... não é supernotificação, é o contrário, é nós termos subnotificação.

Independente, Sr. Presidente, de subnotificação ou supernotificação, o que nós estamos tratando aqui é do nome de pessoas, é, em números de hoje, 569.581 famílias brasileiras despedaçadas. São amores da minha vida, da sua vida, da vida de colegas daqui do Senado, da vida de todos os brasileiros. Têm nomes. Têm nome de Paulo Gustavo; têm o nome do seu irmão que foi levado pela covid; têm o nome do Ricardinho, um querido amigo meu lá do Amapá, que foi levado pela covid; têm o nome do meu primo Januário, que foi levado pela covid; têm o nome do meu Professor Guilherme Jarbas, que no começo da pandemia, quando o Presidente insistia que existia uma pretensa supernotificação, foi levado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela covid; têm o nome de um ex-colega nosso daqui do Senado, Senador pelo Amapá, Papaléo Paes, que foi levado pela covid. São nomes! São nomes!

O Presidente, ao invés dessa obsessão macabra - macabra! - de ficar tentando diminuir o número de mortos, deveria ter empatia e compaixão pelos brasileiros, amor pelos brasileiros, ter reconhecido desde o começo a gravidade da pandemia, ter se solidarizado. Não, ele ficou dizendo que ele não era coveiro. E ficou o tempo todo nessa obsessão macabra.

Sr. Alexandre, o seu depoimento aqui só confirma. Olha, nós não temos dúvida, a partir do seu depoimento, que o Senhor Presidente da República incorreu no crime contra a fé pública, constante no art. 297 do Código Penal, que diz: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro".

O §1º desse mesmo dispositivo apresenta um agravante: se o agente é funcionário público, que foi o caso do Presidente da República, e comete crime prevalecendo-se do cargo, aumenta a pena em até a sexta parte. A pena para esse crime, Sr. Presidente, é de dois a seis anos e multa. Como se trata de funcionário público, como agravante, utilizando-se do seu cargo, aumenta em mais a sexta parte, indo até nove anos e mais multa.

Mas, Sr. Presidente, tem um crime de menor potencial ofensivo que eu acredito que deveria, sim, incorrer também. Não está caracterizado o tipo penal pelo depoimento do Sr. Alexandre, mas essa prática se equipara ao crime também constante do art. 212 de vilipêndio a cadáver. Tem um crime maior que todos esses aí, Sr. Presidente: é a memória dos brasileiros, é o luto das famílias. Esse é o maior dos crimes. Não há pena que possa fazer a purgação de um crime dessa natureza.

Nós já perdemos mais brasileiros, Sr. Presidente... Ontem todos nós nos indignamos com as tristes cenas do Afeganistão, nos indignamos com a ascensão do Talibã ao poder no Afeganistão, mas, Sr. Presidente, nos 20 anos de guerra no Afeganistão, morreram menos afegãos do que brasileiros pela pandemia da covid-19, e o Presidente da República, ao invés de ficar enfrentando a pandemia, resolveu tentar subestimar a dor da perda das famílias brasileiras.

Muitíssimo obrigado, Sr. Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Na perda de um ou de dez, a dor é a mesma. Volto a repetir: a dor é intransferível. Não é porque diminui o número de óbitos que vai diminuir a dor. Não é um jogo de futebol em que, se você perde de um a zero: "Ah, eu só perdi de um a zero". É complicado.

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Obrigada, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou começar pelo fim, até porque, na linha do Senador Randolfe, se me permitir o Senador Randolfe eu fazer uma complementação à fala dele no que se refere aos tipos penais e aos crimes cometidos ou possíveis crimes cometidos pelo Dr. Alexandre e pelo Senhor Presidente da República.

Eu não tinha visto ainda esse vídeo onde o Presidente da República fala que ele fez a tabela. Nesse caso, eu vou desconsiderar essa fala. Acredito realmente que essa tabela, até por conta dos documentos que eu tenho, esse gráfico saiu realmente desse rascunho formulado pelo Dr. Alexandre numa comparação de dados do IBGE em relação às mortes por anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 no Brasil, óbitos em relação a nascituros, ou seja, a vidas no Brasil, e, com base nisso, o Presidente se apropriou de um documento conhecidamente privado, que havia recebido por WhatsApp, encaminhou para alguns dos seus entornos que teve a capacidade de colocar um selo fajuto do Tribunal de Contas da União, um dos órgãos de fiscalização e controle mais sérios deste País, e, mais do que isso, dizer publicamente, sabendo que não era, que o documento era público quando, na realidade, se tratava de um documento privado.

Então, na linha do Senador Randolfe, eu quero dizer que pouco importa se o Senhor Presidente da República fez documento ou mandou fazer o documento. Na realidade, ele tornou público um documento sabidamente manipulado, falsificado. Isso é crime comum e crime de responsabilidade, Sr. Presidente. É crime comum não digo nem no 297 - o Senador Fabiano Contarato depois pode me auxiliar -, mas no 299: "omitir, em documento público ou particular, declaração que dele deveria constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de [entre outras coisas] [...] alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante". Parece que caiu como uma luva para essa pandemia.

Não há que se discutir que a pandemia é o fato jurídico mais importante e relevante, lamentavelmente, no Brasil nos anos de 2020 e 2021. E não há como não dizer que aqui houve, sim, uma inserção de escrita que não constava em documento inicial, com o fim de alterar a verdade. E vem a pena de um a cinco anos e multa, se o documento é público; ou de um a três anos e multa, se o documento é particular.

Mas não para por aí: isso é falta de decoro e, conseqüentemente, é crime de responsabilidade. Então, nós temos, no mínimo, dois crimes. E vamos imaginar que não tenha sido o Senhor Presidente que fez o documento - e eu acredito que não foi ele que realmente colocou a digital nesse documento. O que diz o art. 9º também sobre crime de responsabilidade? "São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração: [...] não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição".

Pois bem, Sr. Presidente e Dr. Alexandre, eu confesso que fiz faculdade de Direito na mesma faculdade em que V. Sa., embora em épocas diferentes - e eu tenho certeza de que nós não tivemos os mesmos professores. Meus professores não ensinaram que, no dever público de servidor, de agente público, eu possa levar para casa atribuições e atividades que deveriam se manter na reserva das minhas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atribuições funcionais; que eu não poderia compartilhar com quem quer que seja atos extremamente relevantes, complexos e duvidosos quanto à veracidade, seja para quem for, irmão, parente, amigo, namorado ou pai. Então, olhe a gravidade! E não é a toa que V. Sa. responde a um Processo Administrativo Disciplinar. Eu não torço pela demissão de V. Sa., mas eu entendo a razão por que esse Processo Administrativo Disciplinar está ocorrendo em relação a sua conduta. É uma conduta que começa lá com *fake news*, com posicionamentos ideológicos específicos. É um direito de V. Sa. utilizar as redes sociais – todos nós as usamos –, mas V. Sa. tem que saber que nós não somos só quem somos, nós somos quem representamos, e V. Sa. representa, repito, um dos órgãos de fiscalização e controle mais relevantes, que não pode ter a sua imagem arranhada, como está acontecendo, infelizmente, com as instituições públicas neste País. Está se perdendo... Está se querendo acabar com a credibilidade das instituições democráticas para fazer com que todos se movam contra elas e vire um verdadeiro olho por olho, dente por dente, neste País.

Então, me desculpe, eu discordo do Presidente Omar Aziz, mas eu tenho que dizer que na minha – na minha – convicção, ao elaborar esse documento, V. Sa. simplesmente passou para o papel aquilo em que acredita e em que pensa: que é um negacionista em relação à pandemia. Esse é um ponto que precisa ser colocado.

E esse dito – entre aspas – "rascunho" que V. Sa. colocou aqui disseminou e semeou desconfiança. Então, V. Sa. não só desquantificou o número de mortes, V. Sa. desqualificou a pandemia como a maior crise sanitária e hoje humanitária, porque está fazendo a população brasileira passar fome. E a população brasileira não está passando fome porque está ficando dentro de casa, a população brasileira está passando fome porque nós não fizemos o dever de casa e não conseguimos resolver de forma imediata, para imediatamente voltarmos para o mercado de trabalho, essa crise sanitária.

A pergunta que fica é: por quê? E V. Sa., de alguma forma, já nos respondeu, porque, mesmo ouvindo os seus chefes, porque, mesmo tendo falado com a sua equipe... V. Sa., mesmo vendo que não era possível um conluio entre médicos, enfermeiros, infectologistas, secretários de saúde, Prefeitos, Governadores de todo o País, mesmo sabendo que isso seria impossível... O povo brasileiro não é tão mau, muito pelo contrário. Os servidores públicos como V. Sa. fizeram um juramento de servir à Constituição e servir ao País. Mesmo assim, V. Sa. passa esse documento pro amigo do Presidente da República, que, diga-se de passagem, é nada mais, nada menos que o pai de V. Sa. E, no outro dia, aconteceu o que aconteceu.

Então, com toda a tranquilidade, esse estudo paralelo fez um mal pro País, mas fez um mal ainda maior pro Presidente da República, porque agora nós temos a digital, agora nós temos a materialidade de crimes cometidos por vídeo, por WhatsApp, por falas. Espero que V. Sa. passe, se puder e tiver a coragem, essas mensagens trocadas com o seu pai.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu coloquei aqui uma outra informação importante: o documento não tinha timbre, é verdade, e aqui, com todo o respeito, eu não sei se, ao deixar de timbrar esse documento, V. Sa. não queria deixar rastro. Então, eu vejo isso muito mais como um ato de covardia do que propriamente de responsabilidade.

Não vou perguntar se V. Sa. conversou com o seu pai: "mande pro Presidente da República", "vou mandar por WhatsApp". Eu não vou entrar nessa discussão, porque isso não importa, mas eu gostaria... Antes de encerrar na minha linha aqui, eu tenho uma informação que eu reputo das mais importantes.

Uma delas é em relação a esses dados. V. Sa. faz uma comparação aqui a respeito dos números de óbitos de 2019 pra 2020, comparando desde 2015; aí faz uma perspectiva, comparando 2019 com 2020, de que, se fosse dessa forma, em média, nós não teríamos 194 mil mortos por covid-19 em 2019, mas algo em torno de 80 mil mortes. O senhor ouviu algum médico, infectologista, o Ministério da Saúde, ouviu algumas pessoas pra chegar a essa conclusão ou se baseou apenas nos dados do IBGE?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Senadora, não, não ouvi nenhum médico, ninguém a respeito. Esses dados não são do IBGE, são do Portal de Transparência...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Do Portal de Transparência do Registro Civil.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso, do Registro Civil.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso. Mas não fez nenhuma análise com o IBGE pra verificar também ali algumas informações de por que, no ano de, por exemplo, 2015, nós tivemos também uma variação muito grande de mortos, porque zika, chicungunha, dengue, alguma epidemia havia contaminado naquele momento a população? V. Sa. não chegou a fazer esse estudo mais aprofundado pra comparar por que, ano sim, ano não, nós temos crescimento médio de mortes em relação a vidas no Brasil?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhora, não fiz essa comparação com o IBGE.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E 2015, 13%; 2016, 4%; 2018, 11%; 2019, 5%; 2020, 15%.

V. Sa. simplesmente não fez, sabe por quê? V. Sa. pegou a sua pseudoverdade, aquilo que entendia como verdade, e quis maquiar a realidade do Brasil. Então, de acordo com a tese, buscou, pra convencer todos ou alguns, tentou imputar a sua tese à realidade dos fatos e não fazer o contrário. V. Sa. de novo não cumpriu com a sua função como auditor ou qual seja o cargo que exerce no Tribunal de Contas da União.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí venho, muito rapidamente, porque eu não sou economista... É por isso que eu fiz questão de perguntar se V. Sa. é, porque eu queria entender essa coisa de percentual cíclico – o Humberto pode me ajudar nesse aspecto – e a questão da média. E o método utilizado por V. Sa. não se sustenta em lugar nenhum do mundo, nem pra economista nem pra advogado.

A média serve como uma referência, e eu me lembro... Eu não me lembro quem foi o economista que disse isso, eu anotei porque as palavras são importantes. Um economista muito importante disse o seguinte: a média é algo assim como definir a temperatura do corpo de alguém com os pés no forno e a cabeça no *freezer*, e aí eu pego a média da temperatura. Vai encostar o termômetro no pé ou encoste na cabeça: nós teremos temperaturas muito distantes.

A média não serve pra tratar essa realidade sem conhecer o que aconteceu em cada um desses anos pra que nós possamos chegar a essas médias. E, se fosse assim, nesses movimentos cíclicos que nós falamos, eu diria até que bipolares, veja que nós também desconstruímos toda essa tese, que talvez até seja levantada por alguns governistas aqui. Agosto do ano passado, por exemplo, foi o mais mortal de toda a série, houve um aumento de 17% comparado ao ano de 2019, mas, se nós pegarmos este agosto agora no ano em que a pandemia mais matou no Brasil, neste agosto – se Deus quiser, é o que vão mostrar os números –, nós teremos uma média de mortes muito menor do que a média do primeiro semestre e a média do ano passado. Então, vejam como é fácil demolir e desconstruir qualquer tese ligada a percentual de médias ou de movimento cíclico de óbitos no Brasil, sem o estudo aprofundado.

Olhe a irresponsabilidade de V. Sa. Repito: V. Sa. não era apenas o Dr. Alexandre, por mais importante que V. Sa. seja. V. Sa. ali representava um órgão como o Tribunal de Contas da União, tendo que falar sobre uma questão das mais delicadas – nós estamos falando de vida e de morte de pessoas. V. Sa., ao disseminar a informação errada, conscientemente errada, estimula as pessoas a saírem para as ruas. V. Sa. disse o seguinte: "Olhem, não é nada disso, não; não está matando tanto; isso é igual uma gripezinha".

E aí eu gostaria, para realmente encerrar, embora eu ainda tenha mais tempo, de perguntar a V. Sa., que chefiou alguns processos de fiscalização e controle do Tribunal de Contas: qual é mais ou menos a forma de se dividirem esses processos? V. Sa. disse que é do Rio de Janeiro e, então, fica com a Região Sudeste? Quem é do Estado de Mato Grosso Sul, como é o meu caso, fica com os casos da Região Centro-Oeste? Há algum direcionamento nesse sentido em relação...? E mais ou menos quantos processos por ano, normalmente, nessa área na área de fiscalização, controle e combate à corrupção normalmente um auditor ou um...? Desculpe, eu não sei qual é a sua função, mas, com todo o respeito... É auditor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Ele é auditor. É auditor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quantos, mais ou menos, processos dessa questão de corrupção normalmente um auditor recebe por ano para chefiar? Porque eu imagino que um processo dê muito trabalho. Então, de forma bem objetiva, por favor.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Bom, Senadora, só foram duas perguntas, não é?

A primeira é em relação à distribuição dos auditores ao longo do Território nacional. O Tribunal de Contas da União, até 2019, tinha uma representação da Secretaria de Controle Externo nos Estados, e aí processos de controle externo nos Estados. Em 2019, o tribunal fez uma reorganização, e todos os auditores, mesmo os que estavam lotados nos Estados, se vincularam a alguma unidade técnica aqui em Brasília. Então, no meu caso, eu, apesar de ser do Rio de Janeiro, mas eu moro no interior de São Paulo... E, antes, eu estava vinculado à Secex São Paulo, quando ainda havia a estrutura regionalizada, e, quando houve essa reestruturação, eu me vinculei à SecexSaúde.

E, respondendo à segunda pergunta, em relação ao número de processos que cada auditor pega ao longo do ano, isso varia muito, porque existem os processos de controle externo, e existem as fiscalizações, as auditorias, levantamentos, acompanhamentos, monitoramentos... E cada trabalho é um trabalho. Um trabalho pode demorar de seis meses a um ano, um trabalho...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em média, mais ou menos, como chefe, dez, cinco? É só para...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Realmente, eu não tenho... Eu nunca fui diretor. O diretor que faz a alocação dos trabalhos para a sua equipe. Então, realmente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas V. Sa., por exemplo, não lembra quanto teve ano passado? Em média, só...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – É, teve anos em que eu instruí, sei lá, 20 processos de controle externo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, Sr. Presidente, eu acho interessante essa informação, porque o Senador Humberto está numa linha de investigação em relação às denúncias recebidas contra o Estado do Rio de Janeiro em relação aos hospitais federais, e acho que o depoente pode ser, inclusive, útil em relação a isso. Muitos dos contratos fiscalizados pelo auditor, o Dr. Alexandre, são, no período de 2010 para cá, do Estado do Rio de Janeiro. Eu vou rapidamente citar, Senador Humberto, só os que ele chefiou – não sei se, encerrados, foram a favor ou contra, se achou indícios de corrupção, se achou outros indícios, mas especialmente agora, por conta da pandemia dos últimos dois anos. Nós temos: transplantes no Estado do Rio de Janeiro, em 2010; Hospital de Ipanema, para aquisição de equipamentos – eu vou pulando um por um –, em 2011; cessão de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso de terreno para um hospital do Inca, que deve ser do coração, do Rio de Janeiro; 2012, Hospital de Andaraí, inspeção no Hospital de Andaraí em relação a serviços técnicos; em 2012, levantamento de auditoria no Hospital Federal da Lagoa e no DGH, que eu não sei o que é - vou pulando -; 2012, adicional de plantão em hospital do Rio de Janeiro; transplantes no Rio de Janeiro em 2013, em hospital; Hospital Federal de Bonsucesso, indícios de sobrepreço - é um hospital muito grande do Rio de Janeiro, eu morei 5 anos lá também -, em 2013; em 2014, um hospital lá do Rio de Janeiro, Ataulfo de Paiva... Eu vou parando por aqui, Sr. Presidente, mas acho que esses documentos todos auditados pelo Dr. Alexandre podem se valer...

Eu agradeço, Dr. Alexandre. É apenas para dizer que há um crime continuado aqui, e V. Sa., no mínimo, acabou sendo, voluntária ou involuntariamente, cúmplice desses crimes. Eu agradeço muito, porque acho que o depoimento de V. Sa. soma imensamente para a tipificação e a autoria dos crimes cometidos que estão sendo investigados por esta Comissão.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Muitíssimo obrigado, Senadora Simone Tebet.

O próximo inscrito é o Senador Marcos Rogério.

V. Exa. tem 15 minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Em seguida, é V. Exa., Senador Rogério Carvalho. Agora entramos no departamento dos Rogérios: Marcos Rogério, em seguida Rogério Carvalho. Depois, serão o Senador Marcos do Val, o Senador Izalci e o Senador Fabiano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - V. Exa. está se inscrevendo, Senador Girão?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeito.

Senador Rogério, como o Senador Girão está se inscrevendo agora e é titular, após o Senador Marcos Rogério...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Depois do Senador Eduardo Girão. Então, Senador Marcos Rogério, Senador Eduardo Girão, Senador Rogério Carvalho, Senador Marcos do Val, Senador Izalci e Senador Fabiano.

V. Exa. tem 15 minutos com a condescendência desta Presidência. O depoente está à sua disposição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ao depoente, Dr. Alexandre, minha saudação; ao patrono que o acompanha, também.

Sr. Presidente, eu farei aqui algumas perguntas e, na sequência, algumas considerações em relação a esta situação toda.

Sr. Alexandre, V. Sa. informou que compartilhou com colegas de trabalho no Microsoft Teams o documento produzido a respeito da supernotificação em óbitos por covid, mas que não chegou a protocolar no sistema do TCU. Foi isso que aconteceu?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Sim, senhor. O e-TCU é o sistema processual do TCU, é lá que são conduzidos todos os processos de controle externo. Esse arquivo não estava no e-TCU, nunca houve a tentativa de inseri-lo como documento de auditoria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O senhor informou que o documento Word produzido e enviado ao seu pai foi alterado. Pode nos esclarecer que alteração foi essa? Seria por conta das marcações que estão fixadas no documento que está em posse da CPI? Houve alteração de conteúdo? Você pode explicar quais foram essas alterações?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Senador, falando do arquivo em PDF, que eu recebi também por WhatsApp, que viralizou, comparando com o meu arquivo em Word, havia grifos, como fossem marca-textos, feitos, acho que pelo Acrobat, no PDF; e houve a inclusão da expressão "Tribunal de Contas da União" no cabeçalho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É, houve... Disseram que havia a inclusão ali da logomarca do tribunal. Esse documento aqui não tem a logomarca do TCU.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, essa aí não representa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Isso aqui é um documento produzido no Word.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - ... a identidade visual do tribunal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No documento que você diz ter apresentado aos seus colegas e compartilhado com seu pai, o que não tinha nele? A expressão "Tribunal de Contas da União"? É isso?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso. E também os grifos, destaques em amarelo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Destaques, o.k., mas isso não altera conteúdo. Eu estou perguntando em relação ao conteúdo: houve alteração em relação ao conteúdo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso, houve essa inclusão da expressão "Tribunal de Contas da União".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em relação ao conteúdo desse papel ou desse *paper* ou desse ensaio, houve alteração de conteúdo em relação ao que você apresentou como estudo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – O arquivo que eu recebi em PDF, comparando com o arquivo em Word, no texto não houve alteração.

Houve apenas essa inclusão da expressão "Tribunal de Contas da União".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É... Uma matéria publicada na Crusoé diz que você incluiu, no domingo, no sistema do TCU, esse documento. Incluiu ou não incluiu no sistema do TCU?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor. Eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A matéria é mentirosa?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – A matéria está equivocada. Eu incluí no Microsoft Teams no dia 31 de maio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Foi apresentado aqui um vídeo do Presidente da República onde ele diz que teria alterado... Ele fez alteração na tabela. E isso foi explorado aqui agora há pouco – os Senadores, as Senadoras –, e os brasileiros acompanharam.

Eu indago a V. Sa. objetivamente: esta tabela que está aqui foi feita por V. Sa. ou foi manipulada ou alterada por alguém?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, daqui eu não consigo ver. O arquivo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir que alguém leve até o...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – O meu arquivo em Word tinha uma tabela.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, verifique. V. Exa. deve ter uma memória muito boa, verifique se esta tabela é a que V. Sa. fez ou se ela teria sido alterada. (*Pausa.*)

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – A tabela deste arquivo que o senhor me passou aqui é a mesma do meu arquivo em Word.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, ela não foi alterada?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Esta tabela deste arquivo é a mesma...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ou seja, aqui pegaram uma fala fora de contexto pra tentar atribuir ao Presidente da República a manipulação de um documento – ou de um rascunho, porque V. Sa. não está nem atribuindo a este elemento o título de documento, porque diz que foi um ensaio, era algo para provocar um debate.

Como que originou, como que surgiu a ideia de fazer esse levantamento apurar esses dados?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – A minha preocupação, como eu falei no meu depoimento, Senador, foi em relação à qualidade dos dados. É um dos objetivos estratégicos do TCU colaborar para a melhoria da qualidade dos dados em saúde.

E, em função de o repasse dos recursos federais aos entes subnacionais para o combate à pandemia levar como um dos critérios de mais peso a incidência, a notificação da doença, eu entendi que seria interessante conversar com a equipe de auditoria se seria o caso de, nesse sexto ciclo, nós avaliarmos se a qualidade dos dados estava adequada ou não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual a base de dados utilizada para essa apuração? E qual o método que você utilizou para chegar às conclusões a que você chegou ainda preliminarmente?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, eu peguei esses dados, conforme eu falei, no Portal da Transparência do Registro Civil, que é um *site* oficial da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais, e simplesmente fiz uma série histórica. Era realmente bem embrionária, bem inicial essa análise, foi bem superficial.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. já disse que o documento era um documento preliminar, não oficial, que foi compartilhado com colegas de trabalho, que foi compartilhado com o seu pai, e que seu pai teria feito esse material chegar ao Presidente da República. Perguntei sobre a tabela, e você disse que a tabela não foi manipulada. Perguntei sobre o texto... E veja que V. Exa. é alguém esclarecido, com boa formação e com um histórico que afasta de qualquer um de nós a presunção de que V. Exa. não seja inteligente, cauteloso, diligente naquilo que faz. Certamente, V. Sa. já olhou este documento aqui letra por letra, linha por linha, e conhece o documento que produziu. Deste documento, o que, do conteúdo, não está conforme com o que V. Sa. produziu e altera a constatação ou a divulgação feita pelo Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Como eu falei, Senador, o que... Comparando o arquivo em PDF com o arquivo em Word, as duas diferenças que eu notei foram os grifos e a inclusão da expressão "Tribunal de Contas da União".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Do conteúdo, nada? O conteúdo está hígido?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi o que identifiquei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está integral?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – ... nesse arquivo que eu recebi em PDF pelas redes sociais, pelo WhatsApp, que viralizou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa., agora há pouco, foi instado pelo Senador Randolfe a que apresentasse o original deste documento, aquilo que você compartilhou com seus colegas, o que você teria encaminhado ao seu pai. Veja, essa é uma providência que não demanda muito tempo, porque V. Exa. não vai ter que manipular o documento ou mexer no documento, mas apenas entregar aquilo que é original para instruir o processo no âmbito desta CPI. E, certamente, V. Sa. fez isso por meio do seu celular, talvez, pelo WhatsApp. V. Sa. tem esse documento em mão aí?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, no momento, não estou com o celular.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não trouxe o celular?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, não trouxe para a Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Da última vez que trouxeram o celular, teve um que saiu sem ele daqui.

Mas o seu advogado tem esse documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu o repassei para o senhor? Não, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Precaução, não é, Senador?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não o repassei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois é!

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não o repassei para o Dr. Savio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não?

Se V. Sa. tivesse esse documento agora – e é lamentável que não o tenha! –, até o final desta CPI, poderia repassar à Mesa para essa checagem simples, embora isso se faça até desnecessário, porque o que V. Sa. acabou de dizer aqui desmonta a narrativa da Oposição: que o documento não está alterado, exceto quanto ao título, que V. Sa. diz que não tinha no documento inicialmente encaminhado, e quanto aos grifos, mas que, quanto ao conteúdo, ele está integralmente conforme V. Sa. produziu.

Bom, já houve, por parte do Presidente, o reconhecimento de que fez uma referência, fez uma citação sem o dever de cautela, sem certificar realmente se se tratava ou não de um precedente do Tribunal de Contas da União. Às vezes, na busca ou na sanha de se tentar atribuir crime ao Presidente da República, os acusadores se antecipam pra tentar forjar prova onde não tem prova. Falaram agora há pouco que o documento foi falsificado na Presidência da República. Foi a primeira palavra que eu ouvi nesta CPI no dia de hoje. “O documento foi falsificado na Presidência da República”. V. Sa. disse agora há pouco que o documento está integral, apenas em relação ao título. E eu não estou dizendo que seja... Não estou dizendo que esse fato não seja um fato a ser apurado. Não estou dizendo. Como também não estou dizendo que a divulgação de informações preliminares, num ambiente como esse, também não seja objeto de reflexão e análise, porque tudo isso é importante que seja analisado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, V. Sa. sabe que hoje há uma investigação, por parte da CGU, em relação a esse aspecto da supernotificação? Conhece essa informação ou não?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Eu ouvi pela mídia, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não quero fazer aqui análise em cima dos dados que V. Sa. apresentou, até porque, já disse, é um documento preliminar, é um documento que não representa a posição do Tribunal de Contas da União nem um trabalho concluído por V. Sa., mas esta CPI em nenhum momento cuidou de fazer qualquer investigação, seja com relação ao índice de notificação por *causa mortis* covid ou não, seja com relação aos repasses...

Agora, sem fazer menção aqui a precedentes do TCU, é bom que se diga, que se registre que ministros do TCU alertaram para o que V. Sa. nesse ensaio começou a trabalhar, essa correlação entre repasses e notificação, não apontando para números, para evidências do que tem acontecido, porque isso talvez, lá na frente, nós tenhamos que fazer - e caberá aos tribunais de contas dos Estados, da União, fazer o dever de casa, assim como a CGU está fazendo também -, mas todo esse trabalho que está sendo feito aqui em cima do que V. Sa. fez, da divulgação do Presidente já corrigida, talvez sirva para esconder uma real motivação, que é impedir uma investigação de verdade, uma investigação pra valer, considerando o volume de recursos repassados para os Estados e Municípios para o enfrentamento à covid-19. Ninguém aqui está investigando se os recursos enviados foram devidamente utilizados no enfrentamento à pandemia da covid-19. Não estão investigando as graves denúncias de corrupção. Não! Tudo é utilizado para justificar a não investigação, até V. Exa.

A Polícia Federal fez diversas operações no Brasil, Municípios, Estados, prendeu agentes públicos, prendeu agentes privados, colheu provas, evidências, instaurou inquéritos, apontando para a suspeita de crimes graves de corrupção passiva, de corrupção ativa, de organização criminosa, de desvio de finalidade, tudo isso, mas aqui não cuida de investigar; aqui apenas tentam desviar o foco da CPI para situações que não vão acrescentar nada ao relatório final.

Qual a novidade que nós tivemos aqui hoje? Atribuiu-se ao depoimento uma grande novidade. "Olha!" Qual a novidade? Já havia o desmentido, já havia a retratação, já havia o pronunciamento do Tribunal de Contas da União... Qual a novidade? Perde-se um tempo precioso no âmbito da CPI hoje que poderíamos estar utilizando para investigar o que foi feito com os bilhões de reais enviados aos Estados e Municípios. Isso não quer investigar... as denúncias graves, suspeitas graves de corrupção, de desvio. Talvez esta CPI chegue ao final e o grande crime seja justamente ter perdido uma grande oportunidade para fazer uma investigação de verdade.

Eu já disse aqui antes e repito, eu não descarto que erros tenham havido por parte do Presidente da República, Governadores, Prefeitos, todos certamente erraram; são humanos, são falíveis, estão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentando uma pandemia, uma doença que ainda estamos longe de decodificar todos os aspectos relacionados a ela, mas aqui trabalha como se apenas o Presidente da República fosse o responsável por tudo que acontece no tocante à pandemia, mas não reconhecem que, se hoje tem vacina chegando no braço dos brasileiros, foi porque o Governo Federal comprou, está entregando, está distribuindo.

Se respiradores chegaram para atender inclusive aos Estados do Nordeste, foi porque o Ministério da Saúde comprou e entregou, porque o Consórcio do Nordeste passou a mão: licitação fraudulenta, pagamento fraudulento, prisões... Aí, na hora de o socorro chegar para os nossos irmãos nordestinos, foi o Ministério da Saúde que teve que ir lá e socorrer, porque o Consórcio Nordeste não o fez.

Então, é preciso realmente que essa investigação apure todos os aspectos, todos os fatos; e, se erros aconteceram, e aconteceram, vamos apurar na medida da culpa de cada um. Isso, de A a Z. Eu não estou aqui para poder dizer que o Presidente acertou 100%. Não, é humano, erra também, todos nós erramos, mas talvez a CPI erra mais, por fazer uma investigação seletiva, que não busca apurar os fatos, as evidências, ir profundamente saber o que houve no porão do Brasil real, com suspeitas gravíssimas de corrupção que estão passando ao largo das investigações desta CPI.

Sr. Presidente, concluo apenas dizendo: ainda restam alguns dias, e a minha esperança é a de que a gente ainda cumpra esse dever, essa missão que nos foi imposta, Senador Girão, pelos dois requerimentos, um de V. Exa., que colocava como alvo desta CPI investigar o que aconteceu com a dinheirama, os bilhões de reais enviados aos Estados e aos Municípios.

No mais, desejo sucesso a V. Sa. Que possa enfrentar o processo administrativo e sair dele, para continuar servindo ao Tribunal e ao Brasil, como bom quadro, preparado que é. Com maior cautela talvez, mas esse tema nós ainda vamos revisitá-lo. E o melhor momento não é durante uma pandemia; talvez lá na frente tenhamos que visitar tudo aquilo que V. Sa. iniciou como estudo lá atrás, mas, neste momento, não vou nem usar a tabela e os dados que estão aqui, porque não seria coerente da minha parte, assim como não foi naquele momento, quando o documento foi divulgado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Senador Rogério Carvalho, V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) - Obrigado. Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Alexandre Marques.

Em primeiro lugar, nós precisamos sempre resgatar, independentemente dos discursos e das falas, às vezes eloquentes, às vezes tentando desviar o foco, falas diversionistas que a gente tem ouvido aqui, nesta CPI, mas é preciso que nós coloquemos claramente qual foi a forma e o mecanismo de atuação do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Jair Messias Bolsonaro, amparado pelo seu gabinete paralelo. Ele agiu adotando duas medidas; basicamente duas medidas.

A primeira, uma medida que foi promover a ampliação ao máximo do contágio. Tem uma fala dele, quando ele vai inaugurar um hospital em Águas Lindas, em que ele diz ao Governador de Goiás: "Precisamos apressar a contaminação do maior número de pessoas ou de todo mundo", porque ele apostava que, através do contágio de todos os brasileiros, se adquiria imunidade coletiva ou a imunidade de rebanho. E isso foi propagado, isso foi defendido: foi defendido pelo dono do Madero, foi defendido pelo Carlos Wizard, foi defendido pelo Osmar Terra, foi defendido pela Mayra Pinheiro, foi defendido pelo *staff* do Governo. Foi defendido pelo Ministro da Economia, o Ministro Paulo Guedes, foi defendido pelo *staff*, pelo núcleo central do Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro e defendido por ele em várias ocasiões – o próprio Presidente defendeu isso.

A segunda medida, Sr. Presidente, que nos leva a essa marca de 569.581 mortos, marca oficial – marca oficial –, foi promover um tal de tratamento precoce com cloroquina e ivermectina, ambas as substâncias sem nenhuma ação contra o vírus e sem nenhuma ação comprovada no tratamento da doença; mas ele propagou, divulgou, promoveu para o Brasil inteiro, prescreveu para a Ministra da Agricultura e ainda pergunta pra ela: "Quem é o seu médico?". "Bolsonaro, Bolsonaro". Prescreveu.

Então, ele promoveu e ele praticou o crime de propagação da epidemia, ele cometeu o crime de charlatanismo, de curandeirismo, ele cometeu vários crimes que espero constem de relatório que será apresentado por esta CPI.

Mas a gente precisa... E eu recebi, Presidente – eu peço com toda... Eu queria mostrar uma cena forte, uma cena...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fique à vontade V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... por favor, uma cena de um seguidor que ficou 25 dias internado num hospital e ele pede pra gente mostrar a história dele. E vejam no que ele acreditou. Está aí Heleno internado, foi internado no hospital em Sergipe.

Eu não consigo ler, alguém consegue ler pra mim ali o que está...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – "Olha como fiquei!..."

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – "Olha como fiquei porque segui o tal tratamento precoce. Vacinas salvam!".

Agora mostre a outra etapa. Aumente aí por favor, pra conseguir ler. Agora volte.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Eu acreditei nesse gabinete paralelo, que enriqueceu laboratórios, e fui parar na UTI por 25 dias, sendo 16 dias intubado. E, depois da alta, ainda convivo com inúmeras sequelas! Por isso, apoio a CPI da Covid contra esses canalhas que enriqueceram à custa de mortes e sequelas".

Isso foi mandado pra mim por Heleno, um morador da cidade de Nossa Senhora do Socorro, que mandou pelas minhas redes sociais.

E vejam só: essa é uma triste situação que se repetiu com milhares de famílias no Brasil. Eu tenho uma amiga, a Paula, cujo pai era eleitor do Bolsonaro e ficou tomando tratamento precoce. Qual foi o fim dele? A morte. Então, o Bolsonaro apresentou duas estratégias: uma, ampliar o contágio, que é criminoso; dois, defender tratamento sem eficácia.

Eu estava lendo ontem sobre a criação de um antirretroviral, e o Brasil é pioneiro graças ao Laboratório de Luz Síncrotron, em Campinas. E já descobriram que, na fórmula para ter um tratamento antirretroviral, é preciso quebrar duas proteínas ligadas que fazem a multiplicação do vírus dentro da célula, e o desenvolvimento de um medicamento com essas características vai levar algum tempo. Portanto, não é um vermífugo, não é um medicamento que é utilizado para tratamento de doenças de outra natureza ou até doenças crônicas que vai matar o vírus.

Portanto, o Presidente defendeu o uso dessas substâncias, mesmo sabendo que não tinham eficácia.

E aí, o que é que ele faz? Qual é a estratégia do Presidente para se livrar de parte dessas mortes? E a gente sabe - eu aqui como sanitarista, como médico, e nós que trabalhamos na saúde pública, Sr. Alexandre - que, no caso de óbito para o gestor, quanto mais óbitos, mais em desgraça ele cai. Um Governador, quanto mais óbitos ele tem que divulgar, mais em desgraça ele cai. Então, a regra é ao contrário: é não notificar tudo, porque nem tudo que acontece, do ponto de vista sanitário, é possível ser capturado. Então, os cientistas calculam que 12% de óbitos... Tem 12% de óbitos a mais do que o que nós estamos vendo oficialmente. Então hoje, em números de hoje, nós teríamos em torno de 637 mil óbitos por covid. Essa é a estimativa, considerando os 12% de subnotificação que ocorre.

Então, quando a gente fala 569.581 óbitos, a gente está falando daquilo que foi notificado, mas o cientistas que negaram, os mesmos que disseram que a cloroquina não funcionava, os mesmos que disseram que a ivermectina não funcionaria, os mesmos que disseram que tinha que fazer... tinha que adotar medidas de isolamento, não farmacológicas, pra reduzir a expansão da pandemia; que tinha que fazer isolamento social, usar máscara, lavar a mão com álcool em gel, investir e comprar vacina... E este Governo negligenciou e só foi comprar vacina depois que passou a identificar como um negócio. Na emergência sanitária, podia tudo. E a gente recebeu aqui uma testemunha que não intermediou só a compra de uma vacina, mas tentou intermediar várias vacinas. E a gente precisa mostrar isso pra sociedade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diante desse quadro de um governo que negou a ciência - e a ciência estava certa... Eu estou dizendo e afirmando que a ciência está certa, sim, ao dizer que tem uma subnotificação de pelo menos 12% de óbitos. E o número real de óbitos já ultrapassa os 600 mil mortos no Brasil. É uma triste marca.

Agora, pior é o Presidente da República pegar um documento, que eu não posso mostrar, porque ele é sigiloso, que, segundo consta de sua lavra, recebeu com vazios. Por exemplo, considerando-se agora... A menor variação anual antes da pandemia era de 4,1%, de 2016 para 2017. Aí, vírgula... Aí não tem nada escrito. Aí, no documento que é apresentado, quase 140 mil óbitos, depois da vírgula... Não é isso? Não é aqui? (*Pausa.*)

Isso. Quase 140 mil... Aplicando-se a esta variação o número de óbitos registrados em 2019, teríamos, em 2020, quase 140 mil óbitos a menos!

Isso foi inserido, porque isso não está no documento que V. Sa. apresentou, de que eu tenho cópia na mão e que é um documento sigiloso.

Portanto, foi encaminhado um documento com partes em vazio para ser preenchido com o que se chama e para se construir o que se chama de narrativa, porque esse documento, Senador Izalci, era uma forma de criar uma narrativa diversionista da opinião pública, de que se estava supernotificando, como se alguém quisesse ver mais mortos do que já tinha diante de uma pandemia tão massacrante para o povo brasileiro. E era isto que se pretendia: construir uma narrativa, mais uma lorota do Governo Jair Messias Bolsonaro e suas narrativas.

Lembra do caso do Adriano da Nóbrega quando foi morto em Salvador? Eles contrataram - lembra-se disso, Senador Humberto Costa? - um legista. Para quê? Para criar uma narrativa, para criar uma "estória". "Estória" no passado, com "es" era uma história mentirosa, era uma fábula e não uma constatação em cima de fatos objetivos. E o que a gente está vendo aqui são lorotas, "estórias" para tentar esconder um crime cometido pela maior autoridade deste País, que é o Presidente da República, que apostou no contágio em massa, que apostou no tratamento precoce, que enganou as pessoas e que levou as pessoas a se contaminarem em massa e à morte de mais de 600 mil brasileiros - conforme a academia tem mostrado, são subnotificados os 569 mil óbitos que a gente tem neste momento.

E este documento e o seu depoimento... Esse documento que eu tenho aqui e que eu não posso mostrar porque é sigiloso vem partido e aí, no documento que é divulgado depois, vem a sequência da narrativa, Senador Randolfê Rodrigues, ou seja, vem a "estória", para tentar confundir a opinião pública brasileira.

Mas, como disse o Heleno, mostre a verdade. E a foto dele e ele não são inventados. É a pura verdade de milhares de brasileiros que se contaminaram acreditando que tinham proteção de droga sem eficácia. Por isso, estamos diante de crimes que poderiam e deveriam ser enquadrados como crimes hediondos, porque são crimes contra a vida de milhões e milhões de brasileiros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

O próximo, por permuta com o Senador Eduardo Girão, é o Senador Fernando Bezerra. Perfeito? Foi essa a permuta? (*Pausa.*)

Senador Fernando Bezerra, se V. Exa. me permite, ainda a respeito da inquirição feita agora pelo Senador Rogério Carvalho, Alexandre, eu queria confirmar com V. Sa.: é esse o documento produzido pelo senhor? (*Pausa.*)

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Senador, se eu não me engano, esta versão aqui é a versão que está no Microsoft Teams do dia 31 de maio, que, como eu falei no meu depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Este é o que está no Microsoft.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - ... eu incluí algumas informações para deixar de repositório.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - E este outro documento que está com o título em cima "Tribunal de Contas da União"?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Então, essa foi a inserção de que eu falei...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Que não foi de sua lavra.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - ... que não fui eu que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeitamente. Muito obrigado, Dr. Alexandre.

Então, só para ficar claro, conforme foi apresentado aqui pelo Senador Rogério Carvalho, isso que eu confrontei agora com o Sr. Alexandre é objeto, inclusive, do processo administrativo a que o Dr. Alexandre responde no âmbito do Tribunal de Contas da União.

O Dr. Alexandre garantiu, asseverou aqui a autenticidade desse documento, que, de fato, é o documento que lá foi produzido no Microsoft Teams. E esse é o outro documento que foi divulgado com o título, onde foi inserido nesse outro documento o título "Tribunal de Contas da União". Esse outro é o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documento que foi divulgado com o título "Tribunal de Contas da União", que não corresponde ao documento que foi originalmente produzido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Uma pequena prática...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - É, em um, não está... Só para ficar claro, em um, no que o Sr. Alexandre acabou de informar à CPI, não está o título "Tribunal de Contas da União", como os senhores podem perceber.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) - O Senador Rogério disse que tinha uma informação de cento e quarenta e alguma coisa. Isso, então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Não, é isso aqui, é aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Não, a mais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Veja, em um, no que foi produzido no Microsoft e que o Dr. Alexandre acabou de confirmar a autenticidade, não está, no título, "Tribunal de Contas da União"; no outro, que foi divulgado está, no título, "Tribunal de Contas da União". Foi inserido o título "Tribunal de Contas da União".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Mas o Senador Rogério Carvalho diz que, além do título, ele leu aqui uma informação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Tem mais algumas informações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - ... e teria mais uma informação numérica.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - É o que parece. É o que parece.

Senador Fernando Bezerra, V. Exa. com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) - Sr. Presidente Senador Randolfê Rodrigues, Sr. Relator, Senador Renan Calheiros, eu queria cumprimentar o depoente, o Sr. Alexandre Marques.

Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de utilizar o meu tempo para esclarecer os fatos que estão sendo objeto de investigação por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O primeiro fato é a provável existência de supernotificação de óbitos da covid-19.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante deixar aqui consignado que a CGU (Controladoria-Geral da União) atualmente está conduzindo uma auditoria formal a fim de investigar a supernotificação de mortes pela covid, que é o mesmo objeto de estudo do auditor que está sendo inquerido pela CPI.

É importante lembrar aqui que o Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, verificou supernotificação de óbitos de covid de pelo menos 25%. Há estudos no Brasil do ano passado trazidos por economistas e matemáticos renomados que contestam os números de notificação da covid.

Foram amplamente divulgados pela mídia, ao longo da pandemia, prováveis equívocos de notificação. E, finalmente, existe o acórdão do Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 2.817, que dispõe expressamente, no item 9.5.2: "utilizar a incidência de Covid-19 como critério para transferência de recursos, com base em dados declarados pelas Secretarias Estaduais de Saúde, pode incentivar a supernotificação do número de casos da doença, devendo, na medida do possível, serem confirmados os dados apresentados pelos entes subnacionais".

Por fim, há a previsão legal de que haverá transferência de recursos federais para os Estados em caso de notificação de pessoas com covid-19, logo, quanto mais notificações existirem, maior o repasse de recursos federais para os Estados, nos termos do art. 5º, inciso I, letra "a", §1º, da Lei Complementar 173, de 2020. Ademais o art. 2º, inciso II, letra "c", da Portaria 1.666, de 2020, do Ministério da Saúde, prevê que o critério de distribuição de recursos federais se daria com base na taxa de incidência de covid por 100 mil habitantes.

O segundo fato é a suposta conduta do auditor Alexandre, que é o nosso depoente hoje. O Sr. Alexandre Marques é servidor público com mais de uma década de experiência no cargo de Auditor, conforme regular investidura por concurso público. O auditor, no exercício regular de suas atribuições, confeccionou um estudo, juridicamente uma produção de conhecimento, com o escopo de eventualmente subsidiar nova investigação da Corte Federal de Contas. Se revela muito comum este expediente nas Cortes de Contas: abre-se uma investigação para apurar determinado fato. Ao longo dessa diligência, todavia, verifica-se que há indícios de irregularidades suficientes para a instauração de uma outra apuração. Juridicamente, aplica-se ao presente episódio a teoria da serendipidade quanto à conduta do servidor, isto é, há encontro fortuito de prova relacionada a fatos diversos daquilo que está sendo investigado.

Por conseguinte, a conduta do servidor é lícita e legítima, pois está abrangida pela boa-fé objetiva, além de ser albergada pelo ordenamento jurídico, que assevera a validade do encontro fortuito de provas, conforme jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

A conduta do servidor teve por base a conclusão definitiva do TCU, já exarada no item 9.5.2 do Acórdão 2.817, a que aqui me referi. Além disso, há um segundo acórdão do TCU, o Acórdão 2.026, em que o Relator Bruno Dantas, o Ministro Bruno Dantas assevera que:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, observa-se que a Lei Complementar 173 visa destinar mais recursos aos Estados com maior incidência da pandemia e àqueles com maior população absoluta. Tal critério [diz o Ministro Bruno Dantas] apresenta o risco moral de incentivar a conduta indesejável de supernotificação do número de casos da doença, visando a maior obtenção de recursos, o que, além de não se coadunar com o arcabouço legal, pode acarretar consequências negativas à conduta das políticas de enfrentamento à pandemia.

O terceiro fato, Sr. Presidente, que eu gostaria de aqui prestar alguns esclarecimentos é da possível supernotificação de óbitos causados pela covid-19 no Brasil, a cronologia do documento que está sendo aqui investigado e que é a razão da presença do Sr. Alexandre Marques nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O documento em análise por esta CPI supostamente foi confeccionado pelo auditor Alexandre Figueiredo. Segundo a revista Crusoé, o documento foi formalmente inserido no sistema do Tribunal de Contas da União em 6 de junho de 2021, às 18h39. Na segunda-feira, dia 7, o documento foi amplamente divulgado pelas redes sociais e veículos de comunicação. O TCU, no mesmo dia, 7/6, informou que o documento não era oficial. O Tribunal de Contas, no dia seguinte, dia 8, abriu investigação formal para apurar a responsabilidade do auditor Alexandre Figueiredo.

Não se pode afirmar por hora que tenha ocorrido qualquer conduta irregular ou ilícita por parte do servidor, pois não se sabe até o momento quem deu publicidade ao referido documento, isto é, quem o retirou do sistema e o colocou em domínio público. O documento foi formalmente inserido no sistema. Portanto, em que pese o Tribunal de Contas da União não considerá-lo oficial, ele detém natureza de levantamento preliminar, informações de auditor sobre indícios de irregularidade. Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e das atribuições institucionais da carreira do auditor, o servidor público agiu de forma regular, não cabendo um prejulgamento de valor quanto à imputação de vazamento do documento.

E, finalmente, Sr. Presidente, o fato que também aqui se examina é a licitude da conduta do Presidente da República. O Presidente da República, assim como milhares de pessoas e veículos de comunicação, tiveram acesso ao referido documento, que já estava em domínio público. Ao ser indagado por cidadãos, o Presidente destacou a existência de dois acórdãos do TCU: o Acórdão 2.026, do Ministro Bruno Dantas, e o Acórdão 2.817, do Ministro Benjamin Zymler. Ambas as decisões indicavam o risco de eventual supernotificação de óbitos de covid-19 poder incentivar fraudes pelos gestores estaduais.

A referida fraude de desvio de recursos federais para a covid é exatamente o objeto de investigação desta CPI. Logo, nos parece que nós deveríamos também aqui, como preocupação da Comissão Parlamentar de Inquérito, investigar a possibilidade de supernotificação de óbitos, conforme apontado nos dois acórdãos do Tribunal de Contas da União, e não realizarmos o prejulgamento de um servidor por exercer o seu regular papel institucional de averiguar ilicitudes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, para encerrar, porque não tenho perguntas a indagar ao servidor do Tribunal de Contas da União, o Sr. Francisco Figueiredo, eu gostaria de trazer a informação de que já alcançamos 203 milhões de doses de vacinas distribuídas. Nós já aplicamos 168 milhões de doses de vacina em primeira dose, o que representa, Senador Randolfê, 70% da população acima de 18 anos de idade; e ultrapassamos 50 milhões de brasileiros vacinados com a segunda dose ou com a vacinação completa, o que representa quase 32% da nossa população. Quero dizer que, com isso, brevemente, nos próximos 30 dias, o Brasil deve estar ultrapassando países, como a Inglaterra e como os Estados Unidos, do ponto de vista da cobertura vacinal. O Governo do Presidente Bolsonaro, desde março de 2020, iniciou tratativas para as compras de vacinas e, com isso, assegurou, até o momento, mais de 600 milhões de doses de vacinas, que estão sendo distribuídas aos Estados e Municípios brasileiros para que a gente possa, pouco a pouco, ir virando a página dessa pandemia que tantos prejuízos e tanta dor infligiu ao povo brasileiro.

Eu acabo de vir, Sr. Presidente – por isso, cheguei um pouco mais tarde –, da audiência pública com o Ministro Tarcísio de Freitas no âmbito da Comissão de Infraestrutura, quando eu tive a oportunidade de ouvir o relato de que, em pouco mais de dois anos e sete meses de governo, o Presidente Bolsonaro já é, de longe, o Presidente da República que maior número de concessões públicas viabilizou no setor rodoviário, no setor portuário, no setor aeroportuário. Em todas as áreas da infraestrutura pública do País, viabilizamos investimentos de mais de R\$400 bilhões para os próximos cinco anos. É esse trabalho que vai recuperar a capacidade de crescimento e desenvolvimento do Brasil e, sobretudo, gerar os empregos pelos quais o povo brasileiro clama e de que precisa para sustentar as suas famílias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faça um favor para mim: na próxima vez em que V. Exa. estiver com o Ministro Tarcísio, peça a ele para fazer a BR-319, porque todo mundo já foi lá e prometeu, mas não fizeram um metro ainda, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu terei enorme prazer de levar essa reivindicação de V. Exa. a ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faça isso por favor.

Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... mas, inclusive, muitas intervenções na Região Norte do País foram hoje abordadas pelo Ministro Tarcísio. Eu posso me lembrar aqui, rapidamente, das intervenções que estão sendo feitas no Estado do Amapá e, sobretudo, do escoamento da crescente produção de soja e milho do Brasil. Hoje, através dos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portos do norte do País, já se exportam mais grãos, Sr. Presidente Omar Aziz, do que pelos portos do sul, ou seja, o Porto de Santos. Já sai mais soja e milho pelos portos do norte do Brasil do que pelo Porto de Santos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque lá atrás, Senador Fernando Bezerra, o escoamento feito ali pelos portos do Norte tinha mais viabilidade saindo do Centro-Oeste. Inclusive, o Município de Itacoatiara é um local em que você exporta muita soja para outros lugares.

Senador Randolfe está pedindo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, pela ordem, aproveitando, inclusive – se S. Exa. o Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, me permite –, os dados que ele traz em relação à vacinação...

É objeto de um requerimento nosso a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a seguinte indagação ao Sr. Ministro da Saúde e ao Ministério da Saúde – veja bem, Presidente –: Israel, que é o país que bateu todos os recordes de vacinação, ainda ontem anunciou a ocorrência de uma terceira onda da pandemia. E, veja, Senador Fernando Bezerra, lá a vacinação ocorreu com a vacina Pfizer/BioNTech. Então, em Israel, no Chile e em outras nações, já se discute a adoção da terceira dose da vacina. Para nós não termos esse risco no Brasil e não incorrerem em erros que tivemos no passado, eu queria de antemão solicitar ao Sr. Líder do Governo e solicitar também a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que requeiram do Ministério da Saúde a informação sobre qual é o planejamento e se já tem vacinas adquiridas para uma eventual terceira dose para imunização de brasileiros e brasileiras, para aumentar a eficácia do controle da pandemia e evitar também a disseminação da variante Delta.

E, se V. Exa. me permite só uma última questão, para ficar bem claro quero reforçar uma pergunta que já foi feita ao Dr. Alexandre: o senhor pode me informar quando o senhor compartilhou com o seu pai a informação? E a que horas?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Sim, foi no domingo. Eu não me lembro se foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Domingo, dia 6?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Dia 6 de junho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A que horas?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Se eu não me engano, em torno de 18h, 18h30.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, só para ficar bem claro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já de manhã...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O Sr. Alexandre compartilhou a informação com o pai dele às 18h30 do domingo, dia 6.

A primeira informação pública do documento vem da lavra do Presidente da República às 8h da manhã, assim que ele sai do Palácio da Alvorada, aos seus apoiadores - que é o vídeo que já foi exibido. Então, só para ficar bem claro: ao que me parece, não ocorreu intermediário. Às 18h30, o Dr. Alexandre compartilha com o seu pai; e o documento já sai...

Presidente, já foi confirmado aqui pelo Dr. Alexandre: o documento que é compartilhado no Microsoft Teams é este daqui. O documento que é divulgado no dia seguinte - e o primeiro a divulgá-lo é o Presidente da República - é este daqui, com o timbre... Não é o timbre, mas com o título "Tribunal de Contas da União". E o primeiro que divulga esse documento é o Presidente da República entre as 7h30 e 8h da segunda-feira.

Esse dado e essa precisão da informação do Dr. Alexandre é muito importante para nós.

Mais uma vez lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agradeço.

Eu quero colocar em votação o requerimento do Senador Randolfe, que é de interesse de todos nós saber o planejamento para uma possível terceira dose e como é que estão os estudos.

Eu acho que nós poderíamos pedir ao Instituto Butantan, à Fiocruz e ao próprio Ministério da Saúde para saber o estudo sobre essa questão dessa possível terceira dose.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Acrescento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos acrescentar isso no teu requerimento.

Em votação o requerimento do Senador Randolfe.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Para a gente ter essa informação importante, já que se fala muito nessa questão, mas nós não temos nada ainda concreto.

Senador Izalci, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.)
- Obrigado, Presidente.

Quero só informar que sempre participei de todas as reuniões da Comissão do covid, e, ontem mesmo, o assunto era exatamente a terceira dose, com a participação de vários institutos.

Mas eu quero aqui, Presidente, primeiro, cumprimentar o Alexandre Figueiredo, que é também auditor como eu.

Quero dizer da minha convicção, Alexandre, da tua competência e da tua ética.

Presidente, quando eu participei da Comissão nacional do Congresso do covid, nós abrimos, aqui no DF, uma Comissão do covid local, com a participação do Tribunal de Contas, do Ministério Público distrital e dos federais. Convidei também o Tribunal de Contas da União. E aí, Presidente, a primeira ação que fiz foi convidar o Governador Ibaneis Rocha para participar da primeira reunião do covid do DF, que tem a relatoria, inclusive, da Deputada Paula Belmonte, e ele, simplesmente, disse que não iria comparecer nem autorizaria os secretários a participarem das reuniões. Foi quando, então, fiz um requerimento, que foi aprovado por unanimidade no Congresso, de uma auditoria do Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas fez uma auditoria desses recursos federais encaminhados ao GDF.

Quero aqui testemunhar... Quando eu digo da ética do profissional é porque o Dr. Alexandre participou de diversas reuniões. Em nenhum momento, ele falou qualquer coisa do andamento do processo. Ele só se manifestou quando o ministro já tinha o acórdão definido.

Então, eu quero... E também eu vi aqui várias publicações de questionamentos de mortes ainda no ano de 2020; eu vi aqui um de maio e um de agosto. Se fosse eu também auditor do Tribunal de Contas, com esses indícios todos na mídia, eu teria também levantado... É natural o auditor fazer isso, propor isso. O que foi lamentável foi exatamente o seu pai encaminhar para o Presidente um estudo que ainda estava sendo elaborado. Mas, de qualquer forma, parabênizo-o pela competência de V. Exa.

Por isso quero fazer aqui, Presidente, algumas perguntas.

Primeiro, quero informar que existem duas denúncias no Tribunal de Contas da União relacionadas aos recursos do DF. O DF recebeu, de acordo com os relatórios, quase R\$3 bilhões para a saúde do DF - R\$3 bilhões! As medidas provisórias e aquele projeto que nós apresentamos... R\$3 bilhões! E não se prestou conta nenhuma.

Tem uma denúncia do Tribunal de Contas, TC-020962, que questiona exatamente a dispensa de licitação. Eram 100 mil unidades de testes, e foi a empresa Luna Park, (Luna Park - Importação, Exportação e Comércio Atacadista de Brinquedos Temáticos) a empresa vencedora disso, uma empresa de brinquedos. E, depois, houve ainda mais 20 mil unidades de testes com valor superior aos de 6 empresas que apresentaram seus preços.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda denúncia, TC-020078, que é pública, inclusive, questionou o processo também de dispensa de licitação. Eram 100 mil unidades de testes, 19,9 milhões, e depois mais um aditivo de 50 mil testes.

Mas eu quero também dizer que é público, está aqui o acórdão. V. Exa. participou do trabalho. É o Acórdão 1.119, do Tribunal de Contas da União, de Plenário. Já foi votado isso. Tem diversas irregularidades.

Por isso, eu gostaria de pedir a V. Sa. que esclarecesse, primeiro, se, de fato, o senhor acompanhou, no âmbito do DF, os recursos federais transferidos para cá. Eu estou afirmando, mas eu pediria a V. Exa. para confirmar a participação de V. Exa. na auditoria dos recursos do DF.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Sim, senhor, eu participei. Eu coordenei o acompanhamento para atender a solicitação do Congresso Nacional no âmbito do TCU.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. poderia apresentar uma síntese rápida das principais irregularidades identificadas nessa fiscalização?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Bom, nós identificamos várias irregularidades que estão consignadas tanto no Acórdão 1.119 quanto nas duas representações que foram abertas em decorrência desse trabalho, mas foram identificados direcionamento de licitação, sobrepreço, superfaturamento, mudança da ata de registro de preço sem respaldo na legislação, dentre outros achados.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

V. Sa. chegou a identificar a participação de agentes políticos nessas irregularidades constatadas nesse processo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Nós abrimos justamente essas duas representações para que fosse feita uma apuração com mais detalhes em relação aos principais achados identificados no acompanhamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas identificou algum indício de alguns políticos nessa...? Agentes políticos?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, até o próprio Ministério Público do Distrito Federal já tinha feito uma Operação Falso Negativo, em que alguns gestores da Secretaria de Saúde aqui do DF haviam sido presos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pode citar um? Por exemplo, o ex-Secretário Francisco Araújo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Fiquei sabendo pela mídia, um deles, o ex-Secretário de Saúde aqui do GDF.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. identificou algum vínculo entre os participantes da organização criminosa que atuou aqui no DF com os personagens do Ministério da Saúde ou do Congresso Nacional, durante esse trabalho?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não. No nosso trabalho, que eu me lembre, nós não identificamos nenhuma relação de conluio entre Secretaria de Saúde do DF e Ministério da Saúde.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. chegou a investigar a empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda.? Quais as conclusões que V. Sa. tirou das suas análises com relação à Precisa?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim. A equipe analisou diversos contratos, diversos processos licitatórios de dispensa de licitação, e a empresa Precisa foi uma das... Em que foram identificados tanto o direcionamento quanto o sobrepreço na cotação dos testes de detecção de covid.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para lembrar, Presidente, que nesse período o Sesc aqui do DF fez um leilão, um edital, e comprou esse teste por R\$18, e o GDF chegou a comprar a R\$180, quer dizer, dez vezes mais – teste que depois não foi nem entregue; foi entregue um outro produto que era totalmente descartável e estava sendo recolhido no mundo todo.

V. Sa. chegou a investigar a empresa Belcher Farmacêutica do Brasil Ltda. também? Quais as conclusões que tirou das suas análises?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, eu realmente não vou me recordar agora de cabeça o nome de todas as empresas. A Precisa eu me recordo, mas a Belcher eu não me recordo. Teria que realmente rever o relatório para lembrar quais empresas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Belcher é lá de Maringá. É aquela em que o Deputado Ricardo Barros está ao lado do dono da Belcher vendendo medicamentos para o Ministro Queiroga, que é um negócio... Isto é um negócio natural hoje: um Deputado Líder levar o empresário para vender medicamento. Isso é natural, só ele é que não acha, não é? Mas, na quinta-feira, aparece uma foto, que o Senador Renan expõe aqui, em que está ele, o Prefeito e do lado do Prefeito está o dono da Belcher. Aliás, vai ser convocado para vir aqui, o dono da Belcher, para explicar essas reuniões em que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, ele virá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Virá aqui. Virá aqui. Eu vou chamar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Isso é para dizer que existe sim, essa empresa participou aqui no DF de todo esse esquema criminoso que aconteceu aqui; então ela foi identificada.

A outra pergunta seria se V. Sa. chegou a identificar como a empresa Belcher foi inserida nesse contexto criminoso? Pelo nome talvez não lembre, mas...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Eu não me recordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - ... de fato, também, ela entrou nos mesmos esquemas da Precisa, exatamente da mesma forma, mesma coisa.

V. Sa. identificou o envolvimento de algum agente local no esquema criminoso desbaratado pela Operação Falso Negativo e auditado por sua equipe? Identificou o envolvimento de algum agente público local?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Então, Senador, como eu falei, foram abertas duas representações em decorrência desse acompanhamento, e, no âmbito dessas duas representações, é que seriam verificadas as responsabilidades dos agentes aqui locais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Tá.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - E aí eu não participei dessas duas representações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Só para reforçar, o próprio Tribunal de Contas, o Ministro, nessas duas denúncias, mandou suspender, inclusive porque ainda tinha um crédito ainda para pagar para a empresa. Então, no caso aqui, por exemplo, foi o Ministro Zymler, Benjamin Zymler, que exatamente determinou à Secretaria de Estado de Saúde do DF de que se abstinhasse de realizar quaisquer pagamentos à empresa até o TCU concluir essa questão. Foi exatamente a aquisição dessas 20 mil unidades - acima de seis empresas que ofertaram preço muito menor.

Bem, pergunto, V. Sa. chegou a identificar algum envolvimento de membros do Tribunal de Contas do DF no esquema criminoso?

V. Exa. saberia nos dizer por que razão as recomendações do Ministério Público de Contas em várias oportunidades foram desconsideradas pelo Tribunal de Contas do DF?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Eu não saberia dizer, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Nessa fiscalização, V. Exa. não chegou a...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, nós não adentramos nessa seara.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Porque essas tomadas ainda estão sendo avaliadas, é isso? Essas duas.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Essas duas representações?

É como eu falei para o senhor, eu não estou participando delas; então, não sei se elas já foram concluídas ou ainda estão em curso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Tá.

Era a equipe que V. Sa. comandava?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - No acompanhamento, não necessariamente essas representações ficariam com membros da equipe: poderiam ser designadas para algum outro auditor. E eu não sei quem foram os auditores que ficaram responsáveis.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Mas depois do Acórdão 1.119, que elencou aqui tudo isto que V. Sa. disse: direcionamento de contratação, indícios de sobrepreço, superfaturamento, majoração do valor registrado em ata de registro de preço, ausência de estimativa de preço da contratação de serviço e gestão integrada de leitos, ausência de documentação exigida na condição de habilitação das empresas contratadas... Tanto é que eu disse aqui que é uma empresa de brinquedos, que foi a que vendeu, não é?

Então, depois que há esse acórdão, é distribuído para outros auditores lá dentro, é isso? Para terminar.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - As representações são distribuídas pelo diretor responsável da área. Então, eu não sei quais foram os colegas que ficaram responsáveis por instruir, por conduzir essas representações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Está bom.

Presidente, é só para reforçar, então, a importância de... Primeiro, a Precisa, está marcado já com o Maximiano, mas a presença do Secretário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - E tem o Túlio Silveira amanhã, que é o advogado da Precisa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, também, importantíssimo, mas é muito importante a questão do secretário. Eu sei que ele conseguiu escapar dessa vez, porque, óbvio – nós estamos conversando sobre isso já há algum tempo –, quando ele sentiu isso conseguiu uma decisão para viajar. Mas tudo bem: volta dia 22.

V. Exa. já confirmou que a gente pode colocar dia 24, é isso, Sr. Presidente, só para reforçar? Já existe uma posição do dia? Dia 24?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje à noite nós iremos decidir uma data, mas ele virá sim, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom.

Eu agradeço a V. Exa. então.

E eu tenho certeza absoluta de que, em função de todos esses dados, de elementos que nós temos aqui e mais alguns que teremos também do advogado da Precisa e também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... do Maximiano, eu tenho certeza de que a gente vai obter muito mais informação, porque o esquema, o *modus operandi* do DF, Presidente, é exatamente o *modus operandi* que aconteceu no Ministério da Saúde.

E ainda quero reforçar: quem participou de toda a transição do Governo na confecção do secretariado foi o Sr. Adailson – o Senador Alessandro tem um requerimento aprovado também –, que foi Secretário-Executivo do Ministro Ricardo Barros, também do Gilberto Occhi, e foi ele que foi convidado para ser Secretário, mas acabou indicando o Sr. Francisco, que é de Alagoas também, para comandar, e também o Osnei, que participava do ministério. Então, acho que a vinda do Secretário pode desvendar muitos mistérios porque ainda pairam essas dúvidas aí...

Mas eu agradeço e parabeno o auditor Alexandre, que, durante muito tempo, nos ajudou, participando lá das reuniões, e depois veio o acórdão lá do Tribunal de Contas.

Obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente, só antes do próximo, uma rápida pergunta ao Dr. Alexandre, e a gente o aguarda retornar. É sobre exatamente a inquirição do Senador Izalci, ainda sobre a Precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Eduardo Girão trocou com o Senador Izalci, é isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, agora vem o Senador Luis Carlos Heinze...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Não, agora é o Senador Girão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, como? Se troca, vai para o lugar dele. Na troca, vai para o lugar dele, não tem como.

Aí Senador Luis Carlos Heinze, Marcos do Val e, aí, sim, Senador Girão. Que eu saiba, na troca, se troca um lugar pelo outro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Não, V. Exa. está certo. O confuso fui eu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. é o último a falar, mas é o primeiro no nosso coração.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Via de regra, V. Exa. sempre está certo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. é o último a falar hoje, mas é o primeiro no nosso coração.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Cancelem a fala do... (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Ligue o microfone, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só estou falando aqui novamente: Senador Luis Carlos Heinze, Senador Marcos do Val, Senador Girão, e Senador Contarato. Está bom? Tem quatro Senadores. Hoje nós terminaremos mais cedo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) - Presidente, se V. Exa. me permite...

Dr. Alexandre, ainda na inquirição feita pelo Senador Izalci, o senhor poderia só reafirmar, deixar claro o que diagnosticou, o que encontrou no processo envolvendo a empresa Precisa?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Sim, senhor, Senador. No nosso acompanhamento, a conclusão... No relatório conclusivo que foi apreciado e aprovado no Acórdão 1.119, nós identificamos direcionamento de licitação e sobrepreço na cotação feita pela empresa Precisa em relação aos testes de IgG e IgM para detecção da covid.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado por mais essa contribuição, Dr. Alexandre.

Sr. Presidente, essa é a empresa Precisa, para que ninguém... Porque alguns colegas tentam dizer que não tem corrupção no âmbito do Governo Bolsonaro. Essa é a empresa Precisa, que tentou vender a vacina Covaxin. O Dr. Alexandre, auditor do TCU, está dizendo sobre indícios de burlar a lei das licitações e de sobrepreço para a venda de testes covid – de testes covid.

Essa informação é muito importante, porque alguns insistem na tese de que não tem corrupção no Governo, alguns diz-que, como a gente fala lá no Amapá, insistem na tese de que não tem corrupção do Governo Jair Bolsonaro.

A mesma empresa que também vendeu teste de covid antes e a mesma empresa que teve interesses intermediados pelo Sr. Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado ao Sr. Alexandre por ter respondido a pergunta.

Eu vou passar a palavra ao Senador Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Do Cacequi, tchê.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, V. Exa. é de Cacequi, no interior do Rio Grande do Sul, uma terra boa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – De Uruguaiana também, tchê.

Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadores e Senadoras, primeiro, ao nosso depoente Alexandre Marques, eu ouvi aqui parte do que o Senador Bezerra falou e vou só replicar uma parte. Foram realizados cinco acompanhamentos no âmbito da SecexSaúde. No terceiro acompanhamento, no Acórdão 2817/2020, consta que as transferências de recursos federais para os Estados e Municípios estavam sendo baseadas nas notificações, nos dados das secretarias de saúde dos Municípios e dos Estados. Nos subitens 104 e 105 do relatório, consta que esse critério poderia incentivar uma supernotificação de casos por parte das fontes geradoras dos dados. Relator: Ministro Benjamin Zymler. Também no Acórdão 2026/2020, de acompanhamento, da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Economia, consta a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma observação. Relator: Ministro Bruno Dantas. Isso aqui o Senador Bezerra, Senador Girão, detalhou bem mais, eu só estou reforçando esse ponto aqui.

Da mesma forma, agora, senhor depoente, considerando a possibilidade de cruzamento de dados dos cartórios, de atestados de óbitos e os dados dos hospitais e SUS, o senhor observou algumas discrepâncias nos números obtidos?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Senador, esse arquivo em Word que eu preparei, eu peguei esses dados, como eu falei, do Portal da Transparência do Registro Civil e levei pra equipe simplesmente pra gerar, pra provocar um debate, mas, conversando com a equipe – inclusive, isso ficou registrado na conversa no nosso *chat* –, nós concluímos que não haveria como haver um conluio pra supernotificar os óbitos, e esse debate, como eu falei, foi encerrado na mesma semana. A dialética não prosseguiu.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Com o avanço da vacinação no Brasil, como o senhor prevê que os números de óbito por covid-19 deveriam se comportar?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, eu não sou da área médica, não poderia falar sobre isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Obrigado.

Foram feitas aqui algumas questões de vacina. Eu só quero fazer algumas colocações agora, Sr. Presidente, colegas Parlamentares.

Recentemente, em coletiva de imprensa, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, destacou a atuação da Rede Vírus do Ministério da Ciência e Tecnologia em múltiplas frentes no combate à covid-19, desde seu estabelecimento, em fevereiro de 2020. Aqui vou citar o caso do desenvolvimento de vacinas nacionais, que são em número de 15, que são resultado desse trabalho.

Um dos exemplos desse esforço do Governo Bolsonaro em proteger a população brasileira é a vacina SpiN-TEC, do Ministério de Ciência e Tecnologia e da Universidade Federal de Minas Gerais, que representa um avanço no desenvolvimento de vacinas 100% nacionais, produzidas no Centro Tecnológico de Vacinas (CT-Vacinas) da Universidade Federal de Minas Gerais contra o covid-19, que faz parte das 15 estratégias de vacinas na rede de especialistas Rede Vírus do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações. A plataforma tecnológica usada no desenvolvimento da SpiN-TEC MCTI UFMG consiste na combinação de diferentes proteínas, Senador Girão, para formar uma única proteína artificial. Esse composto, chamado de quimera, é injetado no organismo em duas doses e induz a resposta imune. A universidade já entrou, já ingressou com a documentação para a aprovação da Anvisa para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciar os experimentos clínicos em humanos, Fases I, II e III. Caso os testes confirmem a segurança, a eficácia da vacina e a adesão de voluntários para que os testes aconteçam rapidamente, o imunizante tem potencial para chegar ao mercado e à população ainda em 2022.

Senador Girão, além dessa vacina da UFMG, antes dessa, a USP de Ribeirão Preto já também ingressou com um processo junto à Anvisa.

Da mesma forma, a Universidade Federal do Rio de Janeiro também já ingressou com o processo na Anvisa.

Portanto, desses 15 projetos do Governo Bolsonaro e do Ministro Marcos Pontes e da sua equipe, três já estão em fase de análise na Anvisa.

Também, Senador Omar Aziz, me fixei neste ponto ainda desde a Comissão do Senador Confúcio, junto com o Senador Wellington Fagundes, quando ele pedia que a gente ajudasse no projeto com relação aos laboratórios de medicamentos veterinários: são quatro laboratórios – hoje tem lei aprovada na Câmara, no Senado, sancionada – que podem produzir vacinas de humanos também.

Então, esses três laboratórios já estão trabalhando nessa direção junto à Anvisa, e, seguramente, os outros 12 projetos logo, logo estarão também em condições. São cérebros brasileiros – que nós temos que louvar aqui –, com recursos federais para que nós possamos produzir vacinas brasileiras. Esse é o ponto. Eu me fixei nestes 16 laboratórios: quatro de medicamentos veterinários e dois de medicamentos humanos. De várias reuniões eu participei com o Governo. Numa, inclusive, a mais importante, nós estivemos com o Ministro-Chefe da Casa Civil, o General Ramos; a Ministra Tereza Cristina, da Agricultura; o Ministro Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia; o Ministro Queiroga, da Saúde; também o Ministro das Relações Exteriores, que estava presente; o Presidente da Anvisa; e a representação dos 16 laboratórios. Por que isso? Para ver se o Governo tinha realmente interesse nessas questões. Então, eu tenho focado nisso aí para que possam produzir vacinas esses laboratórios e também laboratórios, vamos dizer assim, de vacinas internacionais. É o caso da China, da Índia, da Inglaterra, de onde for. Esses laboratórios têm interesse na produção para se somar ao que hoje está sendo feito pelo Butantan e está sendo feito também pela Fiocruz, dois laboratórios de excelência que já estão produzindo vacinas estrangeiras, mas fabricadas aqui, dentro do Brasil. Então, o que nós estamos trabalhando neste instante é nesse sentido.

Também este é um ponto importante que aqui eu quero chamar a atenção: o número de doses aplicadas e – não custa nós repetirmos – as doses distribuídas até ontem. São 203,916 milhões de doses distribuídas e 168 milhões de doses aplicadas para uma população vacinal de 160 milhões de brasileiros. Isso quer dizer que já temos 8 milhões além da população vacinal.

E, segundo os estudos do ministério do Ministro Queiroga, nós devemos ter – nós estamos em agosto, setembro, outubro –, em final de novembro, mês de dezembro, toda a população brasileira,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, com duas doses. Nessa sequência em que estamos indo até agora, a previsão é, no mês de dezembro, toda a população brasileira...

Foi levantada por colegas Senadores aqui a necessidade de uma segunda ou terceira dose. O Governo Bolsonaro já comprou 632 milhões de doses. A Covaxin está fora do processo; a Sputnik também está fora. Então, só ali já são 632 milhões de doses de vacina, que podem vacinar três vezes, quatro vezes a população brasileira. Isso até o final do ano terá.

E, se nós ingressarmos com essas vacinas brasileiras, cérebro brasileiro, nós temos ainda uma folga maior, dependendo de o Governo comprar ou não essa vacina – e precisa, porque os laboratórios não vão fabricar se não têm pra quem vender; vender em farmácia não vende, tem que ser por compra governamental.

E outro ponto importante é um em que a gente também está trabalhando com o nosso Ministro das Relações Exteriores e com o Embaixador Guillermo Valles, do Uruguai, que está juntando também embaixadores de outros países, pra que outros países sul-americanos também possam comprar vacina do Brasil, essas vacinas brasileiras. Então, esse é um ponto importante que está sendo feito.

E normalmente a grande mídia não coloca essa situação, e nós estamos reiteradamente repetindo esse ponto aqui.

E fazer uma colocação... Outro dia me chamaram de *fake news*, Senador Girão. Vou repetir e vou dar os nomes: Didier Raoult, um dos maiores virologistas do mundo; Satoshi Omura...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estava aqui feliz da vida, mas muito feliz. Hoje, V. Exa. falou a nossa língua. (*Risos.*)

Vacina, vacina!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seiscentos milhões de vacinas, os laboratórios brasileiros produzindo vacina!

Por favor, hoje, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim. Hoje, sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Senador, quando os outros falam criticando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Acho que foi o Cléber Machado que, quando o Rubinho Barrichello foi, falou: "Hoje, não; hoje, sim". (*Risos.*)

Hoje, não, Senador Luis Carlos. Por favor!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor vai dar nota zero para o nosso colega Senador Heinze não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, hoje ele está perfeito. V. Exa. estava perfeito. V. Exa. estava falando de vacina.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor não falou em tratamento precoce.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - E vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor não citou ninguém. O senhor falou do Ministro Marcos Pontes, o senhor falou dos laboratórios, V. Exa. falou do trabalho que foi feito junto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Didier Raoult...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não faça isso. Agora, o senhor vem com o Didier Raoult, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Hoje, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu quero...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Hoje, sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Hoje, sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Se eu puder continuar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Hoje, sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou deixar V. Exa. continuar, mas faço esse apelo, porque, até agora, o senhor estava perfeito!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Satoshi Omura, Luc Montagnier, Dr. Zelenko, Peter McCullough – Peter McCullough. Eu trago nomes de cientistas mundiais. Tragam os nomes dos nossos oponentes, tragam os nomes deles, que o debate fluirá.

E ainda peço que façam esta reflexão. Quando pegamos, Sr. Presidente, a letalidade do Brasil – e tem Estados muito piores – de 2,8, eu quero citar aqui a Nigéria. A Nigéria, um país pobre, com letalidade, Senador Girão, de 1,2. Eu trato aqui da Índia: letalidade 1,3; Rondônia, Roraima, 1,5; a Cidade do México, em torno de 2; Brasil, 2,8. O que eles usam lá de diferente, Senador Omar Aziz? Eles fazem o tratamento precoce e usam a vacinação, o que nós estamos preconizando aqui: tratamento precoce e vacinação.

Quando alguém falou aqui que as pessoas morrem, quando a pessoa é tratada até o quarto, quinto, sexto dia, é uma posição; além disso, é outra posição, é outra situação.

Então, os casos de que nós estamos falando aqui são o tratamento. E cito estes casos aqui: Brasil, 2,8; Rússia, 2,6; Itália, 2,9; Nigéria, 1,2; Índia, 1,3; Rondônia, Roraima, Cidade do México... Aqui estão os números.

E vou apresentar números de Estados e Municípios e posições de empresas que fizeram o tratamento. Nós temos dados reais de que isso acontece. Isso, Senador Omar Aziz...

Quando uma depoente aqui, a Dra. Jurema, que é médica, mas eu acho que nem registro tem, profetizou que tinha 400 mil mortos por falta... Porque nós queríamos esse tratamento... Aqui eu estou mostrando dados e mostro cientistas, cientistas brasileiros e internacionais. Tragam qualquer cientista para comparar com o doutor... Alguém gozava o Dr. Didier Raoult. Querem comparar com Natalia Pasternak, por exemplo? Não tem comparação! Assim, eu quero que vocês façam essa comparação pra gente poder...

Aqui estão dados reais do mundo e do Brasil. Com esses dados, nós temos com o que comparar. As vacinas, sim, nós queremos, estamos trabalhando fortemente nessa questão. Os dados que eu mostro aqui de vacinas brasileiras que vão se somar às do Butantan e que vão se somar às da Fiocruz. É muito importante o que a gente tem a fazer.

E cito aqui também o meu Estado do Rio Grande do Sul, que já recebeu, Senador Girão, até ontem, 11,994 milhões de doses pra 8,958 milhões de gaúchos, a população vacinal. Isso quer dizer que hoje já tem 2 milhões de doses além da população vacinal do meu Estado. E lá nós estimamos, Senador Omar Aziz, que o seu Cacequi, que a nossa Uruguaiana... No Rio Grande do Sul, até o final de novembro – outubro, metade de novembro –, toda a população gaúcha já terá as duas doses. Então, esse é um ponto



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante. E, assim, nós estamos trabalhando para que o Brasil também possa ter. O nosso Estado tem esses índices, e a gente faz essa colocação também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Presidente, como é mesmo que o Cléber Machado diz?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Hoje, não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Hoje, sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Hoje, não!

Senador Luis Carlos Heinze, é lógico que nós estamos aqui... Desculpe até o depoente, mas...

Se houve um decréscimo substancial de óbitos - ainda são muitos, mas diminuiu bastante -, a razão é uma: não foi o tratamento precoce, Senador, foi a vacina. Por isso que... É claro isso pra gente!

Está aqui o Senador Marcos do Val, felizmente. E espero que a sua esposa também esteja muito bem, se Deus quiser. O Senador tomou as duas doses. Olhe, veja bem: está aqui já trabalhando.

Quer dizer, a vacina evita o óbito, evita o óbito. No meu Estado, se tentou fazer o tratamento precoce e não se evitou a morte. Agora caiu, tem Município lá no meu Estado que há 40 dias não tem, graças a Deus, nenhum óbito, pela vacina.

Então, a ciência é simples de entender. Ela é simples, não é difícil entender. O tratamento precoce, Senador Luis Carlos Heinze...

Volto a insistir: se vacinem, tomem as duas vacinas e, se tiverem que tomar a terceira...

E eu estava muito feliz mesmo. Eu estou falando que o senhor falou hoje sobre vacina, sobre o Ministério da Ciência e Tecnologia... Ciências...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ciência e Tecnologia, dando condições para os nossos cientistas estudarem. Nós não somos diferentes de ninguém, não, nós temos capacidade pra produzir vacina, inventar vacina, não é só pra... Já tivemos e temos condições.

É por isso que eu disse: "hoje, não!", Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Hoje, sim! Hoje, sim!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas pela ordem, pela ordem, Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Rapidamente, porque eu sei que o nosso colega vai falar; eu venho depois.

Agora é até a regra da boa convivência... Eu sei que o senhor falou com carinho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Lógico!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... mas tem um quê de crítica. Óbvio que tem! Uma ironia. E eu acredito que ninguém é dono da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Ninguém é dono da verdade. Essa é a opinião do Senador Luis Carlos Heinze, que traz embasado com ciência.

Diga-se de passagem: cientistas vieram aqui, e apenas o senhor, Presidente Omar Aziz, ficou nessa sessão junto com os outros que queriam perguntar e debater. Eu dou este testemunho aqui.

Agora, a gente pegar uma narrativa, dizer que essa narrativa é a ciência que está falando... E ficou muito evidente que cientistas estão divididos quanto a esse assunto. O tempo é o senhor da razão, vai mostrar realmente quem está certo, quem está errado.

Agora, uma coisa é certa: nós estamos numa guerra, vacina é fundamental, álcool em gel nas mãos, distanciamento físico, uso de máscara...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Lavar as mãos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E, por que não, por que não também o tratamento preventivo ou precoce? Uma coisa não anula a outra, absolutamente; pelo contrário, reforça.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador Girão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou falando: os dados que eu tenho são os números. Número é número. O que houve é que está tendo uma diminuição, graças a Deus, de óbitos. É só ver os números como caíram assustadoramente, graças a Deus.

Senador Marcos do Val; depois, Senador Eduardo Girão; e, por último, Senador Fabiano Contarato.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos.

Só complementando o que o amigo Girão colocou, eu acho que está tendo um movimento de rediscutir a questão do tratamento precoce, exatamente por conta dessa próxima onda e da terceira dose da vacina.

Eu avalizo tudo que o nosso Presidente Omar Aziz colocou. Se não fosse a primeira dose que eu tomei três meses atrás, eu tenho certeza absoluta de que eu estaria internado, porque eu peguei... Na terça-feira, eu fui vacinado com a segunda dose e, na quinta, eu fui contaminado. Então, meu organismo teve uma sobrecarga que... Eu não tenho dúvida de que minha primeira dose é que me salvou. Então, não se discute vacina, não é?

Bom, vamos lá. Eu queria fazer algumas perguntas ao convidado aí, ao depoente Alexandre, algumas perguntas que estão meio que sendo colocadas aí pela imprensa e pela sociedade, deixando uma dúvida no ar.

Bom, essa pesquisa... Aí eu pergunto ao auditor Alexandre: essa pesquisa a que você deu início foi provocada pelo seu pai numa tentativa de ter um resultado positivo e, assim, sair na defesa do Presidente da República, principalmente devido à CPI?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É comum os auditores compartilharem as suas pesquisas com familiares e amigos, como assim ocorreu?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, este assunto, este arquivo, como eu falei, tinha dados públicos e não entrou no escopo do trabalho, ou seja, não era objeto de investigação do tribunal. Então, em uma conversa privada, familiar, com meu pai, eu conversei com ele e mostrei pra ele o arquivo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Você acredita que o texto, o TCU, o Tribunal de Contas da União foi inserido no suposto documento que, até então, não era documento, era só um pré-estudo, vamos dizer assim? Você realmente acredita que foi o Presidente Jair Bolsonaro que, na madrugada, inseriu isso nesse documento? O Presidente da República



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teria esse pensamento de inserir "Tribunal de Contas da União" em cima, só pra validar ainda mais o documento? Você acredita que foi o Presidente que fez isso?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, isso eu não tenho como... Como eu falei aqui, eu não tenho como afirmar nada, porque quem fez, quando fez, onde fez, eu não sei.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Você nunca chegou a questionar o seu pai pra quem mais ele mandou e ou se o próprio – porque eles são amigos – Presidente seria capaz de fazer essa inclusão?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não. Não questionei meu pai, e meu pai me falou que enviou o mesmo arquivo em Word, que eu passei pra ele, para o Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Porque eu até coloco para os meus pares aqui que eu não acredito que um Presidente da República, numa madrugada, vá inserir "Tribunal de Contas da União". Acredito, sim, que possam ter outras pessoas que... Acredito muito que seu pai deve ter passado pra outros, porque esse é um movimento que, desde o início, inclusive após a Portaria 774, de 9 de abril de 2020, na época da gestão do Ministro Mandetta, acabou gerando dois comunicados do TCU alertando pra isso, exatamente essa possibilidade de, quanto mais mortos, mais recursos. E o TCU fez esses dois documentos. Tem esses dois documentos.

Bom, deixe-me seguir aqui o raciocínio...

Com esse movimento social popular na internet, desde o início, era uma narrativa de quase todos, independentemente da posição, se eram favoráveis ou não ao Presidente, mais ao grupo favorável, questionava-se muito isto: essa questão de quanto mais mortos mais recursos chegava para o Estado. E há documentos comprovando isso do próprio Ministro na época, o gestor Mandetta, e dos relatórios do Tribunal de Contas, alertando que isso, em 2020, poderia realmente acontecer.

Bom, eu imagino que você, pegando esse histórico, até pra não prevaricar, foi em busca, foi estudar, foi pesquisar e enviou para o seu pai. Eu acho que – é tudo um pouco no achismo mesmo – o seu pai repassou pra outras pessoas e, por ser um assunto há muito tempo sendo discutido, viralizou e deve ter chegado a uma segunda versão para o Presidente, já com o escrito "Tribunal de Contas da União". Porque, para mim, assim, é meio que até infantil discutir que um Presidente da República ia lá pegar no WhatsApp, abrir pra achar um arquivo e escrever, e não sei o quê, com tantas coisas que demandam a posição de um Presidente da República.

Bom, eu queria perguntar ao Presidente da Comissão se não seria prudente, de repente, pedir para fazer uma acareação no celular, pra ver se não foi enviado não só para o pai, mas pra outras pessoas. Há essa possibilidade de a gente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - A Presidência já defere, porque, na verdade, já foi requisitado. E a douta defesa do Dr. Alexandre já comunicou que vai encaminhar pra esta Comissão Parlamentar de Inquérito não somente o momento do compartilhamento da informação para o pai do Dr. Alexandre, como também o compartilhamento da informação da parte do pai do Dr. Alexandre ao Presidente da República. Isso já foi requerido. O Dr. Alexandre já aquiesceu ao pedido, e a douta defesa disse que, nas próximas horas, até amanhã, deverá encaminhar para esta CPI.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - A gente não poderia, Presidente, estender isso? Porque, no meu entendimento, não só para a data e hora que o pai dele enviou para o Presidente da República, mas mais informações: se enviou para outras pessoas no mesmo horário, no mesmo período.

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeitamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Eu acho que aí a gente consegue tirar dúvidas: se só para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeitamente.

Mas, só para o conhecimento de... Essa mesma linha o Senador Fernando Bezerra aqui questionou, mas só para nós reportarmos os fatos: Dr. Alexandre - me corrija, Dr. Alexandre, se estiver errado - informou aqui a esta CPI que compartilhou a informação com o seu pai às 18h30min do domingo, dia 6. Correto, Alexandre?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeito.

O Presidente... Quem traz essa notícia a público pela primeira vez é o Presidente da República, entre 7h30 da segunda, dia 7... Entre 7h, 7h30, 8h30 de segunda-feira, dia 7.

Entendeu? Assim...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Sem embargo da informação que está sendo requisitada por V. Exa., que eu defiro para a CPI buscar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só a cronologia dos fatos, inclusive confrontada aqui pelo Dr. Alexandre, foi esta: compartilhamento com o pai às 18h30 e, aí a informação que nós temos – a informação que nós temos –, compartilhamento da informação por parte do Presidente da República... A informação vem a público pela primeira vez por parte do Presidente da República, na manhã, entre 7h30 e 8h30, do dia 7, da segunda-feira.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu acho que este ponto, Presidente – a gente colocar como se "veio a público através do Presidente", como sendo o primeiro –, a gente não pode pressupor isso ou dar certeza a isso, porque existe o grupo, que até a imprensa divulgou, que é grupo bolsonarista...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos, se V. Exa. me permite...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem fala isso é o próprio Presidente. Se V. Exa. recuperar o pronunciamento do Presidente da República, é ele que diz: "Estou trazendo aqui uma informação em primeira mão". Depois V. Exa. pode... É que eu não quero interromper a inquirição de V. Exa., mas depois V. Exa. pode resgatar, inclusive, a fala do Senhor Presidente da República, porque essa fala de primeira mão é dada pelo próprio Presidente da República.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para colaborar, Sr. Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É porque, assim, a fala do Presidente a gente não pode levar 100%, porque já há um histórico da fala...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso aí todos nós sabemos: a fala do Presidente não podemos levar 100%.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Exato. Por isso que eu acho que é importante...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso aí é de conhecimento público, o Brasil todo sabe.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Exato.

Por isso que eu acho importante pegar o celular do pai e ter não só a data e a hora enviada para o Presidente, mas para qualquer outro cidadão, porque eu acredito que, na madrugada – porque, pelo que eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já escutei, o Presidente acorda sempre às 4h da manhã, quando dorme -, ele deve ter recebido isso de grupos bolsonaristas, que devem ter postado em outras redes... Eu não acredito... Mesmo ele falando em primeira mão, ele é um Presidente da República, o que ele fala já chega como uma verdade e se espalha com uma rapidez que não se compara com qualquer outro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeitamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Mas era só isso. É para poder estender o levantamento do celular.

Mas obrigado, Presidente.

Obrigado, Alexandre, pelas respostas.

E fico por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Muitíssimo obrigado, Senador Marcos do Val, pela importante contribuição de V. Exa.

Ato contínuo, Senador Eduardo Girão.

V. Exa. tem 15 minutos, com toda a condescendência desta Presidência. Como V. Exa. muito bem sabe, o depoente está à sua disposição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) - Muitíssimo obrigado, Senador Randolfe Rodrigues, Presidente desta sessão eventualmente.

Seja bem-vindo, Dr. Alexandre, do TCU, um órgão importante da nossa República. A gente não tem a menor dúvida com relação a isso, Senador Marcos do Val, embora eu apoie aqui algumas medidas legislativas que considero fundamentais para que a Casa, cada vez mais, tire, de alguma forma, o verniz político que tomou conta, no meu modo de entender - respeito quem pensa de forma diferente -, de algumas outras instituições do País, neste momento crítico que a gente vive.

Eu, por exemplo, acredito que, para o TCU, o Presidente da República não deva indicar. Como ele vai indicar, se ele deve ser fiscalizado por esse órgão? Existe aí um conflito flagrante de interesses. Acredito que deveriam ter mandato também os Ministros do TCU. Eu sei que o senhor é concursado - não é isso? -, não cabe aqui no seu caso, mas acredito que nós precisamos de uma reformulação, sim, para o bem da nossa democracia.

A primeira pergunta que eu lhe faço, Dr. Alexandre Marques, é a seguinte: o senhor é filiado a algum partido político? Tem atividade política partidária?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Eu até estava conversando hoje com o Dr. Savio, meu advogado: eu sou filiado ao Democratas e explico por quê. Eu moro em Jundiaí, São Paulo, e estava sendo aberto o diretório municipal, acho, do partido, e tem uma amiga minha que é envolvida nessa parte política e ela perguntou para os amigos se poderiam fazer parte da criação desse diretório. Mas eu nunca me envolvi com política do partido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Bom, é boa essa informação.

Eu queria lhe perguntar o seguinte: como é que é o procedimento interno – só para entender como funciona – para se fazer o estudo que foi feito? Quem tem que autorizar? O senhor pode abrir de ofício? Como é que funciona, dentro do regimento interno, para se fazer o estudo que foi feito, no caso de supernotificações?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, como eu falei no meu depoimento, a gente estava na fase de planejamento do trabalho. Na fase de planejamento, são levantadas várias hipóteses, conversado em equipe, algumas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas quem suscitou isso? Foi o senhor? Quem suscitou a necessidade de se investigar supernotificações?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Essa, especificamente, fui eu, mas o trabalho é um trabalho em equipe. Há uma conversa, uma discussão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Alguém pediu para o senhor? Isso foi uma dica de alguém? Ou foi o senhor mesmo que, de alguma forma, queria buscar a verdade sobre esse assunto que a mídia tanto repercute?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Como eu falei, Senador, a minha intenção não era focar em quantidade de óbitos, mas a minha preocupação era com o repasse dos recursos federais, que utiliza como base a incidência da doença.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Então, era para...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então o senhor, para abrir, de alguma forma acreditou que poderia estar havendo algum tipo de, vamos dizer assim, alocação equivocada de recursos federais no combate à pandemia? É isso? De alguma forma, o senhor teve dúvida, para ir buscar esse assunto? Achou que poderia estar havendo supernotificação?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Como eu falei, um dos objetivos estratégicos do TCU para o tema saúde é colaborar para a melhoria da qualidade dos dados na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde. Então, os dados da incidência da doença refletem na distribuição dos recursos. Se alguns entes, se há alguma inconsistência nesses dados, entes que estão precisando de mais recursos poderiam estar recebendo menos, enquanto outros entes poderiam estar recebendo mais do que precisariam.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Então, a preocupação foi esta: verificar a qualidade desses dados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Desse grupo de trabalho que foi montado, quem mais, além do senhor, participou?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - O senhor fala da equipe de auditoria?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sim, nesse caso específico de supernotificações.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, eu elaborei esse arquivo em Word com essa discussão e apresentei para a equipe. E essa tese, essa hipótese foi discutida e não prosperou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - A equipe negou. Foi no voto essa decisão?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhor, não foi no voto. Eu conversei somente com a coordenadora do trabalho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sim.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Aos demais membros foi franqueado a eles também opinar, mas não opinaram...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E a coordenadora que negou?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não negou. Nós concordamos que não haveria a possibilidade de haver um conluio para deliberadamente subnotificar os dados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas com base em que se chegou a essa conclusão de que não se precisava aprofundar porque não haveria conluio?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Por conta da própria discussão, da conversa que nós tivemos, eu e a coordenadora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Como é o nome da coordenadora?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - É Cristiane.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Outra coisa que eu queria lhe perguntar é com relação... Na sua opinião, pelo que o senhor viu, pelo seu sentimento olhando os dados, enfim, os critérios para identificação de casos e óbitos de covid-19 no Brasil estão 100% seguros?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Senador, eu não posso afirmar que são 100% seguros ou não porque realmente comecei a provocar essa discussão, e nós entendemos na equipe que não era um...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Então, não pode afirmar porque não foi aprofundado o estudo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Exatamente. Era só preliminar aquele arquivo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Interessante isso.

O senhor considera razoável a possibilidade de existirem ocorrências de supernotificação de irregularidades nos Estados brasileiros, conforme divulgado pela mídia? De que forma o senhor imagina que isso poderia contribuir positivamente para auxiliar no enfrentamento à pandemia?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Senador, em relação à possibilidade de haver supernotificação ou subnotificação, isso existe, porque os dados são alimentados manualmente; na capilaridade do nosso SUS, em mais de 5,5 mil Municípios, esses dados são alimentados. Então, haver alguma inconsistência é possível.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Aí o TCU se negou a se aprofundar com relação a esse estudo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Na verdade, não o TCU; a própria equipe. Nós conversamos e entendemos que não era o caso de se aprofundar nessa linha.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pois é, se retirou uma análise que poderia ser mais profunda, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir, por favor, para a equipe passar o vídeo que está aí.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente, depoimentos como esse se multiplicaram nos Estados brasileiros.

Eu recebi, outros colegas Senadores receberam, e é nosso papel. Nosso papel é deixar as narrativas de lado e buscar a verdade, se aprofundar, sem fazer julgamento prévio de valor. Esse que deveria ser um trabalho sério de uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Do TCU também, que levantou a lebre com relação a isso, é um assunto que está na boca do povo, a supernotificação, e deveria ter se aprofundado. Uma pena que o TCU, ali no início, já resolveu não investigar.

Ainda bem que a CGU, Controladoria-Geral da União, Senadora Leila, está agora investigando isso. Inclusive, eu estou sendo um chato de galocha aqui, pedindo para que se traga o Ministro Wagner Rosário, do TCU, porque ele vai ajudar tanto esta Comissão, porque já foi inclusive aprovada a convocação do Ministro da CGU, Wagner Rosário, ele vai ajudar tanto a investigação da negociação com a Covaxin, que interessa a todos nós aqui buscar a verdade, onde quer que ela esteja, mas vai investigar também as 53 operações, Senador Heinze, operações de supostos desvios milionários de verbas federais enviadas a Estados e Municípios durante a pandemia, casos escandalosos, como o Consórcio Nordeste, que, para mim, é o símbolo nacional de corrupção nessa pandemia e que a CPI, de forma vergonhosa e covarde, não avalia a possibilidade de se aprofundar nesse escândalo que está, de norte a sul, de leste a oeste, na boca do povo brasileiro.

Então, eu acredito que é um papel nosso, nosso, com responsabilidade com o País, não fazer joguinho, não ficar fazendo mensagens politiquieras, objetivando 2022, mas investigar o que tem que ser investigado neste País.

Eu vejo aqui, sem contraponto nenhum, chegar militante político, dizendo-se cientista, dizendo que 300 mil vidas... E olhe que cada vida é importante! Quem não perdeu alguém nesta pandemia? Quem não sofreu? Mas disse que 300 mil vidas seriam poupadas se o Governo tivesse feito isto ou tivesse feito aquilo! Gente, eu já declarei publicamente aqui que discordo de algumas posturas do Presidente da República com relação a não usar máscara e a declarações sobre vacinas, causando aglomeração! Mas você chegar ao ponto de dizer que 300 mil vidas de brasileiros seriam salvas? Isso é uma irresponsabilidade! Eu fiz uma pergunta ao militante que veio aqui trazendo esses dados. Eu disse: "Ó, cadê? Foi feita alguma pesquisa no mundo para comparar com esses dados do Brasil?". "Não, não foi feita." Fica a palavra... O Senador Heinze pediu para trazer outro cientista para fazer o contraponto. A CPI não trouxe o cientista.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse tipo de situação que a gente está percebendo no País é muito triste, porque até morte de ator é politizada aqui dentro. Até morte de ator foi colocada na conta do Governo! Eu, com independência, tenho criticado, mas não posso aceitar esse tipo de politicagem em uma Comissão que deveria ter seriedade e responsabilidade.

Para encerrar, eu quero dizer que o momento que a gente vive, Presidente desta sessão, é um momento muito grave, de crise institucional. Nós temos aí uma perseguição declarada – declarada – a ideias divergentes no País. Hoje nós fomos surpreendidos, como se não bastasse a caça... É uma caçada a jornalistas que têm ideias conservadoras, que fazem um trabalho independente, como Alexandre Garcia, como Ana Paula Henkel, que vão contra essa onda de narrativa. E tem muitos outros! E você vê citações dessas pessoas aqui dentro da CPI, querendo manchar nomes que têm décadas e décadas de trabalho, que não têm mancha nenhuma.

Você vê o que acontece hoje com o TSE, que vem se reunir com partido político aqui dentro. Isso é ou não é interferência, para influenciar decisões importantes? Nós fomos eleitos para isso! É do Parlamento! O TSE não tem nada que vir aqui! E hoje fui surpreendido com uma decisão do TSE para ir atrás de blogue – olhem a que ponto chegou! –, atrás de blogue que vai com ideias divergentes, que manifesta sua liberdade de expressão, para desmonetizar, que é o caso de um trabalho com humor político, que é o da Bárbara, do blogue Te Atualizei, Senador Heinze. Olhe a que nível chega a perseguição! É ou não é uma ditadura o que a gente já vive neste País?

Então, tudo isso está acontecendo, Senador Marcos do Val – eu vou falar isso hoje no Plenário –, por uma omissão nossa, do Senado Federal, que fica em silêncio. Desde que eu assumi esta cadeira no Senado Federal, eu falo que nós precisamos deliberar. Não quer dizer que vai fazer *impeachment* em ninguém, mas precisamos pelo menos deliberar sobre as dezenas de pedidos de *impeachment* de ministros dos tribunais superiores que estão aqui.

Muita gente agora muda o discurso, porque os fins justificam os meios, e ficam calados. Eu continuo coerente. Não é porque o Presidente falou, porque outra pessoa falou; é porque chegou a hora de a gente encarar e não sermos coniventes com esse problema institucional que a gente vive no País, porque o Senado não faz o seu trabalho, que é deliberar sobre CPI de Lava Toga e deliberar sobre *impeachment* de ministro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

O próximo, Senador Fabiano, e, a última, Senadora Leila.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só uma informação que eu acho que é necessária, inclusive informado pelo blogue Poder360: o Brasil, no último mês, saltou da oitava posição no *ranking*, com mais mortes por milhão de habitantes, para a quinta posição. Nós só estamos atrás, a essa altura, do Peru, em número de mortos, Hungria, Bósnia e República Tcheca. Esse é o tamanho da catástrofe, da tragédia que vivemos no Brasil.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu, sinceramente, fico aqui me questionando, porque, em 27 anos como servidor público, eu sempre primei pelo princípio da legalidade. Eu confesso que o senhor, Sr. Alexandre, com todo o respeito à palavra que eu vou utilizar, mas o senhor foi um covarde. O senhor foi covarde quando o senhor está transferindo a responsabilidade que é do senhor para o seu pai, porque os dados que foram ali coletados, de forma irresponsável, pelo senhor... Aliás, o senhor vê isso... Baixou uma entidade no senhor, o senhor falou assim: "Eu vou apurar essas mortes que não foram bem nesse sentido".

Ninguém te demandou isso, e o senhor faz isso, quantifica, coloca numa tabela e manda para um pai? Qual a idade do senhor? O senhor não tem 15 anos, 18 anos, 16 anos, não. O senhor é funcionário público do TCU, uma instituição tão nobre para o fortalecimento da democracia. E o senhor fez isso, violando vários deveres.

Eu pergunto: esse processo, esse estudo paralelo, qual o objeto de estudo dele?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Senador, como eu falei no meu depoimento inicial, a minha preocupação foi em verificar o correto repasse dos recursos federais aos entes subnacionais.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Sim, mas o senhor passou para o seu pai com que objetivo? Eu vou falar qual o objetivo do senhor: o senhor sabia que o seu pai tem relação direta com o Presidente da República e queria que esses dados chegassem às mãos dele. Agora, eu quero esclarecer para o senhor que a Lei 8.112 declara: "São deveres do servidor: [...] guardar sigilo sobre assunto da repartição". Olha, não é assim, não.

Diz ainda mais, Lei de Improbidade Administrativa... O senhor praticou ato de improbidade administrativa também. Art. 11, III, da Lei de Improbidade:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

.....
.....



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

A pena é a perda do cargo, suspensão dos direitos políticos, multa de cem vezes a remuneração, dentre outras.

Digo mais, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, no art. 86:

Art. 86. São obrigações do servidor que exerce funções específicas de controle externo do Tribunal de Contas da União:

.....
.....
IV - guardar sigilo sobre dados de informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes aos assuntos sob sua fiscalização, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à chefia imediata.

Eu pergunto: O senhor tem hábito de ficar partilhando com seu pai assuntos do serviço do senhor por planilhas? Isso é um comportamento corriqueiro do senhor?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) - Então, como que o senhor justifica isso?

Por favor, tenha respeito a essas 569.581 pessoas mortas, não vamos menosprezar isso, não.

E passar vídeos, como foi passado aqui, com todo o respeito, falar: "Isso não foi...". Compete isso fazer uma apuração lá. Agora, nós não podemos buscar um fato e tentar generalizar.

O Governo Federal menosprezou o principal bem jurídico, por isso que teve que fazer um consórcio pra apurar o número de óbitos diante da ineficiência do poder público.

O senhor é um auditor do Tribunal de Contas da União. Assim como o senhor, eu também sou servidor público, honre a função que o senhor exerce, honre o múnus público, porque não está em jogo só o patrimônio, mas está em jogo o múnus público, a função pública, a dignidade do cargo. Não tem como, o senhor praticou a violação de sigilo da sua função, está no art. 325 do Código Penal. Não tenho dúvida de que esse comportamento está ali descrito, crime. Crime: "revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação. Pena, detenção de seis meses a dois anos e multa, se o fato não constituir crime mais grave". E constituiu crime mais grave, sim, porque difundiu na população num espírito de que a sociedade estava vivendo uma falsa realidade, quando nós temos quase 570 mil pessoas mortas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu perdi uma cunhada de 44 anos, minha sogra ficou internada por três meses e está com sequelas, 20 milhões de brasileiros que tiveram e que sobreviveram estão com sequelas para o resto da vida. E o senhor, como auditor do Tribunal de Contas da União, por um ato de inspiração divina fala: "Eu vou estudar porque esses valores estão superdimensionados". E faz isso por conta própria, faz uma planilha, manda para o seu pai, sabe que ele tem acesso direto ao Presidente, um Presidente irresponsável, criminoso, porque quem de qualquer forma concorre para o crime responde pelo mesmo crime. A obrigação dele, como Chefe do Estado, era apurar a fonte, era buscar de onde que veio, era um órgão... Era uma manifestação oficial do Tribunal de Contas da União? Não, então não revela isso. Agora, jamais fazer isso.

Esta CPI já jogou luz em muita coisa. Aqui foi provado que o Presidente da República e seus ministros investiram no tratamento precoce, difundiram imunidade de rebanho. Imunidade de rebanho é crime de epidemia qualificada, com pena de 20 a 30 anos – pena de 20 a 30 anos –, está lá no art. 267, é crime hediondo. Aqui foi revelado que os ministros da saúde não tinham autonomia no ministério, que existia gabinete paralelo. Não existe gabinete paralelo para quem não seja servidor público na administração direta ou indireta, isso é usurpação de função pública, previsto no art. 328, do Código Penal. Aqui foi verificado que o Presidente demorou em atender Manaus. As pessoas morreram por asfixia, art. 121, matar alguém, §2º, se o crime é cometido, inciso III, com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel que possa resultar perigo comum. Aqui foi verificado que ele recusou 101 ofertas da Pfizer. Mais uma vez prevaricou, art. 319. Foram verificadas no consórcio da Covaxin inúmeras irregularidades, com pedido de propina.

E, quando eu vejo Senadores aqui que, com todo respeito, não têm formação ou não devem ter formação na área de jurídica falar que no crime de corrupção passiva, do 317, precisa da obtenção da vantagem, eles não sabem nem o que é um crime formal, porque, no crime de corrupção passiva do 317, basta solicitar. Esta CPI jogou luz sobre isso.

Aqui foi provado que o Presidente corriqueiramente não usa máscara e ainda não... Eu nunca vi. Eu queria tanto, como cidadão, ver esse Presidente percorrendo os hospitais nos rincões do Brasil; não fazendo motociata sem máscara, sem distanciamento, mas entrando nas unidades, visitando as UTIs, visitando essas famílias, esses familiares que estão lá com covid. Eu nunca vi esse Presidente fazer isso, de tão desumano que ele é, cruel, criminoso, covarde. Eu nunca vi esse Presidente falando: "Pelo amor de Deus, acreditem na ciência, tomem vacina, façam o distanciamento social, usem álcool em gel, usem máscara!". Eu nunca vi isso!

E o senhor corrobora isso. O senhor confirma isso. O senhor ratifica esse tipo de comportamento. Com todo o respeito, o senhor foi um covarde, um covarde quando o senhor está transferindo para o seu pai uma responsabilidade que é sua, porque o senhor violou uma obrigação de seu sigilo profissional, por todos esses artigos que eu elenquei aqui. E, quando o Presidente também, mais uma vez, percorre o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminho nessas motocicletas, o escaravelho da morte, está praticando outro crime: 268, que é uma medida sanitária, infração de medida sanitária.

Agora, quando ele pega essa planilha e a utiliza adulterada, nós temos um crime de falsificação de documento público, previsto no art. 297 do Código Penal. Eu acho que nunca... Isso eu só estou falando nos crimes comuns. Eu não entrei nem na Lei de Improbidade Administrativa, que é a Lei 1.079, de 1951, Senador Randolfe. Eu não entrei nem ainda no art. 85 da Constituição Federal, nos crimes de responsabilidade do Presidente da República. Mas é necessário que a Câmara dos Deputados, através do Presidente da Câmara, tenha um mínimo de responsabilidade, porque a omissão dele é muito relevante.

Nós presenciamos Presidentes sofrerem *impeachment* por tão pouco, por nada. E nós estamos presenciando um Presidente da República vilipendiando a Constituição Federal diuturnamente, violando o principal bem jurídico, que é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde. Por que o Código Penal, o abre-alas do Código Penal começa com o art. 121? Porque o principal bem jurídico é a vida humana. E esse Presidente, com seus ministros, com toda a sua turma e, inclusive com o senhor, quando, por um ato de inspiração unilateral... E eu não acredito nisso. O senhor vai lá: "Vou resolver apurar". E partilha como se fosse assim, como se estivesse tratando de um filho adolescente para um pai - "Papai, olha só: eu produzi aqui uma planilha" -, sabendo que seu pai tinha acesso ao Presidente, sabendo que ele ia divulgar.

E aqui eu queria fazer um apelo: eu acho que esta Comissão não tinha que ficar pedindo o momento em que o pai mandou, não, porque, se não pudesse ouvir o pai dele aqui - o que pra mim era importante -, tinha que quebrar é o sigilo telefônico do pai dele pra saber qual é o teor dessas conversas com o Presidente da República.

Volto a falar: em todo esse rol de crimes que eu elenquei aqui, eles são responsabilizados tanto por ação como por omissão, porque o Código Penal é muito claro, Senador Humberto, quando ele diz, no art. 13, que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha por lei obrigação de proteção, vigilância e cuidado. O Código Penal é muito mais claro quando atribui a responsabilidade de outras pessoas, quando no art. 29 diz que: "Quem, de qualquer [...] [forma], concorre para o crime incide nas [mesmas] penas a este combinadas, na medida de sua culpabilidade". E o Código Penal também é claro e enfático ao definir o conceito de dolo, no art. 18: "Diz-se o crime doloso, quando o agente quis o resultado [...]". Dolo é vontade, dolo é intenção. Mas ele vai além, ele coloca uma conjunção alternativa: "[...] ou assumiu o risco de produzi-lo".

Eu não tenho dúvida de que o Presidente agiu por dolo, agiu com comportamento por ação e por omissão, mas quem de qualquer forma tenha concorrido por todos esses crimes deve ser responsabilizado na medida de sua culpabilidade, seja responsabilidade civil, seja responsabilidade penal, seja responsabilidade administrativa, mas o senhor, enquanto auditor do Tribunal de Contas da União, que é uma das instituições que eu mais enalteço na espinha dorsal do Estado democrático de direito, que é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição da República Federativa do Brasil, tem que ter a honradez, a hombridade, a dignidade de confessar que o senhor violou um direito funcional, que o senhor não tinha que estar divulgando dados preliminares para o seu pai, como se tivesse uma relação próxima, porque o senhor sabia que o seu pai ia direcionar isso para o Presidente da República. E ele, de forma criminosa, ao fazer o que ele fez, difundiu à população isso, dando descrédito a esse consórcio, a esse mesmo consórcio que está apontando aí o Brasil sendo uma vergonha para o mundo na violação daquilo que é o principal bem jurídico, volto a afirmar, que é a vida humana, o respeito à integridade física e a saúde de todo brasileiro e brasileira.

Eu espero que a consciência do senhor dite efetivamente o ato da sua vida e, quando o senhor olhar pra trás, o senhor vai verificar que por trás do seu cargo tem o múnus público, tem toda uma instituição que hoje deve estar muito triste vendo o comportamento de um auditor do Tribunal de Contas da União tendo um ato totalmente de violação a vários artigos, conforme eu descrevi aqui.

Esse é o meu desabafo, Sr. Presidente. E eu espero que esta CPI tenha a hombridade de dar uma resposta à sociedade, que lute pra que nós tenhamos a preservação daquilo que, mais uma vez eu falo, não sendo repetitivo, é o principal bem jurídico, que tem que ser protegido pelo Estado brasileiro, a teor do que determina os arts. 6º e 196 da Constituição Federal, que é a vida humana, porque a saúde pública é direito de todos, mas é dever do Estado. E o Estado brasileiro, através do Presidente da República, tem a digital na morte de 569.581 brasileiros e brasileiras. Essa estatística tem rosto, tem voz, tem história, tem dignidade. Essas famílias precisam...

Eu queria muito ver o Presidente da República percorrendo, Senador Girão, os hospitais lá do Nordeste, entrando nos corredores, se solidarizando com as famílias, mas não. Sabe por que ele não faz isso? Porque ele não tem apreço ao maior bem jurídico que é a vida humana, ele não tem amor. Nós temos que difundir o amor e não o ódio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Obrigado, Senador Fabiano.

Nossa última inscrita seria a Senadora Leila, mas, pelo visto, a Senadora Soraya se inscreveu. Obviamente, com a condescendência desta Presidência em relação a fala de V. Exa., que será importante ouvir, mas, até por pedido da douta defesa e também por compreensão desta Presidência, nós optamos por hoje não realizar o intervalo, para poder encerrar o depoimento mais cedo. Então, nós ouviremos agora a Senadora Leila por 15 minutos e, em seguida, a Senadora Soraya Thronicke, para concluirmos a inquirição de hoje. Tudo bem? Para a gente manter sem o intervalo, para terminar mais cedo e nos liberarmos todos mais cedo. Perfeito? Tudo bem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Sr. Presidente, com a permissão da minha querida irmã Senadora Leila, só para efeito de juntada de documentos, eu queria entregar à Presidência desta CPI, em suas mãos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... o vídeo que eu enviei e aqui foi apresentado pela CPI. Eu tomei imediatamente atitude com relação a isso. Na hora em que eu soube, fiz uma carta para o Governador de São Paulo, João Doria, no dia 17 de junho de 2020, relacionando o nome das pessoas citadas e pedindo esclarecimentos. Até esta data, hoje, dia 17 de agosto de 2021, não recebi retorno sobre essa denúncia de supernotificação que ocorreu. Então, vou passar para o senhor, o vídeo já está com a Mesa, e vou passar a carta.

Eu me somo ao senhor, que quer ouvir o Ministro Wagner Rosário, que está fazendo a investigação sobre supernotificação de óbitos na covid, para que também possa trazer dados aqui para que a gente busque a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Acho que é importante, Senador Girão, inclusive, para o Ministro Rosário informar aqui por que ele acha que não houve falsificação na *invoice* da Precisa e por que não houve nenhuma improbidade no caso da Precisa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Exatamente, precisa vir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... quando, inclusive, as informações que o Dr. Alexandre fala aqui confrontam-se com o que o Sr. Wagner Rosário fala. Afinal, a CGU é uma instituição que tem que ser do Estado brasileiro e não uma instituição a serviço de governos.

Recebo, Senador Girão, e faço mais... Recebo, no exercício da Presidência, o documento encaminhado por V. Exa. e peço para a Secretaria da CPI, inclusive, reiterar o pedido de informações que V. Exa. fez ao Governo do Estado de São Paulo.

Muitíssimo obrigado.

Senadora Leila, V. Exa. com a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) - Imagine, Girão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu cumprimento o senhor, cumprimento as Senadoras, os Senadores e todos que nos acompanham hoje nesta sessão da CPI. Cumprimento também o auditor do TCU, o Dr. Alexandre Marques.

Eu vou ser objetiva, não vou tecer nenhum tipo de comentário até o momento a respeito da sua participação nesta Comissão, mas eu vou reiterar algumas perguntas que eu acho convenientes até para maiores esclarecimentos.

O senhor usa ou usava as redes sociais até o episódio do tal relatório, Sr. Auditor?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Eu continuo usando as redes sociais.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Continua? Continua.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - O senhor acredita no tratamento precoce?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - O senhor acredita no uso de máscara e álcool em gel?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Sim, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - O senhor acredita no uso de vacinas no combate à covid-19?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Acredito.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Acredita no isolamento social?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Acredito que o distanciamento social reduz o espalhamento do vírus, sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Acredita no isolamento vertical?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Eu... Essa foi uma... Eu compartilhei isso nas minhas redes sociais no início da pandemia, mas hoje não acredito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - O senhor acredita nas medidas restritivas?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - De algumas, com certeza.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Então, eu vou dar continuidade à pergunta.

O senhor acredita na culpa exclusiva dos Governadores e Prefeitos no enfrentamento da pandemia como afirmam - isso nós temos aqui vídeos falando - o Presidente, seus filhos e seus apoiadores? O senhor acredita nessa única e exclusiva culpa dos Governadores e dos Prefeitos?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Então, por que, então, o senhor publica em redes sociais esse tipo de informação, assim, de vídeos do Presidente citando e esse tipo de informação a respeito?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Senadora, eu compartilhei algumas publicações por concordar em alguns pontos de algumas coisas e discordar de outras, como qualquer cidadão.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - É porque o Presidente, em nenhum momento, faz a mea-culpa ou assume a sua responsabilidade diante disso. Ele, numa situação mais cômoda, insiste, persiste em culpar a atuação dos gestores estaduais e municipais e não se enxerga nesse processo, que está bem claro.

Então, o senhor concorda ou não concorda com a atitude do Presidente ao afirmar - ele, filhos, apoiadores - que essa culpa é de Governador e de Prefeito? A sua opinião.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, não acho que essa culpa seja exclusiva de Governadores e Prefeitos.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - O senhor acredita na supernotificação de mortes nos Estados e Municípios brasileiros em decorrência da covid-19?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Senadora, como eu falei aqui no meu depoimento, a minha intenção, quando preparei esse arquivo, foi gerar um debate com a equipe de auditoria, para verificar se poderia haver inconsistências que impactariam no repasse de recursos federais aos entes subnacionais. Eu usei a questão da possível supernotificação, como poderia ter utilizado a da possível subnotificação de casos, em função da não existência de uma política de testagem em massa. Foi simplesmente para gerar um debate junto à equipe de auditoria. Não foi para afirmar nada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Segundo a imprensa, quando começou a pandemia do novo coronavírus, o senhor teria pedido para acompanhar as compras com dinheiro público de equipamentos para o enfrentamento da doença. Isso é verdade?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - O seu pedido para atuar nesse setor foi solicitado em algum momento para alguma chefia ou até mesmo para o próprio Presidente da República? Houve, em algum momento, essa indagação a respeito de o senhor participar?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - O senhor usualmente compartilha documentos relacionados aos seus trabalhos de auditoria com pessoas estranhas à sua equipe ou aos seus superiores?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Então, a pergunta é clara: então, por que o senhor levou esse documento a seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - É como eu falei: meu pai sempre foi um confidente meu, um amigo, e, numa conversa íntima, familiar, eu conversei com ele. Estávamos conversando sobre vários temas, entre eles, sobre a covid, que é um tema corriqueiro, em todos lares, de se conversar, e mostrei para ele o que eu tinha trabalhado naquela semana. Simplesmente isso.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - A imprensa divulgou que o senhor declarou que a distribuição dos recursos federais aos Estados é por número de óbitos. Isso é verdade?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Existem vários... Pelos normativos do Ministério da Saúde, existem vários critérios para instituição, um deles é pela taxa da incidência da doença.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - O senhor sabe que não é isso que está consignado na LC 173, de 2020?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Lá fala em 60% pelos critérios populacionais, FPE, e 40% pela contaminação, ou seja, só por isso, já se demonstraria a casualidade de sua tese.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algo a comentar a respeito?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhora. Em relação ao repasse em função da incidência...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – ... então, a minha ideia era verificar a qualidade dos dados, para verificar se poderia haver inconsistências que impactariam no repasse dos recursos federais. Apenas isso.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Afinal, como o senhor chegou à conclusão de que metade das mortes por covid foram registradas de modo incorreto ou fraudulento, conforme afirmou o Presidente a partir do seu relatório?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senadora, no meu arquivo que eu compartilhei com a equipe e que não prosperou, nós concluímos que não seria objeto de escopo, não há essa conclusão.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu pergunto para o senhor: qual foi a metodologia usada pelo senhor então?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu peguei simplesmente a série histórica de crescimento de óbitos com base nos dados públicos do Portal da Transparência do Registro Civil.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Então, o senhor se baseou por um portal, pelos dados do portal?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Os dados do Portal da Transparência do Registro Civil.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

Além de criar um relatório falso, o senhor também falseou alguma tese para corroborar com a conclusão que já perseguia, tanto o senhor como o Presidente, a respeito desse aumento – não é? –, desse excessivo aumento que as pessoas...? Que, enfim, está apresentado no relatório de que existe uma supervalorização do aumento de óbitos, e não é isso que consta.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senadora, como eu falei, esse não é um relatório, não é? Esse não é um documento oficial do tribunal; isso foi só um arquivo que eu preparei de duas páginas para gerar um debate com a equipe, e que não prosperou o debate. Simplesmente isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Segundo a imprensa, o senhor contou ter enviado ao seu pai uma mensagem, um breve levantamento sobre as mortes por covid, classificado por ele mesmo como rascunho. O seu pai teria, então, mandado o arquivo para o Presidente? Foi isso que aconteceu?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Foi. Eu passei para o meu pai, por WhatsApp, e meu pai me confidenciou que passou para o Presidente, sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - E ainda, segundo a imprensa, o senhor teria dito que "no meu arquivo que eu preparei não tinha qualquer menção ao Tribunal de Contas da União, não tinha cabeçalho, não tinha identidade visual, data, assinatura, não tinha destaques grifados com marca-texto, nada disso, ou seja, depois que saiu da esfera privada particular, dei para o meu pai e ele acabou repassando. Como era um arquivo em Word, poderia ser editado por qualquer pessoa".

Eu pergunto ao senhor: o seu pai lhe avisou que enviaria ao Presidente da República no mesmo dia em que o senhor lhe enviou esse arquivo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhora. Ele não me falou que compartilharia o documento.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - O senhor não sabia, então, que o seu pai enviaria para o Presidente?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - O senhor foi pego de surpresa?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Sim, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - O senhor sabe que, mesmo não tendo a logo do TCU, é muito grave a sua conduta ao enviar o documento, mesmo tendo sido a seu pai? Mesmo tendo enviado para o seu pai e seu pai comentado que foi um relatório seu, você sabe que é muito grave essa conduta? Concorde?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Discordo, Senadora, porque os dados eram públicos e não era uma linha de investigação que fazia parte do escopo do trabalho.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Especialmente sabendo que o seu pai é amigo íntimo do Presidente?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - E o que fez o senhor descobrir no dia seguinte que o Presidente havia indevidamente apresentado seu trabalho numa entrevista no cercadinho, em que ele sempre, enfim, faz as entrevistas?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Esse vídeo circulou...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Sim.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - ... nas redes sociais...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Sim, todos nós vimos.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - ... e o meu pai também me enviou esse vídeo na manhã seguinte.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - E o senhor falou com seu pai sobre o assunto? Vocês conversaram sobre o assunto?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Sim, senhora. Falei, e falei que era um equívoco do Presidente, porque não havia nenhum posicionamento do TCU a respeito.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - E o que ele justificou ao enviar ao Presidente? O que o seu pai justificou? "É meu amigo?"

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, o que ele me falou foi que ele tinha entendido é que era algo oficial do tribunal.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - O seu pai entendeu que era algo oficial do tribunal...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - E que já era público, que já era uma informação pública do tribunal.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - E o que o senhor tem a dizer sobre esse episódio? - o senhor, particularmente.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Conforme eu falei no meu depoimento na comissão do PAD, eu fiquei indignado com esse compartilhamento indevido.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Eu pergunto ao senhor se o senhor acha que cumpriu devidamente as suas funções como servidor do TCU.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Sim, senhora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - O senhor acha que colaborou para o Brasil e para o enfrentamento da pandemia com essa conduta e com essa situação toda que envolveu apenas uma relação familiar, passar um relatório para o pai, amigo do Presidente, e o Presidente esboçar, passar para a população informações que não eram verdadeiras, que geraram muito conflito, muitas incertezas no País? Enfim, que geraram uma confusão, porque, na verdade, a gente vive um momento muito tenso, de muita polarização, e cada um quer ouvir o que lhe é conveniente. E o que o senhor tem a falar sobre essa conduta? Faria de novo esse procedimento? Estaria agora mais alerta, até mesmo nas relações particulares?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Com certeza, eu estaria mais alerta.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Muitíssimo obrigado, Senadora Leila Barros, pela sua inquirição.

Agora, sim, a nossa última a inquirir no dia de hoje, a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) - Sr. Presidente, muito obrigada.

Sr. Alexandre, seu patrono, boa tarde a todos, a todos os servidores, a todos que nos assistem.

Eu cheguei hoje de Campo Grande e não consegui acompanhar tudo, mas, do pouco que eu consegui acompanhar, percebi também que a população brasileira está muito atenta, participando ativamente. Eu vou fazer aqui algumas perguntas e pergunta inclusive de um internauta.

O Beto Lira, do Distrito Federal, disse o seguinte: "Infelizmente as principais perguntas não foram feitas ao auditor do TCU". Uma delas... Então, agora, Beto Lira, vou fazer essas perguntas. E agradeço muito a colaboração de todos vocês. É importante demais o Brasil estar atento, o Brasil construir uma maturidade política, analisar todo o depoimento, analisar os documentos que estão liberados no portal da CPI, que é dentro do portal do Senado Federal, justamente para que não se exerça nenhum juízo de valor inadequado, que não seja condizente com a verdade.

Eu vejo que muita gente nas ruas, Senador Girão, conversa muito, muita gente assiste, mas eu percebo que muitas vezes não acompanha de verdade, não entende o que está acontecendo. Às vezes acha que a CPI é só isso aqui, só depoimento, só ouvir depoimento. Não, tem um trabalho de bastidor muito intenso, tem muita documentação para ser analisada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o Beto Lira pergunta o seguinte: o seu pai, Sr. Alexandre, pediu autorização para encaminhar ao Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Não, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Não.

O senhor não chegou a adverti-lo de que aquilo era um documento, apesar de não estar com papel timbrado do TCU, sigiloso? O senhor advertiu seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Eu falei para o meu pai que eu tinha produzido aquilo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas o senhor advertiu o seu pai de que não poderia repassar esse documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não adverti expressamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Quando ele repassou o documento ao Presidente da República, ele avisou ao senhor? Ou o senhor ficou sabendo pela mídia no dia posterior?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Eu só fiquei sabendo pela mídia no dia seguinte.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O seu pai passou esse documento somente para o Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Eu não tenho como afirmar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor não perguntou?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Ele me falou que passou isso, mas eu não posso afirmar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Somente para o Presidente, ele falou?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Foi o que ele me falou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Qual foi a sua reação quando soube que seu pai havia transmitido o documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Eu fiquei indignado com a situação, eu falei para ele que não era... Que era um equívoco do Presidente atribuir esse arquivo ao Tribunal de Contas da União, que não havia nada do TCU, formal, nenhum documento formal falando ou negando a quantidade de óbitos no Brasil. Deixei isso bem claramente para ele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Seu pai utiliza as redes sociais? Utiliza WhatsApp, grupos?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - WhatsApp, sim; as demais redes sociais, eu acredito que não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Ele conversou posteriormente com o Presidente da República, após repassar, após sair a divulgação de que aquele documento que chegou às mãos do Presidente chegou adulterado, alguma coisa nesse sentido?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Ele não me falou nada sobre adulteração do documento. O que ele me falou é que, depois de o Presidente divulgar aquele vídeo da segunda-feira de manhã, ele novamente falou com o Presidente que aquilo ali não era um documento do tribunal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - E o que o Presidente disse para ele?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não sei dizer, meu pai não me falou.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor acredita que... O que foi que aconteceu com esse documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Senadora, não tem como eu saber... A senhora fala em relação à inclusão...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Elucubrações apenas: o que o senhor imagina? Não é possível que o senhor não tenha imaginado nada.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Ah, Senadora, eu não tenho... Conforme eu falei...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Porque o senhor envia um documento "x" pro seu pai, e de repente o documento aparece diferente daquele documento original, e com o timbre do TCU. O senhor imagina que aconteceu o quê?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Eu não tenho ideia. Alguém alterou aquele arquivo original de Word, como eu falei, que não condiz com esse arquivo que circulou nas redes sociais, que tem a inscrição do Tribunal de Contas da União. Agora, quem foi, quando foi e onde foi, realmente não tem como eu saber.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor acredita, da forma com que apareceu o timbre... Porque quando nós temos acesso ao sistema interno do TCU ou aqui do Senado, nós temos o timbre. Quem poderia ter esse timbre? Ou seria fácil recortar, copiar? Esse timbre, na sua concepção, foi extraído de dentro do sistema do TCU ou ele simplesmente foi copiado, recortado de uma imagem?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Senadora, na verdade, não tem a identidade visual do tribunal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Ah, não tem.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, foi só a inclusão de um cabeçalho escrito: Tribunal de Contas da União. Mas não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Ah, então foi só isso. Não tem o timbre, apenas isso.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Isso, não é a identidade visual oficial do tribunal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Tá. E aí não tem também assinatura nenhuma nesse documento, certo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor acredita que alguém da assessoria do Presidente fez esse tipo de edição no documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Como eu falei, realmente não tem como eu saber quem fez, quando fez nem onde fez.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Bom, o senhor disse para a Senadora Leila, há pouco: "Ah, não era o escopo do trabalho". Aí eu pergunto ao senhor: qual era o escopo desse trabalho?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Na verdade, na fase de planejamento é que vai sendo definido o escopo. O acompanhamento da covid abarca vários temas, tanto é que esse era o sexto ciclo do acompanhamento – já havia cinco ciclos anteriores, esse era o sexto.

E, no planejamento, nós estávamos conversando – a equipe – para ver quais temas seriam abordados nesse sexto ciclo: a questão de vacinas, vigilância epidemiológica, qualidade dos dados... Então, como eu falei, as teses são apresentadas pelos membros da equipe, são discutidas em equipe. Algumas prosperam e entram no escopo para a parte de execução do trabalho, e outras simplesmente não seguem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por que a equipe de trabalho...? Qual foi a decisão que motivou a equipe de trabalho a deixar de lado esse estudo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Como eu falei no meu depoimento, Senadora, no início, eu apresentei isso no ambiente de trabalho do Microsoft Teams, que é uma sala de trabalho virtual...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Coloquei o arquivo lá, deixei transparente para a equipe comentar, criticar, ignorar. E os demais membros da equipe não teceram comentários, só a coordenadora do trabalho que conversou comigo pelo *chat*. Nós conversamos... Nós concordamos – inclusive, isso está registrado no *chat* – que seria impossível haver um conluio para supernotificar os casos. E, no debate ali, realmente entendemos, concordamos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Que não havia relevância.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Exatamente. Concordamos que não havia relevância, e ele não entrou no escopo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vídeos como o vídeo que o Senador Girão mostrou rodam por aí nos grupos de WhatsApp, nas redes sociais. Também houve um boato logo no começo lá no Amazonas de que caixões estavam sendo enterrados, mas com pedras. Eu não sei se são lendas urbanas, eu não sei o que são, mas acredito que o senhor tenha escutado falar disso. O senhor, que é *expert* em investigação, em análise, acha qual seria o caminho para que investigássemos essas mortes, essa possível supernotificação? Porque esse senhor que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falou que morreram dois primos... Nós teríamos que ter, primeiro, o diagnóstico de covid, o exame dessa pessoa, e, depois, o atestado de óbito com a *causa mortis*, não apenas a documentação do atestado de óbito. Temos que ter os dois, porque, do cotejo disso a gente tira... Não é realmente possível que um laboratório entre em conluio com o médico, que alguém vá imaginar que essa pessoa irá a óbito... Mas o que o senhor orientaria? Seria uma investigação da própria polícia em cada Estado? Como deveria ser feito isso, considerando que, se nós não tomarmos uma atitude em relação a esses vídeos, sendo mentira ou sendo verdade, essa dúvida vai pairar no inconsciente coletivo, inclusive, de achar que esta pandemia é uma brincadeira? Tem gente que até hoje não se sensibilizou. Eu tenho amigos que não perderam ninguém, que simplesmente não... Acham que não... E continuam sem prestar atenção no que está acontecendo. No começo, nós achávamos que seria uma situação, depois nós fomos vendo que a situação era grave, gravíssima. E essas dúvidas ficam rondando aí a cabeça das pessoas. Mas qual seria a forma de fiscalizar esse tipo de questão?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Senadora, eu posso falar pelo TCU, não pelos demais órgãos de investigação.

No TCU, dado isso que a senhora falou, para haver um conluio, deveria haver um conluio em 5.570 Municípios, médicos, gestores...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor acha que seria perda de tempo do TCU, depois de eclodir essa situação, que ele investigasse? Ou não?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, não é... A questão, Senadora, é que é assim: sempre que o tribunal vai fazer um trabalho, tem que haver uma coisa chamada viabilidade de investigação, de evidenciação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Evidências.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - E como evidenciar isso? Foi isso que nós conversamos - eu e a coordenadora do meu trabalho - e, por isso, nós descartamos isso do escopo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Que não daria, que não havia evidências suficientes.

Então, eu peço para que vocês que conhecem esse senhor desse vídeo: que essas pessoas realmente provassem, porque nós ficamos na dúvida - e é natural.

Eu estou satisfeita.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só gostaria de terminar aqui dizendo, Sr. Presidente, que eu pedi para a minha equipe levantar o que já chegou de material advindo dos Estados e Municípios, de norte a sul, de leste a oeste deste País, para esta CPI. Minha equipe está levantando. Ela levantou: só do Mato Grosso do Sul são 33 documentos que já chegaram. Agora, nós estamos lá debruçados sobre esses documentos. Eu vou começar pelo meu Estado, é obvio. Entendo que o Senador Girão... Senador, tem muito documento do seu Estado. Porque a gente só fala aqui em Consórcio Nordeste, Consórcio Nordeste, Consórcio Nordeste... O Brasil não se resume ao Nordeste. Nós queremos ouvir o Gabas? Sim, mas e o que está acontecendo no resto do País, nas demais 18 unidades da Federação? O País não se resume ao Nordeste, não se resume ao Consórcio Nordeste.

E eu sugiro que... De acordo com o seu requerimento de abertura de CPI, o senhor se disponibilizou e está atuando de forma coerente com o seu pedido. Eu entendo que nós temos que fazer a nossa parte. Não é: "Esta CPI não vai investigar?". Eu pergunto, Senador Girão, se nós estamos investigando Estados e Municípios. Não há tempo suficiente para uma equipe de sete... E os demais restantes dos onze titulares exigirem que os sete façam isso, façam o nosso trabalho. Se eles não estão investigando...

Eu não sou membro, mas eu já estou investigando, já me disponho a fazer o trabalho. Quero deixar aqui... Eu também estou, de uma maneira ou outra, fazendo a minha parte. Eu officiei o Tribunal de Contas do meu Estado, e o Tribunal de Contas me disse aqui em três parágrafos... E eu pedi o seguinte... Eu sei que as contas não foram julgadas ainda, existe um prazo, um lapso temporal, mas eu sei de rumores de Municípios em que já foram identificadas questões aí que clamam pela nossa investigação... E aí eu pedi pelo menos que o Tribunal de Contas me mandasse qualquer parecer já adiantado pela reprovação ou algo assim - não foi julgado, mas os auditores já emitiram ou estão emitindo pareceres -, mas a resposta foi a seguinte:

"Com meus cordiais cumprimentos, em atenção ao ofício acima mencionado, informo que até o presente momento, as divisões competentes não finalizaram as análises técnicas pertinentes as Contas Municipais, relativo ao exercício de 2020.

E, com relação aos gastos com a Saúde, especificamente com a Pandemia do COVID-19, este Tribunal, naquilo que lhe compete exercer controle externo, esta demandando todos os esforços para acompanhar e fiscalizar seus jurisdicionados na correta aplicação do recurso público.

São estas as informações que temos a prestar, colocando-nos à disposição [...]

Não estou contente ainda, porque acredito que já tem algumas evidências, mas, enfim, estou aguardando.

E já digo: de Mato Grosso do Sul, só um dos documentos tem mais de 300 páginas. É muito trabalho! Então, eu acredito que, se quisermos realmente a verdade real de absolutamente tudo, compete a nós fazer esse trabalho, Senador Randolfe, Senadora Leila, Senador Girão. Aqui no DF, tem muita coisa a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser apurada. Eu acredito também que tenhamos recebido muitos documentos que não vão valer de nada, porque não é fácil fiscalizar neste País.

O que eu quero dizer com isso é que, quando as pessoas me perguntam nas ruas "Soraya, que história é esta de que não estão investigando Estados e Municípios?", o que eu tenho a dizer é o seguinte: estamos, sim! Temos documentos. Só que essa culpa eu não quero que recaia sobre mim, mas eu não vou exigir que o outro grupo que fez outro pedido faça esse serviço. Então, acredito que cada um fiscaliza o que mais lhe interessa. Nós temos a obrigação, sim, de entregar um documento, um relatório à parte, para que o Relator faça ali com a sua assessoria... Mas que nós possamos levantar, no mínimo, no mínimo - estão faltando apenas dois meses -, alguma resposta para a população brasileira, sem culpar os colegas, Senador Girão.

Com todo o respeito, *data maxima venia*, era o que eu tinha para dizer.

Agradeço, Presidente, por me ter permitido a fala, mesmo eu chegando neste momento, mas eu estava acompanhando durante a minha agenda externa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Obrigado, Senadora Soraya.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Sr. Presidente, pela ordem. É só para reiterar também...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Senadora Leila e Senador Eduardo Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu também gostaria de falar.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem.) - É muito rápido.

É só também para agradecer ao senhor por ter dado a oportunidade tanto para mim quanto para a Senadora Soraya...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - A honra foi toda minha, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - ... de integrarmos a lista dos últimos, mas também, como ela, eu estava no gabinete acompanhando.

Obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Sabemos muito bem disso.

Sempre tenho reiterado a indispensável contribuição que a Bancada Feminina tem prestado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A honra é toda minha, e não poderia ser diferente.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Perfeito!

Rapidamente, Senadora Soraya, só deixo muito claro para a senhora - eu também sou abordado nas ruas, e é uma defesa legítima, seja do cearense, do mato-grossense, do amapaense ou do alagoano, querer saber para onde foi o seu dinheiro - que não é questão de culpar colegas. Nós estamos juntos no mesmo barco aqui, compondo a Comissão, mas nós estamos chegando ao final dos trabalhos desta CPI, e, desde o princípio, eu digo isto... Porque o meu requerimento junto com o outro requerimento do Senador Randolfê foram os que deram origem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito aberta aqui. E, desde o início, eu cobro! E os dados chegaram. Olhe, dado é o que não falta, Senadora Leila, de todos os Estados! Mas eu estou com as perguntas para serem feitas para o Secretário de Saúde, para o pessoal do Consórcio Nordeste... Só para a senhora entender, no Consórcio Nordeste, são nove Estados de uma lapada só do Nordeste, como a gente diz. São nove, e, com o dinheiro de cada Estado, eles compraram aqueles respiradores absurdos de caros, que não foram entregues até hoje, da indústria da maconha... E eu estou querendo trazer aqui, para a gente ouvir, o Diretor do Consórcio Nordeste, gente, para a gente ouvir o Secretário de Saúde, para a gente ouvir a dona da empresa que vendeu e não entregou, que disse que tem ex-ministros envolvidos, de governos anteriores! Olhem só a gravidade disso!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu acredito nisso, Senador! É muito grave!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Se não marcam...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O problema é que nós não podemos esperar só isso e não tratar disso...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, mas olhe: eu estou cobrando! Eu queria a senhora me ajudasse pra que viesse aqui o Secretário de Saúde, pra que viessem aqui os responsáveis pelo Consórcio Nordeste, por essa empresa, que deu calote, da maconha... Precisam sentar ali, como está sentado o Dr. Alexandre, pra gente fazer perguntas. Documento já tem!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu acho que poderíamos também, Senador, nos reunir em sessões para depoimentos. Falei até com a Senadora Simone. Ela falou: "Olhe, a gente pode fazer isso numa sexta-feira, numa segunda-feira, em outros dias para analisar esta vertente".

Agora, eu pergunto para o senhor: os tribunais de contas dos nove Estados do Nordeste estão investigando? A Polícia Federal está investigando também? O que existe caminhando em relação a isso concomitantemente a esta CPI?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Tem CGU, Polícia Federal... Inclusive, eu tenho um requerimento para que tragam também pra cá essas pessoas para a gente fazer perguntas.

Agora, pra mim está muito claro... Pode ser que a senhora junto com outros colegas consigam o que eu não consegui, que é fazer uma sessão sexta-feira da CPI, sessão pública - porque não tem que ter segredismo, não -, pra gente fazer essas perguntas. Isso é fundamental!

Se o Presidente me permite emendar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu acredito que pode ser votado, pode ser votado isso, a permissão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pois vamos votar!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Nesta quinta-feira, eu viajo; mas, na outra sexta-feira, eu posso estar aqui; e posso participar, na sexta-feira, de forma remota. Eu quero, sim. Eu acredito que nós possamos fazer um grupo de trabalho que analise isso. São várias vertentes, mas não entregar nada...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Se a senhora fizer esse requerimento, eu apoio o seu requerimento - se a senhora fizer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas eu não sou membro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, mas amanhã...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu não sou membro. Então, alguém tem que fazer...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Então, eu vou fazer o requerimento. Eu vou fazer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor é membro, o senhor faz o requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Tá.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - E a gente tenta, pelo menos com a nossa voz...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu faço amanhã esse requerimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Um requerimento para fazer uma sessão extraordinária da CPI...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Na sexta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... na sexta ou na segunda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito. Ótimo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Nós não queremos atrapalhar a forma como vem caminhando este trabalho, que foi o trabalho inicial que abriu a CPI. Não podemos negar isso e fazer com que pare o trabalho. Têm que caminhar concomitantemente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Senadora, os dois trabalhos foram abertos, só que um só foi ignorado...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Não prosperou. Por quê?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O outro não foi.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Porque nós não temos organização. Nós não somos organizados como eles, somos péssimos nisso. A verdade é essa. Vamos dar a mão à palmatória.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não. Existe uma blindagem. Não podemos dourar a pílula, não podemos dourar a pílula. Existe uma blindagem. Claro!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas, olhe, Senador... Mas eu acredito assim, sabe, tem muita...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Senador Girão, Senador Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Está tendo toda a condescendência desta Presidência, V. Exa. sabe...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Claro. Só uma perguntinha final, se permite.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Já que foi tocado só nessa ação, só um esclarecimento, que é dever desta Presidência prestar a V. Exas. Vejam, só lembrando que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu quero dizer de logo de antemão, pra nós encerrarmos este assunto aqui, pelo menos aqui nesta sessão, sem embargo de tratarmos mais adiante e de ouvirmos a pergunta de V. Exa... É só pra deixar claro que... Olhe, eu sou do Estado que tem o maior número de operações da Polícia Federal. Eu adoraria - como costumo dizer, eu esperaria como o vigia espera pela aurora - poder ouvir as autoridades do meu Estado em relação a isso. Eu não tenho nenhum comprometimento com o Governador do Estado, sou de oposição em relação a ele. E repito: meu Estado é o que tem o maior número de operações da Polícia Federal.

Complemento a informação dizendo o seguinte: esta Comissão Parlamentar de Inquérito aprovou a convocação, salvo melhor juízo, de nove Governadores a esta CPI. Os Srs. Governadores ingressaram com medida no Supremo Tribunal Federal, com ADPF junto ao Supremo Tribunal Federal, e ocorreu uma medida cautelar, decidida pelo Supremo Tribunal Federal, em favor de vários Governadores de Estado da lavra de S. Exa. a Ministra Rosa Weber, decisão a qual nós respeitamos, porque foi uma interpretação, inclusive, do princípio do art. 1º da Constituição da República, que fala sobre o regime federativo, combinado com o art. 146 do Regimento Interno do Senado, que diz, Senadora Soraya, *ipsis litteris*... E me permita a leitura para V. Exa.:

Art. 146. Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matérias pertinentes:

I - à Câmara dos Deputados;

II - às atribuições do Poder Judiciário;

III - aos Estados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero só destacar que esse é um tema que foi votado nesta CPI – eu votei, inclusive, favoravelmente à convocação do Governador do meu Estado e de outros oito Governadores. Esse tema foi votado aqui, e, em seguida, teve uma decisão do Supremo Tribunal Federal. A direção desta CPI é daquela que não quer queimar o Supremo Tribunal Federal, como uns quiseram jogar fogos em outras épocas. Nós respeitamos a separação de Poderes, o Estado democrático de direito. E eu acho que isso é de bom-tom, principalmente pelos momentos que vivemos. Então, houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal consoante com o art. 1º da Constituição, do princípio federativo, e com o art. 146 do Regimento Interno.

É só para, em relação a este tema, ficar clara não somente a minha posição, mas também o porquê nós não convocamos e não podemos, segundo decisão exarada da lavra da Ministra Rosa Weber, convocar os Governadores de Estado.

Dito isso, só para esclarecer esse dado aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, então, concedo ao Senador Eduardo Girão para o questionamento último...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Ou V. Exa. já questionou sua última pergunta ao depoente?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor está tendo muita paciência, eu lhe agradeço, como sempre.

Eu entendo a colocação do senhor com relação à questão da decisão do Supremo Tribunal Federal, respeito a decisão do Supremo Tribunal Federal, mas não concordo de barrar as investigações por causa disso. Sabe por quê? Porque não se restringe apenas a Governador. Por que não trazer secretários de saúde? Por que não trazer Prefeitos e ex-Prefeitos? As atitudes da CPI... Respeito a CPI, mas tenho denunciado desde o início que ela se escondeu nessa decisão e acabou causando uma confusão na população ao dizer: "Oh, a gente quer trazer, mas o Supremo é que não deixa". Não quer, não, porque podia ter trazido secretários de saúde dos Estados do Nordeste, podia ter trazido o Consórcio do Nordeste! E isso, Senador Randolfê, está na boca do povo, é uma marca, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Caríssimo colega, não vou aprofundar, mas eu recomendo a V. Exa. depois e como nós somos... Eu sou daqueles que respeitam decisão do Supremo Tribunal Federal. Eu recomendo a V. Exa. depois uma leitura amíúde da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre os limites da convocação, mas não vamos aprofundar o debate sobre isso para que V. Exa. possa fazer o último questionamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Senador Girão, o próprio... O seu Estado já abriu uma CPI? A Assembleia Legislativa?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não abriu e nem vai abrir. Sabe por quê?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Por quê?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Em primeiro lugar, a gente sabe das interferências políticas que existem hoje nos Estados...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas tentaram pelo menos?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... o poder...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Tem pelo menos um Deputado Estadual que tentou?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Colegas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E tem um detalhe importante...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - No Mato Grosso do Sul, estão tentando. O Deputado Catan e o Deputado...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) - Lamentavelmente aqui, no DF, a Câmara Legislativa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Está na hora de cobrar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Senadora Leila, Senadora Soraya, Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - São prerrogativas federais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... podemos concluir? Assim... E aí, inclusive, obrigado, Senador Girão, Senadora Soraya, Senadora Leila, eu rogo para que as assembleias legislativas instalem Comissão Parlamentar de Inquérito. E me permita



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui me dirigir ao meu Estado: eu rogo aos meus colegas Deputados Estaduais, já tem pedido de CPI no meu Estado, e eu acho que é um pedido que todos nós devemos, assim, reiterar.

Então, só para nós podermos concluir o depoimento de hoje...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... porque me parece que a Senadora Simone ainda tem um questionamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - É o "ultimíssimo".

Então, vamos dar dois minutos para a conclusão de V. Exa., se V. Exa. me permite.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito!

Só reiterando, Senador Randolfe, que são verbas federais. Por isso que esta CPI tinha obrigação de investigar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - É, mas não embarga o pedido para as assembleias legislativas atuarem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, não embarga, mas aqui a gente está deixando de fazer o nosso trabalho. É a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - V. Exa. com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) - Vamos lá.

Só para lhe perguntar uma coisa rapidamente. No âmbito da pandemia da covid-19, foram 123 procedimentos abertos, Dr. Alexandre, pelo TCU (Tribunal de Contas da União) para investigar desvios em Estados e Municípios de verbas federais. São nove Ministros do TCU, não é isso? Quantos auditores são no TCU?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Eu não sei informar de cabeça, Senador, mas acho que são... No corpo técnico, acho que são mais de 2 mil servidores, entre auditores e técnicos. Eu não sei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mais de 2 mil?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Se eu não me engano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Algum desses 123 procedimentos abertos para investigar corrupção em Estados e Municípios durante a pandemia caiu com o senhor? Teve algum processo concluído ou o senhor sabe que foi concluído isso por algum outro colega seu? Essa era apenas a minha pergunta para tentar me aprofundar sobre esse tema.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor. Como eu falei aqui, o nobre Senador Izalci falou aqui, eu participei do acompanhamento para verificar a correta execução dos recursos federais no combate à pandemia aqui, no Distrito Federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – Só no Distrito Federal?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Então, eu atuei nesse. De recursos, eu só atuei aqui, no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele, inclusive, trouxe as informações relativas à fraude em relação à Precisa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o senhor sabe que existem outros cento e tantos processos abertos pelo TCU? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Em outros Estados e Municípios?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, eu não tenho conhecimento de, assim, quantos em cada Estado, mas, sim, tenho ciência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Obrigado, Senador Girão.

Senadora Simone, V. Exa. já inquiriu, mas, com a condescendência...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não, não vou fazer inquirição. Eu queria fazer uma palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Pois não, Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Não, pois não. E, mesmo que tivesse requerido, esta Presidência teria tido tolerância com V. Exa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Não, sem problema. Eu sei, V. Exa. sempre é generoso com todos os colegas, e agradecemos por isso.

É apenas para aqui complementar, e, na mesma linha do Senador Eduardo Girão, eu entendo fundamental que esta CPI traga, obviamente, como convidado o Ministro Wagner Rosário, seja para dizer para nós como andam os processos de investigação em relação a Estados e Municípios... E ele pode fazer rapidamente um relatório, e, dentro desse relatório, que, provavelmente pode ser entregue por escrito, que nós possamos, sim, estar abrindo uma ou outra linha de investigação dentro do tempo que a CPI tem para investigar os casos mais escabrosos. Ninguém acredita que teríamos humanamente tempo e condições de investigar todos os Municípios do Brasil ou todos os Estados, mas é possível fazer uma seleção daquilo que grita, ou salta, ou saltaria aos olhos, diante de possíveis indícios de irregularidades. Isso eu já tinha dito mais de uma vez, e confirmo isso.

Mas, tão importante quanto trazê-lo como Ministro, representando aqui, como V. Exa. disse e ouvi pela televisão, um órgão de Estado e não de Governo, também prestar contas a esta CPI.

Sr. Presidente, numa coletiva, no dia 29 de julho, o Ministro da CGU, ao lado do Ministro Marcelo Queiroga, disse que foram abertos dois processos de análise acerca do contrato da Covaxin: um chamado IPS, que é a investigação preliminar sumária; e outro, uma auditoria específica pra avaliar a legalidade e conformidade do contrato, do procedimento interno, do contrato da Covaxin.

Pois bem. Para meu espanto, o Ministro, que tinha acabado de assumir e que tinha acabado de abrir as duas linhas de investigação, simplesmente já concluiu, ou seja, já conseguiu fazer o que esta CPI está há três meses investigando e analisando e já antecipadamente declarou inocentes todos os servidores e Ministério da Saúde e imputou toda a responsabilidade para a empresa Precisa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha a gravidade, Sr. Presidente. É muito rápido, mas é pra justificar a importância da vinda pra tratar tanto da questão apontada pelo Senador Eduardo Girão quanto da minha.

Ele simplesmente vai e diz: "Estou abrindo duas linhas de investigação, mas quero dizer que não há nada de errado no Reino da Dinamarca. Está tudo certo aqui. A culpa é da Precisa. Vamos fazer uma perícia sobre os dois documentos pra ver se são falsos e quem fez". Ora, não precisa de perícia, nós já sabemos que são falsos, porque a Bharat já falou que os dois documentos apresentados pela Precisa são falsos. E mais do que isso: se não foi a Bharat - não tem comprovação nenhuma, nem carimbo -, é óbvio que esse documento foi falsificado por quem emitiu, quem entregou no Ministério da Saúde, que é a Precisa. Então, se era pra isso, por que gastar tempo, gastar dinheiro público e tempo precioso dos advogados e consultores da AGU pra analisar o processo?

E mais, Sr. Presidente, ele chega a dizer aqui o seguinte: a respeito do preço da aquisição da Covaxin pelo Ministério da Saúde, "a primeira e única proposta [de preço] existente no contrato é de US\$15", e já aqui justifica que nunca teve US\$10 no processo.

Depois: existe "uma incompletude de justificativas técnicas". Aí ele já defende: "Não, a oferta era reduzida naquele momento, não tinha o que se fazer, a não ser contratar essas doses".

E vai. Processo de importação: "Todas as imprecisões [...] detectadas [...] pelo Ministério da Saúde [nas *invoices*] foram corrigidas [...] [e não geraram prejuízo ao negócio]". "Não existe nenhum tipo, não houve nenhum tipo de tratamento de tentativa de pagamento antecipado".

E, por fim, pra finalizar, Sr. Presidente, o mais grave de tudo em relação à atuação da Precisa como representante da Bharat: "Não há dúvidas de que a Precisa é a representante da Bharat Biotech". Não existe documento; ao contrário, o documento não diz isso. O Ministro simplesmente faltou com a verdade.

Então, diante de tudo isso, sem conhecer o processo, dizendo que abriu um processo pra investigar e já concluindo que não há nada de errado, que nenhum ministro cometeu nenhum tipo de irregularidade, nenhum secretário executivo, nenhum servidor público do Ministério da Saúde, isso não teve envolvimento do Governo Federal, automaticamente já isenta ou isentaria o Governo Federal de qualquer responsabilidade no contrato da Covaxin.

Então, Sr. Presidente, acho que o Ministro da CGU, Wagner Rosário, tem muito que explicar a esta CPI e concordo com o Senador Eduardo Girão: quem está na chuva é pra se molhar. Que ele venha pra falar dos possíveis indícios de irregularidades que estão ou que ocorreram nos Estados e Municípios e também pra poder vir dar esclarecimentos a respeito dessa coletiva em que ele não só não disse verdades, como, mais do que isso, passou por cima de uma série de processos e procedimentos da própria CGU, que ele prometeu defender como hoje o chefe máximo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) - Perfeitamente, Senadora Simone Tebet. E por isso concordamos com o requerimento que foi apreciado anteriormente.

Muitíssimo obrigada, Senadora Simone.

Só uma última pergunta, antes de concluir, Sr. Alexandre: a data que V. Sa. conversou com sua coordenadora para desistir do estudo sobre a pretensa subnotificação ou notificação foi anterior ou posterior à conversa que o senhor teve com o seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Foi anterior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Foi anterior?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Anterior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Então, veja, só pra eu entender: então V. Sa. conversa com sua coordenadora... Foi quando? V. Sa. pode informar?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Foi na mesma semana. Dia 31, eu apresentei e nós conversamos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Dia 31, o senhor protocolou?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não é protocolo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perdão! Encaminhou...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Coloquei no...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor conversou com a sua coordenadora nos dias seguintes que antecedem o dia 6?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Isso, foi antes do dia 6.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Desistiu do estudo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, concordamos que não seria viável que eu colocasse no escopo do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tinha pertinência o estudo? Mesmo assim V. Sa. conversou com o seu pai no domingo, dia 6?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, numa conversa privada, familiar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, na verdade, o documento, quando V. Sa. conversa com seu pai, já não tinha finalidade técnica nenhuma? O estudo já tinha sido... Já tinha desistido?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E aí, em seguida, V. Sa. passa para o seu pai, e o seu pai passa para o Presidente da República, e, ao amanhecer do dia 7, o Presidente da República torna público o documento? Essa informação era importante à CPI.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pra entender a pergunta de V. Exa.: V. Exa. está perguntando para o Dr. Alexandre se ele havia tido também já a reunião com seus superiores, que entenderam que aquele...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim, ele está confirmando que teve.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Era essa a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em relação a...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E ele está confirmando que teve.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que os chefes disseram: "Isso aqui não tem sentido, não tem procedência, não tem estudo técnico..."

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... não tem viabilidade".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Foi antes da...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Só um parêntese: não é meu superior; na verdade, eram...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Os colegas.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - ... os colegas da equipe, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Mas é sua coordenadora; não toda a equipe?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Não, ela coordenava o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Coordenava o trabalho?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - O trabalho, mas era da equipe.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - V. Exa. coordenava ou a...?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Não, a colega.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Então, pra coordenadora.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) - Pra coordenadora do trabalho?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - A conversa foi anterior à conversa...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Mas foi um debate da equipe.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Dr. Alexandre, mas mesmo assim o senhor achou relevante transmitir para o seu pai? Mesmo sabendo que não seria relevante, que seria impossível essa análise, o senhor considerou interessante passar para o seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Como eu falei, Senadora, foi uma conversa familiar, no âmbito íntimo e num tinha nenhum outro propósito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor sabe se o seu pai advertiu o Presidente da República disto: que não tinha base técnica, não tinha...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não sei dizer, Senador. Ele não me falou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

De qualquer forma, na manhã do dia 7, o Presidente da República reproduz um documento, inclusive adulterado, adultera a informação de um documento que sequer tinha sido aprovado pelo crivo da equipe técnica do Tribunal de Contas da União.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permite, Sr. Presidente: acho que o que mais grita aqui, que salta aos olhos e que nos deixa perplexos é que – e isso não foi negado em nenhum momento – o Presidente recebeu por WhatsApp ou de que forma for um documento sem timbre e, depois, duas horas depois, 24 horas depois, pouco importa, ele chega timbrado à mão do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Chega com o timbre do Tribunal de Contas da União.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ou seja, o Presidente da República sabia que estava diante de um documento apócrifo. O documento não tinha assinatura, não tinha timbre.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse é o documento? (*Pausa.*)

Esse é o que é divulgado depois.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E, depois, mostra um timbrado. Então, ele tinha que, no mínimo, perguntar para o seu entorno: "Quem é que fez



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso? Quem é que manipulou esse documento privado e transformou falsamente num documento público?". Quem tem conhecimento de um crime como esse se torna cúmplice, Sr. Presidente. É crime comum - e isso nós já falamos aqui - de falsidade de documento, talvez o 297 ou 299 do Código Penal...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O 297.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... mas é crime de responsabilidade, no mínimo dois itens; um, inclusive, por falta de decoro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - É. Com o agravante..

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Nós estamos falando da autoridade máxima deste País...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Com o agravante...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... que pega um documento sem timbre e depois pega um documento... E não é um documento timbrado de uma empresa privada, de uma consultoria de advogados; é um documento privado, como se estivesse escrito ali Congresso Nacional, Senado Federal, Câmara dos Deputados, só que lá estava Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Com um agravante: pela informação do Dr. Alexandre, ele informa ao pai - e com essas características documentais - às 18h30, por volta das 18h30 do domingo, e o primeiro que torna o documento público é exatamente o Presidente da República, entre as 7h e 8h da manhã do dia 7 de junho, ou seja, a primeira divulgação como Tribunal de Contas da União vem do Presidente da República.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Ou seja, Sr. Presidente, se não acharem o culpado desse documento, vai sobrar para o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Com certeza.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Tem de achar qual é o servidor, o subalterno que manipulou esse documento. Esse subalterno tem que ser mandado embora, sob pena de o Presidente da República responder a processo, porque ele tomou conhecimento de um crime e não fez... Aliás, fez, não é? Não é que ele não fez absolutamente nada. Ele fez, ele simplesmente divulgou um documento sabidamente manipulado e adulterado. Então, se isso não for grave, se isso não for crime, se isso não for a confirmação de que, no conjunto da obra, o que este



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo queria a todo momento era negar a gravidade da pandemia para justificar a tese, a pseudoverdade que queria impor na sociedade brasileira, eu não sei o que é.

Eu gostaria muito de agradecer ao Dr. Alexandre, porque esse depoimento de hoje foi muito importante para o relatório do Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Concordo com V. Exa.

Antes de concluir, me permitam trazer uma informação a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Hoje foi divulgada mais uma rodada da pesquisa XP/Ipespe e, sobre o acompanhamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, 67% dos brasileiros acompanham esta CPI; 32% não acompanham. Sobre a avaliação desta Comissão Parlamentar de Inquérito ainda nesta pesquisa XP/Ipespe, 57% aprovam as atividades e o funcionamento desta CPI, e 35% não aprovam. Repetindo a aprovação desta CPI: tem o apoio de 57% dos brasileiros. Isso muito nos honra, muito nos orgulha e aumenta, para todos nós que estamos aqui, ainda mais a nossa responsabilidade.

Antes de concluir também, me permitam, colegas Senadores: nós falamos muito de números no dia de hoje; agora qual é o número que têm essas histórias aqui? Papaléo Paes foi Senador do meu Estado, ocupou essas cadeiras aqui e foi uma das vítimas da pandemia; Zé Ricardino, caríssimo amigo meu foi levado pela pandemia; Januário Victor, meu primo, foi levado pela pandemia; Altamir Rezende, ex-Prefeito de Tartarugalzinho, Município do meu Estado, conhecido como Seu Mineiro; Nilson Montoril Júnior, advogado que tive a honra de conhecer e que também trabalhou junto comigo; e aí tem Raimunda Gracinete Espíndola; Raimundo Braga; Fábio Mont'Alverne; Saionara Vaz; Siney Saboia; Ivo Canutti; Paulo Queiroga; Raquel Zica; Leão Zagury; Rita Ramos; Reinaldo Costa; Márcio Bacellar; Abraão Maciel; Horácio Magalhães; Dr. Pinon; Professora Marilda Pereira; Professora Socorro Silveira; Professora Get Magalhães; Ulisses Laurindo dos Santos; José Amiraldo, queridíssimo professor do meu Estado...

E o que não falar das histórias de Almerindo Ribeiro e das suas filhas Márcia Valéria e Maria do Socorro, todos de um mesmo núcleo familiar e que faleceram no mesmo dia; Guilherme Jarbas, que aqui citei... Eu estou só informando aqui algumas das vítimas do meu Estado. A elas se somam outros mais de 1,7 mil.

A Senadora Simone, a Senadora Soraya, a Senadora Leila e o Senador Eduardo Girão têm centenas de milhares de outras histórias...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Representadas, se me permitir, Senador Randolfê, todas elas, todas as nossas histórias pelas figuras memoráveis e eternizadas nos nossos corações: Senadores José Maranhão, Arolde de Oliveira e Major Olímpio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - E, para citar mais estes, para citar personagens da literatura, da cultura brasileira: Paulo Gustavo, Tarcísio Meira... Todas essas histórias são vidas que se foram, são famílias que ficaram órfãs. É disso que se trata.

O depoimento do Sr. Alexandre de hoje traz mais um indício de crime grave cometido pelo Senhor Presidente da República, mas talvez o maior dos crimes nesse período trágico da história nacional seja o crime que não está tipificado no Código Penal de ausência de empatia, em especial o crime de não encarar o drama dessas famílias com a gravidade que esses dramas tinham.

Nós não estamos aqui falando dos números, não são os números subestimados em que insiste o Senhor Presidente da República; não são os números de 569.581, que, segundo o próprio Ministério da Saúde, podem até ser, esses sim, subestimados. São as histórias de vida, são essas trajetórias, é esta trágica obsessão do Presidente e de alguns dos seus apoiadores em tentar talvez minimizar a dor da perda dessas famílias.

O que mais pesa não são os números, são as mesas de jantares de brasileiros e brasileiras que estão vazias. Eu costumo dizer nesta CPI: é o pai, a mãe, o tio, a tia, o primo, a prima, o irmão, o amigo que está faltando na mesa de jantar da ceia de Páscoa, que faltou na última ceia de Natal, que faltará na próxima ceia de Natal. São esses órfãos.

Eu queria aqui fazer uma recomendação: existe um *site* de nome "Inumeráveis". Este *site* conta a história de vida de cada uma dessas vítimas. Lá não é para contar, é para nós procurarmos o que se chama empatia por um sofrimento que todos esses brasileiros têm.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Por isso, Sr. Presidente, é que nós temos que ir a fundo nessas investigações e procurar expor, assim, o máximo, Dr. Alexandre, de informação dos depoentes. São muito importantes essas informações para concluirmos.

Eu não sei se foi perguntado aqui, mas acho importante até mesmo para o preservar em relação a essa conversa depois que teve com a sua coordenadora, se foi por *chat*, se isso está gravado, se tem gravação dessa conversa que teve com a coordenadora, que parece que foi por videoconferência, não é? Foi pelo Teams?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) - Não, foi pelo Microsoft Teams....

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Microsoft...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Isso, mas no *chat* do Microsoft isso fica registrado...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Fica arquivado, fica registrado.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Nós temos como ter acesso? Isso é importante.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES - Sim, a Comissão de PAD levantou isso, e os documentos foram compartilhados com esta Comissão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Já estão na Comissão. Isso é importante, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Eu agradeço, Sr. Alexandre, porque o fundamental aqui é a relação com... Não são os números, mas são essas famílias brasileiras que estão enlutadas. E é por isso e em nome delas que eu considero que a tarefa desta CPI é uma tarefa geracional, uma tarefa da nossa existência, é para dar satisfação a essas famílias.

Nada mais havendo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Desculpe estar interrompendo a todo momento, mas, já que terminamos mais cedo, a Deputada Joenia Wapichana, do Estado de Roraima, está aqui, e eu gostaria apenas de aqui registrar, como mulher e como Parlamentar, a presença da Joenia nessa tarde, final de oitava de hoje.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Com muito orgulho, a única Deputada Federal do meu partido e a primeira Parlamentar indígena em 520 anos de história do Brasil. Seja bem-vinda, Deputada Joenia, toda vez que quiser estar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito!

Dr. Alexandre, desejo boa sorte ao senhor, à sua defesa no PAD que V. Exa. responde no Tribunal de Contas da União. Tenha certeza de que as informações que V. Sa. prestou a esta CPI são inestimáveis, são uma enorme contribuição para diagnosticarmos a ocorrência de mais um crime.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lamentável. Eu tenho dito aqui: esta CPI não necessitaria existir se outros tivessem cumprido o papel de evitar a tragédia, notadamente se a Procuradoria-Geral da República tivesse cumprido esse papel. É lamentável também constatarmos sempre a ocorrência de novos crimes, no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Já foi charlatanismo, já foi curandeirismo, já foi infração à ordem sanitária, hoje estamos diante do crime de falsificação de documento público, e os indícios lamentavelmente levam à figura de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, conforme consta no art. 297 do Código Penal.

Eu desejo boa sorte ao senhor.

E que fique desta oitiva do dia de hoje que o importante não são esses números. Mais importante que esses números são as vidas que se perderam e o sofrimento e o luto, que não têm reparação, para essas famílias. Aliás, o mínimo - repito - que esta Comissão Parlamentar de Inquérito pode fazer é honrar essas vítimas, apurando a responsabilidade: quem foram os responsáveis por essas mortes e por o País ser um dos que mais mata pela covid-19 no planeta.

Nada mais havendo a tratar e havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 42^a e da 43^a Reuniões, solicitando a dispensa das leituras.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

E, antes de declarar encerrada esta oitiva, convido todos para, amanhã, às 9h30, a oitiva do Sr. Túlio Silveira, representante da Precisa Medicamentos, conforme Requerimento 531, de 2021, aprovado por esta Comissão.

Declaro encerrada esta oitiva do dia de hoje

(Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 01 minuto.)